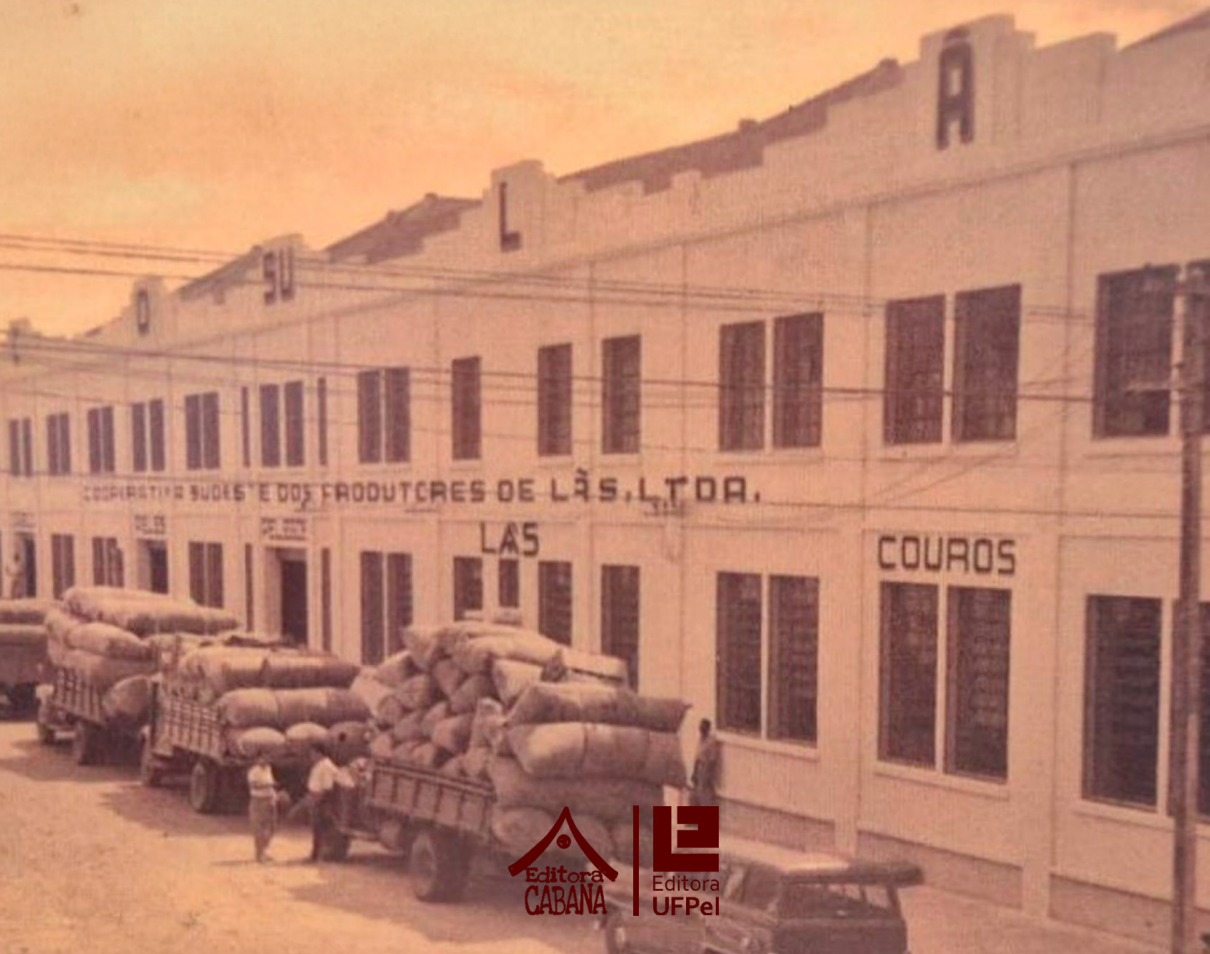


LORENA ALMEIDA GILL | PAULO LUIZ CRIZEL KOSCHIER
JONAS MOREIRA VARGAS | EDUARDO ARRIADA | ORGS.

Dicionário de História de Pelotas

Volume II



Dicionário de História de Pelotas

VOLUME II

LORENA ALMEIDA GILL
PAULO LUIZ CRIZEL KOSCHIER
JONAS MOREIRA VARGAS
EDUARDO ARRIADA
(ORGS.)

Dicionário de História de Pelotas

VOLUME II



Copyright © by Organizadores.
Copyright © 2026 Editora Cabana
Copyright do texto © 2026 Os autores

Todos os direitos desta edição reservados
© Direitos autorais, 2026, organizadores e autores.

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Diagramação, projeto gráfico e capa: Eder Ferreira Monteiro
www.edermonteirowork.myportfolio.com
Edição e coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto
Revisão: Os autores

Imagem de capa: Sede da Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Lã, prédio adquirido pela UFPel em 1996, que abriga o Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFPel. Fonte: Acervo pessoal do Prof. Eduardo Arriada.

Imagem das páginas 2 e 4: Vista aérea de Pelotas, Rio Grande do Sul, s.d. Fonte: Acervo do Arquivo Nacional do Brasil. Fundo Correio da Manhã.

Imagem das páginas 16, 17 e 18: Mapa da Cidade de Pelotas (RS), século XIX. Fonte: Acervo do Arquivo Nacional do Brasil. Fundo Ministério da Guerra.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

D546

Dicionário de História de Pelotas [recurso eletrônico]/ Organização de Lorena Almeida Gill, Paulo Luiz Crizel Koschier, Jonas Moreira Vargas, Eduardo Arriada. – Ananindeua-PA: Cabana; Pelotas-RS: Editora UFPel, 2026.

395 p., fotos.; 16 X 23 cm (recurso eletrônico, PDF)

ISBN 978-65-85733-98-4

1. Pelotas/RS - Dicionário - História. I. Gill, Lorena Almeida (Organizadora). II. Koschier, Paulo Luiz Crizel (Organizador). III. Vargas, Jonas Moreira (Organizador). IV. Arriada, Eduardo (Organizador). V. Título.

CDD 981.003

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático
I. Pelotas/RS - Dicionário - História



[2026]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade
Nova I)
67130-130 – Ananindeua – PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com



**Editora
UFPel**

Filiada à ABEU

Rua Benjamin Constant 1071 - Porto
Pelotas, Rs - Brasil
Fone +55 (53) 3284 1684
editora.ufpel@gmail.com

| EDITORA UFPEL – CONSELHO EDITORIAL |

Presidente do Conselho Editorial:

Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias:

Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR)

Cássio Cassal Brauner

Viviane Santos Silva Terra

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra:

Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR)

Felipe Padilha Leitzke

Werner Krambeck Sauter

Representantes da Área das Ciências Biológicas:

Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR)

Marla Piumbini Rocha

Representantes da Área das Engenharias:

Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde:

Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas:

Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR)

Bruno Rotta Almeida

Marislei da Silveira Ribeiro

Representantes da Área das Ciências Humanas:

Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR)

Mauro Dillmann Tavares

Representantes da Área das Linguagens e Artes:

Chris de Azevedo Ramil (TITULAR)

Leandro Ernesto Maia

Vanessa Caldeira Leite

Seção de Pré-Produção:

Isabel Cochrane

Suelen Aires Böettge

Preparação de originais:

Eliaana Peter Braz

Suelen Aires Böettge

Catálogo:

Madelon Schimmelpfennig Lopes

Revisão textual:

Anelise Heidrich

Suelen Aires Böettge

Coordenação de projeto:

Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção:

Marisa Helena Gonsalves de Moura

Eliaana Peter Braz

Newton Nyamasege Marube

| REALIZAÇÃO |



núcleo de
documentação
histórica da
UFPel

Prof^ª. Beatriz Loner



PPGH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA | UFPel

| APOIO |



| FINANCIAMENTO |



CAPES



Rua Gomes Carneiro, 1 – Centro –
CEP 96010-610 – Pelotas, RS – Brasil

| UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS |

Reitora:

Ursula Rosa da Silva

Vice-Reitor:

Eraldo dos Santos Pinheiro

Chefe de Gabinete:

Renata Vieira Rodrigues Severo

Coordenação de Assuntos Estratégicos:

Marco Aurélio Romeu Fernandes

Coordenação de Assuntos Institucionais:

Daniel Bruno Momoli

Assessores do Gabinete da Vice-Reitoria:

Gustavo Dias Ferreira

Jocasta Soares dos Santos

Pró-Reitor de Ensino:

Antônio Maurício Medeiros Alves

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Marcos Britto Corrêa

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Fábio Garcia Lima

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis:

Josy Dias Anacleto

Pró-Reitora de Planejamento e Administração:

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:

Taís Ullrich Fonseca

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade:

Claudia Daiane Garcia Molet

Superintendência de Gestão de Tecnologia

da Informação e Comunicação:

Christiano Martino Otero Avila

Superintendência de Inovação e

Desenvolvimento Interinstitucional:

Vinícius Farias Campos

Superintendência do Campus Capão do Leão:

José Rafael Bordin

Superintendência de Gestão Administrativa:

Mariana Schardosim Tavares

Superintendência de Infraestrutura:

Everton Bonow

Superintendência do Hospital Escola:

Tiago Vieiras Collares

Seção de Mapas

386/60 AA.

CIDADE

DE

PELOTAS

Latitude S. 31° 35'

Distante da V.^a de Piratinim 16 legoas E48E



| SUMÁRIO |

Apresentação.....	10
Advertência aos leitores.....	13
Dicionário (A–Z).....	15
Índice de Verbetes.....	384
Colaboradores.....	387

| APRESENTAÇÃO |

No ano de 2005, o Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH-UFPel), fundado em 1990, iniciou um projeto que se prolongou por 5 anos, o Dicionário de História de Pelotas, volume I, o qual envolveu 50 pesquisadores, na escrita de 185 verbetes.

O material foi organizado pelos professores Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill e Mario Osorio Magalhães, todos do Departamento de História da UFPel, e teve sua primeira edição física, com 500 exemplares, lançada no ano de 2010, a qual logo se esgotou. A segunda edição, com o mesmo número de livros, foi de 2012, em homenagem aos 200 anos de Pelotas, e também está esgotada. Por fim, em 2017, houve a disponibilização de uma versão e-book, que, nesse momento, já conta com mais de 150 mil visualizações.

O volume I teve a pretensão de construir bons textos, baseados em estudos científicos de áreas como História, Geografia, Antropologia e Educação, os quais abarcassem o marco temporal até 1960 e dialogassem tanto com pesquisadores quanto com a comunidade em geral. A única exceção para o recorte de tempo, naquele momento, foi a escrita de um verbete sobre a UFPel, fundada em 1969, local de atuação dos pesquisadores envolvidos no projeto.

Na organização do Dicionário, no entanto, sabia-se que dois temas não seriam tratados, por absoluta falta de estudos, quais sejam a história dos bairros da cidade e a publicação sobre as fábricas e indústrias, que começavam a ser uma preocupação para o NDH, tendo em vista o recebimento de um volumoso acervo da Justiça do Trabalho, o qual abarca 93.845 processos trabalhistas físicos, entre os anos de 1936 e 1998, além de documentações sobre empresas em específico, como a Laneira, cujo patrimônio industrial hoje faz parte da UFPel.

A linguagem do Dicionário deveria ser acessível à comunidade externa e, ao final de cada verbete, constaria uma pequena bibliografia que permitisse ao leitor continuar se apropriando do tema, caso fosse do seu interesse.

No geral, naquele momento, foram propostos três tamanhos para os verbetes: o pequeno, que teria até 25 linhas; o médio, com cerca de 50; e o grande, que não deveria ultrapassar 100 linhas. Contudo, houve alguns casos de verbetes maiores, como o do Cinema, por exemplo.

A partir do ano de 2022, começaram as tratativas para o lançamento do volume II, agora sob a organização de Lorena Almeida Gill, Paulo Koschier e Jonas Vargas, os três vinculados ao NDH, e de Eduardo Arriada, professor da Faculdade de Educação e colecionador de fotografias sobre a história da cidade. A participação da graduanda em História Gabrielle Gotuzzo ocorreu na condição de auxiliar de pesquisa do projeto. Registra-se também, com pesar, que dois dos organizadores do volume I – o professor Mario Osorio Magalhães e a professora Beatriz Ana Loner – faleceram, respectivamente, em 2012 e 2018.

No texto atual, procurou-se reescrever alguns verbetes para os quais havia estudos mais recentes, como “Indígenas”, “Charqueadores” e “Charqueadas”, por exemplo. Além disso, teve-se a pretensão de incluir temáticas que poderiam ter constado no primeiro volume, como cortiços e benzeduras, mas a maior parte da escrita vinculou-se ao que não havia sido ainda tratado, como a história dos bairros e a história das indústrias mais demandadas no acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas, muitas delas fábricas de conservas, que foram e são bastante presentes na economia local, além dos cursos da UFPel, que não tinham sido ainda abordados, muitos dos quais vêm tendo seus documentos organizados pelo NDH, como Enfermagem e Ciências Domésticas, por exemplo. É importante também pontuar que, se o volume I teve o ano de 1960 como baliza temporal final, o presente volume buscou atender algumas instituições e temas socioculturais da história de Pelotas posteriores a essa data.

No volume II, há ainda uma série de fotografias antigas, do acervo do professor Eduardo Arriada, outras dos autores dos verbetes e, ainda, algumas do NDH e do projeto Fototeca UFPel, buscando estabelecer um diálogo maior com a comunidade que, em páginas das redes sociais, costuma comentar sobre alguns espaços que ficaram na memória coletiva da cidade. A perspectiva para o uso de fotografias no Dicionário é aquela adotada por Etienne Samain (2012, p. 23), que afirma que toda imagem “[...] é uma memória de memórias, um grande jardim de arquivos declaradamente vivos. Mais do que isso: uma ‘sobrevivência’, uma ‘supervivência’”.

Trata-se de um livro que já se imaginava, há vinte anos, que teria que ser feito. O que não poderia se imaginar era o impacto que o volume I teria para contar a história de Pelotas, uma vez que o material se tornou referência para vários estudos e publicações, especialmente por trazer informações bastante confiáveis e que podem ser acessadas por todos e todas, já que estão disponíveis através de um e-book gratuito.

O leitor que já conhece o volume I verá, no entanto, que o volume II é um pouco diverso. Os verbetes são mais longos, embora tenha sido solicitado algumas métricas, e o número de autores é bem maior, reunindo 134 pessoas. Além disso, as áreas em que atuam é mais ampla: História, Administração Pública, Antropologia, Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Conservação e Restauro, Direito, Educação, Geografia, Museologia, Nutrição, Relações Internacionais, Jornalismo, Veterinária, entre outras. Tal situação se relaciona ao fato de que, muitas

vezes, se está escrevendo sobre a História do Tempo Presente, utilizada por outras áreas do conhecimento. Por outro lado, a ampla participação de colegas e profissionais de outras áreas evidencia ainda mais o sucesso do volume I e o interesse cada vez maior de outros autores em participar do projeto.

Os organizadores deram ampla liberdade para que os autores tratassem de seus temas de acordo com seus pontos de vista. Nesse sentido, cada verbete contém a perspectiva defendida por seu autor ou autores, a partir de seus estudos e, algumas vezes, há uma complementaridade entre os verbetes, como, por exemplo, nos textos “Arquitetura” e “Patrimônio Cultural”.

De todo modo, a pretensão foi a mesma do volume I, ou seja, escrever sobre a História da cidade a partir de estudos consistentes realizados e levar o conhecimento a todos os interessados, já que o NDH tem como pressuposto a democratização do conhecimento.

Esperamos que gostem do novo trabalho do NDH e que, através dele, possam se apropriar ainda mais da História do local em que vivemos.

Lorena Almeida Gill

Paulo Koschier

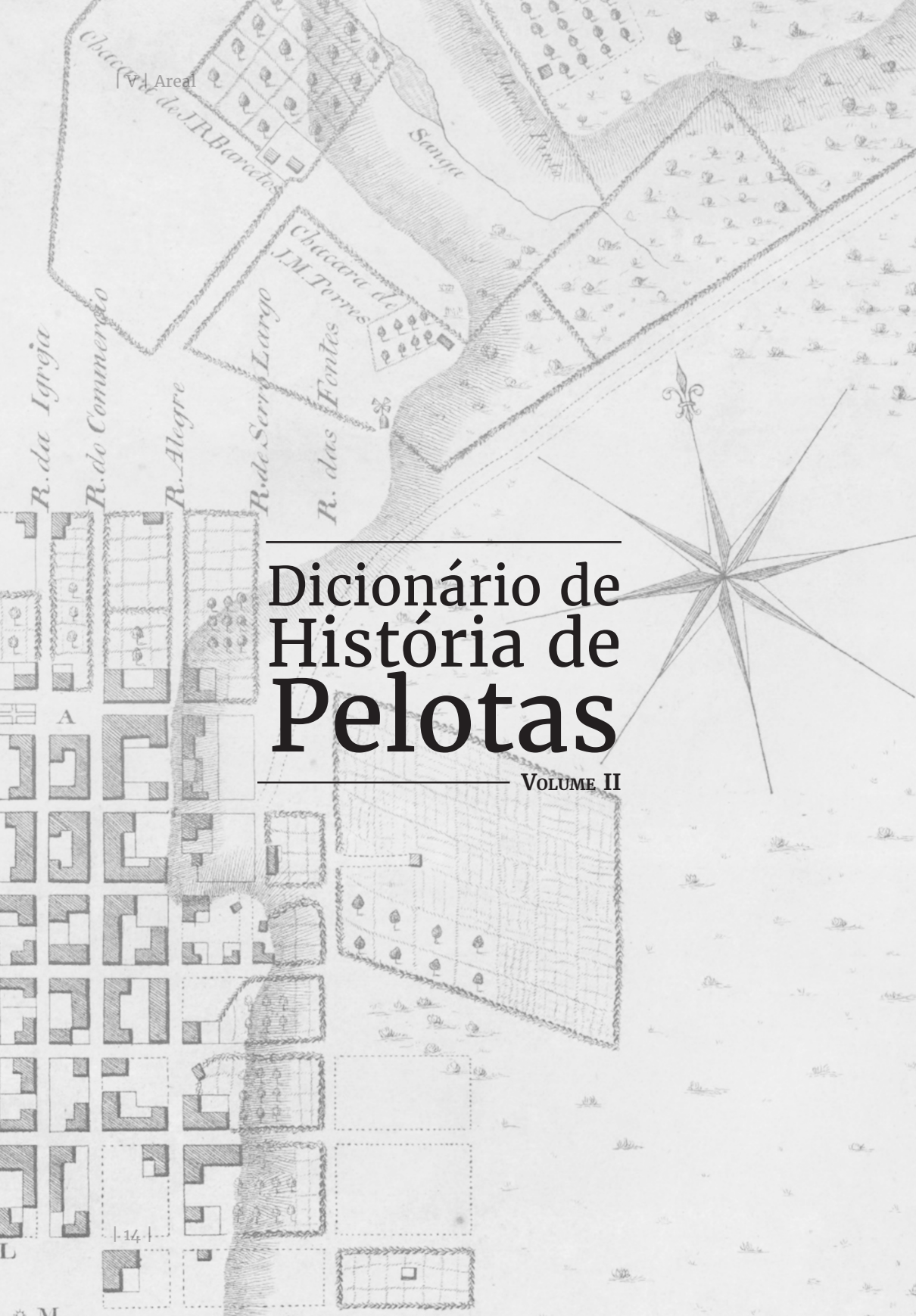
Jonas Vargas

Eduardo Arriada

(Organizadores)

|ADVERTÊNCIA AOS LEITORES|

Os verbetes estão assinados, e procurou-se intervir o mínimo possível em sua redação e nas informações que os integram, levando em conta que foram feitos por especialistas e que a assinatura implica responsabilidade pela sua escrita. Entende-se, entretanto, que eventuais incorreções poderão ocorrer, embora raras, pois se tomou o cuidado, em caso de dúvida, de conferir o material com o colaborador. Alguns verbetes preservaram a ortografia original, mesmo desatualizada, em casos de nomes próprios, associações ou empresas.



Area

Dicionário de História de Pelotas

VOLUME II

Aa



Vista parcial do Frigorífico Anglo antes da reforma feita para abrigar a Reitoria e Unidades Acadêmicas da UFPel. Autor: Gilberto Carvalho.

Administração. Com a implementação do sistema republicano no Brasil, em 1889, e a divisão dos poderes, foi estabelecida a Intendência Municipal, a quem cabia a função executiva. Foram intendentes em Pelotas os seguintes nomes: Gervásio Alves Pereira (1891-1896); Antero Leivas (1896-1900); Francisco de Paula Gonçalves Moreira (1900-1902), que renunciou e foi substituído por José Barbosa Gonçalves (1902-1904); Cipriano Corrêa

Barcellos (1904-1908); José Barbosa Gonçalves (1908-1912), que se exonerou do cargo, tendo seu mandato concluído por Cipriano Barcellos (1912); Cipriano Corrêa Barcellos (1912-1916), reeleito para o mandato seguinte (1916-1920); Pedro Luís Osório (1920-1924); Augusto Simões Lopes (1924-1928); João Py Crespo (1928-1932); e Augusto Simões Lopes (1932-1933). Finalmente, Joaquim Augusto de Assumpção Júnior foi o último intendente de Pelotas,

exercendo a função entre 1933 e 1934, encerrando, assim, o período das intenções municipais. A partir da Constituição de 1934, surgiu a figura do prefeito como chefe do poder executivo, sendo o primeiro prefeito eleito Sílvio Barbedo (1934-1938). Com a implementação do Estado Novo, no período Vargas, a autonomia dos municípios foi afetada pela extinção das eleições diretas para prefeitos, que passaram a ser nomeados pelos governadores dos Estados, estes, por sua vez, designados pelo poder federal, através de atos de Getúlio Vargas. Neste período, foram prefeitos José Júlio Albuquerque Barros (1938-1944), Sílvio da Cunha Echenique (1944-1945), Sérgio Abreu da Silveira (1945-1946) e Procópio Duval Gomes de Freitas (1946-1947). Com o processo de redemocratização, no final de 1945, e a promulgação da Constituição de 1946, restabeleceram-se as eleições diretas para prefeitos e vereadores. Em Pelotas, as eleições ocorreram em 1947, quando Joaquim Duval foi eleito prefeito do município. Depois dele, seguiram-se os mandatos dos seguintes prefeitos: Mário Meneghetti (1952-1956), Adolfo Antônio Fetter (1956-1960) e João Carlos Gastal (1960-1963). Edmar Fetter foi eleito em 1963 e continuou no cargo até 1969. As eleições municipais de 1968, realizadas no contexto do regime ditatorial, resultaram na vitória do candidato da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Francisco Louzada Alves da Fonseca, que obteve 35 mil votos. No entanto, é importante destacar que a oposição, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), alcançou uma votação ex-

pressiva, superando 27 mil votos. Esse resultado reflete, em parte, a significativa insatisfação da população pelotense em relação ao regime militar vigente. Os demais prefeitos durante este período foram: Ary Rodrigues Alcântara (ARENA) (1973-1977), Irajá Andara Rodrigues (MDB) (1976-1982) e Bernardo Olavo Gomes de Souza (PMDB) (1983-1987). Após o fim do período da ditadura civil-militar, em 1985, os seguintes prefeitos assumiram o cargo: José Maria Carvalho da Silva (PMDB) (1987-1988), José Anselmo Rodrigues (PDT) (1989-1992), Irajá Andara Rodrigues (PMDB) (1993-1996) e, novamente, José Anselmo Rodrigues (PDT) (1997-2000). De 2001 a 2004, assumiu como chefe do executivo Fernando Stephan Marroni (PT), sucedido por Bernardo Olavo Gomes de Souza (PPS) (2005-2006) e Adolfo Antônio Fetter Júnior (PP) (2006-2012). Eduardo Leite, do PSDB, foi eleito prefeito de Pelotas para o mandato de 2013 a 2016. Na sucessão de seu governo, sua aliada política, Paula Mascarenhas, venceu as eleições municipais e, de 2017 a 2020, tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo de prefeita na história de Pelotas, sendo reeleita para o mandato de 2021 a 2024. Por fim, houve a eleição do atual prefeito eleito, Fernando Stephan Marroni, para o quadriênio de 2025 a 2028. A análise da organização e administração do município de Pelotas, a partir de uma perspectiva mais recente, leva em conta as principais políticas de caráter urbano, econômico e social. No Brasil, o aumento da população nas zonas urbanas, intrínseco ao desenvolvimento industrial, conduziu a intensas dis-

cussões sobre o planejamento urbano. Nesse sentido, o município passou por três Planos Diretores: o primeiro, em 1967; o segundo, em 1980; e o terceiro, em 2008. Em 2010, Pelotas passou por uma reforma administrativa significativa, por meio da Lei Ordinária n.º 5.763, que, à época, foi amplamente criticada pela categoria dos municipais. A reforma estabeleceu novas diretrizes para a organização da estrutura da administração pública, além de consolidar a legislação acerca dos cargos em comissão e das funções gratificadas. No primeiro mês de 2017, tramitava na Câmara de Vereadores outra reforma, com o objetivo de reorganizar as secretarias. Destacam-se a criação da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e o desmembramento da Secretaria de Justiça Social e Segurança (SJSS), a qual deu lugar à Secretaria de Assistência Social (SAS). Além disso, no mesmo ano, foi apresentado um dos projetos mais debatidos nos últimos tempos no município, o Pacto Pela Paz, que pretendia a redução da violência através de uma série de medidas preventivas e repressivas. Nesse contexto, destacaram-se as avaliações negativas de alguns pontos do projeto, como a falta de propostas de combate à desigualdade social e a ausência de diálogo com a população. Para regulamentar e contribuir com a fiscalização dos objetivos do projeto, ao final de 2017, através da Mensagem n.º 67, foi encaminhado ao legislativo pelotense o Código de Convivência. Esse projeto acabou arquivado, possivelmente pela resistência de partidos da oposição à época e de parte da população. No primeiro mês de 2025, com a transição de

governo, que passou da prefeita Paula Mascarenhas para Fernando Marroni, e a reforma promulgada pela Lei n.º 7.372, a Assessoria Especial do Pacto Pela Paz, que até então tinha *status* de Secretaria, passou a integrar a Secretaria de Segurança Pública. Ademais, resalta-se a criação da Secretaria da Mulher, da Secretaria de Igualdade Racial e da Secretaria de Defesa Civil.

Gabrielle Garcia Gotuzzo
Kauane dos Santos Brisolara

Fontes:

A HORA DO SUL. Transição anuncia novas secretarias no governo Marroni. *A Hora do Sul*, 15 nov. 2024. Disponível em: <https://ahorado-sul.com.br/conteudos/2024/11/15/transicao-anuncia-novas-secretarias-no-governo-marroni/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BORGES, Dorião; ROJIDO, Emiliano; CANO, Ignacio. *Avaliação de Impacto do Pacto Pelotas pela Paz*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2020.

DIÁRIO DA MANHÃ. Prefeitura: reforma administrativa já está tramitando na Câmara. *Diário da Manhã*, Pelotas, 2017. Disponível em: <https://diariodamanhapelotas.com.br/site/prefeitura-reforma-administrativa-ja-esta-tramitando-na-camara/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

PELOTAS. Lei n.º 5.763, de 23 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a reforma administrativa do Poder Executivo do Município de Pelotas. *Diário Oficial do Município*, Pelotas, 24 dez. 2010.

PELOTAS. Lei n.º 7.372, de 2025. Dispõe sobre a reestruturação administrativa, o plano de cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito da administração direta do município de Pelotas, faz alterações legislativas e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Pelotas*, Pelotas, 2025.

PELOTAS. Mensagem n.º 67/2017. Estabelece normas de convivência, define o procedimento para a utilização do poder de polícia pela administração pública municipal e dá outras providências. *Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL*, 2017. Disponível em: https://sapl.pelotas.rs.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2017/25094/25094_texto_integral.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025.

Referências:

BORGES, Emilene Silveira. *Estudo geográfico da região administrativa centro do município de Pelotas/RS*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2015.

COLL, Liana de Vargas Nunes. *Um governo dentro do governo: a articulação político-empresarial da organização da sociedade civil Comunitas e o caso da parceria com o município de Pelotas (RS)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario. *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/3735/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *Ditadura civil militar na região sul gaúcha: militâncias e rotas de exílio*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

ADUFPeI. A Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas foi criada em 18 de junho de 1979, a

partir de uma organização prévia que culminou em uma reunião realizada no Auditório da Faculdade de Direito nessa data; cerca de dez anos, portanto, após a criação da própria UFPel, fundada em 8 de agosto de 1969. Em uma carta-convide endereçada a todos os professores da instituição, datada de 30 de maio de 1979, apareciam os seguintes objetivos para a criação da associação: “formular a posição dos professores ante as diferentes exigências da vida universitária e da comunidade, constituindo-se em um lugar de estudo, debate, questionamento e justas reivindicações; servir de instrumento de unidade de pensamento e ação, capaz de colaborar e influir nos rumos da universidade; zelar pela formação profissional e pelo aperfeiçoamento docente; servir como canal de diálogo, participação e promoção cultural”. Na reunião de 18 de junho, foi constituída uma comissão provisória para construir a nova associação, composta pelos seguintes nomes: Paulo Afonso Rheingantz, Jorge Umberto Béria, Antônio Ernani Pinto da Silva Filho, Ivan Gervini, Circe Maria Siqueira Cunha, Judith Viégas e Teófilo Alves Galvão. A lista de sócios-fundadores consta no *site* da entidade e nela aparecem 223 nomes, de várias unidades já existentes. Em 28 de agosto de 1979, foi empossada a primeira diretoria da ADUFPeI, que ficou assim constituída: presidente, Edson Tadeu Holthausen; vice-presidente, Ivan Soares Gervini; primeiro-secretário, Paulo Afonso Rheingantz; segundo-secretário, José Ricardo Passos de Oliveira; primeiro tesoureiro, Amauri de Almeida Machado; segundo tesoureiro, Clarisse Siqueira

Coelho; e, como suplentes, Paulo Lima Pinto, Elio Kersten e Annemarie Rilling da Nova Cruz. Em entrevista realizada com o médico Edson Holthausen, para a feitura do livro sobre a Medicina da UFPel, conhecida como Leiga, ele contou que foi escolhido como presidente por dois motivos principais: tinha apenas 20 horas na instituição e outro emprego e, dessa forma, caso fosse demitido, poderia sobreviver. É preciso se ter claro que se vivia um período marcado pela ditadura civil-militar, que durou entre 1964 e 1985. Embora em 1979 a situação estivesse um pouco melhor para os ventos democráticos, tanto assim que é deste ano a Lei da Anistia, assinada pelo Presidente João Figueiredo, havia receio de se organizar qualquer grupo que pudesse construir pautas reivindicatórias. Ao longo destes anos, a ADUFPel buscou representar os docentes da UFPel e construiu importantes mobilizações e greves, especialmente na década de 1980, marcada pela reabertura política do país. No ano de 1981, foi criada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), da qual faz parte a ADUFPel. Dez anos mais tarde, em 1991, a ADUFPel se converteu em uma seção sindical da ANDES-SN, já que a ANDES havia se transformado em sindicato no ano de 1988. Há um livro editado no ano de 2003, intitulado *ADUFPel: uma trajetória pela democracia*, que foi organizado pelas professoras Beatriz Ana Loner e Lorena Almeida Gill, ligadas ao Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, para o qual foram entrevistados todos os presidentes, até aquele período.

Lorena Almeida Gill

Referências:

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – ADUFPel. *História em documentos*. Disponível em: <https://www.adufpel.org.br/site/historia-em-documentos/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

GILL, Lorena; LONER, Beatriz. *ADUFPel: uma trajetória pela democracia*. Pelotas: Armazém Literário, 2003. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2023/02/ADUFPel-Uma-trajetoria-pela-democracia.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

GILL, Lorena. *Uma casa chamada Leiga: os 60 anos da Medicina – UFPel*. 1. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2023. v. 1. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/12695?show=full>. Acesso em: 30 mar. 2025.

Aeroporto. O aeroporto de Pelotas foi criado no ano de 1927, através de um primeiro voo realizado no dia 8 de maio, pela Viação Aérea Rio-Grandense, fundada pelo alemão Otto Meyer e conhecida como VARIG, o qual fez o percurso Porto Alegre-Pelotas-Rio Grande. Este é, inclusive, considerado como o voo inaugural da companhia aérea, com o trajeto “Linha da Lagoa”, realizado com um avião Dornier Wal, batizado de “Atlântico”. A aeronave tinha a capacidade para 9 pessoas e voava baixo, entre 20 e 50 metros, acima da Laguna dos Patos, a partir de uma velocidade de 160 km/h. Segundo o site da VARIG, que trata sobre os anos de 1920, “no check-in, o passageiro era pesado junto com a sua bagagem, e se passasse de 75 kg era cobrado como excesso. Também eram distribuídos para os passageiros, algodão e chicletes. O algodão servia para colocar nos ouvi-

dos para abafar o barulho dos motores e os chicletes para aliviar o desconforto causado pela mudança de pressão. O voo durava cerca de duas horas e 20 minutos, bem mais rápido do que uma viagem de trem e o bilhete não era muito mais caro”. No início das atividades, o campo de aviação de Pelotas tinha uma infraestrutura bastante precária e só foi nomeado como aeroporto, pelo Departamento de Aviação Civil, em 1935. Tratava-se de um espaço também utilizado pela Aviação Agrícola e, com o tempo, passou a ser rota de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), que se deslocavam para a Antártida. Durante sua história, recebeu o nome de Bartolomeu de Gusmão, um cientista e inventor brasileiro, fundador da Aerostática e conhecido como pai da aviação moderna, e, a partir do ano de 2015, de João Simões Lopes Neto, nascido em Pelotas e considerado como o mais importante autor regionalista do Rio Grande do Sul. Ainda em 1997, foi totalmente reformado e, no ano de 2001, passou a operar com voos internacionais, especialmente para países do chamado Mercosul. Além da VARIG, outras empresas já operaram regularmente no aeroporto, como, por exemplo, a Rio Sul e a NHT. Em 2025, três empresas aéreas operam no aeroporto: Gol, Azul e LATAM (em parceria com a Voepass).

Lorena Almeida Gill

Referências:

AHORADOSUL. *História do aeroporto de Pelotas se une com o nascimento da pioneira na aviação comercial*. Disponível em: <https://ahoradosul.com.br/conteudos/2025/05/08/historia-do-aeroporto-de-pelotas-se-une>

-com-o-nascimento-da-pioneira-na-aviacao-comercial/. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Senado Federal. *Aeroporto de Pelotas passa a se chamar João Simões Lopes Neto*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/12/aeroporto-de-pelotas-passa-a-se-chamar-joao-simoes-lobes-neto>. Acesso em: 22 maio 2025.

VARIG. *20 anos de Varig*. Disponível em: <https://www.varig-airlines.com/pt/20.htm>. Acesso em: 22 maio 2025.

VARIG. *O Atlântico*. Disponível em: <https://www.varig-airlines.com/pt/atlantico.htm>. Acesso em: 22 maio 2025.

Agapê. As indústrias de conservas tiveram um papel fundamental na economia de Pelotas ao longo do século XX. O pêssego, principal produto desse setor, já era cultivado na região desde o início do século XIX. Registros de 1820 indicam a existência dos primeiros pomares, favorecidos pelo clima temperado e pelo solo propício ao plantio. Esse cenário impulsionou a formação de um polo conserveiro que, décadas depois, se tornaria referência no Brasil. Nesse contexto, a Indústria de Conservas Agapê surgiu da iniciativa de Hugo Poetsch, que transformou os conhecimentos domésticos de sua mãe em uma iniciativa industrial. Durante seus estudos na Escola de Agronomia Eliseu Maciel, ele fundou, junto a outros sócios, a Conservas Andréa Ltda., localizada no distrito de Monte Bonito, zona rural de Pelotas. No entanto, as limitações de infraestrutura no campo dificultavam o crescimento do negócio. Assim, em 1959, já formado e especializado em tecnologia de conservas, Hugo decidiu abrir sua própria fábrica na ci-

dade, com o apoio da família e do Coronel Anacleto Firpo. Nascia, então, em 10 de setembro daquele ano, a Indústria de Conservas Agapê. Inicialmente, a empresa funcionava em um prédio arrendado da antiga fábrica Sem Rival, no centro da cidade. Seu nome foi uma sugestão de Victorino Piccinini, cunhado de Hugo, que utilizou as iniciais do fundador para compor “Agapê”. A localização urbana trouxe vantagens, como o acesso à mão de obra qualificada, à água tratada e à energia elétrica, facilitando a expansão da fábrica. Em 1960, a empresa adquiriu um terreno na Avenida Salgado Filho, onde iniciou a construção de um complexo industrial moderno para a época. A Agapê se destacou rapidamente entre as mais de 50 agroindústrias de Pelotas, diferenciando-se pela modernização dos processos produtivos. Inicialmente dedicada ao processamento de pêssegos, a fábrica expandiu sua linha de produtos para incluir frutas em calda, geleias e conservas de legumes. Entretanto, em 1963, o setor conserveiro brasileiro foi fortemente impactado por concessões governamentais que facilitaram a importação de pêssegos da Argentina, Uruguai e Chile, países que praticavam preços mais baixos. Para enfrentar essa concorrência, a Agapê investiu na modernização e adquiriu a primeira linha automática de envasamento de pêssegos no Brasil, garantindo um aumento expressivo da produção. Ao longo da década de 1960, a empresa consolidou-se como uma das principais indústrias de conservas do país. Em 1966, Hugo Poetsch especializou-se em Tecnologia de Conservas na Califórnia, a partir do qual teve contato com processos industriais avan-

çados. Esse conhecimento foi aplicado na Agapê, permitindo que a empresa se mantivesse líder no segmento até 1970, quando a CICASUL, filial da Companhia Industrial de Conservas Alimentícias (CICA), instalou-se em Pelotas com forte capacidade financeira e tecnologia de ponta. Apesar da nova concorrência, a Agapê continuou inovando. Em 1972, inaugurou uma linha de produção totalmente automatizada, tornando-se referência na tecnologia de conservas de frutas, especialmente do pêssego. Além disso, diversificou sua produção, reduzindo a dependência desse fruto e incorporando itens como morangos, figos, tomates, pepinos e vegetais variados. A empresa também investiu em uma estrutura agrícola própria, contando com agrônomos e técnicos que acompanhavam os pequenos produtores fornecedores de matéria-prima. O marketing foi outro diferencial da marca, com campanhas publicitárias que impulsionavam as vendas. No auge de suas operações, a Agapê empregava cerca de 2.950 trabalhadores e produzia anualmente 8 milhões de latas de conservas. Durante 20 anos, foi fornecedora de pepino fatiado para o McDonald's no Brasil e exportava aspargos para a Alemanha e figos para a Dinamarca. No entanto, a abertura do mercado interno a produtos estrangeiros subsidiados, na década de 1990, trouxe novas dificuldades para o setor. A entrada do pêssego grego, com um subsídio de 46% da União Europeia fez com que o produto chegasse ao Brasil com um custo muito inferior ao nacional, tornando a concorrência desleal. Ademais, a criação do Mercosul e as políticas econômicas do Plano Real agravaram a crise da

indústria conserveira, aumentando os desafios financeiros. A instabilidade nos preços da matéria-prima desmotivou os agricultores locais, resultando na redução dos pomares e no declínio da oferta de frutas. Diante dessas adversidades, o setor conserveiro de Pelotas perdeu força, e a Agapê, assim como outras indústrias do ramo, acabou encerrando suas atividades em 1996. Seu legado, contudo, permanece na história da cidade como um exemplo de inovação, crescimento e contribuição para a economia local, sendo reconhecida como uma das maiores indústrias de conservas do Brasil e da América do Sul.

Kauane dos Santos Brisolara

Referências:

BACH, Alcir Nei. *O Patrimônio Industrial Rural: As Fábricas de Compotas de Pêssego em Pelotas – 1950 a 1970*. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

BACH, Alcir Nei. *Patrimônio Agroindustrial: Inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990)*. 2017. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017, v. 2.

Agricultura familiar. Categoria social constituída historicamente a partir de vários ancoradouros conceituais – tais como agricultura de subsistência, pequena produção, campesinato, entre outros – e que converge, na década de 1990, na construção política da categoria socioprofissional agricultor familiar, reconhecida no campo institucional das políticas públicas voltadas à agricultura (Neves, 2007). A agricultura familiar é tanto portadora de tradições culturais herdadas quanto promotora de formas inovadoras de

adaptação a novos contextos econômicos, políticos e sociais. Essa perspectiva estabelece a ideia de diversidade da agricultura familiar, que ocupa lugar importante na contemporaneidade, ou seja, o/a agricultor/a familiar é agente social que apresenta rupturas e continuidades em relação ao campesinato, permanecendo ativo na construção do futuro dos espaços rurais brasileiros (Wanderley, 2009). Nesse sentido, compreendendo agricultura familiar e campesinato de modo indissociável, enfatizamos a existência de um campesinato na contemporaneidade da sociedade brasileira e o reconhecimento da permanência de lógicas camponesas combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura. Essas estratégias combinam produção mercantil com produção para o autoconsumo, associadas à construção do patrimônio familiar. Desse modo, ainda que o/a agricultor/a familiar esteja vinculado/a ao mercado, as dimensões terra, trabalho e família, articulando uma ordem moral, conformam a lógica de funcionamento das unidades produtivas familiares (Woortmann, 1990; Ribeiro; Salamoni, 2011). Especificamente, na Serra dos Tapes, que compreende a região serrana dos municípios de Pelotas, Canguçu, São Lourenço do Sul, Turuçu e integralmente o território dos municípios de Arroio do Padre e Morro Redondo, as interações dos grupos sociais com o meio físico-natural possibilitaram a formação de sistemas agrários dotados de características socioculturais e econômicas que refletem o passado da apropriação da terra em pequenas propriedades, organizadas com base no trabalho familiar e na atividade policultora (Salamoni; Waskiewicz, 2013). Assim, a Serra dos Tapes pode ser reconhecida como o *locus* da agricultura familiar no sul do Rio Grande do Sul, na medida em que, em seu território, estão presentes sujeitos históricos constitutivos do campesinato brasileiro, como comunidades quilombolas, colonos descendentes de europeus não portugueses e assentados de reforma agrária. Cabe mencio-

nar a integração da agricultura familiar com o capital comercial e industrial, comumente associada à semiespecialização da produção, de modo a comprometer, por vezes, a diversificação produtiva. Na região da Serra dos Tapes, esse processo encontra-se particularmente representado pelos cultivos de tabaco e soja. A despeito disso, a agricultura familiar desta região traz a marca da diversidade em sua organização espacial, conectando as dimensões do viver, trabalhar e (re)produzir-se social, cultural e economicamente (Salamoni *et al.*, 2021). Nesse sentido, vale destacar ainda a relevância da produção agroecológica de alimentos no âmbito da agricultura familiar local.

Giancarla Salamoni
Renata Menasche

Referências:

- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: Quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (Orgs.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.
- RIBEIRO, Veridiana Soares; SALAMONI, Giancarla. A territorialização camponesa no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 194-217, 2011.
- SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, 2013.
- SALAMONI, Giancarla; DREHMER, Ana Carolina Bilhalva; WASSMANSDORE, Luiz Felipe; SOBRÉ, Maiara Tavares; COSTA, Maria Regina Caetano; DA ROSA, Mateus Silva; DA SILVA, Tieissa Fonseca. *A Geografia da Serra dos Tapes: natureza, sociedade e paisagem*. Pelotas: Ed. UFPEL, 2021.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

Agroecologia. Definir um marco inicial para a agroecologia é uma tarefa quase impossível. Isto porque a produção de alimentos sem a utilização de insumos químicos é tão antiga quanto a própria agricultura, que existe há milhares de anos. Todavia, pode-se situar o surgimento da agricultura ecológica, enquanto prática autoconsciente e movimento orientado à promoção da sustentabilidade ecológica e econômica, bem como da segurança alimentar e da justiça social, entre as décadas de 1970 e 1990. A agroecologia surgiu como resposta à Revolução Verde, que, entre as décadas de 1940 e 1970, introduziu e intensificou o uso de agroquímicos em larga escala na produção de alimentos. Em Pelotas, município reconhecido por sua tradição na produção de charque e, mais atualmente, de doces e arroz, ao se falar em agricultura ecológica, não se pode deixar de citar o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). Anteriormente nomeado de Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, o CAPA foi criado em 1978 pela Igreja Luterana no Brasil para auxiliar os pequenos produtores em sua permanência no campo. Desde então, dedica-se exitosamente a assessorar técnica e burocraticamente agricultores familiares na transição para a produção de base agroecológica. Um dos projetos agroecológicos mais bem-sucedidos assessorado pelo CAPA é a feira da Associação de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-Sul), fundada em 1995 e que continua colhendo cada vez mais frutos, tendo completado 30 anos em 2025. A ARPA-Sul, desde sua fun-

dação, acontece todos os sábados de manhã na Avenida Dom Joaquim, no bairro Três Vendas, em Pelotas, mas abrange também outros pontos da cidade e outros municípios que compõem a Serra dos Tapes, região esta que é um reduto de pequenos produtores ecológicos em meio ao agronegócio. Diversas famílias dos chamados colonos da região, organizadas em grupos conforme a proximidade de suas propriedades, constroem a feira e contribuem para o contexto agroecológico local. Uma parte importante da agroecologia em Pelotas reside também nos quilombos, historicamente apagados da narrativa histórica hegemônica. O CAPA vem trabalhando com as populações quilombolas desde 2000 e, em 2021, a primeira feira quilombola do município foi criada com o suporte da instituição. A feira Akotirene também acontece aos sábados de manhã, mas no beco da Bibliotheca Municipal, em frente à Praça Pedro Osório. Ela é coordenada pelos moradores da Comunidade do Algodão, localizada na zona rural pelotense. O ano de 2021 também marcou um importante avanço ao contexto agroecológico local do ponto de vista político-legal. No mês de outubro, foi instituída a Lei n.º 6.980, que cria a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica do Município de Pelotas. O objetivo desta política é promover o desenvolvimento sustentável, por meio do incentivo à transição ecológica e à produção orgânica e de base agroecológica. Como se pode observar, a história da agroecologia em Pelotas está em curso. Ela remonta ao período de

profusão da agricultura ecológica no país e vem se expandindo e se fortalecendo até o tempo presente, quando experiencia-se uma crise climática e o viver ecológico torna-se cada vez mais importante. Nesse contexto, voltar-se às dinâmicas alimentares locais é fundamental.

Beatriz Franco do Vale

Referências:

CAPA. *Agroecologia: A prática no Capa*. Cadernos Temáticos. Porto Alegre: Capa, 2005. Disponível em: <https://capa.org.br/publicacoes/caderno-sobre-agroecologia/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

CAPA. *Revelando os quilombos no Sul*. Pelotas: CAPA, 2010. Disponível em: https://capa.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Revelando_os_Quilombos_no_Sul.pdf. Acesso em: 06 fev. 2025.

PELOTAS. *Lei n.º 6980, de 14 de outubro de 2021*. Institui a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica do Município de Pelotas, e dá outras providências. Gabinete da Prefeita, Prefeitura de Pelotas, 14 out. 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2021/698/6980/lei-ordinaria-n-6980-2021-institui-a-politica-municipal-de-agroecologia-e-producao-organica-do-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 06 fev. 2025.

VALE, Beatriz Franco do. *Políticas Públicas, agroecologia e segurança alimentar e nutricional: uma análise da percepção dos feirantes agroecológicos em Pelotas (RS)*. 2025. Monografia (Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional) – Centro de Ciências Sócio-Organizacionais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025. Disponível em: <https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamumweb/downloadArquivo?vinculo=NEM1RU-JERlkyOWtSVzF3Y21WellUMHpOa->

klT WVdObGNuWnZQVEV5T0RFM09D-WnpaWEZRWVhKaFozSmhabTg5TV-NaelpYrlRaV05oYnowNEptdGhjbVJsZU-QxT0pteHZZMkZzUVhKeGRXbDJiejFE-VDAxUVFWSIVTVXhJUVUxRlRsUIBKb-TV2YldWRFlXMXBibWh2UFRBd01E-RXIZaTh3TURBeE1tSXlaUzV3WkdZP-ThERDVDQTA=&nomeExtensao=.pdf. Acesso em: 06 fev. 2025.

Anglo. Trata-se de uma das maiores indústrias de carne de Pelotas/RS, instalada às margens do canal São Gonçalo, em prédio que, no final do século XIX e início do século XX, era a Charqueada Moreira e depois veio a ser o Frigorífico Riograndense, que pertencia a pecuaristas gaúchos. A Companhia Frigorífica Rio Grande foi vendida, em 1921, para a *Companhia Lancashire General Investment Trust Limited*, de propriedade do Grupo *Vestey Brothers*, uma associação com origem inglesa. O empreendimento recebeu da Prefeitura as mesmas isenções de impostos do extinto Frigorífico Rio Grandense. No ano de 1921, a fábrica de carnes abateu gado e produziu carne industrializada, mas em pouca quantidade, visto que a maior produção da Companhia estava em Barretos, São Paulo, e o fim da Primeira Guerra Mundial já não exigia uma grande produção de carne frigorificada. Essa companhia formou, no Rio Grande do Sul, a sociedade anônima *The Rio Grande Meat Company*, com sede em Pelotas, e, em 1924, a *The Rio Grande Meat Company* passou a denominar-se Anglo S.A. A companhia inglesa não voltou a abater gado, em 1922 e 1923, devido à instabilidade do mercado financeiro, prejudicada, no Rio Grande do Sul, pela Revolução de

1923. Em 1924 e 1925, quando a Companhia já estava sob a denominação de Frigorífico Anglo, foram abatidas algumas cabeças de gado para a produção de charque e carne frigorificada. Já em 1926, fecharam-se as portas do Frigorífico, tendo sido mantidos o prédio e as máquinas até 1943. A Sociedade Anônima Frigorífico Anglo S. A. foi refundada oficialmente nesse ano e se constituiu em uma grande empresa de frigorificação de carne, a partir de instalações extremamente avançadas para aquela época no Brasil. O Frigorífico empregava uma média mensal de 1.000 a 1.500 pessoas, sendo que, no período da safra, esse número podia aumentar para 2.500 trabalhadores. O Frigorífico Anglo de Pelotas produziu, além de carnes enlatadas tipo exportação, conservas de frutas e legumes, tendo abatido gado até o ano de 1985. Após essa data, passou a produzir apenas conservas, vindo a fechar definitivamente em 1991. Em 2005, o espaço, no qual funcionou o Frigorífico, passou a pertencer à UFPEL, a partir de uma compra realizada pela Fundação Simon Bolívar e posterior doação à Universidade, tornando-se o Campus Anglo, no qual estão abrigadas a Reitoria e a área administrativa da Universidade, além de Unidades Acadêmicas e vários cursos de graduação e pós-graduação.

Neuza Regina Janke

Referências:

JANKE, Neuza Regina. *Entre os Valores do padrão e os do Nação como fica o Operário? O frigorífico Anglo em Pelotas: 1940-1970*. Pelotas: UFPEL, 2011.

Areal. A região conhecida como bairro Areal consolidou-se a partir da implantação das charqueadas, localizadas às margens do arroio Pelotas, e da comunicação destas com o Primeiro Loteamento da cidade, no entorno da atual Catedral São Francisco de Paula. Essa comunicação ocorria, principalmente, a partir de dois caminhos: a Estrada de Cima (atual avenida Domingos de Almeida) e a Estrada de Baixo (atual avenida Ferreira Viana). Essas estradas dividiam os lotes estreitos e compridos das charqueadas em poteiros para o gado comercializado pelos charqueadores na Tablada. Atualmente, o III Plano Diretor de Pelotas, de 2008, reconhece áreas importantes de serem salvaguardadas no local, como o Parque Linear Domingos de Almeida e os Focos de Especial Interesse Cultural (FEICs): Parque da Baronesa, COHAB Areal, Obelisco Republicano e Cacimba da Nação. O documento estabelece ainda a proteção do Foco de Especial Interesse Cultural Casas Açorianas, remanescente luso-brasileiro localizado em frente à Escola Estadual de Ensino Médio Areal, parcialmente demolido no início da pandemia de Covid-19. Esses conjuntos, representativos das diversas formas de ocupação da região, apresentam temporalidades e conformações espaciais distintas. O primeiro bem reconhecido como patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Pelotas, em 1955, localiza-se no Areal: trata-se do Obelisco Republicano, monumento erguido em homenagem ao republicano Domingos José de Almeida, durante o

Império. O monumento encontra-se na avenida que leva seu nome, no terreno onde originalmente era a sua charqueada. Próximo a ele, situa-se outro remanescente importante do local, a Cacimba da Nação, na região conhecida como Areal Fundos. O bairro apresenta, além dos dois caminhos citados anteriormente, outros remanescentes relacionados ao ciclo do charque, como a Estrada das Tropas, percurso que conectava o canal de São Gonçalo à Tablada, cruzando o bairro Areal no sentido norte-sul. Na Tablada, era comercializado o gado conduzido dos Campos Neutrais, oriundo da Vacaria do Mar, localizada entre as Lagoas Mirim, Mangueira e o Oceano Atlântico. O gado, vindo do sul, atravessava o canal de São Gonçalo no Passo dos Negros, ou Passo Rico, local de travessia próximo à desembocadura do arroio Pelotas. O local, que era destinado à fiscalização, cobrança de impostos e comercialização de escravizados, possuiu um projeto de ocupação com a delimitação de seis quarteirões. Na Estrada das Tropas, encontra-se a Ponte dos Dois Arcos, testemunho material importante desse período. No trajeto até a Tablada, encontra-se a Chácara da Baronesa, localizada no cruzamento da Estrada das Tropas com a Estrada de Cima, atuais avenidas São Francisco de Paula e Domingos de Almeida. O local, que atualmente sedia o Museu Municipal Parque da Baronesa, possui um conjunto de construções de diferentes períodos, que, desde 1863, foram habitadas por três gerações da família Antunes Maciel. A moradia principal, atual sede do Museu, foi edificada para a residência de Annibal Antunes Maciel

Júnior, posteriormente agraciado com o título de Barão de Três Serros, e Amélia Hartley Antunes Maciel. Além da moradia principal, foi edificada no local, nas primeiras décadas do século XX, a *Villa Stella*. O parque possui jardins ingleses e franceses, uma gruta artificial (datada de 1883), um lago, uma ponte, um chafariz, uma casa de banho e um castelinho (ou casa dos coelhos). O interior da edificação principal possui um algebe para captação de água da chuva para uso doméstico, característica das construções que se localizavam nos arrabaldes. Em 1978, parte da chácara passou a ser propriedade da Prefeitura Municipal de Pelotas. No período de 1978 a 1982, o local passou por uma intervenção para adaptação ao uso de Museu e, em 1985, foi realizado o tombamento como patrimônio histórico e cultural do município de Pelotas. Em 2018, o Museu Municipal Parque da Baronesa e a Charqueada São João foram tombados pelo IPHAN. Na direção oeste, o limite natural do bairro é o arroio Pepino, com seus pontos de travessia e comunicação com a área central da cidade. No sentido leste-oeste, além da avenida Domingos de Almeida, a rua Nossa Senhora da Luz (atual Rafael Pinto Bandeira) configura-se como local de passagem sobre este curso d'água. Seu traçado além do arroio contribui para a conformação do bairro nos seus arredores na década de 1920. No sentido norte-sul, a *Compagnie Française Port R. G do Sul* estabeleceu uma linha férrea que cortava o bairro, implantada para transportar pedras das pedreiras do Monte Bonito para a construção dos molhes da barra na praia do Cassino.

Em 1934, observa-se o parcelamento dos terrenos onde atualmente encontra-se a praça da Liberdade, denominada na época de Vila Gastão Duarte. Nessa localidade, foi implantada, em 1928, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Bibiano de Almeida. Dessa mesma época são as Escolas Piratiniño de Almeida (1927) e Mauá (1927), esta última localizada junto ao engenho de arroz do Coronel Pedro Osório, às margens do Canal São Gonçalo. Nesse período, já está projetado, ao norte da avenida Domingos de Almeida, o parcelamento do Jardim Europa. Entre as instituições beneficentes do bairro, destaca-se a fundação, em 1924, do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera, pelo bispo Dom Joaquim Ferreira de Mello. A instituição foi proposta inicialmente como Associação dos Meninos Desvalidos. Nas suas proximidades, foi implantada uma instituição hospitalar, o Hospital Espírita de Pelotas (fundado pela Liga Espírita Pelotense, em 1948), além de um clube para reuniões de caráter social, cultural e desportivo, datado de 1955: o Dunas Clube. O Areal acumula remanescentes de diferentes camadas, temporalidades e linguagens arquitetônicas, expressando, em seu patrimônio material e imaterial, uma parcela importante da história e da cultura da cidade de Pelotas.

Aline Montagna da Silveira
Ana Lúcia Costa de Oliveira

Referências:

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Negros, charqueadas e olarias*: um estudo sobre o espaço pelotense. 2 ed. rev. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2001.

MONTONE, Annelise Costa. *Memórias de uma forma de morar: a Chácara da Baronesa*, Pelotas, RS, BR. (1863-1985). 2018. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

Arquitetura. Quando analisada a Arquitetura produzida no território onde se desenvolveu o município de Pelotas, é possível estabelecer, pelo menos, seis períodos didáticos. Tal periodização busca facilitar a identificação das tipologias edilícias experimentadas e as linguagens arquitetônicas adotadas, como forma tangível de compreensão da identidade da cidade. Inicialmente, cabe falar de um Período Nativo, caracterizado pela ocupação e exploração do território por populações autóctones coletoras e caçadoras. Grupos que, em função do grau de nomadismo, mantinham distintas relações espaciais com os seus estabelecimentos – o conjunto de trilhas e caminhos, moradas e aldeias, abrigos e acampamentos transitórios, incluindo espaços cerimoniais. Recentemente, a Arqueologia tem resgatado a significância do período, particularmente em relação às formas de ocupação das margens da bacia hidrográfica das lagoas dos Patos e Mirim, com destaque para as configurações de transformação da natureza ou criação de paisagens culturais, como é o caso dos cerritos (plataformas) identificados do Pontal da Barra à Lagoa do Fragata. Com datações comprovadas que retroagem há 2500 anos antes do presente, os cerritos atestam a existência de grupos nativos distintos e anteriores aos guaranis, estes com sítios de aldeias na serra dos Tapes e acampamentos junto às la-

goas. Seguindo a sequência cronológica, temos o Período Colonial. Começa em 1758, ano que marca o início do processo de divisão sucessiva das terras originais de Pelotas, e se estende até, aproximadamente, 1850, englobando, portanto, todos os acontecimentos que envolveram a fundação e o desenvolvimento da cidade, paralelamente ao início da produção do charque na região. Em sentido estrito, a arquitetura colonial é aquela que foi produzida no Brasil, a partir de 1500, como reflexo do contato direto entre as tradições culturais nativas e europeias, predominando os padrões edíficos portugueses, tanto do ponto de vista das técnicas construtivas quanto dos programas, partidos e linguagens. Tal arquitetura, especialmente com o fim do monopólio português sobre o comércio brasileiro, em 1808, sofreu transformações importantes, incorporando componentes industrializados e abrindo-se para linguagens mais elaboradas. Embora, do ponto de vista histórico, o período colonial, oficialmente, tenha encerrado em 1822, do ponto de vista arquitetônico, sua linguagem manteve-se viva ainda por muitos anos. Em 1834, ano em que o eng. Eduardo Kretschmer levantou o mapa da cidade, Pelotas possuía 544 prédios, todos identificados com os códigos formais da arquitetura colonial luso-brasileira. São exemplos da arquitetura colonial pelotense: a sede da Fazenda Laranjal ou Nossa Senhora dos Prazeres, a sede da Estância da Graça, a sede da charqueada São João, a residência 201 da rua Major Cícero de Góes Monteiro (considerada a mais antiga da cidade), a sede da Fazenda da Palma, a

sede da charqueada da Costa e as residências 702 e 766 da rua Gonçalves Chaves. Estima-se que, ao longo do século 19, chegaram a funcionar concomitantemente, na região de Pelotas, cerca de quarenta charqueadas. Destas, restaram poucas sedes, a maioria descaracterizada, algumas abandonadas, poucas preservadas. Apresentam-se geralmente despojadas de suas construções complementares, as senzalas, os currais, galpões, bretes, canchas, salga-deiras, varais, tanques, graxeiras, tafoinas, barracas de couros, olarias etc. Foi com o charque que a economia regional prosperou e o Rio Grande do Sul pôde integrar-se, efetivamente, ao mercado nacional. Foi com o charque que Pelotas se desenvolveu e se projetou, tornando-se uma das mais importantes do interior do país. Foi com o charque que o negro escravizado foi introduzido, de maneira significativa e brutal, no atual território gaúcho, consolidando o sistema escravista no Brasil Meridional. Foi com o charque que se produziu uma arquitetura diferenciada. É o que constatamos no Primeiro Período Eclético (1850 até 1900). Em função do enriquecimento e desenvolvimento de parte da população local, foi necessário forjar e mesmo manter um *modus vivendi* típico e, se possível, exclusivo dos grandes charqueadores. Modo capaz de, por si só, diferenciar aqueles ricos senhores dos demais gaúchos e até mesmo de parte dos pelotenses, que estavam à margem daquela sociedade. Este novo modo de vida manifestou-se, sobretudo na cidade, através de um programa de melhoramentos urbanos e de construções públicas e privadas de altíssimo

gabarito, que modificaram totalmente a fisionomia de Pelotas. As construções locais começaram a apresentar os primeiros sinais de uma transformação profunda pela qual já estava passando a arquitetura brasileira desde o início do mesmo século: a substituição dos modelos coloniais/luso-brasileiros por outros ecléticos. Passou a existir o predomínio de uma arquitetura que utilizava elementos retirados da arquitetura clássica. As fachadas passaram a ser concebidas a partir de rígidos esquemas compostivos e a receber uma série bastante grande de elementos ornamentais derivados diretamente do mundo clássico. É a arquitetura das quatro ordens; da base, do fuste e do capitel; das colunas, das pilastras e do entablamento; da arquitrave, do friso da cornija; da platibanda, do frontão e dos acabamentos em louça; das ânforas, das compoteiras e das estátuas. São exemplos do primeiro período eclético da arquitetura pelotense: a Santa Casa de Misericórdia, a Capela da Beneficência Portuguesa, a Chácara da Baronesa, o Clube Comercial, a Prefeitura Municipal, a Escola Eliseu Maciel (Museu Leopoldo Gotuzzo), a Capela de São João Batista, a Biblioteca Pública, a residência de Miguel Barcellos (Escola Monsenhor Queiroz), o Palacete da Família Ribas (Escola Sallis Goulart), as residências 471 e 702 da rua XV de Novembro e as residências 2, 6 e 8 da Praça Cel. Pedro Osório. As últimas décadas do século 19 foram marcadas pelo agravamento da crise da produção do charque e pelo início da industrialização no Estado. Assim, os *grand-seigneurs* pelotenses passaram a representar apenas uma fração da classe

dominante e a dividir o seu espaço político, econômico e, inclusive, urbano com a recém-formada elite industrial. A necessidade de autoafirmação, como fração da classe dominante, fez com que a ação da liderança industrial extrapolasse as fábricas e se concretizasse através da construção de uma “outra” cidade, segundo novos conceitos de expressão políticos, estéticos e funcionais. Trata-se do Segundo Período Eclético (1900 a 1930). A introdução de novos tipos de construção, o processo de reformulação e ampliação dos prédios das antigas instituições construídas pelos charqueadores e o reaparelhamento institucional garantiram a configuração de uma cidade de fisionomia industrial, burguesa e completamente eclética. O momento é, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, bastante significativo para a arquitetura da cidade. Se, no período anterior, existiu um predomínio do que pode ser chamado de ecletismo historicista, a partir do início do século 20, ocorreu uma tendência a favor do ecletismo tipológico, que implica escolhas prévias de cunho analógico ou de referência, que orientam o estilo quanto à finalidade a que se destina o edifício a ser construído (caráter relativo). Essa tendência manifestou-se, provavelmente, pela primeira vez quando o arq. Caetano Casaretto projetou a sede do Congresso Português Primeiro de Dezembro (1895). A partir do Congresso Português, as demais construções públicas do período caracterizaram-se pela busca de uma nítida identificação visual com a função do edifício, através das formas, dos recursos e dos atributos decorativos. Em de-

corrência disso, e devido à existência de uma nova ordem social, a cidade assumiu um caráter mais cosmopolita e menos provinciano e aristocrático. São construídos oito cinemas, um cassino, quatro bancos e um hotel de luxo. Ocorreu, ainda, uma difusão do ecletismo dito “deliberado”, caracterizado pela liberdade no manejo dos estilos recuperados do passado e pela construção de uma arquitetura resultante da composição intencional de elementos de repertórios estilísticos diversos, o que pode ser exemplificado pelas intervenções no Clube Caixeiral (1902), no Mercado Público (1914) e no Teatro Sete de Abril (1916). O período assistiu, também, ao desenvolvimento acentuado de novas tipologias residenciais que vinham responder a uma demanda habitacional surgida do progresso industrial, com a transição da atividade artesanal e manufatureira para a industrial; e das modificações das relações de trabalho, com a afirmação do operariado e da classe média. Surgem, então, os contrafeitos, os chalés de madeira, as casas para obreiros, as vilas operárias e os vilinos para a classe média. Aparecem, também, as *villas*, principal tipo de construção burguesa da época. A primeira linha de bondes a tração animal (1873) – que ligava a Estação Central (na Floriano Peixoto) ao porto, pela rua XV de Novembro –, as obras do “novo cais” (1902 a 1908), a localização de grandes indústrias como a Cia Fiação e Tecidos (1910), a construção da estrada de ferro Rio Grande-Bagé (1881) e a consequente localização da Estação Férrea impulsionaram o crescimento da cidade em direção ao porto e em direção à mancha

ferroviária. Só a partir de 1914, com o início da implantação do Bairro Augusto Simões Lopes, foi que a cidade ultrapassou o limite dos trilhos ferroviários, rumo ao oeste, conquistando parte do chamado “campo do Viana”. No loteamento, Simões Lopes localizou a chamada “Cidade Nova” (vila operária construída fronteira à estação férrea), o primeiro campo do Grêmio Esportivo Brasil, duas praças públicas e a sua própria residência, o chamado Castelo Simões Lopes (1922). São exemplos do segundo período eclético da arquitetura pelotense: o Clube Caixeiral, a Catedral Anglicana do Redentor, a Biblioteca Pública (segundo pavimento), o Mercado Público (reformado), o Teatro Sete de Abril (fachada), o Asilo Nossa Senhora da Conceição (reformado), o Castelo Simões Lopes, o Moinho Pelotense, o Teatro Guarany, o Grande Hotel, a Faculdade de Direito, o Asilo de Mendigos, a Estação Férrea, a Catedral de São Francisco de Paula (reformada) e as antigas sedes do Banco Pelotense, Banco do Comércio, Banco da Província e Banco do Brasil. Entre os anos de 1930 e 1950, foram protocolados e analisados 3.509 projetos na Prefeitura Municipal de Pelotas, entre construções novas (1.240) e reformas e/ou ampliações (2.269), o que corresponde a uma média de apenas 175 projetos por ano. Durante estas duas décadas, Pelotas assistiu a um lento momento de evolução e de depuração de sua arquitetura. Trata-se do Primeiro Período Moderno (1930-1950). Uma pequena revolução estética ou apenas parte de um período de transformação permanente pelo qual passou a cidade, que lhe conferiu

uma nova fisionomia, não mais colonial, não mais totalmente eclética, mas agora assumidamente “moderna”; porém, ainda afastada do modernismo das vanguardas europeias e, principalmente, da corbusiana. Uma arquitetura que procurava adequar-se diante de uma intensa crise financeira, de uma série de modificações estruturais da sociedade e das novas opções técnicas e estéticas que se apresentaram a partir da década de 1930. É desta forma que passaram a conviver lado a lado, sem nenhum conflito aparente, obras que podem – e devem – ser chamadas de ecléticas, na medida em que ainda buscavam a recuperação de elementos da arquitetura do passado; e outras, que podem ser chamadas de modernas, na medida em que buscavam abandonar qualquer referência ao passado e construir uma arquitetura apenas ditada pela plasticidade, pela economia e na qual não havia mais lugar para a ornamentação. Paralelamente à presença de modelos habitacionais identificados com a reprodução de estilos variados, desenvolveu-se uma arquitetura reconhecida como moderna e que atingiu tanto obras públicas quanto privadas. Uma arquitetura de estereometria simples e elementar, que utiliza volumes definidos e puristas, adota procedimentos aditivos, explora o escalonamento de massas e reduz a decoração ou ornamentação a pequenos frisos de acabamento, ao uso de tipos gráficos padronizados (as letras modernistas) e a mastros de bandeiras. A inauguração do Jóquei Clube de Pelotas (1930), do Aeródromo Bartolomeu de Gusmão (1933) e o projeto do Parque para a Ci-

dade de Pelotas (1930 – atual Sociedade Agrícola) permitiram a ocupação da antiga Tablada e impulsionaram o crescimento em direção ao bairro Três Vendas; o que se efetivou com a implantação de uma série de matadouros e frigoríficos na região conhecida como Terras Altas e com o surgimento das vilas Santa Terezinha, Silveira e Carúcio. A região norte da cidade (até então majoritariamente ocupada por chácaras) só mudaria de configuração a partir da década de 1940, quando foi eleita, pela classe alta, para a construção de suas habitações (quarteirões maiores, lotes maiores, residências ajardinadas e recuadas em relação às divisas). Ainda na zona norte, mas principalmente junto às ruas Marechal Deodoro, Santa Tecla, Santos Dumont e Professor Araújo, as habitações destinaram-se à classe média, mantendo, em sua maioria, os padrões tradicionais da cidade (lotes estreitos, construções nas divisas, casas geminadas, um pavimento). Tal tendência foi coroada, no final da década de 1960, com a construção da Cohabpel, iniciativa pioneira no campo da habitação popular, que, além de ter dirigido o crescimento da cidade em direção à Avenida Dom Joaquim, tem conseguido manter suas características originais. São exemplos do primeiro período moderno da arquitetura pelotense: o Edifício Glória, o Colégio Santa Margarida, o Sanatório Roxo (demolido), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o Palácio do Comércio, o Colégio Assis Brasil, o Clube Diamantinos, a Caixa Econômica Federal, o Edifício Ribas, o Edifício APIP, o Edifício Del Grande e a Laneira do Brasil. Se compa-

rada às características da arquitetura carioca de vertente corbusiana, conforme definidas por Carlos Eduardo Dias Comas (1978), pode-se afirmar que a arquitetura moderna produzida em Pelotas ignora a obra de Le Corbusier e se desenvolve à margem da arquitetura elaborada pelos cariocas. As características citadas por Comas (1978) só viariam a aparecer a partir da segunda metade do século XX, difundindo-se lentamente. Trata-se do Segundo Período Moderno (1950-1980). Durante a década de 1950, efetivaram-se três loteamentos populares que, além de terem sido localizados em áreas recuperadas de banhados, são expressivos devido ao desenho urbano fortemente influenciado pelas propostas de Cidade Jardim: o bairro Nossa Senhora de Fátima, a ampliação do bairro Simões Lopes e o bairro Jardim Europa. Os loteamentos dos balneários Santo Antônio (década de 1940), Valverde e Prazeres (década de 1950) impulsionaram a ocupação das margens da Lagoa dos Patos e forçaram um crescimento linear da cidade em direção às praias. Crescimento que só se efetivou a partir dos anos 70 e 80, com loteamentos voltados para a classe média-alta – como o Recanto de Portugal, o Marina Ilha Verde e o Las Acácias. Em 1947, sob a coordenação do eng. Edvaldo Paiva, foi elaborado um projeto de expansão dos serviços de água e esgoto da cidade. Tal documento acabou direcionando o próprio crescimento da cidade até a década de 60. Em 1966, o prefeito Edmar Fetter contratou a firma Orplan, de Porto Alegre, para a elaboração do I Plano Diretor de Pelotas. Sob a coordenação da arquiteta Lais

de Pinho Salengue, formou-se, em Pelotas, uma equipe composta pelos engs. Pedro Luís Monti Prietto e Leopoldino Ratto Simoni, e pelos arqs. Raymundo Paulo Tomkowski, Ivony Ziebel e Gonzalo Figueroa. A situação do município foi pormenorizadamente diagnosticada, o perímetro urbano foi zoneado e uma série de índices urbanísticos estabelecidos. A verticalização da zona central da cidade sofreu forte impulso com a elaboração do Plano, que, entre seus objetivos, pretendia “agilizar” o processo de renovação (substituição) das construções do perímetro central, o que gerou algumas experiências tipológicas, como a dos edifícios Galeria Zabaleta (1968, tipo barra horizontal em altura), Fontana di Trevi (1973, tipo torre em Y) e Moinhos de Vento (1974, tipo torre em X). O final da década de 1970 foi marcado por uma série de iniciativas da administração municipal que repercutiram fortemente no desenho e planejamento da cidade. Sob iniciativa do prefeito Irajá Andara Rodrigues, foi realizada a revisão do Plano de 1966. A equipe técnica local (arquitetos Rogério Gutierrez Filho, Armando Rodrigues da Costa, Rosa Rolim de Moura e o geógrafo Renato Müller), admitiu a participação do arq. Demétrio Ribeiro como consultor. O II Plano Diretor de Pelotas definiu um corpo legal que incluía a Lei de Zoneamentos e Recuos, a Lei de Loteamentos, o Código de Edificações e a Lei de Proteção Ambiental. O crescimento radial da cidade foi respeitado e estimulado através de legislação particular e da criação dos chamados corredores de comércio. Foram criados, também, o Distrito Industrial Anacleto

Firpo e as áreas de proteção ambiental. Na mesma época, o sistema viário foi redesenhado com a abertura e/ou pavimentação de uma série de avenidas articuladas entre si (Av. Ferreira Vianna, Av. São Francisco de Paula, Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Av. República do Líbano, Av. João Goulart e a ligação da Av. Bento Gonçalves com a Duque de Caxias). Como centro de todo esse complexo viário, e induzindo o crescimento da cidade em direção noroeste, destaca-se o brutalista Terminal Rodoviário (1978-81), do arq. Gonzalo Figueroa. O Segundo Período Moderno consolidou-se a partir do final da década de 1950, através da construção de uma série de prédios significativos, que deixam transparecer uma nítida influência da arquitetura dos grandes mestres e, particularmente, da vertente corbusieana reelaborada pelos arquitetos cariocas ou paulistas. São exemplos do segundo período moderno da arquitetura pelotense: a sede da Sociedade Rádio Cultura, o edifício Ana Luíza, o Conjunto Ipase, o Edifício Sulbanco, a Escola Cel. Pedro Osório, o antigo Fórum de Pelotas, o Edifício Banlavoura, o Clube Brilhante, o Edifício Des Esarts e a sede da CTMR. A partir da década de 1980, alguns arquitetos passaram a defender uma nova postura diante da cidade: de um lado, propondo uma releitura dos atributos que, ao longo do tempo, caracterizam a arquitetura pelotense, em uma espécie de rejeição da estética modernista internacional; e, de outro, explicitando preocupações patrimoniais, com intervenções significativas de reciclagem e restauração de monumentos importantes. Trata-se do

Período Pós-Moderno ou Contemporâneo (1980 aos dias de hoje). São exemplos de tal postura: o edifício comercial 523 da rua Mal. Deodoro, o edifício comercial 938 da rua Voluntários da Pátria, o edifício residencial 1918 da rua Rafael Pinto Bandeira, o edifício residencial 4118 da rua Anchieta, a agência bancária 59 da Praça Cel. Pedro Osório. Duas iniciativas, no entanto, devem ser destacadas para a compreensão do longo período. No final da década de 1980, a Prefeitura Municipal construiu uma série de postos de saúde, localizados em diferentes bairros da periferia. O projeto-padrão foi elaborado pelos arquitetos Maurício Polidori, Evaldo Krüger, Fernando Caetano e Simone Delanoy; e seu resultado foi bastante surpreendente, uma vez que a linguagem levada para os bairros foi a recriação daquela existente em alguns prédios da arquitetura tradicional do centro da cidade, ou seja, uma construção simétrica, modulada, com acessos perfeitamente indicados (através do uso do frontão), com seus limites perfeitamente definidos (através da reutilização de cunhais, socos e platibanda). Cada posto médico, dessa forma, passou a constituir um marco de referência para as diferentes comunidades locais e, ao mesmo tempo, a identificá-las com a população (ou as construções) do centro da cidade, do qual estão tão distantes. Em uma espécie de ação em sentido contrário, temos o Parque Una, grande empreendimento imobiliário implantado a partir de 2016, que, ao negar a cidade tradicional, propõe, em antiga área periférica e alagadiça de Pelotas, a construção de um bairro-cidade autônomo e de arqui-

tetura internacional. Por fim, é necessário afirmar que vários arquitetos pelotenses se mostram preocupados em adotar uma narrativa própria, simultaneamente cosmopolita e identificada com a tradição local. Cada escritório trilhando um caminho diferente. Ao longo da história local, ocorreu uma espécie de seleção natural das tipologias arquitetônicas que mais se integraram e se adaptaram ao clima, ao solo, ao relevo, ao traçado, ao parcelamento e às condições culturais da cidade. São tipos que se repetem e estão carregados de valores essenciais da cidade. Pelotas é possuidora de uma personalidade urbana, de uma concepção unitária. Outras existem, mas acreditamos que os arquitetos pelotenses devem buscar nossa concepção e ser fiéis à nossa personalidade urbana. Devem recuperar a qualidade da arquitetura a partir das especificidades de nossa cidade e de acordo com a realidade (em permanente transformação). Parece que esse deve ser o caminho da arquitetura pelotense contemporânea.

Andrey Schlee

Referências:

- COMAS, Carlos Eduardo. Uma certa arquitetura moderna brasileira: experiência a reconhecer. *Arquitetura Revista*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 22-28, 1978.
- MOURA, Rosa; SCHLEE, Andrey. *100 imagens da arquitetura pelotense*. Pelotas: Pallotti, 1998.
- SCHLEE, Andrey. *O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40*. 1993. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

Artes Plásticas (pós-1960). A produção desse período resulta da atuação de artistas e incentivadores presentes em Pelotas desde o século XIX e a primeira metade do século XX. Esses pioneiros estabeleceram as bases que impulsionaram carreiras, eventos e instituições, moldando o cenário artístico local. Desde então, a cidade se consolidou como um centro para a formação de artistas e a promoção cultural na metade sul do estado, organizando um campo artístico próprio. Leopoldo Gotuzzo exemplifica essa continuidade. Mesmo a distância, ele manteve sua influência, especialmente por meio das doações de suas obras à antiga Escola de Belas Artes (EBA). Essas doações levaram, em 1986, à criação do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), vinculado à Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Essas duas instituições desempenham um papel estruturante na formação de artistas e na valorização da produção artística local e regional. A contínua relevância de Gotuzzo para a arte em Pelotas, mesmo após seu falecimento em 1983, deve-se tanto à sua trajetória destacada quanto ao trabalho de preservação e difusão realizado pelo MALG. Além disso, inicialmente concebido como um museu monográfico, o MALG expandiu seu acervo, passando a administrar sete coleções de obras de arte oriundas de Pelotas, do Rio Grande do Sul e do Brasil, bem como um conjunto de obras internacionais e um consistente programa expositivo. A Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA), fundada em 1949, foi renomeada, em 1966, como Escola de Belas Artes D. Carmen

Trápaga Simões, em homenagem à doadora do prédio que abrigou sua primeira sede própria. Entre 1969 (ano de criação da UFPel) e 1973, ocorreu o processo de incorporação da EBA pelo Instituto de Artes (IA) da universidade, criado em 1971. Essa fusão fortaleceu a escola, que deixou de ser uma instituição privada para tornar-se pública. Ao longo dos anos, a unidade passou por novas reestruturações: em 1979, transformou-se no Instituto de Letras e Artes (ILA); em 2005, foi reformulado como Instituto de Artes e Design (IAD); e, finalmente, em 2010, adotou sua denominação e estrutura administrativa atual, Centro de Artes (CA). Desde então, o CA mantém sua influência regional, formando e atraindo centenas de alunos, artistas e professores. Entre as décadas de 1960 e 1980, a arte moderna foi gradualmente assimilada pela antiga EBA, em paralelo à reestruturação da escola, impulsionada tanto pela atuação de novos professores quanto pelo acesso a recursos federais. Nesse contexto, enquanto a Ditadura Militar intensificava o controle sobre a arte no centro do país, Pelotas vivia certo alheamento, com uma produção artística prolífica, embora predominantemente conservadora. Ainda assim, em 1964, foi realizada uma Semana de Arte Moderna na cidade, reunindo artistas e intelectuais. Já em 1966, a comunidade estudantil da EBA criou a Galeria Crítica Nova, um espaço dedicado à difusão do modernismo e à liberdade criativa. Ambas as iniciativas, de alcance limitado, destoavam dos valores predominantes na cidade. Ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, artistas formados na antiga

EBA começaram a se destacar no cenário artístico. Inah Costa, por exemplo, aluna da primeira turma da escola, iniciou sua trajetória produzindo obras que dialogavam com o academicismo. No entanto, após viagens de estudo ao Rio de Janeiro, passou a explorar a abstração, tornando-se uma das pioneiras nesse estilo em Pelotas. Desde as décadas de 1970 e 1980, também se sobressaíram, a partir da antiga EBA, Luís Carlos Mello da Costa (falecido em 1993) e Lenir Garcia de Miranda. Mello da Costa, que, assim como Inah Costa, foi aluno de Ivan Serpa, no MAM-RJ, explorou a natureza-morta e a figura humana, apropriando-se de estilos de diferentes períodos da história da arte. Lenir de Miranda, também ex-aluna da EBA e ainda em atividade, é uma das maiores referências em arte contemporânea de Pelotas. Ela trabalha a pintura de forma ampliada com o uso de diversos materiais, suportes e linguagens. O aumento do número de artistas formados pela EBA impulsionou, desde o início, o campo e o mercado da arte em Pelotas. Inah Costa, por exemplo, além de pintora, foi uma professora requisitada. Ela criou o curso particular “Desenho, Pintura e Estruturação”, que colaborou com a formação de nomes como Aurys Abrantes e Lena Pinto Ferreira. Inah desempenhou um papel relevante, promovendo exposições de seus trabalhos e de alunos em espaços alternativos, como no vestibulo da Prefeitura Municipal e na Biblioteca Pública. Esses eventos ajudaram a fomentar um circuito de compra e venda de obras e incentivaram a abertura de galerias comerciais. As primeiras galerias de

arte privadas em Pelotas surgiram na década de 1970, sendo a pioneira a Galeria Moduloja, criada em 1973. Outro destaque desse período foi a Galeria de Arte Van Gogh, inaugurada em 1978. Nos anos 1980, novos espaços foram estabelecidos, como as galerias Larré da Silva e Strutura. Durante essa fase, Pelotas consolidou-se como um dos mercados de arte mais dinâmicos do Sul do Brasil, embora a crise econômica da época tenha impactado a maioria desses empreendimentos. A criação da Galeria Municipal de Arte, em 1984, teve um papel fundamental ao promover exposições de artistas nacionais e fomentar o intercâmbio entre a produção local e a cena artística brasileira. Duas décadas depois, surgiu outro espaço público, a Galeria Sete ao Cubo, vinculada ao Teatro Sete de Abril, que teve breve atuação com uma programação voltada à arte contemporânea. Nas décadas de 2010 e 2020, destacam-se o Espaço de Arte Daniel Bellora e o Ágape, Espaço de Arte, centros culturais privados que combinam venda e exposição de obras de arte, com eventos e espaços multiuso. Entre 1977 e 1981, foram promovidas edições do Salão de Arte de Pelotas, realizadas pela 5ª Delegacia de Ensino e organizadas por Nelson Abott de Freitas. Além disso, ao longo da década de 1980, a Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Pelotas (Fundapel), órgão da Prefeitura Municipal, promoveu novos salões, alguns voltados para artistas locais e outros de abrangência nacional. Realizados entre o final da Ditadura Militar e o início da redemocratização, esses salões incentivaram maior liberdade cria-

tiva e, com a atuação dos cursos de arte e eventos promovidos pela universidade, progressivamente colaboraram para uma maior aceitação da arte contemporânea. Entre as gerações de alunos, professores e ex-alunos que se tornaram docentes e artistas vinculados à UFPel – especialmente a partir dos anos 1980, e alguns deles em continuidade até o presente –, destacam-se nomes como Helena Kannan, José Luiz de Pellegrin, Zeca Nogueira, Paulo Damé, Lauer Santos e Daniel Acosta. O trabalho de Damé, por exemplo, transita entre diferentes técnicas e linguagens tridimensionais e espaciais, explorando temas frequentemente relacionados à natureza e à ancestralidade. Lauer, em suas pinturas mais recentes, adota uma abordagem hiper-realista, explorando tanto a representação de reflexos e superfícies brilhantes quanto imagens fugidias de uma sociabilidade homoerótica. Já Daniel Acosta elabora trabalhos que sincretizam a arte contemporânea com materiais e tipologias provenientes da arquitetura e do mobiliário urbano. A diversificação de linguagens e autores, desde os anos 2000, revigorou o campo da arte em Pelotas, refletindo novas possibilidades criativas alinhadas à cena global da arte contemporânea. Destacam-se novos nomes, entre os quais Helene Sacco, Martha Gofre e Clóvis Martins Costa. Performances, vídeos, instalações e outros meios são cada vez mais explorados pelos artistas, a exemplo dos registros fotográficos feitos por Duda Gonçalves e apresentados em multiformatos. Nas últimas décadas, artistas independentes desenvolveram carreiras em espaços não vincula-

dos à universidade, como Arlinda Nunes e Harly Couto. Hilda Mattos, por exemplo, falecida em 2016, foi uma desenhista e pintora cuja trajetória foi marcada principalmente pela temática do nu feminino. Graça Marques, por sua vez, tem produzido séries de trabalhos que transitam entre a figuração e a abstração, frequentemente inspirados nas técnicas ou na visualidade da colagem. Esses artistas independentes dinamizam a cena artística local, mantendo ateliês criativos que também podem funcionar como espaços privados para o ensino das técnicas artísticas, atraindo muitos iniciantes. Ateliês de cerâmica, por exemplo, têm se mostrado bem-sucedidos, como os mantidos por Graça Antunes e Renata Martins. Muitos desses nomes integram o “Movimento dos Artistas Plásticos de Pelotas (MAPP)”, fundado em 2000 e responsável por diversas atividades, entre elas a exposição anual intitulada “Arte: Expressão e Identidade”. Nas últimas décadas, uma vibrante cena de arte urbana desenvolveu-se em Pelotas. Em 1997, um coletivo de artistas realizou aquele que pode ser considerado o primeiro grafite da cidade. Desde então, Pelotas vem se consolidando como um centro de arte urbana, com destaque para grafites, mas também para *stencils*, pôsteres e outras manifestações dessa arte efêmera. Algumas regiões, como o centro e as proximidades do porto municipal, tornaram-se espaços onde nomes como Junior Asnoum, Fernando Muswieck e GuiNR deixam suas marcas. Entre eles, destaca-se Felipe Silva (Povo!), artista cuja obra abordava o tema das injustiças sociais. Sua morte, em 2019, moti-

vou um grande evento colaborativo que reuniu participantes para cobrir as paredes do Centro de Artes da UFPel, em sua homenagem. A maioria desses artistas urbanos deixa suas marcas pelas ruas, criando trabalhos efêmeros que, posteriormente, são reinterpretados e comercializados pelos próprios criadores por meio de suportes tão diversos, como copos, telas e camisetas. Pelotas é a cidade natal de artistas que seguiram carreira fora, cujas obras e trajetórias nem sempre evidenciam suas origens. Entre eles, destacam-se Fernando Duval, autor de um mundo imaginário que satiriza a sociedade, e Clara Pechansky, conhecida por suas representações estilizadas de tipos sociais. Outro nome importante é Magliani, pintora de traço expressionista, que utilizou cores vibrantes e imagens viscerais para construir uma carreira de sucesso. Após seu falecimento, em 2012, sua obra ganhou ainda mais visibilidade por meio de iniciativas que buscam reparar a marginalização de artistas afro-brasileiros na história da arte. Nesse sentido, destaca-se também o nome de Judith Bacci, cuja história está associada à da EBA, quando da sua inserção na instituição, visando cumprir os papéis de zeladora e, posteriormente, laboratorista. Seu aprendizado deu-se principalmente de forma autodidata, por meio da observação e interação com artistas e professores da escola. A obra de Bacci contempla temas diversos, chegando a dialogar com suas matrizes sócio-históricas afro-brasileiras, a exemplo da escultura “Mãe preta amamentando menino branco”, que tem sido recorrentemente apresentada em exposições que percor-

rem o Brasil e fazem dela uma referência da arte pelotense. Desde a pandemia de Covid-19 e seu abrandamento, observa-se em Pelotas uma maior popularização da arte contemporânea, com novas linguagens e tecnologias sendo cada vez mais utilizadas nesse meio, como demonstram os leilões on-line de arte pelotense realizados durante a emergência sanitária. Além disso, os artistas têm se voltado para temas de caráter biográfico ou social: os novos autores vêm se dedicando à valorização da diversidade e à inclusão das culturas afro-diaspóricas, indígenas e LGBTQIA+. Ademais, espaços expositivos de caráter mais experimental, mobilizados por coletivos, têm se tornado cada vez mais operantes.

Roberto Heiden

Referências:

- CENTRO DE ARTES DA UFPel. História. *Ensino da Arte na UFPel: as origens do Centro de Artes*. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ca/historia/>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- DINIZ, Carmen Regina Bauer. Artes Plásticas. In: BEATRIZ, Ana Loner; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório Magalhães. (orgs). *Dicionário de História de Pelotas*. 3. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/3735>. Acesso em: 09 jan. 2025.
- DINIZ, Carmen Regina Bauer. *Nos Descaminhos do Imaginário: a tradição acadêmica nas artes plásticas de Pelotas*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- FURTADO, Leonardo de Jesus. *A inserção de práticas artísticas no espaço público da cidade de Pelotas: limites e potencialidades*,

conflitos e convergências. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5492>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MAGALHÃES, Clarice Rego. *A Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1973): Trajetória institucional e papel na História da Arte*. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/1680>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MOVIMENTO DOS ARTISTAS PLÁSTICOS DE PELOTAS. Disponível em: https://www.facebook.com/MAPPArte/?locale=pt_BR. Acesso em: 15 fev. 2025.

MUSEU DE ARTE LEOPOLDO GOTTUZO. *Sobre o Museu*. Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/malg/sobre-o-museu/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MUSEU DE ARTE LEOPOLDO GOTTUZO. *Mãe Preta amamentando menino branco*. Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/malg/ciclos-fins-e-recomecos/mae-preta-amamentando-menino-branco/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

PEREIRA, Leticia Alves. *A identidade representada, da espiritualidade à materialidade (Pelotas-RS): a arte umbandista de Judith Bacci*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5466>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SILVA, Úrsula Rosa da; LORETO, Mari Lucie da Silva. *História da Arte em Pelotas: a pintura de 1870 a 1980*. Pelotas: EDUCAT, 1996.

Assentamento da Palma (Assentamento 24 de Novembro).

A história do Assentamento 24 de Novembro, também conhecido como Assentamento da Palma, divide-se em dois momentos distintos, sendo sua concretização resultado de duas ocupações do Centro Agropecuário da Palma (CAP) e do exemplo da resistência camponesa no sul do Estado do Rio Grande do Sul. Em 23 de novembro de 1987, quarenta e nove famílias pertencentes ao Movimento Sem Terra (MST) ocuparam uma área de propriedade da Universidade Federal de Pelotas, no município de Capão do Leão, reivindicando o direito à posse daquele espaço e alegando sua ociosidade e subutilização por parte da Universidade. Começaram, então, os embates políticos entre agricultores, representantes da Universidade, do governo federal e de entidades civis sobre a questão. A relação de confronto jurídico e a não aceitação, por parte da Universidade, em assentar as quarenta e nove famílias é manifestada desde o primeiro momento, tanto em declarações de seus representantes quanto em medidas judiciais adotadas quase imediatamente após a ocupação. No dia 7 de dezembro de 1987, sem que os agricultores fossem antes recebidos e ouvidos pela Universidade, foi impetrado o pedido de reintegração de posse, deixando claro que não haveria, por parte dos gestores da UFPel à época, a busca de um caminho que permitisse que, naquele momento, ocorresse um assentamento de reforma agrária no Centro Agropecuário da Palma. No dia 21 de maio de 1988, passados seis

meses de resistência, os agricultores acampados na área deixaram o local, após o Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CO-CEPE), por votação, rejeitar o projeto de assentamento, encerrando assim este primeiro processo de ocupação do Centro Agropecuário da Palma. Em 12 de março de 1992, 220 agricultores ocuparam pela segunda vez a mesma área anteriormente ocupada, encontrando uma nova gestão frente à Universidade Federal de Pelotas, disposta a dialogar e a buscar uma solução para as reivindicações trazidas pelo movimento. Esta data foi estrategicamente escolhida pelos agricultores, pois o então Presidente da República, Fernando Collor de Mello, estaria na região para a abertura da colheita do arroz, na Granja Bretanha, localizada no município de Arroio Grande - RS e, dessa forma, a pressão pela reforma agrária teria maior repercussão entre os representantes políticos locais, estaduais e federais. A chegada dessas famílias ao município de Capão do Leão foi resultado de uma peregrinação e luta pela reforma agrária que se iniciou no município de Cruz Alta - RS, de onde saíram com destino à cidade de Bagé - RS. Ali, acamparam em duas áreas distintas antes de partirem em procissão até o Centro Agropecuário da Palma, no município de Capão do Leão, em março de 1992. Durante oito meses, as famílias permaneceram acampadas no local, enfrentando o rigoroso inverno e as incertezas em relação ao seu futuro, até que, em 24 de novembro de 1992, foi oficialmente criado o assentamento que hoje leva o nome da data de sua criação. A concretização do assen-

tamento deu-se através de um contrato de comodato, o qual permitia o uso da terra pelos agricultores por um período de 15 anos, possibilitado pelo Programa Terra Brasil, do governo Collor, que permitiu o uso de terras da União para assentamentos de reforma agrária. Dos cerca de 220 agricultores que ocuparam a área, 26 famílias foram sorteadas para serem assentadas, formando assim a Associação de Agricultores Construtores da Palma, cujo registro comercial foi feito em 30 de dezembro de 1992. Dos 1.275 hectares que compõem o CAP, 442 hectares foram destinados para a criação do assentamento, que, após duas ocupações e muita resistência, representa hoje um exemplo da luta camponesa pela reforma agrária e pelo direito à terra no sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Rafael Matos Tavares

Referências:

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Assentamentos*. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 13 maio 2025.

CENTRO AGROPECUÁRIO DA PALMA – CAP. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cap>. Acesso em: 13 maio 2025. DIAS, Rodrigo. *A família em contexto: o caso do assentamento da Palma*. 1995. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1995.

GOMES, Cesar Renato Reis. *Fazenda da Palma: um recorte histórico*. 1994. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 fev. 2025.

JUNIOR, Jorge Renato Lima; BARBOSA, Andyara Lima. *Centro Agropecuário da Palma: possibilidades de inserção do turismo pedagógico no processo de ensino-aprendizagem para o ensino fundamental e médio*. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUAÇU, 2022, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu, 2022.

LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MATTOS, Paulo; GOMES, César; DIAS, Rodrigo. O Assentamento da Palma: a individualização do coletivo. *História em Revista*, Pelotas, n. 2, p. 65-83, 1996.

RIBEIRO, Veridiana Soares; SALAMONI, Giancarla. A territorialização camponesa no assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 194-217, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12023>. Acesso em: 24 fev. 2025.

ASUFPel. O Sindicato dos Servidores Federais em Educação de Pelotas e Capão do Leão, fundado em 31 de julho de 1979, é a entidade sindical que representa os trabalhadores técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de Pelotas. Suas origens estão na extinta Associação Assistencial e Esportiva dos Funcionários da Universidade Rural do Sul (AAEFURS), fundada em 23 de maio de 1963. Inicialmente, a organização dos trabalhadores se deu no formato de associação, com fins assistenciais e de lazer. Entre outros motivos para isso, SE pode citar o fato de que, até a Constituição de 1988, a organização sindical de servidores públicos estava proibida. Com a nova Constituição, a Associação passou a ter, estatutariamente, o caráter de entidade sindical, embora só tenha recebido sua “carta sindical” em 2014. O ASUFPel surge, portanto, em um

momento de efervescência e luta por conquistas democráticas, juntamente com outros organismos sindicais e políticos, potencializados pelas mobilizações em todo o país. Às lutas sindicais, tais como melhorias salariais e de condições de trabalho, somava-se um conteúdo político que buscava modificar a organização da sociedade, possibilitando o retorno da democracia e o incentivo à participação de setores que, até então, viam seus direitos políticos cerceados. Ainda no período associativo, capitaneado por grupos dissidentes daqueles que comandavam a entidade, o ASUFPel protagonizou um grande movimento grevista, o de 1985. Esse foco no debate político, atrelado às pautas econômicas, fortaleceu o sindicato, até pelo êxito na conquista, em âmbito nacional, de um primeiro plano de carreira para servidores das universidades públicas federais. Atento às características locais da organização do trabalho e das relações institucionais dentro da UFPel, o ASUFPel também está vinculado à Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que o insere em lutas nacionais e, não raras vezes, em pautas que extrapolam o escopo do trabalho no setor público, quando apoia reivindicações de categorias profissionais do setor privado, por exemplo. Protagonizando pautas locais, o ASUFPel organiza o sistema de consulta à comunidade acadêmica para a escolha do(a) Reitor(a) da UFPel, numa ação conjunta com o sindicato dos docentes (ADUFPel) e com o órgão estudantil, o Diretório Central dos Estudantes (DCE). A primeira consulta à comunidade ocorreu em 1984, momento em que o candida-

to vencedor do pleito não foi nomeado (Prof. Gastão Pureza Duarte). Em outros dois momentos, essa consulta e seu resultado foram questionados dentro da Universidade e por forças políticas e sociais de Pelotas, o que fez com que um movimento de “Reitor eleito tem que ser nomeado” tomasse conta da cidade em 1988, resultando na nomeação do Prof. Amílcar Gorheneix Gigante para o cargo de Reitor, conforme a decisão das urnas. Já em 2012, quando da eleição do Prof. Mauro Augusto Burkert Del Pino para a reitoria, as três entidades também precisaram intervir politicamente para que a escolha da comunidade fosse respeitada. Como movimento sindical de um estrato médio da sociedade, vinculado ao campo da educação, o ASUFPel tem em sua gênese e ao longo dos anos um caráter formativo da categoria que representa. Esse aspecto é verificado na promoção de seminários, na publicação de materiais e na politização das discussões em assembleias e reuniões ampliadas, momentos em que pautas específicas e de caráter abrangente são analisadas e contribuem para a formação de consciência crítica junto aos sindicalizados. Poucos anos após sua consolidação como sindicato, por exemplo, a entidade já promovia discussões sobre a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a possível adesão do país à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), incentivava e patrocinava a participação de associados no Fórum Social Mundial, no Fórum Mundial da Educação, bem como na construção do “Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores”, esforço da FASUBRA e de suas entidades de base em teorizar e apresentar um modelo de universidade a ser adotado no país, e que deu origem ao Projeto de Lei nº 7.398/2006, em dis-

cussão no Congresso Nacional. Também com a intenção de promover formação a partir de um viés progressista e da democratização dos meios de comunicação, o Sindicato apoia e ajuda a financiar a RadioCom, iniciativa conjunta entre várias entidades sindicais que teve início em Pelotas no ano de 1998. Esse caráter formativo contribuiu para o surgimento de quadros dentro da estrutura sindical que passaram a ocupar espaços na administração central da Universidade, em coordenações da FASUBRA e foram eleitos para cargos no Legislativo (Câmara de Vereadores de Pelotas, Assembleia Legislativa do RS e Câmara dos Deputados) e no Executivo municipal (caso do atual prefeito, Fernando Marroni). Do ponto de vista da inserção na comunidade, o ASUFPel atua junto a outros sindicatos e movimentos em pautas e órgãos representativos locais, como o Conselho Municipal de Saúde, por exemplo. Voltado a seus sindicalizados, há uma série de serviços e convênios que são oferecidos, como, por exemplo, clínica odontológica e atendimento jurídico nas dependências do Sindicato. Nos anos de 1990, um serviço oferecido pelo ASUFPel, o de “cheque bônus”, atendia paliativamente à categoria dos técnico-administrativos, no sentido de garantir uma espécie de antecipação de proventos, em um momento de arrocho salarial promovido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Outras atividades culturais e esportivas também são promovidas pelo Sindicato e, em 2019, por ocasião das comemorações dos 40 anos de atividades, foi inaugurada a sede campestre da Associação, localizada na BR-392, a cerca de 18 km do centro de Pelotas, contando com salão de festas, quadras de esportes, quiosques, churrasqueiras ao ar livre e um conjunto de

piscinas. Do ponto de vista estrutural, o Sindicato conta ainda com uma sede administrativa no centro do município, com salão de festas (espaço usado para as assembleias da categoria), salas de reunião e auditório.

Paulo Koschier

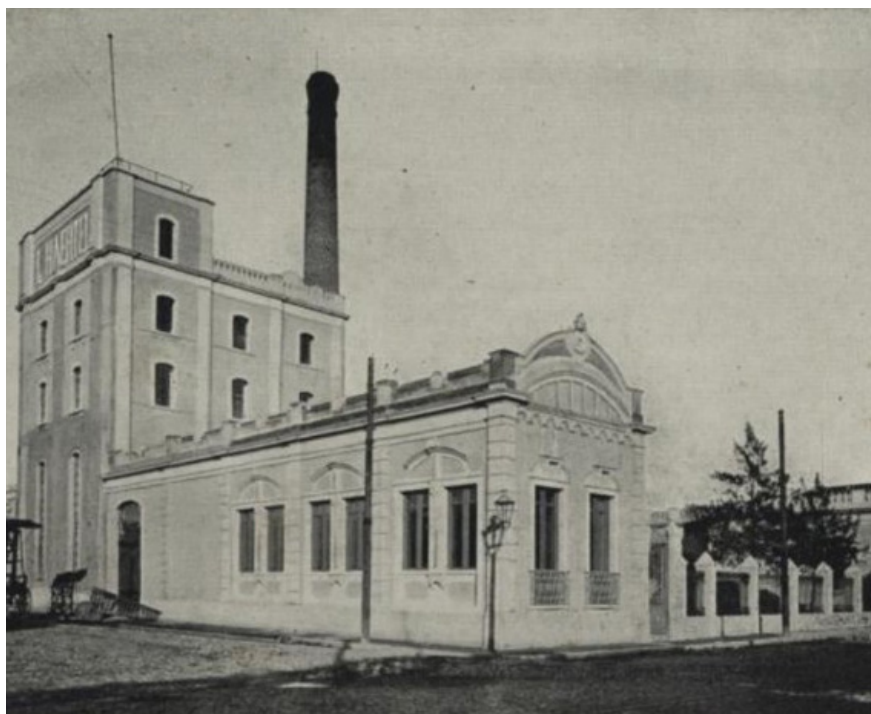
Referências:

ASUFPel. Site institucional. Disponível em: <https://asufpel.com.br>. Acesso em: 11 abr. 2025.

KOSCHIER, Paulo L. C. *Sindicalismo no setor público: o exemplo da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas*. 2002. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2002.

SILVA, Suzi Urbana Silveira da. *O Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação Superior da Universidade Federal de Pelotas e Capão do Leão (ASUFPel): sua criação e luta por direitos*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Bb



Cervejaria Brahma Fonte: Acervo do NDH-UFPeL.

Balsa. A Balsa é uma região da cidade de Pelotas, localizada na sua periferia, em uma área mais baixa, próxima ao Canal São Gonçalo, denominada de baixada. Historicamente, é sujeita às ameaças de enchentes pelas águas do Canal São Gonçalo. Recebeu este nome por ser o local de atracadouro da balsa que fazia a travessia entre a cidade de Pelotas e Rio Grande. Lugar fortemente marcado pela sua ocupação histórica, ali se localizaram, durante o século XIX e o início do XX, algumas charqueadas,

sendo que certas sedes destas ainda permanecem como testemunhos arquitetônicos dessa atividade, formando um conjunto patrimonial de significativa importância para a cidade e para o Rio Grande do Sul. Um deles é a Escola Municipal Ferreira Vianna, que utiliza como sede a casa da Charqueada de José Gonçalves Silveira Calheca, avô de Antônio Ferreira Vianna, homenageado no nome do educandário. O outro é a casa da Charqueada do Barão de Santa Tecla, na estrada do Engenho. Em

1917, numa tentativa de modernização da produção de carnes na região sul do Estado e de fazer concorrência com os frigoríficos de outros países da América do Sul, conforme Michelin (2012), fundou-se a Companhia Frigorífico Pelotas, mais tarde denominada Companhia Frigorífica Rio Grande, que, em 1918, iniciou a construção de um frigorífico, assemelhando-se, em sua infraestrutura, aos existentes em outras regiões produtoras de carne. Este empreendimento foi realizado com recursos de produtores locais, com o aval do Banco Pelotense, e chegou a abater gado durante o ano de 1920, como salientado pela autora, mas, em seguida, foi adquirido pelo grupo Vestey Brothers, em março de 1921. A princípio com o nome *The Rio Grande Meat Company* e, depois, em 1924, com a mudança nos estatutos, passou a ser o Frigorífico Anglo de Pelotas, com uma produção muito baixa. Devido à conjuntura internacional, em 1926, as portas foram fechadas. Por quinze anos, o prédio, à beira do Canal São Gonçalo, ficou abandonado na paisagem, sem movimento, sem produção. A situação somente se alterou em 1942, quando o conflito mundial se intensificou na Europa e em outras regiões do mundo, elevando o consumo de carne e impulsionando a retomada da produção no Sul do Brasil. Conforme Michelin (2012), a Sociedade Anônima Frigorífico Anglo incorporou outros empreendimentos do grupo inglês, entre eles o Frigorífico Anglo de Pelotas, e passou a investir na modernização do prédio, na drenagem da área alagadiça ao seu redor e na adequação das instalações, preparando-o para transfor-

mar-se no maior empreendimento da região naquele período. A reabertura do Frigorífico transformou a cidade e, especialmente, a região em que se instalou. Segundo Janke (1999), a empresa empregava mensalmente entre 1.000 e 1.500 pessoas, podendo chegar a 2.500 durante a safra. Muitos desses trabalhadores residiam em diferentes áreas da cidade, enquanto outros vinham de municípios vizinhos em busca de emprego. Com a retomada da produção, observa-se a ocupação gradual do entorno do empreendimento industrial: os próprios funcionários passaram a ocupar a área, motivados pela comodidade e pela facilidade de deslocamento para os diversos turnos de trabalho. Assim, o banhado começou a tomar forma como bairro a partir do final da década de 1940. Como destaca Janke (1999), a administração do Anglo não adotou qualquer iniciativa para promover esse processo, mas, em razão da presença do frigorífico, o bairro acabou se consolidando. A extensa área de banhados, então ocupada apenas pelo Anglo, pela sede do Asseio Público, onde se realizava a limpeza dos cabungos, pelos depósitos de carroças da prefeitura, pelas mangueiras para animais de tração, pelo galpão onde residiam os funcionários da seção e pela casa dos responsáveis pela balsa que fazia a travessia Pelotas-Rio Grande, foi, aos poucos, sendo tomada por ocupações desordenadas. Ainda hoje é possível perceber que ali não se observa o traçado quadricular característico de outras regiões da cidade, pois os logradouros seguem o contorno do canal e do próprio terreno do frigorífico. Cada morador ater-

rava seu lote e construía sua moradia, inicialmente sem qualquer tipo de serviço urbano. Segundo os moradores da área, até a década de 1960 existiam basicamente duas ruas: a Paulo Guilayn e o corredor das tropas, também conhecido como corredor do Anglo, por onde transitava o gado destinado ao abate no frigorífico. Muitos ainda relatam histórias sobre os animais que permaneciam nas mangueiras ao lado do corredor. Em algumas ocasiões, eles escapavam e corriam pelas ruas, provocando agitação na comunidade. Aos poucos, a área foi sendo ocupada pelos trabalhadores do Anglo, por empregados de outros empreendimentos industriais instalados na região e na área do porto, além de pescadores. Tratava-se de uma região desprovida dos serviços fornecidos pelo Estado: não havia urbanização, rede de esgotos, calçamento nem atendimento de saúde. A divisão do solo, realizada de forma desordenada, ocupou, até meados da década de 1970, todo o espaço triangular formado pela Rua Tiradentes, pelo Anglo e pelo Canal Pepino. Na década de 1990, os empreendimentos industriais da região foram sendo desativados, conferindo ao local um aspecto de abandono, com muitos prédios vazios, inclusive todo o complexo do Frigorífico Anglo. A situação começou a se transformar apenas na primeira década do século XXI, quando a paisagem passou por mudanças significativas. A principal delas foi a doação do prédio do antigo frigorífico Anglo à UFPel, realizada pela Fundação Simon Bolívar, possibilitando sua adaptação para atividades de ensino, pesquisa e extensão. As obras, inicia-

das em 2005, já alteravam o cenário até então existente. A implantação de um campus universitário em determinada área de uma cidade provoca transformações profundas: há reestruturação urbana, maior circulação de pessoas e ampliação dos serviços para atender às demandas da comunidade acadêmica. As atividades da Reitoria da universidade começaram em dezembro de 2008 e, a partir desse momento, a mudança no cenário tornou-se visível.

Noris Mara Pacheco Martins Leal

Referências:

- GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas, 1777-1888*. Pelotas: Editora Universitária, 2004.
- GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2011.
- LEAL, Noris Mara P. M. (org.). *A comunidade do Anglo: olhares diversos de um cotidiano*. Pelotas: Editora Buhring, 2016.
- LEAL, Noris Mara P. M. (org.). *Narrativas e imagens: histórias de vida da região do Anglo*. Pelotas: Ed. UFPel, 2016.
- LEAL, Noris Mara P. M. (coord.). *Água ao redor: vídeo apresentado ao II CEC*. 2015. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao/files/2015/11/Cultura.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- MICHELON, Francisca Ferreira. *Sociedade Anônima Frigorífico Anglo de Pelotas: o trabalho do passado nas fotografias do presente*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Editora e Gráfica Universitária, 2012.
- RODRIGUES, Irajá Andara. *Uma revolução urbana em Pelotas*. Pelotas: Ed. Independente, 2012.
- SILVA, Neuza Regina Janke da. *Entre os valores do patrão e os da nação: como fica o*

operário? (O Frigorífico Anglo em Pelotas: 1940-1970). 1999. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

Bento Freitas. Também conhecido como Baixada, o Bento Freitas é a casa do Grêmio Esportivo Brasil (Xavante). Foi inaugurado em 23 de maio de 1943, graças aos esforços de seu então presidente, o português Bento Mendes de Freitas. Até então, o clube não possuía estádio próprio. Inicialmente, realizava seus jogos em um terreno próximo ao Cemitério São Francisco de Paula, no bairro Fragata, e, posteriormente, em um terreno na Rua Benjamin Constant, até que a família proprietária informou ao clube que o venderia à prefeitura. Após isso, o Brasil passou a temporada de 1912 jogando no campo do Sete de Setembro, localizado na Rua Félix da Cunha, entre as ruas Conde de Porto Alegre e João Manoel. Mais tarde, o clube se fixou no chamado Campo da Estação, no bairro Simões Lopes, onde permaneceu até 1927, quando esse espaço foi adquirido por Augusto Simões Lopes, presidente do Bancário, transformando-se em reduto da equipe. Então, o Brasil passou a pagar aluguel ao Bancário para realizar seus jogos até a década de 1940. Mesmo enfrentando muita desconfiança de seus pares, Bento Freitas idealizou a construção de um estádio em um antigo terreno onde hoje está a Rua João Pessoa. A atual casa do Xavante foi inaugurada com a partida entre o Brasil e o clube Força e Luz, de Porto Alegre. O jogo terminou 3 x 2 para os porto-alegrenses, com Alves,

atacante do Força e Luz, marcando o primeiro gol do novo estádio. Na mesma partida, Birilão marcou o primeiro gol do Brasil em sua nova casa. A partir daí, a Baixada tornou-se palco de inúmeras vitórias e conquistas xavantes, como diversos Campeonatos Citadinos, a presença do clube nas finais dos Campeonatos Gaúchos de 1953, 1954, 1955, 1983 e 2018, figurando como vice-campeão nesses anos. Em 1983, a vitória contra o Grêmio classificou o Brasil para o Campeonato Brasileiro de 1984. Também merece destaque a campanha na Série C de 2015, quando o clube conquistou o acesso à Série B do Campeonato Brasileiro, permanecendo nela por seis anos. Seu maior momento ocorreu no Campeonato Brasileiro de 1985, no qual terminou na terceira colocação, derrotando inclusive o Flamengo, equipe que contava com craques da seleção brasileira como Zico, Leandro e Bebeto, tetracampeão do mundo em 1994, além de Fillol, campeão mundial pela Argentina em 1978. Foi justamente no jogo contra o clube carioca que se registrou o maior público já presente no estádio, com mais de 22 mil torcedores. O Bento Freitas passou por reformas inicialmente na década de 1970, quando foi ampliado com o objetivo de sediar jogos do Campeonato Brasileiro de 1978. A partir de 2016, por meio de uma parceria com a construtora Porto 5, passou por outra reforma ainda mais profunda, com a revitalização de quase todo o estádio e a construção de novas arquibancadas, cuja capacidade atualmente é de 18 mil lugares. Um dos momentos mais marcantes e tristes da história da Baixada ocorreu em 15 de janeiro

de 2009. Durante a viagem de volta de um jogo-treino contra o Santa Cruz, na cidade de Santa Cruz do Sul, o ônibus em que a equipe viajava perdeu o controle e caiu em um barranco próximo a Canguçu. Nesse acidente morreram o atacante uruguaio Claudio Milar, um dos maiores ídolos da torcida xavante, o zagueiro Régis Gouvea Alves e o preparador de goleiros Giovanni Guimarães. Vários outros jogadores e integrantes da delegação ficaram feridos. O gramado do Bento Freitas foi o local do velório, marcado por grande comoção. Naquele ano, diante do ocorrido e das dificuldades decorrentes do acidente, o Brasil disputou o Gauchão com uma equipe montada às pressas, inclusive com jogadores cedidos por outros clubes, e acabou rebaixado para a Divisão de Acesso. Ainda assim, o estádio pulsava com uma torcida que nunca desistiu do time, mesmo naquele momento de dor e tristeza. O cronista Ruy Carlos Ostermann descreveu com exatidão o Bento Freitas em uma de suas crônicas como “um dos estádios mais humanos” dizendo que havia visitado outros estádios como o lendário Wembley e em nenhum deles viu um entusiasmo tão apaixonante da torcida por um time de futebol como é no Bento Freitas. Esse depoimento reforça a Baixada como uma das grandes forças do Brasil, o que é reconhecido e temido pelos seus adversários. Ainda em processo de modernização, o estádio é testemunha histórica de um dos clubes de futebol mais tradicionais do país, com uma torcida reconhecida no meio futebolístico por sua fidelidade, paixão e entrega ao Grêmio Esportivo Brasil.

Mário Gayer do Amaral

Referências:

ALVES, Eliseu. Um pouco de história rubro-negra de 1912 a 1919. *Diário Popular*, Pelotas, 8 jul. 1969. Segundo caderno, p. 1.

AMARAL, Mário Gayer do; OSÓRIO, Sérgio Augusto Gastal. *A história dos Bra-Peis*. Pelotas: Editora Signus, 2008.

DIAS, Nilo. *Xavantes de ouro*. Pelotas: Editora Odisséia, 2019.

EDER, J. *Bra-Pel: a rivalidade no Sul do Rio Grande*. Pelotas: Livraria Mundial, 2010.

Benzedura. O ato de benzer e rezar pelo outro é ancestral. Serve para proporcionar acolhimento, seja pela ocorrência de uma doença, dor física ou espiritual, seja pela necessidade de atenção e cuidado em momentos de dificuldades ou de carência emocional. A cidade de Pelotas teve, desde a sua fundação, curadores diversos, além daqueles que eram diplomados pelas academias, como os médicos. Essas pessoas ocuparam um espaço importante na sociedade, a ponto de, no Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, para o ano de 1929, existente no acervo da Biblioteca Pública Pelotense, haver uma parte denominada “Corpo médico, curandeiros, feiticeros e parteiras”, a qual traz uma espécie de contabilidade sobre aqueles que eram curadores na cidade, afirmando, na página 479, que: “Existe atualmente em Pelotas um total de 53 médicos, assim discriminados pelas especialidades que exercem: 12 cirurgiões, 27 clínicos, 4 microbiologistas, 3 pediatras, 2 obstetras, 4 oftalmologistas, 1 radiologista, 2 médicos cirúrgicos, 4 homeopatas, 37 curandeiros, feiticeros,

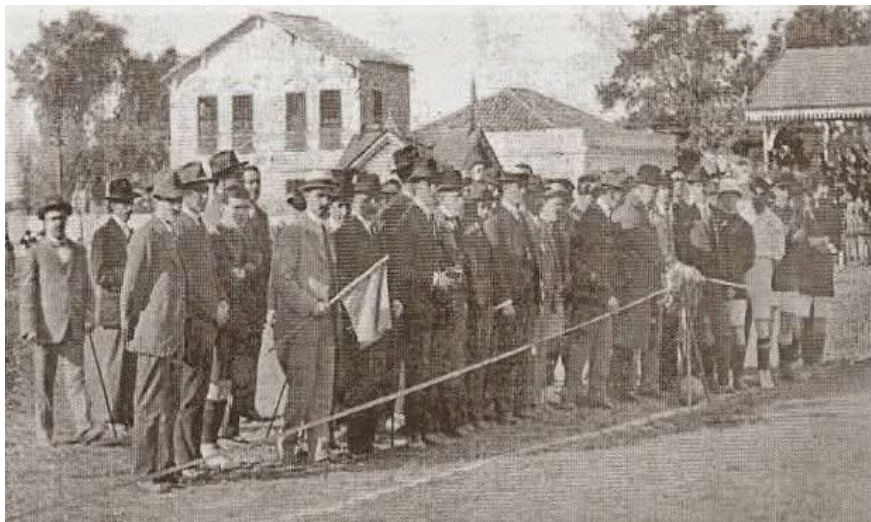
cartomantes, etc., 5 parteiras amadoras relacionadas com o corpo médico e 7 parteiras curiosas, que trabalham por conta própria”. Pensando na História do Tempo Presente, atualmente os médicos formados são os mais procurados quando se trata de enfermidade ou dor e, também, há os benzedores em Pelotas, mulheres e homens que rezam pelos outros. Embora as mulheres sejam maioria, uma vez que o cuidado, na maior parte das vezes, se relaciona a elas, os homens também benzem, especialmente bens produtivos, como carros, motos e animais que servem ao deslocamento, como cavalos, por exemplo. Na cidade, tendo em vista um estudo específico, foram encontrados benzedores a partir de três marcadores diferentes, que podem se somar em algumas ocasiões: benzedores de tradição, que costumam obter seu conhecimento a partir de algum aprendizado geracional com um parente ou amigo próximo que se sente no dever de deixar seguidores; benzedores de dom, que recebem algum aviso ou sinal de que deveriam fazer o bem a outros, principalmente após vivenciarem alguma situação-limite, como a perspectiva de uma doença que os levaria à morte, por exemplo; e benzedores de religião, vinculados a espaços de religiosidade afro-brasileira, nos quais costumam existir pessoas que rezam com a finalidade de amenizar o sofrimento dos demais. Os benzedores mais presentes são os de religião, já que Pelotas é uma cidade do Estado do RS com uma população expressiva de negros, muitos dos quais praticantes das chamadas religiões afro-brasileiras. Já os benzedores de tradição têm tido difi-

culdades de se manter, pois alegam que os jovens não demonstram interesse em seus aprendizados. Uma boa parte dos benzedores utiliza ervas e ramos verdes para benzer, mas há alguns que usam outros instrumentos, como facas, carvão, agulhas e tecidos, por exemplo. Há, também, aqueles que realizam as rezas presencialmente e que costumam ser bastante procurados, e aqueles que conseguem orar à distância, a partir de uma fotografia, de uma roupa ou até mesmo do nome da pessoa para a qual se pretende a graça. Todos os benzedores preconizam que a cura ou a amenização do desconforto sentido se baseia na ideia de fé, uma vez que, sem ela, nada é possível. Assim, a prática da benzedura em Pelotas remonta aos princípios do povoamento e mantém-se significativamente importante ainda hoje, quando se pensa nos cuidados de saúde física e emocional, bem como na busca de boas energias para locais e bens utilizados no dia a dia e em atividades econômicas.

Lorena Almeida Gill

Referências:

- GILL, Lorena; SILVA, Eduarda. O cuidado com os outros: a benzedura no sul do Brasil. *Tempos Históricos*, v. 23, n. 1, p. 663-689, 1. sem. 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/20547>. Acesso em: 6 fev. 2025.
- GILL, Lorena Almeida. *Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas, RS (1890-1930)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/04/Um-Mal-do-S%C3%A9culo.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.



Inauguração da Boca do Lobo, em 25 de outubro de 1908. Fonte: imagem retirada da internet, página “Fatos e Recordações de Pelotas”, no Facebook.

Boca do Lobo. Do antigo pavilhão de madeira ao colosso de concreto da Boca do Lobo, são mais de um século de glórias enraizadas no coração da cidade. Palco de grandes confrontos e de momentos inesquecíveis para milhares de apaixonados, a casa do Esporte Clube Pelotas é o estádio mais antigo do futebol brasileiro. O Pelotas nasceu em 1908, com a fusão das duas mais fortes associações esportivas da cidade: o Club Sportivo Internacional e o Football Club. Imediatamente após a fundação, o Pelotas passou a ocupar o terreno da avenida Bento Gonçalves. Em tempo recorde, um pavilhão de madeira para oitocentas pessoas foi erguido para a festa de inauguração, na tarde de 25 de outubro de 1908. No então chamado Estádio da Avenida, o Sport Club Rio Grande, clube mais antigo do país, foi convidado para a disputa de dois confrontos. A preliminar foi disputada

pelos segundos times, com goleada Áureo-Cerúlea pelo placar de 5 x 1. O primeiro gol do Pelotas foi assinalado por Adalberto Barcellos. A partida entre os primeiros quadros foi vencida pelo Rio Grande por 3 a 2, tendo Curt Rheingantz assinalado o primeiro e, também, histórico gol pela equipe principal do Esporte Clube Pelotas. O Rio Grande mantinha-se invicto desde a sua fundação, até que, em 24 de outubro de 1909, o Pelotas recebeu novamente o “vovô”, vencendo o confronto por dois a zero. Dois anos mais tarde, o Pelotas desafiou e venceu todos os campeões regionais do estado, recebendo o título de “Campeão Estadual” de 1911, por unânime aclamação. A primeira remodelação do estádio ocorreu no final de 1916. Sob a presidência de Francisco Simões, o Pelotas resolveu investir em instalações novas e confortáveis para o Estádio da Avenida. As obras foram concluídas em

1917, pouco menos de dez meses após o início. Com isso, o Pelotas havia incorporado ao seu patrimônio a principal praça de esportes do Rio Grande do Sul, que nada ficava a dever para as melhores do Rio de Janeiro e de outras grandes metrópoles nacionais. Ocupando uma área de 27.000 m², foi implantado um novo gramado assentado sobre uma eficiente malha de drenos. Ao redor do pavilhão, ergueram-se três quadras de tênis com observatório coberto, pista de patinação e mastro semafórico, utilizado para a marcação dos resultados dos jogos. Em 1919, o Pelotas festejou as reformas do seu estádio recebendo a Seleção Argentina, que retornava do Rio de Janeiro, onde havia disputado o Campeonato Sul-Americano. O Pelotas fez frente ao forte adversário e a partida terminou empatada em zero a zero. Em 1930, o Pelotas conquistava novamente o título de Campeão Estadual e, em 1944, no dia do seu 36º aniversário, o clube recebeu a posse definitiva do terreno e do estádio, passando a ser o proprietário oficial de todo o seu patrimônio. Em 1948, quando da comemoração de seus quarenta anos, o Pelotas convidou o S. C. Internacional, de Porto Alegre, para o jogo de inauguração dos refletores no Estádio da Avenida. O conjunto de luminárias, que nos dias atuais seria considerado deficiente, era excelente para os padrões daquela época. O Pelotas venceu a partida por 3 a 2, dando sequência a uma escrita que se tornava repetitiva naqueles anos: vencer o Internacional na Avenida. Em 1949, a Boca do Lobo seria palco de mais uma grande partida: Pelotas x Vasco da Gama. A cidade parou para ver o

confronto contra a equipe que seria a base da Seleção Brasileira para a Copa de 1950. Foi uma partida eletrizante, com gols alternados até o placar final de 3 x 2 para os visitantes. Já em 1958, ano em que o clube comemorava seus 50 anos, o Pelotas emplacou uma série de confrontos diante de grandes equipes da América do Sul, chancelada pela Federação Gaúcha de Futebol. Após cinco partidas, o Pelotas saiu invicto e foi agraciado com a Taça do Cinquentenário, oferecida pela Casa Clarck. Ao Estádio da Avenida vieram o Gymnasia de La Plata (vitória do Pelotas por 5 x 1), o campeão paulista São Paulo (0 x 0), o campeão carioca Fluminense (vitória do Pelotas por 4 x 3), o Rampla Junior de Montevideu (1 x 1) e, finalmente, o Internacional, para mais uma vitória do Pelotas: 3 x 2. Em 1960, foi a vez de receber o Flamengo (RJ), para o empate em 1 x 1. Em 1962, o Pelotas conquistou o Torneio Sesquicentenário de Pelotas, comemorativo aos 150 anos de fundação da cidade. Aquele ano ficaria marcado pelo início da modernização do estádio, após a inauguração do pavilhão social de concreto, com cobertura, abrigando cadeiras cativas e novas dependências internas para vestiários e administração, na parte frontal à Praça Júlio de Castilhos. A obra seguiria lentamente e por etapas, porque os tempos já eram outros e o departamento de futebol exigia grandes receitas. O pavilhão social inaugurado em 1962 está diretamente ligado à iniciativa e ao trabalho de um grande áureo-cerúleo: Dirceu Mendes de Mattos. Em 1977, em plena era do goleador Flávio Minuano, ocorreu a inauguração de um

novo sistema de iluminação. Em 1983, o Estádio da Boca do Lobo, como já era nacionalmente conhecido, ganhou a arquibancada da rua Gonçalves Chaves. A conclusão dessa obra deve-se à operosidade e à competência de outro grande áureo-cerúleo: Sidney Salengue Gomes. Em 1988, o Pelotas inaugurou a arquibancada da avenida Bento Gonçalves e o Shopping Lobão, aumentando a capacidade do estádio para 18 mil pessoas. Em 2002, sob a presidência de Carlos Augusto Tavares, o Pelotas qualificou ainda mais seu estádio. Graças a uma parceria com a Petrobras, o gramado foi totalmente replantado, o alambrado e as passarelas foram reformados e iniciou-se a construção de uma nova arquibancada. Em 2010, sob a presidência de Luís Antônio Aleixo, a arquibancada da rua Amarante foi finalizada, fechando os espaços e atingindo a capacidade de 23.336 espectadores. O recorde de público no Estádio da Boca do Lobo ocorreu no dia 17/01/2010, em partida válida pelo Campeonato Gaúcho, diante do Grêmio, quando foi inaugurada a arquibancada da rua Dr. Amarante e o estádio recebeu um público de 23.336 torcedores. Situado no quarteirão formado pela avenida Bento Gonçalves, Parque Dom Antônio Zattera, ruas Dr. Amarante e Gonçalves Chaves, o estádio faz esquina com duas artérias que se cruzam em um ângulo semelhante ao de uma boca de lobo – a avenida Domingos de Almeida e a rua Gonçalves Chaves. Aquele ponto urbano já era, há muito tempo, conhecido como Boca do Lobo. E o estádio do Pelotas, com o passar dos anos, foi sendo chamado de Estádio da Boca do Lobo, ou sim-

plesmente Boca do Lobo. De maneira natural, o mascote Áureo-Cerúleo de fraque e cartola deu lugar à imagem de um Lobo, fato que acompanhou a popularização do clube. A ideia logo se alastrou, a fera agregou-se ao Pelotas e o Pelotas incorporou o Lobo aos seus símbolos, às torcidas organizadas e aos seus hinos de guerra. O Pelotas possui hoje, somando-se a Boca do Lobo e o Parque Esportivo Lobão, uma das maiores estruturas sociais e esportivas do interior do estado. A Boca do Lobo, erguida no coração da cidade, desfruta de um ponto comercial estratégico, em área de intenso movimento diurno e noturno.

Frederico Ferreira Mendes

Referências:

ARQUIVO LOBÃO ECP. *Arquivo Lobão*. Disponível em: www.arquivolobao.com.br. Acesso em: 4 jul. 2025.

Bom Jesus. No início do século XX, começaram a surgir, com força, nos jornais diários de Pelotas, notícias de que era necessária a expansão da cidade. Nos textos jornalísticos, os chamados industrialistas ou capitalistas eram vistos como pessoas empreendedoras, que desejavam contribuir com a cidade, destruindo cortiços fétidos e edificando novos bairros, na maioria das vezes na zona suburbana de Pelotas, com uma pretensa boa infraestrutura. Embora a imprensa acolhesse bem essa ideia e promovesse uma espécie de guerra aos cortiços, um escrevente municipal de nome Alberto Coelho da Cunha era bastante crítico aos novos empreendimentos, ao se queixar de que não ti-

nham estrutura adequada nem serviços higiênicos básicos necessários à saúde da população, servindo apenas para dar lucros a seus proprietários. O certo é que as propostas começaram a chegar à Intendência Municipal e, com o tempo, para a venda de terrenos, deixou-se de falar no nome de uma pessoa, e o empreendimento passou a ser apresentado por empresas loteadoras. Foi nesse contexto que foi criada a chamada Vila Bom Jesus, ampliando a cidade para o leste. Na gestão do Intendente João Py Crespo (1928-1932), o debate sobre a Vila Bom Jesus foi apresentado, como se vê no relatório produzido por sua administração, existente no acervo da Bibliotheca Pública Pelotense, no qual assim é dito: “A Sociedade Imobiliária Pelotense Limitada e a Empresa Territorial de Miguel Russowsky & Cia, representadas, respectivamente, pelos senhores J. M. Etchegoyen e Benjamin Averbuch, assinaram perante esta Municipalidade um termo de responsabilidade, referente ao projeto das vilas Europa e Bom Jesus, pelo qual se obrigaram a dar plena execução das cláusulas dele constantes”. A firma de Abraham e Benjamin Averbuch construiu um dos bairros mais conhecidos da cidade, o Bom Jesus, e Abraham assim relatou em uma entrevista existente no acervo do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, de Porto Alegre: “[...] como tinha uma irmã que vivia na cidade, resolveu comprar uma propriedade de 80 hectares de terra, pois percebia que os grandes negócios naquele momento eram os loteamentos. Após conversar com o presidente do sindicato dos industriários, no sentido de que incentivasse toda a

categoria a comprar os terrenos, compreendeu que o melhor contato seria com os comerciantes. Os quatrocentos lotes e/ou terrenos à prestação foram vendidos principalmente aos comerciantes da cidade” (Gill, 2001, p. 99). A pesquisadora Rosa Rolim de Moura (2006) encontrou, inclusive, uma planta com um projeto para o loteamento, de propriedade da Sociedade Territorial Riograndense, com sede em Porto Alegre, na qual estavam previstas 39 quadras e 948 lotes. Segundo a autora, haveria a doação de ruas, largos e praças, e o abastecimento de água no local seria feito pela Diretoria de Obras da Prefeitura Municipal. No jornal *A Opinião Pública*, de 5 de janeiro de 1933, p. 3, foi publicado um anúncio com o seguinte conteúdo: “Todos afirmam que a Vila Bom Jesus é o único bairro de maior futuro pois a sua organização é tão perfeita que tem alcançado extraordinárias vendas para o melhor elemento desta cidade e do interior”. O bairro Bom Jesus, juntamente com vários outros que se foram constituindo ao longo do tempo, expandiu a cidade, na maioria das vezes, sem que fossem criadas condições adequadas de sobrevivência para a população mais pobre.

Lorena Almeida Gill

Referências:

GILL, Lorena. *Clientelchiks: os judeus da prestação em Pelotas (RS) 1920-1945*. Pelotas: Editora UFPel, 2001. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2019/06/clientelchiks-judeus-da-presta%C3%A7%C3%A3o-em-pelotas-1920-1945.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

GILL, Lorena. *Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas, RS, 1890-1930*.

História, Unisinos, v. 10, n. 1, p. 45-52, jan./abr. 2006. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/6252/Labirintos_ao_redor_da_cidade_as_vilas_operarias_em_Pelotas.pdf?sequence=1&i-sAllowed=y. Acesso em: 12 fev. 2025.

GILL, Lorena. *Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/04/Um-Mal-do-S%C3%A9culo.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MOURA, Rosa. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2547>. Acesso em: 13 fev. 2025.

Brahma. Os prédios da antiga Brahma referem-se a um conjunto de edificações localizadas na Rua Benjamin Constant, n.º 1071, na região portuária da cidade, ocupando todo um quarteirão, que também é delimitado pelas ruas José do Patrocínio, Conde de Porto Alegre e João Pessoa. Essas edificações foram inauguradas por Leopoldo Haertel, em 24 de setembro de 1889, para abrigar sua Cervejaria Sul Rio-Grandense – ou Cervejaria Haertel, como ficou popularmente conhecida. Suas atividades começaram em um pequeno galpão alugado, voltado para a Rua Conde de Porto Alegre, com um capital inicial de cerca de 400 mil réis e 60 operários; em vinte anos, o patrimônio da empresa já ultrapassava os 600 contos de réis, e a fábrica empregava, direta

ou indiretamente, algumas centenas de trabalhadores locais. Haertel obteve rápido reconhecimento pela qualidade de seus produtos, com alguns deles sendo premiados em feiras e eventos regionais e nacionais, o que ampliou seu mercado para outras regiões do país. A fábrica seguia a tendência industrial do mercado brasileiro na virada do século XIX para o XX, produzindo cerveja, gasosa e gelo, com seus principais rótulos sendo as cervejas Peru, Porco e São Luís. A história da Cervejaria Haertel se confunde com a história do clube de futebol mais popular de Pelotas, o Brasil de Pelotas, conhecido como Xavante. Com a popularização do futebol no começo do século XX, os funcionários da fábrica fundaram o Esporte Clube Cruzeiro do Sul, mas uma discordância interna entre os dirigentes do clube viria a dar origem ao Grêmio Esportivo Brasil, em 1911. Em 1944, as atividades da Cervejaria Sul Rio-Grandense foram encerradas, quando esta foi adquirida pela Cervejaria Brahma. Com a mudança, suas estruturas passaram a ser utilizadas apenas como depósito e distribuidora da bebida, até o ano de 1998. Após um longo período sem atividades, em 2012, a Prefeitura de Pelotas efetivou a doação do prédio da antiga Cervejaria à Universidade Federal de Pelotas, por meio da Lei Ordinária n.º 5.643, de 3 de dezembro de 2009. Hoje, este espaço ainda passa por reformas e aguarda recursos para transformações mais robustas, mas atualmente abriga um dos mais importantes espaços culturais da universidade: o Núcleo de Editora e Livraria da UFPel.

Suêllen de Medeiros Cortes

Referências:

BRITO, Natalia Daniela Soares Sá. *Industrialização e desindustrialização do espaço urbano de Pelotas (RS)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

SALABERRY, Jeferson Dutra. *A agroindústria no Bairro do Porto: Pelotas - RS (1911-1922)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. p. 229.

Bra-Pel. O nome dado à disputa envolvendo o Grêmio Esportivo Brasil e o Esporte Clube Pelotas, considerado um dos clássicos de maior rivalidade no Brasil, é Bra-Pel. O primeiro confronto entre os dois clubes ocorreu em 20 de abril de 1913, quase cinco anos após a fundação do Pelotas e dois anos depois da fundação do Brasil, terminando com a vitória do Pelotas por 5 x 0. Ainda não havia uma rivalidade latente entre eles, cujo primeiro sinal surgiu no célebre clássico do Pacto de Honra, em 1928. O nome “Pacto de Honra” se deu devido a um acordo feito entre Brasil e Pelotas, permitindo que cada time jogasse com um jogador irregular (Nicanor Rodrigues pelo Pelotas e Horácio Pinto pelo Brasil), acordo que foi oficializado pela Federação Gaúcha de Futebol. O Pelotas venceu aquela partida de virada, conquistando o Citadino daquele ano. Com o passar do tempo, o Bra-Pel foi ganhando cada vez mais importância na cidade, a ponto de os torcedores dos dois times aguardarem com grande expectativa este duelo. Vale destacar que a

própria alcunha “Bra-Pel” foi dada pelo jornalista Armando Leite Goulart, na década de 1930, como prova dessa relevância. O termo “Xavante”, adotado pelo Brasil para si, também surgiu em um desses Bra-Peis, disputado em 18 de julho de 1946, quando o Brasil virou, com dez jogadores em campo, uma partida aparentemente perdida. Em 1948, ocorreu a primeira transmissão do Bra-Pel pela Rádio Pelotense, narrada pelo jornalista Luiz Carlos Martínez, e, a partir daí, o clássico ficou ainda mais popularizado por meio das ondas do rádio. Em 16 de julho de 1950, ocorreu o famoso Bra-Pel no mesmo dia da final da Copa do Mundo no Maracanã. O estádio estava lotado e contava com alto-falantes para que os torcedores não perdessem nenhum lance das duas partidas decisivas. Realizado no campo do Bancário, o jogo teve lances de parte a parte, com Galego, jogador do Brasil, marcando o gol da vitória e garantindo o tricampeonato citadino. A importância do confronto pode ser aferida pelo fato de que a partida foi apitada pelo famoso juiz inglês Mr. Barrick. Uma curiosidade digna de nota ocorreu depois do jogo, quando o ponta Tejera pulava de alegria com o título conquistado pelo Uruguai no célebre “Maracanazo”. Nas décadas seguintes, os duelos entre Lobos – alcunha que o Esporte Clube Pelotas recebeu em 1960, por Armando Leite Goulart – e Xavantes se acirram cada vez mais, revelando heróis e vilões e registrando novas histórias. Os xavantes lembram com carinho o Bra-Pel do Campeonato Gaúcho de 1991, quando o atleta Lambari marcou o gol da vitória que quebrou um jejum de

nove anos sem vencer o rival; o Bra-Pel “do Século” do Campeonato Gaúcho de 1992, com um gol de Gilson Cabeção no último lance da partida, que impediu o Pelotas de ir à final daquele ano; o do Torneio da Paz, em 2004, quando o Brasil conquistou o título em uma virada incrível, jogando com dois atletas a menos; e o de 2011, quando Luiz Carlos marcou, aos dezoito segundos de jogo, o gol mais rápido da história dos Bra-Peis, quebrando um tabu de oito anos sem vencer na Boca do Lobo, entre outros. Os áureo-cerúleos, por sua vez, lembram com alegria o jogo decisivo do terceiro turno do Citadino de 1958, quando o Pelotas venceu uma partida equilibrada no Nicolau Fico, conquistando o título no ano de seu cinquentário; os duelos no Campeonato Gaúcho de 1984, conseguindo uma vitória marcante graças ao “Gol Torcicolo” de Ademir Alcântara e um empate milagroso, debaixo de muita chuva, no Bento Freitas, que tirou a chance do Brasil de ir à final daquele ano; o célebre 4 x 0 do Campeonato Gaúcho de 1997, em pleno Bento Freitas, que representou uma das melhores atuações do Pelotas na história do clássico; os embates de 2013, na Copa Sul-Fronteira, os quais quebraram o jejum de dez anos sem vencer o rival, levando o título daquela competição, entre outros momentos. Uma das peculiaridades do Bra-Pel é a recordação das origens dos dois times, nem sempre tratadas com respeito. Tanto é que, nas chamadas de jornais ao longo das décadas, viam-se, por exemplo, alusões aos “Milionários da Avenida” contra os “Xavantes da Baixada”, bem como outros termos pejorativos e

racistas, como os “Fidalgos da Avenida” contra os “Negrinhos da Estação”. Houve alguns hiatos em que o Bra-Pel não se realizou, como entre 2004 e 2011, e de 2021 até mais recentemente, quando o Pelotas subiu da Divisão de Acesso em 2024. Mesmo nesses períodos, a rivalidade jamais se apagou, com os torcedores dos dois times protagonizando gozações ora saudáveis, ora infelizmente violentas, como no caso da morte do empresário Gilberto Guilherme Bonow, ocorrida no Bra-Pel pela Série C de 2003, quando ele e seu filho foram agredidos por torcedores do Brasil enquanto saíam da Baixada. O empresário não resistiu aos ferimentos e acabou falecendo. O Bra-Pel não ficou restrito apenas ao futebol de campo e ao futebol masculino. Também houve duelos empolgantes no futebol de salão, cujos departamentos foram inaugurados no mesmo ano (1956). Nas décadas de 1960 e 1970, a dupla Bra-Pel monopolizava os campeonatos citadinos, com o Pelotas conquistando sete títulos e o Brasil, quatro. No futebol feminino, a rivalidade também existiu entre as “lobas” e as xavantes, mas durou apenas cinco anos (de 1996 a 2001, quando o Brasil desativou seu departamento de futebol feminino). Foi um período fugaz, mas marcante, como prova da força deste clássico em valorizar também o futebol feminino na cidade. Além disso, em outros esportes aparentemente incomuns, a rivalidade do Bra-Pel também se mostrou presente, como no basquete, durante os anos 1950. Os jogos eram bastante parelhos, a ponto de chamar a atenção dos jornalistas esportivos. Em 1955, por exemplo, em

dois jogos emocionantes, o Pelotas sagrou-se vice-campeão citadino de basquete. Vale lembrar que, naquela época, o basquete era jogado em quadras ao ar livre e, algumas vezes, a partida não terminava por falta de luz natural – algo que, nos tempos de hoje, soaria bastante incomum. Até no xadrez houve Bra-Pel. Em 1957, no Clube de Xadrez Pelotense, realizou-se um duelo cuja taça de campeão foi oferecida pelo enxadrista João Ferreira. Depois de muitos embates, o confronto terminou empatado e ninguém levou a taça. Essa expansão demonstra o quanto o Bra-Pel foi importante para que a população de Pelotas conhecesse e praticasse diferentes esportes. O clássico é tão empolgante que muitos torcedores preferem seus próprios clubes à dupla Gre-Nal, sendo considerado um dos patrimônios culturais de Pelotas. Até hoje, o “Clássico

das Multidões”, como era chamado até meados da década de 1960, segue firme na memória de cada torcedor do Grêmio Esportivo Brasil e do Esporte Clube Pelotas e, apesar das dificuldades atuais, ainda é considerado a maior festa futebolística do interior gaúcho.

Mário Gayer do Amaral

Referências:

AMARAL, Mário Gayer do; OSÓRIO, Sérgio Augusto Gastal. *A história dos Bra-Peis*. Pelotas: Editora Signus, 2008.

AMARAL, Mário Gayer do. *Análise do Bra-Pel de 2011 – 14 minutos de heróis e vilões*. Diário do Professor Mário. Disponível em: <http://www.diariodoamaral.blogspot.com>. Acesso em: 5 mar. 2025. DIAS, Nilo. *Xavantes de ouro*. Pelotas: Editora Odisséia, 2019.

SANTOS, José Éder Amaral. *Bra-Pel, rivalidade no Sul do Rio Grande*. Pelotas: Livraria Mundial, 2010.

Cc



Sede da Cooperativa COSULÁ. Fonte: Acervo particular do Prof. Eduardo Arriada.

Calçadão. As vias destinadas ao trânsito exclusivo de pedestres, de modo geral, são denominadas “calçadões”. No Brasil, o primeiro calçadão foi o da Rua das Flores (Rua XV de Novembro), na cidade de Curitiba/PR, inaugurado em 1972, tornando-se uma das marcas do urbanismo da época. Logo, a ideia se repetiu em São Paulo, no Rio de Janeiro e em diversos outros lugares. Em muitas cidades litorâneas, é comum a existência de calçadões acompanhando a margem dos cursos de água, como em Pelotas, na praia do Laranjal, onde existe um calçadão com cerca de dois quilômetros de extensão, unindo os balneários Valverde e Santo Antônio. Entretanto, os calçadões comerciais são

os que mais se destacam nos centros das cidades. Em Pelotas, atualmente, essas vias estão demarcadas nos trechos das ruas Andrade Neves, entre as ruas Lobo da Costa e Voluntários da Pátria; XV de Novembro, entre Marechal Floriano e 7 de Setembro; e 7 de Setembro, entre XV de Novembro e General Osório. Há que se acrescentar a esse rol de vias as travessas Ismael Soares e Conde Piratiny, entre a Rua Andrade Neves e a Praça Coronel Pedro Osório, nas laterais do edifício Praça Quinze. O trecho de calçadão da Rua Andrade Neves, entre as ruas Lobo da Costa e Marechal Floriano, recentemente recebeu uma pista para tráfego lento de automóveis (*traffic calming*), devidamente isolada

do tráfego de pedestres. Algo semelhante ocorre no calçadão da Rua 7 de Setembro, entre as ruas Andrade Neves e General Osório, onde se formou um final de rua com área para manobra de veículos (*cul-de-sac*). Além desses trechos, ainda que não sejam precisamente “calçadões”, receberam tratamento especial – com o alargamento das calçadas e a retirada de estacionamento de automóveis – os trechos das ruas Andrade Neves, entre Voluntários da Pátria e Doutor Cassiano; e Marechal Floriano, entre XV de Novembro e General Osório. A partir de 2009, o trecho da Lobo da Costa, entre a Praça Coronel Pedro Osório e a Rua Gonçalves Chaves, também teve suas calçadas alargadas, ficando conhecido como o “calçadão do Guarany”, por se localizar em frente ao teatro de mesmo nome. Em 2019, a Universidade Federal de Pelotas, em parceria com a Prefeitura Municipal, iniciou a construção de um calçadão na Rua Alberto Rosa, entre as ruas Benjamin Constant e Almirante Tamandaré, onde se localizam o Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) e o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Humanidades (Cehus), além de outras unidades acadêmicas da UFPel. Esse trecho foi denominado Largo do Bola, em homenagem a João Alberto dos Santos Pedroso (1958–2021), o Bola, falecido em decorrência do vírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Especificamente na Zona de Comércio Central, existem, ao todo, onze quadras onde as pessoas podem circular com maior tranquilidade, sendo seis delas exclusivas para pedestres, duas compartilhadas com trânsito lento de automóveis e

três com calçadas alargadas. Os primeiros trechos do calçadão foram inaugurados em maio de 1981, durante a administração do prefeito Irajá Andara Rodrigues, contemplando apenas a rua Andrade Neves, entre a Marechal Floriano e a Voluntários da Pátria. No entanto, testes para essa modificação já vinham sendo realizados desde a década de 1970, principalmente aos sábados, quando o trânsito e o estacionamento de veículos eram proibidos nesse trecho. Isso ocorria porque a retirada dos automóveis da frente das lojas gerava grande preocupação entre os comerciantes, que temiam a perda de clientes. O calçadão da Andrade Neves representou a consagração dessa via como a principal rua de comércio do centro de Pelotas. Cabe lembrar que, no traçado de 1815, a atual rua Félix da Cunha recebeu o nome de Rua do Comércio, pois ali se previa a instalação das primeiras “casas de negócio” da freguesia. Esse nome foi mantido até 1865, quando passou a se chamar Rua do Imperador, permanecendo assim até 1889, quando adotou a denominação atual, Félix da Cunha. Contudo, a rua que efetivamente se consolidou como eixo comercial, desde 1850, foi a XV de Novembro, por concentrar um grande número de estabelecimentos, como lojas de moda, relojoarias, alfaiatarias, bazares, cafés, restaurantes e livrarias. Foi o local preferido para a realização de passeios, encontros e festas, como o carnaval. Instalada também desde 1815, foi inicialmente denominada rua de São Miguel, embora fosse popularmente conhecida como rua dos Canários. Em 1895, em alusão à data da Proclamação

da República, em 1889, passou a se chamar XV de Novembro. Tornou-se a rua mais movimentada da cidade, por onde transitavam os passantes e circulavam os consumidores da elite. A partir da década de 1950, a rua Andrade Neves passou a rivalizar com a XV de Novembro pela concentração dos principais estabelecimentos comerciais. A Andrade Neves também constava na primeira planta do povoado, de 1815, sob o nome de rua das Flores, adotando sua denominação atual em 1869. Com o intenso movimento e o crescente número de lojas, consolidou-se como a via mais agitada do centro. A instalação do calçadão, na década de 1980, reforçou ainda mais esse prestígio. As primeiras quadras destinadas exclusivamente aos pedestres – entre a Marechal Floriano e a Voluntários da Pátria – já eram, à época, as mais movimentadas da rua. Os passantes disputavam espaço nas calçadas com aqueles que desfrutavam momentos de conversa em frente às lojas de discos, à galeria central ou às movimentadas lanchonetes. Os chamados “becos” da Andrade Neves foram transformados em calçadas logo em seguida. Não demorou também para que a antiga rua XV de Novembro, já sem o carnaval, recebesse, em paralelepípedos, seu trecho de calçada, entre a Floriano e a 7 de Setembro. Posteriormente, com o encerramento do trânsito, a própria 7 de Setembro – entre a XV de Novembro e a Andrade Neves, e depois até a General Osório – também foi destinada aos pedestres. Em seguida, a quadra da Andrade Neves entre a Marechal Floriano e a Lobo da Costa foi incorporada ao usufruto dos pedestres.

Assim, estava configurada a área mais importante do calçadão de Pelotas. As travessas Ismael Soares e Conde Piratiny (conhecidas como “becos”), até hoje são passagens entre a Andrade Neves e a Praça Coronel Pedro Osório. Abrigam pequeno número de lojas e serviços e servem, sobretudo, ao comércio ambulante, a pequenas feiras e outros tipos de venda. A travessa Conde Piratiny, também chamada de “beco da Biblioteca” por estar ao lado da Biblioteca Pública – cujo acesso permitia, anteriormente, entrada para a seção infantil – chegou a ser proposta como “beco das artes”, mas essa vocação nunca se consolidou. Na outra travessa, a Ismael Soares, conhecida como “beco da Khautz” por estar aos fundos da antiga Farmácia Khautz em um dos prédios, tentou-se instalar a chamada “rua do doce”, destinada às doceiras que ali poderiam vender seus produtos. Entretanto, o local nunca obteve grande sucesso nessa função, e, atualmente, a “rua dos doces” está situada no calçadão da 7 de Setembro, entre a Andrade Neves e a General Osório. Próximo ao chafariz “As Três Meninas”, o espaço contará com estrutura para as doceiras, além de banheiro e área de convivência. O chafariz “As Três Meninas” constitui outro ponto de destaque do calçadão, instalado na confluência das ruas Andrade Neves com 7 de Setembro. Trata-se de um ponto de encontro tradicional para as manifestações políticas da cidade. O chafariz é um dos quatro instalados pela Companhia Hidráulica Pelotense, três dos quais, trazidos da França, foram entregues ao público em 1874. À época, essas fontes forneciam água para

a população, eram protegidas por guardas e possuíam candelabros para a iluminação do local, o que permitia seu uso também durante a noite. Inicialmente, para garantir sua preservação, todas foram cercadas por grades. A fonte que hoje se encontra no calçadão foi instalada, originalmente, na Praça Domingues Rodrigues, no Porto de Pelotas, até ser trasladada para o local atual em 1981. Com seus quarenta anos de existência, o calçadão de Pelotas recebeu poucas reformas, ainda que, desde o início dos anos 2000, o tema estivesse presente nas discussões das administrações municipais. Apenas em 2017, durante a gestão da prefeita Paula Mascarenhas, iniciou-se a execução de uma reforma significativa, concluída em 2019, que alterou profundamente a infraestrutura e a paisagem do local. A intervenção incluiu a instalação subterrânea das redes de telefonia, lógica e TV a cabo; melhorias na rede de drenagem e esgoto; renovação do piso; ampliação da acessibilidade; requalificação do paisagismo; instalação de novos bancos, lixeiras e jardins; implantação de iluminação ornamental em LED; e modernização da sinalização. A área que recebeu intervenção corresponde ao trecho da rua Andrade Neves, entre as ruas Voluntários da Pátria e Lobo da Costa, além da rua 7 de Setembro, entre a XV de Novembro e a General Osório. Ao todo, são quase dez mil metros quadrados, contemplando cerca de 160 estabelecimentos comerciais, por onde, antes da pandemia de SARS-COV-2, circulavam mais de 25 mil pessoas por dia. Ao longo de sua história, diversas transformações comerciais puderam ser obser-

vadas no calçadão. Inicialmente consagrado aos estabelecimentos locais, o espaço, gradualmente, passou a receber grandes investimentos nacionais e internacionais. Antigas e tradicionais lojas da cidade foram cedendo lugar a redes comerciais modernas e contemporâneas. Mudanças também ocorreram na própria arquitetura do setor terciário e nas estratégias de fazer comércio. Com o crescimento urbano, outras centralidades surgiram, alterando o perfil dos consumidores do centro e do calçadão. O calçadão evidencia ainda as contradições da sociedade, especialmente no permanente conflito entre o comércio formal e o informal. Mais do que qualquer outra parte da cidade, é nesse espaço que a sociedade se revela plenamente – caminhando, passeando, fazendo compras ou simplesmente existindo.

Sidney Gonçalves Vieira
Dione Dutra Lihtnov

Referências:

- MAGALHÃES, Mário Osório. *Os passeios da cidade antiga*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.
- PELOTAS (RS). Prefeitura Municipal. *Calçadão está de cara nova*. Disponível em: <https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/calcadao-esta-pronto-e-da-cara-nova-a-area-central>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A cidade fragmentada*. Pelotas: EDUFPEL, 2005.

Câmara Municipal. Fundada em 1832, após a elevação da Freguesia de São Francisco de Paula ao *status* de Vila, a Câmara Municipal de Pelotas testemunhou e participou de diversas

mudanças políticas e sociais no Estado e no país, inclusive no que diz respeito à própria função das Câmaras, que inicialmente acumulavam atribuições legislativas e executivas e, atualmente, dedicam-se exclusivamente à atividade legislativa. A partir da Constituição Federal de 1934 e das mudanças então estabelecidas – como a alteração de denominação de Conselho Municipal para Câmara Municipal –, passaram a ocupar a presidência do Poder Legislativo: Antônio Augusto Assumpção Júnior, Fermiano Ramos Soares e Nelson Ferraz Viana, sendo este último interrompido em decorrência do período do Estado Novo. Com o retorno do Estado Democrático, ocuparam a Presidência da Câmara Municipal, entre 1948 e 1951, Ariano de Carvalho, José Ottoni Xavier e Alvacyr Faria Collares. Posteriormente, exerceram o cargo: Álvaro Barcelos, Francisco Ribeiro da Silva e Rubens de Oliveira Martins (1952-1955); Jaime Gonçalves Wetzel (1956-1959); Wolney da Silva Vieira e Celso Garcia d'Ávila (1960-1963); Wolney da Silva Vieira, José Pederzolli Sobrinho e Neri Silveira Dias (1964-1968); Teófilo Alves Galvão e Mansur Macluf (1969-1972); Mansur Macluf, Getúlio Lima e Pedro Bachini Sobrinho (1973-1976); Elberto Madruga, Paulo Aci Teixeira, Francisco de Paula Moraes, José Karini, Teófilo Salomão e Pedro Machado Filho (1977-1982); Uil Dias, Mansur Macluf, Edmundo Wendt, Marciolino Mena e Mário Silveira (1983-1988); Rubens Ávila Rodrigues, Ivan Aune e Ricardo Nogueira (1989-1992); Nelson Harter Filho, José Artur Ávila Dias e Virgínia Fetter Gomes (1993-1996); Ademar Fer-

nandes de Ornel, Edmar Campos, Flávio Coswig e Otávio Martins Soares (1997-2000); Otávio Martins Soares e Ademar Fernandes de Ornel (2001-2004); Pedro Godinho da Silva, José Sizenando dos Santos Lopes e Otávio Martins Soares (2005-2008); Adalim Medeiros, Milton Martins, Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite e Luiz Eduardo Brod Nogueira (2009-2011); Ademar Fernandes de Ornel (2013-2016); Luiz Henrique Viana, Anderson de Freitas Garcia, Fabrício Ckless Tavares da Silva e José Sizenando dos Santos Lopes (2017-2020); Cristiano Wachholz da Silva, Marcos Ferreira Insaurreaga, César Brisolara e Anderson de Freitas Garcia (2021-2024); e Carlos Renato Bento Oliveira Júnior (2025). A composição da Mesa Diretora abrange as funções de Presidente, 1º e 2º Vice-Presidente, e 1º e 2º Secretários. Ao longo do tempo, houve divergências quanto à possibilidade de reeleição desses cargos dentro de uma mesma Legislatura (quadriênio). A última modificação ocorreu com a alteração do Regimento Interno da Casa, por meio da Resolução nº 24, de 2022, que estabeleceu a duração de um ano para o exercício dos cargos que compõem a Mesa Diretora. Outra mudança importante observada na Câmara, ao longo de sua história, refere-se ao perfil dos eleitos. Inicialmente, o Legislativo municipal era ocupado majoritariamente por homens brancos, oriundos de classes sociais abastadas, em sua maioria comerciantes e charqueadores. Atualmente, observa-se uma mudança ainda discreta, mas significativa, no perfil dos vereadores de Pelotas. Apenas em 1976 a Câmara teve Gilberto Madruga como o primeiro presidente

negro de sua história. No que diz respeito às mulheres, a representatividade é ainda menor, visto que a primeira – e até hoje única – presidenta da Câmara foi Virgínia Fetter Gomes, eleita em 1996. Ao longo de toda a existência da instituição, apenas 14 mulheres foram eleitas vereadoras. A primeira delas, Suely Oliveira, assumiu uma cadeira em 1947; somente 69 anos depois, em 2016, Daiane Dias tornou-se a primeira mulher negra eleita. Os anos 2000 trouxeram maior representatividade para candidaturas femininas; entretanto, o número de mulheres efetivamente eleitas permanece muito baixo. O auge ocorreu nos pleitos de 2000, 2016 e 2020, todos com apenas quatro vereadoras. Em outros momentos, como em 2012, não houve nenhuma representante feminina. Ainda assim, destaca-se que nas duas últimas eleições (2020 e 2024) o nome mais votado para o cargo foi de uma mulher: Fernanda Miranda. Em 2024, por exemplo, ela foi eleita com o expressivo número de 5.885 votos, enquanto o vereador eleito menos votado atingiu 1.869 votos. Nas eleições de 2016, o segundo maior número de votos também foi obtido por uma mulher, Cristina Oliveira, que, reeleita em 2020, integrou a Legislatura 2021-2024. Na eleição mais recente, em 2024, foram eleitas apenas três mulheres: Fernanda Miranda, Miriam Marroni e Marisa Schwarzer.

Gabrielle Garcia Gotuzzo
Lóren Cantiliano Ximendes

Fontes:

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. *Galeria dos ex-presidentes da Câmara*. [s. d.]. Fotografia.

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. *Conheça nossos vereadores*. 2025. Disponível em: <https://www.pelotas.rs.leg.br/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. *Mesa Diretora*. 2025. Disponível em: <https://sapl.pelotas.rs.leg.br/mesa-diretora/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. *Regimento Interno*: aprovado pela Resolução n.º 04, de 30 de junho de 2010. Pelotas: Câmara Municipal, 2010. Disponível em: https://sapl.pelotas.rs.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2010/2610/2610_texto_integral.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. Resolução n.º 24, de 9 de novembro de 2022. Altera a redação do parágrafo primeiro do art. 31 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pelotas e dá outras providências. *Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul*, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://sapl.pelotas.rs.leg.br/norma/3377>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Referências:

DOMINGUES, Mariele Afonso. *As mulheres na Câmara Municipal de Pelotas: uma análise acerca dos projetos de lei ordinária propostos pelas vereadoras durante a 20ª Legislatura 2017-2020*. 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario. *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/dicionario-de-historia-de-pelotas/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

NUNES, Dúnia dos Santos. *A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores: exercício do poder local e estratégias sociais (1832-1836)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 565-587, 2014.

Cárceres. As penas de prisão acompanharam a institucionalização do projeto colonial português no que hoje conhecemos como Brasil. Foram fundamentais como forma de punição, mas também para a manutenção do controle sobre trabalhadores no modo de produção colonial. Na passagem do feudalismo para o mercantilismo, muitos trabalhadores não foram absorvidos pelos setores do mundo do trabalho na Europa e foram enviados às Américas e a outras possessões coloniais. Nesse sentido, muitas dessas pessoas também não foram incorporadas ao mercado produtivo colonial, tornando-se um problema social para as elites. Assim, foi se fortalecendo a perspectiva de buscar uma utilidade para os chamados vadios, que foram induzidos a trabalhar em espaços de interesse do Estado. Não apenas nas casas de prisão permaneceram esses sujeitos, mas também foram enviados para servir em partidas repressivas a quilombos, na abertura de caminhos nas matas e nos territórios do interior, na construção e manutenção de fortes erguidos no litoral, bem como na demarcação das fronteiras e dos limites das possessões portuguesas. Essa utilidade, decorrente das penas com trabalho, não se destinou apenas às pessoas livres, mas também se aplicou aos escravizados, base do modo de produção colonial. Com o processo de transformação capitalista, a pena com trabalho foi se especializando e corporificando

a lógica do ideal correcional, segundo a qual o preso – vigiado, controlado, disciplinado com base na fé e aprendendo novos ofícios – tornar-se-ia um trabalhador mais qualificado e obediente à estrutura de dominação de classes. Nesse sentido, constituíram-se os projetos das casas de correção, popularizados na Europa no século XVIII, ganhando forma no XIX e penetrando no pensamento das elites no Brasil. Foi durante o contexto de consolidação da Independência que as elites liberais passaram a discutir um projeto prisional para o país – um projeto alicerçado na perspectiva de implementação das casas de correção e articulado pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Na Vila de São Francisco de Paula, em 1832, a Casa de Correção foi inaugurada parcialmente, representando um passo emblemático das elites que buscavam garantir mão de obra disciplinada e barata para os princípios do liberalismo. Vale ressaltar que a obra foi realizada com a mescla de recursos públicos e das chamadas “subscrições individuais dos cidadãos”, ou seja, as elites investiram na construção do espaço. Acontece que o modo de produção no país era o escravista, e este tinha enorme representatividade na região que viria a constituir a cidade de Pelotas. Isso se dava não apenas pela estrutura produtiva do núcleo das charqueadas, mas também por toda a produção vinculada ao mundo rural, especificamente a criação de gado e a agricultura. Não é novidade que muitos processos de resistência de homens e mulheres escravizados foram conduzidos durante o século XIX em Pelotas,

sendo o mais emblemático o quilombo de Manoel Padeiro. O pânico nas elites locais e provinciais, causado pelo grupo, que dizia ter planos de alistar escravizados na região das charqueadas, tomar quartéis e a Câmara, levou esses senhores escravistas a ampliarem a rede repressiva na região. Nessa perspectiva, a Casa de Correção de Pelotas – que logo depois passou a ser reconhecida, em sua nomenclatura, como Cadeia Civil – fazia parte desse processo. Perdeu o nome de Casa de Correção porque, para as elites que visavam garantir a perpetuação do sistema escravista, a prisão, como espaço de punição pontual e de controle, que viabilizava o retorno ao trabalho dos escravizados que praticavam indisciplina, já bastava. A utopia liberal, utilitarista dos corpos operários livres, fazia pouco sentido para o manejo das concepções de liberdade e propriedade, que eram moldadas pela posse escravista. Ainda assim, a antiga Casa de Correção de Pelotas, situada nas esquinas das antigas Rua do Açougue (hoje, Rua Barão de Santa Tecla) e Rua do Poço (atual Rua Sete de Setembro), funcionou como cadeia municipal durante quase todo o século XIX. Conhecida como Casa Amarela, pela cor de suas paredes, e também como Palácio das Misérias pela imprensa da cidade – denominação que misturava um julgamento preconceituoso desses setores em relação aos encarcerados, mas que também denotava a insalubridade daquela casa de prisão –, a instituição foi desativada na década de 1890. Em 1897, foi vendida pelo Intendente Municipal e comprada por Antonio Pereira de Araújo. Nas duas

portas da frente do edifício, que teria cerca de 37 metros de largura por 50 metros de fundo, o proprietário teria alugado espaços para um açougue e uma venda. As celas, cerca de 20, foram alugadas como quartos e o local foi transformado na Vila Aguiar, sendo o prédio utilizado até 1956. Em mau estado, foi posteriormente vendido e demolido. Na década de 1890, foi construído outro local para sede do prédio da cadeia da cidade, correspondente ao atual 4º Batalhão de Polícia Militar da Brigada Militar (4º BPM), situado na Avenida Bento Gonçalves, entre a Rua Santa Cruz, a Rua Argolo e a Rua Barroso. O prédio foi entregue em 1898. A prisão nesse local durou pouco, sendo posteriormente alugados diferentes espaços como sede provisória do cárcere. O prédio da Avenida Bento Gonçalves também sediou o 3º Posto Policial da Brigada Militar e o chamado Serviço de Extinção de Incêndios, que depois, rebatizado como Corporação Municipal de Bombeiros, mudou-se do prédio em 1921. Em seu lugar, o edifício passou a abrigar o 27º Batalhão de Caçadores do Exército, que permaneceu ali até 1927, quando o quartel foi entregue à Brigada Militar para sediar o 4º Batalhão de Infantaria Montado, que posteriormente se tornou o 4º BPM. A cadeia deve ter sido desativada no início do século XX, nesse contexto de diferentes corporações ocupando o lugar, pautadas por estratégias de controle social. Apenas em 1958 foi fundado o novo Presídio Municipal, no bairro Cohab Tablada, com capacidade para 104 vagas. Em 1994, recebeu a mudança de *status* de seu nome para Presídio Regional de Pe-

lotas e, em 1996, passou a denominar-se oficialmente Presídio Regional de Pelotas Hamilton da Cunha Gonçalves. Ao longo do tempo, passou por várias reformas, inclusive interdições, como as de 2006 e 2018, pois a superlotação é um dos maiores problemas, além das condições gerais do complexo. No geral, o Presídio Regional de Pelotas conta com cerca de 500 vagas, mas a taxa de ocupação é superior ao dobro. Em outubro de 2024, havia 1 vaga para cada 2,39 presos no espaço, evidenciando as precariedades da existência dos encarcerados na prisão. O Presídio Regional não foi pensado para receber mulheres como apenadas, o que fez com que, ao longo dos anos, movimentos de direitos humanos e o Ministério Público buscassem melhores formas de viabilizar essa inclusão, inclusive considerando especificidades, como o caso de apenadas gestantes. Atualmente, conta com uma galeria específica para mulheres encarceradas. Ainda assim, as políticas públicas de incentivo à reinserção social continuam precárias. O Brasil possui a terceira maior população carcerária do planeta. Segundo o Ministério da Justiça, em 2024, o perfil dos encarcerados evidenciava, em sua maioria, indivíduos entre 18 e 29 anos, que não haviam concluído a educação básica. Os homens encarcerados eram mais de 634 mil, e as mulheres, 28 mil, o que correspondia a cerca de 96% e 4%, respectivamente. Um dado doloroso é que, desses números, 30% das pessoas ainda não tinham sido julgadas e permaneciam presas – um total de cerca de 180 mil pessoas –, o que revela desigualdades no acesso à Justiça, no

andamento dos processos judiciais e no recurso à defesa. Somados, pretos e pardos respondiam por 63% das pessoas encarceradas, enquanto brancos eram 28%. Vale lembrar que a proporção de encarcerados negros era superior à representatividade desse grupo na população brasileira, que correspondia a 55,5%, o que demonstra o racismo estrutural presente na sociedade. Os crimes de tráfico e os crimes contra o patrimônio concentravam a maioria dos motivos de prisão, revelando também o encarceramento vinculado aos grupos mais precarizados da sociedade e um sistema prisional voltado à proteção patrimonial, contrastes que refletem a estrutura de classes no Brasil. Já para o estado do Rio Grande do Sul, a pesquisa do Observatório do Sistema Prisional da Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS), lançada em agosto de 2024, mostrou que a população encarcerada era, em sua maioria, masculina, com até 45 anos, e que não havia concluído o ensino médio. Ao todo, 87,1% das pessoas encarceradas não tinham concluído essa última etapa da educação básica, e 54,7% possuíam o ensino fundamental incompleto, evidenciando como as desigualdades educacionais funcionam como um importante mecanismo de exclusão social. Eram 94% homens e 6% mulheres, 65% pessoas brancas e 33,6% negras. Vale ressaltar novamente que, segundo o Censo do IBGE de 2022, pretos e pardos representavam 21,2% da população do RS, indicando mais uma vez um número de encarcerados desproporcional em relação a esse perfil da população total do estado. Tráfico de drogas e rou-

bo qualificado também se configuraram no RS como os principais motivos de encarceramento. A pesquisa identificou ainda diferenças nas relações de gênero, já que as mulheres são pouco visitadas por seus companheiros nas prisões, enquanto as companheiras são as principais visitantes dos homens encarcerados. Mais da metade da população encarcerada no estado, 56%, tem filhos, sendo que estes visitam mais suas mães encarceradas do que os pais. Pode-se observar que, desde o século XIX, pouco mudou na estrutura prisional do país, o que também se reflete em Pelotas, onde o perfil das pessoas encarceradas é predominantemente de indivíduos pobres, com maior peso sobre não brancos, ou seja, corpos negros. Trata-se de uma estrutura prisional montada durante a escravidão, numa estratégia colonial, para garantir a perpetuação da exploração da mão de obra, que reproduziu a forma de tratar os corpos a partir da monumentalização de um racismo estrutural que ainda repercute nas casas prisionais. Há um vínculo maior do que se imagina entre a antiga Casa Amarela e o Presídio Regional atual, marcado por desigualdades, precariedades e uma estrutura racista que mantém privilégios de determinados setores da população brasileira.

Caiuá Cardoso Al-Alam

Referências:

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *Palácio das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas, 1869-1889*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. *Sobre o 4º BPM*. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/sobre-o-4-bpm>. Acesso em: 8 set. 2025.

LOPES, Leticia Caldas; SOARES, Patrícia dos Santos Lopes; PINTO, Rodrigo Serpa. Presídio Regional de Pelotas – um estudo sobre apenadas e as políticas públicas voltadas para sua ressocialização. *Perspectivas em Políticas Públicas*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 109-139, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/2873>. Acesso em: 4 jul. 2025.

NEDEL, Ana Paula. *O agente penitenciário na dinâmica da inclusão/exclusão carcerária*. 2008. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2008.

Carnaval. Em 2025, moradores de Pelotas que viveram entre as décadas de 1960 e 1980 ainda recordam com orgulho o auge do carnaval de rua da cidade, considerado o terceiro maior do Brasil na época. Esse legado, respaldado por registros na imprensa local e nacional, tem raízes no século XIX, com os desfiles das grandes sociedades, e se fortaleceu no século XX com os cordões carnavalescos negros, que deram origem a clubes como Chove Não Molha e Fica Ahí P'rá Ir Dizendo, ambos ainda em atividade. A partir de 1960, o carnaval pelotense passou a ser liderado pelas escolas de samba, refletindo maior diversidade. Destacam-se a General Osório (1949), a Academia do Samba (ex-Fica Ahí, 1949), a General Telles (1960), a Ramiro Barcellos (1962) e a Estação Primeira do Areal (1977). Os desfiles ocorriam na Rua XV de Novembro, reunindo multidões

nas calçadas e promovendo forte integração popular. Além das escolas, os blocos burlescos – como Tesoura da Tiradentes (1959), Candinha das Cerquinhas (1961), Bafo da Onça (1961) e Bruxa da Várzea (1962) – deram voz à crítica social com irreverência, mesmo durante a ditadura, quando sofreram censura e repressão. Esses blocos construíram vínculos comunitários e permanecem ativos, defendendo a diversidade de gênero, socioeconômica e racial. Entre os anos 1960 e 1980, outras manifestações populares, como o bloco Aguenta se Puder e festas na Praça Coronel Pedro Osório, também marcaram o período. Com o tempo, o carnaval passou por mudanças estruturais, como a introdução de arquibancadas pagas e deslocamentos para ruas como Marechal Floriano, Praça 20 de Setembro, Avenida Bento Gonçalves e, mais recentemente, a zona portuária. A festa passou a contar também com bandas, como a popular Bandalha e a Banda Empolgação, que ainda abre oficialmente o carnaval. A diversidade das agremiações se incrementou, incluindo escolas infantis, blocos e bailes. A partir dos anos 1990, os eventos passaram a ser menos segregados por raça, algo comum nas décadas anteriores e que ilustra a naturalização do racismo na sociedade sulina. Clubes como o Juventus, no Fragata, e a Galateia, próxima à Colônia Z3, exemplificam essa mudança. No século XXI, embora o carnaval ainda conte com participação popular, as agremiações enfrentam dificuldades para manter suas atividades, em grande parte devido ao descaso do poder público, o que ameaça a continuidade de

uma tradição que projetou Pelotas no cenário nacional nas décadas passadas.

Fernanda Oliveira

Referências:

RIBEIRO, Ângela Mara Bento. *O bloco burlesco Bafo da Onça na ditadura militar: carnavalesco e cultura em chave Bakhtiniana*. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2017.

Hemeroteca:

Diário Popular, Pelotas, 1960-2024. Disponível na Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

Diário da Manhã, Pelotas, 1979-2025. Disponível na Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

Depoimentos orais:

LACERDA DA SILVA, Luiz Carlos. Depoimento concedido à autora em 18 de abril de 2025.

MENEZES, Maria Helena Pereira. Depoimento concedido à autora em 20 de abril de 2025.

PINTO, Mário Ronaldo Correa. Depoimento concedido à autora em 19 de abril de 2025. BARBOSA, Rosani Menezes. Depoimento concedido à autora em 20 de abril de 2025.

Casa do Trabalhador. A Casa do Trabalhador de Pelotas está situada na Rua Santa Cruz, 2454, esquina com a Rua Major Cícero, bem no centro da cidade, estrategicamente localizada por sua proximidade com o comércio e os serviços locais. Desde agosto de 2023, a entidade vem desenvolvendo um grande projeto de reconstrução geral. Em 2024, foi construída uma nova base por um grupo de sete sindicatos cotistas,

de profissões bastante distintas. Para iniciar o movimento, foi feita nova pintura na fachada do prédio, eleita nova diretoria, aprovado novo estatuto e emitido um novo comprovante de inscrição e situação cadastral (CNPJ). “A Casa reabre suas portas!”, exclamou a sindicalista presidente do Sindicato do Turismo e Hospitalidade, Simone Goulart, no evento de reabertura, em 8 de dezembro de 2024. Já em 2025, continua a primeira etapa de restauração, com o processo de planejamento e detalhamento de ações, além de um projeto cultural para o grande salão principal. No entanto, é importante ressaltar sua história centenária: são exatos 136 anos (1889-2025) de muitas lutas, fortes manifestações, greves históricas, valiosas ajudas mútuas – companheirismo –, grandiosas festas populares (a maior e mais forte sempre foi a do 1º de maio, Dia do Trabalhador) e muita arte e cultura. A professora e historiadora da UFPel Beatriz Loner (2017, p. 179), no *Dicionário de História de Pelotas*, no verbete “Liga Operária”, aponta o caminho para a pesquisa ao relatar a origem do nome “Casa do Trabalhador” como uma expressão popular, afirmando que “a maioria dos sindicatos tinha sua sede na própria Liga” e que foi assim que o povo a apelidou carinhosamente. Com o tempo, o apelido pegou e se transformou em nome próprio. Beatriz Loner explica que a Liga foi criada em um Congresso Operário em 31 de março de 1889. O evento entrou para a história por sua representatividade, com mais de 500 operários presentes. Sua primeira diretoria foi composta por representantes da maioria dos ofícios

existentes na cidade. Assim, a entidade também foi chamada de União dos Ofícios Vários. Em mais de 100 anos de história, os destaques são muitos, mas o tripé ajuda mútua-manifestações-encontros (festividades e arte & cultura) constitui a base e foi a principal bandeira desse longo movimento. Destacam-se também a fundação da Liga (1889) e a luta centenária por melhores salários, pela jornada de trabalho de 8 horas, contra a carestia e por condições de trabalho e de vida mais dignas. A greve de 1917, a primeira no Brasil, da qual Pelotas participou ativamente, é considerada um marco. A luta contra a ditadura também deixou sua marca na história da entidade, já que o grande e histórico inimigo foi sempre, ou quase sempre, a repressão governamental. O movimento atuava contra os patrões e sempre em apoio à arte e à cultura. Na primeira diretoria, em 1889, junto com o operariado, estavam artistas populares, principalmente da música e do teatro. Nos últimos anos, o destaque ficou com o projeto Dandô, os grupos de teatro popular e a música latino-americana. Em meados de 2023, após exaustiva pesquisa em cartórios de Pelotas, Lucas Cunha, diretor do Sindicato dos Bancários, encontrou um documento importante – o último estatuto da entidade, datado de março de 1960. O achado motivou novas atualizações, incluindo a eleição de uma nova diretoria. Assumiu a presidência da Associação Casa do Trabalhador de Pelotas (atual nome oficial) o sindicalista Lair Mattos, também presidente do Sindicato da Alimentação. Os sindicatos cotistas hoje são: Sindicato dos Trabalhadores

nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Pelotas (STICMPEL), Sindicato dos Empregados no Comércio de Pelotas (SECPEL), Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Pelotas e Região (SEEBPEL), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico (STIMMME), Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Pelotas (SINTRATUHR), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas da Alimentação de Pelotas (STICAP) e Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Pelotas e Região (STTRP). Lair de Mattos destacou à imprensa que a data de 18 de agosto de 2023, quando a Casa recebeu o evento sobre Patrimônio do Operariado, organizado pelo IPHAN e pela UFPel, foi fundamental para a retomada das ações. Ressaltou ainda que “os sindicatos da Casa estão orgulhosos em fazer todo encaminhamento [...] e confiantes no sucesso da nova empreitada, com a Casa do Trabalhador sendo revitalizada e, ainda, a adaptação do prédio central em um grande auditório multiuso” (Diário da Manhã, 18 de dezembro de 2024). A arquiteta Simone Neutzling, da Perene Patrimônio Cultural, explicou ao *Diário da Manhã*, após assinar contrato com a Associação Casa do Trabalhador de Pelotas, que o “projeto de restauração inclui a identificação e conhecimento do bem, aprofundamento da pesquisa histórica do prédio e dos usos que teve. Também realizar uma reconstrução das memórias dos trabalhadores e das ações de educação patrimonial e, ainda, um registro fotográfico

do estado atual da edificação, aplicando um levantamento cadastral” (Diário da Manhã, 18 de dezembro de 2024). O sindicalista José Primeiro, do Sindicato dos Metalúrgicos, ressaltou, no evento de reabertura: “já está em andamento a recuperação e reconstrução da Casa do Trabalhador de Pelotas” (Diário da Manhã, 15 de agosto de 2024).

Lóri Nelson Nogueira Dias

Referências:

Diário da Manhã. Disponível em <https://diariodamanhapelotas.com.br/site/> Acesso em: 10 dez. 2025.

LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. Pelotas: Editora da UFPel, 2016.

LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mário (Orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: UFPel, 2017.

Periódicos e boletins:

Boletim do Sindicato dos Bancários, Pelotas.
Diário da Manhã, Pelotas.

Casa Verde. A agroindústria Pomar Casa Verde iniciou suas atividades em setembro de 1977. Possuía escritórios comerciais em diferentes localidades de Pelotas, como na Rua Almirante Landim e na Avenida Cidade Lisboa, ambas situadas no bairro Fragata, além da Rua Gomes Carneiro, no bairro Porto. Mantinha ainda filiais em outras cidades, incluindo Porto Alegre e São Paulo. A unidade fabril estava localizada na zona rural, na Colônia Santo Amor, em Morro Redondo, que até 1988 era o 8º distrito de Pelotas, e tinha como principal atividade o processamento de frutas e vegetais, destacando-se a pro-

dução de pêssego, morango, abacaxi e aspargos. Durante os períodos de safra, a força de trabalho da fábrica era majoritariamente composta por mulheres, embora homens e menores de idade também fossem contratados, em menor número. As funções desempenhadas no ambiente laboral eram variadas; contudo, as tarefas semelhantes aos serviços domésticos eram predominantemente atribuídas às mulheres. Entre essas atividades destacavam-se o corte, descaroçamento, raspagem, limpeza, seleção, retoque, fatiamento, classificação e enlatamento. Por sua vez, os homens, em sua maioria, exerciam funções que exigiam maior esforço físico ou ocupavam cargos de chefia. A partir da análise do acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas, preservado pelo Núcleo de Documentação Histórica Prof. Beatriz Loner, foram identificados 212 processos trabalhistas que possibilitam uma investigação sobre as condições de trabalho na indústria, bem como sobre as relações de gênero. Muitos desses processos relatam condições insalubres, incluindo exposição a temperaturas e umidade elevadas, ruídos excessivos e manipulação de produtos químicos, além da ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Ademais, há registros de descumprimento de direitos trabalhistas fundamentais, tais como o pagamento do aviso prévio, do depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do pagamento do Programa de Integração Social (PIS), 13º salário, férias, salários proporcionais e salário-maternidade, dentre outros. A Pomar Casa Verde consolidou-se como uma

das maiores indústrias conserveiras da zona rural de Pelotas, empregando centenas de trabalhadores a cada safra. Suas atividades foram encerradas no final da década de 1990; no entanto, não há registros precisos sobre a data exata de seu fechamento.

Kauane dos Santos Brisolara

Referências:

BRASIL. Justiça do Trabalho. *Processo n. 230/83*. Acervo da Justiça do Trabalho. Disponível no Núcleo de Documentação Histórica, UFPel.

BRASIL. Justiça do Trabalho. *Processo n. 1291/85*. Acervo da Justiça do Trabalho. Disponível no Núcleo de Documentação Histórica, UFPel.

BRASIL. Justiça do Trabalho. *Processo n. 662/89*. Acervo da Justiça do Trabalho. Disponível no Núcleo de Documentação Histórica, UFPel.

VARGAS, Francisco Eduardo Beckenkamp. *Relações sociais de classe e gênero: o trabalho safrista na Indústria de Conservas de Pelotas*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, 1994. Disponível no Núcleo de Documentação Histórica, UFPel.

CEFET-RS. O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS) foi implementado por meio de um Decreto Federal em 1999, transformando a então Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel) em CEFET-RS. Esse processo de transformação mobilizava a comunidade interna da Escola Técnica Federal de Pelotas há anos. Em 1995, por exemplo, foi realizado um seminário interno com essa pauta, e, em 1996, a Portaria interna 294 abriu

prazo para que a comunidade propusesse cursos superiores de graduação, com vistas à elaboração de um Projeto Institucional de transformação em CEFET. Como resultado desse processo, o Curso de Engenharia em Controle e Automação Industrial foi protocolado nesse mesmo ano na Delegacia do MEC no RS, sendo aceito pela SESU/MEC em 1997. Em 1998, após avaliação local por comissão de especialistas da área de Engenharia, o curso foi autorizado com conceito B. Todavia, esse curso jamais foi colocado em funcionamento, pois, no âmbito da reforma da educação profissional desse período, o MEC estimulava fortemente a criação de Cursos Superiores de Tecnologia. A nova denominação e alteração regimental possibilitaram à instituição, além de manter os cursos técnicos de nível médio, oferecer cursos superiores de graduação, especialmente cursos de tecnologia e licenciaturas, incentivando assim a pesquisa e o desenvolvimento de outras áreas da formação. No âmbito da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/96), foi publicado o Decreto Federal n. 2.208/97, que estabelecia bases para a reforma da Educação Profissional. Entre diversas alterações, o dispositivo legal obrigava o oferecimento do Ensino Técnico em currículo separado do Ensino Médio, o que gerou discussão na época, pois, segundo o entendimento de muitos, tal opção rompia com o princípio da politécnica na Educação Profissional e Tecnológica. A separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional nas escolas da rede federal, dentre elas o CEFET-RS, foi implementada em

um contexto de disputa e pressionada por uma indicação legal que atrelava o orçamento à adequação institucional. Essa medida era especialmente relevante pelo fato de a instituição viver tempos de orçamento escasso, em que não havia recursos nem para as suas despesas básicas de manutenção – nessa época, houve a desativação da piscina por falta de recursos para o pagamento de energia elétrica. No que tange à oferta de ensino superior, além de proteger a instituição de uma possível estadualização, a medida atendeu ao anseio de oferecer à comunidade local e regional acesso a cursos superiores, algo já almejado pela ETFPEL e restringido pelo fim jurídico da instituição. O primeiro curso ofertado em nível superior pelo CEFET-RS foi o Programa Especial de Formação Pedagógica, autorizado pelo Parecer CNE/CP 45/98. Já na área tecnológica, os dois primeiros cursos ofertados em nível superior a partir de 2000 foram o Curso Superior de Tecnologia (CST) em Sistemas de Telecomunicações e o CST Ambiental, este último com duas ênfases: Controle Ambiental e Saneamento Ambiental. Em 2002, foi criado o CST em Automação Industrial e, em 2007, o CST em Sistemas para Internet e o Curso de Engenharia Elétrica – que substituiu os CST de Automação e Sistemas de Telecomunicações. Destaca-se que a transformação em CEFET ampliava as possibilidades de estabelecer convênios, parcerias e concorrer a diversos editais. A ideia de Centro também incluía a possibilidade de ampliar unidades em outras localidades, como a Unidade Descentralizada de Sapucaia do Sul, primeira unidade estabelecida

fora de Pelotas (1996), pertencente à ETFPEL e que, em 1999, passou a fazer parte do CEFET-RS. Essa unidade iniciou também a oferta de cursos superiores de tecnologia, disponibilizando os CST em Gestão da Qualidade na Transformação de Polímeros e Fabricação Mecânica para Ferramentaria. Já os primeiros cursos oferecidos na modalidade de especialização foram Educação Profissional (2003), Educação Ambiental (2004), Educação de Jovens e Adultos (2006), Educação (2007) e Linguagens Verbal e Visuais e suas Tecnologias (2006). Os anos de 2004 e 2005 agitaram o contexto local, pois, com a revogação do Decreto 2.208/97, que separava o Ensino Médio do Ensino Técnico, abriu-se espaço para a implementação e retomada da educação profissional integrada ao Ensino Médio. Essa mudança gerou muitas reuniões, discussões e novos projetos pedagógicos para cada curso. No ano de 2007, quatro cursos passaram a oferecer ingresso na modalidade integrada: Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Química. Em paralelo e gradativamente, o Centro também deixou de oferecer ingresso apenas para o Ensino Médio. Ainda nesse interstício, foi criado por decreto presidencial o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA –, que foi implementado de imediato, considerando que o Centro já possuía algumas iniciativas no ensino de adultos e via no programa a possibilidade de ampliá-las. Destaca-se ainda, em 2006, o início das atividades da Unidade de Ensino Descentralizada de Charqueadas e

da Unidade de Ensino Descentralizada de Passo Fundo, frutos do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, implementado pelo Ministério da Educação do governo Lula em 2005. No ano de 2008, após diversas discussões da comunidade sobre seu futuro – que envolviam, entre muitas reflexões, a possibilidade de se transformar em uma instituição única do Rio Grande do Sul, com a reitoria em Porto Alegre – e faltando poucos meses para completar uma década de funcionamento, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL), composto inicialmente pelo campus Pelotas e mais três unidades, passando, assim, a enfrentar novas variáveis.

Adriana Duarte Leon
Cristhianny Bento Barreiro
Jair Jonko Araujo

Referências:

- BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 mar. 2025.
- BRASIL. *Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 25 mar. 2025.
- BRASIL. *Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9. Acesso em: 25 mar. 2025.
- FERREIRA, Liliana Soares (Org.). *Glossário sobre Trabalho Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica*. Curitiba: CRV, 2024.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRAN-
DENSE – IFSUL. Disponível em: [https://
www.ifsul.edu.br/instituto](https://www.ifsul.edu.br/instituto). Acesso em: 25
mar. 2025.

MEIRELES, Ceres Mari da Silva. *Das Artes
e Ofícios à Educação Tecnológica: 90 anos de
História*. Pelotas: Editora da UFPel, 2007.

Cemitérios. As transformações pelas quais a cidade de Pelotas passou, no tocante aos espaços cemiteriais durante o século XIX, fizeram com que diversos cemitérios fossem fechados. Apenas dois passaram a ser utilizados para receber os corpos das vítimas da epidemia de cólera: o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e o Cemitério de São João Batista, que iniciaram suas atividades em 1855. O primeiro, sob administração da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, está em funcionamento até a atualidade e passou a representar uma cidade dedicada aos mortos, dividida em bairros que diferenciavam as pessoas conforme suas práticas religiosas ou posições sociais. O segundo, também em funcionamento atualmente, é administrado pela Prefeitura Municipal de Pelotas, recebe sepultamentos de pessoas de classes menos abastadas da sociedade e divide seu terreno com o Cemitério São Lucas, de propriedade privada. Os dois cemitérios foram erigidos em locais afastados do perímetro urbano de Pelotas, no século XIX, longe do contato com a população. O Cemitério da Santa Casa foi instalado na então Estrada Manoel Alves, atualmente Avenida Duque de Caxias, e o Cemitério de São João Batista junto ao então Logradouro Público, atualmen-

te localizado na esquina das avenidas Engenheiro Ildefonso Simões Lopes e Leopoldo Brod, local que também havia sido considerado para a instalação do cemitério administrado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Durante a primeira metade do século XX, tanto o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia quanto o Cemitério de São João Batista foram ocupados por túmulos predominantemente rastos, com enterramentos diretamente no chão, possuindo algumas sepulturas em catacumbas com três níveis, administradas pelas Irmandades Religiosas. De modo geral, as sepulturas mantiveram suas alturas baixas e passaram a receber distintas esculturas e ornamentações, incorporando aos cemitérios diferentes linguagens arquitetônicas. Enquanto a cidade dos vivos crescia, ela expandiu-se em direção aos cemitérios, entre as décadas de 1920 e 1960. Em consequência do crescimento urbano de Pelotas e do aumento populacional, mais pessoas passaram a falecer com o passar dos anos, e os dois cemitérios em funcionamento passaram a necessitar de mais lotes para sepultamentos. No entanto, as sepulturas perpétuas impediam a reutilização dos lotes cemiteriais. Dessa forma, novas catacumbas foram construídas, chegando a cinco níveis de altura e permitindo o sepultamento de mais pessoas em um mesmo local, fato que resolveu temporariamente a falta de espaço. A partir da década de 1970, o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas passou a representar uma solução para o problema decorrente do aumento populacional de vivos e mortos. Durante a gestão da Mesa

Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, no biênio 1975-1976, foi assinado um contrato com o Consórcio Rio-grandense de Construção e Urbanização (Cortel S/A). Essa parceria introduziu no espaço cemiterial uma solução já adotada no Brasil desde a década de 1920 para enfrentar o crescimento populacional das cidades: a construção de edifícios em altura. Em 27 de novembro de 1976, com a inauguração do Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula, a paisagem cemiterial passou por uma grande transformação. Em contraste com as covas rasas e os túmulos de pequena altura, edifícios dedicados a enterramentos passaram a figurar no terreno anteriormente utilizado apenas pelo Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. O limite entre as cidades dos vivos e dos mortos passou, então, a ser marcado pelo inovador cemitério vertical, com edificações em altura que possuíam quatro ou cinco níveis de sepultamentos a cada pavimento. Embora o espaço utilizado para a construção do Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula fosse anteriormente ocupado por vegetação e por comerciantes de flores, o que provocava uma separação entre os espaços intramuros e extramuros do cemitério, a mudança não foi percebida como uma grande alteração. Isso porque, em Pelotas, assim como no Brasil, não ocorre a mesma tradição de outros países, onde os cemitérios são vistos e utilizados como parques urbanos. Inicialmente, os primeiros edifícios dedicados aos enterramentos estavam mais afastados da Avenida Duque de Caxias e mais próximos do

alinhamento do muro que demarca a separação entre os cemitérios da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e o Ecumênico São Francisco de Paula. Passadas algumas décadas, o cemitério vertical da cidade dos mortos precisou ser ampliado para garantir que mais corpos fossem enterrados em diversos níveis dentro de uma mesma superfície territorial. Mesmo que a problemática da especulação imobiliária cemiterial não tenha figurado nas discussões sobre a ereção de edifícios em altura dentro dos cemitérios, ela foi rapidamente substituída por outro problema que passou a preocupar os centros urbanos. A poluição causada pelo necrochorume nos lençóis freáticos e nos terrenos que ainda possuíam sepulturas rasas com corpos em decomposição passou a ser a principal justificativa para a construção de novos cemitérios verticais. Esses cemitérios auxiliariam na redução dos impactos ambientais provocados pelo necrochorume e otimizaram os espaços urbanos, diminuindo a ocupação superficial do solo e aumentando a capacidade de sepultamentos. Nesse contexto, novas edificações do Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula foram erguidas. Desta vez, as novas edificações foram construídas próximas ao alinhamento predial da Avenida Duque de Caxias, ficando amplamente visíveis aos vivos que passavam pela via. Todas essas transformações na forma como os corpos passaram a ser sepultados culminaram em outro problema. Com a divulgação de que os cemitérios verticais seriam a solução mais adequada para os enterramentos, as sepulturas do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e do Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula passaram a ser vistas como uma solução para o problema da falta de espaço para os enterramentos.

córdia de Pelotas e do Cemitério de São João Batista caíram no esquecimento dos familiares e passaram a sofrer com a ação do tempo. Um dos fatores de degradação está relacionado às intempéries, associadas ao crescimento de vegetação e à ação de agentes biológicos. Em conjunto, esses agentes degradantes causaram diversos danos aos túmulos que, sem a devida manutenção por parte das famílias dos inumados, ficaram sujos e começaram a ruir. Outro fator está relacionado ao vandalismo. Sem a devida segurança nos espaços das necrópoles, os túmulos de ambos os cemitérios ficam expostos. Diante disso, pessoas que frequentam o local com o intuito de furtar peças – principalmente de cobre – ou simplesmente destruir o patrimônio funerário acabam provocando danos inestimáveis, relacionados a perdas físicas, artísticas, históricas e arquitetônicas do patrimônio funerário pelotense. Como a legislação municipal, assim como a de grande parte dos municípios do Brasil, não contempla a preservação do patrimônio funerário, a cada ano mais exemplares são perdidos. Em virtude de todas essas alterações na paisagem cemiterial, a partir da segunda metade do século XX, os cemitérios de Pelotas seguiram o mesmo padrão observado nas últimas décadas nas cidades dos vivos. As construções antigas, juntamente com suas singularidades e ornamentações, foram esquecidas. Passou-se a valorizar o novo, deixando o antigo sem manutenção e à mercê do tempo. Sem a devida legislação de salvaguarda e preservação, e com o incentivo à construção de cemitérios verticais, o patrimônio funerário

de Pelotas vem desaparecendo gradativamente a cada ano, levando consigo a arquitetura, a história, a arte e a cultura presentes no espaço intramuros da cidade cemiterial.

Anderson Aires

Referências:

AIRES, A. P. *A cidade cemiterial: Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1855-1976)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

BORBA, Z. F. D. *Os cemitérios e a primeira epidemia de cólera (1855-1859) em Pelotas: um estudo sobre seu impacto na população escravizada*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. Pelotas, [1849-1961]. Pelotas: Bibliotheca Pública Pelotense, Centro de Documentação e Obras Valiosas.

NASCIMENTO, H. A. *Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: histórico comemorativo aos 140 anos*. Pelotas: Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, 1987.

ROCHA, J. V. V.; BUENO, P. H. D. C. Cemitérios verticais no Brasil e seus planejamentos diante da expansão urbana: uma revisão bibliométrica. *Revista Equador*, v. 11, n. 1, p. 87-102, 17 jun. 2022.

VILLANOVA, L. H. B. *A corrida rumo aos céus do Brasil*. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/970532/a-corrida-rumo-aos-ceus-do-brasil>. Acesso em: 20 jan. 2025.

XAVIER, S. C.; SILVA, M. E. *Pelotas: crescimento espacial urbano*. Disponível em:

<https://pmpel.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=93ce517da77d4acaa7449f8cea8dc49b>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Centro. O centro de uma cidade é o local onde se concentram as principais atividades e funções, especialmente do setor terciário, como comércio e serviços. Ele é sempre único, pois sua origem é definida historicamente e está associada à própria origem da cidade. Logo, o centro pode ser considerado fruto do processo de crescimento urbano. Quanto maior a circulação e a diversificação desse espaço, maior será sua estabilidade e potencial de atração de consumidores. Do ponto de vista dos negócios, é o local onde todos gostariam de estar e para o qual todos querem se deslocar para realizar suas atividades. Na dinâmica urbana, não se trata, portanto, de uma posição geometricamente definida, mas de uma escolha social, econômica e política. Em Pelotas, o Centro, do ponto de vista administrativo e de planejamento, está localizado na área genericamente delimitada ao norte pelas avenidas Dom Joaquim e Francisco Caruccio, ao sul pelo canal São Gonçalo, a leste pela avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (canal do arroio Pepino) e a oeste pela avenida Presidente João Goulart e o leito da Via Férrea Pelotas–Rio Grande. Trata-se, portanto, de um bairro dentro da estrutura urbana, uma parte da cidade. Dentro dessa delimitação, é possível reconhecer uma área em que as características do centro estão presentes de forma muito mais evidente. O III Plano Diretor de Pelotas, de

2008, identifica a microrregião de Comércio Intensivo, aquilo que, na geografia e sociologia funcionalista, se denominou “distrito central de negócios” (CBD, da sigla em inglês para *Central Business District*), ou *cuore*, ou seja, a área que representa o “coração” do centro. Essa área corresponde a partes do primeiro e do segundo loteamentos da cidade, contemplando 88 quarteirões, e está situada entre as ruas Major Cícero de Góes Monteiro, ao norte; Gomes Carneiro, ao sul; Almirante Barroso, a leste; e Marechal Deodoro, a oeste. Desde o início da cidade, segmentos de ruas dessa área abrigaram as principais lojas de comércio, as instituições mais procuradas e os serviços mais importantes. No início, em 1835, a rua Félix da Cunha já estava traçada como a rua do Comércio, destinada à instalação dos primeiros negócios. Também a rua XV de Novembro (anteriormente rua de São Miguel e, ainda, conhecida como rua dos Canários) faz parte desse traçado e, aproximadamente entre 1850 e 1950, foi onde se instalaram os melhores magazines, livrarias, confeitarias e todo tipo de comércio que atraía a elite para passeios e compras. A partir de 1950, a rua Andrade Neves (antes rua das Flores) passou a concentrar o maior número de estabelecimentos e a ser destino de fluxos ainda mais intensos. É também nessa área de comércio intensivo que se encontra o Calçadão, segmentos de ruas destinados à circulação de pedestres para compras e lazer. Com o passar do tempo, o centro se expandiu, partindo das primeiras quadras das ruas citadas e passando a abranger uma área maior. Consolidado e soberano em

todas as tipologias comerciais, já na década de 1960, observou-se a expansão da área central em direção ao sul da área de comércio intensivo. Esse alargamento da área central persistiu nas décadas seguintes, com o deslocamento de atividades comerciais para o oeste do centro (até a rua Marcílio Dias) e para o bairro Fragata (avenida Duque de Caxias), assim como com o surgimento de pequenos núcleos comerciais em outras áreas da cidade, sobretudo a partir da década de 1970. Houve ainda o desdobramento e a multiplicação de atividades comerciais ao longo da avenida Fernando Osório, além da expansão da área central para além da avenida Bento Gonçalves (na direção noroeste, a partir dos anos 1980), com desdobramentos ao sul (bairro Porto) e a leste (bairro Areal), acompanhados de alargamentos da área central na direção norte (década de 1990). Esse movimento teria um desfecho na década de 2000, com a estagnação do processo de expansão da área central, fato observado pela primeira vez desde a década de 1960. Na verdade, trata-se de um fenômeno típico das cidades que crescem em área e população, denominado “deseconomia de aglomeração”. Esse processo ocorre quando uma determinada área, que goza de vantagens aglomerativas, ou seja, benefícios por concentrar um grande e variado número de estabelecimentos, passa a vivenciar um efeito inverso, provocado pelos problemas decorrentes dessa própria concentração: excesso de pessoas e automóveis circulando, dificuldade de encontrar locais para estacionar, filas, barulho, insegurança, entre outros. Tudo isso aca-

ba afastando uma parcela dos consumidores desse local, principalmente da elite, exigente de ambientes com mais exclusividade, tranquilidade e conforto. Como consequência, as atividades do centro se descentralizam, buscando outros locais onde ainda seja possível oferecer aquilo que seus consumidores procuram. Equivocadamente, alguns estudiosos da cidade chamam esse processo de “decadência do centro”, quando, na verdade, significa um processo de “popularização do centro”. Justamente quando o centro passa a contar com mais movimento e mais vida, costumam surgir os projetos de “revitalização do centro”. Na realidade, o centro não perdeu sua vida; mudaram seus consumidores e passantes, aumentando o movimento e provocando, isso sim, a perda de atração para determinados setores da sociedade, para os quais a “vida” do centro deveria ser outra. Esse centro, popularizado, passa a contar com mais lojas voltadas aos consumidores de renda mais baixa, com novos estabelecimentos, novas estratégias de comércio e concorrência com vendedores ambulantes e comerciantes informais. Em Pelotas, assim como em todas as cidades nas quais esse processo ocorreu, as classes de maior renda se mudaram do centro antes das atividades comerciais destinadas a elas, mas esse comércio seguiu seus consumidores e formou novas centralidades. As centralidades, diferentemente do centro, não são únicas nem definitivas, pois se referem a lugares que concentram atividades capazes de gerar fluxos de atração e se movem de acordo com os interesses de cada época e lugar. A

chamada Zona Norte do Centro, em Pelotas, é onde se pode mais facilmente identificar esse processo, a partir do deslocamento de moradores do centro para essa área, ocorrendo uma concentração de comércio e serviços nas imediações da CohabPel, nas ruas Rafael Pinto Bandeira e Pinto Martins, entre Padre Anchieta e Marechal Deodoro. Muitas outras centralidades se formaram na cidade: no bairro Fragata, nas Três Vendas, no Laranjal, no Areal e no São Gonçalo. Essas centralidades necessitam de um adjetivo para acompanhar a denominação de centro, pois não são o centro propriamente dito; são o centro do Fragata, o centro do Areal e assim por diante. Grandes superfícies comerciais, como *shopping centers* e macroatacadados (também chamados de “atacarejos”), possuem capacidade de atração suficiente para criar uma centralidade. Também algumas centralidades são especializações de comércio ou serviços, como se observa no chamado centro jurídico, em decorrência da mudança dos principais órgãos judiciários e serviços correlatos para o bairro São Gonçalo. Existem ainda pequenas centralidades dentro de outras, como na rua General Osório, onde há um centro de ferragens e lojas de eletricidade, embora incipiente, ou na rua Voluntários da Pátria, que concentra grande número de *boutiques* e lojas de *grife*. Essas situações demonstram a lógica que preside a organização das funções comerciais dentro da estrutura urbana. Mesmo assim, o centro continua único e permanente, e, por isso, não necessita de adjetivos. É por esse motivo que se rejeita denominá-lo como centro co-

mercial (já que outras centralidades também têm essa função) ou centro histórico (o que seria redundante, visto que é o único com essa peculiaridade). O centro é apenas Centro, e tudo o que ele representa. Em todas as cidades, incluindo Pelotas, todos o reconhecem. Apesar de todo o crescimento e das novas formas de expressão da centralidade que surgiram na cidade, o centro de Pelotas é o local reconhecido como o da concentração de seus prédios representativos do patrimônio cultural, bem como o lugar das tradições de consumo, de passeio e de permanência da memória social da cidade. Não é mais apenas o lugar da elite; por ter se popularizado, tornou-se o espaço democrático de todos.

Sidney Gonçalves Vieira
Dione Dutra Lihtnov

Referências:

LITHNOV, Dione Dutra. *Dinâmicas de localização comercial intra-urbana*: um estudo de centralidade urbana em Pelotas, RS. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A cidade e seu centro*. Curitiba: Appris, 2020.

VILAÇA, Flávio. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Estúdio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 1998.

Centro Agropecuário da Palma. O Centro Agropecuário da Palma (CAP) é uma propriedade rural da Universidade Federal de Pelotas, funcionando como uma fazenda pedagógica voltada aos cursos de graduação

e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. Localizado no município de Capão do Leão, às margens da BR-116, no quilômetro 537, o centro possui uma posição estratégica, próximo a importantes rodovias que ligam a capital do Estado à fronteira com o Uruguai. Tanto o CAP quanto a cidade de Capão do Leão situam-se na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul e na microrregião de Pelotas, com altitude máxima de 21 metros em relação ao nível do mar. O centro faz parte da Bacia Hidrográfica do Litoral, na porção sudoeste da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, incluindo a Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim – São Gonçalo, que conecta a Laguna dos Patos à Lagoa Mirim, tendo o Rio Piratini como o rio mais próximo, cercado por diversos arroios e açudes. Antigamente conhecida como Estância da Palma e Pavão, a propriedade pertenceu a Dona Sulpícia Moreira Rosa, que a deixou em testamento para seu esposo, Coronel Alberto Rosa. Após o falecimento do Coronel, seu filho, Dr. Alberto Moreira Rosa, herdou a propriedade, que incluía a casa principal, galpões, mangueiras e outras benfeitorias. Em junho de 1937, Dr. Alberto cedeu a Palma ao Estado do Rio Grande do Sul, que havia adquirido o patrimônio do falido Banco Pelotense, fundado e dirigido pelo Coronel. Em 1941, a Palma foi doada à Prefeitura de Pelotas, com a condição de que ali fosse mantida uma fazenda experimental vinculada à Escola de Agronomia Eliseu Maciel. Em 1946, a posse das terras foi transferida ao Ministério da Agricultura, tornando-se parte do patrimônio da União

até 1969, quando o Decreto nº 65.881 incorporou o Centro Agropecuário da Palma (CAP) à Universidade Federal de Pelotas. Em 2017, foram criados a Direção do CAP e o Conselho Acadêmico da Palma, composto por discentes e docentes dos cursos de Agronomia, Veterinária, Zootecnia e outras áreas, vinculando-se à Vice-Reitoria até 2021, quando passou a integrar o Campus do Capão do Leão. Atualmente, o patrimônio material da Palma conta com 54 edificações, incluindo salas de aula, maquinários, uma sala de ordenha, laboratórios e um centro de tradições gaúchas. No que se refere ao seu rico patrimônio histórico-cultural, há um túnel que se acredita estar ligado ao antigo solar dos Moreira da Rosa, com cerca de cinco metros de extensão subterrânea. A tradição conta que esse túnel servia como abrigo ou rota de fuga em tempos de guerra ou diante de ataques-surpresa. Além disso, o CAP é repleto de histórias e lendas populares, como a aparição de uma bola de fogo à noite e a presença de bruxas que, ao rirem, deixam os cavalos inquietos em suas cocheiras, fazendo com que, no dia seguinte, surjam com as crinas trançadas. Essas narrativas conferem um toque de mistério e encanto ao local, tornando-o um espaço não apenas de aprendizado, mas também de cultura e história.

Rafael Matos Tavares

Referências:

CENTRO AGROPECUÁRIO DA PALMA. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cap>. Acesso em: 24 fev. 2025.

LIMA JUNIOR, Jorge Renato; BARBOSA, Andyara Lima. Centro Agropecuário da Palma: possibilidade de inserção do turismo

pedagógico no processo de ensino-aprendizagem para o ensino fundamental e médio. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUAÇU, 2022, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu, 2022.

RIBEIRO, Veridiana Soares; SALAMONI, Giancarla. A territorialização camponesa no assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 194-217, fev. 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12023>. Acesso em: 24 fev. 2025.

Centro de Reabilitação de Pelotas (CERENEPE).

Trata-se de uma instituição educacional privada, fundada por pais de crianças com deficiência intelectual ou física, no ano de 1965, e regulamentada pelo Conselho Estadual de Educação em 1968. Na ata 01, de 2 de outubro de 1965, constam os seguintes nomes dos fundadores: Reny Rios Branck, Joaquim de Freitas e Maria José Freitas, Hedy Torres e Pilongênia Torres, Ivon Luiz Pereira e Yeda Araújo Pereira, Josué de Almeida e Salomé Braga de Almeida, Edma Heidrich, Lily Nuller, Darci Araújo e Gleci Araújo, Nelson Sánchez Pereira e Eloy Machado Sánchez, Geraldo Faria e Dinorah Vieira Faria, Milton Martins de Lima, Sérgio Augusto Siqueira e Evany Siqueira, Emílio Eifler e Eni Eifler, Antônio Marques Pereira e Conceição Pereira, e Mário Vargas e Nenita Vargas. Nos primeiros anos, o Centro funcionou em um espaço cedido pela Maçonaria de Pelotas, tendo como pilares de atuação a saúde, a educação e a assistência social. Atualmente,

conta com um prédio próprio, situado na rua Zola Amaro, n.º 318, no bairro Três Vendas, e atende crianças (a partir de três anos), jovens e adultos com deficiência intelectual ou múltipla e/ou transtorno do espectro autista. O atendimento inclui apoio pedagógico, reforço das atividades escolares e ensino especializado, abrangendo disciplinas como Artes, Educação Física e Informática educativa. No que diz respeito à educação infantil, o foco do Centro é a estimulação precoce, visando ao desenvolvimento emocional, físico, psicológico, intelectual e social das crianças. No ensino fundamental, a metodologia se organiza em ciclos de alfabetização, abrangendo do primeiro ao quinto ano da rede comum de ensino, atendendo atualmente cerca de 120 crianças. A educação de jovens e adultos recebe pessoas a partir dos 15 anos, sem limite de idade para a conclusão da escolaridade, com o objetivo de promover uma aprendizagem voltada para a vida. Em 2024, o CERENEPE foi anunciado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul como um Centro de Atendimento em Saúde (CAS) voltado a pessoas com transtorno do espectro autista. Esse novo serviço soma-se ao já existente na cidade, denominado Centro de Atendimento ao Autista Doutor Danilo Rolim de Moura, em homenagem ao pediatra e professor da UFPel falecido em 2012. O programa, intitulado TEAcolhe, atende pessoas de todas as faixas etárias, desde bebês até idosos.

Lorena Almeida Gill

Referências:

BARROS, Renata. A gênese da escola para alunos especiais CERENEPE. In: XVII CIC - CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, X ENPOS - ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2008, Pelotas. *Anais* [...]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2008. Disponível em: https://www2.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf/CH/CH_00761.pdf. Acesso em: 8 fev. 2025.

CENTRO DE REABILITAÇÃO DE PELOTAS - CERENEPE. *Plano de Trabalho*. Disponível em: [https://site.pelotas.com.br/educacao/portal/parcerias-lei/arquivos/T.C%20013%20-%20CERENEPE%20\(PLANO%20DE%20TRABALHO\).pdf](https://site.pelotas.com.br/educacao/portal/parcerias-lei/arquivos/T.C%20013%20-%20CERENEPE%20(PLANO%20DE%20TRABALHO).pdf). Acesso em: 8 fev. 2025.

Centro Universitário do Senac.

O UniSenac Pelotas – vinculado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), reconhecido nacionalmente – é uma instituição de educação profissional voltada ao setor de comércio de bens, serviços e turismo, promovendo qualificação, inclusão e formação completa, do nível inicial ao superior, para jovens e adultos. Trata-se de uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, administrada pela Federação do Comércio (Fecomércio), possuindo atualmente 617 unidades em todo o Brasil, sendo 42 delas no Rio Grande do Sul. Para atender à demanda na cidade de Pelotas, o Senac mantém duas unidades de ensino: a Escola de Educação Profissional Senac Pelotas, que oferece cursos básicos e técnicos, localizada na rua Dom Pedro II, n.º 901; e o Centro Universitário do Senac – UniSenac Pelotas, responsável por cursos de graduação e pós-graduação, situado na rua Gonçalves Chaves, n.º 602. O UniSenac

Pelotas foi criado em 1º de outubro de 2004, com o nome de Faculdade Senac Pelotas, por meio da Portaria n.º 3.071/2004 do Ministério da Educação. Desde então, passou a oferecer cursos de graduação, pós-graduação e extensão, além de cursos livres, prioritariamente na modalidade presencial, nas áreas de educação, gestão, idiomas e informática. No ano de 2023, a Portaria n.º 464, de 5 de dezembro, do Ministério da Educação, autorizou o funcionamento da instituição como Centro Universitário, passando a denominar-se Centro Universitário Senac RS – campus Pelotas, com o nome fantasia UniSenac – campus Pelotas. Nesse novo ciclo, a instituição passou a direcionar suas atividades para projetos de ensino, pesquisa e extensão, voltados à formação de profissionais para atuação no segmento de comércio de bens, serviços e turismo. Segundo o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (ENADE 2023), apenas 5% dos 10.570 cursos avaliados conseguiram alcançar a nota máxima (5). O Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) e o Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores (RC) alcançaram esse resultado, inédito no Senac. Em 2024, o UniSenac Pelotas expandiu sua atuação no centro histórico da cidade, ocupando um casarão construído em 1835, na esquina das ruas Félix da Cunha e Tiradentes, que já abrigou a primeira sede do Colégio Pelotense, posteriormente a Escola Sallis Goulart, e, por último, a Universidade Federal de Pelotas, com cursos superiores, incluindo Geografia. O prédio foi completamente restaura-

do e adaptado para receber cursos na área de tecnologia da informação, sendo inaugurado em novembro de 2024. Atualmente, o UniSenac Pelotas conta com mais de 600 estudantes nos cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Redes de Computadores, Marketing, Processos Gerenciais e Produção Multimídia, além de aproximadamente 400 estudantes em projetos de extensão acadêmica financiados pelo Programa de Gratuidade do Senac (PSG). Entre eles, destacam-se: o Projeto Ilêtech, voltado à inserção de jovens negros e pardos na área de tecnologia; o Programa Juventude Digital, que oferece formação tecnológica para jovens, principalmente da rede pública de ensino; a Faculdade Aberta 50+, destinada à população com mais de 50 anos; e o Programa Talentos do Comércio, que concede bolsas integrais de ensino superior a trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo. Em Pelotas, o Senac, considerando suas duas unidades, atendeu 3.514 estudantes em diversos projetos ao longo de 2024, buscando cumprir sua missão institucional de “educar para o trabalho de maneira inovadora e inclusiva, com foco nas atividades do comércio de bens, serviços e turismo”.

Tiago Buchert Radmann

Referências:

- SENAC. *Atos normativos*. Disponível em: <https://dn.senac.br/quem-somos/atos-normativos/>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- SENAC RS. *UniSenac*. Disponível em: <https://www.senacrs.com.br/unisenac/8d0de-d17-fd8e-4d8d-8b1c-cacbf8c65a36>. Acesso em: 04 abr. 2024.

Chalet's. Os *chalet's* foram moradias destinadas à classe trabalhadora pelotense, bastante comuns no início do século XX. Os primeiros registros dessas construções datam do começo do século, mas sua popularização ocorreu a partir de 1913, em função do barateamento da madeira, seu principal material construtivo. O estudo, a partir dos projetos arquitetônicos aprovados na Intendência Municipal de Pelotas, revelou diversas denominações atribuídas a essas construções, entre as quais “Chalet”, “Edifício de Madeira” e, simplesmente, “Prédio”. Entretanto, a nomenclatura mais recorrente foi “*chalet*”, termo de origem francesa. Essas edificações localizavam-se na periferia da malha urbana, em áreas que, à época de sua construção, ainda não contavam com rede de abastecimento de água e de esgotos. Essa característica atendia à legislação construtiva vigente, uma vez que o Código de Construções e Reconstruções de 1915 proibia a edificação de residências de madeira dentro de certo perímetro estabelecido, o qual abrangia grande parte da área urbanizada naquele período. O estudo documental revelou que se previa a construção de *chalet's* nas então recentes vilas operárias, situadas em áreas afastadas do centro urbano. Os loteamentos com maior número de projetos de *chalet's* aprovados entre 1920 e 1925 foram a “Vila Proletária São Francisco de Paula” e a “Vila Proletária Hilda”, ambas localizadas na atual Avenida Duque de Caxias (antiga Avenida 20 de Setembro). Esses loteamentos evidenciam a expansão da cidade em direção ao oeste e contribuíram para a consolidação do bairro

Fragata. Os *chalet's* pelotenses eram caracterizados por serem pequenas residências de madeira, com o telhado dividido em dois planos inclinados. Essas moradias eram construídas isoladas no lote, mantendo o afastamento das divisas exigido pela legislação da época. Sua fundação era constituída de alvenaria de tijolos ou de pedra, e os projetos previam que as residências seriam todas erguidas em relação ao nível do solo, para evitar a umidade ascendente (um dos principais motivos da deterioração dessas moradias). A cozinha era voltada para os fundos do terreno, anexada à casa, e construída com paredes de tijolos para evitar focos de incêndio. Os banheiros eram separados do corpo da casa e ficavam nos fundos do lote, possivelmente para evitar os maus odores, reflexo da ausência da rede de esgotos nos locais onde essas edificações se implantavam. A maior parte dos documentos consultados mostra que as construções previam poucos cômodos, geralmente com apenas um quarto, sala e cozinha. Os exemplares possuíam uma estética simples, com poucos elementos decorativos. Isso se deve ao reduzido poder econômico das populações que residiam nessas moradias e também às limitações técnicas. Os elementos de ornamentação identificados remetem à arquitetura de imigração italiana e alemã, dentre eles: rendilhados de madeira abaixo da cobertura, elementos decorativos nos pontos mais altos do telhado, mãos-francesas e motivos florais. Apesar da importância dos *chalet's* como um dos principais tipos habitacionais voltados para as camadas populares em Pelotas, e de sua grande

recorrência na primeira parte do século XX, não foram localizados remanescentes nos dias atuais. Entretanto, foi possível identificar exemplares posteriores ao período estudado, mostrando a influência dessa arquitetura. A materialidade dessas edificações aponta um dos motivos das dificuldades para sua preservação, o que pode justificar o seu desaparecimento. Outra razão seria a desvalorização da arquitetura voltada às populações menos favorecidas, essa em específico sem legislações próprias para sua preservação. Nesse sentido, salienta-se a importância de estudos como este como uma forma de incluir a contribuição de todas as classes sociais para a história de Pelotas, e compreender mais profundamente as condições de vida e expressão das populações residentes dessas moradias.

Brunno Melo Molina
Franciele Fraga Pereira

Referências:

MOLINA, Brunno Melo; PEREIRA, Franciele Fraga; SILVEIRA, Aline Montagna da. Representação gráfica dos projetos arquitetônicos dos chalet's: um panorama (1920-1925). In: XV INTERNATIONAL CONFERENCE ON GRAPHICS ENGINEERING FOR ARTS AND DESIGN, 2025, Pelotas. *Anais [...]*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Câmpus Pelotas, 2024. p. 1-12. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/graphica-430628/857584-representacao-grafica-dos-projetos-arquitetonicos-dos-chalets--um-panorama-\(1920-1925\)/](https://www.even3.com.br/anais/graphica-430628/857584-representacao-grafica-dos-projetos-arquitetonicos-dos-chalets--um-panorama-(1920-1925)/). Acesso em: 11 fev. 2025.

MOLINA, Brunno Melo; PEREIRA, Franciele Fraga; SILVEIRA, Aline Montagna da. Chalet's: a moradia da classe trabalhadora pe-

lotense de 1920-1924 e uma breve história da segregação. In: XXXII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2023, Pelotas. *Anais* [...]. Pelotas: UFPel, 2023. p. 1-4. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2023/SA_02142.pdf. Acesso em: 11 fev. 2025.

Charqueadas. As charqueadas eram estabelecimentos que fabricavam o “charque” ou “carne-seca” – uma mercadoria fundamental na alimentação dos trabalhadores escravizados das fazendas de café e dos engenhos de açúcar do Brasil, bem como das camadas populares das cidades litorâneas. No entanto, o que poucas pessoas sabem é que o charque também foi fundamental no abastecimento da tripulação dos navios negreiros. Conservado nos porões das embarcações por muitos meses, ele garantia a alimentação dos africanos escravizados que eram enviados para as Américas. Portanto, não é nenhum exagero dizer que o charque teve importante papel no violento processo de formação do mundo moderno, que teve na escravidão de africanos e de seus descendentes um de seus pilares. Além disso, ao colaborar com a expansão da escravidão nas áreas produtoras de café, açúcar, algodão e tabaco, as charqueadas ajudaram a configurar o mercado mundial dessas *commodities*. Somado a isso, as mercadorias produzidas nas charqueadas também contribuíram para a expansão do próprio capitalismo. Os couros bovinos, por exemplo, serviam como matéria-prima das fábricas e como correias das máquinas que impulsionaram a Revolução Industrial, sendo que os chifres dos bois eram usados para confeccio-

nar os pentes dos teares da indústria têxtil. O sebo, por sua vez, servia para a fabricação de sabão e velas. Em um contexto de crescimento populacional e de urbanização que marcou o século XIX, essas mercadorias supriam a alta demanda por iluminação nas casas e os novos padrões de higiene pessoal defendidos pela medicina da época. As charqueadas também exportavam a graxa, os chifres, os cascos e os ossos dos animais. Estes últimos, com a evolução dos estabelecimentos, passaram a ser incinerados, e suas cinzas eram vendidas para a Europa, onde serviam de fertilizante. Datam da década de 1780 os primeiros documentos que mencionam a existência das charqueadas no território que veio a constituir o município de Pelotas. Durante muito tempo, acreditou-se que o pioneiro nesse ramo de atividades fosse um português chamado José Pinto Martins, que teria vindo para o Sul depois da seca que afetou o Nordeste do Brasil em 1777. Contudo, pesquisas mais recentes revelaram que Pinto Martins deve ter se estabelecido em Pelotas somente na década de 1790, época em que o povoado já produzia grandes quantidades de charque. Nas primeiras décadas, as charqueadas constituíam-se em rústicos galpões, muitas vezes erguidos em terras arrendadas na beira do arroio Pelotas, apresentando um valor modesto. Tratava-se de um investimento de capital feito por comerciantes, no qual os principais custos iniciais eram a mão de obra africana escravizada. Com o passar dos anos, a valorização da terra, o incremento de novos equipamentos e instalações e o aumento do preço dos

escravizados provocaram uma alta no valor desses estabelecimentos. Como as charqueadas eram bens indivisíveis, ou seja, suas instalações, equipamentos e mão de obra precisavam permanecer no mesmo terreno sob a administração de um único proprietário ou sociedade, o processo de transmissão do pai para os herdeiros era sempre permeado por longas negociações no interior da família, pois geralmente um único filho herdava o estabelecimento. Pesquisas recentes demonstram que um bom uso das estratégias familiares era fundamental para garantir o bom funcionamento da charqueada na geração seguinte e que ser filho ou genro de um charqueador foi importante na constituição das maiores fortunas. João Simões Lopes Neto, que foi neto e bisneto de charqueadores pelotenses, listou 43 charqueadas existentes no município, com seus respectivos proprietários e sucessores. Embora haja algumas ausências e alguns equívocos em sua listagem, ela constituiu a principal fonte disponível para o mapeamento desses estabelecimentos. A partir dessa lista, sabemos que a maior parte das charqueadas estava localizada nas margens do arroio Pelotas, desde o Passo dos Negros até o Retiro. Outra parte considerável, que somava cerca de $\frac{1}{4}$ dos estabelecimentos, situava-se nas margens do São Gonçalo. No auge das charqueadas, entre as décadas de 1860 e 1870, abatiam-se, em média, cerca de 350 mil cabeças de gado por safra. A época do abate iniciava-se geralmente em novembro, estendendo-se até maio ou junho do outro ano. A maior parte desses estabelecimentos apresentava

uma distribuição básica de instalações, que reunia as mangueiras, a cancha, os galpões de charquear e salgar, a graxeira, o trapiche, além das senzalas. A maior parte deles também possuía suas olarias, que geravam bons lucros aos seus proprietários, assim como o aluguel dos trabalhadores cativos em épocas de entressafra. Cada charqueada possuía, em média, algo entre 55 e 65 trabalhadores escravizados. É bem verdade que os mais ricos charqueadores podiam possuir mais que o dobro desse contingente de trabalhadores, mas, no geral, os demais cativos estavam empregados em outras propriedades do charqueador, podendo ou não ser deslocados para as charqueadas nas épocas de abate. Os cativos estavam divididos em distintas atividades, o que denota uma razoável divisão do trabalho. Eram os carneadores, salgadores, graxeiros, chimangos, serventes, campeiros, marinheiros, entre outros. Com o tempo, e com a maior especialização das atividades, surgiram os descarnadores e tripeiros, sem contar os mestres e aprendizes, crianças que, com oito anos de idade, já estavam aprendendo seus ofícios. Além dos cativos, as charqueadas também contratavam trabalhadores livres, que auxiliavam como peões, capatazes e rondadores – profissionais que fiscalizavam os varais de charque contra possíveis roubos. A abolição da escravidão, em maio de 1888, trouxe uma diminuição do número de estabelecimentos. Em 1880, Pelotas possuía 38 charqueadas, mas em 1890, dois anos depois da abolição, esse número caiu para 18. Em 1900, eram 11 estabelecimentos. Por aí, já é possível perceber

que um dos principais fatores responsáveis pela crise das charqueadas em Pelotas foi a abolição da escravidão. Com o advento dos frigoríficos na Argentina e nos Estados Unidos no final do século XIX, a melhoria dos meios de transporte marítimos e a distribuição de carne refrigerada ao longo do século XX, o consumo de charque no mundo atlântico foi lentamente diminuindo. As últimas charqueadas dos anos 1940 e 1950 coincidem com a melhoria no abastecimento de carne fresca nas cidades e com o início da democratização das geladeiras nos meios mais urbanos. Ao longo desse processo, as charqueadas foram sendo demolidas, e o que restou de seus prédios constituiu importante espaço de memória pelotense. Nesse sentido, elas também se configuram como patrimônio imaterial da memória e da história de milhares de trabalhadores escravizados e livres que passaram por esses estabelecimentos e tiveram papel fundamental no desenvolvimento da cidade.

Jonas Moreira Vargas

Referências:

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias*: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: UFPel, 2001.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: UFPel, 1993.

VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico*: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas (século XIX). 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Charqueadores. Durante muito tempo, acreditou-se que o pioneiro no ramo das atividades charqueadoras fosse um português chamado José Pinto Martins, que teria se instalado nas margens do arroio Pelotas depois da seca que afetou a capitania do Ceará, em 1777. Contudo, pesquisas mais recentes revelaram que Pinto Martins deve ter se estabelecido em Pelotas somente na década de 1790, época em que o povoado já produzia grandes quantidades de charque. Mesmo não sendo o primeiro charqueador da região, é provável que Pinto Martins tenha contribuído para que o charque da localidade, antes vendido somente para o Rio de Janeiro, alcançasse os mercados da Bahia e de Pernambuco, o que justifica a relevância histórica desse charqueador, que possuía ligações comerciais e de parentesco nos principais portos do Nordeste. Assim como muitos outros da sua geração, Pinto Martins também era comerciante e atuava nas rotas marítimas por onde o charque, o couro, o sebo e outras mercadorias eram negociadas. Aliás, trata-se de um consenso historiográfico que o capital que possibilitou a montagem das charqueadas, com seus equipamentos, terrenos e a compra dos seus trabalhadores escravizados, era oriundo dessas atividades mercantis. Portanto, os mais ricos dessa primeira geração também podem ser considerados comerciantes-charqueadores. Analisando as origens geográficas de 48 negociantes que tiveram charqueada em Pelotas antes de 1835, temos que 22 eram portugueses, dois eram da Colônia do Sacramento e um era natural da Espanha. Dos 23 nascidos no

Brasil, três eram de Minas Gerais, dois do Rio de Janeiro e um de Pernambuco. Os demais eram rio-grandenses. Portanto, tratava-se de um grupo bastante heterogêneo e representativo das redes mercantis que cruzavam o Império Português. Os charqueadores sempre foram muito ricos se comparados ao restante da população pelotense. No entanto, foi na segunda metade do século que sua riqueza atingiu os maiores patamares até então vistos. Os mais afortunados possuíam um patrimônio comparável ao da maioria dos cafeicultores, senhores de engenho, grandes negociantes e proprietários do restante do Brasil. Se, na primeira geração de charqueadores, podíamos destacar a forte atuação dos mais ricos no comércio marítimo, essa geração pós-1850 apresentou uma diversificação ainda maior em seus investimentos. Além de atuarem no comércio marítimo e atacadista, eles também possuíam grandes estâncias, seja na região da Campanha, seja no norte do Uruguai. Também investiam em ações de seguradoras, bancos e companhias, colocando-se como capitalistas no mercado de ações. Ademais, aproveitando-se da frágil rede bancária da época, muitos deles eram prestamistas, lucrando com o fornecimento de crédito para a população local. Alguns charqueadores ajudaram a bancar as guerras que o Império travou na fronteira do Rio da Prata, emprestaram dinheiro ao Estado e inseriram seus filhos e genros na política nacional. Tamanho esforço foi reconhecido pela Coroa com títulos de nobreza. Portanto, se, no Sudeste do Brasil, tínhamos os Barões do Café, em Pelotas, surgiram

os Barões do Charque. O Barão de Butuí, o Barão de Santa Tecla, o Barão de Corrientes, o Barão de Jaguari, o Barão de Jarau, o Barão de Arroio Grande e o Visconde da Graça, sem contar os comendadores e cavaleiros, ao receberem essa honraria, confirmavam sua fidelidade ao projeto político da monarquia dos Bragança. Famílias como os Antunes Maciel, os Simões Lopes, os Assumpção, os Gonçalves Chaves, os Silva Tavares, os Moreira, os Cunha e os Rodrigues Barcellos, apenas para citar as principais, destacavam-se pela riqueza, poder político e obtenção de tais títulos. É importante afirmar que essas famílias estavam entre as mais ricas não apenas de Pelotas, mas de todo o Brasil. Uma das forças dessa elite era converter sua fortuna em outras áreas de atuação com considerável prestígio social, legitimando perante a população a sua condição de elite local. Nesse sentido, o investimento na educação superior de seus filhos, enviados para estudar em São Paulo, Rio de Janeiro e até fora do país, também caracterizou o comportamento dessas famílias. Tornando-se médicos, juizes, advogados e engenheiros, esses descendentes conferiam prestígio e estabeleciam alianças políticas importantes para a família. Em outros casos, eles próprios tornavam-se deputados, senadores, presidentes da província ou ministros de Estado, sacramentando uma estratégia de ascensão ao poder. Outras formas de legitimidade social consistiam na caridade, prestada junto à Santa Casa de Misericórdia e outras instituições. Essas famílias também ocupavam espaços de sociabilidade e lazer acessíveis somente a uma minoria

da população. Durante a semana, desfilavam suas carruagens pelo centro da cidade. Em suas casas e sobrados, promoviam bailes, saraus e reuniões para a alta sociedade local. Enquanto alguns falavam das condições da safra nas charqueadas, outros interessavam-se pelas novidades recém-chegadas do exterior. Esses espaços também serviam para o estabelecimento de acordos políticos e financeiros, além de constituírem momentos propícios para inserirem seus filhos no círculo social da elite. O estilo de vida dos Barões do Charque almejava a busca contínua pela distinção social. Contratavam professores, artistas e profissionais europeus para pintar seus retratos, projetar e construir seus casarões e educar suas filhas. Como consequência, muitos de seus herdeiros alcançaram destaque no mundo das letras e das artes locais. Essas famílias cultivavam pretensões de um estilo de vida aristocrático, o que também se evidencia na política matrimonial cuidadosamente planejada para seus filhos e filhas. Ao observarmos esses homens a partir de suas famílias e relações matrimoniais, percebemos a existência de um forte entrelaçamento parental, que contribuía para manter a riqueza e o prestígio social dentro de um círculo restrito. Outra característica marcante dessas famílias era sua capacidade de adaptação aos novos tempos, buscando conduzir – e, por vezes, controlar – o processo de mudança histórica em curso. Se os Barões foram escravistas e monarquistas convictos, seus filhos inseriram-se com relativa facilidade nos movimentos republicanos e abolicionistas que marcaram a década de 1880.

Em razão disso, com o advento da República, essas famílias continuaram a ocupar cargos políticos relevantes e posições de destaque social. É impossível compreender o prestígio e o enriquecimento alcançados por esse grupo sem mencionar a escravização da população negra empregada em seus estabelecimentos. A maior parte dos Barões possuía mais de cem pessoas escravizadas em suas unidades produtivas – número muito superior à média de sessenta cativos observada entre os demais charqueadores. Quando as charqueadas escravistas entraram em sua crise final, esses empresários redirecionaram seus capitais para outras áreas, como a indústria, o comércio, a criação de novas raças bovinas, o setor bancário, as plantações de arroz e diversas outras atividades econômicas. No entanto, essa capacidade de mudança e readaptação esteve restrita, em grande medida, às famílias mais abastadas. As demais, sem os mesmos recursos financeiros e redes de influência, acabaram sucumbindo diante das sucessivas crises que afetaram as charqueadas.

Jonas Moreira Vargas

Referências:

MONQUELAT, Adão; MARCOLLA, Valdínei. *Desfazendo mitos*: notas à história do continente de São Pedro. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2010.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: UFPel, 1993.

VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico*: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias

de charqueadas em Pelotas (século XIX). 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas*: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

CICASUL. Na década de 1970, a indústria conserveira de Pelotas estava em seu auge, produzindo cerca de 30 milhões de latas de compotas de pêssego. Foi nesse contexto que a Companhia Industrial de Conservas Alimentícias, fundada em Jundiá (SP), em 1941, decidiu instalar uma filial na cidade, impulsionada por incentivos fiscais do Governo Federal. Inicialmente, a empresa estabeleceu dois pomares em Piratini e Canguçu e, em 1970, montou um escritório na rua Barão de Santa Tecla. A fábrica, projetada em São Paulo e construída pela Construtora Bonfiglioli, foi considerada um marco para o setor, introduzindo tecnologia avançada e uma nova visão administrativa ao modelo industrial local. Sua chegada impulsionou a criação do Distrito Industrial de Pelotas, na expectativa de atrair outras empresas. Os planos iniciais envolviam a produção de extrato de tomate, mas a baixa produtividade da cultura na região inviabilizou o projeto. Diante disso, a empresa voltou-se para a industrialização do pêssego, aproveitando a produção local e a alta demanda no mercado nacional. A mudança favoreceu a geração de empregos, já que o processamento

da fruta exigia mais mão de obra do que o do tomate. Com sua capacidade de produção em larga escala e estrutura modernizada, a CICASUL rapidamente passou a dominar o mercado, o que resultou na falência de várias pequenas e médias fábricas da região ao longo da década de 1970. Com uma estrutura moderna e profissionais qualificados, a empresa investiu fortemente em seus funcionários, oferecendo treinamentos, benefícios e incentivos, como prêmios para aqueles que mantinham boa assiduidade. Durante a safra, cerca de 3.500 trabalhadores atuavam em turnos sucessivos. A fábrica possuía rigoroso controle de qualidade, refeitórios bem equipados e padronização dos uniformes para facilitar a organização interna. O slogan da marca evidenciava seu entendimento quanto à forma de produzir com qualidade: “Se a marca é CICA, bons produtos indica”. A indústria também estabeleceu um forte vínculo com os produtores locais por meio do departamento AGROCICA, que oferecia assistência técnica desde a poda até a colheita dos frutos. Além disso, entre 1981 e 1985, manteve a CICASUL Colônia, unidade produtora localizada na Colônia Municipal. Para o lazer dos funcionários, a empresa criou uma associação esportiva e recreativa no Laranjal, promovendo campeonatos e eventos sociais. Embora tenha gerado impacto positivo na economia local, percebeu-se que sua estrutura em Pelotas era grande demais para trabalhar apenas com o pêssego. Para minimizar a ociosidade, passou a intercalar a produção com outros produtos, como feijoadas, almôndegas, suco de uva e

azeitonas importadas. Apesar de todos os esforços, a CICASUL encerrou suas atividades em Pelotas no final da década de 1980. Seu legado, porém, permanece na história da cidade, tanto pela inovação no setor conserveiro quanto pelo impacto econômico e social que trouxe para a região.

Kauane dos Santos Brisolara

Referência:

BACH, Alcir Nei. *Patrimônio Agroindustrial*: Inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990). 2017. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

Cidade-irmã. Termo que designa um arranjo legal ou social entre municípios estabelecidos em diferentes países, com intenções mútuas de cooperação, é voltado à paz e à diplomacia cidadã. Tais mecanismos incentivam ações como intercâmbios culturais, econômicos, sociais, educacionais, acadêmicos, esportivos e turísticos, entre outros. O município de Pelotas (RS) possui três cidades-irmãs internacionais: Suzu (Japão), Aveiro (Portugal) e Colônia do Sacramento (Uruguai). Registra-se também a existência de um “Protocolo de Geminção”, firmado entre a Prefeitura Municipal de Pelotas (RS) e a Prefeitura Municipal de Aracati (CE), em 03 de junho de 2005, visando estimular a cooperação entre os municípios. Até o momento, não há informações sistematizadas sobre iniciativas que tenham sido realizadas. A formalização dos laços de irmandade entre Pelotas e Suzu foi facilitada por Luís Vinholes, cuja trajetória artística e

cultural o aproximou do Japão. Primeiro, por seus estudos de música como bolsista do Ministério da Educação do Japão (1957-59). Segundo, por seu retorno como profissional na Embaixada do Brasil em Tóquio (1961), o que permitiu sua colaboração com artistas locais, que o convidaram para compor o hino escolar da Escola Primária Ohtani, de Suzu, com letra do poeta Shuzo Iwamoto. Eventos ligados a essa ocasião favoreceram o reconhecimento da irmandade entre os municípios, realizada por troca de correspondências entre o então prefeito de Suzu, Ryuichiro Okamura, e o prefeito de Pelotas, João Carlos Gastal, em 17 de setembro de 1963. Ao longo dos anos, uma série de iniciativas aproximou os cidadãos das duas cidades, entre as quais: clubes de correspondência estimulados por docentes do Colégio Municipal Pelotense e da Escola *Busy Bee*; intercâmbio, no ano de 1992, com a vinda de 10 alunos e 4 professores de Suzu para Pelotas; projeto da Praça de Suzu, doado para a Prefeitura Municipal de Pelotas pelo artista plástico e arquiteto Kenzo Tanaka, com paisagismo de Tadao Tsujiguchi, instalada desde 20 de junho de 2008 no canteiro central da Avenida República do Líbano; aproximadamente 13 visitas e comitivas oficiais do Japão a Pelotas; acervo relativo à Irmandade Suzu-Pelotas no Museu Leopoldo Gotuzzo (com 28 itens catalogados); aproximação entre a Universidade Federal de Pelotas, a Prefeitura Municipal de Pelotas, a Embrapa e a Prefeitura de Suzu (entre os anos de 1995-2008), em torno de estudos técnicos sobre a viabilidade de produção de saquê. A irmandade entre

Pelotas e Aveiro foi formalizada por meio de um convênio firmado em 15 de abril de 1996, entre o prefeito municipal de Pelotas, Irajá Andara Rodrigues, e o presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Victor José Pedrosa da Silva. A iniciativa reflete a tradição doceira de ambos os municípios, bem como estudo realizado em anos anteriores, com levantamento de elementos de aproximação. Há poucos registros sobre iniciativas entre os municípios, entre os quais se destaca o envio de materiais da cidade de Pelotas para a Feira de Março, tradicional festividade realizada no município de Aveiro, e a participação de membros da Associação de Produtores de Ovos Moles de Aveiro na Fenaçoce, no ano de 2014. A irmandade entre Pelotas e Colônia do Sacramento (Uruguai) foi formalizada por acordo de irmandade firmado em 29 de outubro de 2005, entre o prefeito municipal de Pelotas, Bernardo de Souza, e o secretário-geral da Municipalidade de Colônia, Alfredo Martínez. Os vínculos históricos refletem essa aproximação, uma vez que Colônia foi fundada em 1680 como *Colônia do Santíssimo Sacramento*, pertencente à Coroa Portuguesa, até que, em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso a incorporou à Coroa Espanhola. Nesse período, a família de Hipólito José da Costa (nascido em Colônia do Sacramento em 13 de agosto de 1774) mudou-se para Pelotas, onde o jovem permaneceu até iniciar seus estudos em Porto Alegre e, posteriormente, mudar-se para Portugal, onde se formou em Coimbra. Hipólito José da Costa é considerado o patrono da imprensa, pois foi responsável pela

publicação daquele que é considerado o primeiro jornal brasileiro: o *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, que circulou de 1º de junho de 1808 a 1823 (29 volumes editados, no total). Com esse veículo, passou a defender as ideias liberais. Seu vínculo com a Maçonaria fez com que, em Pelotas, existisse uma loja com o seu nome, Loja Hipólito José da Costa n.º 63, Oriente de Pelotas. Ainda há carência de informações sistematizadas sobre iniciativas amparadas pela referida irmandade.

Silvana Schimanski

Referências:

- FISS, Regina Lucia Reis de Sá Britto; POMBO, Carmen Regina da Silva Matos. *Aveiro – Pelotas: geminação e repercussões em estudo*. 1991. Universidade de Aveiro (Portugal); Universidade Federal de Pelotas (Brasil), 1991.
- MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Convênio de Cooperação Técnica*. Pelotas, 2008.
- QUEVEDO, Raul. *Em nome da liberdade: a saga de Hipólito José da Costa*. Pelotas: UFPEL, Editora Universitária, 1997.
- SCHIMANSKI, Silvana. Cooperação internacional descentralizada: o papel do bacharelado em Relações Internacionais no contexto das Cidades-Irmãs de Pelotas-RS. *Expressa Extensão*, v. 27, n. 1, p. 118-130, 2022.
- SCHIMANSKI, Silvana *et al.* Cidades-irmãs: ações desenvolvidas sob o amparo da irmandade internacional entre os municípios de Pelotas-Suzu. *Revista ELO – Diálogos em Extensão*, [S. l.], v. 11, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/14663>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL. *Cidades-irmãs*. 2025. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cidadesirmas/institucional/>. Acesso em: 28 fev. 2025.

Clubes. O primeiro clube da cidade de Pelotas, o Clube Pelotense, foi fundado em 1857 e seguia os padrões de participação vindos da Inglaterra, que consistiam em exclusividade associativa masculina, elitista e política. A partir de 1870, o termo *clube* populariza-se, e passam a surgir diversos clubes que não estão mais relacionados com os padrões iniciais. Anteriormente, já era possível observar associações que cumpriam um papel semelhante aos clubes na sociedade pelotense. Essas associações eram fundamentais para a socialização da população, pois, através delas, criavam-se amizades, parcerias comerciais e casamentos. Discutia-se política, difundiam-se ideais, como o abolicionismo, e também se praticavam esportes e atividades relacionadas ao lazer. Diversas foram as associações e os clubes na cidade de Pelotas, desde sociedades de baile e literárias, passando pelas associações carnavalescas, até os clubes esportivos. Todos eles aglutinavam pessoas com interesses e características em comum, havendo clubes voltados para a elite, para diferentes etnias e raças, além de nacionalidades e também para os diversos ofícios. Todos os clubes eram regidos por códigos de conduta e regras, alguns mais rígidos que outros, que controlavam as vestimentas e o comportamento, além de levarem em conta os costumes e o poder aquisitivo para a admissão ou não de alguém como membro da entidade. Os clubes elitistas geralmente eram voltados para pessoas brancas que faziam parte da chamada alta sociedade econômica pelotense: homens, charqueadores, comerciantes e proprietários.

Assim, pretos e pardos, relacionados na maior parte das vezes à parcela mais pobre da população, foram sistematicamente banidos desses espaços. Às mulheres, muitas vezes, era permitida a entrada e a participação em eventos do clube, mas apenas se associadas aos homens de sua família. Os excluídos pela elite criaram novos clubes, com destaque para os clubes negros, como, por exemplo, o Fica Ahi Pra Ir Dizendo, o Chove Não Molha, o Depois da Chuva, além do Quem Ri de Nós Tem Paixão e o Está Tudo Certo. Os operários criaram outros clubes, como, por exemplo, o Recreio dos Operários, que aceitava a participação de negros e brancos. As mulheres também fundaram seus próprios clubes, como, por exemplo, o Clube Helênico, e participaram de setores dentro dos clubes predominantemente masculinos, organizando bailes ou fazendo parte da direção, principalmente na parte recreativa. Entre as atividades dos clubes, é possível destacar os bailes que agitavam a noite pelotense. É notável a presença e a importância feminina nesses eventos, nos quais alguns, como os bailes de debutantes, consistiam na apresentação das moças da elite à sociedade, aos seus 15 anos. Esses bailes giravam inteiramente em torno de meninas e mulheres que desfilavam no salão com seus belos vestidos, fato destacado em diversos jornais da época. Além dos bailes, ocorriam jogos, encontros para beber chá, piqueniques e diversas outras formas de reunião. O Carnaval era um período importantíssimo para os clubes, principalmente para os clubes negros que, em sua maioria, nasceram como cordões carnavalescos e utiliza-

vam os desfiles para difundir os ideais abolicionistas. Um exemplo de clube abolicionista é o Clube Demócrito. Apesar da segregação interna dos clubes, todos eles desfilavam no carnaval de rua de Pelotas; entretanto, o desfile ocorria em dias diferentes, sendo o primeiro dia destinado aos clubes da classe média alta, como o Brilhante e o Diamantinos. No Jockey Clube, a principal forma de reunião ocorria graças ao popular esporte da época, o turfe, que mobilizava a cidade inteira, alterando até mesmo os horários e rotas dos bondes. O Jockey Club de Pelotas, assim como boa parte dos clubes da elite, também prezava pela separação entre seus sócios e o público geral, apesar de este contribuir muito para a receita do clube por meio de pequenas apostas. Em relação às disputas, inicialmente apenas os homens participavam. A partir dos anos 1940, começa a se perceber uma discreta participação feminina em concursos voltados mais para o entretenimento, com premiações discrepantes quando comparadas aos concursos masculinos, que geralmente pagavam em dinheiro. Já os prêmios destinados às vencedoras referiam-se a jogo de chá, cobertas, bolsas e produtos de interesse para o cuidado do lar. Os clubes, sem sombra de dúvidas, contribuíram para a vida social pelotense; entretanto, as regras, os códigos de conduta e os valores sociais e econômicos exigidos, principalmente pelos clubes da elite, escancaravam preconceitos, como o racismo e o machismo, vigentes na sociedade dos séculos XIX e XX e ainda hoje. Por outro lado, os clubes criados para contrapor a ordem elitista, como os clubes negros e

operários, construíram formas de resistência que encontraram nos clubes um espaço para promover diversão, lazer, conhecimento e também seus ideais.

Lóren Cantiliano Ximendes

Referências:

JESUS, Francisca Mesquita. *Jóquei Clube de Pelotas: associativismo, sociabilidades e civismo – 1930 a 1955*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 35, n. 1, 2009.

LONER, Beatriz Ana. Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais do século XIX. *História em Revista*, v. 8, 2002.

MORALES, Patrícia Fernandes Mathias. *Racismos e antirracismos a partir do Clube Cultural Fica Ahi pra ir dizendo (Pelotas-RS)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

MULLER, Dalila. “*Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza*”: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

COHABPEL. A Cooperativa Habitacional dos Operários de Pelotas é um conjunto promovido por meio da assessoria do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP). Sua edificação fez parte de um complexo de iniciativas para a urbanização de áreas ociosas da cidade e para a venda de apartamentos a preços populares para trabalhadores

do mercado formal, como nos casos das cooperativas habitacionais: Cooperativa Habitacional Duque de Caxias (COHADUQUE), promovida em 1976, e Cooperativa Habitacional Princesa do Sul (COHAPRIN), promovida em 1979, que contabilizam, respectivamente, 152 e 752 unidades residenciais. A COHABPEL foi edificada a partir de quatro planos habitacionais, nos anos de 1966, 1968 e 1970, com 1.296 unidades, que ocupam cerca de oito quarteirões do bairro da Luz, possuindo amplos espaços de convivência coletiva entre os blocos de apartamentos e constituindo um programa multifamiliar construído por duas empresas: a Construtora Imobiliária e Territorial do Sul Ltda (CITESUL) e a Imobiliária Real, pertencentes ao grupo Joaquim Oliveira. Está localizada em uma área de grande fluxo de veículos e pedestres, entre os bairros Centro e Três Vendas, tendo como vias artérias de circulação importantes da cidade, como a Avenida Fernando Osório e as ruas General Osório e Marechal Deodoro. O aporte financeiro para a construção veio do Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinha como missão promover habitação e saneamento urbano, especialmente para a população de menor renda. Fundado em 1964, na época do início do golpe militar no Brasil, o BNH foi extinto em 1986, quando a gestão do financiamento de moradias passou à Caixa Econômica Federal. Com relação à estrutura da COHABPEL, os blocos, compostos de quatro pavimentos, possuem quatro apartamentos por andar e não têm elevador, garagem ou estacionamento para veículos, uma de

suas peculiaridades, tendo em vista que os demais empreendimentos similares possuem, ao menos, vagas de estacionamento em suas áreas. A partir de sua construção, a cidade começou a crescer em direção ao norte, alterando vários aspectos das dinâmicas urbanas, como a circulação de bens, serviços e moradores, a criação de novos espaços comerciais relevantes e a pavimentação de vias. Desse modo, a COHABPEL é pensada como um subcentro da região norte de Pelotas, e no local moram cerca de 4 mil pessoas, ou seja, 1,23% da população total do município, que é de 325.685 habitantes, segundo o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022.

Lorena Almeida Gill
Nirce Saffer Medvedovski
Paulo Koschier

Referências:

- COSTA, Armando. *Gestão de conjuntos habitacionais*. 2003. Tese (Doutorado em Integração Regional) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2003. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/naurb/files/2016/06/Gest%C3%A3o-em-Conjuntos-Habitacionais-Armando-Costa.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. *Habitação social em Pelotas (1987-2010): influência das políticas públicas na promoção de conjuntos habitacionais*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do RS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5786>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- FERRETO, Diego. Pelotas: produção do espaço intraurbano e segregação socioespacial. *Projectare – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, n. 12, dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Panorama Pelotas (RS). *IBGE Cidades*, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. *A vida sem condomínio: configuração e serviços públicos urbanos em conjuntos habitacionais de interesse social*. 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/naurb/files/2016/06/Tese-de-Doutorado-Nirce-Saffer-Medvedovski.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

Colégio Alemão. O *Collegio Allemão* existiu na cidade de Pelotas durante 44 anos (1898-1942) e representou o esforço realizado por um grupo de imigrantes alemães e teuto-brasileiros, preocupados com a educação escolar de seus descendentes, com vistas à preservação e à continuidade do *Deutschtum*, sob o viés da conservação da memória cultural de suas raízes étnicas. Fundado em 1898 por uma Sociedade Escolar Alemã, cujos membros, em sua maioria, eram industriais e comerciantes que formavam uma pequena burguesia, muitos dos quais pertenciam à Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas, o *Collegio Allemão* de Pelotas, inicialmente, contou com o apoio do Sínodo Rio-Grandense. Assim, era um colégio urbano, administrado pela citada sociedade escolar, particular, laico, de ensino primário e secundário, destinado a meninos, meninas e jovens, com uma média de frequência anual em torno de 80 alunos, localizado, a partir do início do século XX, no centro da cidade de Pelotas, na rua Félix da Cunha, 763.

Entre os diretores, havia professores de grande erudição, como o diretor Reinhard Heuer (1916-1925), autor de vários livros didáticos. Nos primeiros tempos, o corpo docente foi integrado, principalmente, por professores alemães. O corpo discente era formado por inúmeros alunos de descendência alemã e evangélicos luteranos; porém, o colégio também recebia alunos brasileiros e de outras nacionalidades e denominações religiosas. Apesar da predominância do ensino em Língua Alemã, a alfabetização era bilíngue, e as disciplinas de Português, Geografia e História do Brasil eram ministradas exclusivamente por professores brasileiros. O corpus didático-pedagógico, por meio de seu currículo diferenciado, conteúdo programático, livros, material didático e formação de biblioteca, predominantemente em Língua Alemã, veiculou ao *Deutschtum* elementos de uma tradição étnica, nas disciplinas de Canto e Literatura, e também do nacionalismo alemão, nas disciplinas de Geografia e História Alemã. A prática da conversação em Língua Alemã era incentivada nas famílias, entre pais e filhos descendentes de imigrantes alemães, assim como o uso e a leitura de livros em alemão provenientes da biblioteca do colégio. Neste sentido, o *Collegio Allemão* de Pelotas, através do *Deutschtum*, gestou uma cultura escolar singular e refletiu aspectos do nacionalismo alemão, sendo resultado da implantação de um projeto voltado à educação de alemães no exterior, no sul do Rio Grande do Sul, em consonância com as exigências da Nacionalização do Ensino no Brasil. Como um

enclave, conviveu e sobreviveu entre continuidades e rupturas por cerca de 40 anos, partilhando um espaço educacional com o incipiente sistema escolar gaúcho e brasileiro. O ciclo do *Collegio Allemão* de Pelotas encerrou-se simultaneamente a outros processos históricos, como o Castilhismo no Rio Grande do Sul, a Campanha de Nacionalização do Ensino no Brasil e a reforma educacional no estado, tendo suas portas fechadas em meio aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, em razão do rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha.

Maria Angela Peter da Fonseca

Referências:

FONSECA, Maria Angela Peter da. *Estratégias para a preservação do germanismo (Deutschtum): gênese e trajetória de um collegio teuto-brasileiro urbano em Pelotas (1898-1942)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

FONSECA, Maria Angela Peter da. *Deutsche Schulen urbanas no Pampa ou o Pampa dentro de Deutsche Schulen? Cultura Escolar Conforme: Collegio Allemão de Pelotas e Collegio Rio Grandense do Rio Grande (1912-1936)*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

Colégio Israelita. Especialmente entre os anos de 1920 e 1945, um grupo de cerca de 120 famílias judias viveu em Pelotas, no RS. Elas haviam vindo de várias regiões, embora muitos fossem remanescentes das colônias de Philippon (região de Santa Maria) ou de Quatro Irmãos (região de Erechim), as

quais compuseram a história da imigração judaica para o Estado. Os nomes de família Soibelman, Stifelman, Steinbruch, Nudelman, Druck, Averbuch, Copstein, Treiguer, Axelrud, Procianny, Rosenberg e Galanternick haviam passado por Philippon, e os Lokschin, Chaper, Millman, Ocstein, Pechansky, Pustilnik, Pilowinich e Chwartzmann, por Quatro Irmãos. Em sua maioria, os judeus de Pelotas eram os chamados asquenazes, ou seja, remanescentes da Europa Central e Oriental, principalmente russos e poloneses, mas havia alguns poucos sefarditas, isto é, descendentes dos que viviam na Península Ibérica. Em Pelotas, eles se organizaram da maneira possível para uma comunidade que era pequena. Na cidade, trabalharam especialmente no comércio de tecidos e móveis, cujas lojas se instalavam, sobretudo, na rua General Osório, e fundaram associações representativas, além de um espaço para as rezas, que, no entanto, não contava com um rabino. Fundaram também um colégio, que passou a funcionar a partir de 1928. A escola não oferecia um ensino formal, mas pretendia construir formas de manter a cultura e a religião judaica; assim, ensinava hebraico, ídiche e religião, muitas vezes de forma lúdica, como através da encenação de peças teatrais. O primeiro professor da escola foi Júlio Pustilnik, que permaneceu na docência entre os anos de 1928 e 1931, momento em que se deslocou para Buenos Aires para atuar como jornalista no *Diário Israelita*, que tinha milhares de assinantes. Sucederam a ele: Bernardo Braunstein, Isaac Schumaister, Binin Segal e Sara Gruchwoska, a qual

havia saído da Europa em função da Segunda Guerra Mundial e foi a última professora de que se teve notícias. No período da Campanha de Nacionalização de 1938, do Governo Vargas, que, entre outras medidas, proibia o ensino das línguas estrangeiras, a escola não sofreu sanções, já que não funcionava de forma oficial.

Lorena Almeida Gill

Referências:

GRITTI, Isabel Rosa. *A imigração judaica no Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization e a colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

GILL, Lorena Almeida. “*Clientelchiks*”: os judeus da prestação em Pelotas (RS) 1920-1945. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2019/06/clientelchiks-judeus-da-presta%C3%A7%C3%A3o-em-pelotas-1920-1945.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

Comércio Popular. O comércio popular na cidade de Pelotas se relaciona fortemente às atividades de trabalho consideradas informais e realizadas a partir da ocupação, muitas vezes ilegal, do espaço público. Ao longo do tempo, tal setor da economia forjou-se no entrelaçamento de vivências, memórias e narrativas que informam sobre a história do trabalho na cidade. A atividade de trabalho realizada por vendedores de rua é parte constitutiva da cidade de Pelotas. Nesse sentido, Gill (2001) destaca que os imigrantes judeus, especialmente a partir de 1920, dedicaram-se ao comércio ambulante na cidade. Entre os anos de 1987 e 1998, a configura-

ção do Centro Histórico da cidade era completamente diversa da atual. Por dez anos, o entorno do Mercado Público Municipal, no Centro Histórico da cidade, foi preenchido por centenas de bancas de camelôs, configurando o chamado Camelódromo da cidade. Durante esse período, o comércio popular foi significativamente intenso. No ano de 1997, o Camelódromo de Pelotas era composto por 165 bancas, das quais mais de 30% encontravam-se abandonadas. Nesse mesmo ano, ocorre a retirada das bancas ociosas e começa a ser reivindicado pelos comerciantes um espaço com melhores condições de trabalho; um ano depois, e ainda nesse mesmo local, o número de bancas mais que dobrou. Os anos de 1997 e 1998 foram decisivos e marcados por intenso debate sobre a ocupação dos camelôs no Centro Histórico da cidade. Tal período foi caracterizado por tensões e conflitos entre trabalhadores e município, decorrentes da ocupação do espaço público pelos comerciantes. Os embates e enfrentamentos eram parte do cotidiano. Ao mesmo tempo, o comércio de mercadorias, sobretudo contrabandeadas e advindas principalmente do Paraguai, estava em seu auge. O poder público municipal iniciou, nesse período, um processo mais de coerção do que de negociação. Em episódios narrados pela imprensa local, foram descritas ações de truculência e desrespeito para com trabalhadores, que se desenvolveriam por meses, até que, no dia 2 de setembro de 1998, a desocupação foi concluída. A retirada do Camelódromo de Pelotas do Centro Histórico ocorreu um ano após o início

das negociações entre o município e os trabalhadores. Durante esse período, a imprensa local evidenciou a atmosfera de tensão e incerteza entre os camelôs. O local para onde foram transferidos, ao lado da Praça Cipriano Barcelos, na região central da cidade, fora inicialmente projetado para ser um terminal de ônibus. No entanto, diante da urgência da realocação dos trabalhadores, tornou-se a alternativa empregada para acomodar os mais de 300 comerciantes que, durante meses, aguardavam, já nesse espaço, a finalização de uma estrutura mínima de trabalho. Durante os quatorze anos seguintes, os camelôs permaneceriam nesse local, sendo que a autogestão lhes possibilitou exercer suas atividades com relativa autonomia. Em 2012, o espaço passou por profundas mudanças e reformulações no que diz respeito à estrutura física e à gestão, realizada, a partir de então, por uma empresa concessionária em uma Parceria Público-Privada (PPP) com o município de Pelotas. Atualmente, é conhecido como *Pop Center*. Apesar das modificações pelas quais esse comércio passou ao longo do tempo, ainda é comum que muitas pessoas se refiram ao espaço como Camelódromo de Pelotas. É preciso observar, ainda, que o comércio popular continua sendo realizado, especialmente no final da tarde e nos finais de semana, nas ruas Andrade Neves e Marechal Floriano, no centro da cidade, que concentram um grande fluxo de pessoas. Nos bairros, esse comércio se mantém fortemente, impactando na subsistência de moradores e moradoras de Pelotas.

Cláudia Cardoso Goularte

Referências:

GILL, Lorena Almeida. *Clienteltchiks: os judeus da prestação em Pelotas (RS) 1920–1945*. Pelotas: UFPel, Editora Universitária, 2001.

GOULARTE, Cláudia Cardoso. *Cotidiano, identidade e memória: narrativas de camelôs em Pelotas (RS)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

Companhia Fiação e Tecidos Pelotense.

A Companhia Fiação e Tecidos Pelotense foi fundada em fevereiro de 1908, com capital pelotense advindo da venda de ações, sendo os incorporadores os Srs. Alberto Roberto Rosa e Plotino Amaro Duarte. Esses senhores figuravam nos círculos elitizados como investidores potenciais. Seus nomes estavam ligados ao capital industrial e financeiro, pois fizeram parte do grupo fundador do Banco Pelotense em 1906. Com esses nomes poderosos na base das decisões, cerca de dois anos depois da fundação, em maio de 1910, a fábrica iniciou as suas atividades com 208 funcionários, ocupando 9.984 m² das instalações, que totalizavam 36.518 m², prevendo futuro crescimento. Essa crença era reforçada igualmente pelo maquinário importado, primeiramente da Inglaterra, em 1909, fornecido pela *Brooks & Doxey*, de Manchester, e, mais tarde, em 1955, por outras lavas de equipamentos vindos da Alemanha Ocidental, da França e dos Estados Unidos. As atividades da companhia dividiam-se em fiação, tecelagem, tinturaria automática para fio e pano, acabamento, pelucamento e alvejamento de tecidos como morins, brins, risca-



Vista do parque fabril da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, onde se evidencia a presença de trabalhadores menores de idade. Fonte: Acervo do NDH.

dos, lenços, guardanapos, pelúcias, panos de mesa e outros tecidos de algodão destinados ao mercado interno e externo. A imponente companhia, situada na região portuária da Várzea, outrora na rua Moreira Cezar (atualmente rua Almirante Tamandaré), chegou a empregar mais de 700 pessoas. De acordo com os dados do livro de registro dos sócios do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fiação e Tecelagem de Pelotas, grande parte dessa mão de obra, que vivia nos arredores da fábrica, era composta por mulheres – tece-lãs e fiandeiras – cujo trabalho era comandado por homens, que ocupavam cargos de mestres e contramestres. O impacto social da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense foi profundo e mul-

tifacetado. A presença expressiva de mulheres na fábrica alterou o panorama socioeconômico local, oferecendo a elas a oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal. Apesar das longas jornadas e da baixa remuneração, essas operárias contribuíam para a renda familiar, desafiando, ainda que de forma sutil, as estruturas patriarcais. A companhia também fomentou a socialização dessas mulheres e a formação de uma identidade operária, fortalecendo os laços de solidariedade entre as trabalhadoras, muitas das quais se organizaram também em sindicatos. A “Tecidos”, como era chamada por seus trabalhadores e trabalhadoras, avançou pelo século XX entre altos e baixos financeiros, conforme indicam seus rela-

tórios anuais. Sua situação se agravou a partir dos anos 1960, refletindo a política nacional do Plano de Metas estabelecido por Juscelino Kubitschek, cuja orientação era canalizar investimentos governamentais e do capital estrangeiro para a indústria pesada, sendo o eixo Rio-São Paulo o mais beneficiado. Para além dessas questões, no caso do sul do estado, perpetuava-se a visão cômoda da concentração agrária altamente vinculada ao setor primário, que não adotou uma postura dinâmica de investimento em aprendizado tecnológico para alavancar a indústria. A elite proprietária de terras, assentada em uma sociedade estratificada, dominou a cena política a seu favor e optou por uma matriz produtiva fortemente ligada à pecuária, que lhe garantia retorno sem a necessidade de grandes investimentos ou de uma postura mais agressiva em termos de risco, enraizando-se no setor agropecuário. Como consequência, a década seguinte assistiu à derrocada da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, que encerrou definitivamente suas atividades em 1974.

Taiane Mendes Taborda

Referências:

ESSINGER, Cíntia. *Entre a fábrica e a rua: a Companhia Fiação e Tecidos e a criação de um espaço operário. Bairro da Várzea, RS (1953-1974)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

SILVA, Eduarda. *Nós na trama: os pleitos judiciais das operárias da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (1944-1954)*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

TABORDA, Taiane Mendes. *“Pano pra manga”: experiências de luta, classe e gênero no cotidiano das trabalhadoras da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (1943-1974)*. 2023. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG) – Campus Pelotas – Visconde da Graça.

Partindo da necessidade de desenvolvimento da lavoura e da educação do pequeno trabalhador rural, o Dr. Pedro Luís Osório, intendente municipal, em setembro de 1920, solicitou a criação de uma escola de ensino agrícola ao Dr. Ildefonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura do governo de Epitácio Pessoa. O Conselho Municipal, presidido por Manoel Simões Lopes, por meio da Lei n.º 144, de 17 de outubro de 1921, destinou à União 201 hectares no 2º distrito, denominado Boa Vista, a 8 km do centro da cidade. Em 9 de novembro de 1921, o Decreto Presidencial n.º 15.102 criou o Patronato Agrícola Visconde da Graça, assim denominado em homenagem ao detentor desse título imperial, João Simões Lopes Filho, pai do então Ministro da Agricultura. Vinculado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, em 12 de outubro de 1923, foi inaugurado o Patronato, funcionando inicialmente como Escola Rural de Alfabetização, com noções elementares de agricultura e criação de animais domésticos, contando, já nesse dia, com 75 alunos em regime de internato. O Decreto n.º 24.115, de

abril de 1934, do Governo Provisório de Getúlio Vargas, extinguiu o Patronato, que passou a funcionar como Aprendizado Agrícola, sofrendo uma reorganização no programa de ensino, que passou a dar maior ênfase à parte técnico-profissional. A Lei Orgânica do Ensino Agrícola criou, por meio do Decreto-Lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946, do presidente Eurico Gaspar Dutra, a Escola Agrotécnica Visconde da Graça, em substituição ao Aprendizado Agrícola. Em 1952, ocorreu a formatura da primeira turma de técnicos, correspondendo ao 2º ciclo. A mesma Lei Orgânica possibilitou que, em 20 de agosto de 1957, fosse criado o curso de magistério de Economia Doméstica, incluindo as mulheres nesse tipo de estabelecimento. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, associada ao Decreto n.º 52.666, de 11 de dezembro de 1963, substituiu o nome de Escola Agrotécnica para Colégio Agrícola. Pelo Decreto n.º 62.178, de 25 de janeiro de 1968, do presidente Costa e Silva, o Colégio passou a integrar a Universidade Rural do Rio Grande do Sul, e o Decreto n.º 56.881, de 16 de dezembro de 1969, vinculou-o definitivamente à Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Em 1974, passou a denominar-se Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG). No final da década de 1990, como escola agrícola, o CAVG oferecia os Cursos Técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Vestuário. No final da primeira década do século XXI, teve início um processo de ampliação da área de atuação da instituição, ainda vinculada à UFPel. Em

2008, foram criados o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Cooperativas e o Curso Superior Tecnológico em Viticultura e Enologia. Em 2009 surgiram dois novos cursos superiores, Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Agroindústria. Esses quatro cursos foram criados com o objetivo de proporcionar uma formação profissional voltada ao atendimento da demanda da economia da região em que o CAVG está inserido, mantendo a vocação da instituição ligada ao meio rural. Dentro do mesmo contexto, foi implantado o Curso Técnico em Meio Ambiente, cuja primeira turma ingressou em 2009, evidenciando a preocupação da instituição com a sustentabilidade. Essa mesma preocupação, aliada à vocação institucional, manifestou-se quando foi criado o Departamento de Educação a Distância (DEAD) do CAVG, também em 2009, com a implantação de dois novos cursos nessa modalidade de ensino: o Técnico em Biocombustíveis e o Técnico em Agroindústria. Posteriormente, visando diversificar a oferta de novas vagas, foram criados, por meio do DEAD, os Cursos Técnicos em Administração, Contabilidade e Meio Ambiente. Por meio de diversas parcerias com Prefeituras Municipais, em 2025 o DEAD mantém polos de educação a distância em 48 municípios do RS. Em 2010, o CAVG foi desvinculado da UFPel, passando a integrar o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, assumindo a denominação de Campus Pelotas – Visconde da Graça. Isso aconteceu dentro do processo que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e

que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei n.º 11.892, publicada em dezembro de 2008. Contudo, a denominação “CAVG”, consagrada em toda a região, permaneceu sendo utilizada, inclusive no âmbito institucional. Na qualidade de campus do IFSUL, o CAVG experimentou uma maior ampliação em sua área de atuação, processo que já havia se iniciado antes mesmo da desvinculação da UFPel, quando foram criados os primeiros cursos superiores da instituição. Em 2011, um grupo de professores ligados ao Núcleo de Estudos em Ciências e Matemática (NECIN), implantado na instituição em 2005, criou três cursos de Licenciatura no CAVG, nas áreas de Biologia, Física e Química. Também, em 2011, surgiu o Curso de Especialização Técnica em Nível Médio em Produção e Uso de Plantas Ornamentais e Bioativas. Igualmente, em 2011, com base na demanda por profissionais para o desenvolvimento da fruticultura na metade sul do RS, foi criado o Curso Técnico em Fruticultura, na modalidade sequencial, com previsão de duração determinada, a fim de suprir a demanda específica por técnicos nessa área. No período previsto, o curso formou três turmas. No mesmo ano de 2011 foi autorizado o funcionamento, no âmbito do Campus Visconde da Graça, da Especialização Lato Sensu em Ciências e Tecnologias da Educação, curso de pós-graduação cuja primeira turma já havia ingressado em 2010, durante o processo de migração do CAVG para o IFSUL. Em 2012, o Programa de Pós-Graduação do CAVG foi implantado, com a criação do Mestrado

Profissional em Ciências e Tecnologias na Educação. No ano de 2014, foi criado o Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda, concebido a partir da experiência obtida com o consagrado Curso Técnico em Vestuário. Em 2016, dando continuidade ao processo de diversificação da oferta de vagas, foi criado o Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas. Instalado em uma área de 201 hectares, situada dentro do perímetro urbano de Pelotas, o CAVG é atualmente uma das instituições de ensino mais antigas da região, com mais de um século de existência. Além disso, é uma das poucas instituições que ainda mantêm internato, destinado a receber alunos dos cursos técnicos oriundos de diversas cidades da região.

*José Leonel da Luz Antunez
Marcelo Freitas Gil*

Referências:

- ANTUNEZ, José Leonel da Luz. CAVG: história de um patronato. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, UFPel, 1996.
- ANTUNEZ, José Leonel da Luz. CAVG, *uma escola: olhar de aluno*. Pelotas: IFSul, 2016.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Lei Orgânica do Ensino Agrícola*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1946.

Conjunto Habitacional Fernando Osório (COHAB Pestano). O Conjunto Habitacional Fernando Osório, popularmente conhecido como Cohab Pestano, foi construído entre 1979 e o início dos anos 1980, por meio do financiamento da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (Cohab-RS),

dentro do Programa de Projetos Integrados, no qual cabia às empresas incorporadoras a proposta simultânea do parcelamento do solo, da urbanização e da edificação (Medvedovski, 1998). Localizado no bairro Três Vendas, ele representa a expansão da cidade para o eixo norte de Pelotas, juntamente com a Cohab Lindóia, também promovida nesse programa, ampliando os limites que até então configuravam a cidade naquele período (Chiarelli, 2014). O terceiro conjunto promovido nesse sistema foi o Guabiroba. O conjunto Pestano foi construído com 1.504 unidades e implantado na área mais distante do centro de Pelotas à época, a cerca de 9,5 km. Projetado pelos arquitetos Ronald Spieker e Ubirajara Borne, o empreendimento foi construído em uma área de pouco mais de 10 hectares pela empresa COENCO AS Concreto Eng. e Construção (Chiarelli, 2014). Conforme plantas arquivadas na Secretaria de Urbanismo da Prefeitura de Pelotas, aprovadas em 1979, os blocos de apartamentos foram distribuídos em quatro grandes setores, dispostos de forma isolada, aos moldes do urbanismo moderno. Essa configuração rompe com o modelo tradicional de edifícios alinhados ao quarteirão, propondo a organização de um quarteirão ampliado, com blocos intercalados que criam espaços livres para a circulação de pedestres. A partir das plantas de aprovação, compreende-se que o projeto se divide em quatro setores e que, entre o setor 1 e os demais (2, 3 e 4), foi planejado um quarteirão com uma área *non aedificandi* em razão da linha de alta tensão que atravessa o terreno. Destinaram-se algumas áreas la-

terais dessa porção de terra ao comércio (mercado) e ao uso institucional (centro comunitário e posto policial). Posteriormente, essa área foi inteiramente ocupada. O primeiro quarteirão (setor 1) é formado por seis volumes habitacionais, além de um volume destinado ao comércio. Já os demais quarteirões (setores 2, 3 e 4) são compostos por oito volumes habitacionais, intercalados por volumes comerciais ou áreas de lazer. Os volumes habitacionais, em sua maioria, são constituídos por três blocos que formam uma fita, cada um com acesso central independente. O projeto não previa fechamentos, sendo planejados espaços de lazer entre os prédios, como *playgrounds* e quadras esportivas, o que se mantém parcialmente, visto que ocorreram expansões, sobretudo no térreo. Mais próximos às bordas de cada setor ficam localizados dois bolsões de estacionamento, sempre em lados opostos do quarteirão, característica que permanece nos dias atuais. Todos os edifícios possuem quatro pavimentos e apresentam três tipologias de unidades habitacionais. São 256 unidades de 1 dormitório, com área de 31,66 m²; 1.040 unidades de 2 dormitórios, tipo A, com área de 40,86 m²; 52 unidades de 2 dormitórios, tipo B, com área de 40,22 m²; e 156 unidades de 3 dormitórios, com área de 45,91 m². Vizinho ao loteamento Pestano, cuja ocupação se inicia após uma enchente no canal São Gonçalo, em 1977, é possível identificar que ambos integram um momento de expansão das políticas habitacionais em Pelotas, uma vez que o loteamento Pestano passa por dois processos de projeto para parcelamento do

solo: um financiado pelo PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), em 1978, e outro desenvolvido pela FUPURP (Fundação de Planejamento Urbano e Regional de Pelotas) em 1981 (Tavares, 2021). Conforme documentação do arquivo municipal, a constituição do condomínio ocorreu apenas alguns anos após a entrega do empreendimento, com a elaboração de um memorial de loteamento e de uma convenção nos anos 2000. Segundo matéria publicada no site da Prefeitura Municipal, em 2019, alguns moradores das Cohabs, incluindo a Cohab Pestano, ainda não possuíam escritura, tendo sido iniciado um trabalho de regularização fundiária, pois “a maioria dos imóveis, entregues pela extinta Cohab há mais de 30 anos, não possui a documentação definitiva que comprova a propriedade” (Meirelles, 2019, s.p.). No mesmo ano, cerca de 16 apartamentos foram interditados no conjunto habitacional, pois apresentavam rachaduras e queda de pedaços, o que levou os moradores a buscarem ajuda junto ao Corpo de Bombeiros e à Defesa Civil (Diário Popular, 2019). As problemáticas no empreendimento são muitas, principalmente em consequência das modificações realizadas pelos moradores sem auxílio técnico, com ampliações e reformas que prejudicam o coletivo. Somente no ano de 2002 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul iniciou uma recuperação física do Conjunto em dois setores, ocorrendo em 15 blocos. A recuperação se deu nas fachadas externas e nas escadarias, sendo coordenada pelo Núcleo de Engenharia da Universidade Católica de

Pelotas (UCPEL). A Cohab assinou um contrato de cooperação técnica com a UCPEL para recuperação física, social e cultural do Conjunto; foram onze meses de trabalho, com o objetivo de “construir conceitos de cidadania, cooperação e convivência entre os condôminos, além de orientá-los a organizarem-se para recuperar o aspecto físico do núcleo” (Governo do Rio Grande do Sul, 2002). Mesmo com a ação de 2002, a intervenção no espaço não supriu todos os problemas da época. Com 23 anos sem manutenção, é evidente a degradação tanto das partes privativas quanto das públicas, constituindo um obstáculo a ser enfrentado pelo governo do estado e pela prefeitura, que devem buscar soluções para a melhoria da gestão desses condomínios de baixa renda, assim como da manutenção de áreas públicas mais fragilizadas socioeconomicamente, como o caso do Conjunto Pestano. Podem ser pensadas políticas de gestão condominial permanentes, associadas a assessorias técnicas para habitação de interesse social, criando uma cultura de preservação e manutenção dos bens comuns, bem como de respeito ao coletivo.

*Nirce Saffer Medvedoski
Luísa de Azevedo dos Santos
Bruna Bergamaschi Tavares*

Referências:

CHIARELLI, Lígia. Habitação social em Pelotas (1987-2010): influência das políticas públicas na promoção de conjuntos habitacionais. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

DIÁRIO POPULAR. Número de apartamentos interditados no Pestano sobe para 16. Diário Popular, 23 jul. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Estado inaugura recuperação do Conjunto Habitacional Fernando Osório em Pelotas. 2002. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/estado-inaugura-recupera-cao-do-conjunto-habitacional-fernando-osorio-em-pelotas>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. A vida sem condomínio: configuração e serviços públicos urbanos em conjuntos habitacionais de interesse social. 1998. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MEIRELLES, Alessandra. Prefeitura atende moradores das Cohabs que não possuem escrituras. Prefeitura Municipal de Pelotas, 2019. Disponível em: <https://www.pelotas.com.br/noticia/prefeitura-atende-moradores-das-cohabs-que-nao-possuem-escrituras>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Conjunto Fernando Osório. 1979. Plantas e documentos. Arquivo 234 da Secretaria de Urbanismo. TAVARES, Bruna Bergamaschi. Entre o planejamento urbano e a ação do Estado: a produção do espaço dos pobres em Pelotas (RS) como cidade média e não metropolitana. 2021. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

Conjunto Habitacional Guabiroba. Nos anos finais de atuação do Banco Nacional da Habitação (BNH) como promotor da política habitacional do país, em tempos de ditadura militar, a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), visando à produção massiva de

unidades habitacionais para a faixa de 0 a 3 salários-mínimos, promoveu a concorrência n.º 17/78 de “Projetos Integrados” a serem propostos pela iniciativa privada. Coube à cidade de Pelotas a quota de 6.000 unidades habitacionais. Visando atender a essa demanda e eliminar a concorrência entre as empresas locais, as empresas de construção e empreiteiras de obras públicas de Pelotas se consorciaram, dividindo entre si o “pacote”. O resultado foi a construção de três conjuntos habitacionais: o Fernando Osório, com 1.504 unidades; o Lindóia, com 1.788 unidades; e o Guabiroba, com 2.624 unidades (Medvedovski, 1998). O Conjunto Habitacional Guabiroba foi edificado entre os anos de 1980 e 1984, localizado próximo ao Centro, ocupando uma área de 26,75 hectares planejados para receber 10.548 moradores, distribuídos em duas regiões com tipologias distintas. A primeira, com 8,15 ha, apresenta blocos de 4 pavimentos, com um total de 1.024 unidades edificadas e área destinada à creche e à escola. A outra parcela do terreno, com 18,6 ha, apresenta 1.600 unidades dispostas em 149 fitas de dois pavimentos, com a mesma tipologia e tecnologia das unidades do Conjunto Habitacional Lindóia, as quais resultaram do consórcio realizado entre três das maiores empresas de construção de Pelotas. A primeira, Cinco Construção Ind. e Comércio Ltda., possuía larga experiência em conjuntos do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) e da COHAB-RS, entre os anos de 1966 e 1971. A segunda, Construtora Pelotense S.A., era experiente em construções para o



Conjunto Habitacional Guabiroba em 1998: tipologia de 4 pavimentos. Nota-se que as reformas e ampliações já atingem o quarto pavimento. Fonte: Medvedovski (1998).

INOCOOP e em construção pesada, e a terceira, Construtora FN Carvalho Ind. e Com. Ltda., reunia as atividades de construção e incorporação de imóveis com as de uma fábrica de artefatos de concreto pré-moldados para pavimentação. As duas primeiras promoveram as construções em fitas e a terceira edificou os edifícios de 4 pavimentos. Esse projeto, como outros do mesmo gênero, teve forte influência dos ditames da Carta de Atenas, na qual encontraram respaldo os profissionais e as políticas desenvolvimentistas da Nova República e dos anos seguintes. Brasília, construída nesses moldes na década de 1960, foi símbolo e referência para o novo modelo de cidade no Brasil. O Conjunto Guabiroba teve uma implantação muito semelhante à superquadra modernista de Brasília, com prédios isolados, grande área livre – dentro do espírito de cidade-parque –,

equipamentos comunitários e vias para tráfego com traçado independente. A ocupação irregular e espontânea dos espaços vazios, coletivos ou públicos, para diversas funções, que começou logo de sua ocupação, mudou totalmente a configuração desse conjunto, reelaborando sua dinâmica: ruas, quarteirões e espaços entre o público e o privado foram redesenhados na prática cotidiana, buscando semelhança com o tecido tradicional da cidade (Vega, 2013). Em 1984, na inauguração do conjunto, havia 10.548 habitantes, com 4 moradores por domicílio; no censo de 1990, foram identificados 8.009 moradores, com 3,17 habitantes por domicílio. Segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população continuou a diminuir, totalizando atualmente 5.371 habitantes. Com o não estabelecimento da gestão condominial

e a indefinição da responsabilidade pela manutenção dos espaços exteriores do Conjunto Habitacional Guabiroba, os problemas de infraestrutura se acumulam desde sua inauguração. Esgoto a céu aberto, acúmulo de lixo e iluminação precária fazem parte do cotidiano dos moradores. Urge um programa público e participativo de requalificação desses espaços, garantindo o bem-estar e a cidadania de seus moradores.

Nirce Saffer Medvedovski

Referências:

DIÁRIO POPULAR. *Cresce o número de reclamações sobre infraestrutura de Pelotas*. 25 mar. 2023. Disponível em: <https://diariopopular.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2025.

IBGE. *Censo 2022*. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. *A vida sem condomínio: configuração e serviços públicos urbanos em conjuntos habitacionais de interesse social*. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/naurb/files/2016/06/Tese-de-Doutorado-Nirce-Saffer-Medvedovski.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MELLO, Noé Vega Cotta de. *Metamorfose: ocupação e transformação dos espaços livres do Conjunto Habitacional Guabiroba*. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5183>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Conjunto Habitacional Lindóia. O Conjunto Habitacional Lindóia foi construído entre 1980 e 1984, por meio de edital que visava estimular

a construção massiva de casas para os setores de 0 a 3 salários-mínimos pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), dentro de uma proposta mais ampla de construção de 6.000 unidades em Pelotas, no início da década de 1980. Duas empresas uniram seu capital para se habilitarem à concorrência junto à COHAB: a Roberto Ferreira Com. e Ind. Ltda. e a Santa Tecla Incorporadora e Construtora Ltda., sendo então constituída uma nova razão social, a Sul Atlântica Ltda. O Conjunto Habitacional Lindóia foi projetado com 1.778 unidades habitacionais, organizadas em 128 blocos de casas geminadas, ocupando uma área de 25,74 hectares. O conjunto possui uma tipologia de unidades em fita, superpostas, com acesso às habitações superiores por meio de escada exterior, enquanto os acessos às unidades térreas se localizam lateralmente à escada. As fitas são justapostas pelos pátios de fundos e fazem face a uma via de acesso de hierarquia variada ou a uma praça. Essa disposição das unidades habitacionais, na década de 1980, era uma novidade na cultura urbanística da cidade. Há uma forte influência da concepção espacial da arquitetura habitacional uruguaia sobre o projeto do C.H. Lindóia. A construtora responsável pela promoção e construção do conjunto possuía, em seu quadro técnico, um profissional de origem e formação uruguaia, conhecedor e admirador das experiências de cooperativismo e do Movimento Moderno no Uruguai, e que foi responsável pelo projeto: o arquiteto uruguaio e professor da Faculdade de Arquitetu-



Foto aérea do canteiro de obras do Conjunto Habitacional Lindóia. Na parte inferior, observa-se o antigo leito da via férrea. Fonte: *Diário Popular* – Pelotas, jul. 1983. Guia da Construção Civil e Mercado Imobiliário.

ra e Urbanismo Arthur Dorner Linne (Medvedovski, 1998). O primeiro projeto apresentado à COHAB buscava o estabelecimento de áreas coletivas junto às unidades habitacionais. Consistia em duas linhas de habitações dispostas em fita, em dois pavimentos, com o espaço central coletivo. Os acessos se faziam pelas faces externas das fitas, por meio de caminhos de pedestres. No espaço coletivo estavam previstas churrasqueiras e canchas de bocha, dois equipamentos típicos de lazer na cultura do Rio Grande do Sul. Segundo o arquiteto, o grande argumento da COHAB contra essa concepção era que “os usuários não teriam capacidade de administrar uma área coletiva”. A COHAB-RS vetou a proposta, determinando a privatização dos espaços coletivos. A proposta aprovada partia da individualização da área posterior do térreo, ficando esta como área de uso privativo, porém com a proibição de construir sobre a mesma. Foi aprovada tanto pela empresa construtora quanto pela COHAB, pois deixava o cuidado

com essa parcela do terreno a cargo de cada proprietário. Tecnicamente, várias inovações caracterizaram o empreendimento, como a tecnologia de blocos de concreto colados, bem como a implantação da “fábrica de blocos” no canteiro. O projeto também incorporou o Sistema Condominial de Esgoto, uma proposta inovadora na época, visando à redução de custos e à preservação ambiental. O sistema de esgotamento sanitário, assim como o abastecimento de água, era realizado pelo pátio dos fundos das unidades, previstos como livres de edificações. Com o correr dos anos, os moradores, que não receberam uma orientação clara sobre o sistema condominial de esgotos, ampliaram suas unidades habitacionais sobre esses pátios, com sério comprometimento das canalizações originais. A implementação plena do sistema de gestão condominial de saneamento, incluindo aspectos sociais e de gestão comunitária, nunca foi efetivada, resultando em desafios de sustentabilidade e manutenção ao longo do tempo. Graves problemas de

extravasamento de esgotos e de falta de água acompanham a história do conjunto. No entanto, o projeto do conjunto habitacional trouxe uma série de aspectos positivos. A proposta foi generosa nas áreas verdes, pois, além das praças em cada quarteirão, foi prevista uma grande praça central com campo de futebol e locais destinados ao comércio e serviços, que anos mais tarde recebeu uma escola estadual de 1º e 2º graus. A organização da área em quarteirões, com suas respectivas praças, propiciou espaços de convivência que estimularam a apropriação e a identidade. Conforme informações do Censo de 2010, o Conjunto Habitacional Lindóia contava com uma população de aproximadamente 4.197 moradores. Observou-se uma redução populacional de cerca de 18,98% em relação a 1990, quando o conjunto abrigava cerca de 5.180 pessoas. A faixa etária predominante em 2010 é a de 50 a 54 anos, enquanto a faixa predominante em 1990 era a de 30 a 40 anos. O Censo de 1990 expressa o predomínio de famílias com três moradores; já o Censo de 2010 demonstrou o crescimento do número de famílias constituídas por um morador, além de ressaltar que a maior percentagem corresponde a famílias com dois moradores. Segundo o Censo de 2022, a população continuou reduzindo, contando atualmente com 3.230 residentes. O conjunto completa 45 anos de existência, e as mudanças populacionais evidenciam o envelhecimento da população e a diminuição da densidade. Cabe uma reflexão sobre o destino dos conjuntos aprovados na década de 1980, nos anos finais do

período ditatorial no Brasil. Qual é o seu futuro? Como remediar os erros da produção massiva e deslocada das necessidades da vida cotidiana? Em março de 2025, a Secretaria de Obras e Pavimentação (Smop) iniciou melhorias em vias da Cohab Lindóia. Apesar dessas ações, os moradores continuam enfrentando problemas recorrentes, como alagamentos e esgoto a céu aberto. Essas situações têm causado transtornos significativos à comunidade local (*Jornal Tradição Regional*, 2025). A população do Conjunto Habitacional Lindóia ainda aguarda respostas para essas perguntas.

Nirce Saffer Medvedovski

Referências:

CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. *Habitação social em Pelotas (1987-2010): influência das políticas públicas na promoção de conjuntos habitacionais*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do RS, Porto Alegre, 2014. IBGE. *Censo 2022*. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2025.

JORNAL TRADIÇÃO REGIONAL. *Prefeitura de Pelotas faz reparos em ruas da Cohab Lindóia*. Disponível em: <https://www.jornaltradicao.com.br/pelotas/geral/prefeitura-de-pelotas-faz-reparos-em-ruas-da-cohab-lindoi/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. *A vida sem condomínio: configuração e serviços públicos urbanos em conjuntos habitacionais de interesse social*. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/naurb/files/2016/06/Tese-de-Doutorado-Nirce-Saffer-Medvedovski.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Coral UFPel. O Coral UFPel é um espaço de produção e difusão da música coral que congrega a comunidade acadêmica e a comunidade externa, aproximando a universidade do meio em que está inserida e contribuindo para a formação acadêmica de estudantes de música da UFPel. Foi fundado em 1971 pelo maestro Romeu Tagnin e teve como regentes, além do maestro Tagnin, Luci Luff, Sônia Cava, Raul D'Ávila, Magali Richter, Elacy Schneider, Anni Gerda Moraes, Carlos Oliveira e, atualmente, Leandro Maia. É a atividade de extensão mais longeva da UFPel, difundindo o canto coral em nível local, estadual e nacional ininterruptamente desde a sua fundação. Tem em sua discografia a gravação de um compacto duplo em 1977, sob a regência de Lucy Luff; um CD em 2000, sob a regência de Anni Gerda; e um CD em 2018, sob a regência de Carlos Oliveira. O canto coral pode ser definido como uma forma de fazer música vocal coletiva, com ou sem acompanhamento instrumental, na qual as vozes são organizadas por tipos ou naipes vocais: soprano, alto, tenor e baixo. É possível localizar duas origens do canto coral contemporâneo brasileiro: uma vinculada à cultura greco-romana, a partir dos coros presentes nas tragédias e no teatro; e outra vinculada à tradição da transmissão oral, pelas culturas ameríndias e africanas. Pela primeira vertente, sob a influência da tradição judaico-cristã, identifica-se a herança do canto litúrgico e profano, desde o cantochão, passando pelos repertórios medieval, renascentista, barroco, classicista, romântico e contemporâneo. Pela segunda, percebe-se uma assimilação de repertório a

partir de temas e cânticos ameríndios e de canções africanas e afro-diaspóricas, como *afro-american spirituals*, gênero musical surgido no sul dos Estados Unidos da América, resultante do encontro de temáticas religiosas e sacras com a rítmica africana, realizado pelos afro-americanos escravizados e amplamente adaptado e arranjado para o canto coral; *worksongs*, gênero musical surgido no mesmo contexto dos *Spirituals*, porém com conteúdo relacionado ao cotidiano do trabalho, muitas vezes estruturado em forma de pergunta e resposta, com a função de organizar e regular as tarefas coletivas; e *vissungos*, cantos da tradição afro-brasileira de origem na língua umbundu, de Angola, que pontuam diversas situações da vida cotidiana, como tarefas, funerais, trabalho e outras. A palavra provém de “*ovisungo*”, que significa “canto” em umbundu. Ainda na vertente da tradição de transmissão oral encontram-se os pontos religiosos afro-brasileiros.

Carlos Oliveira

Referências:

CORAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Regência de Lucy Luff. Pelotas: Acervo da Discoteca Luís Carlos Vinholes, Centro de Artes/UFPel, 1977. 1 disco vinil compacto duplo. CORAL UFPel. Regência: Anni Gerda Moraes. Pelotas: Estúdio LUVI, direção artística de Anni Gerda Moraes, 2000. 1 CD.

CONCERTO VOX CHORUM. Regência: Carlos Oliveira; apoio técnico musical: Felipe Zocal; técnico de gravação: Otávio Delevédove. Pelotas: Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens da Santa Casa de Pelotas, 2018. 1 vídeo. Disponível em: <https://youtu.be/f5qNcoFuMXs?si=kkMgO4eramD45FFH>. Acesso em: 23 jun. 2025.

DUAS LENDAS AMERÍNDIAS EM NHEENGATU, de Heitor Villa-Lobos. Interpretação: Coral Sinfônico de São Paulo; regência: Naomi Munakata. 1 vídeo. Disponível em: <https://youtu.be/hYdBnLyFvkA?si=nZOQeLb68eQeLSD>. Acesso em: 23 jun. 2025. MISSA KEWERE, de Marlui Miranda. Interpretação: Marlui Miranda e Camerata Antiqua de Curitiba; regência: Leandro Carvalho. 1 vídeo. Disponível em: <https://youtu.be/5GB8elgmFdo?si=16JQR-F9QjwGDy1dl>. Acesso em: 23 jun. 2025.

TRÊS CANTOS NATIVOS DOS ÍNDIOS KRAÓ, de Marcos Leite. Interpretação: Coral Cantus Firmus; regência: Isabella Sekef. 1 vídeo. Disponível em: <https://youtu.be/XwuXeQuOJsO?feature=shared>. Acesso em: 23 jun. 2025.

Cortiços. Os chamados cortiços sempre estiveram presentes na história de Pelotas, tendo em vista que, nesses locais de moradia, vivia a população mais pobre da cidade, que não possuía recursos financeiros para habitar em lugares com melhor infraestrutura. Suas existências demonstram, ao longo da história, as enormes desigualdades sociais presentes no município. Na imprensa diária, os cortiços podiam receber outros nomes, como corredor, beco, portão e curral. Na virada do século XIX para o século XX, concentravam-se, especialmente, na rua Tiradentes, no centro da cidade. Alguns desses locais de moradia eram chamados de “casas que matam”, dado o grande número de doenças, especialmente contagiosas, que se proliferavam em habitações onde as pessoas viviam muito próximas umas das outras. As enfermidades infectocontagiosas mais comuns do período eram tuberculose, varíola,

difteria, febre tifoide e peste bubônica. Embora já existissem códigos de posturas municipais, em 1915, foi promulgado um Código de Construções, Reconstruções, Acréscimos e Consertos de Prédios, com o objetivo de disciplinar as mudanças feitas nas casas, muitas vezes sem qualquer cuidado no trato construtivo. As alterações preconizadas pelo novo código deveriam incluir espaços com ar e luz, drenagem do solo, impermeabilização das paredes e uma boa execução construtiva, que garantisse uma casa salubre, com conforto higiênico. Em um relatório de 1916, apresentado ao Intendente Municipal Engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos pelo Engenheiro Chefe Octacílio Pereira, na página 203, assim foi dito: “Há casas malsãs, cortiços que bem mereciam a demolição imediata e onde se albergam dezenas de entes macilentos em promiscuidade prejudicial e que, muitas vezes, são focos de tuberculose, onde ignorantemente estão a ela expostos mulheres, crianças e homens”. O fato é que, embora as pessoas pobres da cidade não tivessem recursos para viver em outro lugar que não um cortiço, essa experiência era permeada por um conteúdo absolutamente moral, já que se imaginava que elas moravam sem nenhum cuidado higiênico e em completa libertinagem, conforme era dito pela imprensa. Tal fato trazia impactos na vida dessas pessoas, que se estendiam para além da moradia, pois as prejudicava na perspectiva de obter trabalho e as deixava mais vulneráveis em abordagens policiais, uma vez que os moradores desses locais costumavam ser vistos como vagabundos, no

caso dos homens, e como prostitutas, no caso das mulheres. É difícil prever o número de cortiços existentes ao longo da história da cidade, até porque a maioria deles passava ao largo de qualquer formalização ou fiscalização da municipalidade. Apenas no ano de 1891 foi apresentado uma espécie de quantitativo, em um Boletim Estatístico, que indicava a existência de 124 cortiços na cidade. Com o passar do tempo, alguns cortiços foram construídos nas chamadas zonas suburbanas, como o Fragata e as Três Vendas, que não contavam, naquele momento, com qualquer infraestrutura. De qualquer forma, esses novos espaços ficavam mais escondidos dos olhos das chamadas pessoas “de bem”. Nas primeiras décadas do século XX, em oposição à existência dos cortiços, os debates se centraram na ideia da construção de vilas operárias, que necessariamente deveriam ter serviços higiênicos. O certo, no entanto, é que os exemplos de vilas operárias na cidade de Pelotas pouco foram vinculados às fábricas, como em outras cidades. Sua existência, quando ocorreu, relacionou-se a iniciativas particulares, resultando na construção de loteamentos populares ainda mais precários do que o restante do centro da cidade, o qual teve apenas em 1913 sua primeira rede de esgotos, que abarcava somente 62 casas.

Lorena Almeida Gill

Referências:

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. *Boletim de Estatística de 1891 da cidade de Pelotas*. Pelotas: Bibliotheca Pública Pelotense, 1891.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. *Relatório de 1916 apresentado ao Intendente Municipal Engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos pelo Engenheiro-Chefe Octacílio Pereira*. Pelotas: Bibliotheca Pública Pelotense, 1916. Sala do Rio Grande do Sul. p. 203.

GILL, Lorena. *Um mal do século*: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS), 1890-1930. Pelotas: Educat, 2007. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/04/Um-Mal-do-S%C3%A9culo.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2024.

Cosulã. A Cooperativa Regional Sudeste dos Produtores de Lãs Ltda., conhecida como Cosulã, esteve em funcionamento entre 1948 e 1992 e era localizada na cidade de Pelotas/RS, à Rua Alberto Rosa, n.º 154. Para Michelin (2019, p. 142), a fábrica “manteve sua atividade de produção e comércio de lã (lã bruta, lã lavada, tops, fio tricô, crochê e de malharia, couro e peles) até meados de 1990”. Foi uma das grandes cooperativas do gênero no Estado do Rio Grande do Sul por possuir um dos maiores rebanhos de ovinos. Visava fortalecer o setor, que naquele período estava em franca expansão. Possuía objetivos claros em seu estatuto, tais como: a assistência ao produtor ovinocultor; a difusão de melhores métodos de tosquia para aumentar a produtividade e a qualidade, bem como evitar desperdícios; o fornecimento de insumos; e a abertura e manutenção de depósitos para armazenar a lã, onde o produto era classificado conforme os padrões comerciais vigentes em mercados industrializados. Diversos fatores levaram à desastrosa falência do setor, como a falta de incentivo do governo, a crescente industrialização de fios sintéticos – que tornou o merca-

do mais restrito –, o contrabando, que desviava parte da produção e afetava a cooperativa, além das dívidas (Baptista, 2002). Posteriormente, o local foi adquirido mediante compra pela UFPel, em 1996. No prédio, a universidade abrigou o Instituto de Ciências Humanas (ICH), o Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) e a Faculdade de Educação (FAE), somando um total de 12 cursos de graduação, 12 de pós-graduação e mais 2 cursos de Ensino a Distância (EAD), que integram o CCHS (Campus de Ciências Humanas e Sociais). O prédio aqui tratado foi enquadrado no Nível 2 de proteção, o que significa que, segundo o III Plano Diretor de Pelotas, faz-se necessária a preservação integral de sua(s) fachada(s) pública(s) e volumetria, as quais devem possibilitar a leitura tipológica do prédio. São permitidas intervenções internas, desde que mantidas e respeitadas suas características externas. Sua preservação é importante para a memória da cidade (Pelotas, 2008). Contudo, esse III Plano Diretor acabou revelando apenas a importância de preservar o concebido, sem se preocupar em preservar o vivido nesses espaços. Há dificuldades em resguardar a memória desse lugar, pois são poucos os registros existentes e divulgados.

Cristiane Dittgen Miritz

Referências:

BAPTISTA, Genésio Jackson. *Cosulã: 56 anos de história (1944–2000)*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Editora Universitária, 2002.

MICHELON, Francisca Ferreira (Org.). *Patrimônio cultural edificado da Universidade Federal de Pelotas: primeiro estudo*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Editora e

Gráfica Universitária, 2013. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/6501>. Acesso em: 25 out. 2023.

MICHELON, Francisca Ferreira (Org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: Editora UFPel, 2019. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/memorialdoAnglo/files/2020/11/Patrimonio-Industrial-UFPel-7-11_compressed-1.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

MIRITZ, Cristiane Dittgen. *O patrimônio cultural edificado e sua preservação: novos usos para velhas formas – o caso da UFPel em Pelotas, RS*. 2024. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/14628>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PELOTAS. *Lei n.º 5.502/2008*. Institui o III Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Pelotas, RS, 2008.

Cotada. No município de Pelotas, várias fábricas importantes para a economia da cidade surgiram na segunda metade do século XIX e se expandiram significativamente ao longo da primeira metade do século XX. Inicialmente vinculadas ao setor pecuário, especialmente à produção de charque, essas indústrias passaram por um processo gradual de diversificação, ampliando sua atuação para o aproveitamento dos recursos naturais da região. Na década de 1950, Pelotas se consolidava como o segundo maior polo industrial do Rio Grande do Sul, ficando atrás apenas da capital, Porto Alegre. A maioria dessas indústrias estava voltada para a produ-

ção de gêneros alimentícios, destacando-se empresas como a Companhia Atlântida de Indústria e Comércio de Produtos Alimentares (Cotada S.A.). O complexo de edifícios da Cotada S.A. localizava-se à Rua Benjamin Constant, nos números 987 e 989, tendo sido adquirido e construído em períodos distintos. O prédio, erguido em 1959, pertencia originalmente à empresa Cisa S.A., nome oficial do grupo Atingo Produtos Alimentícios. Algumas décadas depois, a estrutura foi incorporada à fábrica Cotada S.A., especializada na produção de massas e biscoitos. Na década de 1960, foi construído um prédio de três andares com estrutura de madeira, que acabou destruído por um incêndio. No entanto, por determinação dos sócios-diretores, o edifício foi reconstruído. Além disso, a empresa expandiu suas instalações com a construção de um novo moinho de seis andares e a aquisição de um galpão e de um armazém. A fábrica atingiu seu auge nas décadas de 1960 e 1970, alcançando, em 1979, um total de 310 funcionários, cinco caminhões-baú para transporte e seis kombis para distribuição local de seus produtos. A estrutura do prédio foi projetada para otimizar a circulação da produção entre os diversos andares. O processo de moagem do trigo, que chegava em grãos, acontecia no andar superior. Após a moagem, o produto era transportado por canaletas para os andares inferiores. No 4º andar, o trigo passava pelo processo de produção e secagem, realizados por quatro maquinários. No 3º andar, as massas caseiras eram fabricadas, sendo então enviadas para o setor de empacotamento no 2º

andar e, por fim, armazenadas no piso térreo. A partir de cinco certidões cartoriais, observam-se algumas atividades administrativas da fábrica. Uma delas, datada de 1986, refere-se ao arrendamento de um caminhão e envolveu os intervenientes Huang Yao Ding Joseph e Francis Huang. Outra certidão, datada de 1990, revela que, sob a direção de Pui Chung Kung, a fábrica concedeu à Hiller e Hiller Ltda. a representação comercial de sua linha de massas alimentícias, que incluía as versões com ovos, sêmola e as massas caseiras comuns. Contudo, na década de 1980, a Cotada S.A. iniciou seu declínio, o que culminou com seu fechamento em 1998. Durante esse período, três certidões documentam empréstimos realizados pela empresa. O primeiro empréstimo ocorreu em março de 1986, com os avalistas Pui Chung Kung e Barbara Huang. Os outros dois empréstimos aconteceram em janeiro de 1990. Em ambos os documentos, os intervenientes avalistas foram Pui Chung Kung, Huang Yao Joseph e Francis Huang. Em 2009, a Universidade Federal de Pelotas adquiriu o prédio com o objetivo de estabelecer o Centro de Engenharias, além de implantar o setor de TV do Centro de Educação a Distância da instituição. Documentos trabalhistas pertencentes ao acervo da Justiça do Trabalho, preservados pelo Núcleo de Documentação da professora Beatriz Loner, da UFPel, indicam a existência de 104 processos trabalhistas envolvendo a fábrica, com o primeiro datado de 1956 e o último de 1991. Desses processos, quatro tiveram a própria empresa como reclamante, enquanto dois foram

movidos pelo Sindicato de Alimentos de Pelotas. Além disso, 83 processos foram iniciados por homens e 15 por mulheres, sendo que as demandas tratavam de questões como homologação para opção pelo FGTS, pedido de férias e aviso prévio.

Ariane Regina Bueno da Cunha

Referências:

AMARAL, Simone Alves. *Morada estudantil: reciclagem da antiga Companhia Atlântica Indústria e Comércio Produtos Alimentares – Cotada S.A.: situação, localização, implantação e cobertura*. Pelotas: MEC; UFPel; FAUrb; DAUrb, 2000.

FUNDAÇÃO DE REPLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DE PELOTAS. *Estudo e propostas alternativas para o desenvolvimento industrial*. Pelotas: [s. n.], 197-. 115 p.

MICHELON, Francisca Ferreira (Org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: Editora UFPel, 2019. 165 p.

ROCHA BRITO. Serviço Notarial e Registral. *Certidão*. 1º Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, Pelotas, RS.

Covid-19. A Covid-19 é definida como uma doença infecciosa respiratória aguda, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Em nível mundial, o dia 11 de março de 2020 ficou marcado pela declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a deflagração da pandemia. No Brasil, o primeiro caso foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020, enquanto a primeira morte

ocorreu em 12 de março. Em Pelotas, o primeiro caso foi registrado em 25 de março de 2020, e o primeiro óbito no município aconteceu em 20 de junho. Um dos primeiros falecimentos referenciados na cidade foi o de um médico traumatologista, sinalizando, desde o início, o grande desafio a ser enfrentado pelos profissionais de saúde no combate à doença. Essa pandemia, que marcou a história da humanidade, dilacerou famílias e escancarou antigas e profundas mazelas sociais, além de expor negacionismos governamentais e crises políticas em nível local, nacional e global. Estendeu-se até 5 de maio de 2023, data anunciada pela OMS como o encerramento da emergência sanitária global, após três anos e três meses. Nesse período, Pelotas acumulou mais de 105 mil casos notificados pela prefeitura municipal e mais de 1.500 óbitos. Em escala mundial, 6,9 milhões de mortes foram oficialmente confirmadas, embora estimativas indiquem cerca de 20 milhões de óbitos decorrentes da Covid-19. O Brasil, embora concentre aproximadamente 2,7% da população mundial, registrou cerca de 10% de todas as mortes atribuídas à doença. O enfrentamento da pandemia no contexto nacional foi marcado por desarticulação entre as esferas de governo. Em Pelotas, as ações de combate à Covid-19 ficaram sob responsabilidade da gestão municipal, liderada pela então prefeita Paula Schild Mascarenhas, que estruturou um comitê de crise com a participação de diferentes secretarias e entidades locais. Entre as entidades locais, destacou-se o papel da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que,

diante do retorno de seus alunos provenientes de diferentes regiões do país e compreendendo a magnitude da crise sanitária, optou por interromper suas atividades antes mesmo do registro do primeiro caso confirmado no município. Também partiu da UFPel a criação de um comitê interno destinado à tomada de decisões institucionais e ao apoio técnico-científico à gestão municipal. A previsão do número de leitos necessários para Pelotas, o monitoramento de casos e óbitos, o cálculo de índices de transmissibilidade, além da elaboração de notas técnicas orientando sobre a necessidade de medidas de distanciamento e sobre cuidados individuais e coletivos, figuraram entre as principais ações desse comitê. A gestão municipal, por sua vez, munida das melhores evidências científicas disponíveis em um contexto pandêmico, teve de lidar com pressões de setores comerciais e industriais, frequentemente baseadas em uma falsa dicotomia entre saúde e economia. Organizou um hospital de campanha, buscou a ampliação de leitos, tomou decisões relacionadas ao maior ou menor rigor das medidas de distanciamento social e procurou articular-se com a esfera estadual. Ainda no âmbito local, mas com repercussão nacional, destaca-se que a UFPel foi responsável pela condução do primeiro e maior estudo sobre a transmissão do SARS-CoV-2 no Brasil, o *Epicovid-19*, desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde. Essa iniciativa, além de identificar os primeiros locais com maior ocorrência de contágio da Covid-19 e de mapear os principais caminhos de disseminação do vírus ao longo

do tempo – tanto entre regiões do país quanto dentro de cada uma delas –, também apontou grupos populacionais com maior vulnerabilidade e exposição à pandemia, evidenciando a atuação de uma gestão federal marcada pelo negacionismo e pelo descompromisso com a população brasileira. Desde o início da crise sanitária, já se observavam sinais de posturas negacionistas por parte do governo federal, ainda que, num primeiro momento, tais atitudes aparecessem de forma mais velada em razão de iniciativas como a criação de um comitê de crise liderado pelo Ministério da Saúde e pelo financiamento inicial do estudo *Epicovid-19*. Posteriormente, esse negacionismo tornou-se explícito quando houve censura à divulgação dos resultados do *Epicovid-19*, que identificavam a população indígena da região Norte como o grupo mais afetado pela infecção pelo SARS-CoV-2. Ele também se evidenciou na omissão diante da possibilidade de compra antecipada de vacinas, nas constantes trocas e na falta de apoio aos ministros da Saúde que conduziram as primeiras etapas do enfrentamento da pandemia, bem como na sugestão de uso de medicamentos sem comprovação científica, na desarticulação das medidas sanitárias e em declarações públicas que minimizaram a gravidade da doença, a eficácia das vacinas e o sofrimento da população. Apesar desses registros, cabe destacar também aspectos positivos relacionados à atuação da sociedade civil e, sobretudo, das instituições públicas. Diante do desgoverno federal, houve mobilização social para monitorar a evolução da pandemia e fornecer

informações mais qualificadas à população e aos gestores locais. Sociedades científicas e a grande mídia ocuparam um espaço deliberadamente deixado vazio pelo governo federal, contribuindo para orientar o debate público em um momento de extrema incerteza. As universidades assumiram papel de protagonismo ao produzir conhecimento para o enfrentamento direto da pandemia e ao expandir suas ações para todas as áreas afetadas pela crise sanitária de escala global. Por fim, o Sistema Único de Saúde (SUS) demonstrou toda a sua força. Mesmo após um longo processo de sucateamento decorrente do subfinanciamento histórico e de políticas neoliberais, o sistema resistiu, inclusive ao desgoverno que conduziu a resposta nacional à Covid-19. Graças à sua capilarização, ao controle social e à resiliência de seus trabalhadores e trabalhadoras, o SUS evitou centenas de milhares de mortes, contribuiu para o tratamento e a reabilitação de centenas de milhares de pessoas e, ainda hoje, segue atuando nas consequências da pandemia, como o enfrentamento da Covid longa e de problemas de saúde mental agravados durante e pelo período pandêmico.

Inácio Crochemore-Silva

Bruno Pereira Nunes

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Referências:

HALLAL, Pedro Rodrigues Curi; NUNES, Bruno Pereira. La pandemia de COVID-19 en Brasil: epidemiología e impactos del negacionismo. *Revista de Estudios Brasileños*, v. 9, n. 19, p. 15-30, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14201/reb20229191530>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SANTOS, Thiago Mello *et. al.* Need for hospital beds for Covid-19 estimated by the epidemiological model SEIR adapted for the city of Pelotas. *Ciência e Natura*, v. 43, p. e11, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179460X66940>. Acesso em: 15 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL). *Grupo de dispersão de poluentes e energia nuclear da UFPEL: COVID-19*. Pelotas: UFPEL, [s.d.]. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/fentransporte/covid-19-pelotas/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CPERS/Sindicato – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

O Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) tem sua origem na década de 1940, quando, em 21 de abril de 1945, na cidade de Porto Alegre, um grupo de professores(as) se reuniu na sede da Sociedade Espanhola para discutir a criação de uma entidade representativa da categoria dos(as) professores(as) primários da rede pública estadual. Nesse contexto, foi criado o Centro dos Professores Primários Estaduais (CPPE), constituído como associação civil e embrião do que viria a se transformar em um dos maiores sindicatos da América Latina. Em 1966, em razão do processo de municipalização da educação, a entidade passou a reunir não apenas professores(as) da rede estadual, mas também docentes municipais, o que motivou a alteração de seu nome para Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul. Já em 1973, com a reforma do ensino de 1971 e a consequente revisão de seu estatuto, ocorreu nova mudança de denominação

para Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), passando a congregar também professores(as) estaduais atuantes no então ensino de segundo grau. Desde sua fundação, o CPERS destacou-se pela defesa dos direitos e pela valorização profissional do magistério, diferenciando-se de outras associações da época, predominantemente voltadas ao assistencialismo. No final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, após um histórico de crescentes perdas salariais e diante de um significativo aumento no número de matrículas, as manifestações do CPERS ganharam ampla visibilidade. Em 1979, o magistério gaúcho tornou-se uma das primeiras categorias de trabalhadores do Rio Grande do Sul a deflagrar uma greve, que se estendeu por 13 dias. Esse episódio marcou o início de um ciclo de mobilizações e paralisações que redefiniram o sindicalismo docente no estado, consolidando-o como uma força política relevante. Rompia-se, assim, com a concepção tradicional da docência associada ao sacerdócio, para assumir um posicionamento crítico e reivindicatório, pautado tanto por demandas salariais quanto pela defesa de uma educação pública de qualidade. Naquele momento, a entidade passou a utilizar a sineta em suas manifestações de rua – objeto que se tornou símbolo do magistério gaúcho, estampado na bandeira da entidade e que deu nome ao periódico mensal do sindicato. Dessa forma, as práticas de atuação do CPERS se aproximavam do chamado “novo sindicalismo”, fazendo da entidade um sindicato de fato, embora ainda não juridicamente constituído, uma vez que,

até 1988, o funcionalismo público era legalmente impedido de se organizar em sindicatos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, essa proibição foi revogada e, em 1989, o CPERS passou a ser oficialmente reconhecido como sindicato, alterando sua denominação para CPERS/Sindicato. Em 1991, o CPERS passou a congregar também os funcionários de escola. Sua sede geral está localizada em Porto Alegre/RS e a entidade organiza-se em 42 núcleos regionais, vinculados à administração central. O 24º Núcleo do CPERS/Sindicato empossou sua primeira diretoria em 31 de outubro de 1980, na sede da Associação Sul-Rio-Grandense de Professores (ASRGP), em Pelotas, constituindo sede própria somente em 1983. A primeira diretoria era composta por Sônia Fontoura Cardoso, como Diretora; Maria Lúcia de Souza Voltan, 1.ª Secretária; Pedro Moacir Vaz da Silva, 2.º Secretário; Ana Helena Beckenkamp, 1.ª Tesoureira; e Marilena Tourinho Salamoni, 2.ª Tesoureira. O 24º Núcleo, que atualmente abrange os municípios de Pelotas, Arroio Grande, Canguçu, Herval, Piratini, São Lourenço do Sul, Jaguarão, Pedro Osório, Capão do Leão, Morro Redondo, Cerrito, Turucu e Pedras Altas, teve sua origem vinculada à mobilização docente de 1979 e mantém-se como um dos maiores núcleos estaduais em atividade na defesa da categoria. Com seus 42 núcleos regionais, o CPERS/Sindicato consolidou-se como uma das maiores entidades sindicais da América Latina, contando atualmente com aproximadamente 80 mil filiados.

*Lisiane Sias Manke
Lisiane Beltrão Pereira*

Referências:

CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CPERS). *Atas da Diretoria e Assembleias do CPPE/CPERS – Ata n.º 01 de 21/04/1945*.

FERREIRA, Márcia O.; CORONEL, Márcia C. V. K. Identidades professorais em movimento no contexto do sindicalismo docente: a criação do 24º Núcleo do CPERS/Sindicato (Pelotas/Brasil). *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 47, p. 19-38, jan./abr. 2014.

PEREIRA, Lisiane B. *Práticas de resistência e atuação política do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS no período final da Ditadura Civil-Militar (1979 a 1984)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

ÜCKER, Carmen B. L. *A participação feminina no sindicato de trabalhadoras/es em educação: uma análise acerca do 24º Núcleo do CPERS/Sindicato*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Cruz Vermelha. A Cruz Vermelha Filial Pelotas foi uma das principais instituições filantrópicas e assistenciais da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, desempenhando papel fundamental no atendimento à população vulnerável e na promoção de ações humanitárias desde sua fundação. A presença da Cruz Vermelha em Pelotas remonta às primeiras décadas do século XX, período marcado por intensas transformações econômicas e sociais na cidade, então um dos principais centros urbanos do sul do Brasil. A instituição surgiu em resposta à crescente deman-

da por assistência médica e apoio social, especialmente diante de desafios como epidemias, doenças endêmicas e desigualdade social. Localizada na Rua Félix da Cunha, n.º 765, no Centro da cidade, a Cruz Vermelha Filial Pelotas tornou-se amplamente reconhecida por suas práticas assistenciais, sanitárias e educacionais, consolidando-se como referência regional na prestação de serviços humanitários. Durante a Era Vargas (1930–1945), o governo brasileiro implementou políticas voltadas à modernização da assistência social, fortalecendo o papel das entidades filantrópicas no amparo à população mais vulnerável. Nesse contexto, a Cruz Vermelha Filial Pelotas ampliou e intensificou suas ações, consolidando-se como referência regional no auxílio a enfermos, na capacitação de profissionais da saúde e na execução de programas de atendimento a famílias em situação de necessidade. Em âmbito nacional e internacional, a instituição também desempenhou papel relevante durante a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), apoiando esforços humanitários e contribuindo para a formação de enfermeiras que atuaram em diferentes frentes de atendimento, refletindo o alinhamento da Cruz Vermelha brasileira às diretrizes globais da organização. Na década de 1940, a Cruz Vermelha Filial Pelotas expandiu seu escopo de atuação, incorporando iniciativas voltadas à educação especial. Em 1949, sob a liderança de Maria de Lourdes Furtado Magalhães, a instituição cedeu espaço para a criação de uma classe especial destinada ao atendimento de crianças com deficiências físicas

ou intelectuais, conforme a terminologia da época. Esse projeto pioneiro representou um marco na história da educação inclusiva em Pelotas, resultando posteriormente na fundação da Escola Alfredo Dub, a primeira escola especializada para crianças com deficiência no município. As atividades da Cruz Vermelha Filial Pelotas, portanto, abrangeram práticas educacionais, assistência social e cuidados em saúde, consolidando sua importância no desenvolvimento de políticas e ações humanitárias na região. Visitadoras sanitárias percorriam os domicílios para identificar crianças com deficiência e encaminhá-las à instituição. Inicialmente, a classe especial funcionava em uma das salas da sede, oferecendo educação adaptada, assistência médica e apoio social. A metodologia adotada priorizava o uso de materiais concretos e abordagens diferenciadas, buscando superar as barreiras de aprendizagem impostas por limitações sensoriais e cognitivas. A participação da sociedade pelotense foi fundamental para a manutenção do projeto. As chamadas “Damas da Sociedade” organizavam eventos beneficentes para arrecadar recursos e garantir a continuidade das atividades, fortalecendo a relação entre a Cruz Vermelha e a comunidade local. Essa rede de apoio viabilizou a expansão do atendimento e contribuiu para a consolidação da educação especializada na cidade. Com o aumento da demanda por um espaço próprio destinado à educação de crianças com deficiência, a Cruz Vermelha Filial Pelotas desempenhou papel decisivo na articulação para a criação de uma instituição inde-

pendente. O apoio da comunidade e de especialistas, como o foniatra Alfredo Dub, foi essencial para a fundação da Escola Alfredo Dub, em 1949, consolidando a evolução do projeto assistencial em um modelo estruturado de ensino especializado. Nas décadas seguintes, a Cruz Vermelha Filial Pelotas manteve sua atuação nas áreas da saúde e da assistência social, contribuindo para a formação de profissionais e apoiando diversas iniciativas filantrópicas. Em 4 de dezembro de 2015, a Cruz Vermelha reativou sua unidade em Pelotas. Mesmo sem sede própria, retomou seus encontros, que passaram a ocorrer na Sala da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul, no prédio do Batalhão de Policiamento Militar, na Av. Bento Gonçalves, 3207, no Centro. Seu legado permanece vivo na memória da cidade, sobretudo pela contribuição decisiva para a institucionalização da educação especial e pela promoção de políticas assistenciais voltadas às populações em situação de maior vulnerabilidade.

*Fernando Ripe
Rafael Santos da Rosa*

Referência:

RIPE, Fernando; ROSA, Rafael Santos da. Análise histórica da Cruz Vermelha Brasileira na educação especializada na cidade de Pelotas, RS (1940-1949). *Educação Inclusiva*, v. 10, p. 126-146, 2025. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/3764>. Acesso em: 24 mar. 2025.

Cursos Noturnos de Instrução Primária da Bibliotheca Pública Pelotense. O incentivo à instrução primária no século XIX acompanhou o desenvolvimento do capitalismo, configurando-se como es-

tratégia de dominação de classe. Tal política foi articulada pelas elites como instrumento de valorização do trabalho, de combate à vadiagem e de controle da classe trabalhadora. No Brasil, um império constitucionalizado, escravista e sustentado por princípios liberais, não ocorreu de forma distinta. A Constituição de 1824, em seu artigo 179, estabelecia: “XXXII. A Instrução primária é gratuita a todos os Cidadãos”. No entanto, essa garantia não se efetivou. Ao longo do século XIX, a instrução destinada aos setores populares permaneceu reduzida. Um marco importante nesse debate foi a Lei Saraiva, de 1881, que restringiu o voto dos analfabetos. A partir dessa legislação, a instrução passou a ser amplamente valorizada, pois o letramento tornou-se requisito para a participação política, tanto nos interesses das elites quanto entre grupos populares, que buscavam agir dentro das práticas clientelistas vigentes. Contudo, foram sobretudo as políticas emancipacionistas e os interesses de controle sobre a população liberta que tornaram mais contundente a estratégia da criação de cursos noturnos. Nesse processo, destacou-se o Decreto n.º 7.031, de 1878, que instituiu escolas noturnas para livres e libertos na Corte, tornando-se referência fundamental para os debates que impulsionariam sua ampliação no restante do país. Por outro lado, é importante frisar que os setores populares também se apropriaram do letramento como meio para buscar melhores condições de vida, mobilizando ações coletivas muitas vezes organizadas pelas próprias associações operárias para ampliar o

acesso à instrução. Com o fim da escravidão, homens e mulheres negros intensificaram a busca por práticas de letramento, especialmente porque o Estado nacional não desenvolveu políticas de reparação destinadas ao povo negro, como o acesso garantido à educação. Nesse contexto, as sociedades negras desempenharam papel fundamental ao construir estratégias voltadas à qualificação para o trabalho e à alfabetização, com o objetivo de assegurar melhores condições de vida para suas comunidades. Muitas dessas organizações criaram oficinas de trabalho, como carpintarias, e investiram em cursos de alfabetização voltados ao público negro. Ainda assim, tanto no Império quanto na Primeira República, mesmo diante desse intenso protagonismo, a comunidade negra enfrentou um longo processo de exclusão das atividades educativas, praticado pelo Estado e pelas elites políticas e administrativas. Segundo Eliane Peres (2002), a 1ª Escola Noturna do país teria sido fundada em São Bento, no Maranhão, no ano de 1860. Em 1876, pouco mais de uma década depois, já existiam 117 escolas noturnas distribuídas pelo território brasileiro. A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entretanto, por muito tempo proibiu libertos de frequentarem instituições escolares na região. Os regulamentos provinciais de 1837, 1857 e 1876 tinham como objetivo restringir a matrícula de pessoas escravizadas e também de negras e negros livres ou libertos. Em Pelotas, essa exclusão prolongou-se até o início do século XX. Há registros de negativas de matrícula em escolas da cidade até

1910, conforme aponta a mesma autora. A exclusão da comunidade negra do acesso ao letramento era evidente e assumia contornos particularmente perversos na legislação. A Lei Provincial n.º 14, de 1837, que regulamentava o ensino primário na província, combinava princípios de higienização social com práticas racistas ao estabelecer, em seu artigo 3º, a proibição da frequência nas escolas públicas para “todas as pessoas que padecerem moléstias contagiosas” e também para “os escravos e pretos, ainda que sejam livres ou libertos”. Esse processo de valorização da instrução também integrou o projeto das elites na nova conjuntura política republicana, que reforçava a ideia de uma moralidade vinculada ao trabalho como fundamento do progresso. A falta de instrução passou a ser associada ao ócio, à vadiagem e, consequentemente, ao crime. Tais caracterizações foram racializadas por meio de um discurso supostamente cientificado, marcado pelo legado da escravidão, que condenava a comunidade negra, associando-a a práticas sociais consideradas perigosas. Essa mesma comunidade, como assinala Fernanda Oliveira (2017), mobilizou diferentes formas de resistência para confrontar esse discurso que a relegava a uma suposta incapacidade intelectual e moral para a vida em sociedade livre, fortalecendo uma perspectiva de identidade negra positiva e protagonista na luta por cidadania. Os cursos de instrução primária na Bibliotheca Pública Pelotense, conforme aponta Eliane Peres (2002), tiveram início em 1877, embora o projeto tenha começado a ser elaborado em 1875. No

primeiro ano, foram registradas 77 matrículas, sendo 44 homens adultos e 33 meninos, dos quais 42 eram brasileiros e 35 estrangeiros. Todos pertenciam aos setores da classe trabalhadora, entre os quais carpinteiros, marceneiros, alfaiates, criados, ferreiros e chapeleiros. Ainda que não houvesse determinações que proibissem a presença de mulheres nos cursos noturnos, na prática o atendimento foi destinado exclusivamente ao público masculino. Frequentar o curso à noite representava uma inconveniência imposta às mulheres, além de lhes serem atribuídos outros perfis de protagonismo social. Aos homens era direcionada a formação para o perfil de trabalhador minimamente instruído e disciplinado para a vida pública e para o trabalho. Foi somente a partir de 1915 que as mulheres passaram a frequentar cursos de letramento na Bibliotheca Pública Pelotense, mas exclusivamente no turno diurno. Outro fator importante foi a tutela patronal, responsável por encaminhar seus trabalhadores às aulas, evidenciando o foco na imposição do controle pela disciplina moral do trabalho e da instrução. Os professores eram intelectuais da cidade, muitos deles envolvidos com o abolicionismo e com o movimento republicano. Entre esses docentes, destacou-se Francisco Paula Pires, que lecionou durante quatorze anos nos cursos da Bibliotheca. Os cursos tinham proibida a participação de pessoas escravizadas, mas era permitida e, em alguns casos, incentivada a frequência de libertos por parte de abolicionistas e republicanos. Nesse sentido, sobressaem as agências e os protagonismos da comunidade ne-

gra de Pelotas, evidenciados nas trajetórias dos irmãos Rodolpho Xavier e Antonio Baobad, e de Juvenal e Durval Penny, fundadores e mantenedores do jornal da imprensa negra da cidade, *A Alvorada*, que se alfabetizaram nos cursos noturnos da Bibliotheca Pública Pelotense. Em Pelotas, a comunidade negra maneja o acesso à educação como uma pauta de luta por cidadania, tornando-a uma questão política recorrente nas organizações sociais de sua militância. É emblemática a continuidade dessas reivindicações na década de 1930, por meio do jornal *A Alvorada*, dos clubes sociais negros e da Frente Negra Pelotense, que intensificaram a estratégia educativa com a Campanha Pró-Educação. Segundo Silva (2017, p. 188), a campanha tinha como lema o “reerguimento moral e intelectual da raça negra por meio da instrução e da cultura”. Campanhas semelhantes, conforme a mesma autora, também ocorriam no Uruguai, articulando associações negras brasileiras e uruguaias na fronteira (Silva, 2017). De acordo com Peres (2002), os cursos noturnos da Bibliotheca Pública Pelotense chegaram a registrar 248 matriculados em 1908 e 234, em 1906. Na década de 1910, houve um pequeno decréscimo nas matrículas, provavelmente em função das reformas do prédio e da construção do segundo andar. Na década de 1920, o número de matricula-

dos voltou a crescer, possivelmente impulsionado por campanhas de letramento relacionadas ao combate ao analfabetismo, especialmente no contexto das celebrações do centenário da independência, que também levaram à criação de cursos noturnos em cidades próximas do interior, como Jaguarão (Al-Alam; Sabino, 2018). Os cursos noturnos da Bibliotheca Pública Pelotense perduraram até o início da década de 1940, marcando a história da cidade tanto pelos projetos das elites quanto pelas iniciativas da classe trabalhadora. Nesse contexto, a comunidade negra se destacou ao utilizar a instrução como ferramenta para a conquista de melhores condições de vida para suas famílias.

Caiuá Cardoso Al-Alam

Referências:

AL-ALAM, Caiuá Cardoso; SABINO, Vinicius. O Colégio Noturno 20 de Setembro: a comunidade negra em agência por projetos de educação. In: ENCONTRO INTERNACIONAL FRONTEIRAS E IDENTIDADES, 2018, Pelotas. *Anais [...]*. Pelotas: UFPel, 2018. p. 1-10.

PERES, Eliane Teresinha. *Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução Primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925)*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002. SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)*. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

Ee



Enchente de 1941 e impactos na área do Porto. Fonte: Acervo fotográfico da Universidade Católica de Pelotas.

Economia. Pelotas já foi considerada um dos principais centros econômicos do estado, estando hoje em uma posição secundária em relação a municípios e regiões mais dinâmicas, que apresentam indicadores de Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita muito superiores. A atual estrutura econômica de Pelotas é fruto de uma longa evolução socioeconômica ocorrida ao longo do século XX, a qual pode ser dividida em três fases. Nas primeiras décadas do século XX, Pelotas possuía uma economia diversificada, herdada do relativo declínio da atividade saladeril. Todavia, em 1932, os principais produtos exportados pelo estado, em volume, ainda

eram o arroz e o charque. O município contava com uma agropecuária sólida, baseada na criação bovina e na produção arrozeira. Na zona colonial, destacava-se uma produção diversificada, com destaque para a fruticultura. Na zona urbana, observava-se uma economia industrial com alguma diversificação, voltada à produção de bens de consumo não duráveis, como alimentos, bebidas e curtumes. Algumas grandes indústrias estavam presentes na cidade, como as cervejarias Ritter e Haertel, frigoríficos (Anglo), engenhos de beneficiamento de arroz e a Companhia Fiação e Tecidos. Muitas dessas indústrias, localizadas especialmen-

te no entorno do porto, atendiam ao mercado consumidor do sul do estado, incluindo a região da Campanha. Após a Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir da década de 1960, essa estrutura foi impactada por mudanças na divisão regional do trabalho no Brasil, bem como pelo crescimento populacional e econômico da capital e da “metade norte” do estado. Os produtos de empresas de maior capital situadas em Porto Alegre, em seu entorno, e em São Paulo começaram a concorrer no mercado local, afetando as indústrias de Pelotas. Como consequência, muitas empresas locais retraíram suas atividades, ocorrendo um processo de simplificação da estrutura econômica do município. Permaneceram alguns setores específicos, como indústrias arrozeiras, conservas, frigoríficos e curtumes, concentrados em empresas de maior capital. A indústria conserveira empregava um grande número de safristas, em sua maioria mulheres, chegando a empregar cerca de 15 mil pessoas no auge da safra (Grando, 1990). Algumas dessas empresas mantiveram forte presença no mercado nacional até o final da década de 1980, como as “três grandes” do setor conserveiro – Agapê, Cicasul e Vega –, quando uma nova crise e reestruturação econômica afetaram a indústria. Em 1989, a composição do setor industrial de Pelotas, em termos de Valor Adicionado Fiscal, era a seguinte: produtos alimentares, 76,66%; couros, peles e similares, 7,05%; outros, 16,29%. Ou seja, tratava-se de uma indústria concentrada em poucos setores, considerados de baixa intensidade tecnológica (Alonso *et al.*,

1994). A partir da década de 1990, em um contexto de desindustrialização, a economia de Pelotas passou a apresentar uma predominância do setor terciário, com expressiva presença do comércio e dos serviços. No setor comercial, observou-se a entrada de grandes redes nacionais e a diminuição da participação de empresas locais, processo que já havia se iniciado no período anterior. Em 1999, o município possuía o quinto Produto Interno Bruto (PIB) municipal do estado. A distribuição do Valor Adicionado Bruto (VAB) era a seguinte: agropecuária, 2,79%; indústria, 22,05%; e comércio e serviços, 75,15%. A partir desse período, o município começou a perder posições no ranking do PIB estadual, chegando ao décimo lugar, embora permanecesse como o terceiro em população. Algumas análises associaram a “crise” da economia pelotense ao declínio geral da chamada “Metade Sul” do Rio Grande do Sul, região marcada pela predominância da grande propriedade rural, da pecuária bovina e da lavoura de arroz, atividades menos dinâmicas que a lavoura de soja e a indústria agroalimentar e metal-mecânica predominantes na “Metade Norte”. A atual estrutura econômica de Pelotas caracteriza-se pela predominância das atividades comerciais e de serviços, sendo a cidade ainda o centro regional, e por um setor industrial mais concentrado na indústria de beneficiamento de arroz e na construção civil. Na zona rural, nota-se uma clara divisão entre o setor da planície costeira, onde predominam as lavouras de arroz, soja (de recente expansão) e a pecuária bovina de corte, e o setor da Serra do

Sudeste (Colônia), com produção de pêssego e outras frutas, tabaco (fumo), ovos e pecuária leiteira. Na costa da Laguna dos Patos (Colônia Z-3), a pesca artesanal e familiar constitui uma importante atividade. O agronegócio, enquanto cadeia produtiva, congrega diversas atividades de serviços, como armazenamento, logística, tecnologias e consultorias, baseadas em Pelotas e com alcance regional. É importante considerar a presença de novos setores, como as indústrias ligadas à produção de equipamentos para a saúde, atividades de inovação tecnológica, bem como estabelecimentos comerciais e de serviços voltados para nichos consumidores específicos. O setor da construção civil também tem apresentado inovações no processo produtivo e nos produtos lançados, repercutindo na economia local. Na zona colonial, estão sendo introduzidas novas culturas, como uva, frutas de clima temperado e oliveiras, e desenvolvendo-se atividades vinculadas ao turismo rural. Os movimentos recentes apontam para uma economia mais diversificada e menos concentrada em setores ou empresas. Os resultados do Produto Interno Bruto municipal indicam uma tendência positiva, situando Pelotas em oitavo lugar no estado. O Valor Adicionado Bruto (VAB) do município apresenta a seguinte distribuição: agropecuária, 4,54%; indústria, 13,81%; e serviços, 81,75% (IBGE, 2023). Nos últimos 25 anos, tem ocorrido um declínio relativo da indústria na economia pelotense, enquanto a cidade, como centro regional, tem se destacado cada vez mais no setor de serviços. Espera-se uma tendência de desenvol-

vimento econômico mais horizontal, capaz de reduzir as desigualdades socioeconômicas presentes no município.

Paulo Roberto Rodrigues Soares

Referências:

ALONSO, José Antônio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira; BENETTI, Maria Domingues. *Crescimento econômico da região sul do RS: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994.

GRANDO, Marinês Zandavalli. *Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1990. (Teses, n. 14).

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. “Décadence avec élégance”: uma crítica ao discurso da Metade Sul do Rio Grande do Sul. *Revista Ágora*, Santa Cruz do Sul, UNISC, v. 2, n. 1, p. 67-85, 1996.

Educação. Educação é um conceito amplo, que engloba a formação humana ao longo da vida em diferentes instâncias, como família, escola, igreja, comunidade e centros de convivência, entre outros. A escolarização configura-se, então, como um dos aspectos dessa formação. Desde o século XIX e ao longo da primeira metade do século XX, a cidade de Pelotas foi marcada pelo crescimento das redes pública e privada de ensino. Na segunda metade do século XX, especialmente a partir dos anos 1960, Pelotas experimentou um vigoroso crescimento da educação escolar, com destaque para o ensino superior. Essa década assinala a criação das duas instituições de ensino superior que permanecem entre as mais importantes da cidade: a Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e a Universidade Federal de

Pelotas (UFPel). Comunitária e sem fins lucrativos, a UCPel foi criada em 7 de outubro de 1960, e sua idealização é atribuída ao então bispo da Arquidiocese de Pelotas, Dom Antônio Zattera (1899-1987). Já a origem da UFPel está ligada à Universidade Rural do Sul (URS), instalada em 1960, que surgiu a partir da então Escola de Agronomia Eliseu Maciel, criada em 1934. Em 1967, o Decreto n.º 60.731 federalizou a Universidade Rural do Sul, passando a denominar-se Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS). No entanto, foi com o Decreto-Lei n.º 750, de 8 de agosto de 1969, que a instituição foi efetivamente transformada na atual Universidade Federal de Pelotas (UFPel), composta por várias faculdades já existentes. No que se refere à escolarização infantil, destaca-se a inauguração da Escolinha Municipal de Arte, atualmente denominada Escola Municipal de Arte e Infância Ruth Blank, no ano de 1963, passando a atender crianças da pré-escola a partir de 1999. Nesse mesmo ano, a instituição foi designada Escola Municipal Professora Ruth Blank, sendo, em 2001, transformada em Escola Municipal de Educação Infantil Professora Ruth Blank. Contudo, a primeira turma de jardim de infância da rede pública municipal de que se tem registro, segundo Venzke (2006), foi instalada nos anos 50. A classe foi implantada no Grupo Escolar Luciana de Araújo – atualmente Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Luciana de Araújo – em 1953. Mas foi no final da década de 70 que o atendimento dispensado às crianças de até seis anos de idade em instituições específicas ampliou-se na cidade de Pelo-

tas (Venzke, 2006). Em 1979, foi criada a primeira creche vinculada à rede municipal – Creche Municipal Cruzeiro do Sul, atual Escola Municipal de Educação Infantil José Lins do Rego. Outras creches municipais foram sendo instaladas, totalizando dezessete instituições em 1991 (Hirai, 2000). Em relação à escola primária e secundária – assim ainda denominadas até a Lei 5.692/1971, que mudou a nomenclatura para Ensino de 1º grau e Ensino de 2º grau, posteriormente alterada novamente, pela Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394, promulgada em 1996, para Educação Básica, dividida em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio –, Pelotas também sempre foi destaque, em especial na Região Sul do Rio Grande do Sul. Em relação ao ensino ginasial – até 1971, o Ginásio tinha quatro anos de escolaridade e só era acessível mediante o chamado Exame de Admissão, após a conclusão do ensino primário, que era de cinco anos – e ao ensino secundário, também chamado de Colegial – que era dividido em Clássico e Científico, o primeiro com ênfase nas Ciências Humanas e Letras, o segundo nas Ciências Exatas e Naturais –, havia, em Pelotas, em 1967, o seguinte número de matrículas iniciais: ensino ginasial (Ginásio): 7.052 alunos; ensino colegial (Clássico e Científico): 1.675 matriculados. O ensino normal, voltado à formação de professores em nível secundário, estava assim dividido: Normal Ginásial, que, no referido ano, contava com 113 matriculados, e Normal Colegial, com 939 estudantes matriculados (Rio Grande do Sul, 1970). Entre as décadas de 1960 e 1980, o curso Normal ocupou um lugar

de destaque na formação de docentes na cidade de Pelotas. A partir da Lei n. 5.692/1971, ele foi alterado, recebendo a denominação de Curso de Habilitação para o Magistério. Nesse período, Pelotas contava com dois cursos dessa modalidade: o do Colégio São José, escola católica, e o do Instituto de Educação Assis Brasil (denominado assim pelo Decreto n. 13.420, de 17 de abril de 1962) (Teixeira, 2018; Louzada, 2018). Somente em 1994 o centenário Colégio Pelotense, fundado pela maçonaria em 1902 e incorporado à rede municipal na década de 1920, criaria seu curso Normal. Ainda na segunda metade do século XX, dois dos mais tradicionais ginásios de Pelotas – o Colégio Gonzaga, dos irmãos lassalistas, e o Colégio Pelotense, de caráter público – continuaram a desempenhar papel de destaque no ensino secundário da cidade. Pelo menos três acontecimentos nos anos 1960 podem ser destacados: a criação, em 1964, pelos lassalistas responsáveis pelo Colégio Gonzaga, de outra escola em um bairro da cidade, a Escola e Assistência Social Hipólito Leite; a inauguração, em 1961, do novo prédio do Colégio Pelotense (Amaral, 2003); e, em 1962, a inauguração do novo prédio do Colégio Gonzaga. Ainda considerando a segunda metade do século XX, os avanços – bem como os maiores desafios – da educação pelotense relacionavam-se sobretudo ao ensino primário. Em nível estadual, as políticas adotadas pelo então governador Leonel Brizola (1959-1962) impactaram a vida escolar do Rio Grande do Sul, uma vez que tinham como meta escolarizar toda a população entre 7 e 14 anos e acabar com o analfabetismo

no estado. Segundo Quadros (2001, p. 4), nos quatro anos do governo Brizola, foram construídos “1.045 prédios escolares, com 3.360 salas de aula e capacidade para 235.200 alunos; foram iniciados 113 prédios, com 483 salas e capacidade para 33.810 alunos; e planejados 258 prédios, com 866 salas de aula e capacidade para 60.620 alunos”. A interiorização do ensino, especialmente com a construção de novas escolas e salas de aula, as chamadas brizoletas, foi uma marca da educação gaúcha. O princípio do governo brizolista, “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”, reverberou também em Pelotas. Ao entrar na segunda metade da década de 1960, os dados referentes ao total de unidades escolares do ensino primário em Pelotas eram os seguintes: 226 escolas, sendo 39 estaduais, 153 municipais e 54 particulares; 666 salas de aula, das quais 147 rurais (Rio Grande do Sul, 1968). Pelotas teria, entretanto, muitos desafios a serem enfrentados na escolarização de sua população ao longo da segunda metade do século XX, chegando até os dias atuais: o analfabetismo, que atingia e ainda atinge parte da população; a ampliação de vagas da Educação Infantil ao Ensino Superior; a democratização das formas de acesso, manutenção e conclusão das diferentes etapas de ensino; entre outros. Além disso, o desafio era e continua sendo garantir o acesso irrestrito de toda a população a todas as formas de expressões artísticas e culturais. Afinal, educação não é apenas escolarização, embora esta seja uma parte importante daquela.

*Eliane Peres
Caroline Braga Michel*

Referências:

AMARAL, Giana L. *Gatos pelados x galinhas gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas: décadas de 1930 a 1960*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

HIRAI, Wanda Griep. *Gênese e trajetória da política pública de educação infantil do município de Pelotas – RS*. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2000.

LOUZADA, Maria Cristina dos Santos. *Memórias e trajetórias de egressas das escolas normais Assis Brasil e São José em Pelotas/RS, no período do governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

QUADROS, Claudemir de. Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na Educação Pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). *Teias*, ano 2, n. 3, p. 1-12, jan./jun., 2001.

RIO GRANDE DO SUL. *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria da Economia, v. 1, p. 1-436, 1968. Disponível em: <http://archive.org/details/anuario1968rs/page/n437/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 15 jul. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento, v. 3, p. 1-860, 1970. Disponível em: <http://archive.org/details/anuario1970rs/page/n1/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 18 jul. 2021.

TEIXEIRA, Tânia Nair. *Memórias das práticas escolares de educação física no curso de magistério do Instituto de Educação Assis Brasil (Pelotas/RS, década de 1970)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. *Sobre*. Disponível em: <https://ucpel.edu.br/sobre>. Acesso em: 14 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *45 anos da UFPel*: resenha. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/45anos/resema/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

VENZKE, Lourdes Helena D. Educação Infantil: espaços, tempos, desafios. *História da Educação*, Pelotas, n. 20, p. 153-169, set. 2006.

Emancipações. Pelotas, assim como diversas localidades do país, passou por um processo de fragmentação territorial que deu origem a quatro novos municípios nas décadas de 1980 e 1990. Capão do Leão teve uma primeira tentativa de emancipação em 1963, a qual foi anulada judicialmente por ação interposta pela Prefeitura Municipal de Pelotas. Em 1982, sob o argumento de que os recursos gerados na localidade não retornavam ao então 4º distrito pelotense, a campanha pela emancipação retornou, enfrentando importante contestação interna por parte dos moradores do bairro Jardim América. Em 28 de março de 1982, 3.042 eleitores, de um total de 4.875 aptos a votar no plebiscito, compareceram às urnas, optando pela emancipação: 1.751 confirmaram o desejo de autonomia, em oposição a 1.259 que votaram contrariamente. O município de Capão do Leão tornou-se oficialmente emancipado de Pelotas em 3 de maio de 1982, por meio da Lei n.º 7.647, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado e assinada pelo Governador José Augusto Amaral de Souza, ocupando uma área de 783,2 km². Em termos populacionais, o município de

Capão do Leão apresentou 18.888 residentes no censo de 1991, 23.714 em 2000, 24.298 em 2010 e 26.487 em 2022. A origem do nome remonta ao início dos anos 1800 e é transmitida pela oralidade local, a partir de narrativas diversas: uma relata o abandono de um leão por parte de um circo instalado na localidade; outra descreve o desaparecimento de um morador que somente foi encontrado pelos familiares com a ajuda de seu cão, chamado Leão; há a versão de que tropeiros que transitavam pelo local paravam em um comércio, em um capão de mato, cujo dono era conhecido por Leão; há também a ideia de que, na região, viviam leões-baios, o que poderia ter contribuído para a designação do local. Morro Redondo foi a segunda localidade a emancipar-se de Pelotas, em 1988, ocupando uma área de 244,64 km². Em 2000, contava com 5.999 residentes, número que aumentou para 6.046, segundo o Censo de 2022. O nome da cidade é atribuído à topografia local e a existência de um morro de características arredondadas na área urbana do município. Sua economia está baseada no agronegócio e no beneficiamento da produção de pêsego, uva, laranja e figo, tendo buscado a diversificação econômica por meio do incentivo a atividades turísticas nos últimos anos. Do ponto de vista da ocupação, esta deu-se a partir do intenso uso de uma estrada local que era o único meio de comunicação entre Pelotas e Canguçu. Por volta de 1865, estabeleceram-se os primeiros moradores, portugueses açorianos. Entre 1870 e 1875, assentaram-se na localidade imigrantes italianos. Vindos de São Lourenço

do Sul, alemães ocuparam parte das terras na penúltima década do século XIX. Um outro grupo importante de residentes é o de negros, descendentes de escravizados. O processo emancipatório, ocorrido na segunda metade dos anos 1980, culminou com o plebiscito de 10 de abril de 1988, quando 2.501 eleitores, de um total de 3.752 aptos a votar, optaram pela criação da cidade, sendo que 1.738 marcaram “sim” na cédula e 729 manifestaram-se pelo “não”. Em 12 de maio do mesmo ano, por meio da Lei n.º 8.633, o governador Pedro Simon criou o município de Morro Redondo. A primeira eleição municipal para os poderes Legislativo e Executivo deu-se em 15 de novembro de 1988, sendo os eleitos empossados em 1º de janeiro de 1989. Já Turucu tem origem na localidade de Vila Lange, às margens da BR-116, entre Pelotas e São Lourenço do Sul. O nome original da localidade é uma alusão a Arthur Lange, proprietário do curtume que levava seu nome e que proporcionou condições para um rudimentar processo de urbanização às margens do Rio Turucu, origem da designação atual da cidade. O município foi criado por meio da Lei Estadual n.º 10.649, de 28 de dezembro de 1995, e foi instalado oficialmente em 1º de janeiro de 1997. Tem como força econômica a produção agrícola, destacando-se o cultivo da pimenta calabresa e do morango, o que lhe confere o título de “Capital Nacional da Pimenta Vermelha”. O Censo de 2010 registrou 3.522 residentes no município, dos quais 1.557 na zona urbana e 1.965 na área rural. Em 2022, o Censo apontava 1.732 moradores do sexo masculino

e 1.687 do sexo feminino, num total de 3.419 habitantes. No primeiro censo realizado no município, em 2000, a população total era de 3.708 residentes, indicando uma gradual diminuição do contingente populacional. A área do município é de 253,6 km². Arroio do Padre foi o último município a emancipar-se de Pelotas. As motivações apresentadas pelos apoiadores da criação da nova cidade estavam vinculadas à falta de atenção da Prefeitura de Pelotas às necessidades locais e à possibilidade de desenvolvimento econômico e social da localidade, quando transformada em município. O nome remonta a uma história contada pela oralidade dos residentes sobre um padre da região que teria sofrido um acidente no rio local durante fortes chuvas. Por ter se salvo, os moradores começaram a chamar o rio de “o Arroio do Padre”. A colonização deu-se por volta de 1850, com colonos trazidos da Pomerânia para a região. Em 1868, Auguste Gerber e Guilherme Bauer fundaram a Colônia Arroio do Padre, vinculada inicialmente ao município de São Lourenço do Sul. Em 1890, a região foi incorporada ao município de Pelotas, integrando o distrito de Santa Silvana. A região destaca-se pela produção de fumo, maçã e pêssego e, em 24 de março de 1996, realizou o plebiscito optando pela emancipação. Na ocasião, 1.908 eleitores estavam aptos a votar. Desses, 755 optaram pela emancipação, 656 disseram não e 497 votaram em branco, nulo ou se abstiveram. O próximo passo foi a apreciação da Assembleia Legislativa e a sanção do Governador do Estado, Antônio Britto, da Lei 10.738, de 16 de abril de

1996, criando o município. Contudo, pelos prazos eleitorais, a cidade ficou sem administração até janeiro de 2001, uma vez que somente em outubro de 2000 os moradores puderam eleger seu representante no Executivo Municipal e os vereadores. Nos Censos do IBGE de 2000, 2010 e 2022, sua população era de 2.563, 2.730 e 2.599 residentes, respectivamente, em um território de 124,693 km². Em 1980, somando-se a área de Pelotas à dos quatro municípios que se emanciparam, o território da cidade era de 3.014,95 km². Dessa forma, da área total de Pelotas no início da década de 1980, o conjunto de emancipações subtraiu 1.406,17 km², o que representa 46,64% de seu território. Em termos populacionais, a cidade de Pelotas poderia ter, pelo Censo de 2022, 38.531 residentes a mais, não fossem as emancipações.

Paulo Koschier

Referências:

- ADAM, Maristela Voss. *A história do Grupo de OASE de Morro Redondo (1948-1998)*. 2000. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2000.
- BOTEFUR, Jordana Fischer. *A história de Morro Redondo: contribuições para a história local*. 2021. Monografia (Curso de Bacharelado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/acer-vo-monografias/>. Acesso em: 04 fev. 2025.
- FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. *Municípios*. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades e Estados do Brasil*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em: 04 fev. 2025.

LETNNIN, Tatiane. *O processo de emancipação da cidade de Arroio do Padre/RS*. 2006. Artigo (Curso de Especialização em História do Brasil) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/especializacao-em-historia-do-br/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

SILVA, Fabiane Souza da. *A emancipação do município de Capão do Leão em 1982*. 1999. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1999.

PÁGINAS INSTITUCIONAIS DOS MUNICÍPIOS E DAS CÂMARAS MUNICIPAIS de Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu.

Enchentes. As enchentes, causadas pela elevação do nível das águas, acontecem de maneira natural devido ao acúmulo de chuva. Essa elevação pode provocar inundações, ou seja, o transbordamento da água para áreas residenciais, por exemplo. Questões como má drenagem, descarte inadequado de resíduos e impermeabilização do solo tornam as inundações cada vez mais frequentes, principalmente nos centros urbanos. A cidade de Pelotas está situada entre diversos cursos de água, como o Canal São Gonçalo, a Lagoa/Laguna dos Patos e os arroios Santa Bárbara, Fragata e Pelotas. A ocupação de zo-

nas próximas a esses cursos remonta às origens das charqueadas durante o século XIX, sendo a primeira instalada às margens do arroio Pelotas em 1780, o que estimulou a instalação de outras charqueadas próximas aos cursos de água e também de imóveis residenciais, geralmente pertencentes a uma população de perfil econômico vulnerável. A topografia plana da cidade, somada à ocupação das margens de arroios, canais e da lagoa, além do descarte inadequado de resíduos sólidos, culminou em diversas inundações oriundas das enchentes, principalmente dos arroios Santa Bárbara e Pelotas, do canal São Gonçalo e da Lagoa dos Patos. A partir de documentos históricos, foram encontradas informações relativas a enchentes e inundações já em 1884. No dia 25 de agosto desse ano, o jornal *A Federação* publicou uma matéria sobre uma enchente que atingia o canal São Gonçalo e os arroios Santa Bárbara e Pelotas, relatando os prejuízos no campo e o sofrimento da população, que corria para salvar seus pertences antes que a água invadissem as casas. Cinco anos depois, em 1889, nos *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras*, o então presidente da Província do Rio Grande do Sul, Joaquim Galdino Pimentel, relatou o uso de uma canhoneira para socorrer as vítimas da inundação do São Gonçalo. Já em 1898, o jornal *Opinião Pública*, na edição de 10 de maio, noticiou uma enchente que vitimou os moradores da Barra, na qual a água chegava a alcançar 70 centímetros de altura dentro das casas, obrigando os moradores a abandonarem suas residências. Durante os séculos XX e XXI,

a quantidade de enchentes aumentou de forma significativa. Segundo o jornal *Diário Popular*, a enchente de 1914 foi impressionante, pois as águas do arroio Santa Bárbara transbordaram, causando diversos contratemplos, como o alagamento de casas e do gasômetro – que fornecia a iluminação da cidade, ainda realizada com querosene –, além do cancelamento de vários eventos, entre eles o jogo de futebol entre o Sport Club Pelotas e o Sport Club União. Entre as enchentes dos séculos XX e XXI, destacam-se as ocorridas nos anos de 1941, 1959, 1964, 1983, 1998, 2004, 2015 e, mais recentemente, a de 2024. Desde 13 de maio de 2024, dia em que foi declarado estado de calamidade pública na cidade, diversas pessoas tiveram que deixar suas casas, as aulas nas escolas e universidades foram canceladas, e o nível do canal São Gonçalo passou a ser monitorado e divulgado diariamente, atingindo o recorde histórico de 3,13 metros no dia 27 de maio de 2024. Moradores de diversas regiões da cidade, como Laranjal, Colônia Z3, Balsa, Porto, Fátima, Navegantes e Doquinhas, foram afetados por essa enchente sem precedentes. Ao longo da pequena seleção de datas organizadas, é possível perceber que houve, quase, uma enchente por década a partir dos anos 1940 do século XX. Essas enchentes ocorrem majoritariamente em áreas onde se concentram populações em vulnerabilidade socioeconômica e, ao terem suas casas invadidas pelas águas, enfrentam prejuízos não só econômicos, como a perda de móveis e eletrodomésticos, mas também relacionados à saúde física, devido ao contato com a

água, que muitas vezes está contaminada, e mental, visto que presenciar uma inundação é um episódio extremamente traumático. Diversas organizações não governamentais e os governos municipal, estadual e federal tentam amenizar os danos das enchentes, atuando no acolhimento, resgate e distribuição de mantimentos para as vítimas; entretanto, há uma carência de políticas para a prevenção de enchentes. Durante as décadas de 1950 e 1980, foram realizadas diversas obras com o objetivo de evitá-las, como a criação da Barragem Santa Bárbara e a construção de diques. Contudo, essas medidas não são suficientes, visto que a região continua a ser afetada por enchentes e, diante das mudanças climáticas em curso, há uma forte tendência para que ocorram chuvas, enchentes e inundações cada vez mais violentas.

Lóren Cantiliano Ximendes

Fontes:

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 25 ago. 1884, p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=Enchente%20Pelotas&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=589>. Acesso em: 23 nov. 2024.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 27 maio 2024. *Casa de bombas e diques*: os sistemas que impedem maiores inundações em Pelotas. Disponível em: https://diariopopular.com.br/geral/_casas_de_bombas_e_diques_os_sistemas_que_impedem_maiores_inundacoes_em_pelotas_.59688. Acesso em: 1 abr. 2025.

OPINIÃO PÚBLICA, Pelotas, 10 maio 1898, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

PELOTAS (RS). Decreto n.º 6.872, de 13 maio 2024. *Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul*, Pelotas, 14 maio 2024. Disponível em: <https://www.diario-municipal.com.br/famurs/materia/0FF-D50DA/4b8302489c4a44e828fad76d61f069c64b8302489c4a44e828fad76d61f069c6>. Acesso em: 27 fev. 2025.

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DAS PROVÍNCIAS BRASILEIRAS (IMPÉRIO – RS). Relatório do ano de 1889, p. 4. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq=Enchente%20Pelotas&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=6345>. Acesso em: 23 nov. 2024.

Referências:

HANSMANN, Henrique Zanotta. *Descrição e caracterização das principais enchentes e alagamentos de Pelotas-RS*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/esa/files/2013/10/TCC-HENRIQUE-HANSMANN1.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

LIMA, Gabriel da Silva. *Desastres hidrometeorológicos: uma análise sobre como a mídia divulga os eventos de enchentes, inundações, enxurradas e alagamentos – o exemplo de Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP)*. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_b2de17f7b25f61494e6ba74e11591a8e. Acesso em: 24 nov. 2024.

Escariola. “Caminhando por Pelotas/ Lembrei de quando eu nasci/ Um quarto da Santa Casa, o palco do Guarani. contei paralelepípedos/ A caminho da escola/ Sonhei ladrilhos hidráulicos/ Paredes de escariola/” (Pe-

lotas, Canção de Kleiton e Kledir). Não é à toa que as escariolas fazem parte da nostálgica e afetuosas canção “Pelotas”, dos músicos pelotenses Kleiton e Kledir, pois muitas ainda estão presentes nas paredes dos principais edifícios que constituem o patrimônio edificado da cidade e no imaginário popular sobre os modos de vida do passado. O termo “escariola” deriva da palavra italiana “*scagliola*”, que pode, entre outras coisas, significar lascas ou farpas de pedra, metais ou madeira. É usado em toda a Península Ibérica como um termo genérico para designar diferentes tipos de técnicas decorativas cujo objetivo é simular o revestimento das paredes com pedras ornamentais. Na Itália, o termo “*scagliola*” é usado para definir uma técnica decorativa específica que utiliza argamassas de materiais como gesso, cal e cola, pigmentadas com cores diferentes para fingir incrustações de pedras (Aguiar, 2002). Em Pelotas, circulam os léxicos “escariola” e “escailola”, com registros de anúncios em jornais da década de 1930 para a variação “escariola” (Sanches; Pala; Alves, 2013). Por estas bandas, esses termos designam uma técnica de ornamentação das paredes feita com argamassa de pasta de cal e pó de mármore, podendo haver variações, sobretudo a partir da primeira metade do século XX, quando a cal começa a ser substituída por cimento branco. A técnica empregada recebe pintura a fresco e permite o brunimento da superfície, que resulta muito lisa e brilhante, tal qual os mármore e granitos polidos. Os afrescos são uma técnica de pintura mural em que a tinta utilizada é composta apenas

por pigmentos misturados com água. A pintura é feita sobre um reboco de cal fresco, ainda úmido, fixando-se na superfície do revestimento durante o processo de cura (Weyer *et al.*, 2015) – nome dado ao processo em que os aglomerantes usados em rebocos, como cal e cimento, sofrem reações químicas que provocam o endurecimento e a secagem do revestimento. A técnica resulta em uma pintura de excelente durabilidade. Para a simulação de diferentes veios e variadas colorações das pedras fingidas, podiam ser utilizados diversos artifícios, como pincéis fabricados com fibras de estopa, esponjas marinhas, penas de ganso e até papel amassado (Alves, 2015). Com significativas variações compositivas, desde as mais simplificadas até as mais complexas combinações de molduras formando painéis, as composições mais expressivas verificadas em Pelotas possuem até quatro faixas horizontais, de diferentes alturas e proporções, compostas por rodapé, faixa de painéis inferiores, o friso (na altura de um corrimão) e a faixa de painéis superiores (Fonseca; Sanches; Salaberry, 2014). A iconografia dessas decorações murais é variada. Encontram-se, com mais frequência, simulacros de mármore coloridos e de brechas portuguesas, além de elementos fitomórficos, florais, orgânicos e geométricos; e, com menos frequência, representações passeriformes e antropomórficas, inspiradas em modelos europeus (Alves, 2015). Durante o auge do ecletismo em Pelotas, as escariolas decoravam as paredes de diversas residências e prédios públicos e privados, como, por exemplo, o Palacete do Conselheiro Francisco Antunes

Maciel (Casarão 8 da Praça Cel. Pedro Osório), o Palacete do Barão de São Luís (Casarão 6 da Praça Cel. Pedro Osório), a sede da Prefeitura Municipal de Pelotas e a Bibliotheca Pública Pelotense. Seguindo uma certa hierarquia, as pinturas eram mais elaboradas conforme a importância do ambiente, encontradas com maior frequência no hall de entrada das casas, onde eram vistas por um maior número de pessoas, seguidas pelos corredores, salas de jantar e de estar, e com menos frequência nas áreas íntimas, cozinhas e banheiros, onde tinham função sanitária (Alves, 2015). O revestimento era bastante frequente no hall das casas com portas que se abrem diretamente para a calçada. Este espaço privado se constituía de duas portas que isolavam um pequeno vestibulo. Uma das portas se abria para o passeio público, enquanto a outra – em alguns casos chamada de paravento – isolava o interior da casa. A porta voltada para a rua poderia permanecer aberta durante o dia, permitindo que essa decoração fosse admirada pelas pessoas que transitassem na calçada (Fonseca, 2016). As mudanças econômicas, sociais e culturais, estimuladas pelo crescimento da indústria e do comércio de novos produtos na primeira metade do século XX, corroboradas pelos ideais modernistas, que preconizavam, entre outras coisas, a “verdade” dos materiais utilizados nas construções, desestimularam o uso das escariolas nas decorações interiores das residências. Aquelas que ainda foram executadas em meados do século XX ficavam relegadas às cozinhas e banheiros, por seu caráter impermeável, e para aqueles que não

podiam investir em revestimentos cerâmicos (Fonseca; Gonçalves, 2016). Parte do patrimônio arquitetônico da cidade, as escariolas caracterizam uma técnica extinta, um saber-fazer realizado por artífices do passado, não totalmente anônimos. Em 1939, “Aldeia & Barrocas, pintores de primeira ordem”, anunciavam, na *Revista da Associação dos Proprietários de Imóveis de Pelotas*, suas habilidades como pintores e decoradores, executando também estuques e escariolas (Sanches; Pala; Alves, 2013). Em 1907, José Moreira dos Santos assinou, atrás da porta do hall, a execução das escariolas do prédio localizado na Rua Dom Pedro II, 810. As escariolas constituem-se em bens integrados ao conjunto edificado remanescente do período eclético da cidade. Não gozam de qualquer proteção específica, de modo que sua preservação nos edifícios menores está à mercê dos gostos e necessidades dos proprietários. Muito comuns no passado, são agora, e cada vez mais, raridades. No entanto, ainda que todos os seus exemplares venham a decair ou desbotar, ainda haverá remanescentes em Pelotas – não na sua forma construída, mas nos versos cantados por Kleiton e Kledir.

*Daniele Baltz da Fonseca
Carina Farias Ferreira*

Referências:

- ALVES, Fábio Galli. *Decorações murais: técnicas pictóricas de interiores*. Pelotas/RS (1878-1927). 2015. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.
- FONSECA, Daniele Baltz da; GONÇALVES, Regina Freitas Gonçalves. Argamassas usadas nas escariolas dos casarões pelotenses e a técnica clássica dos estuques no tratado de Vitruvius. *Museologia e Patrimônio*, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/494/50>. Acesso em: 4 out. 2016.
- FONSECA, Daniele Baltz da. *Consolidação de revestimento de argamassa à base de cal: desenvolvimento de argamassa injetável adaptada às paredes escaioladas de prédios históricos de Pelotas/RS*. 2016. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.
- FONSECA, Daniele Baltz da; SANCHES, Pedro Luís Machado; SALABERRY, Jefferson Dutra. Preservação do patrimônio cultural pelotense através do inventário das escariolas. *Expressa Extensão*, Pelotas, v. 19, n. 1, p. 127-134, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/4436>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- SANCHES, Pedro L. M.; PALLA, Fabiana F.; ALVES, Fábio G. Fingir e escaiolar: variações do léxico e do modo de fazer em Pelotas, RS, Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, 1., 2013, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: PoD, 2013. WEYER, Angela et al. *EwaGlos – European Illustrated Glossary of Conservation Terms for Wall Paintings and Architectural Surfaces*. v. 17. Petersberg: Michael Imhof Verlag, 2015.

Escola Alfredo Dub. A Escola Alfredo Dub foi a primeira instituição escolar especializada de Pelotas dedicada à educação de crianças com deficiência.

Sua origem remonta à década de 1940, quando a Cruz Vermelha Brasileira – Filial de Pelotas, com o apoio da benemerita Maria de Lourdes Furtado Magalhães (1918-1977) e do foniatra austríaco Alfredo Dub (1892-1959), criou uma classe especial para crianças com dificuldades de aprendizagem e deficiência auditiva. A escola foi fundada em um contexto assistencialista, marcado pela atuação da Cruz Vermelha e pelo fortalecimento de políticas sociais durante a Era Vargas (1930-1945). No interior da sede da Cruz Vermelha em Pelotas, foram desenvolvidas as primeiras práticas educativas especializadas voltadas para crianças com limitações físicas, sensoriais ou intelectuais. Inicialmente, a instituição funcionava como um espaço de assistência social e saúde, oferecendo cuidados médicos e apoio pedagógico. A atuação das visitadoras sanitárias foi fundamental para a identificação de crianças com diferentes tipos de deficiência, que eram encaminhadas para atendimento. A classe especial criada na Cruz Vermelha era atendida pela visitadora sanitária e educadora Maria de Lourdes Magalhães, que adaptava estratégias pedagógicas conforme as necessidades dos alunos. Entre as práticas adotadas, destacavam-se o ensino por gestos, métodos diferenciados de alfabetização e o uso de materiais concretos no ensino de Matemática, em contraste com os métodos tradicionais baseados na repetição e memorização. A chegada do foniatra Alfredo Dub a Pelotas, em 1949, qualificou as práticas pedagógicas da instituição. Dub introduziu métodos avançados de ensino para crianças com

deficiência auditiva, trazendo influências europeias e uruguaias. Sua atuação reforçou a necessidade de um espaço próprio para a escola, que foi oficialmente fundada, em 27 de setembro de 1949, como Escola Alfredo Dub. Nos primeiros anos, a escola foi sustentada por doações e pelo trabalho voluntário de educadores e profissionais de saúde. A sociedade pelotense teve papel essencial na manutenção e expansão da instituição. O jornal Diário Popular destacou campanhas assistenciais e a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), organizada por Carmen Gastal Osório. Sob sua gestão, a APAE promoveu eventos filantrópicos em apoio à Escola Alfredo Dub. Figuras influentes da cidade, como as chamadas “Damas da Sociedade”, realizaram campanhas de arrecadação de recursos, viabilizando a doação de um terreno pela Prefeitura de Pelotas, em 1965. O trabalho dessas mulheres foi além do suporte financeiro, envolvendo ações de conscientização sobre a deficiência e apoio à formação de profissionais. Entre 1960 e 1969, a escola destacou-se pela profissionalização de seus docentes e pelas melhorias em sua infraestrutura. A parceria com o Instituto Nacional de Surdos-Mudos foi crucial para a formação de professores e para a consolidação de metodologias adaptadas. Entre 1960 e 1966, a instituição atendeu 134 alunos, promovendo atividades culturais e artísticas que fortaleciam a inclusão escolar e socio-cultural dos estudantes. Até a década de 1970, a escola atendeu crianças com diversas deficiências, oferecendo ensino especializado e atendimento clínico.

A partir da década de 1990, passou a dedicar-se exclusivamente à Educação de Surdos, acompanhando as mudanças nas políticas educacionais inclusivas. As transformações na Educação Especial no Brasil, ao longo do século XX, refletiram-se na história da escola, que acompanhou os paradigmas da normalização, integração e inclusão. Atualmente, a Escola Bilíngue Professor Alfredo Dub, localizada na rua Zola Amaro, 379, no bairro Três Vendas, oferece formação para estudantes com surdez, deficiência auditiva, transtornos emocionais que estejam prejudicando a aprendizagem, deficiência intelectual, além de dificuldades e transtornos de aprendizagem. Mantendo sua identidade filantrópica, continua desempenhando papel essencial na inclusão e no ensino de crianças e jovens surdos em Pelotas e região. Adotando o bilinguismo como base pedagógica, busca garantir o direito à educação de surdos, promovendo uma aprendizagem inclusiva e adaptada às especificidades dessa comunidade.

Fernando Ripe
Rafael Santos da Rosa

Referências:

BOHM, Fabiane Carvalho. *Multiplicação: ensinar e aprender em turmas de alunos surdos do Ensino Fundamental na Escola Especial Professor Alfredo Dub*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Instituto de Física e Matemática, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

ROSA, Rafael Santos da. *Escola Professor Alfredo Dub: uma instituição filantrópica atuante na educação de surdos, Pelotas-RS (1949-1969)*. 2024. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

Escola Normal Regional Imaculada Conceição. Em Pelotas, a formação específica destinada às professoras rurais ocorreu na Escola Normal Regional Imaculada Conceição (ENRIC), inaugurada em 1955 e vinculada à Igreja Católica. Atualmente, essa escola é denominada Escola de Ensino Médio Imaculada Conceição e atende alunos e alunas da educação infantil ao ensino médio, em caráter privado. A instituição abrigou majoritariamente discentes femininas que estudavam em regime de internato, semi-internato e externato, embora, nas condições de externato e semi-internato, também tenha atendido a alguns poucos estudantes masculinos. As internas moravam no internato A Minha Casa Rural, que funcionava ao lado da escola. A ENRIC era mantida pela Sociedade de Educação Cristã, que, em 1961, passou a ser denominada Fundação Educacional Rural Cristã Rachel Mello. As instituições escolares mantidas por essa Sociedade funcionavam com o apoio dos governos federal, estadual e municipal. A professora Maria Rachel Ribeiro de Mello, diretora da Sociedade de Educação Cristã, costumava solicitar doações na cidade de Pelotas para viabilizar a criação e a manutenção das instituições escolares ali estabelecidas. Em vista disso, a ENRIC foi erguida com doações de parte do antigo banco pelotense (grades de bronze e material de construção) e, também, do prédio do Casa-

ção Cel. Pedro Osório. A escola manteve-se, igualmente, por meio de doações financeiras oriundas de políticos, membros da elite pelotense e até mesmo dos responsáveis pelas alunas, que contribuíam, na maior parte das vezes, com gêneros alimentícios advindos de suas produções rurais. O curso de normalista rural tinha a duração de quatro anos, nos moldes de frequência livre e obrigatória. Além desse período, as alunas deveriam realizar mais meio ano de estágio, que poderia ocorrer no primeiro ou no segundo semestre após o término dos quatro anos, dependendo da disponibilidade da instituição e da necessidade das estudantes – geralmente, as internas com menos condições financeiras realizavam-no primeiramente. Cabe salientar, ainda, que essa instituição funcionava em nível ginásial, com formação voltada à atuação docente em escolas primárias. De acordo com a Lei n. 2.588, de 1955, havia três tipos de estabelecimentos de ensino normal, que poderiam ser ministrados em instituições oficiais e particulares. A Escola Normal Regional ministraria o primeiro ciclo do ensino normal, formando regentes para o ensino primário, e funcionava em nível ginásial – equivalente, atualmente, às séries finais do ensino fundamental –, o que foi o caso da ENRIC. A Escola Normal ministraria o segundo ciclo e formaria professores para atuar no ensino primário, ginásial e nas Escolas Normais Regionais, em um período não inferior a três anos. Os Institutos de Educação formariam, além de professores primários, administradores(as) escolares, supervisores(as) de ensino primário, orientadores edu-

cacionais e professores especializados para o ensino primário (Rio Grande do Sul, 1954). As aulas na ENRIC eram realizadas nos turnos da manhã e da tarde, com períodos de 50 minutos. Para ingressar na instituição, as alunas deveriam apresentar uma série de documentos, como certidão de idade, atestado de saúde, atestado de conduta, atestado de professor(a) contratado(a) (no caso de alunas de frequência livre) e realizar o exame de admissão, considerado difícil e nem sempre de fácil aprovação. De fato, a ENRIC tinha um diferencial em sua formação, pois era voltada para o saber pedagógico e didático, com um currículo direcionado para a atuação da futura professora em sala de aula. O currículo da instituição era dividido em disciplinas relacionadas ao Departamento de Cultura Geral e Práticas Educativas e ao Departamento de Cultura Profissional. No 1º e 2º ano do curso havia predominância de aprendizagens vinculadas à Cultura Geral e Práticas Educativas. Quanto às disciplinas referentes às técnicas agrícolas, as únicas oferecidas no currículo eram optativas – Agricultura e Zootecnia. No que concerne ao Departamento de Cultura Profissional, o contato das alunas iniciava no 3º ano, estendendo-se de forma intensiva até o 4º ano. As disciplinas desse departamento, somadas às Práticas Educativas e à disciplina optativa, chegaram a totalizar 14 no 3º ano do curso e 12 no 4º. O mais interessante desse currículo é que ele representa uma das grandes peculiaridades da formação oferecida pela ENRIC em comparação às demais Escolas Normais Regionais e, inclusive, às

próprias Escolas Normais: tratava-se de um currículo com predomínio de disciplinas pedagógicas e didáticas, em detrimento de disciplinas de caráter rural. A partir de 1971, a Lei n. 5.692 eliminou os cursos de formação normal em nível ginasial e, conseqüentemente, as escolas normais rurais/regionais. Dessa forma, tal legislação determinou o fim da distinção entre o rural e o urbano em termos educacionais e orientou novas modificações nos currículos, o que, como vimos, já não era evidenciado no currículo da ENRIC.

Magda de Abreu Vicente

Referências:

RIO GRANDE DO SUL. *Decreto n. 4.850, de 29 jan. 1954. Aprova o Plano de Ensino Rural do Estado*. Porto Alegre, 1954.

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO CRISTÃ/FUNDAÇÃO EDUCACIONAL RURAL CRISTÃ RACHEL MELLO. Estatutos, relatórios anuais, atas, convênios e documentos. [S. l.: s. n.], [s.d.].

VICENTE, Magda de Abreu. *A Escola Normal Regional Imaculada Conceição em Pelotas: a atuação da Igreja Católica e dos poderes públicos (1955-1971)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Escola Primária Rural Santo Antônio. A Escola Primária Rural Santo Antônio (EPRSA) foi fundada em Pelotas, em 1932, por membros da Igreja Católica e, em 1946, passou ao *status* de Grupo Escolar, momento em que oficialmente passou a pertencer ao governo do estado do Rio Grande do Sul – situação mantida até os dias atuais,

sob a denominação de Escola Estadual de Ensino Fundamental Santo Antônio. Até 1946, a EPRSA recebia auxílio do governo federal e, esporadicamente, do governo estadual. A instituição era vinculada à Sociedade de Educação Cristã (SEC), criada por membros da Igreja Católica em 1º de janeiro de 1930, com a finalidade de oferecer assistência educativa à parcela mais pobre da população de Pelotas e região. A SEC tinha como diretora a professora Maria Rachel Ribeiro de Mello. Boa parte das ações relacionadas à educação rural nesse período refletia a atuação conjunta da Igreja Católica e do governo de Getúlio Vargas no processo de escolarização do campo. Na época, o incentivo à educação rural buscava prevenir o êxodo rural e, sobretudo, contribuir para a formação do cidadão brasileiro, intensificando ações direcionadas aos camponeses. A EPRSA já recebia subvenção do governo do estado do Rio Grande do Sul desde seus primórdios, sendo auxiliada pelo envio de algumas professoras. Outro grupo ativo em sua manutenção financeira foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Criada em 1942 por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, a LBA tinha a função de prestar assistência por meio do cooperativismo e do voluntariado, além de oferecer apoio a diversas instituições escolares nos estados brasileiros (Barbosa, 2017). A EPRSA foi inaugurada em 7 de abril de 1932, com a presença do vigário Thiago Scheffers, franciscano da Paróquia de Nossa Senhora da Luz. No entanto, a escola só passou a funcionar em prédio próprio em 7 de novembro de 1937. A instituição atendia turmas multisseriadas e mistas e iniciou suas

atividades voltada principalmente à população carente dos arrabaldes do bairro Três Vendas. Nela, eram mantidas práticas de educação rural, sobretudo por meio do funcionamento de um Clube Agrícola e do incentivo ao cultivo de hortas, além de atividades diversificadas relacionadas à suinocultura, cunicultura, apicultura, entre outras. Também havia forte presença do ensino da religiosidade católica, e a disciplina de trabalhos manuais era ministrada pela então diretora, Maria Rachel Ribeiro de Mello. A partir da década de 1940, a escolarização rural passou a adquirir cada vez mais o sentido de fixar as populações em seu ambiente de origem e de orientar as ações e condutas dos rurícolas. O crescimento urbano levou à busca por uma educação integral, difundida por meio dos Clubes Agrícolas, que deveriam funcionar junto às escolas primárias e influenciar a organização da comunidade rural. Essas iniciativas visavam ensinar os moradores do campo a administrar suas propriedades, melhorar a produção e desenvolver hábitos de sociabilidade tanto no ambiente escolar quanto na comunidade. O Clube Agrícola surgiu como uma proposta de estabelecer um elo entre a escola e a vida rural. Entretanto, atualmente a instituição funciona em uma região urbanizada da cidade de Pelotas e mantém seu currículo conforme os parâmetros de qualquer outra escola de ensino fundamental brasileira.

Magda de Abreu Vicente

Referências:

BARBOSA, M. T. *Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universi-

dade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO CRISTÃ. Estatutos, relatórios anuais, atas, convênios e documentos. [S. l.: s. n.], [s.d.].

Escola Superior de Educação Física. O curso de Educação Física da UFPel surgiu em 1971, por meio da Portaria n.º 121/71, assinada pelo reitor Delfim Mendes da Silveira, embora as discussões para sua criação já ocorressem desde 1969, ano de fundação da universidade. A necessidade urgente de um curso de graduação em Educação Física estava relacionada ao Decreto-Lei n.º 705, de 25 de julho de 1969, que estabelecia, em seu artigo primeiro: “Será obrigatória a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior”. Na época, havia poucos profissionais formados na área na cidade, como evidencia matéria assinada pelo professor Mário Rosa e publicada no *Diário Popular* em 4 de outubro de 1969, p. 5, sob o título “Educação Física para 12.000 alunos, apenas 24 professores”. O texto informava que Pelotas contava com apenas 24 profissionais: 11 com título precário – que precisavam renovar anualmente a licença para lecionar – e 13 com registro definitivo, dos quais somente 5 haviam concluído curso superior, sendo que 4 possuíam formação específica para a Educação Física Infantil. Nesse contexto, a criação da Escola de Educação Física da UFPel ocorreu durante a ditadura civil-militar instaurada em 1964 e no momento em que diversas outras escolas da área estavam sendo implantadas no Rio Grande do Sul

e no Brasil. A exceção no estado era a pioneira Escola Superior de Educação Física, fundada em 1940, em Porto Alegre, e posteriormente incorporada à Universidade do Rio Grande do Sul. Vinculada aos primeiros estudos sobre o currículo que seria implementado na UFPel, foi constituída uma comissão especial formada por Isaac Bendjoya, Antônio Edgar Nogueira, Heloisa Leite Pereira, Waniza Moreira Esteves, Mário Rosa, Paulo Brod e Humberto Ceciliano Luzardi (Silveira, 2008). No início, as instalações da ESEF Pelotas funcionaram em um prédio alugado, compartilhado com outros cursos, localizado na rua General Osório, esquina General Neto. Com o passar do tempo, a partir de 1979, a escola passou a ocupar outro espaço, também alugado, na Praça Vinte de Setembro. Somente em 1998 instalou-se em prédio próprio, na rua Luiz de Camões, n.º 625, dispondo de infraestrutura muito mais adequada às demandas de um curso de graduação em Educação Física. Sobre a seleção dos primeiros professores: “Apesar de haver candidatos do sexo masculino e feminino inscritos em todas as disciplinas que havia na seleção; nas disciplinas de Biometria, Socorros de Urgência, Ginástica com peso e halteres, futebol de campo e futebol de salão, foram selecionados somente candidatos homens. Já nas disciplinas de Ginástica Rítmica e Recreação, foram selecionadas mulheres e, para as disciplinas práticas, como o voleibol, o basquetebol, o atletismo e a ginástica, foram selecionados dois professores, um de cada sexo, para trabalhar, respectivamente, com a turma masculina

e com a feminina” (Silveira *et al.*, 2011, p. 862). Alguns dos primeiros nomes que aparecem como docentes, a partir das lembranças do professor Florismar Oliveira Thomaz – formado na primeira turma e contratado para dar aulas a partir de 1976 –, foram: Walter Spieker, Mário Rosa, José Fernando da Costa, Ieda Chiviackowsky, Mauro Matos, Délcia Matos, Turene Farias, Liberato Oliveira Rodrigues, Arselina Morales, Antônio Edgar Nogueira, Adalberto Stosch e Paulo Melo. No início, o curso oferecia aos alunos da Universidade a disciplina de Prática Desportiva, que acontecia em vários locais da cidade, principalmente em espaços cedidos ou alugados. Oito anos após sua criação, em 1979, já oferecia o Curso de Pós-Graduação em Educação Física, em nível de Especialização (*lato sensu*), com área de concentração em Educação Física Escolar, o qual se mantém até hoje. Em 2006, além da licenciatura, passou a funcionar o bacharelado em Educação Física. A partir de 2019, o curso também passou a ser oferecido no formato EAD. Mantendo como foco principal a formação para a Educação Física Escolar, criou-se, no ano de 2006, um mestrado, com apenas uma área de concentração: “Atividade Física, Esporte e Escola”. No começo de 2011, com a entrada de novos docentes na instituição, o curso foi reestruturado e passou a contar com duas áreas de concentração: “Educação Física, Ciências Sociais e Humanas” e “Atividade Física, Saúde e Desempenho”. Em 2014, passou a ser considerado Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF), a partir da criação do

curso de Doutorado no ano anterior. Desde 2020, oferece também o curso de Bacharelado em Fisioterapia, o que levou à mudança de denominação para Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia – ESEF. A graduação em Fisioterapia foi criada pela Resolução n.º 21, de 14 de novembro de 2019, e teve seu reconhecimento formalizado pela Portaria n.º 80, de 20 de fevereiro de 2025, publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte. Além disso, em 2023, o curso recebeu nota máxima na avaliação do MEC.

Lorena Almeida Gill
Margarete Oleiro Marques

Referências:

LONER, Beatriz; GILL, Lorena. *ADUFPeL: uma trajetória pela democracia*. Pelotas: Armazém Literário, 2003. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2023/02/ADUFPeL.-Uma-trajetoria-pela-democracia.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2025.

ROSA, Myriane; OLIZ, Manoela; ÁVILA, Luciana; RIGO, Luiz. História e memórias: acontecimento e lembranças da ESEF/UFPeL. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPeL, 19., 2010, Pelotas. *Anais [...]*. Pelotas: Editora da UFPeL, 2010. Disponível em: https://www2.ufpel.edu.br/cic/2010/cd/pdf/CH/CH_00651.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVEIRA, Viviane. *Produzindo narrativas, (en)gendrando currículo*: subjetivação de professoras e a invenção da ESEF/Pelotas-RS. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/14409/Produzindo%20narrativas%2c%28en%29gendrando%20curriculo...pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 jul. 2025.

SILVEIRA, Viviane; RIGO, Luiz; CÉSAR, Maria Rita; PARDO, Eliane. Escola de for-

mação de “professoras”: as relações de gênero no currículo superior de Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 33, n. 4, p. 857-872, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/c5Qjf9MN5Q6yFwhtDR-3DXkK/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 30 jun. 2025.

Escolas Italianas. Inserida no amplo fluxo migratório europeu, a imigração italiana para Pelotas impulsionou o desenvolvimento econômico e cultural da cidade. Os imigrantes se destacaram no comércio, no setor hoteleiro, na agricultura das colônias do interior e no trabalho nas charqueadas, além de exercerem diversas funções no meio urbano, como operários, pequenos proprietários e artesãos. Além da inserção econômica, os italianos estabeleceram um sólido tecido associativo, fundando sociedades de mútuo socorro, grupos musicais, jornais em língua italiana e associações recreativas. A educação escolar logo se tornou uma prioridade dentro desse movimento, resultando na fundação de escolas voltadas para a preservação da língua e da cultura italianas. Em 1872, a *Società Italiana Unione e Filantropia*, uma das mais antigas associações de imigrantes italianos do Rio Grande do Sul, fundou a primeira escola italiana em Pelotas. Seu objetivo era assegurar que as novas gerações preservassem os laços culturais e linguísticos com a Itália, em um período em que a imigração ainda se consolidava na região. Essa primeira instituição foi dirigida pelo professor Ettore Gori Mazzoleni até 1880, quando seu falecimento levou ao encerra-

mento da escola. Nos anos seguintes, outras tentativas de reestabelecer uma escola italiana foram feitas. Em 1885, as duas principais associações italianas de Pelotas, a *Unione e Filantropia* e o *Circolo Garibaldi*, uniram forças para criar a *Società Italiane Riunite*, que passou a financiar iniciativas escolares para os filhos de imigrantes. A escola tornou-se um espaço de reforço identitário, onde eram ensinadas a língua italiana, a história e a geografia da Itália, além das disciplinas básicas, como leitura, escrita e matemática. A escola contou com um fluxo contínuo de professores, tanto imigrantes já estabelecidos na cidade quanto docentes enviados da Itália. Entre esses últimos, destacou-se Umberto Ancarani, nomeado *Maestro-agente* (professor-agente consular), encarregado de reestruturar a escola e alinhar o ensino às diretrizes educacionais italianas. No início do século XX, com sua chegada e a de sua esposa, Iró Ancarani, a escola passou por um processo de reorganização e fortalecimento. Como parte dos esforços do governo italiano para preservar a cultura e a identidade dos descendentes de imigrantes, a gestão do casal trouxe mudanças significativas, como a separação de turmas por gênero, em conformidade com a estrutura educacional italiana da época, ao mesmo tempo em que atendia às demandas locais. Entre 1907 e 1937, a escola italiana de Pelotas experimentou momentos de expansão e retração. Em alguns períodos, a escola contou com apoio financeiro do *Commissariato Generale dell'Emigrazione*, órgão do governo italiano responsável por supervisionar as comunidades italianas no

exterior. Esse órgão desempenhou um papel crucial na padronização dos currículos das escolas italianas em diversos países, garantindo que o ensino fosse realizado majoritariamente em italiano e com materiais didáticos enviados da Itália. Nos anos 1920, transformações políticas no Brasil e na Itália impactaram diretamente a escola italiana de Pelotas. Com a ascensão do fascismo, o governo de Benito Mussolini intensificou o controle sobre as escolas italianas no exterior, promovendo a valorização da identidade nacional e inserindo símbolos do regime nos currículos. Nesse contexto, a escola italiana se viu dividida entre as políticas do regime fascista italiano e as crescentes restrições impostas pelo governo brasileiro de Getúlio Vargas. A partir de 1937, escolas ligadas a comunidades estrangeiras passaram a ser alvo de desconfiança, resultando na campanha de nacionalização do ensino. O objetivo era reforçar o uso do português como língua obrigatória e impedir influências externas sobre os estudantes. A escola italiana de Pelotas, que ainda contava com 73 alunos em seu último ano de funcionamento, foi diretamente afetada por essas políticas e, em 1938, foi fechada. Além de significar a interrupção formal do ensino em língua italiana, o fechamento acabou acelerando o processo de integração cultural e linguística. Ainda que em menor proporção, o espaço rural de Pelotas também abrigou escolas italianas. Na região da Colônia Maciel, um dos principais núcleos da imigração italiana no meio rural, a educação escolar foi uma preocupação central da comunidade. Desde 1893, há registros

de uma escola italiana comunitária, mantida pelos próprios colonos, sem apoio governamental. No entanto, a falta de recursos e a irregularidade na frequência escolar dificultaram a continuidade dessas instituições. Com a criação da Escola Garibaldi, em 1928, parte dos alunos passou a frequentar o ensino público. A trajetória da escola italiana de Pelotas reflete um fenômeno mais amplo das escolas étnicas no Brasil, fundamentais para a preservação das culturas de imigração. Hoje, o estudo dessas instituições permite uma compreensão mais profunda da interação entre identidade cultural, nacionalização e educação nas comunidades migrantes do país.

Renata Brião de Castro

Referências:

CASTRO, Renata Brião de; BARAUSSE, Alberto. Scolarizzazione e italianità nel Brasile meridionale: le scuole elementari italiane a Pelotas (Brasile) nella seconda metà dell'Ottocento. In: *Viaggio brasiliano: storie, forme, luoghi. Confronti interdisciplinari*. 1. ed. Milão, Itália: Edizioni del Gattaccio, 2020. v. 1. p. 291-308.

CASTRO, Renata Brião de; BARAUSSE, Alberto. Transnacionalidade e ensino: a trajetória de Umberto Ancarani entre a Europa e o Brasil nas escolas italianas no exterior. In: 25º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2019, Bagé. *Anais [...]*. Bagé, RS: Unipampa, 2019. p. 581-599.

CASTRO, Renata Brião de. *A Escola Garibaldi e o professor José na Colônia Maciel – Pelotas (RS) (1928–1950): grupo local e etnia*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

CASTRO, Renata Brião de. *Una società senza scuola è come un corpo senz'anima: as escolas italianas em Pelotas/RS durante os anos de 1872 a 1938: constituição e trajetória*. Caxias do Sul: Educus, 2024.

CASTRO, Renata Brião de; WEIDUSCHADT, Patrícia. A imigração italiana em Pelotas: italianidade, representatividade e inserção social. *Métis: História & Cultura*, v. 23, p. 1-22, 2024.

CONILL, Elisabeth da Rosa. *Associação Cultural Ítalo-Brasileira: a trajetória de um espaço de sociabilidade étnica, cultural e educacional em Pelotas, RS (1958–1983)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Espiritismo. Doutrina organizada na França, em meados do século XIX, pelo pedagogo Hippolyte Léon Denizard Rivail — que adotou o pseudônimo Allan Kardec — e cuja principal obra é *O Livro dos Espíritos*, publicado em Paris, em 1857. A doutrina espírita chegou a Pelotas no final da década de 1870, trazida por dois espanhóis – um dentista, José Aquilera, e um arquiteto, Antônio Baxeras –, logo conquistando muitos adeptos. Desde então, em todos os recenseamentos realizados no Brasil, Pelotas sempre figura como uma das cidades do Rio Grande do Sul com o maior número de pessoas que se declaram espíritas. A expansão do espiritismo em Pelotas, na virada do século XIX para o XX, pode ser explicada por vários fatores. Em primeiro lugar, a doutrina espírita era percebida como uma novidade francesa, difundida em um espaço social que mantinha vínculos culturais com a Europa e, particularmente, com a França, centro irradiador

de novas tendências para o restante do mundo. À época, o enriquecimento advindo da exploração do charque havia permitido a formação de uma elite econômica e cultural na localidade, que permanecia atenta às novidades europeias. Outro fator importante para essa expansão foi a forte presença, na cidade, do ideário defendido pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que centrava sua ação no positivismo de Augusto Comte, adaptado por Júlio de Castilhos. O PRR defendia, entre outros princípios, a liberdade espiritual e individual. Tais ideias permitiram que diversos cultos se desenvolvessem livremente. Outra influência importante no processo de expansão do espiritismo em Pelotas foi sua afinidade, em termos de ideais, com a maçonaria, que exerceu grande impacto na localidade. Os princípios maçônicos de laicização, ensino leigo, liberdade irrestrita de consciência e anticlericalismo encontraram ressonância no espiritismo, que também defendia tais valores. Em Pelotas, onde a presença da maçonaria era bastante significativa durante a segunda metade do século XIX, as ideias espíritas tiveram ampla aceitação. Além disso, os espíritas pelotenses desenvolveram importantes ações sociais na cidade, o que contribuiu para a aceitação da doutrina e para a formação de uma aura de respeitabilidade em torno do espiritismo ao longo do tempo. Num primeiro momento, essas ações ocorreram por meio de iniciativas pessoais, especialmente no campo da saúde. É conhecida a associação entre o espiritismo e a homeopatia – doutrina médica fundada pelo alemão Samuel

Hahnemann –, uma vez que ambas são permeadas pelo princípio do vitalismo, segundo o qual as doenças podem ser causadas por um desequilíbrio no fluxo do fluido vital no corpo humano. Assim, a saúde poderia ser restabelecida por meio da utilização de medicamentos altamente diluídos, cujos elementos curativos seriam energeticamente dinamizados. Esse mesmo princípio fundamenta a utilização de passes magnéticos entre os espíritas. Em Pelotas, no final do século XIX, diversos médicos e curadores associavam, em suas práticas, a homeopatia, o magnetismo e o espiritismo, conquistando não apenas notoriedade, mas contribuindo também para difundir a doutrina espírita em toda a região. Um dos mais conhecidos foi o suíço Guilherme Rheinberg, falecido em 1899. O “Doutor Alemão”, como era chamado, preparava e prescrevia o célebre Licor de Ouro, empregado no tratamento de diferentes enfermidades. A partir do final do século XIX, essa atuação passou igualmente a ocorrer de modo institucional, com a fundação de centros espíritas abertos ao público, que, posteriormente, deram origem a um movimento organizado localmente. Segundo Alberto Coelho da Cunha, as primeiras reuniões espíritas em Pelotas aconteciam de forma privada, seguindo o modelo adotado também em outras importantes cidades brasileiras. As chamadas sessões espíritas familiares realizavam-se em residências e contavam apenas com a presença de convidados. Amélia Hartley, esposa de Aníbal Antunes Maciel Júnior, Barão de Três Serros, figurava entre os membros da elite pelotense que

organizavam reuniões para a leitura de *O Livro dos Espíritos* em seu solar – prédio onde, atualmente, funciona o Museu da Baronesa. Segundo Fernando Osório, antes do final do século XIX essas sessões familiares já haviam dado origem a vários centros espíritas na cidade. O primeiro grupo espírita de Pelotas recebeu o nome de Amor a Deus e foi fundado em 19 de setembro de 1897. As sessões ocorriam às terças e quintas-feiras, sob a presidência de José Joaquim de Almeida, e realizavam-se no prédio situado na Rua Marechal Deodoro, n.º 108. Nos últimos anos do século XIX, outros grupos também se organizaram, a saber: Deus, Amor e Caridade, presidido por Antero Marques; Fé e Caridade, presidido pelo Capitão Ovídio Batista de Oliveira; O dos Humildes, organizado por João Batista de Oliveira; Amor, Deus e Caridade, presidido por Eduardo Alberto Fróes; e São Marcos, Amor e Paciência, coordenado por Narciso Claro. No início do século XX, as lideranças espíritas locais decidiram unir forças para ampliar a divulgação da doutrina, iniciando um processo de unificação e de consolidação do movimento espírita. Assim, esses seis grupos fundiram-se em uma nova entidade em 29 de dezembro de 1901, dando origem à Sociedade União e Instrução Espírita (SUIE), atualmente uma das dez associações espíritas mais antigas do Brasil em funcionamento. A criação da SUIE possibilitou a concretização de duas ações marcantes dos espíritas pelotenses. A primeira delas foi a fundação do Colégio União Espírita de Pelotas, criado pelos integrantes da instituição em 1907. De acordo com o

primeiro livro de matrículas da instituição, o colégio iniciou suas atividades em janeiro de 1908, sob a responsabilidade do professor Francisco Joaquim Ferreira, oferecendo um curso primário para meninos e atendendo 75 alunos de várias idades. O ensino era gratuito e não estabelecia distinção de credos ou nacionalidades. Na década de 1920, o colégio deu origem à Escola Assistencial Espírita Jeremias Fróes, municipalizada no final da década de 1990 e ainda hoje existente na Rua João Manuel, n.º 107. A escola recebeu esse nome em homenagem ao filho do primeiro presidente da Sociedade União e Instrução Espírita. A segunda ação marcante desenvolvida pelos integrantes da SUIE foi a fundação, em 1911, da Sociedade Auxílio Fraternal de Senhoras Espíritas, organizada por Virgínia Taveira Fróes. Durante décadas, essa sociedade espírita atuou como mantenedora da Escola Jeremias Fróes e do Orfanato Espírita Dona Conceição, instituição destinada ao acolhimento de meninas, que funcionou até o final da década de 1980. Este orfanato foi fundado com base nas disposições do testamento de Maria da Conceição Barbosa Dias. Viúva de um rico estancieiro, ela destinou todo o seu patrimônio para que a Sociedade Auxílio Fraternal de Senhoras Espíritas pudesse fundar e manter o orfanato, bem como a Escola Jeremias Fróes. Na década de 1980, o orfanato foi desativado e passou a funcionar como creche, sendo posteriormente transformado em escola de educação infantil, denominada Sociedade Espírita Assistencial Dona Conceição, que atende gratuitamente dezenas de

crianças. Com o propósito de difundir a doutrina espírita, seus adeptos desde cedo também marcaram presença na imprensa local. O primeiro jornal espírita de Pelotas, denominado *O Pharol*, foi fundado em 1921 pelo jornalista Daniel Butierres. Tendo circulado até 1924, esse periódico inspirou outras iniciativas semelhantes, como a participação de espíritas em diversos programas de rádio. Ao longo das primeiras décadas do século XX, foram criados vários outros centros espíritas em Pelotas, como o Centro Espírita Jesus, fundado em 1919 por Francisco de Jesus Verneti, importante figura política da cidade. O surgimento dessas novas associações gerou a necessidade de criar um órgão unificador municipal, o que se concretizou com a fundação da Liga Espírita Pelotense (LEP), em 8 de julho de 1947, por João da Rocha Bender. Tal entidade nasceu do ideal de articular, em um movimento mais organizado, as diversas casas espíritas de Pelotas. A partir de então, o Movimento Espírita Pelotense passou a assumir um caráter institucional, e seus integrantes puderam desenvolver outras ações sociais relevantes, o que contribuiu ainda mais para a difusão do espiritismo e para o fortalecimento de uma aura de respeitabilidade em torno dessa doutrina na cidade. A principal dessas ações foi a criação do Sanatório Espírita de Pelotas, fundado pela LEP, em 1948, e inaugurado em 31 de março de 1956, em um prédio construído em terreno doado pela Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Domingos de Almeida. Com a implantação da Reforma Psiquiátrica no Brasil, em 2001, a institui-

ção passou por um processo de reestruturação e passou a se chamar Hospital Espírita de Pelotas, dedicando-se ao atendimento de pacientes psiquiátricos e dependentes químicos. Atualmente, o Movimento Espírita Pelotense segue articulado em torno da Liga Espírita Pelotense e conta com milhares de adeptos e simpatizantes, que se reúnem em dezenas de centros espíritas.

Marcelo Freitas Gil

Referências:

- GIL, Marcelo Freitas. *O Movimento Espírita Pelotense e suas raízes sócio-históricas e culturais*. Franca: Unifran, 2011.
- GILL, Lorena. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2007.
- MAGALHÃES, Mario Osorio. *Pelotas, Século XIX*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 1994.
- OSORIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. 2. v., 3. ed. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1998.

Esporte Clube Fiação e Tecidos. A emergência do clube de futebol da Fábrica Fiação e Tecidos não apresenta consenso. Na obra de Pimentel (1940), há o registro de que, em 1918, existia um quadro de futebol formado por empregados da companhia. Contudo, outra fonte diverge quanto ao ano e indica 1925 como referência. Os dados obtidos no jornal *Opinião Pública*, periódico de Pelotas, mostram que, até a década de 1940, o clube era chamado FIATECI e que, durante alguns anos, chegou a integrar a primeira divisão da Liga Pelotense de Futebol Amador. Por ser um clube composto por trabalhadores do meio operário, as notícias

divulgadas pelo periódico indicam que o quadro dos tecelões enfrentou forte resistência por parte dos times já tradicionais da cidade, que disputavam a mesma série. Para se adequar às exigências da liga, os dirigentes do FIATECI investiram na construção de um pavilhão e na melhoria da iluminação do campo. Além disso, houve uma campanha liderada pelos jogadores, com apoio da mídia, visando impedir ações que contrariavam os objetivos do clube. Quanto aos títulos conquistados pelo Esporte Clube Fiação e Tecidos, foi localizada uma matéria do jornal *A Opinião Pública*, alusiva aos quatorze anos de fundação da entidade, apresentando os seguintes dados, relacionados ao futebol e também a outros esportes e competições: Campeão invicto de futebol do SESI em 1952, 1954, 1955, 1957 e 1959; vice-campeão de futebol em 1953, 1956 e 1958; hexacampeão de atletismo do SESI em 1954, 1956, 1957, 1958 e 1959; tricampeão de voleibol do SESI em 1954, 1955 e 1956; campeão de bochas do SESI em 1955, 1958 e 1959; pentacampeão de ping-pong do SESI em 1955, 1956, 1957, 1958 e 1959; tetracampeão de damas do SESI em 1957, 1958 e 1959; hexacampeão de corrida rústica do SESI em 1954, 1955, 1956, 1957, 1958 e 1959; campeão musical da Rádio Pelotense em 1956; vice-campeão da Associação Esportiva da Várzea em 1957; bicampeão de futebol de salão do SESI em 1958 e 1959; vice-campeão de futebol de salão no campeonato PEPSI-COLA em 1958; supercampeão amador invicto da Liga Pelotense de Futebol em 1959; campeão da disciplina na Associação Esportiva da Vár-

zea em 1957 e 1959; campeão estadual da 3ª categoria de amadores em 1959; campeão estadual do SESI em 1960 (*A Opinião Pública*, 22/10/1960). No ano de 1936, o E.C. FIATECI ingressou na primeira divisão da Liga Pelotense de Futebol Amador, passando a competir com os principais e mais antigos clubes da cidade. Em 1944, o E.C. Fiategi desligou-se da competição porque seu campo não estava em condições adequadas, isto é, não possuía as medidas exigidas pelas regras. Contudo, antes da retirada da liga, o jornal *Opinião Pública* divulgou matérias que ressaltavam a pressão exercida pelos times tradicionais diante do mau desempenho do Fiategi nas partidas. Por ser um time de natureza operária, convivendo com dificuldades financeiras de toda ordem e não representar maiores desafios aos adversários, formou-se uma campanha pela retirada dessa entidade esportiva, a qual angariou muitos adeptos. Devido aos maus resultados frente aos clubes tradicionais de Pelotas, como o E.C. Pelotas e o G.E. Brasil, e à desilusão diante das tentativas de exclusão do Fiategi da divisão, seus dirigentes perderam o interesse em disputar partidas fora de seu campo e optaram por permanecer apenas no amadorismo, participando de disputas com equipes do chamado “futebol menor”. Assim, em outubro de 1946, surgiu o Esporte Clube Fiação e Tecidos. Outra consideração importante, ainda presente na memória de ex-jogadores, diz respeito à prática adotada por alguns dirigentes: para obter bons atletas para compor seus quadros de futebol, era comum que as indústrias oferecessem salários mais

altos àqueles que aceitassem defender a empresa em campo e, paralelamente, desempenhar funções na fábrica. O E.C. Fiação e Tecidos foi fundado pelos operários da Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense em 21 de outubro de 1946, com sede e foro na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, onde mantém sua sede social e praça de esportes, situada na Rua Garibaldi, n.º 52, patrimônio da Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense. Trata-se de uma associação destinada a fins desportivos, promovendo a prática de futebol, voleibol, basquete, bochas, ciclismo, atletismo, pingue-pongue, futebol de salão, damas, xadrez e outros esportes que venham a surgir, sempre com o objetivo de amparar e incentivar o desenvolvimento do amadorismo. No art. 2º do Estatuto do Esporte Clube Fiação e Tecidos, informa-se que o pavilhão do clube é um retângulo branco, tendo ao centro um escudo com as cores encarnado, verde, amarelo e azul, além das iniciais E.C.F.T. Determina-se, ainda: “Só poderão integrar as equipes representativas deste clube os empregados da Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense” (Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, 1946, s.p.). Do ponto de vista dos empresários, as vantagens do envolvimento dos funcionários com o futebol refletiam o grau de controle e disciplina exercidos sobre o tempo livre dos trabalhadores. Além disso, o clube funcionava como uma vitrine da empresa, promovendo a publicidade de seus produtos e conferindo à indústria uma imagem positiva, ao demonstrar preocupação com o fortalecimento físico e o divertimento de seus trabalhado-

res. Essa postura contribuía para criar um elo entre patrões e empregados, que, juntos, formavam uma “grande família”. Para os jogadores, dependendo do desempenho no esporte, poderia haver a possibilidade de ascensão dentro da própria fábrica, sendo promovidos a funções mais leves ou melhor remuneradas.

Aline Nunes da Cunha Medeiros

Referências:

- A OPINIÃO PÚBLICA. *Quatorze anos de Fundação do Fiategi*. Pelotas, 22 out. 1960.
- COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE. *Estatuto do Esporte Clube Fiação e Tecidos*. Pelotas, 1946.
- MEDEIROS, Aline Nunes da Cunha. *Futebol, memória e identidade operária: uma análise sobre a prática futebolística em Pelotas nas décadas de 1930 a 1960*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.
- PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Pelotas*. Porto Alegre: Gundiach, 1940.

Evolução Urbana. A evolução urbana de Pelotas, cidade situada no extremo sul do Brasil, reflete um processo histórico marcado por transformações geográficas, sociais, econômicas e ambientais. Fundada em 7 de julho de 1812, durante o Ciclo do Charque, Pelotas consolidou-se como um relevante polo regional no Rio Grande do Sul e conta, atualmente, com uma população estimada de 325.685 habitantes, dos quais mais de 90% vivem na área urbana (IBGE, 2022). A cidade apresenta uma trajetória de crescimento que entrelaça expansão territorial e desafios socioambientais. Ao longo do tempo, a

urbanização pelotense foi moldada pela ocupação de terras elevadas, conhecidas como terraços, cuja disposição irregular influenciou um desenvolvimento fragmentado da malha urbana. Essas áreas, mais propícias à construção, contrastavam com as várzeas – zonas úmidas ou banhados – que margeiam os principais cursos d’água da região, como os arroios Pepino e Santa Bárbara e o Canal São Gonçalo. Inicialmente, o crescimento da cidade encontrou nas áreas úmidas barreiras à expansão, mas a pressão demográfica e as demandas por novos espaços levaram à intervenção humana sobre esses sistemas naturais. A transformação das várzeas constitui um traço marcante da evolução urbana de Pelotas. A construção de aterros, drenagens e canais artificiais permitiu a incorporação dessas áreas alagáveis ao tecido urbano, ampliando os limites da cidade e possibilitando o surgimento de novos bairros. Esse processo, porém, trouxe consequências: a supressão dos banhados alterou a dinâmica hídrica local, e chuvas intensas frequentemente expõem a fragilidade dessas intervenções, com alagamentos que reafirmam a memória das dinâmicas naturais do território. Outro elemento característico foi o desenvolvimento de grandes eixos viários que estruturaram a expansão e a conectividade urbana. Avenidas amplas e retilíneas, como as que ligam o núcleo central às zonas norte, oeste e leste, tornaram-se fundamentais para a mobilidade e para a integração com regiões administrativas periféricas. Essas vias acompanharam o avanço de loteamentos e vilas, refletindo o crescimento populacional e a necessidade de circula-

ção eficiente, mas também evidenciando contrastes entre áreas planejadas e ocupações espontâneas. A evolução urbana de Pelotas também se destaca pela preservação de marcos estruturais que permanecem como herança histórica. Edificações com funções administrativas, comerciais e culturais – a exemplo do Mercado Público Municipal – mantêm viva a identidade da cidade, enquanto praças e áreas verdes persistem como espaços de convivência, embora sua distribuição desigual limite o acesso para grande parte dos mais de 320 mil habitantes da área urbana. O avanço sobre as áreas úmidas e a intensa ocupação dos terraços revelam, ainda, uma segregação espacial intrínseca a esse processo. Bairros planejados, sustentados por aterros bem estruturados, convivem com ocupações precárias, onde a ausência de planejamento e de políticas habitacionais eficazes resulta em desigualdades socioeconômicas evidentes. Cursos d’água, como o Arroio Santa Bárbara, passaram por canalizações e retificações que os descaracterizaram, enquanto remanescentes de vegetação nativa, como nas margens do Arroio Pelotas, lutam para sobreviver à pressão urbana. A história urbana pelotense é reflexo de um crescimento contínuo e conflituoso, impulsionado por forças sociais, econômicas e políticas que moldaram seu arranjo espacial ao longo de mais de dois séculos. Esse processo carrega as marcas de um progresso que buscou superar limitações naturais, mas que também gerou desafios ambientais e sociais persistentes.

Adriano Simon

Referências:

SIMON, Adriano Luís Heck. *A dinâmica do uso da terra e sua interferência na morfologia da Bacia do Arroio Santa Bárbara – Pelotas (RS)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

SIMON, Adriano Luís Heck. A evolução urbana de Pelotas. In: LOPES, Aristeu; DILLMANN, Mauro; ALMEIDA, Guilherme de

(Orgs.). *Centenário do Álbum de Pelotas de 1922: fotografias, memórias e história*. Tomo I. Porto Alegre: Casalettras, 2022. v. 1, p. 215-223.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *História em Revista*, v. 7, n. 7, p. 1-14, 2001.

Ff



Escritora Carolina Maria de Jesus na primeira Feira do Livro de Pelotas. Fonte: Imagem da internet, página *Pelotas de Ontem*.

Fábrica Laneira Brasileira. A fábrica de lã Laneira Brasileira Sociedade Anônima iniciou suas atividades em 1945 na capital do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – próxima ao lago Guaíba, sob a liderança do Sr. Moyses Llobera Gutes, sócio majoritário e presidente da empresa. Llobera Gutes já atuava no ramo lanífero em Petrópolis, no Rio de Janeiro, por meio da tecelagem Indústria Brasileira de Feltro Llobera S.A. Provavelmente, a Laneira Brasileira foi uma das principais fornecedoras de lã lavada para essa indústria, cuja matéria-prima era utilizada no setor de fiação e, posteriormente, na fabricação de co-

bertores e tapeçarias. Em dezembro de 1948, a fábrica transformou seu contrato social em sociedade anônima, passando a denominar-se Laneira Brasileira Sociedade Anônima Indústria e Comércio. Estrategicamente, após três anos de funcionamento em Porto Alegre, o lanifício foi transferido para o município de Pelotas/RS, que apresentava vias comerciais de lã mais atrativas, além de localizar-se próximo ao porto de Rio Grande/RS, facilitando o escoamento da produção, e também próximo às regiões produtoras de lã, como os municípios de Bagé, Santana do Livramento, Uruguaiana e algumas cidades do Uru-

guai. A inauguração das atividades do lanifício em Pelotas ocorreu no dia 27 de agosto de 1950, na Avenida Duque de Caxias, n.º 144, no bairro Fragata. No entanto, a produção efetiva somente teve início um ano depois, devido à necessidade de concluir a organização dos setores produtivos – classificação de lã, lavagem e cardagem – e preparar os operários para atuar no beneficiamento da lã, um setor ainda novo na cidade. Entre 1974 e 1975, o lanifício ampliou suas atividades ao iniciar a produção de Tops de Lã. Dessa forma, a fábrica, que até então realizava apenas a classificação, triagem e lavagem da lã, passou a realizar também a cardagem, penteagem e, por fim, organizar a lã em grandes bobinas, prontas para comercialização. Essas bobinas ficaram conhecidas como Tops de Lã. Esse novo produto correspondia à primeira fase da industrialização da lã *in natura*, preparando o fio que serviria de matéria-prima para a fiação. Em 1977, os proprietários do Lanifício do Rio Grande do Sul – Thomaz Albornoz S.A., localizado em Santana do Livramento e principal concorrente da Laneira Brasileira, adquiriram o controle do acionista majoritário da fábrica de Pelotas, tornando-se, assim, os novos acionistas majoritários do lanifício. A fábrica Laneira funcionava 24 horas por dia, organizando sua produção por meio de encomendas, o que permitia otimizar o uso do espaço, considerando o volume da matéria-prima. Além disso, ao término de cada encomenda, as máquinas eram submetidas a limpeza e regulagem, adequadas ao tipo de lã que se pretendia produzir. Entre 1977 e 1980, o lanifício atravessou um período

de grande lucratividade, impulsionado pelos incentivos fiscais concedidos pelo governo brasileiro, que estimularam as indústrias à exportação e ampliaram as vendas. Com os recursos obtidos, em 1980, a fábrica investiu em seu desenvolvimento industrial, inaugurando um novo setor denominado fiação, responsável pela produção de fios delicados utilizados na confecção de roupas. Nesse período, a Laneira Brasileira chegou a empregar 270 funcionários. Os anos subsequentes a 1980 foram desafiadores para a manutenção dos lanifícios. No cenário nacional, observou-se uma queda gradual dos incentivos governamentais aos produtores de lã, o que resultou na diminuição da ovinocultura em favor da produção de grãos nas áreas anteriormente destinadas à criação de ovinos no sul do Rio Grande do Sul. Essa mudança repercutiu diretamente nos lanifícios, que passaram a enfrentar dificuldades para obter lã suficiente, prejudicando a estocagem necessária para manter a produção ao longo do ano. Entre 1973 e 2005, houve um declínio no preço da lã pago aos produtores, principalmente durante a década de 1980. Contudo, isso não se traduziu em redução do custo para os lanifícios, já que as cooperativas de lã, responsáveis pela distribuição, elevaram o valor da matéria-prima. Dessa forma, a crise que atingia o setor primário acabou se estendendo ao setor secundário lanífero no país. Nesse período, o comércio da lã encontrava-se em declínio não apenas no Brasil, mas também em grande parte dos países europeus. Esse cenário se agravou especialmente a partir de 1983, com a popularização do fio sintético, cuja produção era mais

rápida e significativamente mais barata em comparação à lã. O relatório do BNDES de 1993 aponta que, naquele ano, o fio sintético já abrangia todos os segmentos da indústria têxtil brasileira. Esse contexto impactou diretamente a fábrica Laneira Brasileira, que passou a atrasar o pagamento dos salários aos operários. Diante da crise no setor laneiro, na década de 1980, a fábrica, que havia recentemente expandido sua produção com a inauguração do setor de fiação, precisou adotar medidas para reduzir custos, muitas vezes infringindo a legislação trabalhista. Práticas irregulares, já presentes na história da empresa, foram intensificadas nesse período devido à necessidade de ampliar o quadro de funcionários sem aumentar os gastos. Entre essas práticas, muitos trabalhadores recebiam registro genérico de “serviço geral” em suas carteiras de trabalho, embora desempenhassem funções específicas na fábrica. Isso permitia à empresa pagar salários mais baixos e evitar o pagamento de adicional de insalubridade, que variava conforme a atividade e o local de trabalho, reduzindo os custos da folha de pagamento. No entanto, tais práticas geraram descontentamento crescente entre os trabalhadores, que recorreram à Justiça do Trabalho. Um levantamento quantitativo sobre processos trabalhistas impetrados entre 1950 e 1989 mostra o aumento significativo das demandas: 28 litígios na década de 1950, 79 na década de 1960, 24 na década de 1970 e 145 na década de 1980, indicando um pico de ações judiciais e o acentuado desagrado dos operários diante das condições de trabalho naquela década. Foi diante desse contexto de desacelera-

ção do consumo de produtos de lã e do aumento dos custos decorrentes das reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho de Pelotas que a fábrica começou a apresentar sinais de exaustão. Em 2003, a Laneira Brasileira declarou falência e, em abril do mesmo ano, encerrou suas atividades. Em 2010, a Universidade Federal de Pelotas adquiriu o prédio do antigo lanifício e iniciou um processo de revitalização, preservando e valorizando sua história. Atualmente, o que antes era o lanifício transformou-se em um importante espaço de memória, abrigando diversos acervos que compõem a iniciativa “Laneira – A Casa dos Museus”, consolidando-se como referência cultural e educativa na cidade.

Jordana Alves Pieper

Referências:

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BNDES). *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Relatório de atividades anual*. Rio de Janeiro: BNDES, 1993. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3861>. Acesso em: 14 abr. 2023.

PIEPER, Jordana Alves. *Da classificação à fiação: as experiências dos operários têxteis da fábrica Laneira Brasileira em Pelotas/RS (1980-1988)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

Fábrica Schramm. Os imigrantes europeus que se estabeleceram na região de Pelotas, em meados do século XIX, trouxeram consigo uma rica tradição doceira, rapidamente incorporada ao cotidiano da zona rural. Essa influência não apenas estimulou

o cultivo diversificado de frutas, mas também incentivou a produção artesanal de compotas. Embora a maior parte das agroindústrias tenha se instalado próxima aos pomares da zona rural, algumas começaram a se fixar na área urbana no início do século XX. Nesse contexto, a Indústria de Conservas Schramm foi fundada, em 1895, por Guilherme Schramm Filho, em Pelotas. Sua primeira sede, situada na Rua General Osório, funcionava ao lado da oficina de funilaria da família, especializada na fabricação de latas. Equipado com ferramentas manuais para o descascamento de frutas, o empreendimento dedicava-se à produção de compotas de pêssego e figo, utilizando matéria-prima proveniente da zona rural do município. O açúcar empregado no processo era adquirido de indústrias nacionais. A produção da fábrica tinha caráter sazonal, durando aproximadamente 45 dias por ano, conforme a colheita das frutas, e resultava em cerca de 18 mil latas por safra, destinadas ao mercado local e estadual. O quadro de funcionários da Indústria de Conservas Schramm era composto por trabalhadores temporários, incluindo homens, mulheres e crianças, que desempenhavam diversas funções no processamento das frutas. A origem da fábrica está intimamente ligada à tradição familiar na funilaria. Guilherme Schramm, juntamente com seus filhos Guilherme Schramm Filho e Carlos Frederico Schramm, produzia peças metálicas e latas para a indústria conserveira local. A ideia de iniciar a fabricação de compotas surgiu da percepção de que,

além de fornecer embalagens, poderiam utilizá-las para produzir seus próprios alimentos enlatados. Com o crescimento das operações, a fábrica foi transferida para a Rua Manduca Rodrigues (atual Rua Prof. Araújo), onde permaneceu por várias décadas, mantendo um forte vínculo com a indústria metalúrgica local. Além disso, Carlos Otto Schramm, bisneto do fundador, prestava assistência técnica a outras fábricas conserveiras da região, fortalecendo a tradição e o *know-how* da família. Em 1969, a indústria mudou-se para a zona rural, no Passo da Micaela, 5º Distrito de Pelotas, ampliando sua capacidade produtiva e logística. A Schramm desempenhou um papel essencial no desenvolvimento do setor conserveiro da cidade, contribuindo para a economia local e consolidando Pelotas como um dos principais polos de produção de compotas do Brasil. Atualmente, a empresa continua em atividade, sendo a maior processadora de pêssegos do país. Durante o período de safra, emprega mais de mil trabalhadores e possui uma capacidade produtiva de 20 milhões de latas por safra.

Kauane dos Santos Brisolara

Referências:

- BACH, Alcir Nei. *Patrimônio agroindustrial: inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990)*. 2017. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. v. 1-2.
- EMPRESA SCHRAMM. *Nossa história*. Disponível em: <https://schramm.ind.br/nossa-historia>. Acesso em: 25 fev. 2025.

Faculdade Atlântico Sul. Instituição privada de ensino superior, com unidades em Pelotas e Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Sua mantenedora foi a Sociedade Educacional Noiva do Mar Ltda., recebendo credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC), em dezembro de 2002, e, em Pelotas, oferecendo seu primeiro curso no início do ano de 2003. Sua atuação persistiu até a segunda metade daquela década, em um momento de interiorização e ampliação do ensino superior privado no Brasil, especialmente devido a políticas públicas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Instalando sua sede pelotense na Rua Dr. Bruno de Mendonça Chaves, no bairro Três Vendas, a Faculdade Atlântico Sul propunha uma metodologia de ensino superior fundamentada na dimensão prática do aprendizado, na didática participativa e em inovações pedagógicas. Frequentemente, isso conduzia à imersão dos discentes na realidade social local, especialmente em comunidades e instituições de Pelotas. A gestão da IES (Instituição de Ensino Superior), por sua vez, sob a perspectiva de empreendimento privado, acompanhava tendências mercadológicas, com discursos publicitários acentuando a competitividade da qualidade de seu ensino e os valores das mensalidades de seus cursos de graduação e pós-graduação lato sensu. Dentre os primeiros cursos de graduação, constavam Administração, Gestão Hospitalar, Direito, Educação Física e Enfermagem; dentre as especializações, atuava em áreas como Administração,

Direito Constitucional, Direito do Trabalho e da Previdência Social, além de um MBA em Gestão de Negócios. Seu corpo estudantil, em grande parte, era formado por estudantes trabalhadores, alcançando, com isso, inserção na comunidade local. Entretanto, devido à crise institucional que enfrentou ainda em sua primeira década de existência, em 2007, o empreendimento foi objeto de negociação com a Anhanguera Educacional, uma empresa privada de capital aberto em âmbito nacional. Todavia, mesmo que de curta duração, a IES contribuiu para a formação de inúmeros estudantes, que seguem atuando em empresas, escritórios de advocacia e no serviço público de Pelotas e região. Da mesma forma, grande parte de seu corpo docente continua suas práticas em outras IES locais, como na própria Anhanguera, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e na Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Assim, ao representar um capítulo importante da história recente do ensino superior em Pelotas, a Atlântico Sul permanece na memória de seus egressos e na paisagem educacional da cidade.

Ana Clara Correa Henning

Referências:

ANDRETTI, Rafael Damé. *Um estudo comparativo entre a imagem e o posicionamento de marca de duas Instituições de Ensino Superior privadas do município de Pelotas – RS*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5713/1/397397.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer CNE/CES n. 101/2005*: trata do reconhecimento do curso de Direito da Faculdade Atlântico Sul. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2005/pces101_05.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

HENNING, Ana Clara Correa. *Conexões entre cultura popular e cultura acadêmica: recontextualização curricular na prática de pesquisa jurídica do Curso de Direito da Anhanguera Educacional/Faculdade Atlântico Sul em Pelotas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/123456789/1710/Ana_Clara_Correa_Henning_Dissertacao.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 abr. 2025.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

No início da década de 1970, logo após a criação da UFPel (1969), foram realizados os primeiros estudos para a criação de um curso e/ou faculdade de Arquitetura. A implantação do curso efetivou-se por meio da publicação, pela Reitoria da UFPel, da Portaria n.º 215, de 24 de novembro de 1971. O Curso de Arquitetura surgiu a partir de uma movimentação comunitária para a sua criação. Foi implementado após pareceres favoráveis da Comissão Especial instituída para esse fim e da manifestação, também favorável, dos Diretores das Unidades Universitárias. As atividades pedagógicas tiveram início no primeiro semestre do ano seguinte, quando a UFPel passou a sediar o terceiro curso de Arquitetura do Rio Grande do Sul. Inicialmente, o Curso estava vinculado

ao Instituto de Artes, que ofertou, em 1972, 35 vagas no vestibular da Universidade. A Portaria n.º 161, de 2 de julho de 1974, constituiu o Colegiado de Arquitetura e Urbanismo e estabeleceu, como Coordenador do Colegiado do Curso e representante do Departamento de Arquitetura, o professor Luiz Antônio Machado Veríssimo. O primeiro currículo integral definido pelo Colegiado foi implementado em 1975, e a oferta de disciplinas dependia da contratação de professores para ministrar as disciplinas profissionalizantes, o que dificultava o funcionamento do Curso. A primeira turma, formada por três alunos, colocou grau em dezembro de 1977. No ano seguinte, o Curso foi reconhecido pelo MEC, por meio do Decreto n.º 81.607, de 27 de abril de 1978. A autonomia administrativa do Curso foi obtida em 1983, quando o Colegiado e o Departamento de Arquitetura foram vinculados, como unidade de ensino, à Reitoria da UFPel. A organização administrativa, estruturada por meio de dois departamentos e que permanece até os dias de hoje, data de 1984. Nesse ano ocorreu a criação, por desmembramento do Departamento de Arquitetura, do Departamento de Tecnologia da Construção (DTC), por meio da Portaria n.º 434, de 26 de julho de 1984, da Reitoria da UFPel. Aproximadamente uma década após o reconhecimento do Curso, foi criada, em 1988, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb). Atualmente, a FAUrb oferece um Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, um Curso de Especialização em Gráfica Digital (*lato sensu*) e o Programa de

Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU (*stricto sensu*), com formação nos níveis de Mestrado e Doutorado. O Curso funcionou, inicialmente, na Escola de Belas Artes (EBA) e no Campus Capão do Leão. No início da década de 1980, as atividades administrativas passaram a funcionar em uma edificação projetada pelos professores Paulo Afonso Rheingantz e Luís Otávio Zamarioli. Em 1987, a partir de uma proposta de aproximar a Universidade da cidade, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo foi transferida para a *Villa Santa Eulália*, localizada na rua Quinze de Novembro, n.º 209, entre as ruas Benjamin Constant e Almirante Tamandaré. No início dos anos 2000, a FAUrb foi transferida para sua sede atual, na rua Benjamin Constant, 1359, no Campus Porto, instalando-se na edificação que abrigou a antiga Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Lã (COSULÃ).

*Aline Montagna da Silveira
Ana Lúcia Costa e Oliveira*

Referência:

COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/faurb/files/2018/08/FINAL_PPC_Arquitetura_e_Urbanismo_2016.pdf. Acesso em: 13 jan. 2025.

Faculdade de Ciências Domésticas. A Faculdade de Ciências Domésticas (FCD), criada em 1968, foi uma das unidades formadoras da Universidade Federal de Pelotas em 1969, quando ainda pertencia à Universidade

Federal Rural do Sul; porém, o Curso Superior de Ciências Domésticas já estava em funcionamento desde 1961. Em 1960, foi criada a Universidade Rural do Sul (Decreto n.º 49.529, de 13 de dezembro de 1960), com sede em Pelotas, vinculada ao Ministério da Agricultura. Na época, estava constituída pela Escola de Agronomia Eliseu Maciel, pelo Centro de Treinamento e Informação do Sul – CETREISUL, pelo Curso Superior de Ciências Domésticas e pelo Curso de Sociologia Rural. O Curso de Ciências Domésticas, assim como o de Sociologia Rural, começou a funcionar no ano seguinte, e sua primeira turma se formou em 1964, constituída por quatro alunas. A Universidade Rural do Sul foi federalizada e transferida do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura em 1967 (Decreto n.º 60.731, de 19 de maio de 1967), passando a denominar-se Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS). No ano seguinte, sua nova estrutura foi fixada, constituída por três faculdades – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), Faculdade de Veterinária (cujo curso começou a funcionar efetivamente em 1969) e Faculdade de Ciências Domésticas; três institutos básicos – Instituto de Ciências Físicas e Matemática, Instituto de Ciências Químicas, Ciências Biológicas e Geociências e Instituto de Ciências Humanas; e foi autorizada a criação de outras unidades (Decreto n.º 62.511, de 9 de abril de 1968). A FCD funcionou, inicialmente, no prédio da Faculdade de Agronomia, passando para o prédio próprio em 1970, local anteriormente ocupado pelo CETREISUL e utilizado

como alojamento. O Curso Superior de Ciências Domésticas contava com seis departamentos: Nutrição e Alimentos, Vestuário e Têxteis, Arte e Decoração do Lar, Educação, Administração do Lar e Puericultura e Enfermagem. Na década de 1970, a Faculdade foi estruturada em quatro departamentos: Departamento de Nutrição e Alimentos, Departamento de Vestuário e Têxteis, Departamento de Habitação e Departamento de Administração do Lar. Em 1974, o Departamento de Nutrição e Alimentos foi transferido para a Faculdade de Agronomia e fundido ao Departamento de Tecnologia Rural, mantendo a denominação de Departamento de Nutrição e Alimentos (Portaria da UFPel n.º 233, de 23 de setembro de 1974). No ano de 1980, esse departamento foi desmembrado em três departamentos: Ciências dos Alimentos, na Faculdade de Ciências Domésticas; Tecnologia Agrícola, na Faculdade de Agronomia; e Nutrição, na Faculdade de Medicina, para atender aos cursos de Nutrição e Enfermagem (Portaria da UFPel n.º 127, de 20 de março de 1980). O Departamento de Administração do Lar passou a denominar-se Departamento de Administração e Consumo em 1999 (Portaria da UFPel n.º 174, de 26 de março de 1999). Até a década de 1990, a FCD ofereceu os cursos de Bacharelado em Ciências Domésticas (desde 1961) e de Licenciatura em Economia Doméstica e Educação Familiar (desde 1966). Em 18 de junho de 1996, foi criado pelo Departamento de Ciências dos Alimentos o Curso de Bacharelado em Química de Alimentos, implantado com o ingresso da primeira

turma em 1997 (Portaria da UFPel n.º 247, de 13 de fevereiro de 1997). Diante da suspensão, pela administração central, do concurso vestibular para o Curso de Ciências Domésticas em 1997 e do processo de extinção do curso, a unidade propôs a criação do Curso de Bacharelado em Administração (aprovada pelo COCEPE em 28 de maio de 1997; Resolução do CONSUN n.º 4, de 31 de agosto de 1999), cujo ingresso da primeira turma ocorreu em março de 1998. A partir da criação desses novos cursos, a FCD alterou sua estrutura e passou a ter dois departamentos: Departamento de Ciências dos Alimentos e Departamento de Administração (formado a partir da reunião dos outros três departamentos – Administração e Consumo, Habitação e Vestuário e Têxteis) (Resolução do CONSUN n.º 6, de 11 de novembro de 1999). Em 2000, foi criado na FCD o Curso de Bacharelado em Turismo, cujo projeto foi aprovado pelo Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (COCEPE), em 13 de junho de 2000, e pelo Conselho Universitário (CONSUN), em 20 de agosto de 2000, (Resolução n.º 3, de 24 de março de 2001), iniciando suas atividades no segundo semestre do mesmo ano. A extinção do Curso de Ciências Domésticas e a criação dos cursos de Administração e de Turismo demandaram uma nova estrutura, com a alteração do Departamento de Administração para Departamento de Administração e de Turismo (Portaria da UFPel n.º 75, de 4 de fevereiro de 2003) e com a criação da Faculdade de Administração e de Turismo, em 2006. O Departamento de Ciências dos Alimentos

foi extinto em 2011 (Portaria da UFPel n.º 553, de 15 de abril de 2011), e o Curso de Química de Alimentos passou a fazer parte do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos, recém-criado (Portaria da UFPel n.º 1.719, de 4 de novembro de 2010). Durante sua trajetória, a FCD ofereceu, além dos cursos de graduação, o Curso de Especialização em Economia Doméstica (1979) (Portaria da UFPel n.º 171, de 19 de abril de 1979), o Curso de Especialização em Ciência dos Alimentos (1982) (Portaria da UFPel n.º 139, de 14 de abril de 1982) e o Curso de Pós-Graduação em Economia Doméstica – Mestrado (1989) (Portaria do MEC n.º 1.740, de 22 de dezembro de 1994), criado a partir de acordo entre a UFPel e a Faculdade de Ecologia Humana da Universidade de Manitoba, Manitoba, Canadá. Em 1986, foi criado na Unidade o Serviço de Informação e Educação do Consumidor – SIOCON, cujo objetivo era atuar na educação do consumidor; porém, diante da ausência do PROCON em Pelotas, passou também a registrar reclamações dos consumidores e a buscar acordos amigáveis entre as partes. O SIOCON funcionou até 2005, quando foi extinto (Portaria da UFPel n.º 1.154, de 16 de novembro de 2005). A FCD também deu origem a outros cursos e faculdades, como a Faculdade de Educação e de Nutrição. Em 1966, foi criado o Curso de Licenciatura em Economia Doméstica e Educação Familiar (Parecer n.º 352/1966, do Conselho Federal de Educação) – único curso de licenciatura da Universidade Federal de Pelotas na época de sua criação. Para atender a esse curso, foi

constituído o Departamento de Educação, que passou a atender as demais licenciaturas criadas na UFPel. Após poucos anos, em 1976, o Departamento foi transformado na Faculdade de Educação (Portaria da UFPel n.º 218, de 5 de julho de 1976). O Curso de Nutrição, criado em 1975 (Portaria da UFPel n.º 4, de 7 de janeiro de 1975), teve origem no Departamento de Nutrição e Alimentos da FAEM, que havia sido transferido da FCD para a Faculdade de Agronomia em 1974. Em 1988, o Curso de Nutrição foi transformado em Faculdade, englobando o Departamento de Nutrição (Portaria n.º 581/1988, do Ministério da Educação). A Faculdade de Ciências Domésticas foi extinta em 2006 (Portaria da UFPel n.º 766, de 23 de junho de 2006) e seu nome alterado para Faculdade de Administração e de Turismo (FAT) (Portaria da UFPel n.º 902, de 12 de julho de 2006). No ano de 2021, a FAT foi extinta (Resolução do CONSUN n.º 48, de 30 de março de 2021), e sua estrutura organizacional-administrativa foi transformada em centro, com a denominação de Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (Resolução do CONSUN n.º 39, de 26 de novembro de 2020, e Resolução do CONSUN n.º 49, de 30 de março de 2021), mantendo essa estrutura até os dias de hoje.

Dalila Müller

Referências:

GARCIA, Tania Elisa M. *Uma história em cena: construindo a identidade de seus atores: o Curso de Ciências Domésticas da UFPel: 1960-1997*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MAGALHÃES, Mario Osorio (Org.). *UFPeL: 30 anos*. Pelotas: Editora Universitária/UFPeL, 1999.

ROSA, Ursula Silva da; BANDEIRA, Ana da Rosa; PEREIRA, Patrícia de Borba (Orgs.). *UFPeL: 55 anos de história, desafios e superações*. Pelotas: Publicações Oficiais UFPeL, 2024.

Faculdade de Educação. Em 8 de agosto de 1969, por imposição do Decreto-Lei n.º 750, foi decretada a criação da Universidade Federal de Pelotas. A instituição nasceu com a extinção da antiga Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (agora incorporada), que contava com os seguintes cursos: Agronomia, Veterinária e Ciências Domésticas. Além desses cursos, foram agregadas diversas instituições particulares, como a Faculdade de Direito, a Faculdade de Odontologia e a Escola Agrotécnica Visconde da Graça. Posteriormente, ocorreram as incorporações da Faculdade de Medicina, da Escola de Belas Artes e do Conservatório de Música. Sob a égide do regime militar, o país adotou o modelo desenvolvimentista de capital associado, no qual se enfatizavam planejamento, eficácia e racionalização das políticas econômicas, com forte repercussão na área educacional. Eficiência e eficácia seriam palavras-chave dessa nova ordem educacional. Para o novo regime, havia inadequação dos sistemas de ensino à nova ordem mundial; os altos índices de evasão, repetência e a falta de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho eram provas cabais dessa realidade. Desenvolveu-se, assim, um conjunto de saberes pedagógicos an-

corados no “tecnicismo”, que adotou a utilização da tecnologia educacional, consubstanciada na teoria geral de sistemas e na teoria do capital humano. A organização dos sistemas educativos, assim como o planejamento do ensino nos espaços escolares, atendeu a uma tendência burocrática e centralizada. As novas diretrizes educacionais eram gestadas em gabinetes, dirigidas por equipes “especializadas” e ligadas aos órgãos dirigentes, restando ao professor apenas o papel de executor das decisões vindas de cima. Em relação ao ensino superior, a Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como Reforma Universitária, estabelecia as seguintes diretrizes: o ensino superior passaria a ser ministrado preferentemente em universidades e só excepcionalmente em estabelecimentos isolados. Quanto aos cursos, a universidade, por meio de suas unidades, deveria promover cursos de graduação, pós-graduação, extensão, aperfeiçoamento e especialização. Também estabelecia a unificação do vestibular por universidade e por região, a extinção da cátedra, a departamentalização e a divisão em ciclo básico e profissional. A política educacional seria expressão da reordenação das formas de controle social e político, valendo-se do sistema educacional agora reestruturado para assegurar o controle sobre a sociedade. A educação passa a responder aos desejos e anseios dessa nova ordem social e econômica, preparando e qualificando mão de obra para inserção no modelo capitalista. Esse desiderato encontra-se presente nos pronunciamentos militares, nos planos e diretrizes e nas diver-

sas leis educacionais. Para os novos detentores do poder, “manda quem pode e obedece quem tem juízo” (Gaspari, 2002, p. 215). É dentro desse panorama que a Faculdade de Educação será estruturada, cujas origens, remotamente, estão vinculadas ao Curso de Ciências Domésticas. Em seus primórdios (ainda não era um curso, mas um departamento), a Faculdade de Ciências Domésticas era, até o final dos anos 1960, a única instituição na cidade de Pelotas a ministrar um curso de licenciatura – Licenciatura em Economia Doméstica e Educação Familiar. A Faculdade de Educação foi criada em 5 de julho de 1976 (Portaria n.º 218/76, Gabinete do Reitor da UFPel, Prof. Delfim Mendes Silveira) e reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) pela Portaria n.º 092, de 8 de março de 1984. Inicialmente, a Faculdade atendia à formação pedagógica dos cursos de licenciatura da UFPel e também oferecia um Curso de Aperfeiçoamento (Pós-Graduação Lato Sensu), destinado a atender à demanda oriunda do sistema de ensino de 1º e 2º graus e da própria universidade. Após dois anos, o referido curso foi transformado em Curso de Especialização. Nesses primeiros anos, seu corpo docente estava estruturado em dois departamentos: Ensino e Fundamentos. Pelo Departamento de Ensino, atuavam os seguintes professores: Consuelo de Azevedo Requião, Cêres Maria Torres Bonatto, Léa Hauch de Freitas, Léa Regina Martins da Silva, Maria da Graça Martins Vianna, Maria Isabel Cunha, Maria Nara Pires Rangel, Clarisse Siqueira Coelho, Solange de Barros Coelho, Ana Maria Soares da Silva, Cleoni Maria Barbosa Fernandes,

Maria Tavares Casalinho, Helena Martinez Azevedo e Maria Oly Pey. Por sua vez, o Departamento de Fundamentos da Educação estava constituído pelos seguintes docentes: Carmen Anselmi Duarte da Silva, Carmen Moreira Enderle, Clarice Bauer, Circe Maria Siqueira da Cunha, Egon Afonso Michels, Helena Loureiro, Jandir João Zanotelli, Maria Cleusa Allemand, Maria Helena Duval, Mariza Villela Marroni, Osmar Miguel Schaefer, Ruth Ávila Zanotelli e Teófilo Alves Galvão. As disciplinas ofertadas pelo Departamento de Ensino eram: Metodologia do Ensino, Metodologia do Ensino Superior, Metodologia do Ensino de 1º e 2º graus, Metodologia das Ciências, Didática I e II, Teorias de Ensino, Estrutura e Fundamentos de Ensino, Sistema Educacional, Prática de Ensino, Procedimentos de Ensino, Currículo e Programas. As disciplinas que compunham a grade curricular do Departamento de Fundamentos da Educação eram as seguintes: Filosofia da Educação I e II, Fundamentos Filosóficos da Educação Moral, Psicologia do Desenvolvimento I e II, Psicologia da Aprendizagem e Psicologia da Educação. Em 1978, em uma atitude pioneira, a FaE criou o Curso de Pedagogia com Habilitação em Séries Iniciais, reconhecido pela Portaria n.º 092, de 8 de março de 1984 (publicada no D.O.U. em 9/03/1984). Essa iniciativa buscava responder às demandas regionais de capacitação e valorização de professores e professoras alfabetizadores das séries iniciais, complementando, em certo sentido, o esforço inicial realizado com o Curso de Especialização. Entre outros objetivos, buscava de-

mocratizar o ensino público. Entre suas diversas iniciativas, criou, em 1979, “A Escola das Crianças sem Escola”, com o objetivo de atender crianças carentes e propiciar uma experiência pedagógica para os alunos. Inicialmente, funcionou no Bairro Areal, no turno da tarde, com aulas de segunda a quinta-feira. Em 1985, passou a funcionar na Rua Uruguai, em um prédio da igreja. Entre 1985 e 1989, a coordenação esteve a cargo de Consuelo Requião e Mariza Villela Marroni. Posteriormente, a escola passou a funcionar na esquina das ruas Almirante Barroso e Lobo da Costa, sob a administração inicial de Céres Bonatto e, posteriormente, de Gomerindo Ghiggi. Atualmente, está localizada no prédio das Ciências Humanas, na rua Alberto Rosa. Em 1994, a Faculdade de Educação era responsável pelos seguintes cursos: Curso de Pedagogia, com habilitação em Séries Iniciais, oferecendo 40 vagas para ingresso; e Curso de Pós-Graduação (Especialização) em Administração Universitária, com 35 vagas para ingresso. Atendia ainda um total de oito cursos de diferentes unidades da UFPel, ministrando disciplinas como Introdução à Pesquisa Tecnológica, Pesquisa Tecnológica e Metodologia Científica e da Pesquisa. Também atendia diversos cursos de licenciatura, como Matemática, Geografia, Letras, Filosofia, Educação Artística, História, Física, Química e Biologia. A Faculdade de Educação (FaE) tem-se tornado um ponto de referência na formação de novos pesquisadores e nos debates educacionais, especialmente na região Sul, onde sua intervenção no cenário educativo tem crescido, participando

de discussões e da elaboração de políticas educacionais com prefeituras da microrregião, em sindicatos docentes e junto a diferentes movimentos sociais.

*Eduardo Arriada
Elomar Tambara*

Referências:

GARCIA, Maria Manuela Alves *et al.* Emancipação, redenção e vocação: análise do ideário pedagógico e contexto político-institucional na gênese de um Curso de Pedagogia. *Cadernos de Educação*, Pelotas, UFPel, n. 6, jan./jun. 1996. GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia.

O tema Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia começou a ser discutido formalmente na UFPel em uma reunião do Conselho Universitário, realizada em 24 de agosto de 1976. Nessa ocasião, o então reitor Delfim Mendes da Silveira designou o Diretor da Faculdade de Medicina, agregada à UFPel, Naum Keiserman, como responsável por articular o início do novo curso. Keiserman, conforme relatado em entrevistas de história oral, conversou com Kurt Kloetzel e Amílcar Gigante, dois médicos da Leiga, e juntos pensaram no nome da baiana Hildete Bahia da Luz para iniciar a articulação do grupo que pudesse estruturar a nova graduação. O curso de enfermagem foi idealizado devido à escassez dessas profissionais na cidade e em outras regiões do país. Em Pelotas, antes da criação do curso superior, as formações disponíveis eram de auxiliar de enfermagem, oferecida pela Univer-

cidade Católica de Pelotas, fundada em 1960, em cursos de 18 meses destinados a quem tivesse o ginasial completo; cursos de auxiliar médico, com duração de dois meses; e cursos de técnico de enfermagem, de nível de segundo grau (*Diário Popular*, 17 de outubro de 1976, p. 4). Hildete fez, portanto, parte de um grupo de doze enfermeiras nordestinas que deram início a este curso superior a partir de 1977. Seus nomes são: Hildete Bahia da Luz, conforme já mencionado; além das outras baianas, Helena da Rocha Conceição, Denildes de Oliveira Lemos, Sílvia Lúcia Ferreira, Emília Nalva Ferreira da Silva e Solange dos Anjos Gesteira. Nos primeiros anos, chegou também uma outra professora, Eunice Xavier de Lima, cearense, que já possuía o título de Livre Docente, fator importante para o reconhecimento do curso, ocorrido em 1980. Juntaram-se a elas mais cinco paraibanas: Maria da Glória Santana, Francisca Dias de Oliveira, Irani Fernandes de Alencar Silva, Valquíria Machado e Afra Suelene de Sousa. O currículo inicial seguiu os parâmetros da graduação existente na Universidade Federal da Bahia, uma vez que, das seis baianas pioneiras, cinco haviam obtido sua formação naquela instituição. A graduação, com duração de quatro anos, teve início em 1977, com a oferta de 40 vagas em seu primeiro vestibular (*Diário Popular*, 2 de outubro de 1976), preenchidas principalmente por mulheres, já que se acreditava à época – como ainda se pensa hoje – que a tarefa de cuidar estava especialmente relacionada ao gênero feminino. O início do curso foi difícil, devido a situações de preconceito ra-

cial e de origem, uma vez que se tratava de mulheres nordestinas, jovens, várias delas negras, ingressando em uma universidade majoritariamente branca, elitista e machista. De todo modo, as dificuldades iniciais foram superadas com o passar do tempo, e hoje a Faculdade de Enfermagem se consolidou como referência na área da saúde, tanto na graduação quanto na pós-graduação, oferecendo Mestrado e Doutorado, formando profissionais altamente qualificados.

Lorena Almeida Gill

Referências:

GILL, Lorena Almeida. Uma graduação jovem, negra e nordestina: a história do curso de Enfermagem da UFPel. In: FERREIRA, Luiz Otávio; BATISTA, Ricardo dos Santos; MARQUES, Rita de Cássia (Orgs.). *Enfermeiras, educadoras sanitárias e outras profissões: estudos históricos*. São Paulo: Hucitec, 2024.

LUZ, Hildete. Depoimento: coordenadora do Curso de Enfermagem, período: 21/10/1977 a 01/03/1980. *Journal of Nursing and Health*, Pelotas, v. 6, p. 1-5, 2016.

Faculdade de Engenharia Agrícola. No ano de 1970, o Departamento de Engenharia Rural da Universidade Federal de Pelotas começou a planejar um novo curso de graduação, pioneiro no Brasil: a Engenharia Agrícola, que se concretizou dois anos após as primeiras tratativas, em 1972. Para a constituição do curso, foram fundamentais convênios firmados com o Instituto Interamericano de Ciência Agrícola e com o Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Sul.

A primeira turma, iniciada em 1973, contava com 20 alunos e se formou em 1977, com uma única mulher entre os 16 concluintes. À época, não era comum que mulheres ingressassem nesse tipo de formação, mudança que ocorreu de forma gradual ao longo do tempo. “Estudos recentes mostram um aumento em relação à presença feminina na área da engenharia, de 4% nos anos 1970 para 14% em 2009” (Tavares; Moreira, 2022, p. 4). Os nomes dos formandos eram, segundo Wagner (2007): Adonai Cruz Espírito Santo, Alcenir Del Moro, Elieser Frontino Rodrigues Gross, Flávio Luiz Carpena Carvalho, Ila Maria Corrêa, José Leão de Rosso, José Luiz Costa Rosskoff, Liseu Hofstaetter, Miguel Arcângelo Zuchetto, Moacir Emilio Bendinotto Regazzon, Norberto Amaral Duarte, Odilon Reny Ribeiro Ferreira da Silva, Paulo Fernando Collares, Renato Soares Gastaud, Rômulo Fernandes Flório e Sergio Mauro Follee. No ano de 1974, o curso foi reconhecido, e seu primeiro coordenador foi Orlando do Rego Magalhães Filho. Além do coordenador, os demais professores nos anos iniciais eram: “[...] Carlos Alberto Soares Vianna, João Geraldo Cazarolli, Jau Paulo Goulart, Elmar Wagner, Ubirajara Galli e, posteriormente, o professor Isidoro Halpern. É importante ressaltar também a atuação do técnico administrativo José Luiz Carvalho Silva, que secretariava o Departamento de Engenharia Agrícola e forneceu todo o suporte administrativo para os encaminhamentos de formação do novo curso e da nova Faculdade de Engenharia Agrícola,

tendo recebido, mais tarde, menção honrosa pelos serviços prestados à Universidade” (Duarte *et al.*, 2024, p. 175). As cinco áreas de concentração do curso eram: Engenharia de Água e Solos; Eletrificação Rural; Construções Rurais; Mecânica e Mecanização; e Armazenamento. A Faculdade de Engenharia Agrícola foi fundada apenas em 1986. É importante destacar que o curso de Engenharia Agrícola deu origem ao Centro de Engenharias da UFPel, que hoje é composto, além da Engenharia Agrícola, pelos seguintes cursos: Engenharia Civil, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção, Engenharia Eletrônica, Engenharia Industrial Madeireira, Engenharia de Petróleo, Engenharia Geológica e Geoprocessamento.

Lorena Almeida Gill

Referências:

DUARTE, Cláudio; SCHNEIDER, Eduardo; SILVA, Laureci; OLIVEIRA, Leonardo. Origem do Centro de Engenharias e seu desenvolvimento até os dias atuais. In: ROSA, Ursula; BANDEIRA, Ana; PEREIRA, Patrícia (Orgs.). UFPel: 55 anos de História, desafios e superações. Pelotas: Publicações Oficiais UFPel, 2024.

TAVARES, Gisele; MOREIRA, Ródion. A inserção das mulheres nas engenharias. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 13, p. 1-10, 2022. WAGNER, Elmar. *Engenharia Agrícola completa 30 anos no Brasil*. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cea/files/2011/10/EA30Anos.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

Faculdade de Medicina (Leiga) da UFPel.

Na década de 1950, começaram os debates em Pelotas sobre a criação de um curso de Medicina na cidade, tendo em vista, segundo notícias de jornais, a insuficiência de profissionais para atender o número de moradores, que girava em torno de 128 mil pessoas naquele período. Ao mesmo tempo, Pelotas já era considerada um polo regional de saúde, recebendo pessoas de municípios próximos, que não contavam com especialistas em algumas áreas nem com estruturas hospitalares adequadas. Era, portanto, necessário criar um curso de Medicina. Para isso, foi criada, em 1954, a Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (IPESSE), que rapidamente obteve o reconhecimento da sociedade. Tanto é que, em 1955, já recebeu, em doação pela prefeitura, um prédio que antes havia abrigado a casa de Carlos Ritter e, posteriormente, havia sido o Instituto de Higiene Borges de Medeiros, situado na Avenida Duque de Caxias, n.º 250. Os debates se intensificaram em 1958, quando o médico judeu Naum Keiserman, considerado fundador da Leiga, passou a lecionar na Faculdade de Odontologia e a ocupar um cargo na Sociedade de Medicina de Pelotas. Nesse período, o bispo da cidade, Dom Antônio Zattera, também demonstrou interesse em fundar uma instituição com perspectiva católica. As discussões se intensificaram, pois Naum defendia uma escola laica, incompatível com o projeto do bispo. Em 1959, houve uma solenidade oficial de fundação da Faculdade de Medicina em Pelotas, liderada pelo projeto da IPESSE, na

qual esteve presente o governador do Estado, Leonel Brizola, que prometeu diversos apoios à instituição, incluindo o financeiro. A chamada Leiga iniciou seu funcionamento em 1963, assim como a Faculdade Católica de Medicina. O curso, que era privado, recebeu autorização para funcionamento por meio do Decreto n.º 51.884, de 3 de abril de 1963, e foi reconhecido pelo Decreto n.º 59.381, de 12 de outubro de 1966. A primeira turma, composta por apenas quatro mulheres, formou-se em 13 de dezembro de 1968, dia da instituição do famoso Ato Institucional n.º 5, que endureceu ainda mais a ditadura civil-militar vigente no Brasil desde 1964. Tanto é que alguns professores e alunos de Medicina, assim como de outras graduações, foram perseguidos. O curso da Leiga permaneceu privado até 1978, quando foi federalizado e passou a integrar a Universidade Federal de Pelotas, fundada em 1969. Desde a criação da UFPel, a Medicina constava como agregada à instituição, o que proporcionou algumas facilidades à Leiga, como a realização de obras de infraestrutura e o oferecimento de carga horária de professores da área básica. Atualmente, a Faculdade de Medicina abrange, além da Medicina, os cursos de graduação em Psicologia e Terapia Ocupacional. A Medicina oferece, ainda, residências médicas, uma especialização em Saúde da Família, além do Mestrado Profissional em Saúde da Família e do programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, fundado em 1991, que possui conceito máximo na CAPES.

Lorena Almeida Gill

Referência:

GILL, Lorena. *Uma Casa chamada Leiga: os 60 anos da Medicina-UFPEL*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2023.

Faculdade de Nutrição. Em 1974, foi proposta a criação do Curso de Nutrição, vinculado à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), o qual foi transformado em Faculdade de Nutrição em 1988. A convite do professor Guido Kaster, da FAEM, a professora e nutricionista Emília Aureliano de Alencar Monteiro, da Universidade Federal de Pernambuco, implantou o curso e tornou-se a primeira coordenadora do Curso de Nutrição na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Após a incorporação da Faculdade de Medicina de Pelotas à UFPEL (1978) e com a chegada de mais professores nutricionistas, o Departamento de Nutrição, responsável pela oferta do curso, foi transferido para a Faculdade de Medicina. A história da nutrição, seja como ciência ou profissão, remonta ao início do século XX, período em que a maior parte da população mundial passou a viver em centros urbanos e, conseqüentemente, a enfrentar problemas relacionados ao acesso aos alimentos. Nesse período, a preocupação com a fome passou a ser prioridade em muitas cidades europeias, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial. No Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, com a instituição do salário-mínimo, o estabelecimento da ração essencial mínima (ou cesta básica) e a criação dos Serviços de Alimentação da Previdência Social (SAPS), evidenciou-se a emergên-

cia da nutrição, surgindo os primeiros cursos de formação do profissional nutricionista. Os quatro primeiros cursos de Nutrição foram estabelecidos em São Paulo e no Rio de Janeiro, com influência das escolas norte-americanas e europeias de Nutrição e Dietética. Nessas instituições, o campo de estudo da nutrição estava centrado no consumo e na utilização biológica de nutrientes pelo indivíduo. No entanto, na criação do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, na década de 1940, e nos cursos de Salvador e Recife, criados na década de 1950, percebe-se a influência latino-americana. Josué de Castro, que havia estudado com Pedro Escudero, fundador do Curso de Dietética da Universidade de Buenos Aires, criou o Instituto de Nutrição na Universidade do Brasil. Sua pesquisa *As Condições de Vida das Classes Operárias de Recife* é considerada o primeiro inquérito nutricional do Brasil. Esse estudo serviu de base para a lei do salário-mínimo e para a formulação da cesta básica. É na criação desses cursos de Nutrição, apoiados nos estudos de Josué de Castro e de outros pesquisadores pernambucanos, que se percebe a prioridade na formação profissional voltada para o coletivo, na perspectiva social, com foco na produção, distribuição e consumo de alimentos pela população. Assim, com influência do Curso de Nutricionistas e do Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, reconhecido pelas pesquisas sobre as condições nutricionais da população brasileira, foi criado o Curso de Nutrição da UFPEL, o qual constitui o segundo curso de Nutrição na região

Sul do Brasil e o primeiro em uma instituição pública, criado durante o primeiro período de expansão dos cursos de Nutrição no país, na década de 1970. Essa expansão ocorreu após a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), em 1972, que incluiu o incentivo à formação de recursos humanos como uma de suas linhas de atuação. Do ponto de vista formal, a graduação foi criada por meio da Portaria n.º 4, de 7 de janeiro de 1975, do Ministério da Educação, sendo um dos seis cursos iniciados na década de 1970 que receberam apoio do INAN para sua implantação. A primeira turma de nutricionistas da UFPel formou-se em 1979, e o curso foi reconhecido pela Portaria n.º 83, de 16 de janeiro de 1981, publicada no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 1981. A primeira sede do Curso de Nutrição situava-se no prédio que abrigou as Escolas de Veterinária e Superior de Ciências Domésticas, vinculadas à FAEM, construído antes da criação da UFPel. O curso permaneceu nesse prédio, junto às Faculdades de Ciências Domésticas e Meteorologia, quando foi criada a Faculdade de Nutrição, por meio da Portaria n.º 581, do Ministério da Educação e Cultura, em 28 de novembro de 1988. Desde a sua criação, o ingresso de estudantes era anual; entretanto, com a expansão das universidades brasileiras por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, do governo federal, o ingresso passou a ser semestral. Em 2010, com a criação do Curso Superior de Tecnolo-

gia em Gastronomia e a ampliação da área física proporcionada pela adesão ao REUNI, a Faculdade de Nutrição, com seus dois cursos, passou a funcionar no Campus Anglo. Nesse período, também foi criado o Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos, vinculado à Faculdade de Nutrição, oferecendo cursos de mestrado e doutorado, sendo este último iniciado em 2021.

Denise Petrucci Gigante

Referências:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Portal da Universidade Federal de Pelotas*. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/historico/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *História do Curso de Nutrição*. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nutricao/2021/04/07/historia-do-curso-de-nutricao-da-universidade-federal-de-pelotas/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 127-138, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/ZswhjsNDPkFTYpS6GLvkvh/#>. Acesso em: 21 nov. 2025.

Faculdade de Odontologia. Em 1911, em razão da reforma educacional promovida pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rivadavia Corrêa, por meio do Decreto n.º 8.569, foi permitida a autonomia escolar para a criação de cursos superiores. Com base nessa norma, os maçons, que haviam fundado em 1902 o Gymnasio Pelotense (atual Colégio Municipal Pelotense), criaram, em 1911, a Faculdade de Phar-



Local onde se iniciaram as aulas da Faculdade de Odontologia, em 1911, no antigo Gymnasio Pelotense, na esquina das ruas Tiradentes e Félix da Cunha. Na casa ao lado, pela rua Félix da Cunha, funcionaram, por um tempo, o Centro Acadêmico da Odontologia e a Boate da Odonto. No sobrado ao lado da boate, a faculdade permaneceu de 1930 até sua mudança para o prédio atual. Fonte: PELOTAS, CAPITAL CULTURAL. *Os mestres e a mística do Ginásio Pelotense*. 2013. Disponível em: <https://pelotascultural.blogspot.com/2013/04/os-mestres-e-mistica-do-ginasio.html>. Acesso em: 21 nov. 2025.

macia e Odontologia e a Faculdade de Agrimensura. A Faculdade de Direito surgiu em 1912, sendo que esses três cursos superiores tiveram sua primeira sede no mesmo local, no Gymnasio Pelotense. Conforme a Ata n.º 1, do primeiro Livro de Atas elaborado para a faculdade, no dia 21 de setembro de 1911, às sete horas da noite, em uma sala do respectivo Gymnasio, reuniram-se os membros fundadores – senhores Francisco José Rodrigues de Araújo, Álvaro de Farias Eston, Manoel Serafim Gomes de Freitas, Pedro Luís Osório, Antônio Guerreiro de Almeida e Pedro Batista Gomes de Freitas – para tratarem da criação de dois cursos superiores, os quais passaram a integrar a chamada Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Pelotas, reconhecida como Escola Livre. Para admissão na Faculdade, era necessário que os candi-

datos prestassem provas orais e escritas diante de uma banca examinadora, sendo aprovados nas seguintes disciplinas: Português; Francês; Alemão ou Inglês; Aritmética e Geometria Plana; Geografia; Cosmografia (estudo de mapas); História do Brasil; Noções de História Natural; e Química e Física. No dia 10 de abril de 1912, iniciaram-se as matrículas dos primeiros alunos, sendo 15 pessoas no curso de Odontologia, entre as quais apenas uma mulher, Corina Fagundes, com 15 anos. As aulas tiveram início em 15 de abril. Já na primeira turma do curso, a partir do segundo ano do currículo, os alunos realizavam a prática odontológica, oferecida gratuitamente à comunidade por meio da cadeira de Clínica Odontológica. Essa atividade era custeada por membros da Faculdade e por pessoas da sociedade pelotense que doavam recursos para

sua manutenção, evidenciando a preocupação com o ensino, a prática e a prestação de serviços de saúde àqueles que deles necessitavam. No dia 16 de novembro de 1913, em sessão solene realizada às oito horas da noite, no Palácio da Intendência Municipal (atual Prefeitura Municipal de Pelotas), foi conferido o grau de cirurgião-dentista a dez alunos, os primeiros formados pela Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Pelotas. O professor Pedro Luís Osório atuou como paraninfo da turma, enquanto o aluno Hiram Ribeiro exerceu o papel de orador. Formaram-se também Alfredo Leite Nunes, Celso da Costa Freitas, Cleóbulo Revault da Silveira, Copérnico Júlio Miranda, Djalma da Costa Requião, Floriano Garibaldi Botelho, José Facundo de Oliveira, Josué Ponzi e a jovem Corina Fagundes, então com 17 anos. A recém-formada trabalhou como professora assistente da Clínica Dentária, sendo que, assim como outras mulheres que se formaram posteriormente, só tinha autorização para realizar atendimentos a mulheres e crianças. Pela já mencionada Lei Rivadavia Corrêa, não era mais necessária a comprovação do ensino secundário por meio de certificados para admissão nos cursos superiores, bastando a aprovação nos exames admissionais. Além disso, considerando que os cursos, em seus anos iniciais, tinham programação de apenas dois anos, pessoas muito jovens, com idades entre 14 e 19 anos, conseguiam se formar. Nesse sentido, na recém-fundada Faculdade de Odontologia, a jovem Ericina Francisca de Oliveira Baptista formou-se na segunda turma em 26 de

des, então com 17 anos. A recém-formada trabalhou como professora assistente da Clínica Dentária, sendo que, assim como outras mulheres que se formaram posteriormente, só tinha autorização para realizar atendimentos a mulheres e crianças. Pela já mencionada Lei Rivadavia Corrêa, não era mais necessária a comprovação do ensino secundário por meio de certificados para admissão nos cursos superiores, bastando a aprovação nos exames admissionais. Além disso, considerando que os cursos, em seus anos iniciais, tinham programação de apenas dois anos, pessoas muito jovens, com idades entre 14 e 19 anos, conseguiam se formar. Nesse sentido, na recém-fundada Faculdade de Odontologia, a jovem Ericina Francisca de Oliveira Baptista formou-se na segunda turma em 26 de



Parte do dispensário dentário da Clínica Infantil e de Adultos da Faculdade de Odontologia, ainda no antigo Gymnasio Pelotense. Fonte: Acervo do Memorial da Faculdade de Odontologia da UFPel.

novembro de 1914, com apenas 14 anos. Alguns meses antes, mais precisamente em 14 de julho de 1914, foi aprovada a criação da primeira Clínica Infantil do Brasil que prestava serviços à comunidade. A clínica recebeu instalação sem ônus para a faculdade, oferecida pelo professor Sylvio Torres Corrêa, que se tornou seu presidente. Até 1923, a clínica mantinha um serviço de Inspeção Dentária, responsável por realizar exames nos estudantes das escolas e encaminhá-los à faculdade, além de conduzir um projeto de divulgação de Higiene Dentária. Devido a desentendimentos entre os dirigentes do Ginásio Pelotense e da Faculdade de Pharmacia e Odontologia, em 16 de setembro de 1914, a maior parte da Congregação passou a exercer suas atividades em outro local, fazendo com que a cidade contasse, durante cinco anos, com duas Faculdades de Odontologia. O que as diferenciava eram seus endereços: uma era conhecida como anexa ao Ginásio e a outra, como “a da Floriano”, pois a nova faculdade se estabeleceu na Rua Marechal Floriano, n.º 166, passando, em maio de 1915, a funcionar na Rua Riachuelo (atual Rua Lobo da Costa), n.º 51, na esquina com a Rua General Osório. Em junho de 1919, essa instituição fechou suas portas. Em 1924, devido aos serviços prestados à comunidade, a faculdade que continuou funcionando foi municipalizada, e a Intendência Municipal passou a subvencioná-la, isentando-a do pagamento de taxas e oferecendo apoio financeiro. A faculdade que havia fechado, em 1919, ainda mantinha uma sede destinada apenas às reuniões de seus

membros. Em 1930, dirigentes da instituição que permanecia aberta enviaram um ofício solicitando a reintegração das duas instituições. Elas, então, unificaram-se novamente, e parte do corpo docente que havia se afastado, em 1914, retornou ao quadro de professores da faculdade, que já estava estabelecida na Rua Félix da Cunha, n.º 512. Durante o governo de Getúlio Vargas, por meio do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, foram instituídas mudanças no ensino superior do país, transferindo as faculdades estaduais ou livres para o controle federal, a fim de serem supervisionadas pelo Ministério da Educação. Para que a faculdade pudesse ser reconhecida e equiparada às instituições oficiais, foi necessário submeter-se à Inspeção Federal, que tinha como objetivo verificar a vida escolar e financeira da instituição e avaliar se ela possuía condições de receber a Inspeção Permanente. O reconhecimento foi concedido por Getúlio Vargas, por meio do Decreto n.º 8.082, de 21 de outubro de 1941. Com isso, os diplomas expedidos desde as duas primeiras turmas de formandos de 1913, para cada um dos cursos, foram finalmente regulamentados e reconhecidos, passando a ter validade em todo o país. A Inspeção Federal permaneceu até o final de 1948, quando a Faculdade foi incorporada pela então Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), por meio do Decreto n.º 414. A inclusão aconteceu após amplo engajamento de parte da sociedade pelotense, sendo árdua a luta para alcançar essa conquista, que visava um maior desenvolvimento para a região sul. Nessa ocasião, o curso de Farmácia, que apre-



Foto do prédio da Faculdade de Odontologia de Pelotas, com a sua construção original nos anos 1960. Fonte: Acervo particular de Maria Thereza Zanotta da Cruz.

sentava baixa procura, deixou de ser oferecido à comunidade. Em dezembro de 1950, a URGs passou para o controle federal, sendo a Faculdade de Odontologia federalizada. Em 1951, iniciaram-se as tratativas para a construção do novo prédio do curso, que seria, ao final, composto por sete módulos. Algumas instalações passaram a ser ocupadas já em 1957, mas a fundação oficial ocorreu em 14 de agosto de 1961. O ano de 1969 representou mais um avanço, pois, em 8 de agosto, por meio do Decreto-Lei n.º 750, resultante também de ampla mobilização popular, foi criada a Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), que, desde seu início, contou com a incorporação da Faculdade de Odontologia. Esta foi se consolidando ao longo do tempo como um curso de excelência e criou o Programa de Pós-Graduação em Odontologia (PPGO) da UFPeL, inicialmente com o PPG em Endodontia, no ano de 1976, e,

em 2003, teve aprovado o Doutorado em Dentística. Ainda fizeram parte dessa história as Semanas Acadêmicas Odontológicas (SAO), iniciadas em 1952, as quais, além das apresentações acadêmicas, passaram a contar, nos anos 1960, com a “Odontoarte”, composta por apresentações musicais e pelas famosas encenações das peças de teatro do professor Nova Cruz. Existiram, ainda, as concorridas festas da Boate da Odonto, que também propiciavam momentos de descontração e lazer, para além das necessárias práticas discente e docente.

Elisiane Medeiros Chaves
Luís Rubira

Referências:

AMARAL, Giane Lange do. *O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*. Pelotas: Seiva Publicações, 1999. (Série História da Educação em Pelotas, n. 1).

AMARAL, Giane Lange do; GIL, Marcelo Freitas. A maçonaria e o espiritismo no campo educacional em Pelotas-RS, Brasil nas primeiras décadas do Século XX. *Interações*, n. 35, p. 53-64, 2015.

OLIVEIRA, Eurico Passos de. *História e historietas da Faculdade de Odontologia de Pelotas*. Documento datilografado, 1976.

RUBIRA, Luís (Org.). *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. Santa Maria: Gráfica e Editora Pallotti, 2012.

RUBIRA, Luís; MEDEIROS, Elisiane. A Faculdade de Odontologia de Pelotas: Anamnese de 112 anos de história. In: ROSA, Úrsula da Silva; BANDEIRA, Ana da Rosa; PEREIRA, Patrícia de Borba (Orgs.). *UFPeL 55 anos de História, desafios e superações*. Pelotas: Publicações Oficiais UFPeL, 2024. p. 448-476.

Fontes documentais:

Atas do acervo do Memorial da Faculdade de Odontologia da UFPel.

Fontes imagéticas:

Acervo do Memorial da Faculdade de Odontologia da UFPel; acervo de Maria Thereza Zanotta da Cruz.

Faculdade de Veterinária. As primeiras movimentações regionais que apontavam para a criação de uma Escola Superior em Ciências Agrárias ocorreram no início da década de 1880. Em debate exitoso promovido a partir da Câmara de Vereadores de Pelotas, uma decisão governamental, em 1883, permitiu a fundação da Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática, sob inspiração conceitual do francês Dr. Claude Marie Rebougean, oriundo da famosa escola de Alfort e discípulo de Pasteur. A escola passou a funcionar regularmente como curso superior a partir de 1889, sob novo regulamento e com a denominação de Liceu Rio-grandense de Agronomia e Veterinária, formando alguns veterinários no início do século XX. Posteriormente, várias alterações na denominação e no conteúdo concentraram a atuação desse núcleo no Ensino Superior de Agronomia, até que, nos anos 1960, já como Universidade Rural do Sul, transitando do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, fosse retomada a proposta de formação e pesquisa em Ciência Veterinária. Em 1969, a Faculdade de Veterinária, bem como o Hospital de Clínica Veterinária, já constava no Decreto n.º 65.881,

de 16 de dezembro de 1969, que aprovou o Estatuto da recém-criada Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e voltou a diplomar novas turmas em Medicina Veterinária a partir de 1972. Inicialmente, ocupando espaços físicos preexistentes no campus da UFPel, no Capão do Leão, e contando com vários professores da Faculdade de Agronomia, a instituição consolidou-se, desenvolvendo importantes atividades em convênio com o núcleo de patologia animal do Instituto Agrônomico do Sul, atual Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A Faculdade de Veterinária evoluiu para funcionar em instalações próprias, localizadas hoje no antigo prédio da Reitoria, no Capão do Leão. Possui um Laboratório Regional de Diagnósticos, Hospital de Clínicas e vários núcleos científicos de destaque, além de contar com uma Pós-Graduação consolidada. Mais recentemente, em 2011, a UFPel implementou um curso de Veterinária relacionado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o qual já formou quatro turmas de Medicina Veterinária para filhos de pequenos agricultores.

Luiz Henrique Schuch

Referências:

LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario. *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/3735/Dic%c3%a1rio%20de%20Hist%c3%b3ria%20de%20Pelotas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 mar. 2025.

Feiras. Locais de comercialização de produtos frescos, como frutas, verduras, legumes, carnes, peixes, queijos e temperos, entre outros, incluindo flores e alimentos prontos para consumo, como pastéis, são mercados ao ar livre onde pequenos agricultores vendem seus produtos diretamente aos consumidores. Contudo, também existem feirantes que não são produtores. Esses espaços são tradicionais em muitas cidades e possuem grande importância cultural, econômica e social, sendo considerados circuitos curtos de comercialização. Em Pelotas, há registros de que o surgimento das feiras-livres data do final da década de 1940, por meio da promulgação da Lei Municipal n.º 88, que marcou a criação desses espaços. Atualmente, a cidade conta com aproximadamente 37 feiras, distribuídas pelos bairros, mas concentradas principalmente na zona central. Com relação ao tipo de produção, mais de 90% das feiras comercializam, com raras exceções, alimentos de produção convencional. Existem bem menos espaços destinados a feiras ecológicas. As feiras-livres constituem uma das formas mais antigas de comércio e, hoje, continuam a desempenhar um papel importante na venda de diversos gêneros alimentícios na maioria dos centros urbanos. As feiras, principalmente aquelas destinadas a produtores ecológicos, ocupam um papel central na efetivação progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), por serem locais onde são comercializados frutas, legumes e verduras sem uso de agrotóxicos,

alimentos responsáveis pela promoção da saúde. Além disso, esses locais compõem um espaço de sociabilidade entre feirantes e fregueses e estimulam o desenvolvimento local. Por serem considerados “circuitos curtos” de comercialização de alimentos, aumentam a autonomia quanto ao que produzir, vender e comprar, sem deixar de considerar os impactos sociais e ambientais envolvidos nesse processo.

Camila Ramos

Referências:

ANJOS, Flávio Sacco dos; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda. *As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005. 195 p.

RAMOS, Camila Irigónh. *Frutas, legumes e verduras nas feiras-livres de Pelotas e sua contribuição na segurança alimentar e nutricional*. 2015. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Alimentos) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

WEGNER, Rubia Cristina. Direito humano à alimentação: marco conceitual e legal para a presença do setor público brasileiro no abastecimento de frutas, legumes e verduras. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 73-92, 2011.

Feira do Livro. Ao entardecer do dia 25 de novembro de 1960, com a presença de autoridades locais, livreiros, editores e da população pelotense, foi inaugurada, na Praça Coronel Pedro Osório, a primeira Feira do Livro de Pelotas. Sendo pioneira no interior do Rio Grande do Sul, a Feira esteve a cargo de uma comissão composta pelos senhores Itamar Duarte, Paulo Bertaso e A. Martins Ramos. Iniciada

com o discurso proferido pelo senhor Mozart Victor Russomano, diretor do Instituto de Sociologia e Política da antiga URGs, catedrático da Faculdade de Direito de Pelotas e desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, a Feira contou, em seu primeiro dia de evento, com a presença de autoridades e destaques dos meios culturais e artísticos pelotenses, entre eles o senhor Henrique Bertaso, presidente da Câmara Brasileira do Livro (seção do RS); o senhor Ruy Diniz Neto, gerente da Editora Globo; o senhor Maurício Rosenblatt, da José Olímpio; e o senhor Leopoldo Boeck, da Sulina. Com o patrocínio da Câmara Brasileira do Livro, a Feira teve duração total de dez dias, contabilizando dez toneladas de livros, segundo o jornal *Diário Popular*. Participaram da Feira as livrarias Globo e Mundial (de Pelotas), Livraria Editora José Olímpio, Companhia Editora Nacional, Livraria Leonardo da Vinci, Livraria Editora Pilar S. A., Livraria Sulina, Editora Globo S., Livraria Farroupilha, Livraria Espírita, Editora Sulina e Organização Mercantil de Livros. A primeira Feira do Livro de Pelotas contou também com a presença da ilustre escritora Carolina Maria de Jesus. No quinto dia do evento, 30 de novembro de 1960, Carolina Maria chegou a Pelotas e, além de participar de outros passeios pela cidade, marcou presença na Feira à noite, realizando sua primeira sessão de autógrafos no Rio Grande do Sul, referente ao seu livro best-seller *Quarto do Despejo*. A primeira edição da Feira terminou na noite do dia 6 de dezembro de 1960, com um total de

mais de 10 mil livros vendidos e planos para sua realização anual nos anos seguintes. Desde então, Pelotas contabilizou 47 edições da Feira do Livro até o ano de 2021, todas tradicionalmente realizadas na Praça Coronel Pedro Osório. A Feira sofreu duas interrupções desde seu início, em 1960, sendo a primeira em 1964, voltando apenas em 1978, e a segunda em 2020, devido à pandemia de COVID-19. Com formatos diversificados, o evento adaptou-se às mudanças da cidade ao longo dos anos e ofereceu, entre suas quarenta e sete edições, várias atrações culturais, como apresentações musicais e escolares, atividades para o público adulto e infantil, sessões de autógrafos, oficinas e a implantação de uma praça de alimentação. A Feira foi oficializada como evento da cidade por meio da promulgação da Lei n.º 5.501, de 11 de setembro de 2008.

Gabrielle Nogueira Oliveira

Referências:

PELOTAS. *Lei n.º 5.501, de 11 de setembro de 2008*. Oficializa a Feira do Livro em Pelotas-RS. Pelotas: Câmara Municipal, [2008]. Disponível em: <https://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/484903/lei-5501-08>. Acesso em: 22 nov. 2025.

ZANCHETTA, Sônia. *Organização de Feiras de Livros*. 4. ed. Porto Alegre: Câmara do Livro, 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180403051956/http://www.camaradolivro.com.br/arquivos/290.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2025.

Fontes:

DIÁRIO POPULAR, n. 268, 1960. DIÁRIO POPULAR, n. 269, 1960. DIÁRIO POPULAR, n. 273, 1960.

Fenadoce. A Feira Nacional do Doce (Fenadoce) é um evento anual realizado na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, que tem como principal objetivo a valorização e a preservação da tradição doceira local. Criada em 1986, a feira tornou-se uma das maiores referências culturais e gastronômicas do país, consolidando Pelotas como a “Capital Nacional do Doce”. Além de ser um espaço de comercialização de doces tradicionais, a Fenadoce promove atividades culturais, apresentações artísticas e ações educativas voltadas à preservação do patrimônio imaterial da cidade. A tradição doceira de Pelotas tem origens históricas que remontam ao século XIX, período em que a economia da cidade prosperava graças à indústria do charque. Com a riqueza gerada por essa atividade, a elite local adotou hábitos refinados de consumo, inspirados na cultura europeia, especialmente na doçaria conventual portuguesa. No entanto, a produção dos doces estava diretamente ligada ao trabalho das mulheres negras escravizadas, que eram responsáveis pela cozinha dos casarões da aristocracia charqueadora. A cultura africana influenciou diretamente a doçaria pelotense, tanto na adaptação das receitas quanto no uso de ingredientes como o coco, presente em doces como o quindim. O domínio das técnicas de confeitaria por essas mulheres fez com que muitas delas, já libertas após a abolição, se tornassem doceiras autônomas, dando continuidade a essa tradição de maneira artesanal. A industrialização da produção de doces também teve um papel importante na economia da cidade, especialmente

entre as décadas de 1950 e 1970, com o apogeu e o declínio das fábricas de compotas de frutas, como pêssego e figo (Gutierrez; Bach, 2020). Esse setor agroindustrial foi responsável por consolidar Pelotas como um polo produtor de doces e conservas, contribuindo para a difusão da tradição doceira para além do consumo doméstico. A Fenadoce surgiu como uma resposta à necessidade de preservar e divulgar essa herança cultural. Inicialmente organizada pela Prefeitura Municipal, a feira passou a ser gerida pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas (CDL) e, desde então, expandiu-se, tornando-se um evento de grande porte. Atualmente, a feira ocorre no Centro de Eventos Fenadoce e recebe milhares de visitantes a cada edição. Além da venda de doces tradicionais, o evento conta com exposições, mostras culturais e ações que reforçam o vínculo entre a produção doceira e a identidade pelotense. A Fenadoce também desempenha um papel significativo na economia local, impulsionando setores como turismo, gastronomia e hotelaria. Durante o período da feira, Pelotas recebe visitantes de diversas partes do Brasil, movimentando o comércio e promovendo a cidade como um destino turístico voltado à cultura e à gastronomia. Além disso, o evento fortalece a valorização das doceiras artesanais, garantindo a continuidade do saber-fazer dos doces tradicionais, que foram reconhecidos como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2008. Ao longo do tempo, a Fenadoce tornou-se mais do que uma feira gastronômica; ela representa a memória e

a identidade de Pelotas, reafirmando a importância da tradição doceira para a história da cidade. Sua continuidade é fundamental para a salvaguarda desse patrimônio cultural, assegurando a preservação da memória histórica e das dinâmicas socioculturais que compõem a identidade de Pelotas. O reconhecimento da tradição doceira de Pelotas como patrimônio imaterial brasileiro resultou do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – Produção de Doces Tradicionais Pelotenses, realizado, entre 2006 e 2008, pelo Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), sob coordenação da antropóloga Flávia Rieth, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O objetivo da pesquisa foi identificar, registrar e valorizar os saberes e práticas que compõem o universo da doçaria tradicional pelotense, entendendo-a como uma referência cultural profundamente enraizada na história e na identidade da cidade e da região conhecida como Antiga Pelotas (IPHAN, 2008). Foram realizadas entrevistas com doceiras e doceiros, bem como o registro das técnicas de preparo, das formas de transmissão do conhecimento entre gerações e dos sentidos culturais associados à produção e ao consumo dos doces. O dossiê destaca que, entre os elementos mais representativos dessa tradição, estão os chamados doces de bandeja, como papos de anjo, quindins e camafeus, cuja apresentação refinada e vínculo com ocasiões festivas remetem à doçaria fina da elite urbana pelotense. Esses

doces carregam forte influência da doçaria conventual portuguesa, tanto nos ingredientes quanto na estética cerimonial com que são servidos. Por outro lado, os doces cristalizados, como os de figo, pêssego e laranja, integram a categoria dos chamados doces coloniais, sendo típicos da zona rural e associados à cultura dos imigrantes europeus. Sua produção artesanal, transmitida ao longo de gerações, também reforça o valor simbólico e afetivo desse patrimônio. A tradição doceira de Pelotas é mais do que um legado gastronômico. Ela constitui um patrimônio imaterial que sintetiza processos históricos, práticas culturais e saberes coletivos para a compreensão da memória e da identidade da cidade.

Camila M. Braga

Referências:

- BACH, Alcir Nei. *Patrimônio agroindustrial: inventário das fábricas de compota de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990)*. 2017. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.
- FENADOCE. *Pelotas – Cidade do Doce*. Disponível em: <https://fenadoce.com.br/pelotas-cidade-do-doce>. Acesso em: 14 mar. 2025.
- GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya; BACH, Alcir Nei. Patrimônio agroindustrial: as fábricas de compota de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA PÚBLICA, 2020. *Anais [...]*. [S. l.: s. n.], 2020.
- IPHAN. *Dossiê de registro: as tradições doceiras da cidade de Pelotas – Antiga Pelotas*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008. Disponível em: [| 179 |](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfin-</p>
</div>
<div data-bbox=)

der/arquivos/Dossie_%20tradicoes_doceiras_de_pelotas_antiga_pelotas.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.

MARCQUES, Mateus. Um roteiro pela história dos doces de Pelotas. *GZH*, 29 mai. 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/viagem/noticia/2017/05/um-roteiro-pela-historia-dos-doces-de-pelotas-9802695.html>. Acesso em: 14 mar. 2025.

Ferrovia. A ferrovia em Pelotas tem suas origens ligadas aos projetos estratégicos de malha ferroviária para o Rio Grande do Sul. Situada em uma região de fronteira, desempenhou um papel primordial nesses projetos, uma vez que as disputas territoriais remontavam ao período colonial, incluindo conflitos como a Guerra da Cisplatina, as lutas com os caudilhos platinos e a Guerra do Paraguai (Ransolin, 1999). Havia, portanto, a necessidade de construir estradas de ferro para proteger o Império contra agressões estrangeiras e o contrabando. O consenso era de que a construção da ferrovia no extremo meridional do Império representava a melhor alternativa para defender, ocupar e explorar esse território. Além de seu papel estratégico como meio de transporte militar, o trem também era visto como um fator de estímulo ao desenvolvimento agrícola. Em 1884, foi inaugurada a Estrada de Ferro Rio Grande-Bagé, que integrava o chamado Tronco Sul. O traçado da linha seguia paralelo à divisa com o Uruguai, apresentando diferentes características: os primeiros 35 quilômetros, entre as estações Marítima e Porto Novo, passavam por um solo arenoso de baixa

produtividade; desse ponto até Bagé, a linha cortava ricos campos destinados à pecuária (Dias, 1986). A conexão Rio Grande – Pelotas – Bagé, ao unir os eixos gado, charque e porto, tornou-se uma das mais importantes do futuro estado. Nas duas primeiras décadas, a ferrovia pertenceu à *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company Ltd.* Durante esse período, enfrentou sérias dificuldades devido a déficits operacionais, necessidade de reconstrução de trechos mal executados e, principalmente, aos impactos da Revolução Federalista, cujas batalhas prejudicaram significativamente o trânsito ferroviário. Em 1902, foi inaugurado o Ramal Fluvial de Pelotas, conectando o porto à ferrovia e permitindo o transporte de passageiros, animais, mercadorias e produtos. Em 1905, a linha foi desapropriada pelo governo federal e, juntamente com outras ferrovias gaúchas, transferida para a *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, empresa de capital predominantemente belga. A linha possuía três estações principais: Rio Grande, Pelotas e Bagé. Todas elas tinham a mesma tipologia – dois pavimentos e alas térreas laterais, caracterizadas como de médio porte. Ao longo do percurso, havia dezoito estações intermediárias de pequeno porte (IPHAÉ, 2002). A estação de Pelotas foi ampliada em 1929, com a construção de depósitos de bagagens nas extremidades laterais. Em 1950, inaugurou-se o Ramal Pelotas-Canguçu, que possuía sete estações e foi projetado para conectar Pelotas a Santa Maria. Entretanto, a construção dessa linha nunca foi concluída e, em 1963, todo o ramal já ha-

via sido desativado, com suas estações fechadas. Em 1920, com a transferência das ferrovias para o Estado, foi criada a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), responsável por uma série de melhorias e investimentos. Em 1959, a VFRGS foi incorporada à recém-criada Rede Ferroviária Federal S.A. (RFF-SA), que administrou a malha até 1997, quando o sistema ferroviário brasileiro passou por um processo de desestatização. No Sul do país, a malha ferroviária foi concedida à América Latina Logística (ALL), que, posteriormente, em 2015, foi incorporada pela Rumo Logística. Atualmente, a concessionária opera a linha que passa por Pelotas, destinada principalmente ao transporte de cargas, embora o volume de operações seja significativamente menor do que no auge da ferrovia – reflexo da priorização do modal rodoviário na política de transportes brasileira desde o pós-Segunda Guerra Mundial. Com o término do transporte de passageiros, em 1982, a estação de Pelotas entrou em um período de abandono e profunda decadência. Em 2000, foi incluída no Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas e, em 2008, passou por um processo de recuperação e requalificação de uso. Atualmente, o prédio abriga diversos órgãos públicos.

Antonio Soukef Júnior
Alexsandra da Rosa de Los Santos

Referências:

- AMARAL, Attila. *Primórdios e desenvolvimento do transporte ferroviário no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, 1970.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Carta da Província do Rio Grande do Sul, contendo o Plano de Ewbank de 1875*. Disponível em: <https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.html>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- DIAS, José Roberto de Souza. *Caminhos de ferro do Rio Grande do Sul: uma contribuição ao estudo da formação histórica do sistema de transportes ferroviários no Brasil meridional*. São Paulo: Editora Rios, 1986.
- FINGER, Anna Eliza. *Um século de estradas de ferro: Arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957*. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- IPHA. *Patrimônio ferroviário do Rio Grande do Sul: inventário das estações: 1874–1959*. Porto Alegre: Pallotti; Instituto Histórico e Artístico do Estado da Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul, 2002.
- MUSEU FERROVIÁRIO DE SÃO LEOPOLDO. *Acervo da Estrada de Ferro Rio Grande – Bagé*. São Leopoldo, 2023.
- RANSOLIN, Antonio Francisco. *As ferrovias no Rio Grande do Sul e no Uruguai (1870–1920): um estudo comparativo*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 1999.

Fotografia. A história da fotografia em Pelotas – e, muito provavelmente, a de tantas outras cidades do mundo – reflete a própria trajetória da fotografia como indústria, isto é, como produto da tecnologia, do mercado e das formas de representação reproduzíveis e comercializáveis. Dos agitados anos de 1960 até o presente, ao menos três momentos marcantes de virada tecnológica determinaram os modos de produzir e consumir imagens fotográficas. O primeiro foi a ampla popularização da fotografia com o lançamento da câmera

Instamatic, da Kodak, em 1963, seguida por outra versão igualmente popular, a Kodak Rio 400, lançada em 1965 para comemorar os 400 anos da antiga Capital do Brasil. Essa década assistiu ao surgimento de diversos modelos de câmeras, produzidas por diferentes marcas, cujo principal objetivo era atender ao crescente mercado do fotojornalismo. O segundo momento corresponde à democratização do processo fotográfico colorido e à expansão dos laboratórios de processamento mecânico de negativos e positivos, que passaram a integrar o cotidiano das cidades a partir da década de 1970. O terceiro é a revolução definitiva da fotografia digital. Nenhum desses marcos decorre de uma invenção isolada ou pode ser atribuído a uma data única e precisa; todos são desdobramentos populares de processos tecnológicos anteriores, que transformaram profundamente o fazer fotográfico. A câmera Instamatic segue a mesma lógica da primeira Brownie da Kodak, de 1900: “você aperta o botão, nós fazemos o resto”. O primeiro antecedente comercial da fotografia colorida, o Autochrome, dos irmãos Lumière, chegou ao mercado em 1907 e muito deve aos processos patenteados por Louis Ducos du Hauron, em 1868. A primeira imagem digital data de 1957, ainda que o protótipo da câmera tenha precisado de mais 18 anos para ser desenvolvido. A crescente aplicabilidade da fotografia, desde o seu surgimento comercial na primeira metade do século XIX, alimentou uma indústria potente que só mudaria de perfil na virada para o século XXI. As cidades foram pequenos espelhos des-

sas transformações. Na década de 1960, o nome de Idelfonso Robles, proprietário do estúdio pelotense Foto Robles, era a referência atualizada do retratista. Ficou muito conhecida a galeria de retratos de grandes nomes do teatro e do espetáculo musical que passavam por Pelotas e eram fotografados por esse estúdio. As fotos, assinadas com dedicatórias a Robles, ficavam expostas no hall de entrada do estabelecimento. O retoque, que modelava o cabelo, a pele e o olhar do retratado, esfumava a aparência em perfeição. Esse e outros estúdios atravessaram as décadas, sobreviveram aos laboratórios de processamento automático do negativo e das cópias coloridas e foram sendo desativados na passagem dos anos de 1980 para 1990. Concomitantemente, outro tipo de fotógrafo ocupava as ruas da cidade. Muito conhecida e praticada foi a fotografia dos instantâneos de rua. Os álbuns de família costumam trazer essas imagens, fartamente produzidas da década de 1950 até meados de 1980. O fotógrafo na praça, herdeiro do lambe-lambe, também definiu um espaço clássico de registro das famílias. Em Pelotas, foi Edgar Conceição Borges quem eternizou a infância de muitos habitantes da cidade sobre os cavalinhos de madeira que o acompanhavam, sobretudo nos finais de semana. Enquanto isso, a fotografia para o jornal avançava, acompanhando o parque gráfico dos periódicos locais. Mais de uma geração de fotógrafos, vários autodidatas, registrou os fatos da cidade. Dos estúdios para a rua, a fotografia conquistava todos os espaços. Quando o processo digital se popularizou, a fi-

gura do fotógrafo se fortaleceu na publicidade, no jornalismo e no registro de eventos sociais. Progressivamente, os laboratórios fotográficos fecharam suas portas, e o processo de revelação manual e mecânico se tornou vestígio nas fotografias que ficaram do período. As casas especializadas na venda de filmes e, posteriormente, na revelação e nas cópias em papel foram várias. Júlio Alterach, Casa Beiro, Foto Wolney, Foto Matos e outras promoviam a movimentação no segmento dos fotógrafos amadores, muitos, inclusive, usando filmes para “slides coloridos”, que faziam a alegria das famílias com a projeção doméstica das fotos de viagens, casamentos e aniversários de um ano das crianças. Já na imprensa, outros fotógrafos se destacavam e formavam discípulos para o fotojornalismo. No *Diário Popular*, vamos encontrar o nome de Ramão Barros, que colocou na profissão pelo menos dois filhos: Darci Barros e Wilson Lima. Também no *DP*, nos anos 60 e 70, temos o nome de Luis Carlos Elste, igualmente encarregado da produção dos clichês de metal. A formação acadêmica de fotógrafos ocorreu no curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas, e o pioneiro no ensino de fotografia como disciplina curricular foi o professor Luis Carlos Wohlfeil Netto, que, mais tarde, ministrou disciplinas de Fotografia nos cursos da Universidade Federal de Pelotas. Netto, que era fotógrafo amador, já participava do Grupo Tendências, que reunia aficionados da fotografia e que realizou, durante as décadas de 1970 e 80, várias exposições fotográficas na cidade. Um fato muito

particular de Pelotas foi a existência do Quiosque de Nelson Nobre, um colecionador que manteve, em um local no centro do comércio, um pequeno pavilhão de ferro e vidro no qual fazia exposições com fotos da cidade e vendia fascículos impressos da série *Pelotas Memória*. Após seu falecimento, em 2007, a sua coleção foi cedida à Universidade Católica, que já trabalhava em parceria com o memorialista, e o quiosque foi removido do local algum tempo depois. Outro acervo importante, que contém exemplares raros – inclusive do século XIX –, encontra-se na Biblioteca Pública Pelotense. A cidade foi e é muito fotografada. Colecionadores, historiadores, memorialistas e instituições guardam imagens originais e impressas que atestam o contínuo registro fotográfico de Pelotas, de meados do oitocentos ao presente. A história da fotografia nesta e desta cidade ainda está por ser escrita e, quando o for, terá muitos tomos: são numerosos os nomes de estúdios, *ateliers*, lojas especializadas e, sobretudo, de fotógrafos e fotógrafas que atuaram e atuam na cidade. De cada um deles e delas, há histórias e uma produção visual que não deixam dúvidas de que Pelotas é uma cidade da fotografia.

Francisca Ferreira Michelin
Luiz Carlos Vaz

Referências:

MICHELON, Francisca Ferreira. Acervos sistematizados e informação disponível: a fotografia sobre o trabalho no Rio Grande do Sul/Brasil. *Revista Memória em Rede*, v. 3, p. 8-25, 2012.

MICHELON, Francisca Ferreira; FAGUNDEZ, Ariel. Amoretty e Lhullier: semelhan-

tes não muito iguais. In: ACHUTTI, Luis Eduardo R. (Org.). *Ensaio (sobre o) Fotográfico*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998. p. 45-57.

MICHELON, Francisca Ferreira; BEHAL, Marisa Gonçalves. Lembrar do tempo através dos olhos das mulheres: memória da fotografia em histórias de fotógrafas. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira (Orgs.). *Fotografia e Memória*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2008. p. 67-87.

SOARES, Taís Castro; MICHELON, Francisca Ferreira. Memória da fotografia nas memórias de um estúdio: Foto Robles em Pelotas/RS. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira (Orgs.). *Fotografia e Memória*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2008. p. 129-152.

SOARES, Taís Castro; MICHELON, Francisca Ferreira. O fotógrafo no jardim do cidadão: memória de um Lambe-lambe. *Revista Travessias*, v. 3, n. 2, p. 1-13, 2009.

SOARES, Taís Castro. *A fotografia entre o distinto e o popular: uma memória dos estúdios Foto Robles e Del Fiol em Pelotas/RS (século XX)*. 2007. Monografia (Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

VAZ, Luiz Carlos. *Memórias de um mau tempo: crônicas*. Porto Alegre: Ardotempo, 2023.

VAZ, Luiz Carlos; ESTRELLA, Maria Alice. *Fifty-Fifty*. Porto Alegre: Ardotempo, 2016.

Fragata. O bairro Fragata, localizado na zona oeste de Pelotas, é um dos mais populosos e historicamente significativos da cidade. Sua formação está associada a diversas transformações urbanas e processos de parcelamento de terras desde o século XIX, consoli-

dando-se como um importante centro comercial e residencial. Originalmente, a área era composta por chácaras e zonas de produção agropecuária que abasteciam a cidade. A construção do Cemitério da Misericórdia, em 1855, foi um marco importante desse processo, impulsionada pela necessidade de afastar os cemitérios da área central devido a preocupações sanitárias. Esse fator contribuiu para a expansão da cidade em direção ao Fragata, que começou a se estruturar como uma área de ocupação contínua. A urbanização do bairro também foi favorecida pela construção da Ponte de Pedra sobre o arroio Santa Bárbara, reforçando sua conexão com outras partes da cidade, e pela instalação da Estação Férrea de Pelotas, em 1877, que estimulou o crescimento populacional ao facilitar o transporte de mercadorias e pessoas. Outro elemento determinante foi a construção do Parque Souza Soares, mais tarde Parque Pelotense, em 1883, consolidando a área como um ponto de lazer e valorização imobiliária. A chegada do quartel do Exército também impulsionou a urbanização, juntamente com a implantação da linha ferroviária *Southern Brazilian Railway Co.* (1881-1884), que conectou Pelotas à Campanha Gaúcha e delimitou a expansão do Fragata ao sul. O bairro cresceu a partir do parcelamento de terras pertencentes a famílias influentes da cidade, o que favoreceu a multiplicação de vilas e sub-bairros, como Simões Lopes, que se destacou pela implementação de moradias populares planejadas entre 1914 e 1916. No início do século XX, surgiram os primeiros grandes loteamentos,

como as vilas do Prado e Gotuzzo (década de 1910). Já nas décadas de 1950 e 1960, novas operações imobiliárias intensificaram a urbanização, com loteamentos como a Vila Michelin (1951), Vila Nossa Senhora de Lourdes (1952), Loteamento Januário C. da Costa (1955) e o Núcleo Residencial General Mallet (1962). Tal crescimento veio acompanhado de um padrão de ocupação marcado pela autoconstrução e pela carência de infraestrutura, reforçando as desigualdades socioespaciais entre a Pelotas central, planejada e moderna, e a periferia, com menos serviços públicos. A Avenida Duque de Caxias, principal eixo viário do bairro, desempenhou um papel determinante na sua consolidação, fortalecendo sua centralidade comercial e residencial. A Companhia de Ferro e Cais de Pelotas implantou novas vias de circulação, impulsionando ainda mais o crescimento da região. A presença da Universidade Federal de Pelotas na área impulsionou sua dinâmica estudantil e fortaleceu o setor de serviços. O bairro também se consolidou como um polo comercial a partir das décadas de 1950 e 1960, quando surgiram estabelecimentos emblemáticos, como o Cine Fragata e o Americano Bar, que ajudaram a valorizar terrenos e a atrair novos moradores. Atualmente, o Fragata apresenta uma urbanização heterogênea, combinando áreas mais antigas, com construções históricas, e novas expansões habitacionais. Conhecido como “bairro cidade”, é um dos bairros mais populosos de Pelotas e possui um setor terciário expressivo, embora ainda mantenha relações intensas com o centro para a

complementação de serviços e comércio. Abriga uma grande variedade de equipamentos urbanos, como escolas, unidades de saúde, praças e comércios locais, sendo seu comércio um dos pilares da economia local, variando de pequenos estabelecimentos familiares a grandes redes varejistas. Além disso, destaca-se por sua forte identidade cultural, manifestada em festividades religiosas, eventos comunitários e outras expressões populares. Assim, o Fragata segue como um dos principais bairros da cidade, refletindo a complexa dinâmica socioespacial de Pelotas.

Paula Novack

Referências:

ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000)*. 2002. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universitat de Barcelona, Barcelona, 2002.

Fundação Educacional Rural Cristã Rachel Mello. A Fundação Educacional Rural Cristã Rachel Mello (FERCRM) passou a ter essa denominação em 28 de julho de 1961, pois foi originalmente criada no dia 1º de janeiro de 1930, na cidade de Pelotas, com a denominação de Sociedade de Educação Cristã (SEC). A SEC foi criada por membros da Igreja Católica de Pelotas e tinha como um dos seus objetivos “amparar e promover gratuitamente a educação moral, cívica e religiosa e a instrução primária, técnica e profissio-

nal das crianças pobres na Diocese de Pelotas”. À frente da sua primeira gestão, participou como presidente a professora Maria Rachel Ribeiro de Mello; vice-presidente, Amelina Mazza; tesoureira, Ondina Cunha; e secretária, Euridice S. Bandeira de Mello. As sócias fundadoras foram Christina Ribeiro, Maria do Carmo Machado e Maria Luiza Ribeiro de Melo (irmã de Rachel Mello). Portanto, a Sociedade foi constituída por mulheres ligadas à Igreja Católica. Tanto na sua origem, em 1930, quanto na sua passagem para Fundação, em 1961, as atas afirmavam que a associação ficaria “debaixo da autoridade do ordinário da Diocese”. Quanto aos contribuintes, já em julho de 1930, a presidente Rachel relatava haver “angariado 60 sócios contribuintes para a Sociedade entre os funcionários dos bancos locais, a razão de mil réis mensais cada contribuinte”, o que demonstra um envolvimento da professora que rapidamente aumentou o número de sócios. A SEC, quando transformada em Assembleia Geral para FERCRM, também transferiu os seus bens, que, na época, eram “o prédio de material com dois pavimentos onde funciona a Escola Normal Regional Imaculada Conceição, sito, nesta cidade, à avenida Fernando Osório e respectivo terreno próprio que mede 38 metros e 40 centímetros, mais ou menos, de frente leste, por 300 metros mais ou menos, de extensão da frente ao fundo [...]; o prédio onde funciona o ambulatório Santo Antônio; medindo 52 metros mais ou menos de frente pelo prolongamento da rua Santa Clara [...]; ficam incluídas em transferência não só as aludidas

propriedades imóveis, como os móveis, utensílios e demais acessórios e benfeitorias nela existentes. Transcrevem no presente o Estatuto aprovado em Assembleia. [...]”. Na época, os imóveis e bens da Fundação foram avaliados em dez milhões de cruzeiros. Até o ano de 1936, a SEC administrou várias instituições em Pelotas, entre elas: o Colégio Santa Filomena (de meninas, que se situava na rua Aquidaban, n. 249); o Colégio Sagrado Coração de Jesus (de meninos, que ficava na rua Barroso, n. 322); o Colégio Santo Cura D’Ars (misto, situado na rua Manduca Rodrigues); o Colégio São Francisco, com 3 turnos para crianças do sexo masculino e feminino e um noturno para adultos (situava-se na praça José Bonifácio, n. 55); o Colégio Nossa Senhora da Luz (misto, situado na praça Nossa Senhora da Luz); o Colégio São Pedro (misto, situado na avenida 20 de Setembro); o Colégio Santo Antônio (misto, situado nos arrabaldes das Três Vendas); e o Colégio Dom Bosco (misto, situado no bairro Simões Lopes, n. 337). Contudo, a partir de 1936, a SEC passou a manter somente as instituições ligadas à Educação Rural, que foram o Grupo Escolar Rural Santo Antônio (este passou ao poder estatal em 1946), a Escola Normal Regional Imaculada Conceição (ENRIC) e o internato A Minha Casa Rural. No local também funcionavam o Ambulatório Santo Antônio, o Posto de Puericultura e o SESI. Essas instituições possuíam seus próprios prédios, mas funcionavam no mesmo terreno em que se situavam a ENRIC e o internato A Minha Casa Rural. Pelo que consta nos documentos da Fundação, o

Posto de Puericultura foi um setor que atendeu crianças da Vila Operária, nas Três Vendas. No ano de 1961, havia registro da inscrição de 50 crianças, que recebiam 3 mamadeiras diárias cada uma. Por ali, realizavam-se aulas práticas e teóricas de orientação pré-natal e de puericultura, que ficavam sob a direção da professora Zulma Cantarelli. Ao longo dos anos, notou-se que o posto aumentou seu atendimento à comunidade, sendo que, em 1963, foram distribuídos 473 kg de leite em pó para as mães que frequentavam as reuniões da entidade. Também foram incentivadas atividades de orientação pré e pós-natal, puericultura em geral, alimentação infantil, vestuário do bebê, higiene do lar, moléstias contagiosas, verminoses etc. No relatório de 1965 da Fundação, há informações de que essas atividades contavam com a colaboração do Clube de Saúde, constituído pelas normalistas da ENRIC. Já o Ambulatório Santo Antônio aumentava progressivamente sua assistência médica, quando, em 1962, atendeu 315 alunos no ano. Consta que se combatiam doenças como verminose, angina, anemia, amigdalite, cistite, síndrome renal, apendicite, dentre outras, sendo que ali também se realizava o serviço de odontologia. Há relatos de que o posto atendia indigentes, como consta em ata: “pelo nosso elevado senso de amor ao próximo, como manda Cristo, estendemos nosso auxílio a 336 indigentes, como consta em nosso fichário, todos com trabalho médico de pediatria”. Esses serviços eram realizados gratuitamente e funcionaram bem até o falecimento da professora Rachel Mello (1966), que sempre esteve à fren-

te da diretoria da FERCRM e dedicou sua vida a angariar fundos e donativos para essa sociedade. No entanto, depois de seu falecimento, a instituição passou a relatar problemas financeiros e, progressivamente, foi encerrando a maioria de suas atividades, embora ainda esteja vigente. No período em que funcionou mais ativamente, as instituições mantidas pela Fundação eram financiadas por diversos segmentos da sociedade pelotense. Não era apenas a Igreja Católica que sustentava economicamente essas iniciativas, mas também – e sobretudo – os governos federal, estadual e, em alguns momentos, o municipal. No caso específico do funcionamento da Escola Normal Regional Imaculada Conceição (ENRIC), havia ainda o apoio financeiro de pais das alunas, de políticos locais, de membros da sociedade pelotense e, principalmente, do governo do Estado do Rio Grande do Sul. A análise dos convênios firmados pela Secretaria de Educação e Cultura (SEC) revela uma dinâmica consistente de parcerias público-privadas, que, ao longo do projeto educativo mantido pela Secretaria, evidenciam a forte articulação entre o Estado e a Igreja Católica. Desse modo, tais convênios podem ser compreendidos como uma consolidação da relação de interdependência entre essas instituições, uma vez que possibilitaram, de forma decisiva, o funcionamento escolar. Uma instituição particular que celebrou convênio com a SEC foi o Serviço Social da Indústria (SESI). Essa parceria perdurou por longos anos, entre 1953 e 1973, embora o início efetivo do convênio permaneça incerto devido à imprecisão

das datas – podendo, inclusive, ter sido firmado anteriormente a 1953. Sabe-se, contudo, que esse convênio teve origem em uma solicitação da professora Rachel Mello, que buscava implantar uma clínica infantil vinculada ao SESI. Assim, estabeleceu-se entre as partes um acordo cujo teor garantia ao SESI um espaço gratuito para seu funcionamento. Nesse local, o SESI mantinha uma clínica de pediatria, um gabinete dentário, um serviço de enfermagem e um posto de venda de medicamentos, ampliando significativamente o atendimento à comunidade local. Atualmente, a FERCRM continua localizada no bairro Três Vendas, em Pelotas, e mantém a Escola de Ensino Médio Imaculada Conceição.

Magda de Abreu Vicente

Referências:

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL RURAL CRISTÃ RACHEL MELLO. Estatutos, relatórios anuais, atas, convênios e demais documentos institucionais. *Documentação interna*. VICENTE, Magda de Abreu. *A Escola Normal Regional Imaculada Conceição em Pelotas: a atuação da Igreja Católica e dos poderes públicos (1955-1971)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Gg



Primeira Edição do Jornal Gazeta Pelotense. Fonte: Acervo NDH.

Galerias Comerciais. De origem incerta, o verbete “galeria” já contemplou diferentes significados ao longo do tempo, compartilhando, majoritariamente, o sentido de “arcada” ou “passagem”. Etimologicamente, o termo induz a noção de movimento no tempo e no espaço, uma concepção que se vinculou a uma antiga e importante tradição urbana: marcar o caminhar no espaço. Talvez o ancestral mais antigo da gale-

ria esteja na Roma do ano 110, em uma rua de mercado coberta com abóbadas. Mas fato é que, com o avanço tecnológico do vidro e do ferro, e com o conceito romano aprimorado nas feiras da Idade Média, nos mercados ou nos bazares do Oriente Médio e do norte da África, as galerias, como concepção, floresceram na Paris do século XIX. Já no final do século XVIII, essas passagens representavam um símbolo de popularidade na

França, um “oásis” diante do lastimável estado das ruas parisienses desse período. Essas passagens também eram numerosas e compartilhadas na Itália, na Alemanha e, sobretudo, na Inglaterra. Do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, as galerias podem ser “uma espécie de corredor extenso [...] espaço de uso variado, de acesso público, principalmente destinado a passeios e/ou a compras [...] passagem que une uma rua a outra” (Braid, 2011, p. 59). Em Pelotas, na tradicional zona de comércio central, contabilizam-se dez galerias comerciais, algumas formando passagens entre quarteirões, possibilitando, inclusive, uma circulação por várias quadras, quase em um mesmo alinhamento, enquanto outras foram encravadas em um edifício, constituindo quase um pequeno *shopping center*. Comportam distintos comércios e se especializaram ao longo do tempo, possuindo cada qual sua própria identidade e especificidade. O leque vai da Primeira Galeria, que data de 1968, na Praça Piratinino de Almeida, 10, e rua Deodoro, 731-A, contendo 32 lojas, com muitos serviços e alimentação, simples e popular; à Galeria Malcon, de 1984, na XV de Novembro, 667, com suas 24 lojas e 60 salas, em um ambiente moderno e de visual elegante e refinado. Em um percurso a partir daí, no Calçadão da rua Andrade Neves, podemos atravessar a Galeria Malcon até a rua XV de Novembro. Depois, pela Galeria Zabaleta, tradicional ponto comercial da cidade desde 1972, na rua XV de Novembro, 666, com 41 lojas e 112 apartamentos no Edifício Princesa, chegamos à rua Anchieta. A partir daí, seguindo pela

Galeria Firenze, chegamos à rua Félix da Cunha, 705, com 16 lojas e 90 salas, estabelecida desde 1995, com sua especialidade em produtos de informática. Um pouco mais ao sul, na mesma rua Félix da Cunha, no número 614, encontramos a Galeria Antunes Maciel, por onde se pode chegar à rua Gonçalves Chaves. Voltando ao Calçadão da rua Andrade Neves, ainda encontramos a Galeria Central, também de 1972, entre a rua Andrade Neves, 1742, e a rua XV de Novembro, 573, que possui 26 lojas e 42 salas, completamente incorporada ao comércio do centro, conectando as duas ruas de pedestres mais celebradas da cidade. Já no Calçadão da rua 7 de Setembro, 310, encontramos a Galeria Sate Alam, de 1975, com 23 lojas e 34 salas, que nos liga ao Calçadão da rua Andrade Neves, no número 1840. Novamente, a partir da Andrade Neves, no número 1934, encontramos a Galeria Shopping Calçadão, uma galeria interna ao edifício, com 11 lojas e salas de cinema, que também se aproveita do movimento da rua de pedestres que lhe empresta o nome. Um pouco mais na periferia da zona de comércio intensivo, ao norte, nos deparamos com a Galeria João Zanetti, em plena Avenida Bento Gonçalves, mais precisamente no Parque Dom Antônio Zattera, 187, em um edifício com apartamentos que diversifica o comércio do local. No outro extremo da área comercial, ao sul, na rua Anchieta, 1240, temos a Galeria Zanin, com 10 lojas, desde 1998, que é uma das mais recentes e apresenta muitos estabelecimentos de serviços. Finalmente, para leste, fica a Galeria Tillmann, basicamente de serviços, na rua Félix da

Cunha, 772. Ao todo, as galerias comerciais do centro de Pelotas totalizam mais de 200 lojas comerciais e possuem mais de 300 salas de usos diversos, incluindo desde apartamentos residenciais a pequenas oficinas de consertos e escritórios. As galerias comerciais do centro de Pelotas sempre gozaram do privilégio de serem importantes endereços de comércio e serviços, facilmente identificadas no contexto central. As que constituem passagens entre ruas formaram um interessante percurso de passeio e de compras na cidade. Também foram motivo de concentrações de públicos diversos, principalmente as dos calçadões, que viram grupos de lugares diferentes se reunirem nas suas entradas, sobretudo aos sábados pela manhã. Boutiques tradicionais da cidade buscaram esses locais, que chegaram a gozar de certa semelhança com os corredores de um *shopping center*, antes que a cidade contasse com seu primeiro empreendimento dessa natureza, em 2013. Nos tempos atuais, com a ocorrência da pandemia de Covid-19, desde 2020, o comércio e os serviços nas galerias comerciais demonstraram claramente o impacto sofrido em decorrência da crise sanitária (e também social e política) que assolou o mundo inteiro. Como em todos os lugares, as galerias sofreram com a suspensão das atividades comerciais e, depois, experimentaram o fechamento de lojas e o encerramento definitivo de muitas atividades, até que passaram a apresentar uma mescla de lojas em funcionamento com lojas fechadas. Um cenário bastante distinto dos tempos de pujança, em que os corredores e passagens se viam

abarrotados de transeuntes e consumidores. Agora, um desolador deserto de gente e de atividade comercial, à espera de novos e melhores tempos.

Sidney Gonçalves Vieira
Dione Dutra Lihtnov
Jorge Luis Sosa Perez

Referências:

BRAIDA, Frederico. *Passagens em rede: a dinâmica das galerias e dos calçadões nos centros de Juiz de Fora e Buenos Aires*. Juiz de Fora: Funalfa; Ed. UFJF, 2011.

PEREZ, Jorge Luis Sosa. *As galerias comerciais de Pelotas e a percepção de lugar*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2009. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/2272>. Acesso em: 21 dez. 2021.

VIEIRA, Sidney Gonçalves; LIHTNOV, Dione Dutra. Pelotas e a sobrevivência do setor terciário: uma vocação histórica. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; FERNANDES, José Alberto Rio (Orgs.). *Brasil e Portugal vistos desde as cidades: as cidades vistas desde o seu centro*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

Gazeta Pelotense. Na segunda metade da década de 1970, um grupo de intelectuais e profissionais de comunicação da cidade de Pelotas, financiado pelo empresário do ramo de transportes, Manuel Marques da Fonseca Júnior, e tendo o jornalista, escritor e professor Aldyr Garcia Schlee como principal idealizador, lançou o jornal *Gazeta Pelotense*. O jornal circulou na cidade entre os meses de setembro de 1976 e janeiro de 1977. Apesar de sua curta existência – apenas 90 números foram impressos e publicados – o jor-

nal marcou a imprensa local por suas características inovadoras, principalmente as relacionadas aos processos de impressão em *offset*, quando o usual na época era a impressão por linotipos. Publicado em um período em que a ditadura civil-militar instalada em 1964 ainda reprimia fortemente os opositores, embora já com os primeiros sinais do que viria a ser uma séria crise econômica, o jornal conviveu com o *boom* da chamada imprensa alternativa, o que influenciou sua cobertura dos fatos da atualidade. Alguns de seus jornalistas atuaram em veículos alternativos. A *Gazeta Pelotense* era um jornal comercial que contemplou pautas diversas. Naquele momento, Pelotas, a Princesa do Sul, tinha uma população de pouco menos de 260 mil habitantes. Quase 80% viviam no meio urbano. A cidade crescia em direção aos bairros, com construção de moradias populares, o que atiçava o apetite dos especuladores imobiliários sobre áreas na região central e acionava o alerta de um nascente grupo preservacionista em defesa do patrimônio histórico. Trabalhadores, mulheres, negros, grupos historicamente silenciados, retomavam a luta por reconhecimento e igualdade no país, e Pelotas também era atingida por essas ondas. Ao mesmo tempo, o movimento universitário dava sinais de vida, depois de longo período aquietado. Por outro lado, em 1976 ocorreriam eleições municipais em todo o país, o que movimentava as lideranças e candidaturas locais, mesmo com os limites impostos pela Lei Falcão, que restringia a propaganda dos candidatos. O jornal foi criado para competir com a única

outra publicação em circulação originária da cidade, o quase nonagenário *Diário Popular*, que tinha vínculos com a ditadura militar e uma prática jornalística favorável ao governo. A fundação da *Gazeta Pelotense* deveu-se à necessidade de criar um canal de comunicação que abrigasse os temas que não encontravam espaço no principal jornal da cidade: a crise econômica, a violência, as perseguições da ditadura contra opositores do regime. Além disso, havia a influência de outras publicações que circulavam na cidade, como *Zero Hora* e *Correio do Povo*, de Porto Alegre; *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro; *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, de São Paulo. Esses jornais apresentavam novidades gráficas e davam espaço à cobertura de assuntos que estimulavam jornalistas e intelectuais da cidade. Informações publicadas em alguns desses jornais foram reproduzidas pela *Gazeta Pelotense* ao longo de suas edições. Os primeiros preparativos para o lançamento datam de 1974, com pesquisa de equipamentos para a impressão do jornal. Pelo menos uma viagem foi feita a Sorocaba, no interior paulista, em busca de informações com fornecedores de equipamento gráfico semelhante ao que desejavam adquirir. Os equipamentos adquiridos saíram da Califórnia, nos Estados Unidos, em um barco que atravessou o Canal do Panamá e chegou ao porto de Rio Grande (RS), no extremo sul do Brasil. Os equipamentos eram construídos pela *Rockwell International*, a mesma empresa que fabricou a cápsula da nave *Apollo 8*, responsável por realizar a primeira órbita em volta da Lua em um voo tripulado, em 1968.

Até setembro de 1976, os responsáveis pela concretização do projeto, com Schlee à frente, ocuparam-se da construção do prédio que abrigaria a redação, da montagem da administração, da estruturação da gráfica, da formação da equipe de redação e do planejamento gráfico do jornal, com vários exercícios para definir a apresentação gráfica do periódico. A sede do jornal localizava-se na Rua General Neto, 171, entre as ruas Bento Martins e João Pessoa, na região central de Pelotas. O lançamento foi antecedido de muita propaganda pelas ruas de Pelotas e de cidades da vizinhança. Afinal, era um jornal que deveria circular em toda a Zona Sul do estado. A edição de número 0, experimental, foi lançada no dia 30 de agosto de 1976. Pouco menos de um mês depois, em 25 de setembro de 1976, foi às ruas a edição de número 1. Não sem atribulações: um problema nas máquinas atrasou a rotação do primeiro exemplar. O governador Sinval Guazzeli, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido do governo, aproveitou uma visita à região para prestigiar o lançamento da nova publicação, mas saiu sem ter em mãos o primeiro número. Mesmo assim, a presença do governador foi usada como estratégia publicitária nas edições seguintes do jornal. A *Gazeta Pelotense* era um jornal tabloide com dimensões de 39,5 cm de largura (aberto) por 29,5 cm de altura. Segundo a ordem das seções, o jornal era dividido em Classificados, Opinião, Matéria Especial, Exterior, Brasil, Estado, Pelotas, Página Dupla (colunas sociais e fatos culturais da semana), Vilas e Bairros (destacando os problemas de estrutura nesses locais),

Anúncios, Esporte, Turfe, Polícia, Indicações (dicas de programação de lazer e gastronômica) e Serviços. Houve algumas variações, com inversão ou mudanças de nomes de editoriais, ao longo das 90 edições. Do ponto de vista gráfico e editorial, o jornal apresentava inovações, como um resumo da notícia principal no cabeçalho das páginas. Com o tempo, passaram a predominar dois tipos de fontes: *Arial*, para os títulos, e *Times New Roman*, para os textos, alternando entre normal, itálico e negrito, com tamanhos diferentes para as manchetes da página; a cor azul era aplicada na logomarca, nos rodapés, nas linhas da capa do caderno dominical e em outros elementos de destaque. O jornal rodava na madrugada. A distribuição para a região era feita pelos ônibus da empresa Expresso Embaixador, de propriedade do empresário Fonseca Júnior. A *Gazeta Pelotense* incorporou algumas características da imprensa alternativa, seja nas pequenas notas irônicas sobre discursos de políticos, na coluna “O que dizem”, seja nas críticas à censura, produzindo ilustrações próprias ou reproduzindo trabalhos de artistas conhecidos, como Ziraldo, criador do semanário *Pasquim*, que faziam referência à restrição da propaganda política nas eleições daquele ano, determinada pela Lei Falcão. O jornal também incorporou elementos da grande imprensa, que faziam de sua apresentação gráfica uma mistura das influências predominantes no país desde as mudanças realizadas nos anos 1950, além de iniciativas do período em que a *Gazeta Pelotense* foi às bancas. Várias características do jornal certamente podem ser creditadas

à influência da *Última Hora*, de Samuel Wainer, onde Schlee trabalhou. A última edição do jornal, de número 90, foi conjunta, nos dias 1º e 2 de janeiro de 1977. A suspensão representou o encerramento de uma jornada que começara efetivamente pouco mais de três meses antes. Também foi o sinal para o início de tentativas variadas de manter o diário em circulação, sem sucesso. Os funcionários entraram com ações judiciais para receber os direitos trabalhistas e se dispersaram. Vários saíram da cidade em busca de emprego em outros locais, como Salvador (BA), Porto Alegre (RS) ou Florianópolis (SC). A interrupção das atividades é atribuída ora a questões familiares, ora a interesses comerciais, representados pelo lucro obtido com a venda dos equipamentos gráficos, em uma época em que as importações desses materiais estavam impossibilitadas, elevando seus preços no mercado interno. Com o fechamento, os equipamentos foram vendidos e o antigo prédio foi derrubado. Até 2021, um tapume de madeira cercava o local.

Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa

Referências:

BITTENCOURT, Rosa Aparecida. *Gazeta Pelotense, uma história*. 1989. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo) – Curso de Comunicação Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas (RS), 1989.

ROSA, Amilcar Alexandre Oliveira da. *Gazeta Pelotense: ensaio para uma imprensa de transição (anos 1970)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Golpe de 1964 e a ditadura empresarial-militar em Pelotas.

Nos primeiros meses de 1964, Pelotas vivenciava um ambiente de profundas tensões políticas, que refletiam o cenário nacional. O município, que contava então com cerca de 178 mil habitantes, conforme o Censo do IBGE de 1960, era governado por Edmar Fetter, do Partido Social Democrático (PSD). Oriundo de uma família grande proprietária de terras e dona do principal jornal da cidade à época – o *Diário Popular* (DP) –, Fetter foi eleito em meados de 1963, substituindo João Carlos Gastal, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). As notícias que ocupavam as páginas do *Diário Popular* revelam as movimentações políticas e as disputas ideológicas que marcaram o período. O periódico, cuja linha editorial se situava contrária ao governo do então presidente João Goulart (PTB), apontava para os perigos de sua gestão e suas “reformas e intenções” presidenciais, sobretudo aquelas referentes ao projeto de reforma agrária. Diversos atores sociais passaram a se mobilizar e a utilizar o espaço do jornal como uma forma de “alertar” a população acerca de supostas ações de “agitação” e “subversão” contidas nas iniciativas do governo Jango. Setores conservadores da Igreja Católica e do empresariado local, bem como grandes produtores rurais, sobretudo representados na figura da FARSUL, movimentaram-se nesse sentido. Por outro lado, forças progressistas, movimentos e partidos de esquerda passaram a se mobilizar e a pautar localmente as “reformas de base”, um conjunto de propostas do governo que incluía as

reformas agrária, urbana, fiscal e tributária. Enquanto, em fins de março de 1964, a cúpula da Igreja Católica fazia “advertência aos comunistas” de que o Brasil estaria mais “vigilante do que parece” e a classe ruralista anunciava, através da FARSUL e das associações rurais, o “combate à agitação no meio rural”, as forças progressistas pelotenses também se articulavam. No final da tarde de 31 de março de 1964, horas antes do golpe, foi realizado um comício público com a pauta da luta “contra a carestia da vida e pela manutenção e ampliação das liberdades públicas”, demonstrando grande mobilização de diferentes setores sociais em relação ao aprofundamento da democracia. Diversas associações, sindicatos de classe, vereadores, representantes de partidos políticos e estudantes se fizeram presentes no Largo da Prefeitura, envolvendo representações do campo e da cidade que, ao final, proclamaram o “Comando Geral das Forças Populares” no município. Praticamente 24 horas após o comício, ao final da tarde do dia 1º de abril, diante das notícias sobre a deflagração do golpe, representantes de algumas dessas mesmas associações e entidades reuniram-se na Casa do Trabalhador para discutir estratégias de resistência, deflagrando uma greve geral na cidade, em apoio à democracia. Na mesma linha, estudantes universitários e secundaristas decretaram uma greve estudantil. Mesmo com duração efêmera, a greve fechou escolas e mobilizou a cidade, servindo para suscitar o debate e auxiliar na circulação de posições políticas contrárias ao que estava acontecendo no país. Reagindo no calor

do momento, a Câmara Municipal de Pelotas aprovou moção contra o golpe no dia 1º de abril e decretou estar em sessão permanente, em defesa da legalidade. Em contrapartida, a Associação Comercial e o Centro das Indústrias de Pelotas exaltaram a “ação patriótica das Forças Armadas”, declarando apoio ao modelo político que se inaugurou. Além disso, foi criada no município, em apoio ao novo regime, uma Frente Cívica, que se propôs a palestrar em escolas em prol de atividades “altamente cívicas” para o “seio da mocidade”. Como uma iniciativa da Liga de Defesa Nacional (presente em todo o país), a reunião de lançamento contou com representantes políticos – de interventores federais ao próprio prefeito municipal, Edmar Fetter –, membros das forças de segurança, professores e professoras, diretores e diretoras de escolas e representantes de associações de pais e mestres. Como principal atividade cívica, houve consenso na implementação do “hasteamento da bandeira do Brasil” nas escolas da cidade. O imediato pós-golpe em Pelotas foi marcado por uma intensa repressão, que incluiu a prisão de inúmeras lideranças sindicais, professores, estudantes e integrantes do PTB e de outros partidos de sustentação do governo deposto. Edgar Curvello, vereador do Partido Republicano e importante liderança engajada nas “reformas de base”, foi preso no interior da Câmara de Vereadores e transferido para o *Canopus*, um navio da Marinha ancorado em Rio Grande (RS), que serviu como espaço de detenção e tortura de opositores políticos. Em 18 de abril, foi instaurado o primeiro Inquérito Po-

licial-Militar (IPM) da Guarnição de Pelotas para apurar supostas atividades subversivas no município, sob a condução do Major Glauco Penna de Oliveira. Uma reportagem publicada no *Diário Popular*, nos primeiros dias de maio de 1964, indicava que 19 pessoas estavam detidas em Pelotas por razões políticas (*Diário Popular*, 1º/05/1964, p. 14), entre as quais o presidente do Sindicato dos Estivadores, o presidente da Associação de Bairro do Fragata, além de estudantes e de dois tenentes. Com a edição do Ato Institucional n.º 1, em 9 de abril de 1964, o regime cassou mandatos e suspendeu os direitos políticos de dezenas de cidadãos, além de estabelecer eleições indiretas para a presidência da República. A partir do AI-1, teve início a chamada “Operação Limpeza”, que objetivava afastar servidores públicos considerados subversivos. Uma onda de expurgos no serviço público varreu o país, chegando a Pelotas. Dois professores da Faculdade de Direito de Pelotas, então vinculada à URGs, foram afastados sumariamente: Ápio Cláudio de Lima Antunes e Hugolino de Andrade Uflacker. Em maio, outro vereador foi cassado. Vicente Martins Real, representante do Partido Republicano, teve seu mandato interrompido com a publicação, no *Diário Oficial*, de lista de nomes de políticos com direitos políticos suspensos, quando a Câmara Municipal resolveu tornar “efetiva a resolução do Presidente” da República, cassando-o (*Diário Popular*, 14/05/1964). A Câmara de Vereadores demonstrava, assim, estar se adequando ao novo normal da política nacional, assumindo posição majoritariamente

anticomunista e solicitando a cassação de partidos políticos e o expurgo de servidores civis (*Diário Popular*, 15/04/1964). Destaca-se que outro suplente de vereador, Francisco Lage dos Santos, do PTB, foi perseguido e se exilou no Uruguai nesse mesmo período. A despeito dessa onda repressiva, o então chefe do Executivo enviou telegrama em cumprimento à posse dos novos Presidente e Vice-Presidente da República, desejando confiar, através dos “calorosos cumprimentos do povo pelotense”, na “recuperação da Pátria dentro dos postulados verdadeiramente democráticos”, dos quais o então marechal Castelo Branco seria um “intransigente defensor” (*Diário Popular*, 16/04/1964). Também em referência às comemorações do 1º de Maio, em nota publicada no jornal, além de rememorar o “dia em que se homenageia o operário”, Fetter exaltou a “revolução democrática” em curso, sinônimo de “maior oportunidade a todos” (*Diário Popular*, 01/05/1964). O então prefeito apoiou o golpe desde o princípio. José Mattos de Marsillac Motta, subcomandante do 9º RI de Pelotas a partir de 1963, onde “vivenciou a preparação e os primórdios” da deposição de Goulart, afirmou em entrevista: “Também o Dr. Edmar Fetter, Prefeito municipal, nos deu apoio antes, durante e depois da eclosão do movimento, e ainda um radioamador que servia de ligação entre a minha pessoa e o Etchegoyen” (Motta, 2003, s.p.). Trata-se de Léo Guedes Etchegoyen, que se encontrava então no Estado-Maior do III Exército e foi um dos articuladores do golpe no Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que,

em 1971, Fetter assumiu o posto de vice-governador do Estado, indicado de forma indireta pelo regime ditatorial, cargo no qual permaneceu até 1975. Há algumas questões centrais que ajudam a compreender o contexto pelotense durante a ditadura. A primeira delas relaciona-se com a localização de Pelotas, muito próxima à fronteira com o Uruguai. Essa posição fez com que a cidade – e a região em geral – se tornasse alvo prioritário dos serviços de inteligência e da repressão ditatorial, especialmente a partir de 1968, quando a nova Lei de Segurança Nacional passou a considerar diversos municípios situados em regiões de fronteira como áreas “de interesse da segurança nacional” (Lei 5.449, de 4/6/1968). Essas áreas passaram a ser consideradas prioritárias para a defesa do território e da própria ditadura, e sobre elas incidiram diversas modalidades de controle e repressão, que incluíram desde toques de recolher até a nomeação de prefeitos interventores. Embora Pelotas não figurasse entre as cidades declaradas de “interesse nacional”, muitos dos municípios vizinhos foram incluídos, de modo que todo o território regional foi afetado. Nesse sentido, os anos de ditadura se caracterizam como um período de intensa violência política na cidade, que incluiu o monitoramento das universidades (seus docentes, estudantes e servidores técnicos) e das escolas de Educação Básica (como evidencia a perseguição a professores do Colégio Municipal Pelotense e a proibição das tradicionais marchas dos “gatos pelados”, também acusadas de subversão), a

instauração de diversos Inquéritos Policiais-Militares (especialmente nos anos de 1964 e 1965), o controle das atividades sindicais, a perseguição aos militantes de partidos e organizações de esquerda e a censura à imprensa. Em relação à imprensa, cabe citar o caso do *Trizz*, um jornal alternativo publicado no final de outubro de 1976 por um grupo de jornalistas que incluía Ayrton Centeno, Luis Ricardo Lanzetta e Róbson Barenho. O periódico, que centrou sua primeira edição em reportagens sobre a suposta fama de Pelotas como uma “cidade gay”, trazia como título: “São 250 mil pessoas e uma fama nacional”. Conta-se que o então prefeito de Pelotas, Ary Alcântara, da ARENA, teria enviado um telegrama ao ministro da Justiça, Armando Falcão, pedindo que fossem tomadas medidas urgentes contra o jornal. O *Trizz* não chegou a ter um segundo número; seus jornalistas foram perseguidos, e Centeno chegou a responder a um processo criminal. Ao mesmo tempo, havia também setores de oposição organizados, que buscaram, a partir de modalidades diversas, enfrentar o regime ditatorial. Além disso, se era verdade que a região era visada pelas forças repressivas, era também fundamental para o deslocamento de militantes políticos perseguidos pelo regime. Pelotas se tornou um importante ponto de contato para as rotas de exílio formadas por diferentes organizações e entidades, visando salvar militantes de esquerda, que encontraram na cidade acolhimento e solidariedade. Assim como a história da cidade durante a ditadura foi marcada por ações de resistência contra o re-

gime, este também contou com o apoio e o consentimento de parcelas importantes da população, conforme revelam os resultados das eleições à Prefeitura ocorridas no período. Naquele contexto, caracterizado pelo bipartidarismo, havia apenas dois partidos legalizados: a ARENA, partido que dava sustentação ao regime, e o MDB, de oposição, que operava dentro de limites bem estabelecidos e com pouca margem de efetiva contraposição. Nos pleitos de 1968 e 1972, os candidatos vitoriosos pertenciam à ARENA. Em 1968, os dois candidatos à prefeitura pela ARENA somaram 55,74% dos votos, enquanto os dois representantes do MDB totalizaram 44,26% (na época, as legendas podiam apresentar dois candidatos). Já na eleição de 1972, essa tendência se manteve, consolidando a vitória de Ary Alcântara, da ARENA. O cenário só se modificou na eleição de 1976, com a vitória de Irajá Andara Rodrigues pelo MDB, em um contexto caracterizado pelo enfraquecimento do regime ditatorial e nos marcos da abertura política (Barreto, 2014). É neste contexto de abertura política que Pelotas passa a ser palco de diversas mobilizações em prol da redemocratização, parte delas protagonizada pelo movimento estudantil universitário. Tais mobilizações, que tomaram as ruas de diferentes cidades do país, especialmente a partir do final dos anos 1970, foram fundamentais para a derrota do regime ditatorial e para a retomada da democracia a partir de 1985.

*Alessandra Gasparotto
Tiago Perinazzo Cassol*

Referências:

BARRETO, Álvaro. Tão diferentes e sempre iguais: resultados e significados das eleições para prefeito de Pelotas (1968-2012). In: RUBIRA, Luís (Org.). *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. (Projeto LIC: Gaia Cultura & Arte) v. 3: Economia, Educação e Turismo. Textos de Pesquisadores e Imagens da Cidade. Pelotas/RS: PRÓ-CULTURA-RS; Editora João Eduardo Keiber ME, 2014.

CAZARÉ, Lourenço (Org.). *50 tons de rosa: Pelotas no tempo da ditadura*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2016. MOTTA, Ariclides de Moraes (Org.). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Coordenação geral de Ariclides de Moraes Motta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

RELATÓRIO da Comissão para Implementação de Medidas de Memória, Verdade e Justiça na Universidade Federal de Pelotas (CMVJ-UFPEL). Pelotas, setembro de 2023. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/files/2023/10/2023-RELATORIO-CMVJ-UFPEL.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SILVEIRA, Marília. *A resistência ao golpe e ditadura militar em Pelotas*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *Ditadura civil-militar na região Sul Gaúcha: militâncias e rotas de exílio*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

VECHIA, Renato Della; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. O Golpe civil-militar em Pelotas e suas consequências a partir de 1964. In: RUBIRA, Luís (Org.). *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. (Projeto LIC: Gaia Cultura & Arte) v. 3: Economia, Educação e Turismo. Textos de Pesquisadores e Imagens da Cidade. Pelotas/RS: PRÓ-CULTURA-RS; Editora João Eduardo Keiber ME, 2014.

Golpe empresarial-militar na UFPel. A criação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) entrelaça-se à história do golpe empresarial-militar implementado no país em 1964. Sob o governo do ditador Artur da Costa e Silva, por meio do Decreto-Lei n.º 750, de 8 de agosto de 1969, a UFPel foi fundada a partir da fusão da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) e da Faculdade de Ciências Domésticas, vinculadas à Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS – federalizada em 1967; antes, Universidade Rural do Sul – URS); da Faculdade de Direito; da Faculdade de Odontologia; e do Instituto de Sociologia e Política (ISP), ligados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – federalizada em 1950). Instituições particulares de ensino também foram agregadas à UFPel, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões e a Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (IPESSE). Delfim Mendes Silveira, antigo diretor da Faculdade de Direito, foi o primeiro reitor interventor da instituição, permanecendo no cargo até 1977. Um dos primeiros atos de repressão em Pelotas foi o cerco feito pelos militares ao campus universitário no Capão do Leão (na época, distrito de Pelotas, que se emancipou em 1982), em abril de 1964. Moradores locais, discentes, docentes e trabalhadores foram levados presos para prestar depoimento, e alguns foram indiciados por atos considerados subversivos. Em dezembro de 1968, foi instituído o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que recrudesciu o uso da

violência e a sistematização da repressão pelo Estado brasileiro. Dois meses depois, em fevereiro de 1969, foi assinado o Decreto n.º 477, inspirado no AI-5, direcionando seu regramento aos estabelecimentos de ensino. Essas normas legais aprimoraram o uso da repressão nas universidades por meio de diferentes estratégias, para além do afastamento de pessoas consideradas contrárias ao regime. A criação de Comissões Especiais de Investigação Sumária (CEIS) foi outro mecanismo de controle dos militares. Ligadas ao MEC, atuaram na apuração de informações que fundamentaram vários expurgos. Membros da comunidade acadêmica foram escolhidos pelas próprias congregações das faculdades para compor a Comissão. A CEIS da UFRGS estava dividida em subcomissões, sendo a subcomissão letra B encarregada de apurar atos subversivos nas faculdades de Pelotas (Odontologia e Direito). O professor Gastão Coelho Pureza Duarte, da Faculdade de Odontologia, presidiu esta subcomissão – por ser o mais antigo no magistério – e contou com a breve participação do professor Delfim Mendes Silveira (pediu exoneração após a primeira reunião), da professora Rosah Russomano (nomeada, mas substituída por Ruy Martins Amaral Braga), todos da Faculdade de Direito. Para a assessoria militar, foi escolhido o Coronel Bento Pena Fernandes, da Infantaria Divisionária 3 (ID/3). Baseados em relatórios dessas Comissões de Investigação, ocorreram duas ondas de expurgos que atingiram professores que lecionavam em Pelotas. A primeira ocorreu imediatamente após a instala-

ção do governo golpista, em 1964, na denominada “Operação Limpeza”, e a segunda em janeiro de 1969, por meio da Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação e Cultura (CISMEC), logo após a decretação do AI-5. Em 25 de setembro de 1964, no *Diário Oficial da União*, foram publicados quatorze decretos, entre vários outros, afastando sumariamente onze professores da UFRGS. Entre eles, estavam dois docentes da Faculdade de Direito de Pelotas: Ápio Cláudio de Lima Antunes e Hugolino de Andrade Uflacker. O primeiro foi demitido da instituição e o segundo aposentado, com vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço. Já os expurgos de 1969 aposentaram os professores José Pio de Lima Antunes (irmão de Ápio Cláudio), da Faculdade de Direito de Pelotas e da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, e o engenheiro agrônomo Manoel Alves de Oliveira, também desta última unidade acadêmica. Além destes, outros membros da comunidade acadêmica foram perseguidos e monitorados. O professor Paulo Tholozan Dias da Costa, catedrático de Economia Rural na então Escola de Agronomia Eliseu Maciel, pôs à disposição seu cargo de diretor do Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Sul (IPEAS), em abril de 1964, sendo acusado de propaganda e interferência política naquele instituto. Outra clara evidência sobre o controle político-ideológico na instituição foi o prontuário feito pela Divisão de Segurança da Informação (DSI) sobre o professor Ernst Poetsch, que, em 1968, encabeçou a lista triplíce para reitor da UFRRS juntamente com os professores

Manoel Alves de Oliveira e José Pio de Lima Antunes, os quais tiveram seus nomes fichados como “comunistas e propagandistas dessa ideologia”. No documento encaminhado ao ministro da Educação, Tarso Dutra, havia a recomendação para a nomeação de Poetsch, uma vez que os demais eram considerados perigosos para o regime. Já o professor Aldyr Garcia Schlee, admitido na UFPel em 1969 como auxiliar de ensino na Faculdade de Direito, teve sua atuação marcada por vigilância constante, respondeu a vários Inquéritos Policiais-Militares (IPM) e foi desligado de instituições onde lecionava logo após o Golpe por ser considerado “doutrinador esquerdista”. A situação do professor de Clínica Médica Amílcar Goyhenex Gigante igualmente demonstra a prática de perseguição político-ideológica. Gigante foi expurgado da Universidade Federal do Paraná em 1964 e, no ano seguinte, passou a lecionar na Leiga, em Pelotas, mas, por meio de um dispositivo do AI-5, foi novamente proibido de continuar dando aulas. Ele só pôde retornar à sua função como docente após a Lei de Anistia de 1979, agora na Universidade Federal de Pelotas. Outro exemplo de perseguição foi a proibição dos formandos em Agronomia da turma de 1968 de realizar o ato solene de formatura por terem convidado como paraninfo o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, fato que desagradou os militares. Em 2018, passados cinquenta anos, os agrônomos puderam realizar sua solenidade de formatura no prédio da FAEM. A partir de 1971, foram criadas Assessorias Especiais de Segurança e Informações

(AESI) ou Assessorias de Segurança e Informações (ASI), subordinadas ao DSI/MEC e diretamente vinculadas ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Na UFPel, uma Assessoria foi criada durante a gestão de Delfim Mendes Silveira. O Conselho Diretor da Fundação (CONDIR) nomeou o General Edison Vignoli como chefe da ASI na UFPel, cujo objetivo era vigiar e investigar membros da comunidade acadêmica, mas que também passou a controlar e intervir em concursos da instituição. Sob a concessão do cargo de Superintendente Administrativo ao General Vignoli, a ASI expandiu o controle sobre as ações dos Diretórios Acadêmicos e dos Departamentos das Faculdades. Conforme documentação encontrada em acervos de algumas unidades acadêmicas, foi possível constatar que o General teria intervenido nos trabalhos do setor de Serviço de Pessoal no que diz respeito à contratação de técnicos e docentes, bem como o preenchimento de fichas que levantavam informações sobre posições ideológicas, conduta civil e profissional. Em ofício enviado em maio de 1979 ao então diretor da Faculdade de Direito, Silvino Joaquim Lopes Neto, o General Vignoli comunicou a extinção das Assessorias de Segurança e Informação pelo Governo Federal. No documento, ele agradece a colaboração dispensada pelo diretor e estima poder contar com seu apoio ao assumir a função de Assessor Especial da Reitoria (AER). Mesmo diante do encerramento das atividades da ASI/UFPel, ao que indicam documentos e relatos de ex-alunos e servidores, o General permaneceu,

pelo menos, até meados dos anos 1980 em atividades de monitoramento. Sob o comando de Delfim Mendes Silveira, a UFPel foi a primeira instituição de ensino superior a conceder o título de Doutor Honoris Causa ao então presidente ditador Emílio Médici e ao ministro da Educação, Jarbas Passarinho. Os dois pedidos para a concessão dos títulos foram de iniciativa do próprio reitor interventor, conforme Atas do CONDIR de 30 de maio de 1970 e 25 de setembro de 1972, respectivamente. Contudo, em 2024, os mesmos títulos foram cassados por unanimidade pelo Conselho Universitário (CONSUN). As universidades brasileiras foram objeto de intensa vigilância pela ditadura, pois eram vistas como locais de difusão de doutrinas revolucionárias e esquerdistas. A lógica do medo, bem como as práticas de censura e autocensura, atingiram e impactaram a comunidade acadêmica da UFPel, que vivenciou ações de controle e repressão através da perseguição interna, tendo vários de seus alunos, professores e trabalhadores fichados como “comunistas” e “subversivos”. No ano de 2024, a UFPel instituiu a Comissão Universitária da Verdade, com o intuito de levantar, sistematizar e resgatar documentos, visando ao esclarecimento de fatos ocorridos na universidade durante a ditadura.

*Nádia da Silva Kendzerski
Natasha Dias Castelli*

Referências:

Arquivo Nacional. *BR DFANBSB V.8MIC, GNC.AAA.69018646*. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: L&PM, 1979. 96 p.

FERREIRA, Vânia Farias. *Universidade Federal de Pelotas à época da Ditadura Civil-Militar: memórias divergentes de uma trajetória*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/4187/1/V%C3%A2nia_Farias_Ferreira_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 07 fev. 2025.

GILL, Lorena Almeida. *Uma casa chamada Leiga*. Pelotas: Ed. UFPel, 2023.

LONER, Beatriz Ana. Reconstrução da Memória da UFPel. *História em Revista*, Pelotas, n. 1, p. 7-20, set. 1994.

MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamento sumário de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar* (1964 e 1969). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVEIRA, Marília. *A resistência ao golpe e ditadura militar em Pelotas*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Comissão para Implementação de Medidas de Memória, Verdade e Justiça. *Relatório [...]*. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/files/2023/10/2023-RELATORIO-CMVJ-UFPEL.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Ofício n. 17/79 – Reservado*. Pelotas, 29 maio 1979. Assunto: Comunicação (FAZ) do chefe da Assessoria de Segurança e In-

formação/UFPEL, Edison Vignoli, ao professor Silvino Joaquim Lopes Neto, Diretor da Faculdade de Direito – UFPel. Acervo Faculdade de Direito UFPel. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. CEIS. *Ata da reunião de instalação da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 18/05/1964. UCS/CEDOC/LTM.

Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP).

Nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos de mulheres que lutavam por melhores condições de vida concentravam-se nas capitais, mas alguns também surgiram em cidades do interior. Entre 1980 e 1990, surgiram, no Brasil, diversas organizações não governamentais (ONGs) que denunciavam a violência doméstica e buscavam apoiar as vítimas. Com essa finalidade, em Pelotas, foi criado o Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP), resultante da união de vários segmentos sociais, tais como sindicatos, partidos políticos, grupos de mulheres das comunidades religiosas e associações que se organizaram para atender às demandas femininas, tornando-se a principal e mais atuante entidade feminista da cidade. Seu surgimento ocorreu em um contexto marcado por assassinatos de mulheres na cidade, como o da estudante universitária de Santa Catarina, Cecília Biernaski, ocorrido em 1989, assassinada pelo ex-companheiro, cujo corpo foi encontrado debaixo de um trailer no Campus II da Universidade Católica de Pelotas, atualmente ocupado por um prédio alugado para a UFPel. Outro caso foi o da professora e universitária Luciety Mascarenhas Saraiva, morta pelo ex-namorado que não aceitou a separação e, ao vê-la na rua

acompanhada por outro homem, atirou em ambos, atingindo também um amigo que os acompanhava, na noite de 4 de janeiro de 1990. Em homenagem a ela, e com articulação do GAMP, foi criada em Pelotas a Casa Luciety, destinada a servir como abrigo temporário para mulheres e seus filhos menores que estivessem em risco de vida em razão da violência doméstica, já que, na época, a Lei Maria da Penha ainda não existia e, portanto, não havia proibição de aproximação por parte do agressor. A localização do local é sigilosa, a fim de garantir a segurança das vítimas, e sua criação ocorreu a partir da Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de março de 1992, que instituiu o Programa Municipal de Centros de Acolhida para a Mulher Vítima de Violência, apresentada pela então vereadora Cecília Hypólito. A mãe de Luciety, Jurema Mascarenhas, também integrante do GAMP, relatou o apoio do grupo, que teve papel importante durante o julgamento do assassino, mobilizando integrantes e outras mulheres que permaneceram em frente ao fórum, todas vestidas de preto, protestando e pedindo justiça. Em abril de 1990, aconteceu outro crime na cidade, no qual a menor Andréia Costa Nunes, de apenas 12 anos de idade, foi estuprada, degolada e levou 20 facadas no corpo. O assassinato foi cometido por dois empregados do pai da menina. Após a descoberta da autoria, quando a Brigada Militar conduziu ambos ao Centro de Operações do Comando, cerca de 300 pessoas tentaram linchar os criminosos, tamanha foi a comoção da população com a morte da menor. Foi a partir desses homicídios ocorridos em

Pelotas que um grupo de mulheres passou a atuar de forma mais expressiva, ainda sem ser um movimento formalizado, mas com a intenção de se tornar uma organização de militância feminina. Elas passaram a realizar reuniões semanais, à tardinha, em uma sala ao lado da Catedral Metropolitana São Francisco de Paula, cedida pela Diocese. O grupo se originou nas reuniões da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas, a partir da discussão de uma pauta diversificada e da observação das pioneiras de que muitas mulheres de Pelotas e da região sofriam violências de gênero e que, portanto, era importante que se unissem para discutir e lutar contra as práticas masculinas que as prejudicavam. Foi em um ato de rua realizado em frente à Catedral, no dia 8 de março de 1992, durante a primeira manifestação pública de mulheres ocorrida na cidade, a qual reuniu diversas pessoas, que uma das fundadoras, Zely Franco Garcia, tomou para si o microfone e coordenou o encontro, dando assim início ao movimento que foi se estruturando com o passar do tempo. O primeiro lema do grupo foi “Igualdade e respeito às diferenças”. As integrantes passaram a se autodenominar “gampeanas”, e a regularização jurídica e formal ocorreu quando Zely e a assistente social e voluntária Lúcia Maria Christ elaboraram o estatuto social da entidade, que passou a se chamar Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas/GAMP, fundado, conforme a Ata nº 1, de 3 de agosto de 1998, com a aprovação do estatuto social em assembleia realizada na sede do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), núcleo

Pelotas. A primeira ata foi registrada no cartório em 13 de agosto de 1999, e sua formação original contava com advogada, assistente social e psicóloga, visando justamente ter condições para ajudar as vítimas. Conforme o referido documento, a Primeira Diretoria foi composta da seguinte forma: Coordenadora, Zely Franco Garcia; Vice-coordenadora, Eliana Colpo; 1ª Secretária, Jurema Mascarenhas; 2ª Secretária, Tânia Oliveira; 1ª Tesoureira, Nely Pinto Almeida; 2ª Tesoureira, Tânia Guerra. O Conselho Fiscal era formado por Nizah Sebage, Lucia Maria Christ, Niara Luiza Ramos de Oliveira, Neusa Couto Ledesma e Maria da Graça Caldeira. Sua composição inclui as associadas fundadoras e as associadas contribuintes. Em 1999, por iniciativa do grupo e com apoio político, foi reivindicada junto ao governador Olívio Dutra a criação do primeiro Posto da Mulher de Pelotas. Para tanto, foi cedido um prédio do Estado, juntamente com equipamentos, móveis e servidoras do município, para atuarem na Casa Luciety. Posteriormente, o posto se transformou na primeira Delegacia da Mulher da cidade. As gampeanas possuem muitas histórias de superação de dificuldades e de enfrentamento de situações de perigo, o que lhes dá orgulho por terem atuado em prol da solidariedade com as vítimas, razão pela qual criaram o grupo. Como exemplo, em 2002, Zely Franco e outras companheiras foram buscar uma mulher descalça que havia passado a noite na calçada de casa com os três filhos menores, porque o marido a tinha colocado na rua com as crianças, sendo que ela ainda amamen-

tava uma delas. Havia dias, inclusive, em que ele batia nela pelas costas enquanto o bebê mamava. Nessa ocasião, na delegacia, em vez de atenderem à ocorrência, informaram às gampeanas onde o caso estava ocorrendo, e elas próprias foram buscar a vítima, o que não era incomum. Conseguiram um carro para ir ao local; porém, quando o homem percebeu que haveria envolvimento com a polícia, começou a perseguir o veículo em uma moto, mas elas conseguiram fugir e, depois, seguiram acompanhando a vítima, que conseguiu emprego e criou os filhos sozinha. O GAMP também realizava um trabalho de base junto às comunidades, nas vilas e associações de bairro, para que, nesses locais, fosse debatido o tema da violência contra a mulher, entre outros de interesse feminino. Portanto, também realizavam um trabalho de formação e de cunho educacional, sendo que, desde 1999, passaram a fazer parte do Projeto de Promotoras Legais Populares (PLPs), vinculado à ONG Themis, de Porto Alegre, a partir da formação de lideranças comunitárias para atuar junto às mulheres nos bairros. Além disso, o GAMP também atuou na criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM, 1992) – órgão no qual mantém uma cadeira até os dias de hoje –, no Centro de Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência (2014) e na Coordenadoria da Mulher (2017). O grupo permanece atuante na cidade, sendo que, em 2021, foi aprovada uma alteração do estatuto e, entre as modificações realizadas, a entidade passou a se chamar GAMP Feminista,

tendo entre suas finalidades o objetivo de promover a defesa de direitos, a igualdade de oportunidades e a formulação de políticas públicas para meninas e mulheres, por meio de diversas formas de intervenção e envolvimento público, defendendo o princípio da equidade de gênero, raça e etnia, bem como os avanços e conquistas femininas, nacional e internacionalmente.

Elisiane Medeiros Chaves

Referências:

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, Joaquim Lucas Dias dos. *Breve análise do feminismo em Pelotas (1982-2004)*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Fontes orais:

Entrevistas cedidas por Zely Franco Garcia, Maria Cecília Hypólito, Diná Lessa Bandeira e Eva Geslaine Medina dos Santos (atual Coordenadora do GAMP feminista, durante a gestão 2024-2026).

Hh



Fachada do Rex Hotel. Fonte: Imagem da internet. Página *Pretérta Urbe: Pelotas/RS* no Facebook.

Hotéis. A segunda metade do século XX significou, para a hotelaria pelotense, uma nova fase, com o fechamento dos antigos hotéis e a abertura de novos, com características mais modernas. O Hotel Brasil e o Hotel Aliança, por exemplo, ambos abertos no século XIX, foram demolidos para a construção de edifícios de apartamentos. O Hotel Brasil fechou suas portas em 1946 e foi demolido para a construção

do edifício residencial Del Grande, com 12 andares. Já o Hotel Aliança se manteve por mais duas décadas, com mais de 120 anos de existência, mas foi atingido pelo mesmo processo de verticalização, sendo demolido, em 1968, para a construção da Galeria e do edifício residencial Zabaleta. O Grande Hotel, aberto em 1928, manteve-se em funcionamento até o ano de 2002, preservando as características da época de sua construção. Em 2002, o prédio perdeu sua função como hotel e foi comprado pela Prefeitura Municipal de Pelotas, que o doou à UFPel em 2011, abrigando o Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria desde o primeiro semestre de 2012. Atualmente, passa por reformas para incorporar um Hotel-Escola. O Rex Hotel e o Palace Hotel foram inaugurados no início da década de 1950, em 1953 e 1954, respectivamente. O Rex Hotel, com seis andares, foi considerado um marco na hotelaria de Pelotas e do Estado, suprimindo uma lacuna de hospedagem na cidade. O hotel passou por fases de instabilidade a partir de 1999, sendo fechado por alguns períodos, reabrindo em outros, e encerrando suas atividades definitivamente em 2017. Em 2024, o prédio foi vendido, e ainda não foi divulgada a sua finalidade futura. O Grande Hotel, o Rex Hotel e o Palace Hotel foram construídos em uma época em que não havia exigência de oferecer quartos com

banheiros privativos. Os dois primeiros mantiveram essas características até seu fechamento, com banheiros coletivos nos corredores, enquanto o Palace Hotel, que passou por reformas e passou a disponibilizar quartos com banheiros privativos, está em funcionamento até os dias atuais, porém com o nome de Hotel Alles Blau. A partir da década de 1960, e especialmente na década de 1970, a hotelaria em Pelotas passou a adquirir características mais modernas, tanto na infraestrutura – com a construção de edifícios de vários andares, apartamentos com quarto e banheiro privativo, garagens próprias, restaurantes e espaços para reuniões e eventos – quanto na qualidade dos serviços oferecidos, introduzindo um novo conceito de hotelaria na cidade. Duas famílias se destacam nesse período: a família do português João Rodrigues Manta e a família do libanês Jorge Curi Hallal. Na década de 1960, abrem-se o Hotel Estoril e o Curi Hotel, respectivamente, ambos na Rua General Osório, no centro de Pelotas. A construção de hotéis, na década de 1970, foi incentivada por meio do Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, instituído pela EMBRATUR (Decreto n.º 1.191/71), e do Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset (Decreto n.º 1.376/74). Assim, em 1973, as famílias constroem e inauguram o Hotel Manta e o Curi Palace Hotel, localizados na Rua General Neto, no centro da cidade. Uma característica comum entre esses hotéis é que ambos possuíam uma ligação interna com o Hotel Estoril e com o Curi Hotel, respectivamente, compartilhando alguns setores, como a lavanderia e a garagem,

no caso do Curi Hotel e do Curi Palace Hotel. Os hotéis Curi Palace Hotel e Curi Hotel são fundadores, juntamente com outros hotéis de diferentes cidades do Rio Grande do Sul, da Versare Rede de Hotéis, no ano de 2004, uma rede gaúcha de hotéis independentes, presente em 11 cidades do Estado. Em 1993, as empresas dos hotéis Curi se separaram, e, a partir de uma reforma iniciada em 2013, o Curi Hotel passou a ser identificado como um hotel executivo, denominado Curi Hotel Executivo. A Rede de Hotéis Manta inaugura ainda na década de 1970, em 1974, o Tourist Parque Hotel, localizado às margens da BR-116. Além desse hotel, o Grupo Ipiranga abriu o Hotel Plaza Ipiranga em 1975, também às margens da rodovia, próximo à entrada da cidade. Ambos os hotéis seguem a tendência nacional da década de 1970 de oferta de hospedagens nas estradas, com o objetivo principal de atender os viajantes de carro. Quase 30 anos depois, a família de Jacques George Halal inaugura os hotéis Jacques Georges – Business, na Rua Gonçalves Chaves, em 2003, e Jacques Georges – Tower, na Rua Almirante Barroso, em 2009, iniciando uma nova época para o setor hoteleiro pelotense, marcada por modernidade, conforto e qualidade. Com o objetivo de modernizar suas instalações e oferecer serviços de melhor qualidade, os hotéis abertos, nas décadas de 1960 e 1970, vêm passando por mudanças e melhorias, tanto na sua estrutura quanto na renovação do mobiliário e equipamentos. Nas décadas seguintes, foram abertos os hotéis: Hotel Westphal (2016), Hotel Princesa do Sul (2017) e Hotel



Imagem ilustrativa do Grande Hotel, inaugurado em 1928. Fonte: Jornal *A Hora do Sul*.

Marrocos (2018), entre outros. Na praia do Laranjal, foi inaugurada em 2009 a Pousada Krolow, suprimindo uma carência de oferta de hospedagem no balneário. É importante destacar também a abertura de pousadas nas antigas charqueadas de Pelotas: a Charqueada Santa Rita – Pousada de Charme, aberta em 2005, e, mais recentemente, a Pousada Charqueada Costa do Abolengo; ambas podem ser consideradas hospedagens históricas. Atualmente, estão em fun-

cionamento os seguintes hotéis: Hotel Jacques Georges Tower, Hotel Jacques Georges, Curi Palace Hotel, Hotel Curi Executive, Hotel Manta, Hotel Estoril, Aleppo Hotel, Hotel e Restaurante Alles Blau, M Tower Hotel, Hotel Westphal, Hotel Princesa do Sul e Hotel Majestic, na área central da cidade; Hotel Marrocos, no Fragata; Coimbra Hotel Pousada e EKT Executive Hotel, no bairro Três Vendas; Hotel Viageiro Casa Hotel e Pousada Krolow, no Laranjal;

Charqueada Santa Rita – Pousada de Charme e Pousada Charqueada Costa do Abolengo, no Areal; e o Hotel Plaza Ipiranga, às margens da BR-116. As empresas hoteleiras pelotenses, desde o século XIX, caracterizam-se por hotéis independentes e familiares. Somente no início de dezembro de 2025 foi instalado, na cidade, o primeiro hotel de uma rede hoteleira, o Ibis Pelotas, que é também o primeiro hotel de rede hoteleira internacional na metade sul do Estado e o 13º sob a administração da Atrio Hotéis S.A. O hotel, localizado na Avenida Dom Joaquim, conta com 144 apartamentos, distribuídos em seis andares e com restaurante próprio.

Dalila Müller

Referências:

HOTELNEWS. *Abertura do novo Ibis Pelotas está marcada para 2024*. 10 nov. 2023. Disponível em: <https://www.revistahotelnews.com.br/abertura-do-novo-ibis-pelotas-esta-marcada-para-2024/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

MERCADO E EVENTOS. *Accor anuncia Ibis de 144 apartamentos em Pelotas (RS) para 2024*. 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/hotelaria/accor-anuncia-ibis-de-144-apartamentos-em-pelotas-rs-para-2024/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

Ii



Multidão aglomerada em frente ao prédio da Escola Técnica de Pelotas (atual IFsul – Campus Pelotas), à espera do presidente Getúlio Vargas, em 1943. Fonte: Arquivo Nacional.

Instituto de Ciências Humanas (ICH). Tendo a Universidade Federal de Pelotas sido criada a partir da “transformação e incorporação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul” (Decreto-Lei n.º 750, de 8 de agosto de 1969), pode-se considerar que o Instituto de Ciências Humanas (ICH) foi criado em 9 de abril de 1968, data da publicação do Decreto n.º 62.511, que estabeleceu a nova estrutura da UFRS. Entretanto, o Decreto n.º 750 não explicitava a existência do ICH, o que só ocorreu com a aprovação do Estatuto da UFPel (Decreto n.º 65.881, de 16 de

dezembro de 1969). Em seguida, no dia 20 de fevereiro de 1970, foram expedidas pela Reitoria a Portaria n.º 22/70, que determinava a implantação dos Institutos Básicos da UFPel, entre os quais estava o ICH, e a Portaria n.º 23/70, que designava o Diretor *pro tempore*, com a atribuição de “organizar e implantar a referida unidade de ensino básico”. O Estatuto da UFPel previu, como unidades acadêmicas iniciais da universidade, os Institutos de Letras e Artes (ILA), de Biologia, Ciências Humanas, Física e Matemática, Química e Geociências e de Sociologia e Política (ISP); as Facul-

dades de Agronomia Eliseu Maciel, de Odontologia, de Direito, de Música, de Veterinária, de Ciências Domésticas, de Medicina, Superior de Educação Física e de Educação; além do Conservatório de Música, bem como o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça e os órgãos suplementares, como a Estação Experimental da Palma, o Centro de Treinamento do Sul, a Casa do Estudante, o Coral da Universidade, o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, o Teatro Universitário, a Estação Agro-Climatológica e o Hospital de Clínicas Veterinário. Em 26 de novembro de 1973, no contexto da reforma universitária e das diretrizes do Ministério da Educação para a transformação de Institutos, Escolas e Faculdades em Centros Básicos ou Profissionalizantes, o Conselho Universitário discutiu e aprovou a reestruturação da Universidade Federal de Pelotas, transformando o ICH no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, que passou a aglutinar o ICH, o ILA e o Conservatório de Música. Em agosto de 1974, houve o desmembramento do então criado Centro, transformando-o em Centro de Ciências Humanas e no novo Centro de Letras e Artes. Em 1975, a UFPel reformulou seu Regimento, por meio de reunião do Conselho Universitário, e, no projeto aprovado e encaminhado ao Conselho Federal de Educação, a estrutura acadêmica contemplava, novamente, a aglutinação em Institutos, Faculdades e Escolas, o que indica que as deliberações dos anos anteriores não foram implementadas. Iniciado como instituto básico, o ICH ministrava disciplinas para outras unidades da UFPel,

até que, em 1973, foi criado o Curso de Estudos Sociais, Licenciatura em Moral e Cívica. Em 31 de dezembro de 1980, entraram em funcionamento duas Licenciaturas Plenas, complementares à Licenciatura Curta de Estudos Sociais: História (reconhecida pela Portaria 171, de 7 de março de 1986) e Geografia (reconhecida pela Portaria 319, de 17 de maio de 1989). Em 1984, foi criado o Curso de Filosofia (reconhecido pela Portaria 201, de 7 de fevereiro de 1991), que, em 2008, foi incorporado ao Instituto de Sociologia e Política. O curso de Estudos Sociais foi desativado em 1990, dando espaço à reformulação curricular dos cursos de História e Geografia (licenciaturas), que passaram a ter duração de oito semestres. No ano 2000, criou-se o curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, e, em 2006, o curso de Bacharelado em Museologia. No ano de 2007, foi criado o curso de Bacharelado em Geografia. Em 2008, foram criados os cursos de Bacharelado em Antropologia (com dupla habilitação: Antropologia Social e Arqueologia), Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis e Bacharelado em História. Em 2019, foi criado o curso de Bacharelado em Arqueologia, encerrando, assim, a dupla habilitação no curso de Antropologia. Finalmente, em 2020, criou-se o curso de Licenciatura em História a Distância. Os cursos de graduação do ICH contam com 1.827 discentes, sendo 508 na modalidade a distância. Na pós-graduação, um dos primeiros cursos oferecidos no ICH foi o de Especialização em Ciências Sociais (transferido para o ISP). Em 1997, houve o ingresso da primeira

turma de Especialização em Filosofia, que mais tarde também passou para o ISP. Ainda funcionaram por um período os cursos de pós-graduação em nível de especialização (lato sensu): Geografia (criado em 2002), História do Brasil (criado em 2003) e Memória, Identidade e Cultura Material (criado em 2003). A área de pós-graduação em nível de mestrado passou a ser uma decorrência do aprofundamento da capacidade e da especialização dos profissionais lotados no instituto. O aumento da pesquisa, dos laboratórios e dos núcleos de estudos fundamentou a criação dos diversos cursos implantados. No primeiro semestre de 2025, o ICH abriga cinco Programas de Pós-Graduação, com cursos em nível de Mestrado e Doutorado (stricto sensu): Memória Social e Patrimônio Cultural, Organizações e Mercados (Economia), História, Antropologia e Geografia. Na pós-graduação, o número de estudantes é de 178 no Mestrado e 204 no Doutorado. Nos Programas de Pós-Graduação do ICH, já foram formados 119 doutores e 713 mestres. Para atender esse contingente de discentes, o ICH conta com 84 docentes efetivos, dos quais 83 são doutores, e 24 servidores técnico-administrativos (14 mestres e uma doutora). Nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e atendimento à comunidade, o Instituto possui diversos laboratórios e outras estruturas, entre os quais se destacam: o Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, criado em 1990; o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ), criado em 2001; o Laboratório de Estudos Agrários e

Ambientais (LEAA), estruturado também em 2001; o Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEUR), de 2002; o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS), de 2008; o Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica da UFPel (LÂMINA), criado em 2010; o Programa de Educação Tutorial (PET) de Conservação e Restauro da UFPel, implantado em 2010; e o PET Diversidade e Tolerância, também de 2010. O Instituto também abriga o Museu do Doce, o Museu das Telecomunicações e o Museu das Coisas Banais.

*Sebastião Peres
Paulo Koschier*

Referências:

- COBALTO/UFPel. *Indicadores – Alunos matriculados*. Disponível em: <https://cobalto.ufpel.edu.br/indicadores/alunosMatriculados>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- COBALTO/UFPel. *Portal – Lista de servidores*. Disponível em: <https://cobalto.ufpel.edu.br/portal/consultas/listaservidores>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES – SCS. *Estatuto da Universidade Federal de Pelotas*. UFPel, [s.d.]. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/estatuto/>. Acesso em: 22 nov. 2025.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPel. *Cursos*. Pelotas: UFPel, [s.d.]. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPel. Instituto de Ciências Humanas – ICH. *Sobre*. Pelotas: UFPel, [s.d.]. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ich/sobre/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP).

O Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas teve suas origens no Instituto de Sociologia e Política (ISP), criado em 1958 com inspiração da UNESCO. Inicialmente vinculado à Faculdade de Direito de Pelotas, como parte da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), o ISP passou a integrar a UFPel em 1969, quando esta foi fundada. Contudo, o instituto foi desativado em decorrência da crescente repressão às Ciências Sociais durante a ditadura militar no Brasil. Em 1982, o ISP foi reativado como Departamento de Sociologia e Política, retomando suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, além de oferecer disciplinas básicas para diversos cursos da UFPel. Em 1985, iniciou-se o curso de Especialização em Política, focado em teoria política, pesquisa político-partidária e eleitoral e associativismo local. Em 1995, o curso foi ampliado para “Especialização em Sociologia e Política”, funcionando por 25 anos e formando aproximadamente 200 alunos. A expansão acadêmica do ISP incluiu a criação do Bacharelado em Ciências Sociais, em 1991, e da Licenciatura em Ciências Sociais, em 1994. Em 2005, a CAPES aprovou o Mestrado em Ciências Sociais, que teve início em 2006 e foi pioneiro na UFPel, reunindo docentes de várias áreas das Ciências Humanas e servindo como base para outros Programas de Pós-Graduação na universidade. Em 2008, o Departamento de Filosofia foi incorporado ao ISP, resultando na nomenclatura atual – Instituto de Filosofia, Sociologia e Po-

lítica (IFISP). A partir de 2010, o IFISP expandiu significativamente sua oferta de pós-graduação: nesse ano, foi aprovado o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, seguido pela transição do Mestrado em Ciências Sociais para Sociologia, em 2013. O Doutorado em Filosofia foi aprovado em 2014 e iniciou suas atividades em 2015; em sequência, o Doutorado em Ciência Política começou em 2016, e o Doutorado em Sociologia foi estabelecido em 2019. Nesse mesmo ano, o IFISP incorporou o curso de graduação em Relações Internacionais, consolidando-se como uma instituição de referência em termos de ensino, pesquisa e extensão.

Elaine Leite

Referência:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPel. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – IFISP. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ifisp/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

IFSul. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul) tem sua origem vinculada à Bibliotheca Pública Pelotense, que, no início do século XX, funcionava tanto como impulsionadora de ações no campo educacional quanto como espaço para formação escolar de grupos que não encontravam, nas opções de ensino tradicional, formas de se vincular. Em 1917, surgiu a Escola de Artes e Ofícios, destinada a atender meninos pobres, sendo construída com doações da comunidade. Ao longo do tempo, a escola foi municipalizada (1930) e, posteriormente, federalizada (1942), sob o nome

de Escola Técnica de Pelotas – naquele ano, a única escola técnica do gênero no Rio Grande do Sul. Sua vocação inicial era para cursos de curta duração, voltados à formação de profissionais para a indústria, até que, em 1953, foi oferecido seu primeiro curso técnico, de Construção de Máquinas e Motores. Em 1965, houve nova alteração da nomenclatura, passando a denominar-se Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel). Em 1999, assumiu o nome de Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS) e, em 2008, recebeu a designação atual. A criação do IFSul foi oficializada pela Lei n.º 11.892/2008, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 29 de dezembro de 2008. A lei consolidou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), iniciada em 2005, e criou os IFs, que passaram a integrá-la. Esta rede é composta por várias instituições que se destacam no campo da educação profissional e tecnológica, pesquisa e extensão. Em Pelotas, o CEFET-RS tornou-se IFSul-Câmpus Pelotas após longos debates com a comunidade. Um dos entraves para a transformação do Centro em Instituto era a possibilidade de a reitoria ser transferida para Porto Alegre, a fim de manter o registro do IFRS. Todavia, com a recusa da comunidade em transferir a sede administrativa para a capital, foi criado o IFSul, inicialmente com quatro campi (Pelotas, Sapucaia do Sul, Charqueadas e Passo Fundo) e a reitoria. Em 2010, o Colégio Agrícola Visconde da Graça (CAVG) aderiu ao IFSul, após ampla análise de sua comunidade acadêmica. Atualmente, o Instituto possui 16 unidades: Reito-

ria (2008), Pelotas-Visconde da Graça (1923), Pelotas (1943), Sapucaia do Sul (1996), Charqueadas (2006), Passo Fundo (2007), Camaquã (2010), Venâncio Aires (2010), Bagé (2010), Santana do Livramento (2010), Sapiranga (2013), Jaguarão (2014), Gravataí (2014), Lajeado (2014), Novo Hamburgo (2015) e o campus São Leopoldo (2025). Os IFs estão presentes em todo o território nacional, com mais de 700 campus e cerca de 1,7 milhão de alunos em diferentes modalidades de ensino, que vão desde o ensino básico – nas modalidades Médio Integrado, Subsequente, Concomitante e EJA-EPT – até os cursos de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*), além dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Na cidade de Pelotas, a oferta de cursos está dividida em dois campus: Pelotas e Pelotas-Visconde da Graça, o CAVG. O campus Pelotas, localizado na Praça 20 de Setembro, oferece, de forma presencial, sete cursos na modalidade Integrado: Design Gráfico, Design de Interiores, Edificações, Eletromecânica, Eletrônica, Eletrotécnica e Química. Na modalidade Concomitante, são dois cursos: Eletrônica e Mecânica; e na modalidade Subsequente, são seis: Edificações, Eletromecânica, Eletrotécnica, Mecânica, Química e Telecomunicações. Em nível de graduação, são oferecidos oito cursos: Bacharelado em Design, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, Licenciatura em Computação, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Saneamento Ambiental e Tecnologia em Sistemas para Internet. Seguindo o plano de verticalização do

ensino, o campus oferece pós-graduação, tanto *lato* quanto *Stricto Sensu*, totalizando seis ofertas: Especialização em Linguagens Verbo-visuais e Tecnologias e Especialização em Educação; Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia e em Engenharia e Ciências Ambientais; e Doutorado em Educação e Tecnologia. A comunidade do campus é formada por 4.897 alunos, 199 técnicos-administrativos e 361 docentes. O CAVG, localizado na Av. Ildefonso Simões Lopes, oferece 15 cursos de nível técnico, sendo oito na modalidade presencial: Agropecuária (Integrado e Subsequente), Alimentos (Integrado), Desenvolvimento de Sistemas (Subsequente), Meio Ambiente (Integrado e Subsequente) e Vestuário (Integrado e Subsequente). Na modalidade EaD, são seis cursos: Administração, Agroindústria, Biocombustíveis, Contabilidade, Meio Ambiente e Serviços Públicos (todos Subsequentes). Além desses, há o curso binacional de Meio Ambiente, em parceria com a UTU (Uruguai), na modalidade semipresencial. Em nível de graduação, há dez cursos: Agroindústria, Ciências Biológicas, Design de Moda, Física, Gestão Ambiental, Gestão de Cooperativas, Química e Viticultura e Enologia (presenciais), e os cursos de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados e Pedagogia (EaD). O CAVG possui 2.955 alunos matriculados, 125 docentes e 81 técnicos-administrativos que compõem a comunidade do campus. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil tem seguido um cronograma de fases que visa ampliar o acesso e a excelên-

cia da educação profissional, científica e tecnológica em todo o território nacional. A missão institucional do IFSul é: “Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social”. Em 2025, o IFSul contava com mais de 1.900 servidores públicos concursados, recebendo mais de 23 mil matrículas anuais em cursos regulares e mais de 130 mil em cursos FIC, com estudantes provenientes de todos os estados brasileiros, além de 30 países diferentes. O orçamento anual do IFSul, em 2025, ultrapassou R\$ 590 milhões, contribuindo de forma direta para o desenvolvimento econômico das regiões onde estão localizadas as unidades do Instituto. Considerando as propostas constituídas nas diferentes fases dos Planos de Expansão da RFEPECT, é notório o esforço das comunidades acadêmicas para atender às demandas locais e regionais e contribuir com o desenvolvimento educacional e socioeconômico dessas localidades. Os Institutos Federais foram criados como parte de uma estratégia governamental para ampliar e facilitar o acesso ao ensino profissional e tecnológico gratuito, de qualidade, público e inclusivo. Dessa forma, os campus do IFSul têm exercido protagonismo na formação de estudantes comprometidos com o mundo do trabalho, com a cidadania, com a formação humana e com a promoção da inovação científica em todas as áreas do conhecimento. O IFSul busca – e continuará buscando – oferecer uma

educação transformadora de vidas para todos os seus estudantes.

Jaqueline Thies da Cruz Koschier
Flávio Luis Barbosa Nunes

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos*: documento base. Brasília, DF, ago. 2007.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Decreto n. 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 abr. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE – IFsul. *O Instituto Federal Sul-rio-grandense*. Pelotas: [s.d.]. Disponível em: <https://www.ifsul.edu.br/instituto>. Acesso em: 22 maio 2025.

Imigrantes (O fluxo dos recomeços). Com longa tradição de acolhimento, iniciada com os fluxos de imigração europeia no século XIX – portugueses, italianos, alemães e outros povos que ajudaram a moldar a identidade local –, Pelotas é uma cidade com uma história marcada pela imigração e que continua a se transformar com o tempo. Hoje, essa herança de diversidade segue viva com a chegada de novos grupos de migrantes, vindos de países como Haiti, Senegal e Venezuela, que

buscam na cidade um novo começo. A presença haitiana começou a crescer após o terremoto de 2010, que devastou o país e forçou milhares a buscar oportunidades em outros lugares. Em Pelotas, muitos haitianos encontraram espaço na construção civil e em serviços gerais, contribuindo para o desenvolvimento da cidade enquanto reconstruíam suas vidas. Por volta de 2015, foi a vez dos senegaleses chegarem em maior número, motivados por dificuldades políticas e econômicas em seu país. Inicialmente, eles se estabeleceram principalmente no comércio informal, além de trabalharem na construção civil. Sua presença trouxe novos sotaques, cores e costumes para as ruas da cidade. A crise política e econômica na Venezuela também deixou marcas profundas, provocando um êxodo de cidadãos e cidadãs em busca de segurança e melhores condições de vida. Pelotas tem sido um destino para muitos venezuelanos, que, aos poucos, têm se inserido no mercado de trabalho e contribuído para o dinamismo da economia local. Consciente dessa nova realidade, a cidade tem investido em políticas públicas para facilitar a integração dos novos habitantes. Em janeiro de 2025, esse esforço foi reconhecido com o Selo MigraCidades 2024, concedido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que reconhece o comprometimento de municípios na governança migratória e na promoção de políticas públicas inclusivas. Com suas praças históricas e ruas movimentadas, Pelotas reflete hoje essa mistura de culturas e experiências.

A cidade continua a se transformar, mostrando que acolher é mais do que abrir portas, é criar oportunidades e construir, juntos, um novo futuro.

Esmeralda Canhada de Góz Faria

Referências:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Perfil dos imigrantes no RS*. Disponível em: <https://justica.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/15162256-estudo-perfil-dos-imigrantes-no-rs-2020.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES – OIM. *Centros de atenção a refugiados e migrantes*. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzb-dl1496/files/documents/CLP_Final_single.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

PREFEITURA DE PELOTAS. *Pelotas recebe o Selo MigraCidades*. Disponível em: <https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/pelotas-recebe-o-selo-migracidades>. Acesso em: 12 mar. 2025.

Imprensa Ilustrada. A imprensa ilustrada, constituída por jornais de caricaturas e de crítica social, foi verificada em várias regiões do Brasil, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX. Em Pelotas, não foi diferente. No ano de 1878, foi publicado o periódico *A Abelha*, cujos exemplares não se conservaram, com exceção do número 06, Ano I, que informava apenas o ano da publicação. Em 1879, foi lançado *O Cabrion*, que circulou até 1881; em 1883, surgiu *Zé Povinho* e, entre 1887 e 1889, *A Ventarola*. Esses jornais, de formato pequeno (22 x 32 cm) e circulação semanal, eram constituídos por oito páginas, nas quais as páginas 1, 4, 5 e 8 apresentavam ilustrações, enquanto

as demais eram destinadas ao texto. A técnica utilizada na realização das ilustrações era a litografia. Eles apresentavam, na primeira página, um cabeçalho bem trabalhado e, geralmente, a reprodução de um retrato de alguém de destaque para aquela edição, uma forma de homenagem, que também poderia ser póstuma. As ilustrações da primeira página, no entanto, também abordavam outros temas, com críticas e sátiras à administração pública e a questões relacionadas à política, por exemplo. A segunda e a terceira páginas eram preenchidas com textos de opinião e notícias da semana, sobretudo relacionadas à cidade de Pelotas, mas também sobre assuntos de relevância nacional e, às vezes, eventos internacionais. Os artigos, as crônicas e as cartas também apareciam nessas páginas, geralmente se estendendo até a sexta e a sétima páginas, que concentravam a parte literária do jornal. As páginas reservadas às ilustrações sempre destacavam a verve humorística dos periódicos. *O Cabrion* se apresentava como “folha ilustrada”, que “trata de assuntos políticos e sociais”. O periódico era propriedade da Sociedade de Guerra & Chapon, que reunia o francês Eduardo Chapon e o português Eduardo de Araújo Guerra, sócios na oficina litográfica, a qual também sediava a redação. Localizou-se primeiro na Rua São Miguel, n.º 87, e depois se transferiu para a Rua do Imperador, n.º 127, e mais tarde para a Rua General Neto, na quadra entre as ruas São Miguel e General Vitorino. A impressão era realizada pela tipografia do *Jornal do Comércio*. A parte ilustrada era produzida sob a responsabilidade artística

de Eduardo de Araújo Guerra, desenhista e responsável pela direção literária. Eduardo Chapon, além do seu trabalho de litógrafo, exercia a administração do periódico (Ferreira, 1964). A redação ficou a cargo de Colimério Leite, pelo menos entre setembro e dezembro de 1879; após a saída dele, conforme aviso, a redação foi assumida por “outro cavalheiro não menos habilitado” (*Cabron*, 21/12/1879). Na edição de 25 de julho de 1880, era anunciada a dissolução amigável da sociedade, ficando o ativo e o passivo da oficina sob a responsabilidade de Chapon. No mesmo número, Guerra divulgava sua transferência para Porto Alegre, onde continuaria com a publicação do *Cabron*. No entanto, a folha permaneceria sendo distribuída regularmente em Pelotas sob o comando de Chapon (*Cabron*, 25/07/1880), até 1881. *Zé Povinho*, dirigido por Francisco Rodrigues Noronha, estava situado na Rua 7 de Setembro, n.º 20. Em seu primeiro número, apresentou-se como “pequeno, resignado na adversidade, gigante, leão, nas tempestades sociais” (*Zé Povinho*, 07/01/1883). O nome do jornal foi influenciado pelo personagem Zé Povinho, criado pelo caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro, no periódico *O Mosquito*, publicado a partir de 1875 no Rio de Janeiro (Lima, 1963). O periódico teve sua produção artística e impressão realizadas na tipografia e litografia do *Correio Mercantil*, jornal de Antonio Joaquim Dias. Três meses após o início da circulação, em um editorial intitulado “Ao respeitável público”, os responsáveis pelo periódico deixavam claro o posicionamento tomado pela redação.

No texto, afirmavam que o periódico tinha por finalidade a “utilidade pública e o recreio da sociedade. [...] Nunca escrevemos uma palavra nem apresentamos um desenho ofensivo a quem quer que seja. [...] Publicamos um periódico e não um pasquim” (*Zé Povinho*, 01/04/1883). Ao longo do texto, era destacado que, por agir dessa maneira, talvez não estivessem de acordo com a época e com a opinião de parte dos leitores, aqueles que preferiam, ao invés de um “[...] retrato de um homem ilustre, a figura de um personagem cômico desenhado com orelhas de Midas no momento de qualquer fragilidade” (*Zé Povinho*, 01/04/1883). Os responsáveis pela redação salientavam que isso incorria em um erro que decidiram correr, pois, ao contrário, quiçá tivessem conquistado mais assinantes. Provavelmente, como destacou o próprio jornal, a falta de assinantes foi um dos motivos para o encerramento do periódico, em julho de 1883, com apenas 26 números. No entanto, o que o levou à bancarrota de forma mais rápida foi o fim da parte ilustrada a partir do 16º número. Neste, o redator publicou que sofria várias contrariedades por parte dos artistas necessários para a produção do jornal. Já havia confessado, no número 04, a saída do primeiro desenhista e que, “para não morrer do mal de sete dias”, procurou um substituto, que se manteve no cargo até aquele exemplar. Relatou a falta de artistas especializados no gênero em Pelotas, o que o obrigou a cessar a parte ilustrada do *Zé Povinho* até a chegada do novo desenhista, já contratado, o que não aconteceu. Enquanto isso, continuaria com a parte

noticiosa e literária: “Faltando-nos o lápis, resta-nos a pena” (*Zé Povinho*, 22/04/1883). Em 1887, por iniciativa de Eduardo Chapon, surgiu *A Ventarola*, que se apresentou como “folha ilustrada e humorística”. O aparecimento do jornal foi noticiado pela imprensa diária, que saudou o novo colega desejando-lhe vida longa. A nota publicada em *A Discussão* assegurava que, se ele se mantivesse em “atitude conspícua e condigna, sem jamais se deixar escorregar pelos caminhos da crítica inconveniente e pesada”, poderia desfrutar de uma carreira prodigiosa (*A Discussão*, 12/04/1887). A partir de julho de 1889, *A Ventarola* mudou seu formato (30 x 40 cm) e reduziu suas páginas para quatro. Eduardo Chapon justificou a mudança, devido ao “[...] bom acolhimento que ela tem merecido do benévolo público, resolvemos fazê-la passar por uma reforma quicá mais agradável, a qual julgamos de inteira necessidade, esperando que, como até aqui, continuar a – *Ventarola* – a merecer a proteção do público” (*A Ventarola*, 07/07/1889). Entretanto, as transformações foram um sintoma da crise que afetava o jornal. Ainda neste exemplar, seu proprietário solicitava aos assinantes em atraso o pagamento das dívidas, sob “a pena de passarem para a nossa câmara escura, o que não é nada bonito (*A Ventarola*, 07/07/1889). Já no segundo número, após a nova apresentação, era anunciada a saída do redator, Francisco de Paula Pires, que estava há meses no cargo (*A Ventarola*, 14/07/1889). Notícia reveladora, uma vez que os textos do jornal eram sempre assinados por pseudônimos, como, por exemplo,

Ventaroleiro. Em um número anterior, contudo, foi publicado um editorial assinado com as iniciais FPP, o que permitiu associar Paula Pires como autor dos demais, uma vez que, no texto, ele se desculpava com os leitores pelo último número não ter sido revisado, sendo impresso com vários erros (*A Ventarola*, 08/04/1888). Ainda na mesma nota que anunciava a saída do redator, foi divulgado que a nova redação seria composta por “diversos cavalheiros”, os quais saberiam manter a “simpatia do público para não lhe faltar o apoio de que necessita”. Chapon enfrentaria, em seguida, outro problema – um desfalque: “O indivíduo de nome Alexandre Sampaio da Costa, a quem eu, na melhor boa-fé, havia confiado a cobrança do meu jornal *A Ventarola*, acaba de apossar-se de bem regular quantia de assinaturas” (*A Ventarola*, 29/09/1889). No último exemplar encontrado do jornal, novamente seu proprietário rogava aos assinantes para saldarem suas dívidas: “[...] o mais pronto possível, pois são grandes e certas as despesas que fazemos com a publicação da *Ventarola*” (*A Ventarola*, 29/12/1889). Assinaturas atrasadas, a saída do redator, o desfalque e as despesas com a publicação foram, certamente, os motivos que causaram a interrupção do periódico, o que representou também o término da participação da imprensa ilustrada e humorística em Pelotas no século XIX.

Aristeu Elisandro Machado Lopes

Referências:

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa Caricada do Rio Grande do Sul no Século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1964.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. 4 v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LOPES, Aristeu. *Traços da política: A imprensa ilustrada em Pelotas no século XIX*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

Imprensa recente. A imprensa pelotense escrita se tornou ainda mais diversificada a partir da década de 1960. Aos tradicionais veículos de mídia impressa, alguns criados ainda no século XIX, uniram-se jornais e revistas de variedades; alguns chegaram ao século XXI, porém utilizando plataformas virtuais e microblogs para se manterem competitivos e relevantes. A imprensa local também ganhou diversidade com a criação dos cursos de Comunicação Social nas universidades Católica e Federal de Pelotas. Entre os impressos acadêmicos, destaca-se o *Atuação*, que circulou do final da década de 1960 até 1994, sendo produzido por alunos do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas, sob a orientação de professores. O curso da UCPel ainda desenvolveu outro projeto, o premiado *O Pescador*, da Escola de Comunicação Social da Universidade Católica de Pelotas (Ecos/UCPel), que, em 2007, recebeu o prêmio de primeiro lugar na categoria Jornal Impresso Experimental do Expocom Nacional, em São Paulo. Em meados do ano 2000, com lançamento em agosto, a Escola de Comunicação Social da Universidade Católica de Pelotas editou e passou a circular o jornal *Folha da Princesa*, sob a coordenação do professor Jairo Sanguiné, que permaneceu em circulação até a primeira metade da década de 2010. O curso de

Jornalismo da UFPel não produz nenhum jornal impresso; no entanto, o site *Em Pauta*, abastecido pelos alunos, foi criado em maio de 2012 pela professora Michele Negrini. Inicialmente chamado *Nas Páginas do Dia*, passou posteriormente a se chamar *Agepel* e, só mais tarde, recebeu o nome atual, *Em Pauta*. Da iniciativa privada, no final de 1995, surgiu o jornal semanal *Pano-rama*, impresso, do empresário Eurico de Souza Gomes, que abordava temas como economia, religião e crônica social. Ele durou pouco mais de quatro anos. Em 24 de junho de 1979, surgiu o jornal *Diário da Manhã*, do jornalista e empresário Hélio Freitag. O diário impresso foi considerado revolucionário para os padrões locais por adotar o sistema *off-set* para impressão, em um período em que a maioria dos jornais no Estado ainda utilizava a tipografia. A publicação trazia assuntos locais, nacionais, estaduais e internacionais. Em 30 de novembro de 2022, ele deixou de circular em papel e passou a investir no site www.diariodamanhapelotas.com.br e nos microblogs Instagram e Facebook. Ao longo de 44 anos de história, tornou-se referência na Zona Sul. Mais tradicional ainda era o *Diário Popular*, fundado em 1890, o qual foi o principal veículo de comunicação da Região Sul do Estado e o mais longo. Por decisão da então superintendente Virginia Fetter, o jornal encerrou suas atividades definitivamente em 11 de junho de 2024, com sua última edição publicada em 12 de junho de 2024. O site da empresa também foi desativado. Em 5 de maio de 1925, surgiu o jornal *A Opinião Pública*, através da iniciativa dos sócios

João Moura e Theodósio Menezes. O jornal circulou até 1962 e, no final da década de 1980, foi reeditado pela Editora Aimara, do Fragata, mas não chegou a ter uma edição contínua; na década de 1990, foi descontinuado novamente. Já o *Gazeta Pelotense* surgiu em Pelotas como um veículo inovador de jornalismo. Financiado pelo empresário do ramo de transportes Manuel Marques da Fonseca Júnior e criado com um projeto gráfico ousado por Aldyr Garcia Schlee, o jornal combinava expressão artística e compromisso político, sendo um espaço para jornalistas, fotógrafos e intelectuais da região. Sua circulação, entre setembro de 1976 e janeiro de 1977, trouxe inovação e resistência ao cenário da imprensa local. A publicação era um tabloide diário com 24 páginas e tinha um caderno dominical com 16 páginas. Surgiu vespertino, mas, após apenas a primeira edição, passou a ser matutino. Ao todo, foram 91 jornais publicados. Em 2001, surgiu o semanário *Poucas e Boas*, de Assis Brasil Silveira. Irreverente e muito crítico, o jornalista, que morreu em 15 de março de 2023, aos 73 anos, manteve por quase uma década o seu polêmico jornal. Fundado em 6 de julho de 2024, foi para as ruas, no dia 7 de julho do mesmo ano, a primeira edição impressa do jornal diário *A Hora do Sul*, empresa jornalística do Grupo A Hora, de Lajeado, que estendeu suas operações para a Zona Sul do Estado. A iniciativa é dos empresários Fernando Weiss e Adair Weiss. Da sua redação em Pelotas, os repórteres do *A Hora do Sul*, além do impresso, produzem conteúdos para as plataformas digitais (site, Instagram,

X e Facebook), especialmente sobre assuntos que impactam a economia, o desenvolvimento da região e o bem-estar das comunidades. Está prevista para o dia 7 de julho de 2025 a abertura das transmissões via rádio FM, seguindo o planejamento de expansão da empresa, que recentemente comprou as ações da família acionista majoritária da Rádio Pelotense, que completará 100 anos em junho. Este veículo, atualmente, está desativado. **Imprensa física e virtual** – Foi produzido em Pelotas o jornal *E-cult*, iniciativa do empreendedor cultural Deco Rodrigues. A proposta teve edição impressa (com tiragem mensal, inicialmente, e bimensal posteriormente) e digital a partir de 2009. O *E-cult* teve alguns intervalos de meses sem tiragem impressa. Em fevereiro de 2010, saiu a última edição em papel; o projeto ainda pode ser acessado nos formatos site, microblogs (Instagram e Facebook) e rede X (antigo Twitter). Em dezembro de 2009, a RBS começou, por Pelotas, a desenvolver um projeto on-line experimental, em que cada cidade do interior teria uma comunidade virtual de leitores-repórteres, coordenada por um jornalista, com a assessoria de um conselho de colaboradores. O blog *Pelotas Mais*, com curadoria da jornalista Bianca Zannella, teve sua proposta descontinuada em 1º de novembro de 2011. Um pouco antes, surgiu o jornalístico *Amigos de Pelotas*, a partir do blog pessoal do jornalista Rubens Amador Filho, criado em 4 de abril de 2008. A iniciativa teve grande repercussão, especialmente pelo tom crítico aos assuntos políticos. O projeto prossegue até os dias de hoje, com a participação de colaboradores.

No ano passado, o jornalista Henrique Giovanini criou o portal *Arte-se*, dedicado aos assuntos culturais do município. Esta proposta jornalística foca sua atuação no Instagram. Ainda, o *Jornal Tradição Regional* atua como veículo de comunicação desde 2006, tem como público-alvo a população urbana e rural da Metade Sul do RS, mas é feito em Pelotas. Atualmente, o jornal impresso é semanal, com circulação todas as sextas-feiras. A empresa ainda produz conteúdos para o site e os microblogs. Por fim, são citadas as revistas *Vip* e *Vida*. A *Vip* foi criada em 2003, iniciativa da jornalista Damaris Noschang, ainda tem publicação impressa, embora possa haver intervalos de 30 dias a dois meses entre uma edição e outra; atualmente, seu carro-chefe é o Instagram. A revista *Vida*, criada em 2010 e dirigida pelo jornalista Miguel Martins, é uma iniciativa voltada para temáticas relacionadas à saúde, mantendo circulação mensal e, ocasionalmente, bimensal. Ainda é impressa, mas também está presente nas plataformas virtuais.

Ana Cláudia Dias

Referências:

Jornais *Diário Popular* e *Diário da Manhã*; Facebook; Instagram; sites do CCS/UFPel; *Em Pauta* (UFPel e UCPEL); revistas *Vip* e *Saúde*; blogs *Pelotas Capital Cultural*, *Amigos de Pelotas* e *Pelotas 13 Horas*; Wikipedia.

Indígenas. A região que hoje conhecemos como Pelotas tem uma história indígena milenar. Os sítios arqueológicos mais antigos conhecidos se localizam nas áreas de banhados à beira da Lagoa dos Patos e do Canal São Gonça-

lo, como o Pontal da Barra, os banhados nos entornos da Lagoa do Fragata, Lagoa Pequena e Ilha da Feitoria. Os cerritos são aterros construídos com até 5 metros de altura e com planta de formato circular ou elíptico, com até 100 metros de diâmetro; entretanto, no estuário da Lagoa dos Patos, onde se situa o município de Pelotas, suas dimensões raramente ultrapassam 2 metros de altura. Os cerritos foram erguidos para servirem como áreas de moradia em ambientes alagados, também utilizados como locais de sepultamento, demarcadores territoriais e áreas de plantio. Nesses lugares, é comum encontrar vestígios materiais da vida cotidiana, como restos de alimentação (ossos de animais, como peixes, aves e mamíferos, e vegetais, como milho, abóbora e feijão), estruturas de casas feitas de madeira (*tolderias*), ossos humanos sepultados e instrumentos de uso diário, como fragmentos de vasilhas cerâmicas e artefatos líticos feitos em pedra. Foram construídos pelos grupos pampeanos, conhecidos pela documentação histórica como Charrua e Minuano, desde 5 mil anos atrás. No entanto, na região de Pelotas, os sítios mais antigos datam de aproximadamente 2.500 anos, cuja ocupação se estendeu até cerca de 200 anos atrás. Neste período, os construtores de cerritos interagiram com os povos falantes do tronco linguístico Tupi-Guarani, oriundos da Amazônia, de onde iniciaram um processo de expansão territorial por volta de 2.500 anos atrás, através dos grandes rios das terras baixas sul-americanas. Há vestígios da ocupação Guarani no estuário da Lagoa dos Patos desde aproximadamente 900

anos atrás; contudo, a ocupação massiva teria ocorrido entre 600 e 500 anos atrás. Em Pelotas, aldeias Guarani pré-coloniais foram identificadas na região da Serra dos Tapes, no vale do arroio Andrade, que se articulam de maneira sistêmica às aldeias e acampamentos registrados nas praias lagunares, especialmente nas matas do Totó, na Ilha da Feitoria, e no cordão de paleo-dunas que se estende da margem do Canal São Gonçalo até a Lagoa Pequena. Os sítios arqueológicos Guarani caracterizam-se por manchas de terra preta de formato circular, resultado do colapso e decomposição dos telhados das casas, onde também se encontram vestígios de alimentação (animais e plantas), muitos tipos de vasilhas utilizadas para várias finalidades, como armazenar água e bebidas alcoólicas, cozinhar e sepultar os mortos (urnas funerárias), além de instrumentos líticos para cortar, furar, serrar e bater. Com o advento da colonização europeia e a estrutura das vilas e cidades, os povos indígenas foram sendo escravizados e dizimados na região, seja pela força ou pela dispersão de doenças infecciosas. Se, antes de 1500, Pelotas foi terra indígena, no século XIX, as pessoas indígenas já representavam menos de 1% da população, cenário que só se agravou a cada década. Segundo o Censo realizado pelo IBGE, no ano de 2010, apenas 317 pessoas se identificaram como indígenas, o que equivale a aproximadamente 0,01% em uma população estimada de 343.000 habitantes. Há duas terras indígenas no interior do município que estão em processo de reconhecimento junto à FUNAI: a aldeia *Kapy*

Ovy, localizada no Morro Farroupilha, nas proximidades da Colônia Maciel, composta por não mais do que 10 pessoas (três famílias) Mbyá-Guarani; e a aldeia Kaingang *Girô*, que agrega em torno de 48 pessoas (13 famílias), localizada na Vila Cascata. Em ambas as aldeias indígenas, as pessoas vivem de sua produção alimentícia local, envolvendo a criação de animais domésticos, como porcos e galinhas, além da caça e da pesca ainda disponíveis. Também sobrevivem graças a doações de entidades de assistência social, da municipalidade e de contribuições particulares, além de venderem suas produções artísticas no centro urbano de Pelotas.

Rafael Guedes Milheira

Referências:

MILHEIRA, Rafael Guedes. *Arqueologia Guarani na laguna dos Patos e serra do Sudeste*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2014.

MILHEIRA, R. G.; ATORRE, Tiago; BORGES, Caroline. Construtores de cerritos na Laguna dos Patos, Pontal da Barra, sul do Brasil: lugar persistente, território e ambiente construído no Holoceno recente. *Latin American Antiquity*, v. 30, n. 1, p. 35-54, 2019.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872/2000. *Revista da USP*, São Paulo, n. 44, p. 218-269, 1999-2000.

Indústria arrozeira. Pelotas é o maior polo de beneficiamento de arroz do país, contando com o maior número de estabelecimentos e gerando o maior número de empregos diretos no setor (RAIS-CAGED). A posição do município se torna ainda mais destacada

ao considerarmos que o Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz do país, contribuindo com cerca de setenta por cento da produção nacional, além de estar entre os maiores exportadores e importadores do grão (respectivamente, na primeira e segunda posições, conforme COMEX-STAT para o ano de 2023). As políticas de abastecimento da população passam justamente pelo estado do Rio Grande do Sul, visto que o arroz é um dos principais ingredientes da alimentação diária do brasileiro. O protagonismo de Pelotas no circuito arrozeiro surge a partir do contexto histórico em que a lavoura foi iniciada, em moldes de produção capitalistas, nos primórdios do século XX, juntamente com Cachoeira do Sul, no mesmo período. Embora existam registros de cultivo de arroz em momentos anteriores no Rio Grande do Sul, observa-se que a produção em larga escala se consolidou a partir dos anos 1900, quando a economia charqueadora encontrava-se em franco declínio, devido às dificuldades relacionadas tanto ao fim da escravatura quanto à falta de apoio político e à ausência de inovação nas unidades fabris. Paralelamente, a lavoura arrozeira adotou técnicas modernizantes, como sistemas de irrigação, seleção de sementes, maquinários e insumos, além de utilizar elementos presentes na pecuária. A crise na pecuária gaúcha também contribuiu para a expansão da lavoura arrozeira, pois estancieiros e grandes proprietários passaram a se dedicar ao cultivo de arroz, assim como os trabalhadores inseridos nessas propriedades. Destaca-se o Coronel Pedro Osório (1854-1931) como um dos

principais precursores da lavoura arrozeira no estado. Ele passou a investir na implementação de arrozais em suas propriedades ao constatar a crise do charque, contando ainda com fatores naturais que possibilitaram a expansão do arroz em Pelotas, como a disponibilidade de cursos d'água, o relevo de várzea da Planície Costeira e o clima subtropical. Inclusive, o Coronel Pedro Osório fundou o primeiro engenho de arroz às margens do Canal São Gonçalo, que chegou a ter uma capacidade de beneficiamento de setecentos mil sacos de arroz em casca. O século XX, como um todo, foi um período de significativos avanços para a economia arrozeira em Pelotas e no estado, contribuindo para a institucionalização dessa atividade em nível regional. Um marco importante foi a criação do Instituto do Arroz do Rio Grande, em 1938, pelo então Sindicato Arrozeiro do RS, com o objetivo de fomentar a expansão da cultura do arroz no estado. Posteriormente, em 1940, passou a se denominar Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), atuando tanto na assistência técnica aos arrozeiros quanto na estimulação da produção industrial e comercial do produto. Outro ponto relevante para a economia arrozeira no Rio Grande do Sul foi a criação de cooperativas nos anos 1950 e 1960, voltadas para a proteção dos produtores. Nesse contexto, destaca-se o surgimento da Cooperativa Arrozeira Extremo Sul, em 1965, um dos principais empreendimentos arrozeiros de Pelotas, embora enfrente dificuldades econômicas na atualidade. Por fim, durante o Regime Militar, houve a preocupação em consolidar o domínio do

território nacional e em promover uma modernização da economia por meio da intervenção estatal, estimulada pela Revolução Verde em curso à época. Esse cenário levou o Estado brasileiro a adotar políticas de incentivo à agricultura empresarial e aos complexos agroindustriais, como a concessão de subsídios ao campo, por meio do Sistema de Crédito Rural, e a criação da Embrapa, em 1973, cuja contribuição para o aprimoramento dos produtos agrícolas foi fundamental para a consolidação do agronegócio brasileiro. Evidencia-se que Pelotas apresenta uma divisão territorial do trabalho baseada no beneficiamento de arroz, uma vez que essa é a atividade predominante do setor industrial da cidade, fortemente vinculada à agroindústria. Embora tenha enfrentado uma crise industrial a partir dos anos 1980 – caracterizando um processo de desindustrialização de sua economia –, o município manteve seu papel como principal polo de beneficiamento do grão, ainda que com mudanças significativas na estrutura do processo produtivo, tanto no interior das indústrias quanto no comportamento do mercado consumidor. Outro elemento importante para essa cadeia produtiva são os eventos, a exemplo da Abertura Oficial da Colheita do Arroz, realizada desde 1989, ano de sua criação. As entidades classistas (FEDERARROZ, ABIARROZ, SINDIARROZ-RS), em paralelo com as empresas de insumos, as indústrias de beneficiamento, os sistemas bancários e os órgãos de pesquisa (IRGA e EMBRAPA), constituem um importante circuito territorial de produção do arroz beneficiado no Rio

Grande do Sul, com Pelotas sendo um dos principais polos de abastecimento do mercado nacional, além de exportar para diversos países. Atualmente, o município abriga as principais plantas industriais da Joaquim Oliveira S/A. Participações (Josapar) e da Arroeira Pelotas, ambas ocupando as primeiras posições no ranking de beneficiamento do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA). Outras empresas também se destacam na indústria, como Nelson Wendt, Barz e Cia. Ltda. (Tordilho Alimentos), Cooperativa Extremo Sul, Cerealista Polisul, Rubens Perleberg e Arroeira Pérola. São empreendimentos de variados portes, com diferentes formas de atuação territorial, mas que integram esse potencial setor que compõe a indústria arrozeira pelotense.

Josuan Conceição

Referências:

CONCEIÇÃO, Josuan. *A indústria alimentícia na cidade de Pelotas (RS) e sua participação na divisão territorial do trabalho no Rio Grande do Sul: o caso do beneficiamento de arroz*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

CONCEIÇÃO, Josuan. *Dinâmica territorial e redes dos circuitos de produção do arroz industrializado no/a partir do Rio Grande do Sul*. 2024. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

Infância e escravidão. Entre 1788 e 1802, meninas e meninos de até 14 anos representavam 36% dos africanos trazidos dos principais portos para o

extremo sul. Pouco tempo depois, no intervalo de 1826 a 1835, as crianças correspondiam a 59% dos africanos desembarcados no Brasil. O abolicionismo inglês, que culminou no fim do tráfico negreiro em 1850, também alterou drasticamente a faixa etária das comunidades negras escravizadas. Como o tráfico terminou, mas a escravidão não, as crianças passaram a ocupar um lugar distinto no cativeiro. Eram consideradas crianças aquelas com até 14 anos de idade. Para as escravizadas, utilizavam-se termos como “crias de pé”, “crias de peito”, meninos, meninas, “moleques” e “molecas”. Cada fase da vida representava não apenas uma nomenclatura diferente, mas também um tipo próprio de tratamento e de relação com o trabalho e a socialização. O início da vida não significava, naquele contexto, garantia de desenvolvimento, pois a taxa de mortalidade infantil era bastante elevada. A principal causa de morte era o “mal de sete dias”, ou tétano umbilical, decorrente também de uma má amamentação, já que as amas eram utilizadas primeiramente para amamentar os filhos dos senhores. Como consequência, ao se garimpar os documentos, não é incomum encontrar crianças sem nome, pois ainda não haviam passado pela cerimônia do batismo. A idade mais elevada encontrada nesse caso foi a de oito anos, um exemplo da resiliência das “flores” que sobreviveram à senzala. Até atingirem os oito anos de idade, as crias de peito e as crias de pé estavam sujeitas à ambiguidade senhorial: por vezes, podiam ser vistas participando das brincadeiras junto às crianças brancas, sendo papericadas

pelas senhoras, e, em outras ocasiões, sofrendo severos castigos. Quando mais velhas, circulavam quase livremente pela cidade – brincando no cais, correndo entre vielas e campos, acompanhando escravos mais velhos em seus ofícios, juntando agulhas para costurar agasalhos, selando cavalos, pregando tábuas, cruzando a cidade para entregar recados ou até mesmo indo comprar mate. A partir dos oito anos, já eram encontradas aprendendo o ofício que exerceriam no futuro. Em Pelotas, os registros mencionam ocupações como “servente”, “sapateiro”, “alfaiate”, “de todo serviço”, “rendeira” e “corrieiro”. Para os meninos, o principal ofício era o de “campeiro”; para as meninas, o de “cozinheira”. Com o fim do tráfico atlântico, no avançar dos Oitocentos, ocorreu um aumento do número de crianças nos cativeiros. Em Pelotas, a partir dos inventários post-mortem, as crianças representavam, entre 1861 e 1870, cerca de 25% da população cativa. Mesmo após a promulgação da Lei do Ventre Livre, conforme descrito no Censo Populacional de Pelotas de 1872, as crianças correspondiam a 36% da população escravizada. Paralelamente, houve um aumento significativo em seus preços: em 1820, o valor médio de uma criança escravizada saudável era de 100\$000 réis; já em 1870, esse valor havia se multiplicado quase seis vezes. O tráfico atlântico transformou profundamente a história demográfica e cultural dos continentes. Dos diversos preceitos africanos que se misturaram aos ritos indígenas e ao simbolismo católico, formaram-se culturas, e as crianças e jovens negros foram possivelmen-

te o principal elo para essa sincretização que molda as identidades brasileiras até hoje. A criança no cativeiro era uma manifestação da esperança da liberdade: as famílias constituíam um horizonte mais próximo do mundo dos livres, fosse pela rede de apoio e proteção dos compadrios, fosse pelas estratégias de arrecadação de pecúlio para a conquista da alforria. A presença das crianças não alterou apenas as estruturas de demografia, de tráfico e de economia na escravidão, mas sobretudo a vida daqueles agentes negros submetidos ao cativeiro. Nas rodas de mate que lampejam e encantam o pampa gaúcho, recita-se a história de um menino negro que triunfa perante o castigo do senhor e, nas bênçãos da Virgem Nossa Senhora, torna-se imortal. A lenda do Negrinho do Pastoreio também foi eternizada nas palavras de João Simões Lopes Neto, escritor pelotense, que, por meio da fábula, revela uma dimensão complexa e pouco explorada na história da escravidão: a presença das crianças, uma verdade que sempre esteve ali, mas poucas vezes foi percebida.

José Ricardo Resende Júnior

Referências:

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para o porto do sul*: características do tráfico negroiro de São Pedro do Rio Grande do Sul, c. 1790-c. 1825. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006.

FLORENTINO, Manolo; VILLA, Carlos. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil (1810-1850). *História*, São Paulo, v. 35, e78, 2016.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele Irene. Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas,

1870-1880. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez. 2012.

RESENDE JR., José. *“Infâncias de sal e areia”*: uma história das crianças escravizadas em Pelotas e Rio Grande (1820-1870). Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2023.

Internato A Minha Casa Rural.

O internato A Minha Casa Rural foi criado pela Sociedade de Educação Cristã, em 10 de outubro de 1949, na cidade de Pelotas-RS, e começou a funcionar em 1950. A instituição deveria servir, inicialmente, às meninas que estudavam no Grupo Escolar Rural Santo Antônio, uma escola primária que funcionava desde 1932 em Pelotas. As meninas continuariam seus estudos em outro educandário que também funcionava no mesmo espaço: a Escola Normal Regional Imaculada Conceição (1955-1971), instituição na qual as internas dariam continuidade aos estudos em nível ginasial. Na sua inauguração, em 1949, estiveram presentes autoridades locais, como o prefeito Joaquim Duval, o bispo Dom Antônio Zattera, Ana Amália, representante da Superintendência do Ensino Rural, Olga Gayer, diretora do Instituto de Educação, Cecy Lacco, diretora da instrução municipal, Sylvia Mello, delegada regional de ensino, e o presidente da Legião Brasileira de Assistência. Outros nomes foram identificados na assinatura da ata de solenidade, cujos cargos exercidos evidenciam as redes interessadas na educação relacionada ao meio rural: o representante do Ministério da Agricultura, do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do governo do estado do RS e o diretor da Escola Agrotécnica

Visconde da Graça, que geralmente mantinha laços com a Sociedade de Educação Cristã, além de diretores de outras escolas pelotenses. O internato foi administrado inicialmente pela professora Maria Rachel Ribeiro de Mello, juntamente com algumas professoras cedidas pela Superintendência do Ensino Rural do RS. Porém, a partir de 1956, passou a ser gerenciado pela Congregação Católica das Irmãs de Jesus Crucificado. Em 1952, o edifício do internato possuía “sala de estar, biblioteca, escritório da diretora, refeitório, cozinha, dormitório, lavatórios, banheiros e sanitários” e, em 1958, passou a contar com mais um andar no piso superior, o que ampliou suas instalações. O internato teve significativo impacto na formação das alunas que vinham do interior da zona sul do RS, atendendo meninas de diversos municípios, com predomínio de educandas oriundas do interior de Pelotas, mas também de cidades como Canguçu, São Lourenço do Sul, Arroio Grande, Bagé e Encruzilhada do Sul. Em 1953, a Sociedade de Educação Cristã objetivava ministrar “educação da menina pobre de zona rural” e recebia em seu internato meninas que moravam “afastadas de escolas, na campanha, sendo filhas de pequenos agricultores, a quem faltam meios pecuniários para mantê-las em um educandário pago”. As famílias das educandas que tivessem condições financeiras deveriam contribuir com valores considerados “módicos”, ou seja, baixos para o padrão da época, e também com o envio de produtos agrícolas. As primeiras internas chegaram à Minha Casa Rural

em 1950, sendo “10 meninas da zona colonial para estudar no Grupo Escolar ‘Rural’ Santo Antônio”. Ao longo dos anos, o internato aumentou o número de vagas e chegou a manter 70 internas durante o período anual. As internas recebiam ensinamentos de educação católica, frequentando diariamente as missas na capela Santo Antônio. Percebia-se, naquele ambiente escolar de internato, um rígido regime disciplinar de formação humana e de preceitos morais e religiosos, cuja orientação era muito mais doméstica do que rural. Fazia parte da educação escolarizada formar as mulheres para serem boas mães, donas de casa, esposas e professoras. As internas, todas mulheres, tinham aulas de corte e costura, enfermagem (socorros básicos e aplicação de injeções), jardinagem, aulas de polidez e culinária, além de realizarem os serviços domésticos na cozinha e na lavanderia da instituição. O internato encerrou suas atividades a partir de 1971, devido à Lei n. 5.692, que eliminou os cursos de formação normal em nível ginásial e, conseqüentemente, as escolas normais rurais/regionais, uma vez que a Escola Normal Regional Imaculada Conceição dava sentido à manutenção do internato para meninas oriundas do interior. Atualmente, o prédio em que funcionou o internato A Minha Casa Rural permanece localizado na região das Três Vendas, em Pelotas, e continua pertencendo à Igreja Católica; porém, suas instalações já não contam com a antiga vivacidade da juventude que o frequentou durante os anos de 1950 até 1970.

Magda de Abreu Vicente

Referências:

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO CRISTÃ; FUNDAÇÃO EDUCACIONAL RURAL CRISTÃ RACHEL MELLO. Estatutos, relatórios anuais, atas, convênios e documentos da Sociedade de Educação Cristã/Fundação Educacional Rural Cristã Rachel Mello. [S. l.: s. n.], [s.d.].

VICENTE, Magda de Abreu. *A Escola Normal Regional Imaculada Conceição em Pelotas: a atuação da Igreja Católica e dos poderes públicos (1955-1971)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Irmãs Missionárias do Jesus Crucificado. As Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado foram uma congregação religiosa ligada à Igreja Católica e que, na cidade de Pelotas-RS, ajudaram a manter o internato feminino A Minha Casa Rural, criado em 1949 e administrado pelas Irmãs a partir de 1956 até 1971, quando o internato foi extinto. Contudo, sabe-se que as Irmãs já atuavam em Pelotas pelo menos desde 1936, quando ajudaram a fundar a Casa da Criança São Francisco de Paula. Segundo Fogaça (1956), a congregação do Instituto Missionário das Irmãs de Jesus Crucificado foi fundada em 3 de maio de 1928, em Campinas/SP, inspirada na experiência do bispo brasileiro Dom Francisco de Campos Barreto, que foi o primeiro bispo da Diocese de Pelotas e retornou para Campinas em 1920. Em 1956, as Irmãs estavam “espalhadas em trinta e duas Dioceses do Brasil, num total de 1300 religiosas, divididas em 4 províncias com 72 casas” (Fogaça, 1956). Ainda segundo o padre José Ozy Alves Fogaça, as Irmãs tinham

por missão a assistência caridosa, baseada na catequese, nas visitas domiciliares às famílias que necessitassem de apoio espiritual, bem como nas visitas a enfermos e às comunidades carentes. A Congregação era “essencialmente nacional, gozando de aprovação da Santa Sé pelo Decreto de louvor de 10 de março de 1952”. Suas devoções giravam em torno de Jesus Crucificado e de Nossa Senhora das Dores, e todas as religiosas, por devoção, recebiam o sobrenome de Maria, a quem “chamavam de mãe e riqueza”. Na cidade de Pelotas, as Irmãs de Jesus Crucificado chamavam as “moças” para atuar na Congregação por meio de publicações no jornal *A Palavra*, que pertencia à Igreja Católica. As meninas que ingressavam na Congregação deveriam atender a algumas condições de admissão, como vocação definida para a vida mista de oração e ação; idade entre 15 e 30 anos; atestado de saúde física e mental; registro civil e certidões de batismo e crisma. Além disso, deveriam realizar um período de apostolado de seis meses e um noviciado de dois anos, durante o qual estudavam diversos temas, que abrangiam desde doutrina cristã, história da Igreja, música e canto gregoriano até gêneros de artes e ofícios, como ensino de línguas, taquigrafia, piano e canto. Segundo notícia da década de 1955, “as oblatas são dispensadas de dote e cultura intelectual esmerada e dedicavam-se às casas” (*A Palavra*, 1955), ou seja, parece que as Irmãs formavam meninas para atuar, principalmente, no lar. Ainda segundo a mesma notícia, na década de 1955 as Irmãs Missionárias tinham uma participação mais abrangente na cidade

de Porto Alegre-RS, onde atuavam nos colégios Instituto de Educação, na Escola Técnica Feminina e em grupos escolares; também atuavam nos quartéis, realizando a preparação dos militares para a Páscoa, e em várias paróquias daquela cidade. Estavam presentes nos bairros de Mont Serrat, Vila Maria da Conceição, Vila Jardim, Petrópolis, Cristal, Belém Novo e outros [...] e nas Ilhas do Guaíba. Realizavam ainda outras atividades apostólicas em Porto Alegre, como a atuação por meio do Carro Capela, que era um trabalho catequético ambulante realizado nos bairros mais afastados; celebravam a Santa Missa e primeiras comunhões solenes; desenvolviam a Ação Católica por meio da orientação da Juventude Estudante Católica; colaboravam nas Missões Extraordinárias, ajudando na preparação do povo em geral para as Santas Missões desenvolvidas pelos sacerdotes em diversas cidades do interior; e participavam dos Congressos e Semanas de Ação Social Rural (*A Palavra*, 1955).

Em Pelotas, logo após o fechamento do internato A Minha Casa Rural, as Irmãs passaram a atuar nas zonas coloniais do interior da cidade; algumas foram para a localidade de Monte Bonito. Atualmente, porém, encontram-se em Porto Alegre-RS.

Magda de Abreu Vicente

Referências:

A PALAVRA. *Para que haja mais amor ao Jesus Crucificado*. Pelotas, 16 jan. 1955, p. 1. FOGAÇA, José Ozy Alves. Missionário de Jesus Crucificado. *A Palavra*, Pelotas, 6 jan. 1956, p. 1.

LEON, Adriana Duarte. Creche São Francisco de Paula: uma contribuição para a História da Educação em Pelotas. *Cadernos de Educação*, Pelotas, p. 243-263, maio/ago. 2011.

VICENTE, Magda de Abreu. *A Escola Normal Regional Imaculada Conceição em Pelotas: a atuação da Igreja Católica e dos poderes públicos (1955-1971)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Jj



Jockey Club de Pelotas. Fonte: Acervo NDH-UFPel.

Jockey Club de Pelotas. Foi fundado em 1876, no bairro Fragata, com finalidade recreativa, oferecendo atividades de lazer aos finais de semana. Chamado inicialmente de Jockey Club de Pelotas e Prado Pelotense, era frequentado pela elite local e seguia modelos europeus de entretenimento, adaptados à realidade da cidade. Entre 1878 e 1892, o clube passou a incorporar atividades esportivas, especialmente corridas de cavalos, marcando o início de sua profissionalização. Com isso, buscava atrair também as classes populares, ampliando o público e a arrecada-

ção. A localização próxima ao terminal de bondes facilitava o acesso. A importação de cavalos puro-sangue reforçava o investimento no turfe como esporte profissional, prática comum em outros clubes do estado e do país. Assim, o clube evoluiu de espaço social para uma instituição esportiva organizada, mantendo influências culturais europeias. Na década de 1930, passou por uma nova transformação, agora com forte influência política. Liderado pelo coronel Zeferino Costa Filho e com o apoio da Liga Pelotense, foi idealizado o Hipódromo da Tablada, um projeto

de grande porte inspirado em modelos como o Hipódromo da Gávea, no Rio de Janeiro. O novo hipódromo foi instalado no bairro Três Vendas, região estratégica por sua proximidade com a Associação Rural e o Patronato Agrícola, instituições que forneciam suporte técnico. O terreno possuía cerca de 3,7 milhões de braças quadradas, dividido em 18 marcos. Em 1936, foi organizado o primeiro Grande Prêmio Princesa do Sul, idealizado por Renato Piratinino de Almeida, ligado a influentes redes políticas locais. O evento ganhou destaque nacional e internacional, consolidando o Jockey Club no cenário do turfe. Durante todo esse período, apenas um nome de mulher aparece descrito nos jornais: Arminda Correa, na página 7 do *Diário Popular* de terça-feira, 2 de abril de 1940. Segundo a menção, Arminda Correa havia marcado pontos. Nas demais datas, o jornal não volta a se referir a mulheres nem mesmo às vencedoras dos concursos. O protagonista será sempre o cavalo. Nas reuniões masculinas, o destaque é dado à montaria e ao jóquei. De acordo com as matérias do *Diário Popular*, as provas femininas tinham o objetivo de entretenimento e lazer, sendo sempre anunciadas ao final das provas masculinas principais. Colocar as mulheres dentro desse esporte seria quase um trabalho homeopático, e a aceitação poderia ocorrer dentro – e somente dentro – desse contexto de lazer. A prática de inserção das mulheres nas atividades do Jockey Club de Pelotas pode ser interpretada como uma forma efetiva de colocá-las no cenário turfístico, o que só acontecerá em 1971, com a primeira jóquei aprendiz, Suza-

na Davis. Até hoje, o Grande Prêmio Princesa do Sul é realizado anualmente, sendo o único com essa periodicidade no interior do Rio Grande do Sul. A oficialização do terreno ocorreu em 1954, com a venda realizada pela Prefeitura de Pelotas (então sob a gestão do prefeito Mário David Meneghetti) ao clube, representado por Manoel Bonifácio Correa. A transação foi autorizada pela Lei nº 485/1953. Na década de 1960, parte da área foi desmembrada para loteamentos urbanos, a partir de uma nova fase de urbanização no entorno do hipódromo, dando origem ao Núcleo Habitacional COHAB II, popularmente conhecido como COHAB Tablada.

Francisca Mesquita Jesus

Referências:

- JORNAL A ALVORADA. Pelotas (RS), maio 1935. JORNAL A OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas (RS), jun. 1932; jun. 1933; abr. 1940.
- JORNAL CORREIO MERCANTIL. Pelotas (RS), mar. 1876; jul., set., nov., dez. 1877; fev., mar., maio 1878; mar., maio, out., nov. 1879.
- JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre (RS), n. 87, jun. 1954; mar., abr., jun. 1955.
- JORNAL DIÁRIO POPULAR. Pelotas (RS), jan. 1924; jan. 1931; jan. 1936; abr. 1940; jan. 1942; mar. 1943; mar., jun. 1944; maio 1954; mar. 1974.
- LONER, Beatriz; AQUINI, Daniel. Economia. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório (Orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. 3. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. 295 p.
- PELOTAS (RS). 1º Registro de Imóveis de Pelotas. *Carta de Sentença Cível da Ação de Medição e Demarcação de Terras*. Registro em: 30 abr. 1953. Certidão registrada no livro 3-O, folha 19, n. 21.749.

Jornal A Palavra. O periódico *A Palavra* foi um órgão de importante circulação semanal na cidade de Pelotas. Ligado à Igreja Católica, foi criado em 1912, e sua última edição data de 1959. Seu acervo está disponível para consulta no secretariado da Mitra Arquidiocesana de Pelotas, atualmente situada junto ao Santuário de Adoração, no centro da cidade. De circulação semanal, o periódico possuía em torno de seis páginas, e seu conteúdo era variável, geralmente trazendo na capa reportagens de cunho religioso ou mesmo assuntos polêmicos que estivessem em voga na época. Suas seções fixas eram compostas por “Sociais”, em que apareciam as datas dos aniversariantes, geralmente assinantes do periódico; notícias das “Paróquias”, onde havia reportagens de entidades paroquiais da Diocese; o “Noticiário Mundial”, que abordava notícias gerais de fora do país e incluía matérias nacionais; e a seção “Necrologia”, que surgia com frequência, embora não mantivesse periodicidade semanal. O jornal também veiculava propagandas que, somadas, ocupavam cerca de uma página. A materialidade do periódico variou ao longo dos anos. Inicialmente, apresentava-se em tamanho grande (equivalente, em média, a uma folha A2), mas posteriormente teve seu formato consideravelmente reduzido, passando a corresponder a aproximadamente metade do tamanho anterior. Dom Francisco criou a “Legião da Boa Imprensa”, uma comissão que divulgava as assinaturas e cobrava enfaticamente o pagamento das mensalidades do jornal, o que levou a uma tiragem de 12.000 exemplares já no segundo ano de funcionamento. Suas

notícias, além de possuírem forte conteúdo religioso, abrangiam as áreas educativa, política, cultural, moral e social. Não fosse a predominância de assuntos referentes à Igreja Católica, o periódico se assemelharia a outros jornais citadinos, de modo que não se furtava a discutir os mais diversos temas em âmbito geral e local, desde que representassem algum tipo de ameaça aos credos do catolicismo.

Magda de Abreu Vicente

Referências:

Jornal *A Palavra*. VICENTE, Magda de Abreu. *A Escola Normal Regional Imaculada Conceição em Pelotas: a atuação da Igreja Católica e dos poderes públicos (1955-1971)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Jornal Folha da Princesa. O Jornal Comunitário *Folha da Princesa* foi um importante projeto de extensão do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), desenvolvido entre os anos de 2000 e 2016 e tendo como foco de atuação a Vila Princesa, localizada na periferia de Pelotas, mais precisamente na BR-116, a 15 km de distância do centro da cidade. O jornal, impresso na Gráfica Diário Popular, possuía 16 páginas, tiragem mensal de 2 mil exemplares e era distribuído aos moradores da Vila Princesa pelos próprios alunos participantes e pela coordenação do projeto. Durante a distribuição, estabelecia-se o momento de interação com a comunidade e de avaliação, junto a cada morador, da edição

daquele mês. Todo o custo de produção e impressão era custeado pela UCPel, que também disponibilizava um veículo Kombi exclusivo para o projeto. A equipe fixa era composta por um aluno bolsista, dez alunos redatores e dois alunos fotógrafos, com renovação a cada semestre conforme as vagas disponíveis. Idealizado como atividade prática dos alunos do curso, o projeto também tinha como objetivo atuar como uma espécie de porta-voz da comunidade da Vila Princesa, aproximando o bairro do poder público. Um dos principais compromissos do projeto era oferecer protagonismo aos moradores, divulgando seus principais anseios e contribuindo, assim, para a resolução de problemas históricos e recorrentes da localidade, ao inaugurar um novo canal de diálogo entre o poder público municipal e a comunidade. O periódico comunitário também oferecia oportunidade de divulgação aos inúmeros talentos artísticos da comunidade, servindo como vitrine para a apresentação de seus trabalhos. Outro aspecto relevante do projeto era proporcionar aos futuros jornalistas a chance de conhecer e ter contato com a realidade social que os cercava, além de praticar a teoria aprendida nas disciplinas do curso e, sobretudo, experimentar novas formas alternativas de processos comunicativos. O jornal *Folha da Princesa* também proporcionou aos alunos o desenvolvimento, na prática, do conjunto de técnicas de produção jornalística aprendidas em sala de aula, uma vez que todas as etapas de elaboração do jornal eram realizadas pelos acadêmicos de diferentes semestres, orientados pelo professor criador

do projeto, Jairo Sanguiné Júnior. A própria comunidade do bairro era envolvida na definição das pautas a serem trabalhadas em cada edição, por meio de reuniões realizadas nas casas dos moradores; ou seja, o jornalismo comunitário foi desenvolvido, na prática, de forma horizontalizada, democrática e integrada entre alunos e comunidade. Ao longo de dezesseis anos, o projeto foi agregando alunos de diferentes cursos da UCPel, como Medicina, Serviço Social, Direito, Biologia, Pedagogia, entre outros. Com essa integração, os estudantes escreviam colunas no jornal sobre assuntos de sua área de formação, mas sempre com foco nas especificidades do bairro e na realidade local. Durante sua existência, o jornal *Folha da Princesa* criou uma relação direta com agentes comunitários e setores organizados da Vila, como a Associação de Moradores da Vila Princesa (AMOVIP) e a Comunidade Católica Cristo Redentor. Além disso, firmou parcerias com as duas escolas municipais do local, com o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Porteira da Princesa e com pequenos comerciantes, que contribuíam mensalmente com um valor simbólico (R\$ 10,00) para anunciar nas páginas do jornal. Essa relação acabou por fortalecer o viés comunitário do periódico, pois envolveu setores representativos da comunidade na própria produção do veículo, a partir da personalidade de seus moradores. Essa personalidade, que reafirma a identidade cultural local, aparece em todas as matérias, uma vez que elas eram elaboradas a partir das indicações dos próprios moradores: tanto o tema quanto o enfoque dos fatos tra-

tados eram sempre definidos sob a ótica da comunidade. Isso também era reforçado pela hierarquização dos assuntos, igualmente apontada pelos moradores, que escolhiam o tema mais importante a ser trabalhado em cada edição. Percebe-se que o jornal se tornou um veículo oficial de interlocução entre a comunidade e o poder público municipal. Eram pelas páginas da *Folha da Princesa* que os moradores dialogavam com os diferentes setores do município responsáveis pela infraestrutura local (saúde, educação, transporte, pavimentação, iluminação, entre outros). Não foram poucas as reuniões dos moradores ou de seus representantes com os órgãos públicos municipais para reivindicar melhorias na precária estrutura do bairro, encontros que sempre contaram com a presença da equipe do veículo. Como em toda comunidade, a Vila Princesa também apresentava contradições, como disputas de ideias e políticas entre os moradores, que possuíam diferentes visões sobre a vida local. Essas contradições também eram abordadas pelo jornal, como, por exemplo, a questão da duplicação da BR-116, que afetou diretamente a localidade situada em frente à via. A comunidade estava dividida quanto aos benefícios ou incômodos que a nova rodovia traria para a Vila, e essa divisão foi retratada com isenção pelo jornal. Como elemento acadêmico, o jornal *Folha da Princesa* foi *case* de inúmeros trabalhos científicos apresentados em seminários, congressos e festivais estudantis em todo o Brasil, conquistando diversos prêmios na categoria de Projeto de Jornalismo Comunitário.

Jairo Sanguiné Júnior

Referências:

NDHUFPeL. *Folha da Princesa*. Acervos Documentais do NDH/UFPeL. UFPeL. 2022. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/acervosdocumentaisndh/folha-da-princesa/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

Jornal O Pescador. O projeto de extensão em jornalismo comunitário *Jornal O Pescador*, desenvolvido pelo curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas entre os anos de 2000 e 2016, teve como um de seus objetivos discutir e implementar novas formas de ação jornalística, a partir de um processo comunicativo horizontal, alternativo, participativo e inclusivo. Com periodicidade mensal, o jornal *O Pescador* era direcionado à comunidade da Colônia de Pescadores Z3, localizada às margens da Lagoa dos Patos, a 15 km do centro da cidade de Pelotas, habitada quase que exclusivamente por famílias de pescadores artesanais. O jornal, impresso na Gráfica Diário Popular, possuía 16 páginas, tiragem mensal de 2 mil exemplares e era distribuído aos moradores pelos próprios alunos participantes e pela coordenação do projeto. Durante a distribuição, estabelecia-se um momento de interação com a comunidade, bem como a oportunidade de avaliar, junto a cada morador, a edição daquele mês. Todo o custo de produção e impressão era custeado pela UCPel, assim como a disponibilização de um veículo Kombi exclusivo para o projeto. A equipe fixa era composta por um aluno bolsista, dez alunos redatores e dois alunos fotógrafos, com renovação a cada semestre conforme as vagas disponíveis. Dois propósitos cen-

trais balizaram a criação do projeto: o primeiro era levar a uma comunidade periférica um veículo de comunicação próprio, elaborado a partir de ideias apresentadas pela própria comunidade, no qual as pessoas participavam ativamente de um processo comunicativo alternativo; o segundo objetivo era pedagógico, ou seja, oferecer um espaço para que os alunos de jornalismo praticassem a futura profissão, conhecendo de perto a realidade social que os cercava. Ao mesmo tempo, o projeto propiciou a esses futuros profissionais o reconhecimento de suas responsabilidades como comunicadores sociais. Com isso, abriu-se um novo espaço de discussão e organização social, a partir da criação de um veículo que surge das próprias necessidades da comunidade. Ainda em relação ao aspecto pedagógico do projeto, a ideia foi trabalhar de forma multidisciplinar, pois o jornal *O Pescador* abriu espaço para a atuação de alunos de diversos cursos de distintas áreas de conhecimento, como Medicina, Direito, Serviço Social, Pedagogia, entre outros. A comunidade da Colônia de Pescadores Z3 é bastante peculiar, principalmente por ser um reduto de pescadores artesanais, cuja vida gira em torno da pesca, sua principal atividade econômica. Trata-se de um grupo periférico de Pelotas, com uma realidade própria, o que fez com que, na origem do projeto, esse aspecto fosse considerado para o desenvolvimento de um veículo de comunicação alternativo, elaborado conjuntamente pelos alunos de Jornalismo e pelos moradores, que apontavam suas necessidades em termos de comunicação, já que os veículos

tradicionais estavam longe de cumprir esse propósito. Os estudantes tiveram, assim, a oportunidade de repensar sua visão de mundo, ao conhecer – muitos pela primeira vez – uma realidade normalmente diferente da sua: um contexto difícil, em uma localidade afastada do centro urbano, com sérios problemas estruturais e mesmo de sobrevivência. Assim, os alunos mudaram o modo de agir diante dos fatos concretos que observavam a cada trabalho de campo, construindo pautas reais, com personagens concretos, e produzindo matérias jornalísticas que traduziam o cotidiano daquela comunidade. O jornal *O Pescador* também se constituiu numa espécie de “espelho” da Colônia Z3. Nele, os moradores se reconheciam como pessoas produtivas e viam seu modo de vida retratado nas páginas do jornal, assim como suas próprias histórias, com suas dificuldades e conquistas. Outro aspecto relacionado à produção do jornal *O Pescador* é que ele acabou servindo como mural de reivindicação da comunidade e espaço de diálogo com o poder público. Ao longo dos anos, a comunidade foi praticamente ignorada ou recebeu pouca atenção dos governantes, principalmente devido à distância da cidade e, também, à dificuldade de acesso. Com muitos problemas estruturais, a localidade teve, nas páginas do jornal, a exposição dessas questões e, como o jornal era distribuído em todos os departamentos da Prefeitura, de alguma forma os responsáveis acabavam respondendo e, muitas vezes, atendendo às reivindicações da comunidade. O jornal também criou parcerias com representantes da comunidade em dife-

rentes níveis: Sindicato dos Pescadores, escolas, posto de saúde, igreja, mulheres artesãs e rendeiras, entre outros. Dessas parcerias surgiram várias ações conjuntas, como atividades culturais, campanhas de saúde e educacionais, entre outras. Ao longo de 16 anos de circulação do jornal, o projeto foi reconhecido no meio acadêmico nacional, recebendo vários prêmios em congressos da área de Comunicação.

Jairo Sanguiné Júnior

Referências:

NDHUFPeL. *O Pescador*. Acervos Documentais do NDH/UFPeL, c2025. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/acervosdocumentaisndh/o-pescador-2/>. Acesso em: 31 mar. 2025.



Registro de crianças trabalhando na Laneira Brasileira Sociedade Anônima. Fonte: Fototeca UFPel.

Ladrilho Hidráulico. O ladrilho hidráulico é um tipo de revestimento artesanal composto por cimento, areia, pó de mármore e pigmentos minerais. Sua principal característica técnica é o processo de cura em água, sem queima, o que lhe confere alta resistência mecânica, longa durabilidade e acabamento superficial liso e decorativo. Essa forma de produção distingue o ladrilho hidráulico dos azulejos e cerâmicas tradicionais, consolidando-o como uma técnica singular no campo da arquitetura e do design. Com forma-

to geralmente quadrado (20 x 20 cm) e espessura entre 18 e 20 mm, o ladrilho apresenta acabamento plano, desempenado, com arestas vivas e superfície sem fissuras. A camada superficial recebe o desenho e a pigmentação, enquanto as camadas inferiores funcionam como base estrutural. A produção envolve a montagem manual do molde, o preenchimento com argamassa pigmentada, a prensagem e, por fim, a submersão da peça em água para cura, seguida da secagem natural por cerca de dois dias. A origem histórica do ladrilho remonta

aos revestimentos cerâmicos medievais europeus. Sua transformação em produto industrial ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, acompanhando os avanços técnicos da Revolução Industrial e o surgimento de novas demandas estéticas nas cidades. Tornou-se popular em diversos países europeus, especialmente França, Espanha e Portugal, antes de chegar ao Brasil, onde teve ampla difusão entre o final do século XIX e meados do século XX, sendo utilizado em pisos, escadarias, corredores, varandas, fachadas e calçadas. Suas qualidades de resistência, antiderrapância e valor estético fizeram com que fosse adotado tanto em residências quanto em edifícios públicos e comerciais. O conhecimento técnico para sua produção era transmitido de forma oral e prática, entre mestres e aprendizes, em oficinas especializadas. O ofício do ladrilheiro envolve diferentes funções: moldistas, que desenham as formas; tinteiros, que aplicam os pigmentos; e prensadores, que manuseiam a prensa hidráulica. Em Pelotas, o uso do ladrilho hidráulico se disseminou amplamente a partir das primeiras décadas do século XX, tornando-se um elemento marcante da paisagem arquitetônica da cidade. Muitos sobrados, casas, casarões e equipamentos públicos preservam pisos e calçadas revestidos com ladrilhos originais. O exemplo mais emblemático é a Fábrica de Mosaicos, fundada em 1914 em Pelotas, ainda em funcionamento e responsável por fornecer ladrilhos para construções locais e de outras cidades. Há registros de que, nesse período, Pelotas chegou a contar com mais de vinte fábricas de ladrilhos em operação, evi-

denciando a importância econômica e cultural desse setor na estrutura produtiva local. A cidade tornou-se, assim, um polo regional de difusão dessa técnica, especialmente durante o auge de seu ciclo urbano-econômico impulsionado pelo charque. A presença dos ladrilhos em calçadas e frisos decorativos de fachadas contribui para a qualificação estética do espaço público, evidenciando a valorização do detalhe ornamental na arquitetura urbana da época. Seu uso em áreas externas é favorecido por sua resistência ao tráfego intenso e pela superfície antiderrapante. Ainda hoje, muitos desses ladrilhos permanecem preservados, testemunhando a qualidade do ofício e sua permanência cultural. A estética dos ladrilhos varia entre mais de 300 modelos catalogados, com padrões geométricos, florais, arabescos e formas abstratas, refletindo diferentes influências estilísticas, como o *Art nouveau*, o *Art déco* e, mais recentemente, o design contemporâneo. Em sua aplicação, é possível formar painéis contínuos, composições modulares ou bordas ornamentais. Essa diversidade permite que o ladrilho seja usado tanto em projetos de restauro quanto em obras de arquitetura autoral contemporânea. O ladrilho hidráulico é atualmente regulado pela norma técnica NBR 9457/2013, que estabelece critérios para sua fabricação e aplicação. Apesar da normatização, sua produção ainda depende fortemente de processos manuais e de conhecimentos empíricos, o que mantém vivo o saber-fazer tradicional. A continuidade dessa prática é assegurada por ateliês e oficinas artesanais que preservam as técnicas

originais, garantindo também a personalização dos modelos. Reconhecido como parte do patrimônio cultural material, o ladrilho hidráulico carrega valores simbólicos, estéticos e afetivos. Em Pelotas, integra a memória urbana, conectando diferentes gerações e camadas sociais ao cotidiano construído. Ao reunir técnica, beleza e identidade, o ladrilho reafirma sua relevância como expressão cultural e como arte aplicada à arquitetura.

Carmem Roig

Referências:

DOMINGUE, Andréa Jorge do Amaral. *Ladrilhos hidráulicos: bens integrados aos prédios tombados de Pelotas-RS*. 2014. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5430>. Acesso em: 8 jun. 2025.

LAMAS, Márcia Lopes; LONGO, Orlando Celso; SOUZA, Vicente Custódio de. A produção de ladrilho e o ofício de ladrilhar: método de produção de ladrilhos do século XVIII aos nossos dias. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 26, e009, p. 1-22, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/148057/141632>. Acesso em: 6 jun. 2025.

Laranjal. O Laranjal é atualmente um bairro da cidade de Pelotas de grande importância para o turismo, especialmente por conta de sua praia, conhecida como Praia do Laranjal, onde moradores e turistas aproveitam momentos de lazer, praticam esportes ao ar livre ou simplesmente tomam um chimarrão, em contato mais próximo

com a natureza. O bairro recebeu esse nome em razão de um antigo pomar de laranjas que existia na localidade. Antigamente, o Laranjal não era totalmente aberto ao público, pois pertencia à família Assumpção e estava dividido em várias estâncias. Relatos datados de 1851, mais de um século antes da abertura oficial do espaço, demonstram que a região já era utilizada para momentos de lazer. A partir da década de 1920, aumentaram os registros de procura pelo local, principalmente para banho na Laguna dos Patos. Em função dessa maior frequência da família Assumpção e de outros visitantes nos finais de semana, para acampamentos, e pela compra de parte da estância, surgiu, no final da década de 1920, a ideia de fundação de um balneário, ainda sem se concretizar. Logo em seguida, tornou-se necessário que a passagem das pessoas fosse solicitada oficialmente aos proprietários, a fim de evitar problemas que vinham ocorrendo, como furtos de animais domésticos e de produtos das hortas. Essa permissão era concedida por meio de cartões de licença, que deveriam ser apresentados para que a passagem fosse autorizada. Para chegar ao Laranjal, aproximadamente na década de 1940, todos deveriam utilizar uma das duas balsas conhecidas como “ferro de engomar”, nome dado por conta de sua forma, que pertenciam às famílias Assumpção e Assumpção Rheingantz. Posteriormente, o prefeito Procópio Gomes de Freitas deu continuidade à construção de uma ponte de madeira, sobre a qual era cobrado pedágio para a travessia, sendo que somente no final da década de 1940 as obras sobre

o Arroio Pelotas foram concluídas. A importância da construção da ponte foi destacada pela necessidade do município de fomentar o turismo e de proporcionar maior facilidade de acesso. A inauguração da Vila Residencial Balneário Santo Antônio, e, portanto, a abertura da Praia do Laranjal, ocorreu no dia 31 de janeiro de 1952, com uma procissão saindo da Estância do Laranjal de Nossa Senhora dos Prazeres das Pelotas e chegada ao santuário, localizado na parte alta do balneário. Após isso, houve missa campal com bênção do bispo Dom Antônio Zattera, seguida de um baile na Taberna da Lagoa, que foi o primeiro bar e restaurante da Praia do Laranjal. Para Felipe Assumpção Gertum, que coordena o Instituto Senador Joaquim Augusto de Assumpção, a Praia do Laranjal foi fundada, na prática, em 1922, quando começaram a ser concedidas as autorizações para o seu uso. Segundo ele, o Balneário Santo Antônio foi idealizado por Antônio Augusto de Assumpção Júnior; o Balneário dos Prazeres, por Luís Augusto de Assumpção; o Valverde, por Arthur Augusto de Assumpção; e o Novo Valverde foi construído por Helena Assumpção de Assumpção.

Carina Pardi Ustárroz

Referências:

ASSUMPÇÃO, I. Entrevista concedida a Carina Pardi Ustárroz, dez. 2014. Pelotas, 2014.

DIÁRIO POPULAR. 25 jan. 1949, p. 1. DIÁRIO POPULAR. *Realizou-se, quinta-feira, a bênção solene da Vila Residencial Balneário S. Antônio e a entronização da imagem do seu patrono em artístico santuário*. 3 fev. 1952, p. 6.

ETCHEVARRY, José Vieira. *Laranjal*. 1982-1992. Pelotas. V. 3, n. 54, 1998. (Coleção Cadernos de Pelotas).

INSTITUTO SENADOR JOAQUIM AUGUSTO DE ASSUMPÇÃO. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/institutosenadorjoaquimaugustodeassumpcao>. Acesso em: 21 fev. 2025.

MAZZINI, A. A. Centenário de Augusto de Assumpção Júnior. *Diário Popular*, 31 maio 1998, ano 108, n. 269, p. 40. O RIO-GRANDE. 11 dez. 1851, p. 1-2. O LIBERTADOR. 21 jan. 1929, p. 1.

Lideranças políticas (governador, deputado, senador).

Corresponde à obtenção de, pelo menos, um dos seguintes cargos eletivos, entre 1962 e 2022: governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual. Nos pleitos para deputado, o critério básico para identificar alguém como “de Pelotas” é ter conquistado o mandato e estar entre os seis candidatos mais votados no município durante o pluripartidarismo (1962 e de 1982 em diante) ou entre os três durante o bipartidarismo (1966 a 1978). A obtenção de suplência, ainda que resulte no exercício do cargo durante a legislatura, não é condição suficiente. Esses critérios precisam estar conjugados a, ao menos, um dos seguintes requisitos de vínculo com o município: 1) naturalidade; 2) residência; 3) exercício da atividade profissional; 4) ter sido eleito prefeito, vice-prefeito ou vereador. Nas eleições para cargos majoritários (governador, vice-governador e senador), prevalecem apenas os critérios secundários. Nos 60 anos observados, apenas uma pessoa alcançou o cargo de gover-

nador (Eduardo Leite, eleito em 2018 e em 2022) e duas, o de vice-governador (Edmar Fetter, escolhido indiretamente pela Assembleia Legislativa em 1970, junto com Euclides Triches; e Beto Grill, eleito em 2010, na chapa de Tarso Genro). Em suas carreiras, todos foram prefeito. Leite e Edmar Fetter, em Pelotas: o primeiro foi escolhido em 2012, governando de 2013 a 2016; e o segundo, em 1963, exercendo mandato de 1964 a 1969. Grill, natural de Pelotas, foi eleito Chefe do Executivo em dois municípios da região: São Lourenço do Sul, em 1992; e Cristal, em 2001 e 2004. Contudo, em 1990, quando obteve seu único mandato de deputado estadual, não teve Pelotas como principal base eleitoral: foi o 18º mais votado ao cargo no município, alcançando apenas 5,84% de sua votação. Também apenas um indivíduo se elegeu senador: Carlos Alberto Chiarelli, em 1982. Em 1978, conquistara o cargo de deputado federal. Ele é, ainda, o único que foi Ministro de Estado: tornou-se titular da pasta da Educação, de 15 de março de 1990 a 21 de agosto de 1991, nomeado pelo Presidente Fernando Collor de Mello. Ao deixar o cargo, passou a comandar o Ministério Extraordinário para Assuntos da Integração Latino-Americana, no qual permaneceu até janeiro de 1992. Outras cinco pessoas foram eleitas tanto deputado estadual quanto federal: 1) Osmar Grafulha – iniciou e terminou a carreira eletiva como deputado estadual (1950, 1954 e 1966), tendo sido escolhido para a Câmara dos Deputados em 1958 e em 1962. 2) Lélvio Souza – venceu a corrida à Assembleia Legislativa três vezes (1970, 1974, 1978)

e à Câmara dos Deputados duas (1982, 1986). Também foi vereador em Pelotas, eleito em 1963 e em 1968. 3) Erico Pegoraro – foi eleito deputado estadual em 1982. Ocupava o cargo desde 1980, pois havia ficado como suplente em 1978. Em 1986, conquistou uma cadeira de deputado federal constituinte. Havia sido eleito vereador em 1972. 4) Érico Ribeiro – deputado estadual (1998) e federal (2002). 5) Fernando Marroni – realizou trajetória inversa aos anteriores: foi primeiro deputado federal (eleito em 1998, tendo exercido mandato em outras duas legislaturas, nas quais era suplente, 2007-2011 e 2011-2015) e depois deputado estadual (eleito em 2018). Além disso, elegeu-se Prefeito de Pelotas em 2000 e em 2024. Além disso, cinco lideranças foram eleitas deputado federal: 1) Ary Alcântara – eleito em três oportunidades (1962, 1966, 1970). Renunciou à Câmara dos Deputados para ser Prefeito de Pelotas, cargo para o qual foi eleito em 1972, tendo governado entre 1973 e 1977. Retornou a Brasília como suplente de deputado federal efetivado no cargo em 1980, condição alcançada na eleição de 1978. 2) Getúlio Dias – conquistou três mandatos consecutivos nas eleições de 1970, 1974 e 1978. Atuou como vereador no município por dois períodos, eleito em 1959 e em 1963. 3) Irajá Andara Rodrigues – deixou o cargo de Prefeito de Pelotas, alcançado em 1976 e exercido de 1977 a 1982, para atuar dois períodos como deputado federal, eleito em 1982 e em 1986. Retornou à Prefeitura, em 1992, para o mandato desenvolvido de 1993 a 1996. 4) Fetter Júnior – obteve três mandatos sucessivos (1990, 1994 e

1998). Em 2004, elegeu-se Vice-prefeito de Pelotas e, no início de 2006, com a renúncia de Bernardo de Souza, assumiu em definitivo a prefeitura, sendo eleito para mais um período no Executivo, em 2008, o qual exerceu até 2012. Iniciou-se como vereador no município, eleito em 1982. 5) Daniel Trzeciak – eleito em 2018 e em 2002. Também foi vereador, escolhido em 2016. Outros quatorze foram consagrados nas urnas como deputado estadual: 1) Arthur Bacchini – foi eleito em 1962 para seu quarto mandato consecutivo de deputado (1950, 1954 e 1958). Estreou como vereador em Pelotas, em 1947. 2) Suely Gomes de Oliveira – vencedora em 1962, 1966 e 1970. Ela acumulava três eleições anteriores (1950, 1954 e 1958). Trata-se da primeira mulher eleita para a Assembleia Legislativa e também para a Câmara de Vereadores de Pelotas, onde iniciou a carreira, em 1947. 3) Mozart Bianchi da Rocha – elegeu-se em 1966, mas foi cassado pelo AI-5 em março de 1969. Conquistou vaga de vereador no município em 1955. 4) José Pederzoli Sobrinho – exerceu quatro mandatos consecutivos, tendo sido eleito em 1966, 1970, 1974 e 1978. Iniciou a carreira como vereador de Pelotas, eleito em 1959 e em 1963. 5) João Carlos Gastal – eleito em 1970 e em 1974, repetindo o que ocorrera em 1958. Foi Prefeito de Pelotas, escolhido em 1959, tendo governado de 1960 a 1964. Também se elegeu vereador (1951). 6) Hilda de Souza – eleita em 1986. 7) Tufy Salomão – também vencedor em 1986. Atuou como vereador de Pelotas por quatro mandatos, eleito em 1968, 1972, 1976 e 1982. 8) Gilberto Mussi – eleito

em 1986, já estava na Assembleia Legislativa desde 1984, na condição de suplente efetivado no mandato. Foi prefeito de Canguçu, eleito em 1976. 9) Bernardo de Souza – foi escolhido em três períodos consecutivos (1994, 1998 e 2002). Renunciou para tomar posse, em 1º de janeiro de 2005, para o seu segundo período como Prefeito de Pelotas, sendo que o primeiro foi exercido entre 1983 e 1986. Essas duas passagens foram abreviadas por renúncia: em 1986, para assumir a Secretaria Estadual da Justiça e Educação, no governo de Pedro Simon; e, em 2006, em razão da doença que o vitimou em 2010. 10) Cecília Hypólito – eleita em 1998. Havia sido efetivada deputada estadual em 1997, em razão de suplência alcançada em 1994. Voltou a exercer o mandato em 2011, novamente por causa da suplência (obtida em 2010). Iniciou como vereadora, eleita em 1988 e em 1996. 11) Nelson Härter Filho – eleito duas vezes (2002 e 2006). Tinha experiência como deputado federal entre 1997 e 1999, fruto da suplência conquistada no pleito de 1994. Voltou a exercer o cargo em 2003, no final da legislatura 1999-2003, resultado da suplência obtida em 1998. Iniciou como vereador de Pelotas, eleito quatro vezes seguidas: 1982, 1988, 1992 e 1996. 12) Miriam Marroni – eleita em duas oportunidades (2010 e 2014). Antes disso, ficou como suplente em 2002, efetivada em 2005. Estreou como vereadora na condição de suplente efetivada no cargo, em 1998 (eleição de 1996). Posteriormente, elegeu-se vereadora três vezes seguidas (2000, 2004, 2008), tendo retornado ao cargo em 2020 e renovado o mandato em 2024.

13) José Catarina Paladini – eleito em 2010, exerceu o mandato de 2011 a 2015. Retornou em 2017, após ter obtido a suplência na eleição de 2014.14) Luiz Henrique Viana – escolhido em 2018. Iniciou-se como vereador de Pelotas, eleito em duas oportunidades (2012, 2016). Há, ainda, quatro pessoas que atendem a um ou mais dos requisitos suplementares, mas não ao critério básico: estiveram entre os mais votados no município, mas não conquistaram o mandato. Contudo, acabaram por exercer o cargo na condição de suplentes efetivados. Os três primeiros atuaram na Assembleia Legislativa: 1) Enilton Grill (1962), efetivado em 1964, em razão da cassação de vários titulares, promovida pela ditadura civil-militar; 2) Adriane Rodrigues (1998), atuou em 2003, no encerramento da legislatura 1999-2003; 3) Leila Fetter (2002, 2006), esteve em exercício na legislatura 2003-2007 e foi efetivada em 2009, no período 2007-2011. Há, ainda, Matteo Chiarelli, que foi deputado federal durante alguns meses em 2007, após ter ficado como suplente em 2006. Entre eles, apenas Grill exerceu cargo eletivo local, após se eleger vereador em 1959. Há ainda o caso do pelotense Joaquim Luiz Moncks, que não figurou entre os mais votados ao concorrer a deputado estadual em 1986 e tampouco conquistou o mandato; contudo, acabou sendo efetivado naquela legislatura (1987-1991). Além desses, podem ser registrados cinco indivíduos naturais de Pelotas que não tinham o município como principal base eleitoral. São três deputados estaduais: 1) Airton Vargas, vencedor em 1978 e suplente que exerceu o

cargo em 1982; 2) Roberto Athayde Cardona, eleito em 1982 e, anteriormente, prefeito de Montenegro (1972); 3) Gleil Santana, eleito em 1990; e dois deputados federais: 4) Cid Furtado, eleito em 1962, 1970 e 1974, suplente em 1978, exercendo o mandato em 1980; e 5) Vasco Amaro, eleito em 1966, 1970 e 1974.

Alvaro Augusto de Borba Barreto

Referências:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul*. Ex-deputados. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5es-Parlamentares/ExDeputados/tabid/3544/Default.aspx>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *Relação de integrantes (31/01/1963 – 31/01/1967)*. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=sJE4l8R8lto%3D&tabid=3543>. Acesso em: 27 jan. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Ary Alcântara. Biografia*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131660/biografia>. Acesso em: 27 jan. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Erico Pegoraro. Biografia*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/139192/biografia>. Acesso em: 27 jan. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Fernando Marroni. Biografia*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73481/biografia>. Acesso em: 27 jan. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Nelson Härter. Biografia*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74243/biografia>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CP-DOC (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEM-

PORÂNEA DO BRASIL). *Carlos Alberto Gomes Chiarelli*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-alberto-gomes-chiarelli>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL). *Cid Furtado*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/furtado-cid>. Acesso em: 27 jan. 2025.

NUPERGS (NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DA POLÍTICA – UFRGS). *Banco de Dados Eleitorais*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nupergs/banco/index.php>. Acesso em: 27 jan. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Eleitor e Eleições – Resultado das Eleições*. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes>. Acesso em: 27 jan. 2025.

Lideranças Políticas femininas no Rio Grande do Sul e em Pelotas. Uma das características mais marcantes do advento da democracia representativa foi a restrição das mulheres no exercício da cidadania. Esse quadro começou a sofrer mudanças a partir de um longo processo político-social, marcado pela incessante luta feminina pela conquista de espaços e pela equiparação de direitos. Como consequência, aos poucos, as mulheres passaram a ter acesso aos mecanismos de participação eleitoral e começaram a ocupar lugares de poder na esfera pública. No Brasil, o voto feminino foi estabelecido pelo Código Eleitoral em 1932, após uma árdua campanha nacional pelo direito de participação das mulheres no pro-

cesso eleitoral, iniciada antes mesmo da Proclamação da República. Foi incorporado em bases constitucionais somente em 1934, com caráter facultativo, tornando-se obrigatório apenas em 1965. No entanto, mesmo superados os impedimentos legais ao voto e à candidatura das mulheres, a composição dos quadros políticos e de gestão pública sofreu poucas alterações; ou seja, a presença feminina em cargos de liderança ainda se mostra reduzida e incongruente em relação à proporção de mulheres na população. Isso fica evidente no quadro político do Rio Grande do Sul, que elegeu sua primeira deputada estadual somente em 1950. Trata-se de Suely Gomes de Oliveira (PTB), a qual, em 1947, havia sido a primeira mulher a ingressar na Câmara Municipal de Pelotas. Enquanto deputada estadual, cumpriu o mandato de 1951 até 1975, após cinco reeleições consecutivas. No ano de 1964, Maria Else Íris Potthoff Correa Lopes (PDC), que era suplente, ocupou uma vaga na Assembleia durante um período. Após dois anos, por um curto espaço de tempo, de abril a maio de 1966, outra suplente assumiu a tribuna: Zaira de Siqueira Folly (MTR). A legislatura que teve início em 1967 é marcada pela posse de duas mulheres eleitas pelo MDB: Suely de Oliveira, agora pelo novo partido, e Terezinha Gisela Irigaray Chaise, que, em 1969, teve seu mandato e direitos políticos cassados em decorrência do Ato Institucional n.º 5, durante a ditadura civil-militar. Nas eleições de 1970, além da reeleição de Suely de Oliveira (MDB), assume mandato a suplente Dalila Floriano Alves (ARENA). A legislatura

seguinte, de 1974, contou com apenas uma mulher: Dercy Therezinha Vieira Furtado (ARENA), que foi reeleita em 1978 e 1982, pelo PDS. Durante o seu último mandato, Dercy teve como colega de tribuna Ecléa Terezinha Fernandes (PMDB), que foi reeleita em 1986 pelo PSDB. Em 1988, Ecléa foi membro da Assembleia Constituinte. No ano de 1986, além da reeleição de Ecléa Fernandes (PMDB), outras duas mulheres compuseram a Assembleia Legislativa: Hilda Regina Silveira Albantes de Souza (PMDB), que também participou da Assembleia Constituinte em 1988, e a suplente Jussara Rosa Cony (PMDB), que foi reeleita novamente em 1990, 1994, 1998 e 2002, com nova filiação ao PCdoB. Em 1990, além da reeleição de Jussara Cony (PCdoB), foi eleita também Antônia Regina Jobim Argemi Rosignollo (PDT). Nas eleições de 1994, a Assembleia Legislativa contou com cinco mulheres: Jussara Cony (PCdoB); Maria Augusta Feldman (PSB), que em 1995 integrou a Delegação Oficial e a Comissão Representativa do Brasil na IV Conferência sobre as Mulheres, em Pequim; a suplente Cecília Hypólito, que fundou o PT em Pelotas e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) na região sul do RS, assumindo mandato em 1997 e sendo reeleita em 1998; Luciana Genro (PT), reeleita em 1998 e eleita deputada federal em 2002, deixando a Assembleia Legislativa, mas retornando em 2018 pelo PSOL; e Maria do Carmo Teixeira Bueno (PPR), que em 1995 foi representante do Parlamento na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, sendo reeleita em 1998, filiada ao PPB. No ano de 1998, além

das quatro reeleições, foi eleita Maria do Rosário Nunes (PCdoB), que assumiu a candidatura de deputada federal em 2002. Outras três mulheres assumiram mandato na condição de suplentes: Adriana Garcia Rodrigues (PDT), que cumpriu mandato durante um curto período em 2003; Gilda Maria Haack (PTB); e Iara Silvia Lucas Wortmann (PMDB, migrando posteriormente ao PPS). Em 2002, além da última reeleição de Jussara Cony (PMDB), também assumiram candidatura: Maria Helena Sartori (PMDB), que foi reeleita novamente em 2010; Floriza dos Santos (PDT); Leila Maria Wulff Fetter (PPB), eleita como primeira suplente; e Miriam Marroni (PT), ex-vereadora de Pelotas, também eleita como suplente, assumindo mandato de 2005 a 2007 e sendo reeleita em 2010 e 2014. Nas eleições de 2006, foram eleitas seis mulheres: Stela Beatriz Farias Lopes (PT); Marisa Virginia Formolo Dalla Vecchia (PT), reeleita em 2010; Silvana Covatti (PP), reeleita em 2010, 2014 e 2018; Kelly Moraes, eleita deputada federal em 2002 pelo PTB e prefeita de Santa Cruz do Sul em 2009, deixando assim a candidatura de deputada estadual; e Zilá Breitenbach (PSDB), reeleita em 2010. No mandato, a partir de 2011, além das três reeleições, também assumiram a Assembleia: Miriam Marroni (PT), Maria Helena Sartori (PMDB), Ana Afonso (PT) e Juliana Brizola (PDT), eleita novamente em 2018. Já nas eleições de 2014, além das candidatas reeleitas, houve também a eleição de: Manuela D'Ávila (PCdoB), Liziane Bayer (PSB), Any Ortiz (PPS), reeleita em 2018, e Regina Becker Fortunati

(PDT). Por fim, em 2018, além das reeleições, também assumiram mandato: Luciana Genro (PSOL), Kelly Moraes (PTB), que foi deputada federal de 2003 até 2007; Francine Bayer (PSB); Sofia Cavedon (PT); Fran Somensi (PRB); e Zilá Breitenbach (PDS). No que tange às eleições municipais para o cargo de vereadora, o número de mulheres eleitas teve um aumento, ainda que não muito expressivo, desde 1996, em decorrência da cota mínima de candidaturas femininas, estabelecida pela Lei n. 9.100, de 1995, que determinava que 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por mulheres. Essa lei foi alterada em 1997 e reformulada em 2009, a partir da Lei 12.034/09, tornando obrigatório o preenchimento de, pelo menos, 30% das vagas do partido por candidatas femininas, percentual que permanece vigente até hoje. Na cidade de Pelotas, esse fenômeno é bem perceptível, uma vez que, desde a instalação da Câmara Municipal, em 1832, até 1993, apenas sete mulheres ocuparam o cargo de vereadoras, sendo elas: Suely Gomes de Oliveira (PTB), de 1948 até 1951; Osmania Vinhas de Campos, suplente, que também assumiu de 1948 até 1951; Cecília Zalir Klee Pereira, suplente, cumprindo mandato de 1964 até 1968; Iraí Conceição, de 1983 até 1988; Cecília Hypólito (PT), de 1989 até 1992, sendo eleita novamente em 1996; Virgínia Maria Fetter Gomes (PDS), de 1993 até 1996; e Dora Elisa (PMDB), também cumprindo mandato de 1993 até 1996. Nas eleições de 1996, foi eleita Miriam Paz Garcez Marroni (PT), suplente que assumiu um período no lugar de Cecília Hypólito (PT), sendo reeleita em

2000, 2004, 2008 e eleita novamente em 2020. No ano de 2000, além da reeleição de Miriam Marroni (PT), outras três mulheres foram eleitas: Maria Elisabete Garcia Rodrigues (PDT), Maria Ieda Cardozo Barboza (PP) e Jacira Porto dos Santos (PT). Com relação às eleições de 2004 e 2008, houve apenas a reeleição de Miriam Marroni (PT). Já em 2012, nenhuma mulher foi eleita, diferentemente de 2016, quando a Câmara contou com quatro mulheres: Cristiana Oliveira (PDT), Zilda Bürkle (PSB), Daiane Dias (PSB) e Fernanda Miranda (PSOL). Em 2020, foram eleitas: Fernanda Miranda (PSOL), Miriam Marroni (PT), Cristina Oliveira (PSB) e Marisa Schwarzer (PSB). Por fim, em 2024, foram eleitas: Fernanda Miranda (PSOL), Marisa Schwarzer (PSDB) e Miriam Marroni, que assumiu a função de Secretária de Governo.

Ariane Regina Bueno da Cunha

Referências:

- ETCHEVERRY, José Vieira. *O Poder Legislativo Pelotense*. Coleção Cadernos de Pelotas, vol. 3, 1º semestre de 1993. Pelotas, 1995.
- ETCHEVERRY, José Vieira. *O Poder Legislativo Pelotense*. Coleção Cadernos de Pelotas, vol. 12, 2º semestre de 1997. Pelotas, 1998.
- ORSATO, Andréia. “Como Mulher e Deputada”: A presença feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1951-2011). 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/>. WEBER, Rosa. *A Construção da Voz Feminina*

na *Cidadania*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, [s.d.]. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher/arquivos/portfolio-exposicao-a-construcao-da-voz-feminina-na-cidadania-TSE.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2024.

Liga de Futebol José do Patrocínio. A primeira liga de futebol da cidade de Pelotas, a Liga Pelotense de Futebol, fundada em 1907, congregava equipes ligadas à elite e aos estabelecimentos comerciais da cidade. Mesmo o G. E. Brasil, clube conhecido pelos fortes vínculos com as camadas mais populares, somente na segunda metade da década de 1920 passou a ter jogadores negros de forma significativa em seu elenco. Em 1914, foi criada a Liga Cassiano do Nascimento, uma espécie de segunda divisão da cidade, mas que também parecia não estar aberta aos jogadores negros. Nesse contexto, surgem clubes negros de futebol na cidade, como o S. C. Juvenil (1908), o S. C. América do Sul (1911) e o S. C. Universal (1912). Nos primeiros anos de atividade, esses clubes realizavam apenas partidas amistosas, mas em 1919 perceberam que precisavam ingressar em campeonatos. Inicialmente, houve uma tentativa de ingresso na Liga Pelotense de Futebol por meio da fusão dos clubes S. C. Juvenil e S. C. América do Sul, que não deu certo. Então, em junho de 1919, foi fundada a Liga de Futebol José do Patrocínio (LFJP), pelos três clubes citados anteriormente, mais o S. C. Vencedor. Algumas matérias do jornal de imprensa negra da cidade indicam a dimensão política da criação da LFJP, ao observar que a

Liga é uma questão de honra diante dos pelotenses que “andam a pregar a bestialógica separação das raças” (*A Alvorada*, 14/09/1919, p. 1). A Liga de Futebol José do Patrocínio existiu de 1919 até, pelo menos, a metade da década de 1930, destacando-se em três dimensões: no futebol, na sociabilidade e na militância. Na questão futebolística, a partir de 1923, a LFJP integrou também outras agremiações, o União Democrata e o G. S. Luzitano. Os maiores vencedores dos campeonatos anuais foram o S. C. Juvenil e o S. C. América do Sul. Os clubes da LFJP também estabeleceram relações com clubes negros de outras cidades do Rio Grande do Sul, realizando amistosos com o Niteroi F. B. C., o S. C. União e o G. S. América, da cidade de Bagé/RS, e o S. C. Rio Negro, da cidade de Rio Grande/RS. Até mesmo uma negociação intermunicipal foi realizada em 1922, quando o clube negro de Porto Alegre/RS, S. C. Bento Gonçalves, contratou o jogador João de Araújo Bastos (Bastinhos), do S. C. Juvenil (Santos, 2018). No aspecto cultural, o futebol não foi a única forma de sociabilidade oportunizada à comunidade negra da cidade pela LFJP. Foram organizados bailes, festas e quermesses pela Liga e pelos clubes que a integravam. Muitas dessas atividades culturais eram noticiadas pelo jornal *A Alvorada*, e algumas ocorriam na sede social do clube cultural negro Depois da Chuva. A LFJP contou com uma atuação feminina marcante, tanto de torcedoras entusiasmadas quanto na organização dessas festividades. A atuação delas foi tamanha que alguns clubes da LFJP chegaram a criar diretorias de

senhoras. A Liga também se destacou no campo político. O próprio nome da LFJP foi escolhido em referência ao jornalista/escritor fluminense José do Patrocínio, de destacada atuação no movimento abolicionista brasileiro. Além disso, três das doze principais lideranças políticas negras pelotenses da década de 1930 (Silva, 2011) fizeram parte da fundação da LFJP: Armando Vargas, Dario Nunes e Joaquim Rollo Sobrinho. Em 1927, um caso de racismo ocorrido no Teatro Sete de Abril foi denunciado pelo jornal de imprensa negra *O Exemplo*, de Porto Alegre/RS, e alguns jornais pelotenses criticaram o referido periódico, contradizendo o ocorrido. Então, a Liga de Futebol José do Patrocínio organizou uma moção de solidariedade ao jornal *O Exemplo* (jornal *O Libertador*, 16/07/1927), que criticava os jornais pelotenses que tentaram abafar o caso e confirmava o episódio de racismo denunciado. O documento foi assinado também pelos clubes de futebol da LFJP e por outras associações recreativas negras da cidade. Ao longo da década de 1930, os movimentos locais e nacionais de luta contra o racismo e também a profissionalização da profissão de jogador de futebol, entre outros fatores, fizeram com que, gradualmente, as equipes da Liga Pelotense de Futebol comesçassem a contratar jogadores negros para os seus elencos, o que acabou ocasionando o fim da Liga de Futebol José do Patrocínio. Alguns clubes que a integravam seguiram disputando torneios e amistosos até, pelo menos, a segunda metade da década de 1940.

Christian Ferreira Mackedanz

Referências:

ALVES, Eliseu de Mello. *O futebol em Pelotas*. Pelotas: Livraria Mundial, 1984.

LONER, Beatriz Ana. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MACKEDANZ, Christian Ferreira. *Racismo “nas quatro linhas”: os negros e as ligas de futebol em Pelotas (1901-1930)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

MACKEDANZ, Christian Ferreira; SILVA, Daniel Vidinha da; RIGO, Luiz Carlos. Liga de Futebol José do Patrocínio (1919-1936): um símbolo de resistência ao preconceito racial no futebol pelotense. *Projeto História*, São Paulo, v. 70, p. 235-260, jan./abr. 2021.

RIGO, Luiz Carlos. *Memórias de um futebol de fronteira*. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2004.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a alvorada: intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: Editora Universitária, 2003.

SANTOS, José Antônio dos. *Liga da Canela Preta: a história do negro no futebol*. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2018.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Associativismo negro em Pelotas no pós-abolição: membros dos clubes sociais negros, articulistas de A Alvorada e militantes da Frente Negra Pelotense (1933-1937). In: ENCONTRO DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 5., 2011, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre, 2011.

Linheira. A Companhia Indústria Linheira S/A foi uma fábrica de papel fundada em 1939 na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. A criação da em-

presa foi resultado do empreendimento de Eraldo Giacobbe, imigrante italiano nascido em Turim, que chegou ao Brasil em 1925. Inicialmente, Giacobbe havia fundado a Timm Giacobbe Ltda., que, em 1938, foi transformada na Companhia Nacional de Óleo de Linhaça S/A. Em 1939, Giacobbe fundou a Companhia Indústria Linheira S/A, localizada na Rua Uruguai, n.º 767, em um terreno de 12.613,83 m², distribuído em três lotes dentro de um quarteirão. A fábrica dedicava-se à produção de celulose, papel e artefatos de papel, além de fabricar sacos multifolhas para o armazenamento de adubos, cimento e cal. Ao longo de sua trajetória, a empresa enfrentou vários desafios, sendo um dos mais marcantes o grande incêndio ocorrido em 1949, que danificou parte das instalações. Apesar desse revés, a fábrica continuou suas operações e passou a ser conhecida como Fábrica de Papel Loreia. Durante os anos seguintes, a Companhia Indústria Linheira manteve-se ativa, com foco crescente na reciclagem de papel, uma tendência que ganhou força nas décadas seguintes. A empresa foi um marco na indústria papeleira de Pelotas, com forte impacto no desenvolvimento econômico local. Contudo, no início dos anos 1990, a companhia enfrentou uma crise financeira que culminou no pedido de autofalência, protocolado em 20 de julho de 1993. A falência foi decretada poucos dias depois, em 26 de julho de 1993, encerrando oficialmente as atividades da empresa. O fim da Companhia Indústria Linheira foi um reflexo de um período de desindustrialização que afetou muitas fábricas da cidade.

Atualmente, o prédio da antiga fábrica encontra-se em ruínas, com parte de sua estrutura ainda preservada. O local foi requalificado para diferentes finalidades, abrigando um ponto de reciclagem de lixo, um estacionamento e uma área de paintball. A história da Companhia Indústria Linheira reflete não apenas o ciclo de prosperidade e declínio da indústria papeleira em Pelotas, mas também o impacto das mudanças econômicas e industriais na cidade. A desindustrialização e o fechamento de fábricas como a Linheira são marcos de um período de transição econômica que deixou uma marca significativa no cenário industrial de Pelotas.

Andreina Hardtke Corpes

Referências:

EIFLER, Caroline. *Parque Linheiras*. 2021. Trabalho Final de Graduação 1 (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, jan. 2021. Disponível em: https://issuu.com/carolineeifler/docs/tfg_1_caroline_eifler/1. Acesso em: 14 fev. 2025.

GOULARTE, Daniela Vieira. *Friches industriais pelotenses, conhecer para preservar: o caso da Laneira Brasileira S.A.* 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação Lato Sensu em Artes Visuais) – Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/especializacaoemartesvisuais/files/2014/07/Daniela-Vieira-Goularte-2014.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

Literatura Pelotense (1960/2025).

No prefácio de sua obra *Literatura Gaúcha*, Luís Augusto Fischer levanta a seguinte questão: “Existe mesmo uma li-

teratura gaúcha?”. Da mesma forma, poderíamos nos perguntar: existe uma literatura pelotense? Parece que sim, pois, nos últimos tempos, diversos trabalhos sobre essa temática não deixam dúvidas. Corroborando essa assertiva, Luís Borges escrevia que, “ao contrário dos primeiros cânones da literatura brasileira, a literatura pelotense não foi inventada pela historiografia. Ela existe e necessita ser inventariada e historiadá” (*Diário da Manhã*, 2006, p. 7). Jaqueline Koschier e Luís Borges (2010) deram uma contribuição fundamental nessa direção ao resgatar e publicar, de modo sintético, o itinerário da literatura em Pelotas entre 1851 e 1960, no *Dicionário de História de Pelotas*. Em 1961, surgiu a iniciativa dos poetas do Clube Pégaso com a publicação da *Coletânea nº 1 (Poesia)*, prefaciada por Lélcio M. Falcão. No prefácio, o autor afirma: “É mais um livro de literatura a enriquecer a bagagem literária da cidade. De todas as artes que Pelotas tem mostrado, é a poesia a que mais nome lhe dá” (Falcão, 1961, p. 5). Nessa coletânea, constam: Cândida Isabel da Rocha, Carlos Eduardo Behrendsdorf, Clóvis Almeida Alt, Elaine Ygor, Ignês Dias da Costa Vidal, Laura de Castro Lopes, Maria Antônia Montarroyos, Maria Homênia Cardoso, Sady Maurenre de Azevedo e Solon Ferreira de Brito. Dez anos depois, Sady Maurenre, Marly Oliveira e Clóvis Alt lançam *Café Poético – Coletânea n.º 1 (Trovas)*, constando de 31 trovadores. Ao final do texto, apresenta-se uma pequena biografia de cada um dos membros. No ano seguinte, foi publicada a obra *Letras Pelotenses* (1972), cuja apresentação destaca que

ali se reúnem “pelotenses que escrevem. Estilos diferentes. Diversos assuntos para todo gosto”. O volume reúne os seguintes autores: Gilberto Gigante, Maria Clara Michels Soares, Heloísa Assumpção Nascimento, Marília Poliesti, Ildemar Bonat, Irajá Nunes, Mário Osório Magalhães, Maria do Carmo Haertel Sobral, Maria Cleusa Neves Allemand, Francisco Dias da Costa Nunes Vidal, Olga Maria Dias Bainy, Silvino Joaquim Lopes Neto, Alvacyr de Faria Colares e Circe Maria Siqueira da Cunha. Em 1970, temos a criação da Academia Sul-Brasileira de Letras. No ano de 1979, surge a Casa do Poeta de Pelotas, uma iniciativa de Nelson Nobre e Sady Maurenre. Em 1987, passa a existir o Centro Literário Pelotense, com grande atuação de Nelson Nobre. Em 1985, Adão Monquelat e Geraldo Fonseca se destacam como organizadores de uma coletânea e de notas bibliográficas de poetas pelotenses, com apresentação de Joaquim Luís Duval. Nesse texto, Duval (1985, p. 13) afirma: “Esta coletânea, que já vem ocupando seus autores há quase três anos, é o resultado de uma cuidada pesquisa de campo, na qual coletaram dados biobibliográficos a respeito de aproximadamente 120 poetas nascidos na cidade, em um livro que deverá constituir-se em um marco na literatura do gênero”. Na década de 1990, destaca-se novamente o nome de Nelson Nobre, que organiza e publica duas coletâneas de poetas locais: *Centro Literário Pelotense – Coletânea n.º 1 e 2*. Pelotas: CLIP, 1993. É também entre o final da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990 que surgem publicações da Confraria Cultural e

Científica Prometheu, da qual participam Geraldo Fonseca, Adão Monquellat, Luís Borges, Eduardo Arriada, Luís Roberto Conceição, Corálio Gonçalves, Joaquim Luís Duval, Manoel Magalhães, Nelson Abott de Freitas, Andyna Moreira Cheffe, James Sthal e Ronaldo Cupertino de Moraes. Uma das iniciativas da confraria foi a publicação dos impressos *O Theatreiro* (1987) e *Saladero* (1987), bem como o trabalho de resgate do poeta Demerval Araújo (1888–1952), realizado por Luís Borges, cuja obra *Último canto* foi publicada em Pelotas pela Confraria Cultural e Científica Prometheu, em parceria com a Livraria Lobo da Costa, em 1992. Por sua vez, em 2005, é publicado *Quatro por 4*, de autoria de Ângela Treptow, Álvaro Barcellos, Gilnei Oleiro e Luís Borges, obra em que abordam a produção de Lobo da Costa, João Simões Lopes Neto, Aldyr Schlee e Vítor Ramil, esboçando algumas diretrizes de um cânone pelotense. Em 2007, Luís Borges escreveu *Breviário da prosa romanesca em Pelotas: subsídios para uma história literária (Século XIX)*. Nessa obra, afirma que “o caminho para o estudo da História Literária em Pelotas, a ser construído coletivamente, passa pelo resgate biográfico e bibliográfico dos autores” (Borges, 2007, p. 20). Dando continuidade às investigações, temos, em 2014, o texto “Os primórdios culturais e literários da ‘Princesa do Sul’”, de Simone Xavier Moreira, publicado no segundo volume do *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. Em 2022, Luís Rubira escreve “A poesia no Álbum de Pelotas”, texto editado no livro *Centenário do Álbum de Pelotas de 1922: fotografias, memó-*

rias e história. Em 2024, apresenta-se o texto de Eduardo Arriada e Luís Rubira, intitulado “Os centros de cultura letrada: Pelotas”, publicado em *História da Literatura no Rio Grande do Sul. Volume 2: O rumo moderno. As cidades na virada do século XIX*, organizado por Luís Augusto Fischer. Assim, reconhecemos que pode, sim, existir uma literatura pelotense. Deve, contudo, haver certas circunstâncias, como um circuito de leitura – do autor ao leitor –, além dos intermediários, como editores, distribuidores, tipógrafos, artistas gráficos e livrarias. Acrescentam-se, ainda, o acolhimento e o reconhecimento da comunidade, sustentados por laços de pertencimento e identidade, independentemente de o autor ter ou não nascido em Pelotas. Como exemplo, temos Jorge Salis Goulart, nascido em Bagé, e Aldyr Garcia Schlee, de Jaguarão, ambos com forte identidade com a cidade de Pelotas. Outra questão difícil é definir o que é literatura. Hoje não se aceita que existam grandes distinções entre “fato” e “ficção”. Talvez a afirmação de Terry Eagleton (2001, p. 12) nos ajude: “O que importa pode não ser a origem do texto, mas o modo pelo qual as pessoas o consideram. Se elas decidirem que se trata de literatura, então, ao que parece, o texto será literatura”. O autor acrescenta, pouco depois, que “essa é uma das razões pelas quais o ato de se classificar algo como literatura é extremamente instável” (Eagleton, 2001, p. 17). Essa ideia nos será útil para evitarmos mal-entendidos, pois muitos autores aqui arrolados poderiam estar em outras categorias – ou nem estar. Do mesmo modo, é impossível inventa-

riar todos; tentaremos ser os mais abrangentes, mesmo assim com a certeza de que existirão lacunas. Por mais competentes que sejamos, esse rol de autores/as será incompleto e arbitrário. Em breve retrospectiva, cabe lembrar que, ao longo do século XIX, a literatura pelotense foi se consolidando, em grande parte, pela efervescência cultural da cidade, resultado de um acúmulo de capital financeiro gerado pela exploração do charque. Nela encontravam-se estabelecidas casas de câmbio, bancos e fábricas, além de toda uma estrutura cultural, em que a circulação de diversos jornais e revistas, bem como de quatro casas editoriais (Americana, Meira, Echenique e Albino Issacson), permitia a realização de saraus, peças teatrais e circulação de livros, ou seja, um florescimento das letras que propiciava debates e discussões. Entre outros intelectuais da época, destacam-se Paulo Marques de Oliveira, Karl von Koseritz, Cândida Isolina de Abreu, Bernardo Taveira Júnior, Lobo da Costa, Luísa Cavalcanti Filha, Francisco de Paula Pires, Alfredo Ferreira Rodrigues, Alberto Coelho da Cunha e João Simões Lopes Neto. Poderíamos ainda mencionar aqueles da virada do século, tais como Josué da Costa Siqueira, Januário Coelho da Costa e Jorge Salis Goulart. De 1960 em diante, salientamos, em relação à poesia: Juca Freitas (José Xavier de Freitas), *Versos de minha lavra*, Pelotas: Editora Pégaso, 1961; Sady Mauren-te de Azevedo, envolvido em diversas atividades culturais, organizando coletâneas, lançando o periódico *O Condor* e diversas obras poéticas, como *Musa Pagã* (*Cem sonetos*), Pelotas: Editora Pé-

gaso, 1961; Lélío Falcão: *Pedaços da vida*, São Lourenço: Gráfica Edda, 1960; *Horas Vagas – Poemas*, Edda, São Lourenço do Sul, 1961; *Tu*, São Lourenço: Edda, 1962; *Ponto Final*, São Lourenço: Edda, 1966; *Fantasia em Rima*, São Lourenço: Edda, 1969; *Trovas da Verdade*, Pelotas: Livraria Mundial, 1969; *50 Trovas*, Pelotas: Edições Menestrel, 1970. Alvacyr Collares: *Invocação*, São Lourenço: Edda, 1962. Luiz Carlos Escobar: *Contemplações*, Pelotas: Atlas, 1963. Sílvio Mignone: *Rimas Breves*, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1963. Clóvis Almeida Alt: *Quando Estiveres Só*, São Lourenço do Sul: Edda, 1967. Mário Osório Magalhães: *Pampeiro (versos regionais)*, Pelotas: s/ed., 1968; *Um resto de sonho ainda*, Pelotas: Livraria Mundial, 1989; *Uns vinte poemas novos*, Pelotas: Armazém Literário, 2005. Noemia Coelho da Costa: *Instantâneos de emoções*, Pelotas: Edições Menestrel, 1970. Noemi de Assumpção Osório Caringi: *Páginas Soltas*, Pelotas: s/ed., 1939; *Adagio*, Pelotas: Globo, 1941; *Marcha Nupcial*, Pelotas: Globo, 1942; *Emoção*, Pelotas: Universal, 1949; *Alma: Poema*, Ofs. Grafs. Instituto de Menores, Pelotas, 1963; *Mãe: poema de amor*, Pelotas: A Universal, 1968; *Mar*, edição do autor, 1970; *Canto do amor*, Pelotas: Livraria Mundial, 1981; *O mar na minha vida*, Pelotas: Livraria Mundial, 1987. Nelson Nobre Magalhães: *Pelas Veredas do Sonho*, Pelotas: Editora Pelotense, 1980; *Perfumes de Luz*, Pelotas: Indústria Gráfica, 1981. Joaquim Luís Duval: *Minha Gente*, Pelotas: Editora Ponto de Vista, 1976; *Tempo Provisório*, Pelotas: Editora Ponto de Vista, 1979; *A Palavra no Espelho*, Pelotas:

- Editora Ponto de Vista, 1980; *Exercícios de Multidão*, Pelotas: Edição Independente, 2002; *Diálogos do Silêncio*, Pelotas: Armazém Literário, 2005. Maria do Carmo Haertel Sobral: *O Envelope Amarelo*, Porto Alegre: Bels, 1976; *Estrelas dos dias*, Pelotas: Livraria Mundial, 1980; *Histórias de Lua Cheia*, Pelotas: Livraria Mundial, 1984. Oscar da Cunha Echenique: *Rimas do Dia a Dia – Trovas*, Pelotas: Ofs. Gráfs. Liv. Mundial (Meira & Cia.). Pedro Baggio: *A melopéia das parchas*, s/local e editora, 1984; *No alvorecer das madrugadas*, edição do autor; *Escutando o silêncio*, edição do autor; *No espaço do infinito encanto*, edição do autor, 1987. M. L. Barcellos Jorge: *Alma Felina*, Natal: Artes Gráficas Tavares, 1983. Mario Barbosa de Mattos: *Décima de Sepé Tiarajú – Versos*, Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985. J. B. Carpe: *Caminhando (poesias)*, Tijuca: Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, 1991. Luís Borges (pseudônimo de António Guisado): *Canção das Principais*, Pelotas: Confraria Cultural e Científica Prometheu, 1988; *Consolos e saudades*, Pelotas: Prometheu/Livraria Lobo da Costa, 1991; *Mãos de Seda*, edição do autor, 1992; *O Amor em Cinco Tempos*, Pelotas: Confraria Cultural e Científica Prometheu/Sociedade Mário Quintana, 1995; *O Dia das Horas Minguantes*, Pelotas: Confraria Cultural e Científica Prometheu/Sociedade Mário Quintana, 1996; *A Enorme arte de cultivar vermes em colherinhas de nomes caiadas*, Pelotas: Sociedade Mário Quintana, 2001 (inédita). Carlos Eugênio Costa da Silva: *Filho de um Combatente*, Pelotas: Editora Universitária UFPel, 1995. Marcos Villela Pereira: *Nada de exageros, por favor*, Taubaté: Vogal Editora, 1996. Mairo Cavalheiro: *Malhado e a fada volcana: uma história possível*, edição do autor, 1997. Olga Maria Dias Ferreira: *Desnuda*, Pelotas: edição do autor, 1997. Alex Cabistani: *A casa em ordem*, Rio de Janeiro: Editora Blocos, 1999. Fábio Amaro da Silveira Duval: *O carrossel dos desvarios voláteis – ensaios poéticos*, Pelotas: Livraria Mundial, 1999. Luiz Roberto Cruz Pinto da Conceição: *Uma estrela por testemunha*, Pelotas: UFPel, 2006. Joaquim Moncks: *Força Centrifuga*, Porto Alegre: Editora Porto Alegre, 1979; *O poço das almas*, Pelotas: UFPel, 2000; *O Ovo de Colombo*, Porto Alegre: Editora Alcance, 2005; *Confessionário: diálogos entre Prosa e Poesia*, Porto Alegre: Editora Alcance, 2008. Helena Ortiz: *Azul Sem Sapatos*, Rio de Janeiro: Editora Blocos, 1997; *Em par*, Rio de Janeiro: Editora da Palavra, 2001; *Sol sobre o dilúvio*, Rio de Janeiro: Editora da Palavra, 2005. Ápio Claudio de Lima Antunes: *Parnaso eterno*, Pelotas: Editora UFPel, 2001. Angélica Freitas: *Rilke Shake*, São Paulo: CosacNaify, 2009; *Canções de atormentar*, São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Mago Dias: *Nas mágicas asas da poesia*, Porto Alegre: Editora Alcance, 2018; *Amor, paixão & poesia*, São Paulo: Primeiro Capítulo Editora, 2023. Priorizamos os poetas com livros publicados, reconhecendo a dificuldade de levantar publicações dispersas em revistas e jornais. Em relação à prosa, podemos arrolar: Sílvio da Cunha Echenique, *Fagulhas do Meu Isqueiro – 50 contos regionais*, Pelotas: Editora Hugo, 1963; Lígia Simões Lopes da Silva, So-

nata Poética, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1963; Alcy José Vargas Cheuiche, *Versos do Extremo Sul*, Canoas: Editora La Salle, 1966; *Romance dos Sete Povos das Missões*, Porto Alegre: Sulina, 1975; *O Mestiço de São Borja*, Porto Alegre: Sulina, 1980. Gerta Ogliari de Almeida, *Três amores*, Porto Alegre: Livraria Sulina, 1969; *Dois Amores*, Pelotas: Livraria Mundial, 1996. Mozart Victor Russomano, *A Volta do Viajante Apressado*, Porto Alegre: Editora do Globo, 1979. Lourenço Cazarré, *O calidoscópio e a ampulheta*, São Paulo: LR Editora, 1982; *Noturnos do Amor e da Morte*, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Igel, 1989; *Ilhados*, Porto Alegre: WS Editor, 2001; *Sinfonia dos animais noturnos*, Brasília: Esquina da Palavra, 2007; *Estava nascendo o dia em que conheceriam o mar*, São Paulo: Editora Saraiva, 2011; *Os filhos do deserto combatem na solidão* (literatura infantojuvenil), Companhia Editora de Pernambuco, 2017. Aldyr Garcia Schlee, *Contos de sempre*, São Paulo: LR Editores, 1983; *Uma terra só*, São Paulo: Melhoramentos, 1984; *Linha Divisória*, São Paulo: Melhoramentos, 1988; *El día en que el Papa fue a Melo*, Montevideo: Banda Oriental, 1991; *O dia em que o Papa foi a Melo*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999; *Don Frutos* (Romance); *Os limites do impossível*; *Contos gardeilianos*; *Contos de futebol*; *Contos de Verdades*; *Contos da vida difícil*; *Memórias de o que já não será* (2010/2014), todos pela Ardo Tempo, Porto Alegre. Valter Sobreiro Junior, *Em nome de Francisco*, Porto Alegre: Tchê! Editora, 1987; *Petrona Carrasco*, Porto Alegre: Igel, 1990; *A sombra que avança até Valério e ou-*

tras sombras, Porto Alegre: Tchê! Editora, 1995. Maria Helena Vargas da Silveira, *Ê fogo*, Porto Alegre: Grupo Editorial Rainha Ginga, 1987; *O sol de Fevereiro*, Porto Alegre: Evangraf, 1991; *Negrada*, Porto Alegre: Evangraf, 1995. Felipe Assumpção Gertum, *A volta do menino*, Pelotas: Livraria Mundial, 1986; *Paraíso de Cristal*, Florianópolis: Papa Livro, 1995. Maria Cleusa Neves Allemand, *Mistérios do Ser*, Pelotas: Livraria Mundial, 1981. Waldir Croce, *Almas Trocadas*, Pelotas: Litoarte, 1989. Carlos Alberto Motta, *Mortos, vivos & sobreviventes* (Crônicas), Pelotas: Livraria Mundial, 1993; *O Despertar de Hermínia*, Pelotas: Livraria Mundial, 1995; *Leitura para pessoas de fino trato*, Pelotas: Livraria Mundial, 1995. Regina Clara Simões Lopes, *Romance Inacabado*, Pelotas: Livraria Mundial, 1993. Luiz Carlos Freitas, *A revolta dos agachados*, Pelotas: UFPel, 1997; *Sob o olhar benevolente do pai*, Pelotas: Livraria Mundial, 1999; *Amáveis inimigos íntimos*, Pelotas: Livraria Mundial, 2006; *MoriMundo*, Pelotas: Livraria Mundial, 2011. Beatriz Mecking Carangi, *Tempo de renascer*, Pelotas: Café Pelotas Editora, 1997. Carlos Osório Magalhães, *Histórias de Pelotas*, Pelotas: Armazém Literário, 2002; *O caso da Princesa do Sul*, Pelotas: Armazém Literário, 2003. José Luiz Brisolara, *A Estranha*, Pelotas: UFPel, 2011. Zênia de León, *Memórias da Escravidão* (Romance Histórico), Canoas: Editora La Salle, 1991; 2ª edição: Pelotas: Cópias Santa Cruz, 2016. Manoel Magalhães, *Dois textos marginais*, Pelotas: Cultive Ler Edições, 1995; 2ª edição: Pelotas: Livraria Mundial, 2009; *O Abismo na Gaveta* (Inspirado

na vida do poeta Francisco Lobo da Costa), Pelotas: Café Pelotas, 1999; 2ª edição: Pelotas: Cultive Ler Edições, 2003; *O Homem que brigava com Deus*, Bagé: Leb, 2002; *Vampiros*, Pelotas: Cultive Ler Edições, 2008; *Senhora do Amor*, Pelotas: Livraria Mundial, 2013. Liane Magalhães, *Os destemidos*, Pelotas: Livraria Mundial, 1997; *Desabafo*, Pelotas: Livraria Mundial, 1999; *Metamorfose Ambulante*, Pelotas: Livraria Mundial, 2003; *Parceiros até debaixo d'água*, Pelotas: Livraria Mundial, 2006. Adão Fernando Monquelat, *Maiêutica* (Narrativa), Pelotas: UFPel, 1997; 2ª edição, corrigida e aumentada, Pelotas: UFPel, 1998; *Fóqui e Company*, Pelotas: UFPel, 1999; *Luíza (caminho de uma paixão)*, Pelotas: Publicações Monquelat, 2007 (pseudônimo: doménico m. miglio). Angélica Freitas, *Um útero é do tamanho de um punho*, São Paulo: Cosac & Naify, 2013. Luiz Roberto Cruz Pinto da Conceição, *Todos os caminhos levam a Roma*, Pelotas: Edição do autor, 2009. Luís Rubira, *Sepé Tiaraju e a Guerra Guaranítica*, São Paulo: Instituto Callis, 2012. Nauro Jr., *Náufrago de um mar doce*, Pelotas: Satolep Press, 2012. Hilda Simões Lopes, *Tuiatã*, Porto Alegre: Libretos, 2017. Vitor Ramil, *Pequod*, Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995; *Péquod*, Paris: L'Harmattan, 2003 (tradução de Luciana Wrege Rassier e Jean-José Mesguen); *A estética do frio* (Conferência de Genebra), Porto Alegre: Satolep; São Paulo: CosacNaify, 2004; *Satolep*, São Paulo: CosacNaify, 2008; *A primeira da pontuação*, São Paulo: CosacNaify, 2014. Kledir Ramil, *O pai invisível: um cara do nosso tempo e seus filhos*

adolescentes, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2006. Ju Lund, *Doce Vampira (Um romance Queer Chic)*, Petrópolis: Editora Ornitorrinco, 2012; 2ª edição: Porto Alegre: Editora Avec, 2015. Pedro Pérez, *A memória é um cavalo selvagem*, Guaratinguetá: Editora Pernalux, 2019. Alma Gonella de Berasain, *Contos com alma e vida*, Pelotas: Biblioteca Pública Pelotense, 2019. Guilherme Michels, *Excursão ao Marajó*, Porto Alegre: Zouk, 2022. De José Luiz Marasco, temos *Um leitor comum*, Porto Alegre: Ardotempo, 2025. Um acontecimento marcante na literatura pelotense foi a circulação do caderno Cultura do *Diário da Manhã*, sob a responsabilidade de José Ricardo Castro e com o apoio de diversos jornalistas, entre eles Klécio dos Santos e Carlos Alberto Cogoy. Teve início em 07/07/1990 e encerrou-se em 31/05/1992, com a edição de número 100. Esse caderno de cultura abordava os mais diversos temas: história, filosofia, literatura, artes, cinema, teatro, música, mostras culturais, arquitetura; constam ensaios, crítica literária, poesia, entrevistas, depoimentos etc. Nele, diversos intelectuais da cidade deixaram suas marcas, entre outros: Álvaro Barreto, João Hobuss, Klécio dos Santos, Cláudia Tavares, Aulus Mandagará Martins, Carlos Cogoy, Adão Monquelat, Geraldo Fonseca, Sérgio Veleda, Luís Borges, Jarbas Rosa Lazzari, Francisco Carlos Couto de Moraes. Para dimensionar a importância, a irreverência e o ecletismo desse último autor mencionado, conhecido por todos como Chiquinho, basta observar suas colunas intituladas “Textículos”, nas quais afirmava: “Está certo

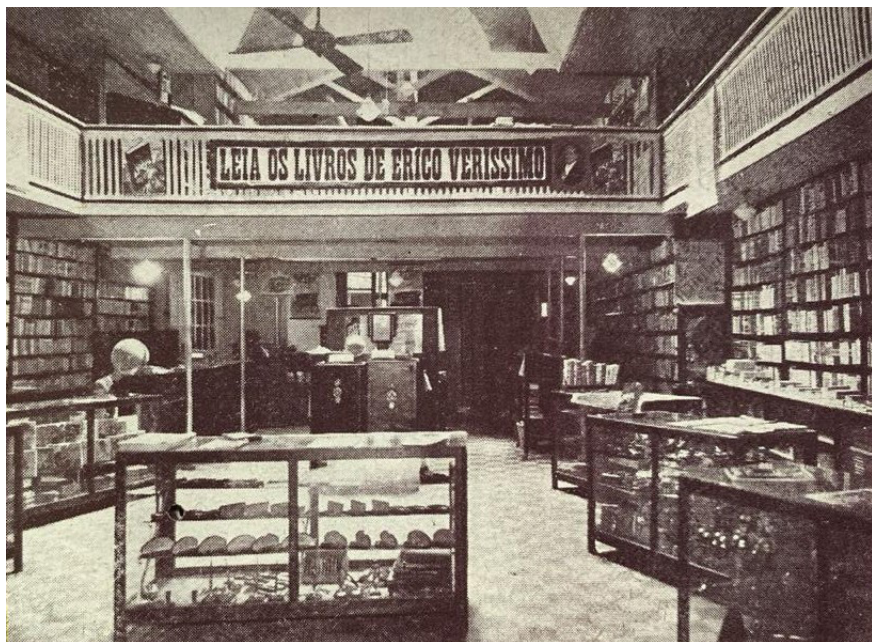
– eu não passo de um plebeu desencantado” (1991, p. 3). Por sua vez, Jarbas Lazzari dizia: “Sou um louco dirão, sim, sou um louco indignado com a hipocrisia de nossas classes dominantes, com a incompetência de nossos ditos intelectuais universitários e com o anacronismo de nossas esquerdas” (1991, p.4). Havia de tudo e muito. Um caso particular e de difícil equacionamento, mas dentro de uma interpretação ampla do que seja literatura pelotense, seria falar de José Wolfango Montes Vanucci. Afinal, esse grande romancista tem vivido na cidade de Pelotas por longas décadas, e mesmo que seus romances tratem mais da realidade boliviana e das questões do narcotráfico, seu discurso é universal. Enquanto verdadeiro romancista, afirma que o mundo narrado pelo ficcionista deve fazer crer que, de fato, existe. Há nuances, silêncios, ódios, rancores, amores não correspondidos, sexo, política, jogos de poder em seus diversos romances. *Pateando la luna* (1987), *El Instante Oscuro* (1988), *Jonas y la ballena rosada* (1987) – esse romance recebeu o prêmio Casa de las Américas, sendo o único vertido para o português pela Editora Brasiliense, em 1988 –; continuando: *El Bolero del perdedor* (1990), *Ese indiscreto código de los amantes* (1992), *Trópico de Corrupción* (1993), *Nosotros los inocentes* (1996), *Sagrada arrogancia* (1998), *Daimon o Tratado de las almas perdidas* (2001), *Desnúdese el desnudo* (2004), *¡Bolivia, adiós!* (2006), *Los aymaras están llegando* (2007), *¡La Habana nunca más!* (2008), *Yo, el obscuro* (2011), *Tumba de héroes* (2012), *Los fauleros* (2014), *¡Locos, gracias a Dios!*

(2018). A maioria de seus romances tem sido editada na Bolívia. Esse número substancial de obras publicadas atesta a pujança, o rigor e a determinação desse escritor, que, com um estilo eivado de ironia e sutis nuances de um humor ácido, revela os recônditos mais profundos da alma humana.

Luís Rubira
Eduardo Arriada

Referências:

- ARRIADA, Eduardo; RUBIRA, Luís. Os centros de cultura letrada: Pelotas. In: FISCHER, Luís Augusto (Org.). *O rumo moderno: as cidades na virada do século XIX – História da Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Rio Grande: Coragem; Editora da Furg, 2024.
- BORGES, Luís. *Breviário da prosa romanesca em Pelotas: subsídios para uma história literária (século XIX)*. Pelotas: Instituto João Simões Lopes Neto; JC Alfarrábios, 2007.
- BORGES, Luís. Forjando um cânone literário pelotense. *Diário da Manhã*, Pelotas, 16 fev. 2006.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- KOSCHIER, Jaqueline; BORGES, Luís. Literatura. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório (Orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. UFPel, 2010.
- LAZZARI, Jarbas. A louca poética do cotidiano do Brasil. In: DM Cultura, nº 69, Pelotas, 27/10/1991.
- MONQUELAT, Adão Fernando; FONSECA, Geraldo Rodrigues da. *Coletânea e notas bibliográficas de poetas pelotenses*. Pelotas, 1985. Datilografado. MORAES, Francisco Carlos Couto de. Textículos Musicais. DM Cultura, nº 61, Pelotas, 21/09/1991.



Vista interna da Livraria Globo, na Rua XV de Novembro, 573. Fonte: Acervo do Prof. Eduardo Arriada.

Livrarias: uma história. Não temos como não deixar de pensar nas estantes e mais estantes sobrecarregadas de livros: as mais diversas lombadas, brochuras, livros encadernados; obras em um único volume ou constituídas de vários tomos; livros baratos, caros ou raros. Alguns procurados apenas para fruição, deleite; outros para estudos; outros ainda como objetos de desejo. Os gostos mais variados possíveis. Uns procuram Manuel Bandeira e outros, Machado de Assis; há aqueles que buscam Marcel Proust, Michel de Foucault, Freud, Marx, João Simões Lopes Neto e uma plêiade de outros escritores. Há ainda aqueles que não circulam entre as estantes em busca de um autor específi-

co, mas sim de temas, como espiritismo, marxismo, neoliberalismo, globalização, escravidão, entre outros. Nesses templos denominados livrarias, uma fauna de pessoas, das mais diversas matizes, peregrina diariamente à procura de algum exemplar, ou para bater um papo, ou ainda para bisbilhotar. Assim são as livrarias – aquelas que merecem esse nome –, restos arqueológicos que resistem ao avanço inexorável das novas tecnologias. Esse universo de livros, livreiros, livrarias e leitores tem uma cumplicidade, um desejo latente, uma obsessão, uma loucura: a busca permanente do Santo Graal do conhecimento. Quando Haroldo de Campos esteve em Pelotas, em 1992, fez questão de visitar a Livraria Lobo da Costa, entre outros

compromissos. Entre diálogos e garimpando livros, procurava pelo velho Dicionário Latino-Português, de Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva, editado, em 1881, pela B. L. Garnier, rara obra com mais de 1.297 páginas. Para quem não sabe, seu autor foi, durante muitos anos, professor do Ginásio Gonzaga. Em seu Dicionário Bibliográfico Brasileiro, Sacramento Blake (1895) o descreve como homem de grande memória, rara inteligência, conhecedor do hebraico, do sânscrito, do árabe, siríaco, latim, grego, além de noções de chinês; além de uma enciclopédia viva. Do antes ao depois, ao hoje, uma longa história das livrarias de Pelotas foi sendo construída. No distante ano de 1862, já havia em Pelotas uma “loja de livros e papel”, localizada na Rua da Igreja, que pertencia a Joaquim Ferreira Nunes, loja anunciada em seu próprio *Almanak Pelotense*. No alvorecer do século XX, a situação já é bem melhor. Segundo o *Guia Bemporat* para o ano de 1908, a cidade possuía um número razoável de estabelecimentos de livrarias e papelerias: a Pelotense, de Albino Isaacsson, na Rua XV de Novembro, 224; a Livraria Universal, de Echenique e Irmãos, na Rua XV de Novembro, 155; a Livraria Comercial, de Francisco Meira, na Rua Andrade Neves, 116 e 118; e a Livraria Americana, de Carlos Pinto, na Rua XV de Novembro, 195. A situação não muda muito para o ano de 1913. Conforme o *Almanak Rio-Grandense*, da empresa Hénault, continuam funcionando as três mais aquinhoadas, ou seja, Americana, Universal e Meira. Entretanto, agora, aparecem outras menores: Fuão & Rosseli, Floriano, 94; Hilá-

rio Gomes, Bacelar, 98; Strauch, Floriano, 129. Contemporâneo desse momento histórico, o escritor João Simões Lopes Neto publica, na imprensa local, a seguinte matéria: “Assuntos do município: o que a cidade lê” (*A Opinião Pública*, em 14/11/1913), dando ênfase, entre outras questões, a uma descrição das principais livrarias em funcionamento, no caso, a Livraria Americana, a Livraria Universal, a Livraria Comercial e a Livraria Bazar (nome de fantasia da Editora Krahe, de Porto Alegre). Ou seja, havia livrarias. Havia uma “cidade letrada”, na rica expressão de Ángel Rama. Inclusive, essas livrarias eram mais do que isso: elas editavam, e muito. Toda a obra didática de Hilário Ribeiro foi editada pela Livraria Americana; por sua vez, *Contos Gauchescos* e *Lendas do Sul* foram publicados pela Livraria Universal. Não precisamos recorrer aos catálogos dessas editoras para termos uma ideia do que era editado e vendido. Vejamos a narrativa de Simões Lopes: em relação à literatura, os mais procurados, entre os nacionais, eram Coelho Neto, Alcides Maya e Euclides da Cunha. Dos portugueses, Eça de Queiroz, Fialho de Almeida, Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano, Guerra Junqueiro e Pinheiro Chagas. Quanto aos franceses, diz: “lê-se tudo: extensa por demais seria a nomenclatura a registrar”. Em relação ao inglês, “também, muito, sobretudo Walter Scott”; do alemão, “algum pouco”; dos espanhóis, “à frente, Blasco Ibanez, e d’Annunzio, dentre italianos, sem falar de Mantegazza”. Avançando em seu texto, ele também anota que cada vez mais havia procura por ma-

nuais técnicos, monografias especiais, agendas, livros de medicina prática, com o Chernoviz, “velho de guerra, à frente”. Continua: “nos últimos tempos vai em crescendo a procura dos livros sobre agricultura em suas variadas modalidades”. Tem ainda os almanaques, “que variedade e que freguesia”. O *Anuário do Rio Grande do Sul*, o *Almanaque Literário e Estatístico*, de Alfredo Ferreira Rodrigues, o *Almanaque Brasileiro*, de Garnier, o *Hachette*, o *Bertrand*, o *Das Senhoras*, “e outro, e outro, e outro”, *Vermont*, *Pour Rire*, etc. Seguem-se as revistas, jornais de moda, *Careta*, *Fon-Fon*, *Malho*, *La Hacienda*, *Caras y Caretas*. “É bom não esquecer Sherlock Holmes & Comp. Por fim... por fim, há ainda uma certa literatura de trás da prateleira, uns livrinhos manhosos e brejeiros, apimentados, patifões, que, quantos chegam, quantos se vão...”. Ao final do artigo jornalístico, tece o seguinte comentário: “Agora, às contas. Não sei se a cidade lê tudo o que as suas casas fornecedoras lhe oferecem; é certo mesmo que valiosa parte dos livros recebidos, já importados, já encomendados, é distribuída para o fornecimento do interior do Estado; mas seja como for, é sugestiva e positivamente digna de atenção a quantia que as livrarias locais anualmente vendem, de livros, ou mais propriamente, de leitura” (LOPES NETO, 1913, 02). Nos anos 70 do século XX, algumas livrarias ocupavam um forte espaço na cidade. Temos a Livraria do Globo (filial da Globo de Porto Alegre), a Livraria Mundial, na Rua XV de Novembro, 564, a Princesa do Sul, localizada na Rua Félix da Cunha, 552A, e ainda a Livraria São Paulo, na

Rua XV de Novembro, 630, especializada em livros religiosos. A Livraria do Globo começa a atuar em Pelotas em 1920, com fachada principal para a Rua XV de Novembro e fundos para a Andrade Neves (oficinas), local hoje ocupado pela Galeria Central. Embora filial de Porto Alegre, funcionava como editora e livraria; grande número dos almanaques de Pelotas, inclusive o *Álbum de Pelotas* de 1922, saiu de suas oficinas tipográficas. Muda-se depois para a Rua Floriano Peixoto, apenas como livraria, fechando definitivamente suas portas quando a matriz foi vendida. A Livraria Mundial, estabelecimento criado em 1935, continua tendo papel atuante na cidade de Pelotas. Além do estabelecimento livreiro, possui gráfica localizada na Rua Santa Tecla, 411/413. Diversos escritores pelotenses têm selo editorial dessa editora, caso, por exemplo, de Manoel Magalhães e Adão Monquelat. No decorrer dos anos, outras vão surgindo, enquanto, infelizmente, outras fecham suas portas. Nos anos 80 e 90, temos a Editora Pelotense funcionando na Rua XV de Novembro, 804, vendendo principalmente livros técnicos, jurídicos e um pouco de literatura geral e infantil; a Livraria Prosa & Verso, tendo como centralidade livros jurídicos, funcionava na Rua Félix da Cunha, 563; e a Livraria Espírita, na Rua General Neto, 627 (entre Gonçalves Chaves e Santa Cruz). Pela relevância e profundo papel social na divulgação e preservação da cultura impressa, as livrarias de livros usados, popularmente conhecidas como sebos, ou ainda alfarrábios, tiveram, em Pelotas, uma história plena de fatos e acontecimentos que marcaram

gerações de aficionados por livros, criando laços profundos e afetivos entre eles, o que, de certo modo, gerou grupos de intelectuais que seguidamente se reuniam para trocar ideias, debater pontos de vista e inclusive produzir textos e artigos, sejam de cunho acadêmico ou jornalístico. Em 13 de junho de 1982, temos a inauguração da Livraria Lobo da Costa, de Adão Monquelat. Essa data é uma homenagem ao nascimento do escritor Lobo da Costa. Funcionava em uma singela peça, com uma porta e uma janela, na Rua D. Pedro II, n.º 618, nas proximidades da Universidade Católica de Pelotas. Logo virou ponto de encontro entre diversos intelectuais: Joaquim Luís Duval, João Hobuss, Loy Vives, Aulus Mandagará, Poty Reis, Mogar Pagana Xavier, Fausto Leitão Domingues, Luís Borges, Renato Mecherefe Simões, Geraldo Fonseca, Álvaro Barreto e Klécio Santos. Entre 1984 e 1985, mudou-se para a Galeria Quilombo, posteriormente retornando novamente para a Rua D. Pedro II. Em suas estantes, vendia-se de tudo, embora existisse uma centralidade maior em obras literárias e das áreas humanas, como história, filosofia, política e sociologia. Também autores gaúchos estavam bem representados. Em 1991, passa a funcionar na Rua Telles, 558, agora com o nome de Livraria Monquelat. Com um espaço maior, havia uma maior diversidade de livros, incorporando inclusive livros didáticos, infantojuvenis e gibis. Para além do fato de comercializar livros (venda/compra/troca), o espaço de convívio social, debates e trocas de ideias permaneceu. Ao longo dos anos, consolidou uma “tradi-

ção” de mais do que uma livraria, um espaço de saber. Nesses anos 90, existia a livraria Feira do Livro Estrela, na Rua XV de Novembro, esquina Cassiano do Nascimento; seu proprietário era popularmente conhecido como Janjão. O GN Sebo inicialmente funcionou na Praça Sete de Julho, 66, em frente ao Mercado Público, mudando-se depois para a Rua Telles, 1081 (quase esquina Marcílio Dias), vendendo livros, discos, revistas, gibis e antiguidades. A Livraria Zé Carioca, em seu início, funcionou na Rua Argolo, esquina Andrade Neves, mudando mais tarde para a Rua Andrade Neves, 2457, vendendo livros, DVDs, gibis, fitas e CDs. Nessa perspectiva de livrarias/sebos, vão surgindo diversos estabelecimentos, cada um com propostas similares e outros para além dos livros, caso de: Don Quixote – Livraria e Café –, de Ivone Rotta Pereira, que, em amplo espaço localizado na Rua Almirante Barroso, esquina Gomes Carneiro, além de livros, funcionava paralelo a um café e, à noite, um restaurante. Também se teve a Livraria Café, organizada por Cândido Macedo, na Rua Anchieta, 2124, na parte inferior do Clube Comercial. O livreiro (sebo) João Carlos Silva, na Rua General Osório, 520 (entre Tiradentes e Telles), vendia e comprava livros, postais, cédulas, moedas, gibis, jornais antigos, álbuns de figurinhas e antiguidades em geral. Temos também, de Ramão Costa – Espaço Blau Nunes –, colecionismo e antiguidades, localizado no Bairro Fragata, Rua Frei Caneca, 640. Mais contemporaneamente, há a livraria/sebo Icária, propriedade de Alexandre Sá Brito, que, em seus primórdios, funcionou na Rua

Anchieta e hoje encontra-se estabelecida na Rua Tiradentes, com grande diversidade de obras; o Sebo/Antiquário Jacó, em grande parte atuando na venda de livros raros, além de objetos antigos como facas, moedas, cédulas, postais etc., localizado na Rua Anchieta, 1586, quase esquina Tiradentes, de propriedade de Jacob Grinberg Neto; a Monte Cristo: Livraria & Sebo, na Rua XV de Novembro, 913; e ainda o Sebo da Rua D. Pedro II, que atende nessa rua, esquina Andrade Neves. Ainda existiu a São José Livraria, na Rua Gonçalves Chaves, 373/001, no Campus I da UCPel, atendendo principalmente ao público universitário; e a Cia dos Livros, na Rua Félix da Cunha, 607 (Casa da Banha). Com forte atuação, a Livraria Vanguarda representa hoje, na cidade, a mais qualificada livraria enquanto espaço, atendimento e venda de livros novos. Possui lojas na Gonçalves Chaves, 374 (frente à Universidade Católica de Pelotas), além de uma ampla loja no Shopping Pelotas, e atua ainda em Rio Grande. Na virada do milênio, pelo próprio crescimento da cidade, uma variedade enorme de estabelecimentos livreiros, com tipologias e finalidades as mais diversas, passa a funcionar em Pelotas. Muitas delas, embora com a nomenclatura de livrarias, estariam mais bem classificadas como papelarias ou bazares que de tudo vendem, inclusive livros. Situação similar aos primórdios das primeiras livrarias de Pelotas, que vendiam todo tipo de mercadoria, entre elas, livros. De acordo com o Guia *TeleLista* (2003), tínhamos em funcionamento as seguintes livrarias: A Caminho da

Luz Livros Espíritas e Espiritualistas (XV de Novembro, 666); Agnus Dei Livraria Católica (Andrade Neves, 2521); Casa do Papel (Osório, 774); Editora Hemisfério Sul (XV de Novembro, 804); Editora Pelotense (XV de Novembro, 804); Livraria Acadêmica (Marcílio Dias, 1608/101); Livraria Alan Kardec (Andrade Neves, 2064/sl); Livraria Alternativa (Osório, 558A); Livraria Católica (Neto, 888); Livraria Cristo para Todos (Andrade Neves, 1934/lj 21); Livraria Evangélica (Floriano, 106); Livraria Evangélica El Shadai (Deodoro, 612); Livraria Globo S/A (Floriano, 7); Livraria Guanabara (Gonçalves Chaves, 410); Livraria Monquelat (Telles, 558/lj 101); Livraria Mundial (XV de Novembro, 564); Livraria OAB (Félix da Cunha, 776/s 102); Livraria e Papelaria Bazar Santuário (Sete de Setembro, 145); Livraria e Papelaria D. Pedro I (Tiradentes, 2597); Livraria e Papelaria Félix (Félix da Cunha, 333); Livraria Papelaria Papel Maché (D. Pedro II, 706); Livraria Princesa do Sul (Félix da Cunha, 554); Livraria Santa Rita (Gaetano Gotuzzo, 40); Livraria São José (Gonçalves Chaves, 373/s 1). Embora não seja uma livraria, mas parte do processo de distribuição de livros, não devemos esquecer a Bandeira Distribuidora de Publicações, que enormes serviços prestou à comunidade pelotense. Um papel preponderante pela cultura da leitura na cidade teve a Locadora de Livros – Cultive Ler (Uruguai, 1078), iniciativa e responsabilidade do escritor Manuel Magalhães.

*Eduardo Arriada
Elomar Tambara*

Referências:

ALMANAK PELOTENSE de Joaquim Ferreira Nunes para o ano de 1862. Pelotas: Typ. do Comércio, 1861.

ALMANAK Rio-Grandense (1912-1913). Porto Alegre: Empresa Hénault, 1913. ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar. Uma história editorial: tipografias, editoras e livrarias de Pelotas. In: *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. v. 2. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 2014.

BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. v. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

BRITO, Jorge. *Guia dos sebos do Brasil*. 3. ed. Brasília: Armazém do Livro Usado, 2000. GUIA da cidade – Pelotas. 3. ed. Porto Alegre: Sociedade Rio-Grandense de Veiculação e Editoração, 1991.

GUIA Bemporat para o ano de 1908. Porto Alegre: Achylles Bemporat (dir.), 1907.

LOPES NETO, João Simões. Assuntos do município: o que a cidade lê. *A Opinião Pública*, Pelotas, 14 nov. 1913. PELOTAS 89. *Guia da cidade*. Pelotas: Fundapel; Cedibras, 1989.

BRASIL TELECOM. *Telelista 2003*: Pelotas e Região. 2003.

Mm



Assembleia do DCE/UFPel realizada no Estádio Bento Freitas. Fonte: Acervo particular do Prof. Maurício Polidori.

Mestres Griô. O termo *Griô* é uma adaptação brasileira de “*griot*”, palavra francesa que designa os guardiões da tradição oral na África Ocidental. Esses indivíduos atuam como poetas, músicos e contadores de histórias, preservando e transmitindo conhecimentos, mitos e narrativas de suas comunidades. No Brasil, *Griô* refere-se a mestres

e mestras reconhecidos por suas comunidades como detentores e transmissores de saberes ancestrais, especialmente aqueles ligados à cultura afro-brasileira. Esses indivíduos utilizam a oralidade, a corporalidade e suas vivências para perpetuar conhecimentos de geração em geração, assegurando a ancestralidade e a identidade de seu povo. Ressalta-se

que o Griô brasileiro ressurgiu no contexto das vivências da diáspora a partir de uma posição periférica em relação ao centro colonizador e opressor, reinventando-se continuamente. Esse processo de transformação acompanha seu crescimento e expansão, adaptando-se às novas realidades diaspóricas e ao contato com diferentes biomas naturais e manifestações culturais. Em Pelotas, destacam-se as figuras de Sirley da Silva Amaro (1936-2020), conhecida como Mestra Griô Sirley Amaro – compositora, carnavalesca, contadora de histórias e costureira de alta costura –, e Neves de Meireles Baptista (1936-2012), conhecido como Mestre Baptista. Ambos foram figuras centrais no Carnaval Pelotense. Mestre Baptista atuou como ritmista, ensaiador e mestre de baterias em diversas escolas de samba e blocos, como Estação Primeira do Areal, Academia do Samba, Imperatriz da Zona Norte e General Telles. Mestra Sirley foi costureira, baiana e brincante do carnaval em diversas escolas e blocos, como a Escola de Samba Estação Primeira do Areal, a Escola de Samba General Osório, a Escola de Samba Mirim do Mickey, o bloco da Girafa da Cerquinha, Bafo da Onça, Bloco do Mapa, Bruxa da Várzea, dentre outros. Em 2007, Baptista e Sirley foram reconhecidos pelo Ministério da Cultura como Mestres Griô, título concedido àqueles cuja experiência de vida pode ser compartilhada com as novas gerações. Outro pelotense, Dilermando Martins Freitas (1959), foi agraciado com o título de Griô pelo Ministério da Cultura. Conhecido como Mestre Griô Dilermando, percussionista desde os 13 anos de idade, atuou

em diversas escolas e foi um grande parceiro nas ações junto ao Mestre Baptista e à Mestra Sirley. Graduado em Licenciatura em Educação Física e mestre em Educação, é um dos fundadores do Odara – Centro de Ação Social, Cultural e Educacional, que visa ressignificar e valorizar a cultura negra em Pelotas por meio da arte, da cultura, da educação e da ação social, destacando-se na promoção do Tambor de Sopapo. Em Pelotas, os Mestres Sirley, Baptista e Dilermando sempre atuaram em escolas, universidades e eventos dos mais diversos, buscando, por meio da oralidade, ampliar os conhecimentos sobre as vivências do povo negro da cidade de Pelotas. Todos os três tomam o Carnaval Pelotense como uma grande referência na forma de compreender o mundo. Mestre Baptista foi fundamental na preservação e revitalização do Tambor de Sopapo, instrumento afro-gaúcho de grande importância cultural; Mestra Sirley, uma eterna brincante, foi defensora do carnaval de rua; e Mestre Dilermando segue, até os dias atuais, propagando o legado dos ancestrais por meio da cultura e da defesa do Tambor de Sopapo. A atuação dos Mestres Griôs é fundamental para a valorização e perpetuação das tradições culturais, assegurando que as histórias e os conhecimentos ancestrais sejam mantidos vivos e acessíveis às futuras gerações. Em reconhecimento à sua trajetória, Sirley Amaro foi agraciada, em 2013, com o Prêmio Culturas Populares – 100 anos de Mazzaropi. Em abril de 2017, a Biblioteca Comunitária do Quilombo do Sopapo, em Porto Alegre, foi rebatizada com o nome Biblioteca Co-

munitária Mestra Griô Sirley Amaro, em reconhecimento ao seu trabalho formativo no espaço. Para reverenciar o legado e a trajetória de lutas da Mestra, a marcha no Dia da Consciência Negra, em Pelotas, desde 2019, recebe o título de “Marcha Mestra Griô Sirley Amaro: Pela nossa história e ancestralidade”. Em 2021, foi homenageada ao dar nome ao Prêmio Trajetórias Culturais – Mestra Sirley Amaro, executado pela Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC) e pelo Instituto Trocando Ideia. Também, de forma póstuma, em dezembro de 2022, recebeu o título de Doutora Honoris Causa da Universidade Federal de Pelotas, sendo a primeira mulher negra a receber a honraria na história da UFPel. Ainda, em sua homenagem, o pátio quatro do Mercado Central de Pelotas e uma avenida no bairro Getúlio Vargas foram nomeados, respectivamente, Pátio Griô Sirley Amaro e Avenida Sirley Amaro.

Felipe da Silva Martins

Referências:

- BUSSOLETTI, Denise; VARGAS, Vagner; PINHEIRO, Cristiano. A resistência da oralidade pela cultura: experiências e práticas de uma griô. *Revista Práxis*, v. 1, p. 79-86, 1 jan. 2015.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. *Decreto Legislativo n.º 764/2021*. 9 dez. 2021.
- COGOY, Carlos. Sopapo: tambor é patrimônio da cultura pelotense. *Diário da Manhã*, 12 maio 2021. Disponível em: <https://diariodamanhapelotas.com.br/site/sopapo-tambor-e-patrimonio-da-cultura-pelotense/>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- DE ALMEIDA, Angélica. As Griôs no Brasil: saberes e fazeres de mulheres negras através da categoria tia. *Revista Calundu*, v. 4, n. 2, p. 17, 4 jan. 2021.
- DIAS, P. N. *Mestre Batista remonta história e cultura negra do RS através do tambor de sopapo*. Disponível em: <https://www.brasil-defato.com.br/2021/06/19/mestre-batista-remonta-historia-e-cultura-negra-do-rs-atraves-do-tambor-de-sopapo/>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- ENCONTRO DE SABERES UFRGS. *Encontro de Saberes – Mestra Sirley Amaro*. Disponível em: https://www.ufrgs.br/encontrodesaberes/?page_id=698. Acesso em: 15 mar. 2025.
- FEAL, Laura. Los juglares africanos se llaman ‘griots’ y aún ejercen un oficio milenario. *El País*, 9 jan. 2020.
- GRÃO DE LUZ E GRIÔ. *O que é um griô – termo griô: conceito, história, tradição e reinvenção*. Disponível em: <https://graosdeluzegrio.org.br/acao-grio-nacional/o-que-e-grio/>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- LEI NACIONAL GRIÔ. *O que é Griô?* Disponível em: <https://www.leigrionacional.org.br/o-que-e-grio>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- MAIE, M. As encruzilhadas do termo “griô”. *Terreiro de Griôs* – revista eletrônica: música, arte, oralidade, cosmopercepções, cultura popular e afrikanidades, 29 nov. 2020. Disponível em: <https://terreirodegriôs.wordpress.com/2020/11/29/grioti-o-grio-brasileiro/>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- MARTINS, Felipe da Silva. É pela arte toda, pela história de vida: as representações da música nas Vivências Griô, da Mestra Sirley Amaro. *Master’s Thesis* – [S. l.]: Universidade Federal de Pelotas, 6 fev. 2018.
- MARTINS, Felipe da Silva. *A pedagogia do fuxico: saberes e vivências de um Griô Aprendiz ao ritmo de Sirley Amaro*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 8 nov. 2022.
- MARTINS, Felipe da Silva; AMARO, Sirley. Sendo uma preservadora da minha etnia e do que eu vivi: uma escrita entre Dionísio e a Górgona, entre um pesquisador e a mestra griô. In: *África-Brasil: narrativas, saberes e práticas*. Porto Alegre: SimpLíssimo, 2017.

PESSOA, M. do N. Percepções culturais sobre os “griots” na contemporaneidade. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-BA, 8., 2016. *Anais [...]*. [S. l.: s. n.], 2016.

PINHEIRO, Cristiano Guedes. Narrativas de educação e resistência: a prática popular griô. *Master's Thesis* – [S. l.]: Universidade Federal de Pelotas, 27 mar. 2013.

PINHEIRO, Jefferson. Mestre Batista para sempre. *Coletivo Catarse/Ponto de Cultura e Saúde Ventre Livre*, 3 dez. 2012. Disponível em: <https://coletivocatarse.com.br/2012/12/03/mestre-batista-para-sempre/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PREFEITURA DE PELOTAS. *Pátio quatro do Mercado Central recebe o nome de Griô Sirley Amaro*. Disponível em: <https://www.pelotaturismo.com.br/estudante/360?>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PROJETO TAMBOR DE SOPAPO. *Os Griôs. Projeto Tambor de Sopapo*, [s.d.]. Disponível em: <https://tambordesopapo.blogspot.com/p/os-griôs.html>. Acesso em: 15 mar. 2025. SOUTO SALOM, Júlio. O griô dentro e fora da escola: para uma educação decolonial. *Linguagens, Educação e Sociedade*, v. 28, n. 57, p. 1-27, 6 maio 2024.

Moinho Pelotense. O Moinho Pelotense foi fundado, em 1886, por Delphino Gonçalves Borges, na margem direita do Arroio Santa Bárbara, no atual cruzamento das ruas Marechal Deodoro e Gomes Carneiro, em Pelotas, Rio Grande do Sul. A construção foi planejada alinhada ao futuro prolongamento da Rua Independência, no bairro da Graça. Inicialmente, para facilitar o transporte de mercadorias, foi construída uma ponte de madeira sobre o arroio. Pouco mais de um ano após sua fundação, em dezembro de 1887, o moinho foi adquirido por

Paulino Teixeira da Costa Leite, que modernizou suas instalações e ampliou sua atuação com a montagem de uma fábrica de massas. Além do moinho e da ponte, a infraestrutura da empresa incluía uma serraria, três depósitos para trigo, quatro para farinha e uma fábrica de massas instalada no pavimento térreo do moinho. Essa unidade produzia sessenta tipos diferentes de massas e possuía seis prensas e três cilindros amassadores movidos a vapor, processando cerca de quarenta sacos de farinha por dia. Com a morte de Paulino Leite, em 1902, a empresa passou para seus herdeiros, que optaram por vendê-la. Em 1903, Albino Cunha adquiriu o moinho, tornando-o uma sucursal do Moinho Rio Grandense. Durante anos, a unidade permaneceu com as portas fechadas, funcionando apenas como depósito. Contudo, em 1911, voltou a operar de forma intermitente, produzindo farinha a partir de trigo argentino e nacional. Nesse período, a empresa alcançou uma produção de 5,4 milhões de quilos de farinha e empregava cerca de trinta trabalhadores, entre operários, maquinistas e funcionários administrativos. Entre 1902 e 1922, o Moinho Pelotense e o Moinho Rio Grandense formaram a maior empresa de moagem de trigo do Rio Grande do Sul. Sua localização original ficava em uma área ainda pouco urbanizada, e o edifício possuía quatro pavilhões retangulares: um com um pavimento, outro com dois, e dois de três pavimentos interligados. A fachada principal, voltada para leste, ficava alinhada ao Arroio Santa Bárbara, com um recuo frontal de aproximadamente vinte metros. A

arquitetura do moinho estava diretamente relacionada à sua função produtiva. Suas esquadrias variavam em tamanho e funcionamento para facilitar o acesso de carroças e trilhos para o transporte de farinha e massas. Portas suspensas permitiam elevar o trigo até os pavimentos superiores e descer o farelo. No início do século XX, a região portuária de Pelotas concentrou grande parte das indústrias devido ao acesso ao transporte fluvial e ferroviário. Com o avanço do transporte rodoviário, surgiu uma nova zona industrial na cidade, levando à decadência e ao abandono das fábricas na área do porto. Atualmente, diversos prédios industriais desse período estão inventariados como patrimônio histórico. Entre eles, o Moinho Pelotense, situado na Rua Almirante Tamandaré, n.º 2, que ainda mantém atividades produtivas. Outras edificações da época foram restauradas para novos usos, como a Fiação e Tecidos Pelotense, que abriga uma cervejaria, e a antiga Cervejaria Sul Rio-Grandense, que se tornou uma livraria e galeria da Universidade Federal de Pelotas. A preservação desses edifícios resgata parte da história industrial da cidade, refletindo seu passado de intensa atividade econômica e de inovação.

Andreina Hardtke Corpes

Referências:

- CUNHA, Alberto Coelho da. *Notícia Descritiva das Fábricas de Pelotas*. Pelotas, 1911. Documento manuscrito.
- FISS, Rafael Einhardt; SOUKEF, Antônio; SILVEIRA, Aline Montagna da. Reconhecendo o patrimônio industrial em Pelotas. In: ENCONTRO PÓS-GRADUAÇÃO, 2023, Pelotas. *Anais* [...]. Pelotas: UFPel,

2023. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/11791?show=full>. Acesso em: 14 fev. 2025.

OSÓRIO, Fernando. *História de Pelotas*. 3. ed. Pelotas: Editora Universitária, 1998.

SALABERRY, Jeferson Dutra. *A agroindústria no Bairro do Porto da Cidade de Pelotas-RS*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/5199/1/Jeferson%20Dutra%20Salaberry_Dissertacao.pdf. Acesso em: 14 fev. 2025.

Movimento Estudantil. Embora o conceito de “movimento estudantil” possa ter um significado um pouco restrito, na medida em que se relaciona com a definição de movimento social, podemos trabalhar com a perspectiva de participação política dos estudantes, que é uma esfera mais abrangente para a discussão. No Brasil, as décadas de 1960 e 1970 e a metade da década de 1980 concentraram uma participação da juventude bastante significativa nas diferentes conjunturas do período. Mobilizações pela Legalidade em 1961; luta pela Reforma Universitária; Centro Popular de Cultura da UNE; tentativa de impedir a consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964; e, posteriormente, a atuação na luta pela redemocratização da sociedade brasileira foram momentos marcantes do movimento estudantil nesse período. Com isso, não estamos menosprezando a importância da juventude brasileira em diversos outros momentos significativos de nossa história, como na Proclamação da República, no Movimento Tenentista, em campanhas de caráter nacional.

lista como “O Petróleo é Nosso” e outras, mas apenas focando no período analisado. Em Pelotas, o movimento estudantil no período anterior à década de 1960 estava muito concentrado nos secundaristas, por meio da União Pelotense de Estudantes Secundários (UPES), sendo o Colégio Pelotense a instituição com maior tradição de mobilização política, pois, anualmente, os estudantes organizavam a “Passeata dos Gatos Pelados”, na qual frequentemente ocorriam protestos de cunho político e social. Quanto aos universitários, estes se restringiam a alguns poucos cursos da UFRGS que atuavam em Pelotas (Direito, Odontologia, Instituto de Sociologia e Política) e da Universidade Rural do Sul (Agronomia, Veterinária e Ciências Domésticas). Ainda na década de 1940, foi criada a Federação Acadêmica de Pelotas (FAP), que inicialmente articulava os Centros Acadêmicos das unidades existentes da UFRGS e, mais tarde, os Diretórios Acadêmicos da UCPEL (criada em 1960) e da UFPel (1969). A FAP só seria extinta a partir da criação do DCE da UFPel, em 1973. Como o número de vagas nas universidades brasileiras era muito reduzido nesse período, o maior potencial de mobilização da juventude estava concentrado nos secundaristas, sendo a ampliação de vagas nas universidades uma das pautas importantes da época. Neste contexto, a UPES desempenhou um papel relevante na articulação dos estudantes por ocasião da Campanha da Legalidade, que buscava garantir a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Em Pelotas, houve mobilização de sindicalistas e es-

tudantes, que concentraram sua atuação na Casa do Trabalhador (ainda hoje localizada na Santa Cruz, 2464A). Não só organizaram uma greve que paralisou as principais unidades estudantis da cidade por mais de quinze dias, como também arregimentaram estudantes dispostos a defender a legalidade. O período intermediário entre a Campanha da Legalidade e o Golpe Civil-Militar de 1964 caracterizou-se por intensa mobilização em torno das chamadas Reformas de Base da sociedade brasileira, notadamente entre a juventude, nas questões relacionadas à Reforma Universitária. A questão da cultura também constituiu um elemento importante de mobilização, principalmente a partir da criação do Centro Popular de Cultura da UNE (CPC) e da Une Volante, quando a direção da UNE percorreu o Brasil divulgando, também, peças de teatro e festivais estudantis. Durante o período mais repressivo do pós-golpe, não houve nenhum tipo de manifestação possível, sendo que uma parcela das lideranças se deslocou para outras regiões por questões de segurança, e quem permaneceu na região, em parte, vinculou-se a organizações de esquerda que atuavam clandestinamente (fundamentalmente AP, PCdoB e PCB). No entanto, diferentemente do centro do país, não houve ações de resistência militar, em parte devido à característica da região (fronteira), onde havia algum tipo de atuação para proporcionar saídas de brasileiros perseguidos para o Uruguai. Por ocasião das eleições de 1974, Nestor Jost, candidato ao Senado pela ARENA, veio a Pelotas para dar uma palestra aos estudantes no Auditó-

rio da Agronomia (UFPel). Para impedir que os estudantes saíssem das aulas e voltassem para suas residências, deixando de participar da atividade, a reitoria suspendeu os ônibus que sairiam do campus para o centro de Pelotas. O campus da UFPel fica a aproximadamente 20 km do centro da cidade, localizado no município de Capão do Leão, núcleo urbano emancipado posteriormente à criação da Universidade. Os estudantes se organizaram e realizaram uma caminhada até o centro. Essa marcha possibilitou que muitos estudantes descontentes com o regime se conhecessem melhor. Para alguns, esse foi o marco do início da reconstrução do movimento estudantil em Pelotas. Outro marco importante da reorganização estudantil foi o Dia Nacional de Lutas, proposto nacionalmente para 19 de maio de 1977, em repúdio ao chamado “Pacote de Abril”. Em Pelotas, os estudantes se reuniram em frente ao prédio da Faculdade de Direito. A polícia, ciente da manifestação, cercou o local. Inicialmente, os estudantes sentaram-se em círculo, e um deles pegou uma vareta no chão e desenhou um “L”. Em seguida, outros estudantes também fizeram o mesmo, escrevendo *LIBER*. A intenção era formar a palavra “liberdade” em um sistema semelhante a um jogral. Quando se chegou a esse momento, João Carlos Gastal Júnior levantou-se e proferiu a frase: “liberdade não se pede, se conquista”. Isso foi suficiente para que fosse preso. Após esse ato, outros episódios se sucederam na cidade. O processo de escolha das diretorias dos DCEs era organizado a partir de uma eleição entre os presidentes de Diretórios Acadêmicos,

um processo indireto imposto pelas regras do regime. Em 1978, o Conselho de Representantes (DAs) da UFPel aprovou a proposta de eleição direta para o DCE (informal), para que o resultado posteriormente fosse referendado por essa instância, pois ainda estava em vigência o Decreto-Lei n.º 477, que impedia eleições estudantis diretas. Em 26 de agosto de 1978, foi realizado o processo eleitoral, concorrendo três nominatas, sendo vencedora a chapa “Construção”, de esquerda. Embora o Conselho de DAs tivesse referendado o processo de prévias por maioria, a reitoria baixou uma portaria suspendendo a ratificação pelo Conselho de DAs. A posição da reitoria gerou uma concentração no centro da cidade e uma carta aberta ao Ministro da Educação e à população. A direção da universidade também decretou uma intervenção no DCE, determinando que os DAs encaminhassem uma lista sêxtupla, da qual o reitor escolheria um interventor, o que não foi aceito pelos estudantes. Mesmo assim, a reitoria definiu pela intervenção, o que levou os estudantes a construírem o DCE Livre da UFPel, gerando, na prática, duas entidades: a oficial e o DCE Livre. Somente em 23 de abril de 1979 é que o Conselho de Representantes aprovou um novo regimento eleitoral, estabelecendo eleições diretas para o DCE. É importante destacarmos uma especificidade do movimento estudantil de Pelotas, que foi a forte presença cultural na cidade, pois esse tipo de manifestação era bastante intensa. Também constituiu um importante espaço de socialização e politização de parcela da juventude que não

possuía canais de expressão. Nesse contexto, foi organizado, em 1979, o GERARTE, evento que durou dezoito dias, constituindo-se como um importante marco cultural para o movimento estudantil local. No dia 22 de outubro de 1980, foi eleita, pela primeira vez, uma chapa de esquerda para o DCE da UFPel e outra para a UCPEL. No mesmo dia, houve eleição para os Diretórios Acadêmicos de Agronomia, Veterinária, Medicina, Arquitetura e outros cursos da UFPel, todos elegendo chapas comprometidas com as lutas estudantis. Até então, setores conservadores, ancorados em regras que os beneficiavam (eleições indiretas e reitoria com poder de veto às candidaturas), detinham o controle ideológico das entidades estudantis e sustentavam abertamente o regime civil-militar. No início de 1981, estudantes da UFPel e da UCPEL iniciaram uma greve de 16 dias. A mobilização pautava subsídios para o transporte, combatia o ensino pago e reivindicava eleição para cargos dirigentes na UCPEL. Também, naquele ano, houve a ocupação da Casa dos Estudantes da UFPel por mulheres (31 de março de 1981), uma vez que, até aquele momento, o espaço era exclusivamente masculino. A partir desse ato, foram criadas as condições para que posteriormente fosse reservado um andar específico para moradia feminina e mais adiante a Casa do Estudante passou a ter um caráter misto. Durante a greve de 1981, realizou-se uma assembleia de estudantes da UFPel no estádio Bento Freitas, com a participação de mais de dois mil alunos. Um pelotão de choque da Brigada Militar deslocou-se

de Porto Alegre, impedindo a passeata programada. Uma mobilização importante ocorreu em 1983, concomitante com a greve da UFPel, a maior greve estudantil do período (62 dias), que contestava a proposta de divisão entre estudantes carentes e não carentes para efeito de acesso ao Restaurante Universitário. Durante três dias, os estudantes impediram que cinemas locais realizassem sessões, como forma de resposta a um decreto do CONCINE que extinguiu o meio ingresso em municípios com mais de 200 mil habitantes. Pelotas foi a única cidade do país em que os donos dos cinemas, após a mobilização, recuaram e não aplicaram a portaria. Também em 1983, foi organizado um boicote ao pagamento das anuidades na UCPEL, com o recolhimento de aproximadamente dois mil carnês. Durante a década de 1980, ocorreram inúmeros processos políticos estudantis nas universidades e nas escolas secundaristas, sendo que, em geral, as pautas específicas estavam vinculadas à busca pela democratização das gestões, maior assistência estudantil e oposição a aumentos na UCPEL. Pautas gerais, como a Campanha das Diretas Já (1984), também contaram com uma participação massiva e fundamental da juventude da cidade, sendo as entidades estudantis as primeiras a organizar atividades nesse sentido. A ocupação do Restaurante Universitário da UFPel, onde os estudantes passaram a gerenciar o processo (produção de alimentos, limpeza etc.), greves de fome de estudantes e massivas “Calouradas” (atividades de recepção aos estudantes novos em seu ingresso nas universidades) foram processos sig-

nificativos na mobilização. O clima da redemocratização – marcado pelo surgimento do PT, da CUT e do MST, pela legalização dos PCs e pela retomada das entidades sindicais, muitas delas formadas a partir de quadros que emergiram do Movimento Estudantil – constituía o “pano de fundo” desse período.

Renato da Silva Della Vechia

Referências:

GOMES, Luisiane da Silveira. *A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)*. 2022. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

PEREIRA, Allan Gomes Silva. “*Sem arma, mas com intenção*”: a atuação do movimento estudantil em Pelotas no pré-golpe civil-militar ao AI-5 (1961-1968). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. *O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978-1985): memórias de atuações contra a ditadura*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

VECHIA, Renato da Silva Della. *Organização e luta dos estudantes universitários gaúchos no período da redemocratização no Brasil (1977-1985)*. Marília/SP: Lutas Anticapital; CLACSO, 2023.

Movimento LGBTQIAPN+. O ativismo político organizado LGBTQIAPN+ de Pelotas tem como marco inicial a fundação do TAMBÉM – Grupo Pela Livre Expressão Sexual (2002), contudo os primeiros indícios da presença de sujeitos dissidentes da cishete-

ronormatividade na história de Pelotas são popularmente atribuídos à sua “fama gay” (uma “fama” que não é exclusiva de Pelotas; sobre Campinas, interior de São Paulo, recai o mesmo fenômeno). Segundo a narrativa mais corrente, ao longo do século XIX, era comum que os filhos da elite charqueadora fossem enviados à Europa para estudar, sobretudo à França. Quando regressavam, eram considerados muito “afeminados” pelos demais sul-rio-grandenses e viajantes, devido aos comportamentos afrancesados adquiridos durante a estadia no exterior. Em função dessa masculinidade excêntrica da elite econômica e intelectual pelotense, o município passou a ser chamado de “cidade de bichas”, uma fama que atravessou todo o século XX. Pontuada com frequência no imaginário popular brasileiro, ainda hoje essa “fama” é lembrada. Dentre os casos mais emblemáticos, o mais recente, datado de 2021, refere-se ao momento em que o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, natural de Pelotas, assumiu publicamente sua homossexualidade, reacendendo a discussão sobre a “fama” pelotense. No que diz respeito ao século XX, ainda que não haja registros de atividades político organizadas, fontes jornalísticas demonstram que, desde a década de 1980, no contexto de redemocratização e reemergência de parcela do movimento estudantil com tendências libertárias, os LGBTs pelotenses mobilizaram-se para ampliar seus espaços de atuação e sociabilidade. Na coluna turística “Escolha seu roteiro: Pelotas”, do jornal *Lampião da Esquina* (ano 3, n.º 28, set. 1980), são su-

geridas diversas atividades ao público LGBTQIAPN+ na “Bichacap” (termo utilizado pelo jornal para se referir a Pelotas, uma abreviação de “capital das bichas”). Por exemplo, a “pegação” no banheiro da Praça Coronel Pedro Osório, os bares da Avenida Bento Gonçalves, que serviam à noite como “pronto-socorro sexuais”, e o Carnaval, “uma festa guei que atraía bichas de toda a parte”. O texto também afirma que, nessa época, Pelotas não tinha uma cena gay assumida, mas contava com bares, boates e festas que recepcionavam essa população, como os bares Liverpool, Hippopotamus e Acesso, além do baile carnavalesco LGBTQIAPN+ *Nós em Festa* (inspirado no Gala Gay/RJ). Por meio de relatos orais, foi possível encontrar outros locais populares entre pessoas dissidentes, na boemia estudantil que incluíam a Boate do Direito (realizada no porão da Faculdade de Direito da UFPel), o Bar Misturanga e o Bar da Beth. Esse quadro parece ter começado a mudar a partir da segunda metade da década. Segundo a crônica da atriz Ana Alice Andrade (2012), que relata sua memória sobre a cena artística pelotense nos anos 1980, ela afirma ter inaugurado, em 1986, o Choque Cultural, um bar alternativo voltado aos grupos de teatro da cidade. O apreço pelo respeito a todas as diferenças e preferências fez com que o bar fosse bastante frequentado pela população homossexual; infelizmente, permaneceu aberto apenas por um ano. Além do Choque Cultural, o *Jornal do TAMBÉM* (ano 1, n. 2, set. 2010) registra, em entrevista, a inauguração do Controvérsia Club, em 1987, por Paulo Vargas – uma

boate, à época, “GLS” (gay, lésbicas e simpatizantes). Ou seja, começavam a surgir locais que não apenas se assumiam como espaços dissidentes, mas também buscavam incluir uma ampla parcela da sociedade. Na década de 1990, fontes indicam que a sociabilidade LGBTQIAPN+ pelotense se difundiu ainda mais. Segundo o *Jornal do Nuances* (ano 2, n. 11, mar. 2000), os locais mais proeminentes no período foram o Bar da Helô e o Porto 622, muito frequentados por lésbicas; a boate Kalabouço, localizada na Av. Duque de Caxias, recebia um público diversificado de gays, lésbicas, travestis e transexuais da periferia; e, no centro, na Rua Voluntários da Pátria, destacavam-se os bares Odeon e Fruto Proibido. No carnaval, a figura de Pompílio Freitas (1952-2003) ganhou destaque. Carnavalesco, estilista, gay e natural de Jaguarão (RS), ele fez história com suas roupas e ao conquistar seis títulos do carnaval pelotense nos anos 1990 à frente das escolas de samba Unidos do Fragata e Estação Primeira do Areal. No início dos anos 2000, Pelotas começava a esboçar uma cena LGBTQIAPN+ mais robusta. Para além da questão comercial, políticas públicas de saúde para a população também estavam vigentes. Desde 1988, por meio do Programa Municipal de DST/AIDS, a Prefeitura Municipal promovia e qualificava ações preventivas e assistenciais no controle das DSTs, prioritariamente direcionadas às populações em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, atuou junto à ONG Aids Vale a Vida, fundada em 1999, que desenvolvia projetos voltados à população trans

e travesti por meio da educadora social, trans e negra, Juliana Martinelli. Nessa conjuntura, surge, em fevereiro de 2002, o grupo TAMBÉM, formado por colegas que compartilhavam a necessidade de ampliar a discussão sobre a questão LGBTQIAPN+. Seu nascimento ocorreu num ano político singular, pois o Partido dos Trabalhadores, mais progressista, ocupava o executivo municipal e venceu as eleições estadual e federal, o que favoreceu o ativismo. Nesse mesmo ano, em 14 de julho, articulados com a ONG Vale a Vida e a Prefeitura, o TAMBÉM realizou na Avenida Bento Gonçalves a “Avenida da Diversidade”, a primeira Parada do orgulho LGBTQIAPN+ de Pelotas, um feito duplamente histórico. Primeiramente, pelo pioneirismo, apenas cinco anos após a primeira Parada no Brasil, e, em segundo lugar, pelo local, uma cidade interiorana e tradicionalmente conservadora. A Avenida também foi realizada nos anos seguintes, e o sucesso se refletiu no número de participantes. Registros do *Nuances* (ano 5, n. 29, ago. 2004; ano 6, n. 34, ago. 2005) relatam que a 3ª edição, em 2004, reuniu cerca de 15 mil pessoas, e a 4ª e última edição, em 2005, aproximadamente 40 mil, contando com shows musicais, rave aberta, trio elétrico e marcha. Em 2002, um mês após a fundação do TAMBÉM, a Prefeitura alterou o regulamento de custeios e benefícios do Sistema de Previdência Social dos Servidores de Cargo Efetivo do Município (Lei 4.798), reconhecendo a “união estável” entre “sujeitos do mesmo sexo como entidade familiar”. No entanto, desavenças também marcaram a relação entre a organização da Avenida e a Pre-

feitura, pois, à medida que a Avenida se fortalecia e adquiria visibilidade, tornou-se, simultaneamente, objeto de disputa entre organizações, entes privados e o poder público. Em 2006, a nova gestão do prefeito Adolfo Fetter Júnior optou por assumir a organização do evento juntamente com a ONG Vale a Vida, retirando o apoio à “Avenida” e renomeando como Parada GLBTS de Pelotas. Ao deixar a organização do evento, o Grupo TAMBÉM, por meio de um manifesto, denunciou o oportunismo político-partidário, comercial e turístico que havia se apropriado da celebração às custas da luta pelo respeito e pela diversidade. Apesar da saída da “Parada”, o grupo permaneceu atuante ao longo das diversas conquistas que se sucederam nos anos seguintes. Em 2010, inauguraram o primeiro periódico LGBTQIAPN+ pelotense, o já citado *Jornal do TAMBÉM*. No ano seguinte, participaram da organização da 1ª Conferência LGBT de Pelotas, junto à ONG Vale a Vida, ao OSC GESTO (Grupo pela Educação, Saúde e Cidadania) e ao DCE da UFPel. No âmbito estadual, em 2014, Marcos Fernandes, um dos fundadores do TAMBÉM, tomou posse como representante da sociedade civil no Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBT (Decreto 51.504). Em janeiro de 2012, foi aprovado, no Plano Municipal de Educação (2011-2020), o investimento em programas de respeito à diversidade sexual e de gênero (Lei 5.871), embora tenha sido pouco implementado. Em 2018, a Prefeitura de Pelotas instituiu em sua estrutura o Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT (Decreto 6.129). No ano seguinte, em

janeiro de 2019, Dia da Visibilidade Trans, mediante iniciativa do TAMBÉM, ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Rede Trans do Brasil, OSC GESTO, Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual da UFPel e Diversu's – Grupo Interdisciplinar de Estudos de Gênero e Diversidade do Colégio Municipal Pelotense, foram realizadas ações de visibilidade e mobilização da população trans no município. Ainda em 2019, a Prefeitura realizou uma homenagem póstuma à ativista Juliana Martinelli (falecida em 2017), nomeando o encontro das ruas Doutor Cassiano e Barão de Santa Tecla como “Esquina Travesti Juliana Martinelli” (Decreto 6.127). No final desse mesmo ano, em novembro, a Prefeitura abrigou em seu hall a mostra “50 anos de Ação de Stonewall: Ao Nuances & Também”, exposição concebida e produzida pela sociedade civil organizada e acadêmica, com o objetivo de celebrar os 50 anos da revolta de Stonewall, além de apresentar o histórico dos grupos ativistas sul-rio-grandenses Nuances e TAMBÉM, que completavam, respectivamente, 28 e 17 anos de existência. Recentemente, em 28 de julho de 2021, a pedido de ativistas e movimentos sociais, a Prefeitura pintou a faixa de pedestres na esquina da Avenida Bento Gonçalves com a Rua Andrade Neves com as cores do arco-íris, como ato simbólico em comemoração ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+. “Também” vale lembrar que essas conquistas não foram dadas, mas resultaram da militância e da resistência histórica de grupos e pessoas LGBTQIAPN+ na cidade.

Mozart Matheus de Andrade Carvalho

Referências:

ANDRADE, Ana Alice Müller. *O teatro pelotense entre 1974 e 1986: crônicas de uma atriz*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Teatro) – Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

FERNANDES, Marcos; NEIS, Fabiano. *Patrimônios de Pelotas: espaços LGBTQIA+*. Pelotas: Prefeitura de Pelotas, [s.d.].

MONTEIRO, Gláucia Lafuente. *O folclore gay de Pelotas: sobre uma representação que se atualiza na história da cidade*. 1997. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1997.

NEIS, Fabiano Pretto; CERQUEIRA, Fábio Vergara. Parada gay de Pelotas nas páginas do Nuances: imprensa, visibilidade e política. *MÉTIS: história & cultura*, v. 13, n. 26, p. 101-119, 2014.

PELOTAS TURISMO. Patrimônios de Pelotas: espaços LGBTQIA+. *Blog Pelotas*, 2023. Disponível em: <https://www.pelotasturismo.com.br/historias/310>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SEFFNER, Fernando; TERRA, Carolina Peres. Epidemia de significações e ressignificações: desafios da prevenção à aids no âmbito municipal. *Revista Tempus Actas em Saúde Coletiva*, v. 2, p. 35-52, 2010.

Movimento Republicano. O movimento republicano no Brasil, ainda que impulsionado pelo Manifesto de 1870, publicado no Rio de Janeiro, não resultou, de imediato, na consolidação de um partido político de caráter nacional. Apesar da crescente difusão de jornais e clubes republicanos em diversas províncias, a formação de partidos ocorreu de maneira fragmentada, com

forte marca regional. No contexto da cidade de Pelotas, o movimento republicano ganhou expressão a partir de 1880, quando foi redigido um manifesto com o objetivo de lançar uma chapa de candidatos aos cargos de vereador e juiz de paz. Essa iniciativa representou um dos primeiros indícios organizados da articulação republicana no município. Os signatários do manifesto – homens já inseridos na cena política local – autodenominavam-se “os republicanos da cidade de Pelotas” e, ao exaltar os combatentes da Revolução Farrroupilha, evidenciavam o uso de referências regionais como instrumento de legitimação do ideário republicano. Em 1882, a fundação do Partido Republicano de Pelotas consolidou essa articulação local, marcando um ponto decisivo na trajetória política da cidade. Nesse mesmo ano, em 15 de fevereiro, foi lançada oficialmente uma chapa republicana para os cargos municipais, ocasião em que o médico Victor Brito foi eleito, tornando-se o primeiro vereador republicano da região. Em Pelotas, o movimento republicano caracterizou-se pela participação de indivíduos provenientes de diferentes camadas sociais, cada qual contribuindo de maneira singular para a difusão dos ideais republicanos e para o fortalecimento do partido. No contexto local, é possível identificar a atuação de, ao menos, três perfis distintos de republicanos, cuja classificação se fundamenta nas diferentes estratégias e níveis de engajamento político adotados entre os anos de 1880 e 1889. O primeiro grupo, que compunha a base eleitoral do movimento, era composto por indivíduos com acesso limitado às

informações e redes políticas externas a Pelotas, o que sugere uma atuação menos expressiva na difusão ativa do ideário republicano na cidade e regiões adjacentes. Essa avaliação decorre da ausência de registros que os associem a clubes, associações ou ao próprio Partido Republicano, bem como da inexistência de menções a seus nomes nos arquivos pessoais dos principais líderes republicanos da cidade. Ainda que não ocupassem posições de liderança, representavam a maioria do contingente republicano local. Após a Proclamação da República, alguns membros desse grupo passaram a se engajar de forma mais ativa, com alguns chegando a ocupar cargos políticos em âmbito municipal e estadual. Apesar de sua atuação restrita, não se deve subestimar a relevância desse grupo para a consolidação do republicanismo em Pelotas. Eles provavelmente desempenharam funções de apoio durante as campanhas eleitorais, além de difundirem os ideais republicanos entre seus círculos sociais — familiares, colegas de trabalho e vizinhos —, compondo, também, o público que frequentava os eventos e discursos de cunho republicano e abolicionista ao longo da década de 1880. O segundo grupo reunia indivíduos que exerceram papel mais destacado na propaganda republicana, sendo responsáveis por assumir as primeiras posições de liderança tanto no Club Republicano quanto no Partido Republicano de Pelotas. Ao longo da década de 1880, esses agentes políticos se candidataram a cargos como vereador e juiz de paz, atuando como representantes locais do ideário republicano. Embora sua

atuação tenha sido relevante, especialmente no processo de organização do partido, ela permaneceu circunscrita ao âmbito municipal, inclusive após a Proclamação da República. Dessa forma, sua posição pode ser considerada intermediária dentro da hierarquia partidária local, ocupando um espaço entre a militância de base e as lideranças de projeção estadual ou nacional. Luiz Carlos Massot, Guilherme Echenique, João Simões Lopes Neto, Alberto Coelho da Cunha, Bernardo Taveira Júnior, Pedro Luís da Rocha Osório e Júlio de Mendonça Moreira figuram entre os principais nomes que integraram esse grupo. Além de desempenharem papéis de liderança na propaganda republicana em Pelotas, esses indivíduos também lograram êxito na conquista de cargos políticos em âmbito local após a Proclamação da República. Por fim, o terceiro grupo era composto por jovens republicanos naturais de Pelotas que, durante a década de 1880, passaram um período fora da província do Rio Grande do Sul para a realização de estudos superiores, notadamente nas áreas de Direito, Medicina e Engenharia. Ao retornarem, já desfrutavam de certo prestígio político, sobretudo em razão do capital social e simbólico herdado de suas famílias, inseridas na elite econômica e política da região. Esses indivíduos rapidamente ascenderam na hierarquia republicana, ocupando, após 1889, cargos políticos de maior relevância nos âmbitos estadual e federal, incluindo mandatos como deputados, senadores e, em alguns casos, postos ministeriais. Seu percurso evidencia uma dimensão

do republicanismo pelotense fortemente marcada por trajetórias de formação intelectual e redes de poder já consolidadas. Entre os advogados, destacam-se Alexandre Cassiano do Nascimento, João Jacintho de Mendonça Júnior, Adolpho Luiz Osório, Henrique Martins Chaves, Álvaro José Gonçalves Chaves, Possidônio Mâncio da Cunha Júnior e José Vieira da Cunha, todos residentes na cidade de São Paulo durante esse intervalo. No campo da Medicina, integravam o grupo os doutores Bruno Gonçalves Chaves, Edmundo Berchon des Essarts e Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas. Já entre os engenheiros, figuravam José Gonçalves Chaves, Ildefonso Simões Lopes e José Barbosa Gonçalves, todos estabelecidos no Rio de Janeiro ao longo do mesmo período. Os propagandistas republicanos também desempenharam papel ativo no movimento abolicionista em Pelotas. Os mesmos nomes que figuravam nas lideranças do Partido e do Club Republicano destacaram-se igualmente à frente de associações e veículos de imprensa voltados à causa abolicionista. Epaminondas Piratinino de Almeida, Luiz Fellype de Almeida, Luiz Carlos Massot, Álvaro Chaves, Hipólito Gonçalves Detroyate, Bernardo Taveira Júnior, João José Cezar e Guilherme Echenique, entre outros, estiveram envolvidos, desde o início da década de 1880, na fundação e gestão de importantes instituições vinculadas à luta pela abolição, como o Clube Abolicionista, o Centro Abolicionista e, posteriormente, o Club São Sebastião, além da participação ativa na imprensa local, contribuindo com periódicos

como *A Voz do Escravo*, *A Discussão e A Pena*, que se consolidaram como os principais veículos de defesa da causa abolicionista em Pelotas durante a década de 1880. Embora houvesse consenso entre os republicanos pelotenses quanto à necessidade da abolição da escravidão, divergências significativas emergiram em relação aos meios para sua concretização. Entre os adeptos do republicanismo, destacavam-se aqueles oriundos de famílias tradicionais da elite charqueadora da cidade, que, apesar de apoiarem formalmente a causa abolicionista, buscaram prolongar ao máximo o uso da mão de obra escravizada por meio de contratos de prestação de serviços. Além disso, muitos desses indivíduos defendiam a concessão de indenizações aos senhores de escravos como forma de compensação pela perda de sua “propriedade”. Em contraste, havia um grupo que adotava uma postura mais intransigente, sustentando a necessidade de uma abolição imediata e sem concessões – isto é, sem contratos de transição ou indenizações. Tal posição era, em grande parte, sustentada por republicanos que não possuíam vínculos econômicos diretos com o sistema escravista, o que lhes permitia maior liberdade para advogar por uma ruptura definitiva com o cativeiro.

Jéssica Rodrigues Bandeira Peres

Referências:

PERES, Jéssica Rodrigues Bandeira. *Abaixo a monarquia: liderança política e propaganda republicana em Pelotas-RS (1880-1889)*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

OSORIO, Fernando; MAGALHÃES, Mario Osorio (Orgs.). *A Cidade de Pelotas*. 3. ed. Pelotas: Armazém Literário, v. 1, 1997. 262 p.

Mulheres artistas em Pelotas

(1). ARLINDA NUNES – Arlinda de Carvalho Magalhães Nunes (1928), artista plástica/pintora e desenhista pelotense, formou-se em pintura/desenho em 1954, na segunda turma da Escola de Belas Artes de Pelotas – EBA, e foi aluna de Aldo Locatelli. Passou anos afastada da pintura, retornando à atividade após aprimorar-se com Inah Costa, Vera Chaves Barcellos, Nesmaro (Nestor Marques de Rodrigues) e Paulo Porcella; realizou também cursos na Espanha. Arlinda foi diretora da Galeria de Arte Moduloja, primeira galeria de arte comercial de Pelotas; membro da Academia Internazionale D’Arte Moderna de Roma, Itália, da qual recebeu o Troféu Medusa Áurea em 1983; da Casa dos Artistas Plásticos Rio-Grandenses; e da Associação de Artes Plásticas Francisco Lisboa. Foi uma das fundadoras do Movimento de Artes Plásticas Pelotense – MAP, em 1976. Dedicou-se à educação como professora na rede estadual por 25 anos e ministrou cursos e oficinas de e sobre arte em diversas oportunidades e locais. A temática de suas obras é variada e transita por diferentes movimentos artísticos; as figurações humanas estão presentes, assim como a geometrização de formas. Sua primeira exposição (coletiva) ocorreu na Biblioteca Pública Pelotense, em 1954, mas só voltou a expor na década de 1970. Sua última exposição, “A trajetória de uma Artista e sua atuação nas artes plásticas de Pelotas”, aconteceu no

Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo – MALG/UFPEL, em 2017. Participou de mais de 80 exposições no Brasil e no exterior (Argentina, Uruguai, Peru, Alemanha, Áustria, Espanha, França, Itália, Portugal e Cuba). Suas obras podem ser vistas no Museu de Arte do Rio Grande do Sul – MARGS, Porto Alegre (RS); na Accademia Internazionale D'Arte Moderna de Roma, Itália; na Casa do Brasil, Espanha; e no MALG/UFPEL, Pelotas (RS). BENETTE – Benedicta Casaretto Motta (1925-2018), artista plástica/pintora pelotense, foi aluna de Locatelli na primeira turma da EBA, mas deixou a escola antes da formatura, seguindo seus estudos com Ângelo Guido, Leopoldo Gotuzzo e Juranir Campos, além de aperfeiçoar-se na Escola Zier, em Buenos Aires. A temática de suas obras é diversa, das figuras humanas à religião. Porém, a vertente mais presente, são as flores, em grandes buquês com espécies diversas ou em pequenos e delicados ramalhetes. Sua primeira exposição (individual) aconteceu em 1956, no Clube Caixeiral, em Pelotas. Benette teve seu apogeu entre as décadas 1960 e 1970, período em que expôs em diversos lugares. Em 1983, participou, com outras artistas pelotenses, da exposição “Mulheres Gaúchas nas Artes Plásticas”, na Galeria Masson, em Pelotas. Suas obras podem ser vistas na Pinacoteca do Palácio Piratini, Porto Alegre (RS); no MALG/UFPEL, Pelotas (RS); e no acervo da Biblioteca Pública Pelotense, Pelotas (RS). CLARA PECHANISKY (1936), artista plástica/pintora, desenhista e gravadora pelotense, formou-se em pintura/desenho, em 1956, na quarta turma da EBA,

onde chegou a ser orientada por Locatelli. Em 1957, transferiu-se para Porto Alegre. Na capital, aperfeiçoou-se com os artistas Glauco Rodrigues, Glênio Bianchetti, Danúbio Gonçalves e Xico Stockinger, e reencontrou-se com Locatelli, com quem aprimorou composição e pintura no ateliê do artista. Foi ilustradora dos periódicos *Correio do Povo* (ilustrando poesias e crônicas) e *Folha da Tarde* (ilustrando o suplemento literário e o suplemento infantil); foi capista e ilustradora freelancer da Editora Globo, sendo sua última capa datada de 1973. Licenciou-se em Desenho e História da Arte na Faculdade de Educação da UFRGS (1972) e cursou extensão em Educação Audiovisual. Escreveu e palestrou sobre a temática das artes em diversos locais, além de criar eventos, como o Projeto Ensaio (1998) e Artistas da Vida (1999 e 2000), em parceria com a artista Liana Timm. Foi atuante na Associação de Artes Plásticas Francisco Lisboa. Em seu ateliê, além de produzir suas obras, contribuiu para a formação de novos artistas, dando aulas de desenho e pintura, atividade encerrada no período pandêmico. Clara é uma longa e produtiva artista pelotense, encontrando-se em plena atividade artística em 2025, produzindo diariamente em seu ateliê. São bem mais de 60 anos ininterruptos de dedicação ao trabalho artístico. Sua primeira exposição (individual), “Meninos de Rua”, ocorreu em 1959, na Livraria Leonardo Da Vinci, em Porto Alegre. Depois disso, passou 18 anos dedicando-se exclusivamente à produção de desenhos, sem expô-los ou mostrá-los, voltando a apresentar seus trabalhos somente em 1977, com as ex-

posições “Filas dos Encostados”, na Galeria Studio, em Porto Alegre, e “Anjos”, na Galeria Moduloja, em Pelotas. Desde então, recebeu diversas premiações e participou de inúmeras mostras individuais e coletivas, no Brasil e no exterior (Bélgica, Holanda, Portugal, Espanha, Alemanha, Japão, Coreia, Estados Unidos, México e Colômbia). Suas obras apresentam um vasto repertório imagético, em suportes e técnicas diversas, e são povoadas por um grupo de cinco personagens: a dama, o quixote, o candidato, o mágico e o general. Em outra vertente, Clara transita por uma galeria de ilustres artistas; com prazer e leveza, diverte-se em releituras e conversas com Van Eyck e Goya, entre outros. Além de sua própria produção artística, Clara atua como gestora cultural, tendo fundado, em 2003, o Projeto Miniarte Internacional, que ocorre anualmente de forma ininterrupta, oportunizando espaço de arte para novos artistas ao lado de artistas consagrados, estes especialmente convidados para cada edição. O Miniarte tem sido apresentado inclusive no exterior, oferecendo espaço expressivo e equânime para todos os participantes. Suas obras podem ser vistas no MARGS, Porto Alegre (RS); na Pinacoteca Barão de Santo Ângelo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre (RS); no MALG/UFPEL, Pelotas (RS); no Acervo Artístico do Município de Porto Alegre (Pinacoteca Ruben Berta e Pinacoteca Aldo Locatelli), Porto Alegre (RS); na Galeria Bielska BWA, Bielsko-Biala, Polônia; na Galerija Jugoslovenskog Portreta, Tuzla, Bósnia; no Istituto per la Cultura e l’Arte, Catânia, Itália; na

Kanagawa Galeria, Yokohama, Japão; no Museu Universal da Gravura, Cairo, Egito; e no Museo Nacional del Grabado, Buenos Aires, Argentina. HILDA MATTOS – Hilda Barbosa de Mattos (1928-2016), por um período referida como Hilda Motta em razão do matrimônio, é uma artista plástica/pintora e desenhista pelotense, aluna da primeira turma da EBA e de Locatelli, formando-se em pintura/desenho em 1953. Ainda nos anos 1950, transferiu-se para Porto Alegre. Na capital, aprimorou-se com Frank Schaeffer, Fernando Baril, Maria Beatriz Caruso, Ado Malagoli, José Morais, Alice Soares, Paulo Porcel-la, Danúbio Gonçalves, Armando Almeida, Paulo Peres e José Manoel de Souza Neto. Entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970, reduziu profundamente sua produção artística, dedicando-se aos filhos e à educação. Foi professora na rede estadual de ensino. Especialista em desenho e pintura, Hilda foi uma artista bastante produtiva, especialmente nos desenhos e, embora tenha uma produção pictórica sobre diversas temáticas e técnicas, tornou-se reconhecida pelas figurações humanas, especialmente os nus femininos. Hilda expôs em salões e galerias pelo país e recebeu inúmeras premiações. Sua primeira exposição (individual) ocorreu no Clube Caixeiral, em Pelotas, em 1956, e a última, em vida, “Figura Humana por Hilda Mattos”, realizada em Porto Alegre, no Novotel Três Figueiras, em 2012, reuniu 50 anos de obras (1956-2006) sobre diversos suportes e técnicas. Suas obras podem ser vistas no MARGS, Porto Alegre (RS); na Pinacoteca Barão de Santo Ângelo/

UFRGS, Porto Alegre (RS); e no MALG/UFPEL, Pelotas (RS). Hilda possui dossiês de artista nos arquivos do MARGS e da Bienal de São Paulo. INAH COSTA – Inah D'Ávila Costa (1915-1998), pianista e artista plástica/pintora, nascida em Herval, radicou-se ainda criança (1918) com a família em Pelotas. Formou-se em piano clássico no Conservatório de Música de Pelotas em 1944 e aperfeiçoou-se no Conservatório Nacional de Música, no Rio de Janeiro. Pretendia dedicar-se ao piano e à música, mas a timidez a obstava no palco. Fez aulas de desenho com Leopoldo Gotuzzo e Adail Bento Costa, mas só buscou as artes plásticas anos mais tarde, quando foi aluna da primeira turma da EBA e de Locatelli, formando-se em pintura/desenho em 1953. Entre 1955 e 1957, cursou pintura acadêmica na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA). No período, também cursou arte moderna no Museu de Arte Moderna (MAM), incipiente núcleo de pintura abstrata no país. Sua passagem pelo MAM transformou sua arte, aproximando-a, definitivamente, da arte moderna e do abstracionismo geométrico. Fundou a primeira Escolinha de Arte Infantil de Pelotas, em 1959, e o Curso de Desenho, Pintura e Estruturação para adultos, em 1969, movimentando a cena artística regional e propiciando que um grupo de alunas/artistas fundasse o Movimento Artístico Pelotense – MAP, alterando o cenário local das artes, em 1976. Expôs pelo país. A primeira exposição (coletiva) ocorreu no I Salão Pan-Americano de Arte, em Porto Alegre, em 1958; a última (coletiva), em vida, na Galeria Smuma, em Pelo-

tas, em 1997. Suas obras podem ser vistas no MALG/UFPEL, Pelotas (RS). Inah possui dossiês de artista nos arquivos da Bienal de São Paulo. JUDITH BACCI – Judith da Silva Bacci (1918-1991), mulher negra, artista e escultora pelotense. Judith surge nas artes pelotenses em razão de seu trabalho na zeladoria da antiga EBA, na década de 1950. Anos mais tarde, com a EBA incorporada ao Instituto de Artes da UFPEL (1973), tornou-se laboratorista técnica de escultura do instituto. A presença de Judith na EBA e a convivência diária com professores/artistas e alunos fez com que seu talento para a escultura não passasse despercebido, embora seu reconhecimento como artista tenha sido bastante tardio, em razão da sistematização social e suas hierarquizações de classe, raça e gênero. Judith não estudou formalmente em nenhuma escola de arte, tornando-se artista pelo talento, pelo estudo autodidata e pelas experimentações que forjam todo artista; e, embora seja reconhecida como escultora de bustos, suas obras versaram sobre temáticas diversas, de torsos a imagens religiosas. Por razões econômicas, suas obras, como as de muitos outros artistas, foram esculpidas em materiais frágeis, que geralmente não duram, deterioram-se, quebram e desaparecem, lamentavelmente, levando à abreviação do volume e da permanência de obras da artista. Judith é citada também como restauradora, tendo participado de restauros junto ao Museu da Baronesa, em Pelotas, e de obras encontradas nos porões da EBA. Nelson Abott de Freitas, professor, crítico de arte e fomentador cultural, definiu uma obra de Judith

em sua coluna no jornal *Diário Popular*, em abril de 1984, afirmando que, em sua obra, havia uma aura de encantamento e mistério, fazendo com que o barro se inundasse de vida. O amigo e artista italiano Bruno Visentin, antigo professor da EBA que retornou à Itália, escreveu, após o falecimento de Judith, que era uma valorosa artista, um segundo Aleijadinho no país, e que suas obras deveriam ser musealizadas. Ao noticiar o falecimento da artista, o jornal *Diário Popular* referiu-se a ela como mestra em escultura, refletindo a estatura da artista e de suas obras. Em 1988, em alusão ao centenário da abolição da escravidão no Brasil, Judith expôs um grande conjunto de suas obras na Galeria Municipal de Arte da Fundapel. Obras de Judith podem ser vistas no MALG/UFPEL, Pelotas (RS).

Simone Pinho de Oliveira

Referências:

CUNHA, A.; SALVÃO, M. *Monografia de Arlinda Magalhães Nunes*. 1988. Monografia (Especialização) – Curso de Arte, Instituto de Letras e Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1988.

MALG – Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. *Arlinda Nunes: a trajetória de uma artista e sua atuação nas Artes Plásticas de Pelotas*. 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/malg/files/2017/06/Convite-virtual.png>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MARGS – Museu de Arte do Rio Grande do Sul. *Acervo Documental Número – Reg. RTA00182, RTA00438 e RTA00439*. Disponível em: <https://acervo.margs.rs.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2025.

PECHANSKY, Clara. Depoimento sobre sua trajetória artística [jan. 2024]. Depoi-

mento concedido a: Simone P. de Oliveira. PPGMP-UFPEL. Arquivo mp3 (153 min.). Pesquisa doutoral em andamento, sem publicação.

PRESSER, Decio; ROSA, Renato. *Dicionário de artes plásticas no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

PEREIRA, Leticia Alves. *A identidade representada, da espiritualidade à materialidade (Pelotas-RS): a arte umbandista de Judith Bacci*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5466>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SILVA, Rebeca Corrêa e. *Pinceladas de uma história: Inah Costa e o abstracionismo em Pelotas*. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Cap. 6. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 10 ago. 2023.

TIMM, Liana; TREVISAN, Armindo. *Variações sobre o enigma – variations on the enigma*. Porto Alegre: Território das Artes, 2001. p. 127.

Mulheres artistas em Pelotas (2). LENIR DE MIRANDA (1945), artista plástica/pintora, nasceu na Vila Olimpo, Arroio Grande, hoje município de Pedro Osório. Ainda criança (1950), radicou-se com a família em Pelotas. Foi aluna da décima quinta turma da Escola de Belas Artes de Pelotas – EBA, formando-se em pintura em 1967. Bacharelou-se em Comunicação Social na PUCRS (1975); especializou-se em História da Arte no Instituto de Letras e Artes (ILA) da UFPel (1980); especializou-se em Desenho no ILA/

UFPel (1983); especializou-se em Artes Plásticas, Teoria e Práxis na PUCRS (1985); e, em 2003, concluiu o Mestrado em Artes, Poéticas Visuais, no PP-GAV da UFRGS. Lenir dedicou-se também à educação, tendo sido professora do Centro de Artes da UFPel. A arte de Lenir transita por diversas linguagens artísticas, nas quais a pintura se mantém entre múltiplos entrecruzamentos. Sejam materiais, sejam textuais, as performances também compõem o fazer artístico de Lenir. Sua primeira exposição (coletiva) aconteceu em 1966, na inauguração da Galeria Crítica Nova, em Pelotas; a última (individual), “Pintura périplos”, ocorreu em 2019, no Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), em Porto Alegre. Ao longo de sua carreira, recebeu inúmeras premiações e participou de incontáveis exposições no Brasil e no exterior (Uruguai, Paraguai, Argentina, Cuba, Itália, Espanha, Suíça, Estados Unidos e Alemanha, entre outros). Suas obras podem ser vistas no Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul (MACRS), Porto Alegre (RS); MARGS, Porto Alegre (RS); Artline Galerie, Kiev, Ucrânia; Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo (SP); Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro (RJ); Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, UFRGS, Porto Alegre (RS); Museu Estatal Darwin, Moscou, Rússia; Universidade do Novo México, Albuquerque, Estados Unidos, entre outros. MAGLIANI – Maria Lídia Magliani (1946-2012), artista plástica/pintora, escultora, desenhista e gravadora pelotense, foi a segunda mulher negra a formar-se no Instituto de Artes da UFRGS, em pintu-

ra, no ano de 1967, sendo aluna de Alice Soares, Christina Balbão e Ado Malagoli. Pós-graduou-se em pintura e cursou formação pedagógica na UFRGS, aperfeiçoando-se em litografia com Danúbio Gonçalves. Magliani viveu em Porto Alegre desde a infância (1950). Como artista profissional, morou em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde faleceu. Rendeu-se a diversas expressões artísticas, entre elas o teatro, no qual atuou como cenógrafa, figurinista e atriz. Trabalhou como ilustradora e capista de livros, além de atuar em periódicos de Porto Alegre (*Folha da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Zero Hora*) e de São Paulo (*Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Paralelo e Versus*). Apesar da alargada atuação, sua arte corporifica-se na pintura, revelando os desencontros e as ausências de comunicação, como definido por ela em 1968. É improvável passar por uma obra de Magliani e não parar diante dela. Com sua provocação e força, descortinando a miserabilidade das faces humanas, ela foi resistência em uma sociedade conservadora, estratificada, racista e sexista. Contundente, estabeleceu seu espaço e caminho, sem aderir a rótulos ou modismos, mantendo a linha artística contestadora ao longo da carreira. Presente em incontáveis exposições, sua primeira individual ocorreu em Porto Alegre, em 1966, na Galeria Espaço; a última individual em vida, intitulada “Procura-se”, foi realizada no Estúdio Dezenove, no Rio de Janeiro, em 2012. Suas obras podem ser vistas no MARGS, Porto Alegre (RS); Pinacoteca Barão de Santo Ângelo – UFRGS, Porto Alegre (RS); Museu de Arte do

Rio, Rio de Janeiro (RJ); Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo (SP); MAC/USP, São Paulo (SP). No Rio de Janeiro, junto ao Estúdio Dezenove, existe o Núcleo Magliani, um centro de referência do trabalho da artista, onde se pesquisa, se constitui e se preserva arquivos físicos e banco de dados sobre ela. SELI MAURICIO – Seli Nachtigall Mauricio (1941), artista plástica/pintora, escultora, poetisa, arte-educadora e bonequeira pelotense. Em 1966, formou-se em pintura na décima quarta turma da EBA. Artista inquieta, com forte ligação com causas sociais, suas práticas artísticas são diversas. A escultura teve papel importante em suas criações, sendo sua obra mais marcante as 14 estações da Via-Sacra da Igreja da Luz, em Pelotas (1977), onde podem ser vistas grandes e pesadas pranchas esculpidas em madeira. Anos mais tarde, no início dos anos 1990, Seli voltaria a esculpir dezenas de aves em madeira para compor o Jardim da Paz, um recanto situado em uma praça pública no bairro Laranjal, em Pelotas. No Jardim, ela edificou canteiros de flores e os adornou com suas esculturas. Nos muros laterais, pintou longos murais que refletiam a natureza e completavam a paisagem. Os murais compuseram outra vertente do trabalho artístico de Seli, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980. Foram uma arte em evidência, inclusive nas paredes de residências, e nesse período ela pintou inúmeros. Em imóveis particulares e outros locais, paisagens naturais, jardins e florestas cobriam paredes inteiras, como imensas janelas. Dedicou-se também à arte-educação por longos

anos, tanto em unidades de atendimento psicossocial quanto na Escolinha Municipal de Arte de Pelotas – EMAP. A manipulação de fantoches e o teatro é, certamente, a vertente mais conhecida da arte de Seli Mauricio, permeando muitos momentos de sua vida como ferramenta pedagógica, meio de socialização, de comunicação, de construção de autoestima, como alegria e terapia ou, simplesmente, como diversão em festividades e eventos. Os bonecos e o teatro de bonecos, em determinada fase, ocuparam-na quase totalmente, período em que criou o grupo de teatro de bonecos Trio Pilha. O grupo, além de espetáculos, participou de festivais, como o Festival Internacional de Teatro de Bonecos de Canela, na década de 1990. Para ela, os bonecos são esculturas vivas. Seli, sempre atenta às causas sociais, usou a escrita como forma de manifesto, fosse em forma de carta, poemas ou ensaios. A imprensa local e regional publicou muitos de seus textos, muitas vezes contundentes (assinados ou com pseudônimos). Igualmente, escreveu para autoridades de todos os níveis e setores. Os desenhos são uma forma de expressão bastante presente em suas obras; a temática ligada à espiritualidade e ao protesto é forte. THE-REZINHA RÖHRIG – Nascida em Jaguarão e radicada em Pelotas (1928-2021), cantora lírica, soprano camerista. Formou-se em canto no Conservatório de Música de Pelotas em 1951 e frequentou brevemente a EBA, abandonando a pintura em prol do canto e da música. A primeira aparição pública de Therezinha aconteceu poucos meses após iniciar seus estudos no

Conservatório, época em que foi escolhida para personificar “Verônica” na procissão do Senhor Morto, nas celebrações da Semana Santa. Therezinha teve a mesma iniciação pública que Zola Amaro (1905), encarnando “Verônica” nas 14 estações da Via-Sacra, papel que voltou a desempenhar em outras duas oportunidades. Pouco antes de concluir a graduação, participou do curso de canto da Profa. Marian Mathäus, da Alemanha, no Instituto de Artes da UFRGS. Lá, a jovem graduanda recebeu convite do maestro Pablo Kombiós, da OSPA, para cantar “Bachianas n.º 5”, de Villa-Lobos. Logo após a formatura, Therezinha venceu o concurso *Blanche Dreyfuss*, no próprio Conservatório de Música. A vitória a incentivou a participar de outros eventos, que igualmente venceu: Solista da Orquestra Sinfônica Brasileira – Jovens Talentos da Rádio MEC e o Vera Janacópulos, no Rio de Janeiro. Em sua estada no Rio, estudou com a concertista e Profa. Maria de Lourdes Cruz Lopes. Em razão dos concursos que venceu, recebeu bolsa de estudos do governo espanhol para estudar no Conservatório de Barcelona, onde foi aluna da soprano Conchita Badia e também fez aulas com Montserrat Caballé. Na Europa, apresentou-se na Espanha e na Alemanha. Em seu retorno ao Brasil, a convite do Itamaraty, excursionou pelas embaixadas da América do Sul, divulgando a música brasileira. Therezinha dedicou-se também à educação e, em 1972, passou a ser professora de canto no Conservatório de Música de Pelotas. YARA MANIER – Yara de Castro Manier (1932-2011), artista plástica/pintora e

desenhista pelotense, aluna de Aldo Locatelli na primeira turma da EBA, formou-se em pintura/desenho em 1953. No final da década de 1950, transferiu-se para o Rio de Janeiro, estabelecendo-se em Nova Friburgo. Na década de 1970, retornou a Pelotas, onde residiu brevemente antes de voltar a Nova Friburgo, cidade em que viveu até falecer. Nessa passagem por Pelotas, participou do curso “Desenho, Pintura e Estruturação” da amiga, artista e antiga colega Inah Costa, fazendo parte do grupo fundador do Movimento de Artes Plásticas Pelotense – MAP, em 1976. Yara foi uma artista com grande aceitação de suas obras, ainda que não tenha participado do circuito de exposições – as obras eram comercializadas em galerias do Rio de Janeiro. Suas criações são frequentemente encontradas no mercado das artes. Yara ajudou a formar novos artistas, dando aulas em seu ateliê em Nova Friburgo, por onde passaram alunos em diversas fases de aprendizado. Ainda que as temáticas de suas obras tenham sido bastante variadas, do abstrato às figurações humanas, as composições entrecruzadas por realismo e abstracionismo foram frequentes. ZOLA AMARO – Risoleta Simões Lopes de Amaro (1890-1944), cantora lírica, soprano operística pelotense. Aos quinze anos, seu talento para o canto lírico tornou-se definitivamente conhecido pela sociedade local, atuando como “Verônica” nas celebrações da Semana Santa de 1905. No papel, cantou nas 14 estações da Via-Sacra durante a procissão do Senhor Morto da Igreja Matriz São Francisco de Paula (hoje Catedral de Pelotas). Na ocasião, foi regida

pelo maestro João Pinto Bandeira (maestro-de-capela da matriz). João Bandeira e Luigi Garbini, barítono italiano radicado em Pelotas, foram atuantes na formação inicial de Zola Amaro. Poucos meses após encarnar Verônica, casou-se, sem que o matrimônio a afastasse do canto; ao contrário, com incentivo do marido, passou a cantar em eventos sociais na cidade. Igualmente, sua residência tornou-se centro de encontros artísticos, onde músicos e cantores líricos reuniam-se em saraus, comparecendo inclusive estrangeiros, como a soprano italiana Amelita Galli Curci e o tenor espanhol Hipólito Lázaro, que estiveram na residência de Zola em sua passagem por Pelotas. Naquele encontro, Galli Curci disse a Zola que ela seria “uma grande Norma”, referindo-se à personagem da ópera trágica de Vincenzo Bellini, considerada, no meio operístico, um repertório bastante difícil. De fato, anos mais tarde, em 1922, Zola encarnou Norma no Anfiteatro Gangi, em Catânia, Itália, terra natal de Bellini, encantando a exigente plateia. Sua carreira profissional só se concretizou após o nascimento dos filhos. Zola não se sentia pronta, e o estímulo final veio de Enrico Caruso (tenor italiano) após um encontro entre ambos em Buenos Aires, onde Zola passou a residir com a família para aprimorar sua voz, em 1918. Partiu em seguida para o mundo como soprano no corpo da Companhia Lírica Italiana de Walter Mocchi. Zola Amaro foi uma desbravadora no canto lírico operístico brasileiro e latino-americano, sendo a primeira cantora lírica brasileira a alcançar reconheci-

mento internacional. Foi também a primeira sul-americana a se apresentar no templo da ópera em Milão, o Teatro alla Scala. Entre outros lugares, Zola excursionou por Florença, Livorno, Palermo, Roma, Turim, Veneza, Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e, também, Pelotas. Suas principais personagens foram Helena, em *Mefistofele*, de Arrigo Boito; Aida, em *Aida*, de Giuseppe Verdi; Tosca, em *Tosca*, de Giacomo Puccini; e Norma, em *Norma*, de Bellini. Atuou profissionalmente entre 1918 e 1937. Mesmo com reconhecida carreira internacional, enfrentou preconceito em seu retorno ao Brasil. Em uma sociedade patriarcal e moralista, a vida nos palcos, mesmo no canto operístico, não era algo socialmente aceito. Zola Amaro chegou a dar aulas de canto no Rio de Janeiro, onde fixou residência na volta ao país. Faleceu subitamente no ano em que retornou a Pelotas, em 1944, aos 54 anos.

Simone Pinho de Oliveira

Referências:

- CAMPOS, Maria José Talavera; LIMA, Nicola Caringi. *Zola Amaro*: um soprano brasileiro para o mundo. Pelotas: Editora UFPEL, 1989. p. 259.
- CATTANI, Iclea Borsa; RAMOS, Paula. *Lenir de Miranda*: Pintura Périplo – Odyssey Painting. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2019. p. 466.
- DEZENOVE, Estúdio. *Núcleo Magliani – obra, exposições, cronologia*. Disponível em: <http://www.estudiodezenove.com/>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- MAURICIO, S. Depoimento sobre sua trajetória artística. [Pelotas, nov. 2023]. Depoimento concedido a Doutoranda Simone P.

de Oliveira. PPGMP-UFPEL. Arquivo mp3 (210 min.). Pesquisa doutoral em andamento, sem publicação. MANIER, A. Depoimento sobre Yara Manier. [Pelotas, abr. 2024]. Depoimento concedido à Doutoranda Simone P. de Oliveira. PPGMP-UFPEL. Arquivo mp4 (109 min.). Pesquisa doutoral em andamento, sem publicação.

SILVEIRA, Jonas Klug da. *Imagens de uma jornada: uma leitura da formação do artista-cantor*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2004.

Museus. Pelotas está repleta de museus, memoriais, institutos e centros de documentação, casas de cultura, salas de exposição, entre outros lugares que se propõem a preservar a memória da cidade e de seus moradores, bem como a desenvolver processos museológicos diversos relacionados à salvaguarda de acervos e à sua publicização. Respeitadas as origens e as missões de cada um desses espaços, é possível afirmar que essas instituições nascem e/ou se consolidam como parte de um movimento preservacionista que, de acordo com Ribeiro (2013), teve início na década de 1970, quando a comunidade pelotense se mobilizou para buscar o tombamento, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, do Teatro Sete de Abril em 1972, e dos casarões de números 2, 6 e 8, estes tombados em 1977. Mais tarde, muitos desses espaços preservados por força de lei foram convertidos em museus ou passaram a salvaguardar acervos de diferentes origens, como, por exemplo, o Museu do Doce, que hoje ocupa o casarão de número 8. Isso não

significa dizer que não havia museus na cidade de Pelotas antes da década de 1970; muito pelo contrário, o Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, fundado em 1904, figura entre os museus mais antigos do país e mobilizou, para a sua criação, não apenas os benfeitores culturais da cidade, como também instituições de educação e pesquisa no Brasil e no exterior (Barbier, 2015). Em Pelotas, há museus de diferentes naturezas administrativas, desde aqueles mantidos pelo poder público municipal, como o Museu Municipal Parque da Baronesa e o Museu do Saneamento; passando pelos museus de administração mista público-privada, como o Museu e Espaço Cultural da Etnia Francesa; até aqueles mantidos pela iniciativa privada, como o Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense. Outros museus de administração privada, como o Museu Grupelli e o Museu Etnográfico da Colônia Maciel, situados na zona rural do município, mantêm uma estreita relação com instituições federais, no sentido de manter e de qualificar suas atividades – O Museu Grupelli, o Museu Etnográfico da Colônia Maciel e o Museu e Espaço Cultural da Etnia Francesa integram projetos museológicos vinculados à Universidade Federal de Pelotas, bem como fazem parte da Rede de Museus da UFPel. Nesse cenário, cabe destacar a atuação da Universidade Federal de Pelotas como mobilizadora do campo museológico, mantendo projetos de ensino, pesquisa e extensão que atuam junto às instituições museológicas, bem como na documentação e preservação de acervos. Há também museus que

integram a estrutura administrativa da universidade, como o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), o Museu do Doce, o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, o Museu das Telecomunicações, o Museu Arqueológico e Antropológico (MUARAN), o Museu das Coisas Banais (virtual), o Museu Afro-Brasil-Sul (virtual), o Museu Diários do Isolamento (MuDi) (virtual) e o Museu Virtual do Judô (virtual). Os museus que integram a estrutura administrativa da Universidade Federal de Pelotas também fazem parte da Rede de Museus da UFPel, junto a memoriais, acervos, núcleos e centros de memória e documentação, além de museus vinculados a projetos de extensão e pesquisa. Por fim, cabe ressaltar que, em sua diversidade, os museus de Pelotas guardam fragmentos da história da cidade e da ação criativa daqueles que, de algum modo, nela se inspiraram.

Carla Gastaud

Referências:

BARBIER, Daniel Leal. *A cidade e o museu: a origem, em 1904, do Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense*. 2015. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

BIBLIOTHECA PELOTENSE. *Museu Histórico da Bibliotheca Pelotense*. Pelotas: Bibliotheca Pelotense, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bibliotheca.org.br/museu-historico-da-bibliotheca-pelotense/>. Acesso em: 10 fev. 2025. IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. *Guia dos Museus Brasileiros*. Brasília: IBRAM, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/guiadosmuseusbrasileros_sul/view. Acesso em: 20 mar. 2025.

REDE DE MUSEUS DA UFPel. A Rede. Pelotas: UFPel, 15 jan. 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/a-rede/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

RIBEIRO, Francine Morales Tavares. *Políticas públicas referentes ao patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas, RS: o caso da isenção do IPTU*. 2013. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

Música (1960 à atualidade).

A partir da década de 1960, a diversidade musical de Pelotas acentuou-se, refletindo as tendências mundiais e os desdobramentos locais do desenvolvimento da indústria fonográfica. O fortalecimento da educação musical e a profissionalização do setor favoreceram a multiplicação de espaços de ensino, produção e performance, consolidando a cidade como um dos polos de efervescência musical no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XX e no início do século XXI. A criação, em 1969, dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Música da Universidade Federal de Pelotas consolidou uma importante base formativa, que incluiria, mais tarde, também os cursos de Ciências Musicais (2010) e Música Popular (2015). O Conservatório de Música, fundado no século XIX, manteve-se como espaço de formação, hoje vinculado à UFPel e atuando junto à comunidade por meio de projetos de extensão. A estrutura educacional voltada à música foi ainda ampliada com o curso de Produção Fonográfica da Universidade Católica de Pelotas, concebido em sintonia com um ambiente

profissional já existente na cidade, marcado pela presença de estúdios como o Estúdio Digital, o Estúdio Luvi e o A Vapor. Este último destacou-se com a produção do disco de Ian Ramil, vencedor do Grammy Latino, com produção dos pelotenses Lauro Maia e Guilherme Ceron. A cena de ensino musical também se desenvolveu com escolas particulares, como a Escola de Estudos Musicais Milton Nascimento, liderada pelos irmãos Tuniko e Giovane Goulart (integrantes da reconhecida banda de baile San Remo); a Musiarte; a Escola Beatriz Rosseli; a Batuta; e a Rass. No campo da música erudita, destaca-se a atuação da Sociedade Pelotense Música pela Música, criada em 1990, que produziu inúmeros concertos com coro e orquestra no Teatro Guarany. O choro firmou raízes especialmente a partir do grupo Regional Avendano Jr. e do Bar Liberdade, fundado em 1974, que se tornou ponto de encontro fundamental para músicos locais até seu encerramento, em 2012. O gênero segue vivo com a criação do Clube do Choro de Pelotas, em 2014; a instituição do Dia Municipal do Choro (19 de novembro, data de nascimento de Avendano Jr.); as rodas de choro aos sábados no Mercado Público; e a realização do Festival de Choro de Pelotas desde 2021. O gênero foi abraçado pelas novas gerações, que compõem diversos grupos de Regionais de choro. A canção autoral e o samba sempre tiveram presença forte na cidade, com nomes como Leandro Maia, Juliano Guerra e, também, com a família Ramil, que conquistou projeção nacional com Vitor Ramil e os irmãos Kleiton e Kledir. Outra família de músicos

pelotenses com trajetória consistente é a dos irmãos Rodrigo D'mart, da banda Doidivas; Joca Martins, músico nativista; e Negrinho Martins, contrabaixista atuante na cena regional. Em meio a narrativas históricas frequentemente esbranquiçadas, Pelotas – cidade de passado aristocrático e escravagista, e de forte presença negra e parda – apresenta hoje uma cena musical plural, crítica e em constante movimento. O sopapo, tambor afro-gaúcho criado nas charqueadas da região, foi ressignificado por mestres como Giba Giba e Mestre Batista, também responsáveis por manter viva a cultura da lutheria do instrumento, juntamente com o mestre Dilermando. A tradição percussiva se desdobra em iniciativas como o Festival Cabobu (1999, 2000 e 2023); os grupos femininos de percussão Batucantada (criado em 2022 e liderado por Vanessa Ramos, a Vanessinha) e Tamborelas; além do bloco Tamborada, oriundo da pesquisa do artista Kako Xavier. O tambor de sopapo foi declarado Patrimônio Imaterial da Cultura Pelotense em 2021 e, em 2023, foi instituído o Dia Municipal do Sopapo, ambos por decretos de lei municipal. Também por decreto de lei municipal, foi instituído, em 2018, o Dia Municipal do Samba, demonstrando a força do gênero para a cidade. Inúmeros artistas e grupos compõem a cena local, apresentando-se em rodas de samba no Mercado Central e em outros espaços espalhados pelos diferentes bairros da cidade. Destacam-se grupos como Pelo Telefone, Renascença e Samba do Rei, e artistas como Giamarê, Solon Silva, Xana Gallo, Humberto Schumacher e Maurel Duarte, entre outros.

O carnaval segue sendo um importante momento de agenciamento musical coletivo, reunindo músicos de diferentes gerações em blocos, escolas de samba e manifestações percussivas. Entre os destaques estão a Xavabanda e escolas tradicionais como a Academia do Samba, Estação Primeira do Areal e General Telles, entre outras. A cultura hip-hop firmou presença em Pelotas desde os anos 1980, inicialmente por meio de bailes e festas black. Nos anos 1990, surgiram grupos e artistas como Branco Radial, Jair Brown, Eduardo Amaro Radox, Gagui IDV, Luiz Vagner, Pok Sombra, Garcez e Zudzilla. Entre as mulheres, Laddy Dee e Bart se destacam como pioneiras, ambas com trabalhos lançados e contemplados via Edital Natura Musical. A cena também conta com eventos como a 1ª Slam Poesia de Pelotas e o Slam das Minas, além de nomes como Juliana Moreira D Mx (Charme Rappers) e Liddia. A cena pop, rock e experimental tem representações importantes com bandas como Musa Híbrida, Procurado Vulgo (vencedora do 1º Circuito de Rock da RBS TV), Pós Antes e Canastra Suja. Os festivais e projetos desempenham papel central na história da música na cidade. O Festival LatinoMúsica, realizado em 1988 e 1990, transformou Pelotas em polo da música latino-americana, reunindo artistas como Chico Buarque e Mercedes Sosa. Outros eventos, como o Festival Universitário Nativista Círio e o Festival de Música Contemporânea de Pelotas (Fecompe), também foram relevantes para a promoção de novas expressões musicais. Em 2011, foi criado o Festival

Internacional SESC de Música, evento anual de grande relevância no cenário da música de concerto brasileira, promovendo intercâmbios pedagógicos e artísticos. Ainda no âmbito dos festivais, nos anos de 2010, 2013 e 2014 foram realizadas três edições do Pelotas Jazz Festival, trazendo à cidade artistas de renome nacional e internacional, como Naná Vasconcelos, Egberto Gismonti, Hugo Fattorusso e Rey Tambor, Yamandu Costa e João Donato, entre outros. O projeto Sete ao Entardecer realizou concertos semanais com entrada franca, promovendo a circulação de artistas locais, com apresentações no Theatro Sete de Abril até seu fechamento para reformas, em 2011. Desde 2012, o projeto Sofá na Rua já realizou mais de cem edições, ocupando culturalmente o espaço urbano com música e arte. O pagode e o suingue também encontraram espaço em Pelotas, compondo o panorama popular contemporâneo. As festas da DJ Helô, atuante desde a década de 1980, consolidaram-se como um movimento de resistência cultural e de socialização na cidade. A partir de diversas frentes e linguagens, a música em Pelotas vem, cada vez mais, integrando manifestações populares, eruditas e experimentais, reafirmando sua contribuição para a formação da identidade cultural da cidade.

*Mario Maia
Clarissa Ferreira*

Referências:

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. *Lei municipal 6.632/2018 – Institui o Dia Municipal do Samba*. Pelotas, 2018. Disponível em: <<https://sapl.pelotas.rs.leg.br/media/sapl/>

public/normajuridica/2018/2686/2686_texto_integral.pdf\>. Acesso em: 11 dez. 2025.

DMART, Rodrigo. Notas sobre a música de Pelotas. Imagina Conteúdo Criativo [Online]. 2011 Disponível: <http://imagina-conteudo.wordpress.com/2011/09/13/notas-sobre-a-musica-de-pelotas/#comments> Acesso em: 11 dez. 2025.

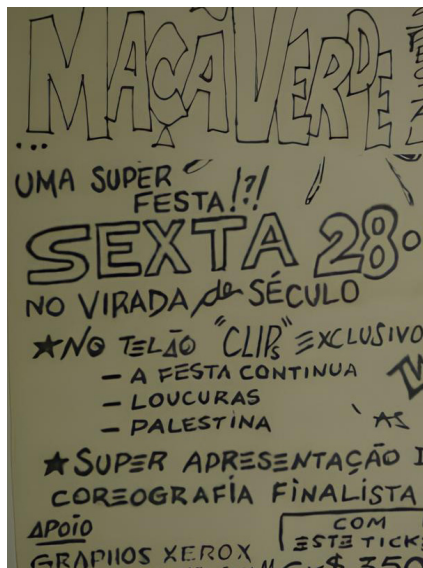
FAGUNDES, Mari Cristina de Freitas. *Táticas e estratégias para desestabilizar certezas e questionar verdades no presente: o Rap pelotense e seu discurso de Resistência ao Sistema de Justiça Criminal*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Gradua-

ção em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Acervos Virtuais – Choro Patrimônio*. Disponível em: <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/choropatrimonio/>. Acesso em: 09 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Acervos Virtuais – Choro Patrimônio*. Disponível em: <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/choropatrimonio/>. Acesso em: 09 maio 2025.

Nn



Cartaz de divulgação de festa na Boate Maça Verde. Fonte: E-Cult Pelotas.

Navegantes. O Navegantes é um loteamento urbano organizado em região alagadiça. Está circunscrito entre as margens do canal São Gonçalo e do canal do prolongamento da avenida Bento Gonçalves, chegando quase à avenida Juscelino Kubitschek, e é dividido em três ocupações distintas: Navegantes I, II e III. Quando o espaço livre da região da Balsa terminou, a forma encontrada pelos trabalhadores das empresas do entorno para a construção de suas moradias foi o aterramento dos banhados existentes na área que ficava à esquerda da rua Tiradentes. Primei-

ro, o que hoje é chamado de Ambrósio Perret foi sendo ocupado de forma desordenada, formando uma rede de estreitas vielas rodeadas por água. Isso ocorreu no início da década de 1970, quando Pelotas era reconhecida como capital nacional do pêssego e possuía um grande número de indústrias de beneficiamento de frutas, além de outras atividades de produção e comerciais. Esse foi o período também no qual ocorreu uma grande modernização da cidade. A construção civil deu um grande salto com a edificação de muitos edifícios, que conferem nova conformação à paisagem urbana. Esse movimento de desenvolvimento da economia atraiu novos habitantes para a cidade, principalmente trabalhadores de baixa renda, que precisavam morar perto do trabalho. A modernização da cidade ocorreu apenas nas áreas nobres, com abertura de avenidas, calçamento e infraestrutura. Na periferia, a prefeitura organizou loteamentos precários. Nessa região de análise, o primeiro foi o Navegantes I, onde as famílias recebiam a posse de um terreno sem infraestrutura, sem água encanada, esgoto ou qualquer outro tipo de serviço público. Até para a construção das casas, as pessoas enfrentavam muitas dificuldades; apesar de ser impulsionado pelo poder público, não havia o mínimo necessário. Faltava água até para a construção das casas, e os moradores precisavam usar a

criatividade, visto que, no loteamento, o fornecimento por meio de bicas servia apenas para a subsistência. Mais tarde, quando foi loteada a área que passou a ser denominada Navegantes II, a prefeitura se habilitou junto ao Banco Nacional de Habitação – BNH para receber recursos destinados à infraestrutura em regiões de baixa renda. Dessa forma, cada família recebeu um terreno com um banheiro já construído, e passou a ter água diretamente em sua casa, não mais no sistema de bica coletiva. Não se tratava mais de posse, pois os terrenos foram vendidos conforme as normas do BNH. A construção do restante da casa, a partir do banheiro recebido, muitas vezes, ocorreu por meio de mutirões. Quando o poder público não cumpre seu papel, a comunidade vai se organizando, buscando formas de não ficar totalmente abandonada. Assim, com a ocupação do espaço nos loteamentos, as pessoas, aos poucos, criaram associações e grupos que buscaram a instalação de escolas, como a de Ensino Fundamental Nossa Senhora dos Navegantes, o posto de saúde e outros equipamentos estatais que pudessem atender a essa comunidade. Na década de 1980, as indústrias da região foram fechando e o emprego diminuiu, mas a população não parou de crescer, seja pelo aumento natural das famílias, seja pela chegada de migrantes de outras cidades ou daqueles que foram expulsos de outras regiões de Pelotas pela especulação imobiliária. Tudo isso levou, em parte, à ocupação de áreas vazias e não loteadas, e, na margem dos dois loteamentos anteriores, organizou-se o Navegantes III. Novamente, à reve-

lia da prefeitura municipal, as pessoas foram ocupando e dividindo os lotes como puderam, totalmente sem infraestrutura e de forma aleatória. Essa região, como um todo, passou longos anos afastada da parte alta da cidade, longe daqueles que possuíam condições financeiras de residirem fora das áreas alagadiças. O lugar permaneceu nos recantos da memória da cidade como um local de periferia e de violência, sem ser reconhecido como espaço de trabalhadores, embora fosse um território de beleza singular, à beira de rios e canais de natureza pujante.

Noris Mara Pacheco Martins Leal

Referências:

- GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas, 1777-1888*. Pelotas: Ed. Universidade, 2004.
- GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2011.
- LEAL, Noris Mara P. M. (Org.). *A comunidade do Anglo: olhares diversos de um cotidiano*. Pelotas: Ed. Buhning, 2016.
- LEAL, Noris Mara P. M. (Org.). *Narrativas e imagens: histórias de vida da região do Anglo*. Pelotas: Ed. UFPel, 2016.
- LEAL, Noris Mara P. M. (Coord.). *Água ao redor*: vídeo apresentado ao II CEC. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao/files/2015/11/Cultura.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- MICHELON, Francisca Ferreira. *Sociedade anônima: Frigorífico Anglo de Pelotas: o trabalho do passado nas fotografias do presente*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Editora e Gráfica Universitária, 2012.
- RODRIGUES, Irajá Andara. *Uma revolução urbana em Pelotas*. Pelotas: Ed. Indep., 2012.

SILVA, Neuza Regina Janke da. *Entre os valores do patrão e os da nação, como fica o operário? (O Frigorífico Anglo em Pelotas: 1940-1970)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

Nicolau Fico. Nome do estádio do Grêmio Atlético Farroupilha, clube de futebol fundado em 1926, que, até 14 de agosto de 2022, foi palco das partidas oficiais do time como mandante. O “Estádio do Fragata”, como também era conhecido, situava-se na Avenida Duque de Caxias, n.º 849, e era um símbolo identitário tanto para o bairro quanto para a torcida tricolor. Antes do Nicolau Fico, o clube possuía um campo próprio no bairro Areal, na Vila Eloah, utilizado nas décadas de 1920 e 1930, inclusive durante a campanha do título gaúcho de 1935. O clube também utilizava o campo do 9º Regimento de Infantaria, no quartel do Exército, localizado no bairro Fragata, em Pelotas. O Nicolau Fico foi inaugurado, em 1941, com o nome de Estádio das Laranjeiras, em referência às árvores existentes no terreno. Na década de 1960, passou a se chamar Nicolau Fico (18/09/1904 – 13/03/1973), em homenagem ao general do Exército Brasileiro e ex-presidente do clube durante a campanha do título gaúcho de 1935. O estádio foi palco de clássicos locais, como o BraFar (Brasil x Farroupilha) e o FarPel (Farroupilha x Pelotas), e sediou pela última vez uma disputa do campeonato da primeira divisão gaúcha em 2006. A última grande conquista celebrada no

Nicolau Fico ocorreu em 15 de agosto de 2004, quando, ao vencer o clássico BraFar, o tricolor retornou à primeira divisão do Gauchão, após 24 anos nas divisões inferiores. Desde 2007, o clube disputa as divisões de acesso do Gauchão, e o último jogo registrado no Nicolau Fico foi a derrota para o Rio Grande, em 14 de agosto de 2022. Desde então, as partidas oficiais do Farroupilha têm sido realizadas no estádio Bento Freitas. Em junho de 2025, o Nicolau Fico foi demolido, a partir de uma negociação em que a empresa Navarini Engenharia, de Pelotas, assumiu dívidas do clube em troca do terreno, onde construirá um empreendimento comercial. Como parte da reestruturação do Grêmio Atlético Farroupilha, encontra-se em fase de construção seu novo estádio, no bairro Três Vendas, às margens da BR-116, na Avenida 25 de Julho. Esse novo espaço terá o nome de Arena Ninho do Cardeal, contará com capacidade inicial para 1.800 torcedores, gramado sintético, iluminação para jogos noturnos e campo suplementar. O novo nome é uma homenagem a Sezefredo Ernesto da Costa, conhecido como Cardeal, nascido em Santa Vitória do Palmar e craque do Farroupilha, tricampeão citadino (1934, 1935, 1936) e campeão gaúcho (1935). Sezefredo foi convocado para a Seleção Brasileira em 1936, quando ainda jogava no Farroupilha, participando do Campeonato Sul-Americano de 1937. Ainda atuou pelo Nacional, de Montevidéu, e pelo Fluminense, do Rio de Janeiro.

*Alcy Moraes
Roger Amaral Scheridon de Moraes*

Referências:

A HORA DO SUL. Jornal. Disponível em: <https://ahoradosul.com.br/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

TRADIÇÃO REGIONAL. Jornal. Disponível em: <https://www.jornaltradicao.com.br/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPel). *Em pauta*: Os 90 anos do Grêmio Atlético Farroupilha. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/empauta/os-90-anos-do-gremio-atletico-farroupilha/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Noite Pelotense (1960–1990).

Não raro, somos empurrados e envolvidos pelos fatos, modismos e/ou tendências. A noite, que, *a priori*, foi feita para dormir, também trouxe a reboque a diversão – ou a *curtição*, termo talvez mais adequado, que serviria até para as antigas tabernas. Os saraus e os bailes nos salões eram a diversão noturna da denominada “sociedade”, e havia os eventos clandestinos das camadas sociais menos favorecidas. Em Pelotas, a noite, muito provavelmente, foi influenciada pelo que se chamou de tendência mundial, pois Beatles e Elvis Presley, entre muitos outros, foram referências inquestionáveis. Pelotas, uma importante cidade do RS, na segunda metade dos anos de 1950, contava com aproximadamente 150 mil habitantes. O Brasil vivia a euforia do alardeado desenvolvimento “cinquenta anos em cinco”; entretanto, já soavam os rumores de uma possível intervenção militar, o que também mudaria o cenário da música brasileira. Consta que, nos anos de 1960, a música ao vivo, em Pelotas, ocorria em Boates-Cabaráes, a exemplo

das casas Mil e Uma Noites, Continental, Balalaika, Cassininho e, mais tarde, Xalaska, Camafeu e Bangalô, estes dois últimos ainda em funcionamento. Nessa época, os músicos, para se apresentarem publicamente, tinham como espaços quase restritos a passarela do samba, os bailes durante o carnaval, os clubes sociais da cidade e/ou apresentações contratadas para festas particulares. Nesse mesmo período, surgiu o restaurante Sobrado, localizado no coração da cidade, que bem mais tarde passou a oferecer música ao vivo, com pista de dança, o que perdura até os dias de hoje (2025). No país, nos anos de 1960, ainda era forte a chamada “Era do Rádio”, que consistia em apresentações artísticas em auditórios das próprias emissoras radiofônicas. Em Pelotas, a rádio Cultura, além de artistas locais, trazia também nomes conhecidos nacionalmente, como, por exemplo, as cantoras Ângela Maria e Heleninha Costa. A rádio local possuía um belo auditório e banda própria, denominada à época “regional”, composta por músicos que residiam na cidade. Entraram no cenário nacional, na segunda metade dos anos de 1960, os movimentos musicais da Jovem Guarda e da Bossa Nova, “oxigenados” pelos festivais e programas das emissoras de televisão Tupi e Record, o que, de certa forma, equilibrava a concorrência com a música internacional. Em Pelotas, ocorreu, em 1968, com a promoção da Rádio Universidade Católica, conhecida como RU, o festival “Samba Jovem”, que se realizou nos auditórios do Colégio São José, do Colégio Gonzaga e no Teatro Guarany, o que provavelmente deu visibilidade aos

músicos e compositores locais. Em agosto de 1969, ocorreu, nos Estados Unidos, o famoso festival de música de Woodstock, que influenciou o *modus vivendi* da juventude mundial, fortalecendo o movimento hippie e possibilitando o surgimento de novos ídolos da música internacional, como Jimi Hendrix, o guitarrista e cantor americano que “estourou” no festival e veio a falecer no ano seguinte. Desdobramentos ocorreram por aqui, tanto que, no começo dos anos de 1970, surgiu um bar na praia do Laranjal, com música ao vivo, denominado Tabaris, cujos frequentadores e músicos adotavam vestes e comportamentos em consonância com o novo estilo hippie de ser. No mesmo Laranjal, na segunda metade dos anos 1970, surgiram os bares Cabi-duia (1977), dos irmãos Tabim, e o bar Jurubeba, comandado por Elvio Borio e João Giduti, ambos com música ao vivo. Os sucessos de bilheteria, na década de 1970, dos filmes estrelados pelo americano John Travolta trouxeram novas coreografias, propondo um modo diferente de dançar nas boates/discotecas. Da mesma forma, a novela *Dancin’ Days*, com enorme audiência na TV brasileira em 1978, deu o tom para as chamadas discotecas, com a música mecânica se espalhando pelo país afora. Quase junto a esse período, surgiria, bem no centro da Princesa do Sul, o bar Boteco Universitário, na rua Voluntários da Pátria, sempre lotado, com música eletrônica predominantemente internacional. Esse local era uma espécie de “aquecimento” para a sequência da noite nas boates da cidade, entre elas: Baiuca, Leiga, Direito, Porão,

Odonto, Sukata, ViraVolta, Estúdio 466, Alphaville, Liverpool e Hipopótamos, no Clube Gonzaga, que mais tarde passou a funcionar na Praça 20 de Setembro, onde inovou ao oferecer dois ambientes: um com discoteca e outro com música ao vivo, na qual predominava o samba. É importante ressaltar que, nas décadas de 1960 e 1970, os clubes sociais também eram muito fortes no município; entre eles, podem ser citados: Comercial, Caixeiral, Chove Não Molha, Diamantinos, Brilhante, Tênis Clube, Dunas Clube, Clube Campestre, Fica Ahi, Gonzaga e Centro Português. Havia ainda os clubes sociais dos bairros, como Planalto, Sul América e Arealense. Esses clubes promoviam, nos finais de semana, grande animação na noite pelotense, sobretudo em razão dos bailes de debutantes e de formaturas, abrilhantados, à época, pelos denominados “conjuntos de baile”, a exemplo de MA Band, Os Lobos, Os Santos, Os Velascos e San Remo. Nesse mesmo período, os então distritos anexos a Pelotas – entre eles Capão do Leão, Santa Silvana, Arroio do Padre, Morro Redondo, Monte Bonito e Cerrito Alegre – promoviam, também nos finais de semana, eventos em seus salões de baile, que ficariam conhecidos como os “Bailes da Colônia”. Os ônibus saíam da Avenida Saldanha Marinho e levavam frequentadores do núcleo urbano para esses eventos. Na cidade, nessa mesma época, aos domingos à noite, ocorriam, nas dependências do Colégio Santa Margarida, no Círculo Operário e na Polonesa, as denominadas brincadeiras ou reuniões dançantes, predominantemente com música ao vivo. O bairro

Fragata se tornaria o ponto de agito das noites de domingo com o Bailão Estrela Gaúcha, chamado BEG, sob o comando de Felício Aguiar, que também era proprietário da boate *Woodstock*. O BEG lotava tanto que chegava a provocar alterações significativas no trânsito da Duque de Caxias. Em relação à música nativista na noite pelotense, considera-se que o festival Califórnia da Canção Nativa, de 1971, realizado em Uruguaiana (RS), representou uma inquestionável revitalização da música regional gaúcha, dando motivos para a juventude valorizar as tradições e servindo como importante combustível para os CTGs, além de exemplo para o surgimento de outros festivais do gênero pelo estado. Em Pelotas, ocorreram os festivais Charqueadas, no Gonzaga, e o Círio-Canto Interuniversitário Rio-Grandense, iniciativa da UFPel, cuja primeira edição, em 1994, comemorou os 25 anos da Universidade. Ao todo, foram nove edições, realizadas no Teatro Guarany. Nesse festival, inclusive, eram aceitas para concorrer músicas instrumentais. Já existiam na região a Jerra da Canção Nativa, em Santa Vitória, desde 1985, que, em 2025, realizou a XVIII edição; o festival Comparsa da Canção Nativa, de Pinheiro Machado, com 29 edições; e o Reponte da Canção Nativa, de São Lourenço do Sul, criado em 1989, acumulando 36 edições. Surgiram, em Pelotas, bares que enalteciam as tradições, como o Aguada, o Fogão Crioulo e o Rincão Nativo, este em atividade desde 1995. Foi inaugurada uma filial da RBS em Pelotas, em 1972, com a denominação de TV Tuiuti. Na grade de apresentações da emis-

sora, havia um programa chamado “Noite de Seresta”, liderado pelo músico pelotense Solon Silva, o que provavelmente colaborou para o fortalecimento da música brasileira ao vivo na cidade. Coincidência ou não, na segunda metade dessa década surgia, de forma muito consistente, o bar denominado Rua da Seresta, considerado por muitos como a guinada na noite pelotense, pois ajudou a estimular o estilo barzinho na cidade, com música de boa qualidade e muita conversa. O referido bar, da conhecida Tônia Gill, primeiramente funcionou na Galeria Zabaletta e, posteriormente, na Rua Anchieta, próximo à Catedral, em um local bem mais amplo. Na mesma época, surgiria o bar Liberdade (1974), tendo como característica principal o gênero chorinho, em um local especial em que as pessoas iam para ouvir a música com o grupo do Avendano Júnior. Esse mesmo estabelecimento possui um vídeo/documentário realizado pela Produtora Moviola Filmes em 2011. De 1966 a 1972, o Festival Internacional da Canção (FIC) e o Festival de MPB, em 1980, ocorridos no Rio de Janeiro, deram uma considerável consistência para a música brasileira, abastecendo as casas noturnas com canções nacionais. Nas dependências do E.C. Pelotas surge, em 1982, o bar Vinícius (homenagem ao poeta Vinícius de Moraes), de propriedade de João Giduti e Jorge Tomate. Também se destacou o bar Viração, de 1985, com endereço na Osório, quase esquina com Gal. Teles, de Fernando Alt e Francisco Coelho. O ano de 1984 trouxe ao cenário da noite pelotense o Bar e Casa de Shows Rainbow, localizado na Praça Dom Antônio

Zattera, dos irmãos Barbieri, proprietários da conhecida Churrascaria Lobão, ficando depois somente com Rudi Barbieri. O Rainbow contava com muita música, espaço para dança e trazia a Pelotas nomes consagrados como Jerri Adriani, Wanderley Cardoso e Jair Rodrigues. Nesse mesmo período, surge o Bar Prata da Casa, na Rua Amarante, atrás do Clube Pelotas. No Laranjal, em 1985, surgiu no cenário o bar “Cê Que Sabe”, que depois foi para a cidade, na Rua XV de Novembro, como Bar da Beth; mais tarde, como Beth Bistrô, na Antônio dos Anjos; e, hoje (2025), é o Beco da Beth, na mesma rua. Em 1986, surgia o Bar Verdes Anos, com Francisco Coelho no comando, localizado em um belo casarão na Gonçalves Chaves com a 7 de Setembro, tornando-se o “xodó” da juventude na época. Aos domingos, o local recebia o nome de “Maça Verde”, com festas juvenis vespertinas. Um ano antes (1985), Roberto Mascarenhas apresentava, na noite, o bar Cais Entre Nós, na parte térrea do estádio do Pelotas, que, de 1988 a 1996, passou a “batuta” para Francisco Coelho. No mesmo período, a noite receberia o Bar Satolep, de João Gastal, e o Bar Supérfluo, de Armando Berensdorf. Cabe salientar que a noite pelotense se estabeleceu por muito tempo na região do estádio do E.C. Pelotas, reforçada pelos trailers de lanches na Av. Bento Gonçalves.

José Leonel da Luz Antunez

Referências:

ANTUNEZ, José Leonel da Luz. *Solon de Todos os Palcos*. 1. ed. Pelotas, RS: Edição do Autor, 2024.

FREITAS, Luiz Carlos. *Confissões de um cadáver adiado*. Cotia: Uratu, 2024. 320 p.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/3735/Dicionário%20de%20História%20de%20Pelotas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MAGALHÃES, Mario Osorio. Pelotas Princesa (comemorativo ao Bicentenário). *Diário Popular*, Pelotas, 2012.

Noite Pelotense (1990–2024).

Na década de 1990, a noite pelotense continuou muito movimentada. Por exemplo, em 1990, nas dependências do Clube Comercial, entrou em ação o bar Baccarat, de Pedro Cordeiro. Também funcionou, na orla da Laguna dos Patos, no Laranjal, de 1993 a 2007, com a liderança de Luís Carlos Fetter e Pedro Cordeiro, o bar Reticências, com MPB e outros gêneros musicais, no qual, pelo espaço limitado, predominavam violão e voz. Entre os anos de 1993 e 2012, próximo à agência central dos Correios, funcionou o bar Rua XV. Uma inovação dessa casa foi a “Segunda sem Lei”, que era o palco livre, nas noites de segunda-feira, para quem desejasse se apresentar. Segundo o proprietário Carlos Rheingantz, alguns talentos surgiram dessa iniciativa. Na mesma época, funcionou o bar Taberna da Lagoa, no Laranjal, de Rudi Barbieri, o qual ficava aberto durante 24 horas na alta temporada. Entre 1998 e 2012, Pelotas contou, na Rua Anchieta, com o bar Letans, sob o comando de Leda Wa-

chs e filhos, com atenção especial à velha guarda. Em 2000, surgiu o Degrau Rey Club, ainda em funcionamento, de Denilson Borges e Air Maron. Também no ano de 2000, o Bar do Costinha, no Balneário dos Prazeres, Laranjal, trouxe muita roda de samba com a então velha guarda. Seu fundador foi José Costa e, hoje, está sob o comando de Isabel Costa Resende. O Bar João Gilberto, no ano de 2002, surgiu a partir do sonho dos primos João Lopes e Gilberto Lopes, que se estabeleceram na Gonçalves Chaves, onde outrora funcionou o Bar Rustikim, do professor Minduim. Como os primos se chamavam João e Gilberto e ambos eram fãs do cantor da Bossa Nova, surgiu a ideia do nome “Bar João Gilberto”, conhecido como JG. Logo a casa começou com música ao vivo e rapidamente passou a ser referência na noite pelotense, atraindo muitos músicos e amantes do jazz e da bossa nova. No ano de 2005, o Gilberto saiu da sociedade, dando lugar à Ana Piegas, que tinha muita experiência em casas noturnas de referência na cidade, e isso foi um marco na história da casa, abrindo a participação musical para rock e MPB e, mais tarde, para samba, swing e pagode. O JG também trouxe artistas conhecidos nacionalmente, como Jorge Vercilo, Luís Fernando Veríssimo e Dado Vilas Lobos. Também em 2002, entrou nas noites e madrugadas de Pelotas o bar Aldeia, no Laranjal, de Rita Oliveira e Sissa Passos, que, em 2005, transferiu-se para um local mais amplo, quase na entrada do balneário. Entre 2013 e 2018, funcionou em dois endereços na cidade e retornou ao Laranjal com o nome Gordas Gourmet, em ati-

vidade desde 2019. Já o bar Kalabary, cujo funcionamento ocorreu de 2004 a 2014, na Salgado Filho, geralmente com animação de Beto & Izar, foi uma bela opção noturna, com boa música e pista de dança. Com os mesmos músicos, a Sociedade Italiana promove, desde 2003, os denominados *bailinhos*, com atendimento tipo barzinho duas vezes ao mês – eventos já famosos que chamam a atenção de casais com mais idade. Em 2006, foi criada a Choperia Cruz de Malta, na Andrade Neves com Dom Joaquim, um empreendimento arrojado sob a liderança de Flavio Castro e, posteriormente, de Marta Castro. Em 2012, começou a fazer parte das casas noturnas da cidade o Arcobaleno, de Rudi Barbieri, com muitas semelhanças ao já citado Rainbow; aliás, ambos têm como tradução “arco-íris”, em inglês e italiano. O Arcobaleno também trouxe nomes famosos, como Patrick Dimon e Luís Ayrão. No Laranjal, o tradicional restaurante Matinho, a partir de 2011, transformou-se em bar e restaurante pelo músico e empresário Paulão Martins, que por cinco anos foi uma excelente alternativa para a noite pelotense, sempre com música ao vivo. Em 2013, eis que surge o bar Kaô, na orla da laguna, com muito samba e comida de boteco, um lugar rústico e muito acolhedor, sob o comando de Fernando e Jamila Bizarro, que mais tarde se instalou no centro da cidade. Nesse mesmo ano, o Johnnie Jack aparecia no centro da cidade como bar e hamburgueria, mudando-se, posteriormente, para a Rua Santos Dumont com Padre Felício. Em 2015, começou a funcionar também, na praia do Laranjal, o Boteco do Tio

Nei, localizado nas dependências do Shopping Mar de Dentro, uma opção principalmente no verão pelo espaço com mesas na rua. Em 2016, o Bolicho do Alemão, de frente para a laguna, embalou as noites de sexta e sábado, com predominância do samba. No mesmo ano, no centro da cidade, o tradicional Bar do Nenê passou a ter música ao vivo, sob o comando de André Lang e Márcia Lima. Uma importante parte histórica da cidade (região do Porto) passou a atrair bares vislumbrando a noite, à medida que o espaço passou a ser frequentado por muitos jovens em razão da ida de várias unidades de ensino da UFPel para essa região, a partir dos anos 2000. Ali surgiram, entre outros, o Bar do Serginho, o Bar do Zé e o Papuera Bar (ainda em funcionamento). Já no centro da cidade, o bar Copa Rio, em frente à praça central, desde 2017, tornou-se um conhecido ambiente de samba, sob o comando de Marcos Silveira. O Barão Bar e Restaurante surgiu em 2021, na São Francisco de Paula, ao comando de Vasco Monte. Já a casa Top Brasil, na Almirante Barroso, em 2020, tornou-se mais uma opção com música ao vivo, a partir do comando de

Gabriel Corrêa. No mesmo ano, o Bar JK abriu suas portas na Av. Juscelino Kubitschek e, posteriormente, na Av. Dom Joaquim, com espaço para vários gêneros musicais. O Boteco do Franco-ni, na Barroso com Três de Maio, desde 2022, movimentou a região com música ao vivo e o tradicional karaokê, sob o comando de Michel Franconi. Em 2022, também se estabeleceu o Utopia Casa Bar, na Antônio dos Anjos, sob a batuta de Guillermo Ceballos. O bar “Sambar”, na orla do Laranjal, em 2023, surgiu com muito samba, com a liderança de Giovani Caruccio. Mais recentemente, em 2024, um importante bairro da cidade, a Guabirola, recebeu o Pop’s Pub, de Rafael Silva, que oferece muita música ao vivo, em vários estilos.

José Leonel da Luz Antunez

Referências:

ANTUNEZ, José Leonel da Luz. *Solon de Todos os Palcos*. 1. ed. Pelotas, RS: Edição do autor, 2024.

CABRAL, Sérgio. *Que fase! Autobiografia de Sérgio Cabral*. Pelotas: Bradamante Livros, 2020.

LANG, Felipe. *Jornal Noite & Cia*. Tiragem n. 5, 2002.

Pp



Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório. Fonte: Acervo do Prof. Eduardo Arriada.

Parlamentares Pelotenses (1951-2022). O pleito eleitoral de 1950 foi o primeiro, após a ditadura do Estado Novo, a ocorrer sob a vigência de duas novas Constituições: a Federal (1946) e a do Estado do Rio Grande do Sul (1947). Desde então, computamos um total de dezoito legislaturas. Nesse período, Pelotas elegeu apenas um senador da República: com um total de 906.791 votos, Carlos Alberto Gomes Chiarelli foi eleito pelo Partido Democrático Social (PDS), sigla na qual permaneceu até 1985, quando se filiou ao Partido Frente Liberal (PFL), tendo exercido o cargo entre 1983 e 1991. Na

Câmara dos Deputados, Pelotas elegeu um número maior de representantes: dezesseis deputados federais, dos quais doze naturais de Pelotas e quatro oriundos de outras cidades, mas que construíram suas carreiras políticas no município. Na primeira legislatura (1951-1955), foi eleito Sylvio da Cunha Echenique (PTB). Nas duas legislaturas seguintes (1955-1959) e (1959-1963), Pelotas contou com a representação de Joaquim Duval (PSD). Na legislatura (1963-1967), elegeram-se para a Câmara dos Deputados dois pelotenses: Ary Rodrigues Alcântara (PSD) e Cid Furtado (PDC). No mandato de 1967-1971,

além de Ary Rodrigues Alcântara, elegeu-se Vasco Amaro da Silveira Filho, ambos pela ARENA. A legislatura de 1971-1975 foi a que contou com a maior bancada de pelotenses: ao todo, quatro deputados federais foram eleitos, sendo eles os já mencionados Ary Alcântara, Vasco Amaro e Cid Furtado, todos pela ARENA, e Getúlio Pereira Dias, eleito pelo MDB. Para o exercício do mandato de 1975-1979, reelegeram-se os deputados Vasco Amaro e Cid Furtado (ARENA), além de Getúlio Pereira Dias (MDB). Na legislatura (1979-1983), soma-se a Ary Alcântara (ARENA/PDS) e Getúlio Dias (MDB/PTB/PDT) Carlos Alberto Gomes Chiarelli (ARENA/PDS), eleito com 80.319 votos, a quarta maior votação de um pelotense para esse cargo. Na legislatura de 1983 a 1987, elegeram-se Irajá Andara Rodrigues (PTB) e Lélío Miguel Antunes de Souza (MDB), este natural de Rosário do Sul, mas que iniciou sua carreira política na Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, em 1965. De 1987 a 1991, além da reeleição de Irajá Andara Rodrigues (agora no PMDB) e de Lélío Miguel Antunes de Souza (PMDB), elegeu-se Érico André Pegoraro (PFL), natural de Canguçu, cuja carreira política iniciou na Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas em 1973. A legislatura de 1991-1995 contou com a presença de apenas um parlamentar pelotense: Adolfo Antônio Fetter Júnior (PDS), reeleito para o mandato de 1995-1999, agora no PPR/PFL. Ainda nessa legislatura, assumiu mandato o suplente do PMDB, Nelson Harter Filho (1997-1999). A legislatura de 1999-2003 con-

res pelotenses: Adolfo Antônio Fetter Júnior (PP), Fernando Stephan Marro- ni (PT) e, novamente, Nelson Harter Filho, suplente (PMDB), que assumiu em 2003. O mandato seguinte (2003-2007) elegeu Erico da Silva Ribeiro (PPB), natural de Camaquã, mas que construiu sua carreira política em Pelotas, com 87.298 votos, a segunda maior votação de um candidato pelotense, ou com base eleitoral na cidade, para o cargo de deputado federal. Nas três legislaturas seguintes (2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019), nenhum candidato natural de Pelotas ou com carreira política local foi eleito para assumir diretamente o mandato; contudo, eleitos na condição de suplentes assumiram vagas. Na legislatura de 2007 a 2011, Fernando Stephan Marroni (PT) assumiu a partir de janeiro de 2009 e Matteo Rota Chiarelli, de agosto a dezembro de 2007. Na legislatura de 2011-2015, Fernando Stephan Marroni (PT), que havia sido eleito suplente com 87.103 votos, a terceira maior votação de um candidato local, assumiu de fevereiro de 2011 a abril de 2014. Por fim, na legislatura de 2015-2019, Fernando Stephan Marroni (PT), suplente eleito com 94.275 votos, a maior votação registrada para candidatos de Pelotas, assumiu para o exercício de seu quarto mandato, de fevereiro a outubro de 2015. Na legislatura atual (2019-2023), assumiu a cadeira de deputado federal Daniel Trzeciak Duarte (PSDB), natural de Dom Feliciano, mas que começou sua carreira política em Pelotas como vereador, eleito em 2016. Ele é também o único representante da cidade na legislatura de 2023-2027. Em relação aos deputados estaduais natu-

rais de Pelotas ou com carreira política na cidade, a representatividade foi maior. No total, 31 parlamentares, ao menos sete deles naturais de outros municípios, elegeram-se deputados estaduais. A listagem a seguir apresenta os nomes, partidos e as respectivas legislaturas em que assumiram mandatos, por ordem alfabética. Adriane Garcia Rodrigues (PDT), natural do Rio de Janeiro (1999-2003). Airton Santos Vargas (ARENA/PDS) assumiu por dois mandatos (1979-1983; 1983-1987). Arthur Bacchini (UDN) foi o segundo deputado estadual pelotense com maior número de mandatos, exercendo quatro legislaturas consecutivas (1951-1955; 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967). Bernardo Olavo Gomes de Souza (PSB/PPS), natural de Pedro Osório, cumpriu mandatos entre (1995-1999; 1999-2003; 2003-2007). Domingos Rosa de Oliveira, eleito suplente pelo PL, assumiu mandato na legislatura (1959-1963). Enilton Grill, eleito pelo PTB, atuou na legislatura (1963-1967). Érico André Pegoraro (ARENA/PDS/PFL), natural de Canguçu, fez carreira política em Pelotas (1979-1983, suplente que assume mandato; 1983-1987). Nas eleições de 1982, foi o quinto candidato mais votado, com 41.072 votos (1,08% do total). Érico da Silva Ribeiro (PPB), natural de Camaquã, cumpriu mandato (1999-2003), sendo o terceiro candidato mais votado no pleito de 1998, com 74.587 votos (1,45% do total). Fernando Stephan Marroni (PT) assumiu mandato na legislatura (2019-2023). Gilberto Moreira Mussi (PMDB), natural de Pelotas, mas cuja carreira política foi construída em Canguçu, exerceu man-

datos (1983-1987, suplente que assume; 1987-1991). Hilda Regina Silveira Albandes de Souza foi eleita pelo PMDB para a legislatura de 1987-1991. Hipólito Jesus do Amaral Ribeiro (PSD) foi eleito para a legislatura (1955-1959). João Carlos Gastal (PTB/MDB) foi eleito por três mandatos (1959-1963; 1971-1975; 1975-1979). Nas eleições de 1974, foi o quarto candidato mais votado, com 37.170 votos (1,44% do total). Joaquim Luiz dos Santos Moncks, suplente pelo PMDB, foi parlamentar constituinte, assumindo mandato na legislatura de 1987-1991. Jorge Alberto Duarte Grill, natural de Pelotas, prefeito de São Lourenço do Sul e de Cristal, foi eleito para o mandato de 1991-1995. José Antonio Frozza Paladini (Catarina Paladini) (PSB), natural de São Miguel do Oeste, Santa Catarina, exerceu mandatos (2011-2015; 2015-2019 – era suplente e assumiu vaga). José Pederzolli Sobrinho (ARENA) foi eleito por três mandatos (1967-1971; 1971-1975; 1975-1979). Leila Maria Wulff Fetter, eleita duas vezes como suplente pelo PP, assumiu vaga nos mandatos de 2003-2007 e 2007-2011. Lélcio Miguel Antunes de Souza (MDB/PMDB), natural de Rosário do Sul, com carreira política em Pelotas, exerceu três mandatos de deputado estadual (1971-1975; 1975-1979; 1979-1983). Em 1974, foi o segundo deputado estadual mais votado, com 39.181 votos (1,51% do total), e, nas eleições de 1978, o quarto candidato mais votado, com 40.705 votos (1,30% do total). Luiz Henrique Cordeiro Viana (PSDB) foi eleito para a legislatura de 2019-2023. Maria Cecília Moreira Hypólito foi eleita pelo PT para

exercer três mandatos (1995-1999, suplente que assume cadeira; 1999-2003; 2007-2011, suplente que assume). Miguel Olivé Leite foi eleito pelo PTB para a legislatura (1951-1955). Miriam Maroni (PT) foi eleita para três legislaturas (2003-2007, suplente que assume vaga; 2011-2015; 2015-2019). Mozart Bianchi Rocha (MDB) foi eleito para a legislatura (1967-1971). Nelson Harter Filho (PMDB) assumiu por três mandatos (2003-2007; 2007-2011; 2011-2015, suplente que assume). Procópio Duval Gomes de Freitas (PSD) foi eleito para a legislatura (1951-1955). Roberto Atayde Cardona (ARENA/PDS), nascido em Pelotas, mas cuja carreira política se desenvolveu na cidade gaúcha de Montenegro, exerceu mandatos (1979-1983, suplente que assume vaga; 1983-1987). Ruy Rocha Noronha de Mello (PTB), natural de Pelotas, mas que construiu sua carreira política em Novo Hamburgo, atuou na legislatura de 1951-1955. Suely Gomes de Oliveira, natural de Osório, foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e a parlamentar que obteve o maior número de mandatos, considerando todos os eleitos nascidos na cidade ou com carreira política local, totalizando seis legislaturas (1951-1955; 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967; 1967-1971; 1971-1975). Teófilo Tufy Salomão (PFL) foi eleito para a legislatura estadual por um mandato (1987-1991). Vicente Martins Real, suplente pelo RP, assumiu mandato na legislatura de 1959-1961. Até o presente, nenhuma mulher natural de Pelotas ou com base eleitoral na cidade elegeu-se deputada

federal. No âmbito do Poder Legislativo estadual, seis mulheres foram eleitas para a Assembleia Legislativa (19% do total), corroborando a baixa representação feminina na política.

Andréia Orsato

Referências:

HEINZ, Flávio M.; VARGAS, Jonas Moreira; FLACH, Angela; MILKE, Daniel Roberto (Orgs.). *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005. 108 p. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=w6EzquzD-daU%3D&tabid=3101&language=pt-BR>. Acesso em: 04 jul. 2025.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. 3. ed. Pelotas: Editora da UFPel; FAU – Fundação de Apoio Universitário, 2017. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/3466>. Acesso em: 03 abr. 2025.

SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (Orgs.). *O Parlamento Gaúcho: da Província de São Pedro ao Século XXI*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013. 246 p. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/biblioteca>. Acesso em: 04 out. 2025.

Parteiras. A Obstetrícia era entendida como um campo menos importante dentro da Medicina, pois tratava do corpo da mulher e se baseava, em grande parte, nos conhecimentos populares e empíricos desenvolvidos especialmente por parteiras e benzedadeiras. Por isso, por muito tempo, as parteiras não competiram com outras categorias de curadores/cuidadores. Além disso, esse era um ofício moralmente proibido

aos homens. No estado do Rio Grande do Sul, houve um Curso de Partos em Porto Alegre até 1925, ano em que foi criado o curso de Enfermagem Obstétrica. Já na região sul do estado, os treinamentos ocorriam principalmente nas cidades de Pelotas e Bagé, geralmente coordenados por médicos, e tinham duração aproximada de um mês. Apenas em 1976 foi fundado o curso de Enfermagem e Obstetrícia na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). É necessário comentar que havia uma hierarquia entre as parteiras. Aquelas com capacitação eram outorgadas pelos médicos, enquanto as que exerciam suas atividades sem o consentimento deles eram chamadas, de forma irônica, de “curiosas”. Contudo, a terminologia atual utilizada para descrever as últimas é “parteira tradicional”, pois sua prática é ritualizada, marcada pela repetição e por um saber que envolve a corporalidade. Ser parteira, segundo as próprias, demanda habilidades manuais para massagens, corte do cordão umbilical, conhecimento sobre ervas medicinais, fé e orações para que tudo ocorra bem. Exige sensibilidade para entender a “dor do parto” e os sentimentos envolvidos, além de disponibilidade para acompanhar as muitas horas de um trabalho de parto normal. Muitas relataram que iniciaram sua prática motivadas pela coragem de aprender um ofício que podia salvar vidas e pela necessidade de ajudar outras mulheres. Esse aprendizado, para a maioria, ocorreu na própria prática ou por transmissão geracional, por meio de avós e familiares que também exerciam esse ofício. As parteiras mencio-

naram saberes específicos do partejar, como “fechar os ossos” da parturiente, pois entendiam que o corpo se abria para o nascimento e precisava ser “fechado” novamente, por meio da amarração de tecidos. Também relataram práticas como queimar o coto do umbigo para cauterizá-lo e dar o banho até a queda dele, técnicas de alívio da dor do parto, desafogar o recém-nascido, auxiliar na amamentação, prever a data do nascimento, indicar as posições do feto e, através delas, o sexo do bebê, além de realizar manobras para ajeitar o feto na posição de parto e fazer o exame de toque para avaliar a dilatação. Era comum que algumas parteiras de tradição também praticassem a benzedura, principalmente em recém-nascidos e crianças. Tanto as parteiras hospitalares quanto as domiciliares, durante o “toque”, localizavam a posição do feto – isso em uma época em que não existia ultrassom – e indicavam aos médicos a necessidade de uma cesariana. Aplicavam injeções, faziam curativos e imobilizações, além de possuírem pequenas “farmácias” (maleta com remédios diversos) em casa. Todas portavam conhecimentos básicos em saúde. Nos hospitais, por muito tempo, elas permaneceram atuando no setor obstétrico, e os conflitos entre o conhecimento empírico e o científico eram constantes. Nos guias de orientação e supervisão de parteiras, fica evidente que os sanitaristas desejavam não apenas higienizar as parteiras, mas também fazer com que as parturientes deixassem de buscar “parteiras não adestradas” e passassem a frequentar os centros de saúde. No entanto, essas

mulheres possuíam um forte vínculo com suas comunidades. Após um parto domiciliar bem-sucedido, as parteiras eram frequentemente chamadas para curar doentes ou acompanhar a próxima gestante da família ou vizinhança, consolidando-se como promotoras da saúde familiar em suas comunidades. O pagamento pelo serviço prestado às parteiras tradicionais raramente era em dinheiro. Em vez disso, recebiam alimentos, presentes e eram convidadas para serem madrinhas dos recém-nascidos, título que aceitavam com orgulho. Em relação ao reconhecimento formal da profissão, ao analisar suas carteiras de trabalho, notou-se que as parteiras hospitalares foram registradas como “atendentes de Enfermagem”, as parteiras rurais como “agricultoras” e as que atuavam em domicílio nas cidades foram aposentadas como “trabalhadoras autônomas”. As parteiras tradicionais são figuras comuns, sobretudo no Norte e Nordeste do país. Todavia, em Pelotas, evidencia-se a extinção desse ofício. Segundo os relatos das próprias parteiras, as razões para o fim de sua atuação incluíram a velhice, a aposentadoria, a deterioração da saúde, a criação de hospitais, a melhoria das estradas, que permitiu o acesso às maternidades, o êxodo rural e a exigência de capacitação pelo Conselho Regional de Enfermagem (COREN).

Eduarda Borges da Silva

Referência:

SILVA, Eduarda Borges da. *Partejar e narrar: o ofício de parteira ao sul do Rio Grande do Sul (1960-1990)*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

Patrimônio Cultural de Pelotas. O patrimônio cultural de Pelotas é resultado de um processo histórico marcado por múltiplas influências étnicas, sociais e econômicas. Sua configuração abrange bens materiais e imateriais que representam a memória e a identidade local, conformando um dos acervos patrimoniais mais expressivos do Rio Grande do Sul e do Brasil. No século XIX e início do XX, durante o ciclo do charque, Pelotas tornou-se um importante centro econômico, cuja prosperidade viabilizou uma rica arquitetura urbana e rural. A cidade desenvolveu um patrimônio edificado de estilo eclético, com palacetes, teatros, praças e ruas históricas, além das charqueadas às margens do Arroio Pelotas e das construções vernáculas das colônias da Serra dos Tapes. O ciclo industrial também deixou marcas relevantes na paisagem, com edificações fabris, bairros operários e estruturas portuárias e ferroviárias. Antes mesmo da institucionalização das políticas públicas de preservação, em 1938, já havia em Pelotas um olhar valorativo sobre seu passado e seus monumentos. Como destaca Meira (2008), nas primeiras décadas do século XX, setores da sociedade sul-rio-grandense demonstravam interesse pela proteção de bens patrimoniais, evidenciado, por exemplo, na iniciativa de João Simões Lopes Neto, que publicou postais com imagens de símbolos nacionais, incluindo o Obelisco Republicano de Pelotas. Construído em 1884, ainda sob a monarquia, em homenagem a Domingos José de Almeida, o monumento teve seu tombamento solicitado pela Câmara de Ve-

readores e efetivado pelo SPHAN em 1955 (Meira, 2008). Com a criação da política federal de tombamento, em 1938, os primeiros bens protegidos no Rio Grande do Sul foram edificações coloniais e imperiais, como ruínas jesuítico-indígenas, fortificações militares, igrejas em cidades como Porto Alegre, Viamão, Bagé e Rio Grande, além de construções ligadas à Revolução Farroupilha. Em Pelotas, os tombamentos vieram mais tarde, já que o estilo eclético predominante na cidade não recebia o mesmo prestígio que a arquitetura colonial, segundo a visão nacionalista dos modernistas do SPHAN. Somente a partir dos anos 1970, foram reconhecidos como patrimônio nacional o Teatro Sete de Abril (1972), os casarões 2, 6 e 8 da Praça Coronel Pedro Osório (1977) e a Caixa d'Água em ferro (1984). O patrimônio arquitetônico de Pelotas passou a ser protegido através de iniciativas locais, a partir de demandas surgidas entre as décadas de 1970 e 1980. Schlee (1993) dividiu a arquitetura de Pelotas em quatro fases: a colonial (1758–1850), referente às primeiras construções durante a ocupação do território; o ecletismo historicista (1850–1900), marcado pelo apogeu econômico das charqueadas; o ecletismo urbano-industrial (1900–1930), associado à crise do charque e à expansão de habitações populares; e a fase moderna (a partir de 1930), com edificações de linhas mais sóbrias, refletindo a transição da cidade para centro regional de comércio e serviços. A preservação desses bens edificados passou a ser organizada principalmente por meio dos inventários arquitetônicos, que se

consolidaram como instrumento central das políticas locais de proteção. Conforme destacam Luckow, Neutzling e Oliveira (2021), o primeiro inventário foi realizado em 1983, por meio de parceria entre a Prefeitura e a UFPel, com apoio da Fundação Nacional Pró-Memória. Em 1987, resultou no tombamento provisório de 246 imóveis, dos quais apenas 11 foram efetivamente preservados, em meio a conflitos e resistências. Segundo as autoras, a partir dos anos 1990, os inventários passaram a subsidiar políticas públicas, como a criação de zonas de preservação e a concessão de isenção de IPTU. Já nos anos 2000, com o uso de novas tecnologias e critérios ampliados, o processo foi atualizado e fortalecido como ferramenta de gestão do patrimônio arquitetônico local. Nesse mesmo período, de acordo com Schlee (2008), a adesão de Pelotas ao Programa Monumenta possibilitou o restauro de edifícios históricos e promoveu ações educativas e culturais voltadas à valorização da memória urbana. Ainda no que se refere à proteção de bens culturais edificados em Pelotas, o tombamento estadual de bens isolados é uma estratégia de preservação relativamente recente. Com exceção da Casa da Banha, antiga sede de tropas imperiais durante a Guerra dos Farrapos, tombada pelo IPHAE em 1999, foi apenas a partir da segunda década do século XXI que outros imóveis passaram a ser reconhecidos, também com o objetivo de viabilizar acesso a leis de incentivo à restauração. Entre eles, estão: a Catedral São Francisco de Paula (2011); a Casa João Simões Lopes Neto – Institu-

to J. Simões Lopes Neto (2012); o Castelo Simões Lopes (2012); o Clube Cultural Fica Ahi Pra Ir Dizendo (2012); o Palacete Payssandu – antiga residência do escritor João Simões Lopes Neto (2012); a Antiga Escola de Agronomia Eliseu Maciel (2013); a residência do senador Augusto Assumpção (2013); a Matriz do Banco Pelotense (2019); e a Igreja Sagrado Coração de Jesus – Igreja do Porto (2023). O patrimônio cultural tornou-se prioridade no plano de desenvolvimento da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) a partir dos anos 2000, quando a instituição passou a adquirir e incorporar edifícios históricos e antigos complexos fabris ao seu campus. Conforme Sosa González (2019), essa iniciativa assegurou não apenas a conservação física desses bens, mas também sua revalorização simbólica e funcional, ao integrá-los à vida acadêmica e urbana. Paralelamente, além das pesquisas já desenvolvidas nas graduações em Arquitetura e Urbanismo e nos cursos de História, a UFPel ampliou sua atuação na área com a criação de novas formações diretamente voltadas ao tema: o bacharelado em Museologia, em 2006; o bacharelado em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, em 2008; e o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, em 2006. Toda essa trajetória preservacionista levou ao reconhecimento do Conjunto Histórico de Pelotas como patrimônio nacional em 2018. Em uma concepção ampliada e atualizada de patrimônio cultural, o tombamento federal integrou processos isolados anteriores e buscou construir uma abordagem terri-

torial e histórica coesa, reconhecendo não apenas a arquitetura e o urbanismo, mas também as relações sociais e culturais associadas ao ciclo do charque. Conforme Schlee (2019), a proposta destacou a qualidade do traçado urbano, a arquitetura eclética, os espaços públicos e equipamentos históricos, além da tradição doceira da cidade, também registrada como patrimônio imaterial. A tradição doceira de Pelotas foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial brasileiro a partir de um processo iniciado em 2005, consolidado com o registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas pelo IPHAN, também em 2018. Esse reconhecimento abrange duas tradições distintas: os doces finos, surgidos no século XIX, nas casas das elites urbanas durante o ciclo do charque, em grande parte produzidos por mulheres negras escravizadas e suas descendentes nas cozinhas das senhoras da elite pelotense (Ferreira; Cerqueira, 2012); e os doces coloniais, originados entre imigrantes europeus nas colônias rurais da Serra dos Tapes, feitos com frutas e técnicas herdadas de seus países de origem (IPHAN, 2018b). O inventário cultural realizado entre 2006 e 2008 por pesquisadoras e pesquisadores da UFPel, com apoio da Secretaria Municipal de Cultura e recursos do Programa Monumenta, foi fundamental para documentar esses saberes e modos de fazer. Em 2009, a Câmara de Dirigentes Lojistas solicitou formalmente o registro ao IPHAN, reconhecendo o valor simbólico e geográfico da chamada Região Doceira, formada por Pelotas, Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e

Turuçu. O processo de salvaguarda incluiu não apenas o reconhecimento das práticas, mas também ações de valorização cultural, como a criação do Museu do Doce e propostas de selo de origem. A tradição doceira é representativa da convivência entre diferentes grupos sociais, sintetizando a articulação entre passado e presente, memória, identidade e práticas alimentares que tornam a região singular no cenário nacional (IPHAN, 2018b). A contribuição africana na cidade de Pelotas constitui um elemento central do patrimônio cultural em todas as suas dimensões. O passado cruel da escravidão está encravado na constituição do ciclo econômico do charque e na constituição da cidade; portanto, a contribuição da população negra está presente na arquitetura, no desenho urbano e nas tradições e costumes. A prática doceira, por exemplo, é atravessada pela cosmovisão do povo negro, uma vez que o registro documental a prática do uso dos doces pelas religiões de matriz africana como oferendas aos orixás (IPHAN, 2018b). Essa concepção recente e ampliada, inclusiva e de reparação histórica das políticas de patrimônio e cultura, fruto da luta dos movimentos sociais, tem permitido outros reconhecimentos e gerado reivindicações junto às políticas de patrimônio. Exemplo disso é o Tambor de Sopapo, declarado patrimônio imaterial de Pelotas por meio da Lei Municipal 6.915, de 2021. De acordo com Maia (2005), o instrumento surgiu a partir da reconstrução diaspórica dos escravizados que trabalhavam nas charqueadas, passando a ser amplamente utilizado nas escolas de samba de Pelotas, Rio

Grande e Porto Alegre a partir da década de 1940. Maia (2005) destaca que, com o Projeto CABOBU, idealizado por Giba-Giba, no final dos anos 1990, o sopapo foi retomado e ressignificado, adquirindo um novo *status* como elemento identitário e ideológico da cultura afro-rio-grandense. Assim como mestre Giba-Giba, outros mestres e mestras griôs passaram a ser reconhecidos por seus saberes musicais, artísticos e populares, transmitidos oralmente como patrimônios vivos das comunidades locais. Nesse contexto, Pelotas possui territórios quilombolas – como Algodão, Vó Elvira, Alto do Caixão, Santa Maria, Pelotinha e Cascata – já reconhecidos ou em processo de reconhecimento pela Fundação Palmares. Ademais, em 2023, as áreas quilombolas no Brasil foram oficialmente tombadas pelo IPHAN como patrimônios nacionais, em consonância com a Constituição de 1988, que determina: “ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos”. No espaço urbano, destaca-se ainda a luta histórica da comunidade do Passo dos Negros pelo reconhecimento de seu território como patrimônio cultural, localizado às margens do Canal São Gonçalo, remanescente do surgimento urbano da cidade, entre o final do século XVIII e o início do XIX, tendo funcionado como entreposto do comércio de charque e de pessoas escravizadas. Contudo, embora preserve vestígios arquitetônicos, arqueológicos e culturais ligados à memória afro-diaspórica, a área não teve o mesmo destaque nas políticas de proteção e tombamento e segue ameaçada

pela especulação imobiliária (Alfonso; Costa, 2021). Outra política cultural relevante é o Dia do Patrimônio, instituído pelo poder público municipal, em 2013, e amplamente reconhecido pela comunidade. Realizado anualmente no mês de agosto, o evento adota um tema gerador para suas atividades, que incluem oficinas, apresentações culturais, visitas a imóveis públicos e particulares, além de debates sobre a conservação e valorização do patrimônio (Pelotas, s.d.). O encontro também promove a integração entre projetos desenvolvidos pelas universidades e iniciativas da sociedade civil organizada. Na virada do século XX para o XXI, o patrimônio cultural passou a ocupar um papel central na construção da identidade local em Pelotas. A preservação de edifícios históricos, saberes tradicionais e territórios simbólicos deixou de ser apenas uma ação de proteção do passado e passou a integrar os debates sobre pertencimento, memória e futuro da cidade. A ampliação do conceito de patrimônio permitiu o reconhecimento de bens materiais e imateriais, urbanos e rurais, incluindo práticas e espaços ligados às populações negras e tradicionais. Esse processo também evidenciou conflitos e diferentes olhares sobre as memórias difíceis relacionadas à escravidão, ainda presentes na paisagem e nas dinâmicas sociais. Entre políticas públicas, ações educativas, pesquisas acadêmicas e mobilizações sociais, Pelotas vem fortalecendo o campo do patrimônio cultural enquanto expressão de sua diversidade e da complexidade de sua história.

Darlan De Mamann Marchi

Referências:

ALFONSO, Louise Prado; COSTA, Vanessa Avila. “As charqueadas, o engenho, o campo do Osório, a ponte, tudo são patrimônio”: o fazer arqueológico com a comunidade do Passo dos Negros (Pelotas, Rio Grande do Sul). In: CAMPOS, Juliano Bitencourt *et al.* (Orgs.). *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: arqueologia e turismo sustentável*. v. 4. Criciúma, SC: UNESC, 2021. Cap. 13.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Conjunto histórico de Pelotas é reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil*. Brasília: IPHAN, 2018a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4641>. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Dossiê de registro: modos de fazer os doces tradicionais da Região de Pelotas – antiga Pelotas*. Brasília: IPHAN, 2018b. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/comunicacao/publicacoes/dossies-de-registro>. Acesso em: 21 maio 2025.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; CERQUEIRA, Fabio Vergara. Mulheres e doces: o saber-fazer na cidade de Pelotas. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo: Unesp, v. 8, n. 1, p. 255-276, jan./jun. 2012.

LUCKOW, Daniele Behling; NEUTZLING, Simone Rassmussen; OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. Experiências de inventários do Patrimônio Cultural no Rio Grande do Sul. *RCT-Revista de Ciência e Tecnologia*, 2021.

MAIA, Mario de Souza. O sopapo e o CABOBU: a invenção de uma tradição percussiva no extremo sul do Brasil. In: ANPPOM, XV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 2005, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: ANPPOM, 2005. Disponível em: https://www.anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2005/sessao24/mario_maia.pdf. Acesso em: 22 maio 2025.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PELOTAS. Prefeitura Municipal. *Dia do Patrimônio Pelotas* [blog]. Pelotas: Prefeitura Municipal, [s.d.]. Disponível em: <https://diadopatrimoniopelotas.wordpress.com/>. Acesso em: 21 maio 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). *Bens tombados – Acervos culturais*. Porto Alegre: IPHAe, [s.d.]. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>. Acesso em: 19 maio 2025.

SCHLEE, Andrey R. *O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

SCHLEE, Andrey R. Pela memória de Pelotas. Como sempre! In: I COLÓQUIO SOBRE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA, 1., 2008, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: [s. n.], 2008.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. O conjunto histórico de Pelotas como patrimônio nacional. In: MICHELON, Francisca Ferreira (Org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: Editora UFPel, 2019. p. 27-41.

SOSA GONZÁLEZ, Ana María. A UFPel, a cidade de Pelotas e seu patrimônio industrial: uma reflexão e sistematização a partir do projeto “Memória, identidade e patrimônio industrial adquirido pela UFPel”. In: MICHELON, Francisca Ferreira (Org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: Editora UFPel, 2019. p. 85-123.

Patrimônio Industrial de Pelotas. A construção do conceito de patrimônio industrial deu-se através da ressignificação e reapropriação dos vestígios da produção industrial a partir da segunda metade do século XX, deixando de ser vistos como “restos” pouco importantes da atividade econômica para passar a ter valor patrimonial. Surgiu na Inglaterra junto aos estudos da arqueologia industrial e em resposta à destruição de muitas fábricas durante a Segunda Guerra Mundial. De acordo com a Carta de Nizhny Tagil de 2003, adotada pelo *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* – TICCIH (Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial), patrimônio industrial são os vestígios da cultura industrial com valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Esses vestígios podem ser as edificações, maquinários, oficinas, fábricas, minas, locais de processamento e de refinamento, armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as infraestruturas e locais onde se desenvolvem atividades sociais relacionadas com a indústria (tanto habitacional quanto de culto ou educativas), ou seja, o patrimônio industrial é composto por: Arquiteturas (edifícios, construções, estilos, materiais de construção, etc.); objetos industriais (máquinas, ferramentas, infraestrutura); arquivos de trabalho (documentos de gestão, balanços, comprovantes); cultura industrial (funções, conhecimentos, festividades, convivência, lazer, etc.); relatos de vida (memórias e entrevistas com trabalha-

dores e ex-trabalhadores). Em 2018, esse documento foi complementado pela Carta de Sevilha, onde se reafirma, entre outros aspectos, o valor cultural dos testemunhos materiais e imateriais vinculados a essas atividades produtivas, assim como a crescente consciência cidadã para a manutenção e conservação desse patrimônio. Com essa transformação do entendimento do que é o patrimônio industrial, fica evidente que, tanto quanto as estruturas físicas e o papel das iniciativas fabris na história e no desenvolvimento das cidades, com seus impactos positivos e negativos, interessa preservar as memórias de trabalhadores e trabalhadoras que atuaram nesses locais. Nesse sentido, para Alessandro Portelli, “a recuperação do Patrimônio histórico de bens materiais-industriais se torna um modo importante para contar uma outra história, a história de gente comum que materialmente construiu a cidade e a fez viva” (Portelli, 2018, p. 8). O autor afirma que “é importante, por isso, que a recuperação e o reuso não traíam a razão de ser, a história, a função dessa realidade” (Portelli, 2018, p. 8). Por esse motivo, tanto quanto a memória dos processos de produção industrial e suas consequências para o desenvolvimento da cidade, os atores envolvidos – proprietários(as), trabalhadores(as) e toda a rede de relações do entorno –, a ocupação e preservação dos prédios envolve também a discussão sobre as finalidades da preservação patrimonial propriamente dita e, ao mesmo tempo, resulta fundamental a maneira como se dá a conhecer esse passado da produção industrial no pre-

sente, para que seja percebido como um legado e, assim, visibilizado e valorizado. No caso específico da cidade de Pelotas (RS), as primeiras fábricas surgiram a partir da segunda metade do século XIX e se intensificaram na primeira metade do século XX. As fábricas eram, primeiramente, ligadas a ramos da pecuária já desenvolvida na região – devido às charqueadas, espaços de agroindústria que antecederam a industrialização no desenvolvimento socioeconômico pelotense – e ao cultivo do arroz, que crescia fortemente naquela época. Essas fábricas se concentravam no espaço urbano localizado entre o Porto (1832), região já desenvolvida em função da produção saladeiril, e a Estação Férrea (1884), pela facilidade de escoamento da produção. O antigo Passo dos Negros, no Canal São Gonçalo, era o principal ponto de entrada e saída da cidade; dessa forma, a região, com suas ruas traçadas desde a década de 1830, foi o local escolhido pelas primeiras indústrias locais, crescendo significativamente com a instalação das residências dos operários que trabalhavam nas fábricas. Com os trabalhos de dragagem do Canal, após 1876, entraram navios de maior envergadura e, assim, negócios de maior vulto. Foi assim que o processo de industrialização mudou a estrutura social e territorial da cidade, com uma importante circulação de capital que promoveu melhoras na zona urbana de Pelotas: sistema de iluminação pública e gás; primeiro transporte público, na forma de bondes com tração animal, a cargo da Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas; instalação da Companhia Hidráulica Pelotense, com

a estação local de água; construção da ponte ferroviária com vão móvel sobre o Canal São Gonçalo. Em 1884, a construção da malha ferroviária próxima ao canal contribuiu para a posterior formação de microrregiões (bairros) com caráter industrial e operário. A cidade recebeu também muitos imigrantes, aumentando sua população significativamente. Dessa forma, as primeiras instalações industriais da cidade foram fruto de iniciativas privadas de alguns imigrantes, principalmente alemães. Em 1910, Pelotas atingia a fase da industrialização moderna, com várias fábricas de tecidos, arroz, bebidas e frigoríficos. A partir da segunda década do século XX, a modernização na pecuária proporcionou a chegada de vários frigoríficos com capital internacional (Soares, 2002). Na década de 1950, Pelotas era considerada o segundo centro de maior produção industrial no Rio Grande do Sul, ficando atrás apenas da capital, Porto Alegre. Dessas indústrias, a maioria referia-se à produção de gêneros alimentícios e vestuário. Além das já citadas, muitas fábricas se localizaram na zona rural próxima à cidade, produzindo conservas de frutas e legumes entre os anos de 1950 e 1970. Nos anos de 1970, Pelotas apresentava grande crescimento industrial no setor alimentício; porém, a atividade industrial na zona urbana tornou-se incompatível, demandando novas plantas industriais e uma nova rede de transporte rodoviário, sendo necessária a criação do Distrito Industrial. Outro fator importante que contribuiu para o projeto do novo distrito industrial foi a crescente vinda da indústria nacional para a cidade; po-

rém, essas novas instalações acarretaram o declínio da indústria local, principalmente daquelas localizadas na zona rural, que eram, muitas vezes, de administração familiar. O local escolhido para o Distrito Industrial foi às margens das rodovias BR 116, BR 392 e BR 471, longe da zona central da cidade. Tal fato impactou diretamente a estrutura urbana, uma vez que, mesmo crescendo economicamente, a cidade sofreu um esvaziamento, caracterizado pela subutilização da infraestrutura urbana e pela obsolescência e ociosidade dos edifícios industriais localizados nesse espaço urbano. Caso que se agravou nos anos seguintes, quando, na década de 1980, a industrialização na cidade entrou em declínio, e o fechamento de diversos espaços fabris foi notável, chegando, nos anos 2000, ao décimo município industrializado do estado. Nesta época, os prédios das antigas fábricas, já sem a destinação para a qual foram originariamente construídos, eram gradativamente abandonados. Atualmente, vários dos prédios que antes abrigavam espaços fabris acabaram suprimidos da malha urbana, e os remanescentes, dos antigos lugares de trabalho, representam os vestígios do Patrimônio Industrial do século XX da cidade de Pelotas, por possuírem grande expressividade econômica, cultural e paisagística. Desses é possível encontrar algumas antigas fábricas vazias, sofrendo ações do tempo. Logo, a atribuição de novos usos para esses antigos lugares de trabalho é uma forma de preservar a sua memória e a sua história. Entre os anos 1996 e 2010, a Universidade Federal de Pelotas adquiriu alguns

desses antigos prédios industriais da cidade para fins acadêmicos, atendendo assim funções importantes que a sociedade hoje necessita. Existem valiosos esforços de estudantes e professores dos diferentes cursos da UFPel plasmados em diversas pesquisas sobre esse patrimônio industrial. Elas são fundamentais para o conhecimento do mesmo, mas também são uma advertência sobre o que ainda não foi pesquisado nem valorizado, demonstrando a necessidade de continuar trabalhando nessa direção, de unificar esforços com um olhar interdisciplinar e conscientizar para reconhecer esses lugares como um legado (Sosa González, 2019).

Ana María Sosa González

Referências:

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. Julho de 2003. Disponível em: <https://www.icomos.org/18thapril/2006/nizhny-tagil-charter-sp.pdf>. Acesso em: 30 maio 2022.

CARTA DE SEVILHA DE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. 2018. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/tag/carta-de-sevilha/>. Acesso em: 28 maio 2022.

PORTELLI, Alessandro. Prefácio. In: MATOS, Ana Cardoso de. *Conversando sobre patrimônio industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens*. Sobral: Edições UVA, 2018.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigo. *Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000)*. 2002. Tese (Doutorado) – Programa de Doctorado Pensamiento Geográfico y Ordenación del Territorio Bienio, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2002.

SOSA GONZÁLEZ, Ana María. A UFPel, a cidade de Pelotas e seu patrimônio indus-

trial: uma reflexão e sistematização a partir do projeto “Memória, identidade e patrimônio industrial adquirido pela UFPel”. In: MICHELON, Francisca Ferreira (Org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: Editora UFPel, 2019a. p. 85-123. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4869>. Acesso em: 30 jun. 2022.

Pescadores artesanais. Pescadores artesanais são profissionais conhecidos por distinguir-se dos pescadores industriais através do tamanho de suas embarcações, técnicas de trabalho e níveis de produção. A nomenclatura é classificada por importantes órgãos governamentais, como a Capitania dos Portos, a Marinha do Brasil e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. A atividade de caráter primário marca o cotidiano de importantes comunidades na cidade de Pelotas, como é o caso da Colônia de Pescadores Z3, conhecida também como Colônia São Pedro ou Arroio Sujo, e do Barro Duro, um entre os três balneários da Praia do Laranjal, conhecido também como Praia Balneário dos Prazeres. Gill (2019, p. 06) define pescadores artesanais tradicionais como “pessoas que vivem da pesca e que aprenderam suas funções, na maioria das vezes, com membros familiares, através das experiências vivenciadas cotidianamente”. De acordo com Figueira (2009, p. 13), a atividade de pesca profissional artesanal está diretamente relacionada a “um cotidiano social orientado por uma relação profunda com a natureza”. Para essas comunidades, o território é um agente ativo na consolidação de um estilo de vida que é tradicionalmente passado de

geração em geração. Ainda, de acordo com o autor, a determinação ambiental faz surgir um núcleo cultural particular (Ferreira, 2009), um emaranhado de crenças, medicina caseira, festas religiosas, em especial a devoção à religião, práticas tradicionais de produção, como os barcos construídos pelos pescadores na Z3, gastronomia e saberes ligados ao trabalho da pesca, como a leitura das marés, ventos e estrelas, que marcam esses profissionais. Uma série de problemas históricos atinge a principal comunidade pesqueira de Pelotas, tanto os pescadores da Z3 quanto os do Barro Duro. A dependência do atravessador, a desvalorização dos pescados, a falta de consumo de pescados em nível nacional e a proibição da pesca em alguns momentos do ano, conhecida aqui como período de defeso, são fatores que têm levado os jovens ao êxodo. Os pescadores artesanais possuem uma relação cultural com o local onde estão inseridos. Quando se fala sobre pesca artesanal, aborda-se uma rede de sociabilidades pautadas na natureza. Os saberes, os fazeres, os costumes, a arte, a religião e os conhecimentos tradicionais – tudo que caracteriza a comunidade pesqueira – estão ligados a essa atividade laboral. Uma série de atividades compõe o cenário laboral dos pescadores artesanais, já que o trabalho não acontece somente no mar. Silva (2022) defende que a pesca artesanal lagunar abarca captura, despescagem, processamento, beneficiamento e comercialização dos pescados, além dos reparos nas redes e da manutenção das embarcações. Os pescadores artesanais são caracterizados, também, por ocuparem

as margens da Lagoa dos Patos com galpões ou peixarias, locais que concentram suas principais ferramentas de trabalho e são ocupados com muita frequência, quando não estão embarcados. É nesse lugar que consertam embarcações e redes, ao mesmo tempo que incentivam as gerações futuras a preservar a tradição. A pesca tradicional é caracterizada pela mão de obra familiar, e até as crianças contribuem desde cedo com a prática, já que todos os membros da família estão envolvidos no labor, inclusive os mais velhos, que são os mais experientes. Atualmente, as comunidades tradicionais têm enfrentado uma série de fragilidades, no caso da pesca artesanal. Entre elas, a crise climática, a poluição ambiental e a pesca de grandes empresas representam algumas dessas adversidades, que assolam os pescadores artesanais de Pelotas e de outras regiões do Brasil e do mundo. Estes trabalhadores têm buscado saídas econômicas baseadas, principalmente, no turismo, através de uma gastronomia fomentada pelos pescados e até na produção de barcos em miniatura, que podem ser comercializados, mas que são também utilizados como expressão de fé e devoção. Os pescadores da Z3 organizam, anualmente, uma procissão na Lagoa dos Patos e em terra para homenagearem a sua protetora. Para a igreja católica, ela se chama Nossa Senhora dos Navegantes; já para a Umbanda e o Candomblé, ela é Iemanjá.

Alice da Conceição Teixeira

Referências:

FIGUEIRA, Michel Constantino. *Colônia de Pescadores Z3, Pelotas – RS: da crise na pesca a expansão do turismo com base no*

patrimônio cultural. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

GILL, Lorena Almeida. Um ofício em transformação: a pesca artesanal contada por quem a pratica (Pelotas, RS). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 11, p. 1-17, 2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Praia Balneário dos Prazeres – Barro Duro*. Rio Grande do Sul: um grande destino nas 4 estações. Disponível em: <https://www.turismo.rs.gov.br/turismo/atrativo/visualizar/7188>. Acesso em: 12 maio 2025.

SILVA, Liza Bilhalva Martins da. *Lagoas de mulheres*: pescadoras embarcadas e educação ambiental no sistema lagunar-costeiro do/no Rio Grande do Sul. 2022. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2022.

População. Pelotas é o quarto município gaúcho em número de habitantes. Segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, a cidade possui 325.685 residentes. Comparativamente,

tendo por informação os dados de 1960, disponíveis no Dicionário de História de Pelotas – Volume I, o crescimento em 62 anos foi de 184,45%. Embora significativo em termos percentuais e absolutos, esse aumento populacional é menor do que o registrado para o Brasil no mesmo período (286,17%). Observando a série histórica, a partir dos Censos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022, a taxa de crescimento da população tem diminuído, a ponto de, em 2022, em relação a 2010, o número de habitantes do município ter decrescido 2.590 habitantes, o que representa um crescimento negativo. Esse fato pode ser creditado, entre outros aspectos, à diminuição territorial de Pelotas, de onde se emanciparam quatro novos municípios entre os anos de 1982 e 1996, muito embora a taxa de crescimento populacional tenha se mantido em decréscimo entre os anos de 1960 e 1970, bem como entre 2000 e 2022. Para além dessa característica, é possível observar que a cidade é um espaço majoritariamente feminino. Se, em 1970, o número de mulheres era de 107.338, representando 51,63% do total de habitantes,

Censo IBGE	Geral	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Rural	Urbana	Mulheres	Homens
1970	207.869	-	-	-	-	-	53.127	154.742	107.338	100.531
1980	259.994	221.512	21.489	283	15.282	-	55.177	204.817	134.412	125.582
1991	291.100	247.580	21.648	80	20.980	384	25.908	265.192	152.451	138.649
2000	323.158	269.097	31.172	457	20.395	977	22.077	301.081	169.816	153.342
2010	328.275	263.443	35.049	1.052	28.245	483	22.082	306.193	174.077	154.198
2022	325.685	247.257	38.691	264	39.107	363	20.029	305.656	173.562	152.123

Tabela 1. Dados populacionais de Pelotas a partir de 1970. Fonte: Compilação do autor a partir dos dados disponíveis na plataforma SIDRA, do IBGE, e na Biblioteca IBGE. Segundo informação do Instituto, “o quesito cor ou raça não foi investigado no Censo de 1970”.

ao longo do período analisado ocorreu um leve e constante aumento percentual da população feminina, que conta com 53,29% do total de residentes em 2022. A cidade também se consolidou, a exemplo dos grandes centros populacionais do país, como um espaço eminentemente urbano. No último Censo, 305.656 pessoas residiam na área urbana (apenas 20.029 na área rural). Entre 1970 e 1980, houve um pequeno acréscimo nos residentes rurais (um pouco mais de 2.000 pessoas). Já em 1991, o total de moradores da zona rural havia diminuído para menos da metade em relação ao censo anterior. A tendência de aumento percentual nos residentes urbanos se manteve nos levantamentos de 2000 (93%), 2010 (93%) e 2022 (94%). Tendo por parâmetro o ano de 1970, quando a população rural era de 25,56%, os atuais 6% mostram-se bastante significativos. Em termos raciais, são localizadas informações a partir do censo de 1980, conforme tabela abaixo. Em 2000, os residentes de Pelotas se identificavam como brancos (269.097), negros (51.567), amarelos e indígenas (1.434). Dez anos mais tarde, esses números eram de 263.443 brancos, 63.294 pretos e pardos e 1.535 amarelos e indígenas. Em 2022, os entrevistados pelo IBGE identificavam-se como brancos (247.257), negros (77.798) e amarelos e indígenas (627). Comparativamente a 1980, é possível notar que o número absoluto de negros em Pelotas mais que dobrou, num movimento contínuo de crescimento. Outro indicador relevante para a compreensão dos aspectos populacionais da cidade diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH) do município. O levantamento de dados aponta que, em 1991, o IDH era de 0,558 (considerado baixo para os parâmetros definidos pelo Painel IDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD). Em 2000, o valor passou para 0,66 (médio) e, em 2010, chegou a 0,739 (referenciado como alto, numa escala que vai de 0,000 a 1,000). Poder-se-ia dizer que a situação da cidade melhorou em termos absolutos. Contudo, comparativamente aos dados estaduais e nacionais, Pelotas passou da 37ª posição no ranking estadual e 184ª no nacional (em 1991) para a 159ª posição no Rio Grande do Sul e 795ª posição no Brasil, no censo de 2010. Esses dados tornam-se particularmente mais preocupantes quando observamos que, em 2010, o IDH de Pelotas para brancos era de 0,762, enquanto para negros esse número ficou em 0,654. Em termos de expectativa de vida, os índices apresentam uma melhora entre os anos de 1991 e 2010, ficando em 69,15 anos em 1991, 72,74 anos em 2000 e 75,64 anos em 2010 a expectativa de vida de um nascido no município. Em termos de densidade demográfica, levando-se em consideração a diminuição do território municipal após as emancipações, Pelotas passou de 151 habitantes/km², em 1991, para 202,44 habitantes/km², em 2022. Esses dados, vinculados ao aumento populacional e à concentração de moradias no perímetro urbano, fizeram com que novas áreas do território fossem urbanizadas, criando-se novos bairros e aglomerados populacionais, a exemplo da Vila Governação, Getúlio Vargas, Umuha-rama, Amarilis, diversos condomínios

horizontais (Moradas Club e Moradas Pelotas, Altos do Laranjal, Serena etc.) e verticais (Parque Uma, Acqua Club, Quartier, Lucca etc.). Do ponto de vista educacional, Pelotas também apresenta um quadro aquém dos números do Estado e do país. A taxa de escolarização entre 6 e 14 anos, aferida em 2010, é de 96,9%, colocando a cidade na posição 394 (de 497 municípios gaúchos) e 3.751 (de 5.570 municípios brasileiros). No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Pelotas tem melhorado a partir do início da aferição pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Em 2007, o IDEB para os anos iniciais da educação básica era de 4, e para os anos finais era de 2,9 (numa escala de 0 a 10 pontos). Já em 2023, esses números são melhores, apontando 4,8 para os anos iniciais e 4 para os anos finais, embora muito distantes do melhor IDEB do país, a cidade de Pires Ferreira, no Ceará, com índices de 10 e 9,2 para anos iniciais e finais, respectivamente. A projeção do IBGE para o número de habitantes no município, com dados de 1º de julho de 2024, é de 336.131, um leve aumento em relação ao último censo.

Paulo Koschier

Referências:

ALVES, José Eustáquio Diniz. A população de Pelotas no censo de 2022. *EcoDebate*. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2023/10/16/a-populacao-de-pelotas-no-censo-2022/>. Acesso em: 4 fev. 2025.

ATLASBR. *Perfil municipal*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/4314407>. Acesso em: 5 fev. 2025. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1962.pdf. Acesso em: 4 fev. 2025.

IBGE. Biblioteca IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/>. Acesso em: 4 fev. 2025. IBGE. *Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 4 fev. 2025.

IBGE. Plataforma SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-populacao-e-domicilios-situacao-urbana-ou-rural>. Acesso em: 4 fev. 2025.

Porto. O período de existência do Porto de Pelotas compreendido entre a década de 1960 e 2025 conta uma história de ocaso e revivescência. O início de sua operação organizada apenas em 1940, após longas e dificultosas obras de completa remodelação e tardiamente em relação aos demais portos do país, dificultou sua escolha como caminho para as cargas regionais. Logo nesse início, incorreções técnicas na construção da amurada de seu novo cais, em aterro sobre o canal São Gonçalo, fizeram com que a estrutura em concreto armado viesse a arruinar parcialmente pelo esforço oriundo da movimentação de atracação das embarcações de maior porte. Esse problema levaria mais de duas décadas para ser resolvido. Outros fatores contribuíram para seu declínio operacional, verificado nos primeiros anos da década de 1960. Entre 1953 e 1960, sofreu forte impacto da crise causada pela elevação dos preços do transporte marítimo. Em 1964, o encalhe de um navio, devido à falta de manutenção do calado do canal de acesso, fez as

companhias de navegação diminuiriam escalas e fecharam as agências locais. No ano de 1965, foi cogitado mesmo o fechamento da Divisão de Pelotas do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, combatido em uma campanha encabeçada pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário local, por meio de uma publicação editada por volta de 1967. A propaganda buscava divulgar que a maioria desses problemas estava sanada: o porto estava reaparelhado, seu canal de acesso estava dragado, com o segundo maior calado do Estado (oficialmente, 18,5 pés), e era valorizado pela Comissão de Marinha Mercante e autoridades federais, de modo que as companhias de navegação reabriram suas agências, retomou-se o movimento de navios e a confiança dos usuários. O DEPREC – Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, no Plano Hidroviário do Estado elaborado em 1961, o qual toma por base o Relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de 1955, sugeria que o porto pelotense fosse preterido pelos meios rodoviário e ferroviário, restringindo seu *hinterland* (região geográfica de influência econômica de um porto) à cidade, imediações e zona da Lagoa Mirim; que deveria reconhecer, assim como o porto de Porto Alegre, sua dependência do porto de Rio Grande. Recomendava o uso de barcas como solução ideal para a navegação comercial na Laguna dos Patos. No documento público consta a previsão da substituição, efetivada pouco tempo depois, do vão móvel da ponte ferroviária sobre o S. Gonçalo, do sistema giratório para outro levadiço, que satisfazia a nova

exigência de espaço livre de passagem. O primeiro Plano Diretor de Pelotas, de 1968, apontou um declínio do tráfego remontando a 1952, acentuado, porém, entre 1957 e 1964, intervalo no qual as exportações caíram a aproximadamente 1/3 e as importações a menos de 1/8, segundo dados da Associação Comercial de Pelotas. É evidente a influência da ponte rodoviária Alberto Pasqualini, inaugurada em 7 de julho de 1963 sobre o canal, em ligação a Rio Grande, sendo também visível, na estatística do porto pelotense dos anos antecedentes, a influência do incentivo federal ao uso do modal rodoviário. A criação do Distrito Industrial pelotense, em 1972, em local afastado do porto, reforçou o protagonismo do transporte pelas rodovias. Em 1964, o número de exportações e importações do porto pelotense foi bastante inferior ao registrado pelo sistema ferroviário local, já deficiente. Entre os produtos importados estavam o sal e o carvão, a granel, e cimento e açúcar; entre os exportados, arroz, feijão e conservas. Outra questão foi a alegada confusão do *hinterland* de Pelotas com o de Rio Grande, mormente em função da nova ligação rodoviária, que conectava de forma mais rápida as duas cidades. Houve sobreposição do *hinterland* da navegação de longo curso, envolvendo origens e destinos fora do país. Na navegação de cabotagem, as zonas de ação mantinham-se distintas, mas o declínio ocorreu drasticamente, com os produtos pelotenses chegando em menor quantidade aos mercados paulista e carioca e mantendo-se no pernambucano, com variações. As importações por cabotagem, entre 1963 e 1964, reduzi-

ram-se aos estados de Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Sal e cimento, produtos preteridos pelo transporte rodoviário, foram os principais importados por cabotagem entre 1964 e 1968. Nas exportações por cabotagem predominava o arroz. Entre 1957/1958 e 1964, houve transporte de lã, produtos alimentícios, carnes em conserva, charque, batata e feijão. No mercado regional, pela hidrovía local, predominavam exportações para a Lagoa Mirim de produtos variados, destacando-se os agrícolas e itens do comércio pelotense, como açúcar, cimento e bebidas. As importações via fluvial e lacustre também provinham da Lagoa Mirim, bem como do rio Jacuí, sendo o carvão um item em declínio acentuado entre 1957 e 1964, pois estava em desuso como fonte energética para geração de eletricidade. Arroz, cimento e lã também figuravam nesse quadro. Além da longa reforma da amurada do cais, demorado também foi o início efetivo da construção da doca fluvial, conhecida hoje por Quadrado (embora sua forma seja poligonal e assimétrica), erguida ao final da década de 1950 como parte de uma série de obras de infraestrutura realizadas pelo governo federal. O equipamento urbano em concreto armado foi destinado à atracação segura de embarcações miúdas, protegida do fluxo da correnteza do canal. Algumas dessas embarcações, como o iate *Annibal*, faziam o abastecimento de víveres das cidades ao sul da hidrovía. A localização do Quadrado, junto à extremidade sul das ruas Alberto Rosa e Bento Martins, deu-se anexa a uma ocupação irregular, comunidade que

passou a ser conhecida como Doquinhas. Para além de sua função primordial, após algumas décadas de existência e com a diminuição do movimento comercial, o espaço do Quadrado tornou-se um local afetivo dos pelotenses, de sociabilidade, como um dos únicos pontos da orla do canal São Gonçalo ainda acessíveis à população em geral após o gradeamento do complexo portuário. Em boa medida, essa afetividade deve-se à presença, próximo à face sul da doca, a partir de 1986, do bar Katangas, espaço cultural transformado recentemente em Instituto Hêlio de Angola. O nome é uma homenagem ao seu fundador, Jorge Luis Chagas Oliveira, conhecido como Hêlio, morador e líder comunitário das Doquinhas. Entre 1968 e 1972, visando suprir a demanda premente por energia, o Porto de Pelotas recebeu, em seu entorno imediato, a instalação de uma usina de eletricidade à base de queima de óleo combustível. O equipamento foi trazido do Ceará, reutilizado da antiga Usina Termelétrica de Mucuripe. O combustível chegava de navio por meio de um pequeno píer no canal São Gonçalo. A Usina Termelétrica do Porto de Pelotas produzia 12.000 kW de energia para a antiga Companhia Pelotense de Eletricidade (CPE). Funcionou até 25 de novembro de 1974, quando foi retirada de operação em decorrência da mudança da rede local para a frequência de 60 Hz. O complexo da usina, parcialmente conservado, abriga, desde 2015, a Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação (SMOP) e sua usina de asfalto. Em 1974, a ponte Alberto Pasqualini foi interdita para apresentar marcas de so-

brecarga de tráfego. Enquanto uma nova ponte era providenciada, foi necessário reativar o serviço de travessia por balsa para Rio Grande, ao extremo sul da rua Tiradentes. A obra da nova ponte, batizada de Léo Guedes, perdurou de abril de 1975 a maio de 1976. As décadas seguiram-se com o porto de Pelotas apresentando movimentação aquém de sua capacidade. As ruas do porto, outrora bastante movimentadas pelos passos agitados dos inúmeros portuários e operários das indústrias vizinhas, viram o burburinho dos trabalhadores rarear, ao aproximar-se o fim do milênio, em um quase silêncio. Em dezembro de 1981, como um reflexo disso, o chafariz francês de ferro fundido que habitou diferentes pontos da praça Domingos Rodrigues desde 1874 foi transferido para o interior do recém-construído Calçadão central. Entrementes, a discussão e a reflexão sobre o destino desse espaço da cidade aconteciam na Universidade Federal de Pelotas. Em 1984, durante o Seminário sobre o Plano de Desenvolvimento Físico da UFPEL, que apontou a necessidade de criação de um novo campus, foi levantada a proposta de trazer a instituição para mais próximo da área urbana de Pelotas. No ano de 1986, a UFPEL promoveu o projeto de extensão Universidade na Cidade, com coordenação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB), o qual propôs trazer unidades ainda sem prédios próprios no campus universitário do Capão do Leão para a “antiga área portuária da cidade de Pelotas”, na forma de um Corredor Cultural de ocupação de prédios ociosos da atividade fabril-industrial signi-

ficativos culturalmente, iniciativa que obteve resposta favorável da comunidade acadêmica. Em 1999, o dossiê *Patrimônio Cultural, Cidade e Inventário*, organizado pela UFPel e Prefeitura Municipal, contribuiu para a construção de uma legislação de proteção que definiu Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPCs), valorizando e consolidando os trabalhos anteriores. Duas ZPPCs contemplaram o espaço portuário, ao sul da cidade: a III ZPPC – Sítio do Porto, que incluiu o cais, e a IV ZPPC – Sítio da Caieira. Em 2002, a cidade recebeu uma edição do projeto Atelier SIRCHAL (Seminários Internacionais de Reabilitação em Centros Históricos da América Latina). Com metodologia de diagnóstico participativo, o projeto focou no estudo da zona portuária e corroborou as intenções e diretrizes que a UFPel propunha para o sítio. Posteriormente, durante a elaboração do III Plano Diretor de Pelotas (2008), as ZPPCs foram incluídas em Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural (AEIACs) e especificadas na forma de Focos de Especial Interesse Cultural (FEICs). O Artigo 71º, em seu Inciso I, define a FEIC – Zona Portuária como “por sua referência histórico-cultural devido à presença do Porto, por sua singularidade na relação entre espaços construídos e abertos, percebida através do conjunto de edificações industriais, vias e cais do porto, pela possibilidade de visualização da paisagem aberta em direção ao Canal e pelo conjunto de unidades arquitetônicas com potencial de reciclagem”. No artigo 76º, Inciso I, item LXXXV, ficou definido o Eixo Rua Benjamin Cons-

tant, entre a Rua XV de Novembro e o Cais do Porto, incluso o trecho da Rua Cel. Alberto Rosa entre as ruas Almirante Tamandaré e Conde de Porto Alegre. O III Plano Diretor de Pelotas colocou ainda a questão das Áreas de Preservação Permanente Ocupada (APPOs), reconhecendo áreas-alvo de “processos de uso e ocupação consolidados, que atendam o interesse social, público e comunitário”, passíveis de “regulamentação mediante ações mitigatórias e compensatórias e de recuperação do meio ambiente, proporcionais ao dano causado e sua escala”. O documento elencou como ocupações e atividades passíveis de estudo específico para regularização, dentre outras: as Doquinhas, os Clubes Náuticos, o Cais do Porto, Atracadouros, Estaleiros, Marinas, Ocupação por Marinas e Atracadouros Particulares e Ocupação de Pescadores. Previamente, em 2005, a pedido da Reitoria da UFPel e coordenado pela FAURB, foi realizado o projeto de pesquisa “A Inclusão da Ociosidade”, que inventariou 35 prédios ociosos, em especial antigos estabelecimentos fabris em áreas privilegiadas em relação à estrutura e à distribuição de facilidades urbanas. Os resultados e conclusões dessa pesquisa foram incorporados ao planejamento urbano municipal. Ainda em 2005, a UFPel recebeu em doação da Fundação Simon Bolívar o antigo Frigorífico Anglo. No ano de 2007, ao integrar o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a UFPel, por meio de um Plano de Desenvolvimento da Educação, viabilizou o aumento significativo do número de cursos ofertados, o que de-

mandou a ampliação de suas instalações, novos espaços encontrados no patrimônio industrial do porto, incluindo o antigo frigorífico, para onde transferiu sua reitoria. Os anos seguintes foram de movimentação no bairro Porto, com a circulação de milhares de estudantes de diversos cursos. Em termos operacionais, o Porto de Pelotas teve, no ano de 2016, um marco. Após acordos entre Estado e iniciativa privada, tiveram início as atividades de transporte de madeira da *Compañia Manufacturera de Papeles y Cartones* (CMPC), empresa de matriz chilena. A carga, proveniente de florestas de diversas cidades da região sul do Estado, é destinada à fabricação de celulose no município de Guaíba, em um arranjo logístico triangular de aproveitamento do potencial hidroviário local, organizado pela empresa rio-grandina Sagres. A celulose beneficiada viaja de Guaíba ao Porto do Rio Grande na mesma barcaça em que retorna a Pelotas. Para essas operações, foi asfaltado o trecho sul das vias em direção ao porto, a fim de minimizar o impacto do ruído. Foi também cedido o uso do armazém n.º 1 do porto, além de uma área contígua a oeste, que foram adaptados em um terminal, com espaço para depósito e pátio de manobras da expedição de toras de madeira, denominado Terminal Porto Público (TPP). Também o complexo da antiga fábrica de óleo Olvebra, junto à doca, foi reformado e reativado pela Sagres, que nele instalou o seu Terminal Logístico Pelotas (TLP). Ali é armazenado e despachado o clínquer – minério utilizado na fabricação de cimento. O transporte de madeira e clínquer tem levado o Porto de Pelotas a

registros históricos de tonelagem. Ambas as operações empregam barcas que trafegam continuamente, 24h por dia. A instalação dessas empresas teve impacto positivo na comunidade por conta das contrapartidas que puderam ser realizadas. Ações de cunho social e cultural foram articuladas entre as empresas e os coletivos e iniciativas já atuantes na área, em consonância com as novas diretrizes nacionais de gestão de portos. Como parte das contrapartidas, em 14 de junho de 2019, a prefeitura entregou a reforma do acesso ao Quadrado, que recebeu pavimentação asfáltica, limpeza, drenagem, meios-fios, sinalização viária e recuperação do calçamento de paralelepípedos de granito. Na mesma senda, foi realizado o projeto e construção da sede da Patrulha Ambiental (PATRAM) da Brigada Militar local, inaugurada em 17 de junho de 2019 junto à doca. O Porto de Pelotas também realiza o transporte de grãos, como soja e arroz, igualmente em barcas.

Guilherme Pinto de Almeida

Referências:

ALMEIDA, Guilherme Pinto de; OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. *À margem: a região do Porto de Pelotas enquanto Patrimônio Cultural e a política de preservação incidente*. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Disciplina de Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil e Legislações de Proteção Nacional e Internacional, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO. *Porto de Pelotas*. Porto Alegre: Livraria do Globo, c1967. PELOTAS (CIDADE). *Plano Diretor de Pelotas*. Porto Alegre: Orplan – Organização e Planejamento, 1968.

PELOTAS (CIDADE). *III Plano Diretor de Pelotas*. Pelotas: SEURB, 2008.

RIO GRANDE DO SUL (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS). *Plano hidroviário do Estado*. Porto Alegre: Globo, 1961.

Praça Coronel Pedro Osório.

Foi a partir do segundo loteamento que houve a ampliação da área do povoado de São Francisco de Paula até a região do Porto. Com essa ampliação, a atual Praça Coronel Pedro Osório passou a ser o eixo central da povoação. Nela, foi erguido o Pelourinho, símbolo da autonomia administrativa municipal em 7 de abril de 1832. Inicialmente chamada de “Campo”, a praça constituía-se em um espaço vazio, sem arborização em seu interior, oferecendo péssimas condições de trafegabilidade devido à quantidade de água parada. Ainda assim, já era palco de comemorações cívicas e religiosas, sendo utilizada para os festejos do primeiro aniversário da abdicação do trono de Dom Pedro I e da instalação da Vila de São Francisco de Paula, quando houve a apresentação das Cavalhadas. Batizada com o nome de Regeneração em 1832, ao seu redor, instalaram-se importantes prédios públicos, tais como a Câmara Municipal, o teatro e a escola de primeiras letras. Após a Revolução Farroupilha (1835-1845), foi utilizada para outras atividades de lazer e houve a instalação de quiosques, circos, coretos e ringues de patinação. A imprensa da segunda metade do século XIX seguidamente tratava da praça e de seu estado de conservação, alegando ser necessário seu aterramento e elevação, a fim de eli-

minar áreas alagadiças. Posteriormente a seu aterramento, a discussão girou em torno da arborização da praça e sobre quais árvores deveriam ser plantadas, tais como eucaliptos e árvores frutíferas, de acordo com os preceitos higienistas e de salubridade da época. A praça passou a se chamar Pedro II em 1865, em homenagem ao Imperador que visitava a cidade naquele ano. Quase dez anos depois, em 1873, importado da França pela Companhia Hydraulica Pelotense, era instalado o chafariz hoje conhecido como “Fonte das Nereidas”. Este tinha como função abastecer de água a população e, também, ornamentar o jardim público. Instalado em frente ao Teatro Sete de Abril, foi transferido para o centro da praça com a instalação da água encanada. Em setembro de 1877, a praça teve seu gradeamento concluído com a colocação de pilastras de alvenaria e portões de ferro. Por meio da imprensa, discutia-se a suspensão do fornecimento de água nas torneiras do chafariz, pedia-se a remoção da guarita existente próxima a ele e debatia-se sobre o melhor horário de fechamento da praça, sobretudo durante o verão, quando seus frequentadores desejavam permanecer mais tempo durante a noite. Ainda em 1877, G. Bouvallet, premiado floricultor, propôs à Câmara Municipal realizar o seu ajardinamento, o que foi feito em etapas. Em dezembro de 1878, a praça inaugurava, a exemplo do Rio de Janeiro, um *Skating Rink*, ou seja, um local para patinação, existente até 1882, quando foi demolido. Nesse mesmo ano, estátuas de gesso em homenagem a quatro continentes, bem como uma de bronze em homenagem

ao general Osório, foram instaladas. A abertura de seus portões durante todo o dia, assim como o acendimento dos lampiões em torno do chafariz à noite, eram demandas constantes dirigidas à municipalidade. Em 1887, a Câmara providenciava o calçamento de ruas e praças, e esta era aterrada e tinha seu lajeado reconstruído, bem como seu calçamento, que foi elevado. O centro do passeio, bastante frequentado, foi cimentado e os bancos reformados. Durante o ano havia, entre outras atividades, a realização de retretas, mas estas cediam espaço, em fevereiro, aos festejos carnavalescos. Circos, serenatas, apresentações artísticas e mesmo a cotização de valores para o pagamento de bandas de música que tocassem aos domingos, para deleite dos frequentadores, ocorriam na praça. Dentre as atividades recriminadas pela imprensa oitocentista e que ocorriam no interior dela, destacavam-se as jogatinas, bem como os distúrbios oriundos do terminal de bondes. Bastante concorrida, especialmente aos domingos e dias santificados, a praça e as discussões sobre seu aformoseamento eram debatidas, assim como questões do cotidiano que envolviam seus frequentadores e que permitem perceber a existência de normas e códigos de comportamento que deveriam ser observados pelas pessoas que a quisessem frequentar. Em 1889, a praça voltou a se chamar da Regeneração, pouco antes da Proclamação da República, e tornou-se Praça da República em 1895. Seu nome atual foi decretado em 1931, em homenagem ao Coronel Pedro Luís da Rocha Osório, falecido naquele ano. Cartão-postal da cidade,

a praça era amplamente utilizada até meados do século XX, durante o carnaval, quando cordões carnavalescos se encontravam no Redondo – entorno do chafariz – para pular o carnaval. Com suas oito entradas e abundante arborização, a praça atualmente conta com obras do escultor pelotense Antônio Caringi, criador do monumento ao Coronel Pedro Osório (1954), do monumento à Mãe Pelotense e do Relógio Solar. Em 2016, recebeu a estátua de bronze de João Simões Lopes Neto, em homenagem ao centenário de morte do escritor, de autoria do escultor Léo Santana.

Débora Clasen de Paula

Referências:

- MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa. Praça da Regeneração em Pelotas/RS: um espaço de lazer na cidade. In: SEMINÁRIO DA ANPTUR, 2016. *Anais [...]*. [S.l.: s.n.], 2016.
- PAULA, Débora Clasen de. *Praça Pedro II: a construção de um espaço de sociabilidade (1861-1889)*. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.
- PARADEDA, Maria Regina. *Arquitetura da paisagem e modernidade: um estudo sobre representações e memória das praças de Pelotas (1860-1930)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

Qq

Quilombos. Os quilombos na região de Pelotas são mencionados desde a ocupação inicial do território, marcando a cartografia local com nomeações vinculadas a esses fenômenos de fugas e de organização social, como o conhecido Arroio Quilombo, na Serra do Tapes, e nomeando até mesmo o 7º Distrito da cidade, conhecido como 7º Distrito Quilombo, que também faz referência à presença dos processos de resistência à escravidão. Por muito tempo, vigorou a representação realizada pelo Conselho Ultramarino, vinculado ao Império Marítimo Português, data de 1740, que vinculava os quilombos como espaços isolados da sociedade escravista: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles”. Categorização que atualmente não entendemos assim, pois os quilombos aconteciam e realizavam suas experiências de resistência justamente articulados dentro das contradições da sociedade escravista, buscando informações, trocas de alimentos, comercializando produtos, dentre outras interações. Importante dizer também que a expressão “quilombo” teria começado a ser usada pelos portugueses a partir da experiência histórica de resistência do Quilombo de Palmares, no século XVII. Em Pelotas, João Simões

Lopes Neto, na *Revista do 1º Centenário de Pelotas*, em 1912, apontava a conhecida região da várzea como espaço de “caiambolas” durante o século XIX. Alberto Coelho da Cunha, em suas *Antigalhas de Pelotas*, no jornal *A Opinião Pública*, em 1928, também fazia referência a outro espaço demarcado para as fugas no Oitocentos, o chamado Mato do Viana, que ficava entre “o passo do Santa Bárbara, que se abria para a Rua Martins Coelho, ao passo do Fragata, sobre o Arroio Moreira”. Entretanto, sem dúvidas, a experiência que mais evidenciou o fenômeno quilombola em Pelotas, cristalizada na memória da cidade, foi a do Quilombo de Manoel Padeiro. Ele, Rosa, Mariano e Pai João começaram, em 1834, a reunir forças, marcando o ano de 1835 com sua mobilidade, que corria da Boa Vista, na beira do Arroio Pelotas, com o famoso apoio de Simão Vergara e Tereza Congo, subindo essa rede fluvial, passando pelo Arroio Quilombo e mobilizando a região da Serra dos Tapes. Fortaleceram mediações com comunidades de senzalas, de libertos/as, mas também com outros grupos populares, inclusive brancos, que se dispunham a trocar pólvora, comida, roupas e informações. O Quilombo de Manoel Padeiro circundava as proximidades das chácaras, tanto de senhores ricos quanto de roceiros pobres. O território do Quilom-

bo do Padeiro e seu coletivo apontam um campo de ampla circulação e conhecimentos prévios de redes e alianças que colaboravam para as empreitadas dos quilombolas na Serra dos Tapes. O Quilombo do General Manoel Padeiro abarcou, no século XIX, uma infinidade de experiências de diferentes homens e mulheres negros que resistiram à escravidão a partir de vários protestos, como a fuga (individual ou coletiva) e o aquilombamento. Mesmo após a repressão ao quilombo, a Serra dos Tapes continuou a ser espaço marcado pelas fugas de escravizados, local estratégico e que hoje guarda essa memória nos relatos das pessoas e nas comunidades quilombolas que lá existem. Portanto, um território evocado no passado e no presente, local de territorialidade negra e de muitas experiências de liberdade (ou que abrigam vivências de liberdade). O Quilombo de Manoel Padeiro, na Serra dos Tapes, foi muito além de narrativas de ataques e de defesa contra a escravidão imposta por outrem. Na territorialidade do Quilombo de Padeiro e seu grupo, os saberes pela luta, pela existência (e sobrevivência) e pela liberdade foram manipulados e ecoam até hoje na cartografia do local como parte de uma identidade negra da localidade. O CAPA, Centro de Apoio ao Agricultor, em 2010, identificou seis comunidades remanescentes de quilombo em Pelotas: Algodão, Vó Elvira, Alto do Caixão, Pelotinha, Santa Maria e Cascata. As comunidades do Alto do Caixão, Vó Elvira e Algodão aparecem certificadas pela Fundação Cultural Palmares no site da instituição, em data de portaria do dia 24/03/2010. Está certificada tam-

bém a comunidade quilombola Cerrito Alegre, em portaria de 28/12/2018, e a comunidade quilombola Ramos, em portaria de 27/02/2024. Territórios que resistem à contemporaneidade, ressignificando relações de parentesco e de vizinhança amalgamadas pela identidade étnica. Essa territorialidade é marca de lembranças de lutas do passado e do presente – reconhecimento da terra que lhes é de direito. O território do quilombo transcende a questão da terra, pois carrega consigo lembranças dos ancestrais, colheitas das lavouras, histórias de embate com proprietários locais e com o Estado, histórias de cura e religiosidade, lembranças de festejos e de afetos que construíram a história do território negro. O direito à titulação das terras das comunidades tradicionais de remanescentes de quilombos é previsto na Constituição de 1988, que afirma, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. Ainda assim, poucas comunidades quilombolas, apesar de certificadas como tal pela Fundação Palmares, que somavam 3.190 em abril de 2025, tiveram suas terras tituladas, com o reconhecimento definitivo de posse para essas famílias. No Censo de 2022, foram mapeadas 8.441 localidades quilombolas (no RS eram 203), associadas a 7.666 comunidades de quilombo no país, sendo que, desde 2004, apenas 180 conseguiram títulos definitivos e 1.937 estão com regularização em andamento pelo INCR, o que evi-

dencia a perversidade desse lento e ineficiente processo de reparação ao povo negro brasileiro, que foi atacado em seu direito à vida e às oportunidades, direitos esses negados a gerações de suas famílias que viveram durante a escravidão e que, mesmo após a liberdade conquistada, continuam reivindicando o direito à ampla e irrestrita cidadania. Sem dúvida, o Estado brasileiro deve reparação ao povo negro e, de forma negligente, continua negando o acesso às políticas efetivas de cidadania às famílias negras por gerações.

Caiuá Cardoso Al-Alam
Natália Garcia Pinto

Referências:

CAPA. *Revelando os quilombos no Sul*. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Certificação Quilombola*. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/acesso-a-informacao/copy_of___Download_do_PDF_das_Comunidades_certificadas___Certidoes_expedidas____Posicao_14.04.2025.pdf. Acesso em: 09 dez. 2025. Acesso em: 09 dez. 2025.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso; PINTO, Natália Garcia. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro*: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (Pelotas, 1835). São Leopoldo: Oikos, 2020.

Rr



Fachada da Rádio Pelotense na década de 1970. Fonte: Acervo particular de Ronaldo Rodrigues Madruga, página *Antiga Pelotas* no Facebook.

Rádio. O rádio tem uma longa tradição em Pelotas, tendo sido um dos meios de comunicação mais influentes na vida cultural e informativa da cidade. A história da radiofonia pelotense remonta à inauguração da Rádio Pelotense, em 1925, cuja trajetória foi registrada no primeiro volume do *Dicionário*

de História de Pelotas. No entanto, outras emissoras que surgiram posteriormente também desempenharam um papel significativo na cena radiofônica local. Vale destacar que a Rádio Pelotense suspendeu suas operações na noite de 31 de agosto de 2023, após 98 anos de existência, poucos anos antes de alcançar seu centenário, retomando

as atividades no dia 7 de julho de 2025, sob o comando do grupo jornalístico *A Hora*, junto à redação do jornal *A Hora do Sul* – o diferencial mais perceptível é a mudança da frequência AM para FM. A Rádio Cultura foi inaugurada em 7 de setembro de 1933. Idealizada por Atahualpa Gonçalves Dias, em parceria com Cândido Monti, Trajano Gomes, Waldemar Lajes, Ildefonso Alves de Carvalho e Martial Dias, a emissora surgiu em um espaço à Rua 15 de Novembro, representando um projeto ambicioso de desenvolvimento cultural e informativo na cidade. Em 1956, um marco importante foi a inauguração de sua nova sede, o Palácio do Rádio, consolidando a Cultura como um dos maiores empreendimentos radiofônicos do sul do Brasil. A mudança refletiu a expansão e a consolidação da emissora como um importante veículo de comunicação na região, com capacidade para competir em qualidade técnica e programática com as principais rádios do país. A emissora desempenhou um papel fundamental na integração social e cultural, promovendo debates e conteúdo de interesse público. Suas atividades foram encerradas em 2016. No final da década de 1950, o cenário radiofônico pelotense ganhou uma nova integrante: a Rádio Tupanci, inaugurada em 7 de setembro de 1958 pela família Lorea. Inicialmente voltada à programação musical acessível, a emissora se popularizou como a “eletrola do pobre”, atendendo aos gostos das camadas populares. Com o tempo, diversificou sua programação para incluir conteúdos religiosos e culturais, reafirmando seu papel como um espaço inclusivo que buscava atender tanto

às demandas de entretenimento quanto às necessidades educativas e espirituais de sua audiência. Atualmente, a emissora está em processo de migração de AM para FM e integrará o Grupo de Comunicação Nossa Zona Sul, junto à Rádio Difusora de Arroio Grande. Em 25 de julho de 1967, a Rádio Universidade trouxe uma proposta inovadora para o rádio local, alinhando-se ao modelo do “moderno rádio europeu” e às grandes emissoras de São Paulo e Rio de Janeiro. Publicações da época destacam o caráter vanguardista da emissora, que buscava padrões de excelência para competir com outras rádios comerciais. A inauguração contou com a presença de autoridades municipais, reforçando seu prestígio institucional. A inserção da Rádio Universidade no cenário pelotense marcou um momento de transformação cultural e tecnológica, com a atuação de novos profissionais renovando o perfil das vozes que conduziam os programas, aproximando-se de um público urbano e exigente. Com a evolução das transmissões em frequência modulada (FM), a cidade recebeu novas iniciativas. A Rádio Alfa, inaugurada em 1º de outubro de 1979, foi a primeira emissora em FM de Pelotas, pertencente à Fundação Cultural Princesa do Sul, instituição ligada à Igreja Católica. Suas atividades foram descontinuadas em 31 de janeiro de 2014, sendo sucedida pela Maisnova FM, parte da Rede Maisnova, pertencente à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Pouco depois, em 8 de janeiro de 1981, a Rádio Federal FM (então chamada de Rádio Cosmos FM) iniciou suas operações como a primeira rádio educativa em canal FM no

Rio Grande do Sul. Sua programação inicial incluía música clássica, MPB e conteúdos informativos, reforçando seu compromisso com a formação do público. Vinculada à Universidade Federal de Pelotas, a emissora desempenha um papel fundamental na difusão cultural e educacional. Nos anos 2000, um novo modelo de emissora emergiu em Pelotas: a RádioCom. Fundada oficialmente em 12 de junho de 2001, a rádio comunitária nasceu de uma iniciativa coletiva que envolveu sindicatos, movimentos sociais e cidadãos engajados na democratização da comunicação. Sua programação prioriza conteúdos sociais, culturais e educativos, destacando-se como um espaço de participação popular e resistência às mídias tradicionais. A RádioCom exemplifica o papel do rádio como instrumento de inclusão e diversidade, promovendo debates e amplificando vozes historicamente marginalizadas. A trajetória do rádio em Pelotas reflete a evolução da comunicação no Brasil. Desde as primeiras transmissões da Rádio Pelotense até a proposta inovadora da RádioCom, o rádio local soube se reinventar e se adaptar às mudanças tecnológicas e sociais. Cada emissora desempenhou um papel singular na história da cidade, contribuindo para a difusão da cultura, da informação e da cidadania. Atualmente, o rádio em Pelotas se mantém como um meio de comunicação relevante, adaptando-se às novas tecnologias e padrões de consumo. Com o avanço do *streaming* e das redes sociais, muitas emissoras adotaram formatos híbridos, combinando transmissões tradicionais com conteúdo digital.

Silvana de Araújo Moreira

Referências:

MOREIRA, Silvana de Araújo. *“Acho que, como fomos silenciadas por tanto tempo, o próprio timbre da nossa voz desacomoda”*: as vozes femininas nas ondas da RádioCom (2001–2024). 2024. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

MOREIRA, Silvana de Araújo. *“ZYD 579, 107,9 MegaHertz – Rádio Federal FM”*: o protagonismo do radialista como sobrevivente das mídias. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Religiões de matriz africana.

As práticas de relação com o sagrado de matriz africana em Pelotas remetem às origens escravistas da cidade. A historiografia já demonstrou que Pelotas era, ao longo do período escravista, não apenas uma cidade negra, mas também uma cidade africana, visto o grande percentual de escravizados e libertos oriundos do continente em questão, com destaque para os grupos de procedência banto e mina-nagô, em grande parte vinculados ao universo das charqueadas (Vargas, 2013). As referências mais antigas que se têm sobre possíveis práticas religiosas africanas em Pelotas são oriundas de memórias de viajantes estrangeiros. O alemão Carl Seidler (2003, p. 316-317) relatou ter presenciado uma festa de casamento de “negros e mulatos” enfeitados com “trapos multicores e toda espécie de bugigangas” e máscaras negras, no ano de 1827, às margens do Canal São Gonçalo. Relata ainda o uso de um tambor feito de tronco oco revestido de couro (seria

um tambor de sopapo embrionário?) e a presença de danças e cânticos (Seidler, 2003). Outra referência é encontrada no relato do viajante francês Nicolau Dreys (1961) sobre sua viagem pelo Brasil, realizada entre 1818 e 1827, o qual, ao retratar o ambiente das charqueadas pelotenses, referiu-se à ocorrência de batuques: “não é raridade vê-los [os escravizados] consagrar a seus batuques as horas de repouso que decorrem desde o fim do dia até o instante da noite em que a voz do capataz se faz ouvir” (Dreys, 1961, p. 167). Na Pelotas do século XIX, diversas outras referências ao sagrado de matriz africana já foram registradas pela historiografia (Mello, 1994), como as que fazem menção à “preta Elvira”, liderança religiosa recorrentemente reprimida pela Polícia e retratada nas páginas dos periódicos de forma preconceituosa e estigmatizante como “feiticeira” (Monquelat, 2014). Como muitos outros personagens negros e populares da cidade, Elvira habitava a região da Várzea, área contígua ao espaço portuário e que compreende as atuais regiões ~~os atuais bairros~~ do Porto, Baixada, Fátima, Navegantes e Balsa. Juntamente com as margens do Arroio Pelotas, do Arroio Santa Bárbara e do Canal São Gonçalo, formavam um amplo território negro, constituindo-se como áreas de moradia, trabalho e de religiosidade popular e afro-brasileira. Tinham em comum não apenas o fato de serem regiões propensas a alagamentos, mas também por serem pontos carregados “de simbolismo religioso e de investimentos em parentescos étnicos” (Moreira; Al-Alam, 2013, p. 135-136). Trata-se de áreas até os dias de

hoje fortemente marcadas pela presença negra, verificando-se a permanência de um significativo número de casas de religiosidade de matriz africana, bem como o uso cotidiano do espaço público para a consagração de oferendas (Oliveira *et al.*, 2021). No início do século XX, cronistas pelotenses retrataram a permanência de grupos identificados como africanos exibindo-se “publicamente em danças e cantigas usadas entre os gentios [...] sempre à grande sombra de cinco de nossas frondosas figueiras, dispostas em amplo círculo [...] cantando em altas vozes, ao som de rudes tambores, chocalhos, guizos e de estranhos instrumentos feitos de grandes porongos, revestidos de elevado número de contas, búzios, pequenos caramujos e miçangas” (Osório, 1922, p. 174). O cronista relata ainda que à frente do grupo, “vestido no mesmo estilo, seguia o Rei, por todos acompanhado até o lugar do batuque como eles denominavam” (Osório, 1922, p. 174). Tais batuques ocorriam nas margens do antigo curso do Arroio Santa Bárbara, região da atual Praça Cipriano Barcelos, popularmente conhecida como Praça dos Enforcados. Um salvamento arqueológico realizado no local, no ano de 2014, localizou diversos objetos que podem estar relacionados à prática afro-religiosa, corroborando o relato acima descrito (Loureiro; Rosa, 2014). Pelotas, juntamente com Porto Alegre e Rio Grande, são conhecidas pela memória afro-religiosa como berços do Batuque e da Umbanda no Rio Grande do Sul, visto o papel fundamental que tiveram nas origens e na permanência destas práticas no estado, contando atualmen-

te com uma grande concentração de terreiros. Foram ainda fundamentais para a difusão da afro-religiosidade para o Uruguai e Argentina ao longo da segunda metade do século XX. Por Batuque de Nação, entende-se um conjunto de práticas configuradas na diáspora africana nas Américas que têm como elemento central o culto aos orixás originários da cultura nagô, bem como elementos da cultura jeje-dahomeana, subdividindo-se nas Nações Ijexá, Jeje, Cabinda, Nagô e Oyó. Já a Umbanda constitui um conjunto de práticas que mesclam elementos da religiosidade de matriz africana (oriundos das culturas banto e iorubá), indígena, cristã, entre outras influências. No que se refere à dimensão do afro-catolicismo pelotense, deve-se registrar que a cidade já vivenciou a existência de devoções e de irmandades negras, como a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição (1820-1915), a Irmandade de Nossa Senhora Assumpção (1829-1915) e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1831-1915), em um movimento de protagonismo da comunidade negra, impedida de usufruir das congregações católicas de brancos (Silva, 2011). A discussão sobre a patrimonialização desta dimensão da cultura religiosa pelotense tem ocorrido na atualidade, visando ao reconhecimento da dimensão imaterial de suas práticas e dos usos de espaços públicos para a sua reprodução física e simbólica (Kosby; Oliveira, 2021).

Vinicius Pereira de Oliveira

Referências:

- AL-ALAM, Caiuá C.; MOREIRA, Paulo R. S. “Já que a desgraça assim queria” um feitiço foi sacrificado: curandeirismo, etnicidade e hierarquias sociais (Pelotas – RS, 1879). *Afro-Ásia*, n. 47, p. 119-159, 2013.
- CORRÊA, Norton F. *O Batuque do Rio Grande do Sul: antropologia de uma religião afro-rio-grandense*. 3. ed. São Luís: Cultura e Arte, 2006.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1961.
- KOSBY, Marília; OLIVEIRA, Vinicius P. de. *Mapeamento das casas de religião de matrizes africanas no Rio Grande do Sul: módulo 2 – Pelotas, Rio Grande e Jaguarão (relatório final)*. Porto Alegre: Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul, 2021.
- LOUREIRO, André G.; ROSA, Estefânia J. da. *Relatório final de prospecção intensiva e resgate arqueológico na área de revitalização da Praça Cipriano Barcelos, Centro Histórico do Município de Pelotas, RS*. Pelotas, 2014.
- MAGALHÃES, Nelson Nobre. *Pelotas Memória*. Fascículo I. Pelotas, 1989. p. 8-9.
- MELLO, Marco A. L. de. *Reviras, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos de Pelotas*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 1994.
- MONQUELAT, Adão Fernando. *Pelotas dos excluídos (subsídios para uma história do cotidiano)*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2014.
- OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; SCHERER, Jovani de S.; GOMES, Denis P. *Histórias de batuques e batuqueiros*. Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Pelotas: Edição dos Autores, 2021.
- OSÓRIO, Fernando Luis. *A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão*. Pelotas: Typ. do Diário Popular, 1922.
- SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2003.
- SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e*

identidades negras em Pelotas (1820-1943). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico*: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas/Rio Grande do Sul (século XIX). 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Revistas. Entre o editor e o leitor, “Alegria, alegria” lançava uma sutil observação, escrevendo: “O sol nas bancas de revistas, me enche de alegria e preguiça. Quem lê tanta notícia?” (Caetano Veloso, 1967). Em 1996, havia no Brasil 17 mil bancas, além de 6,8 mil pontos de venda de revistas, jornais, gibis, livros etc., em geral pequenas bancas nos terminais rodoviários e nas principais ruas, avenidas e shoppings. O número de títulos em circulação atingia 1,13 mil, num total de 371 milhões de exemplares, segundo dados da Associação Nacional dos Editores de Revista. O estudo das revistas nos permite discutir diversos temas, entre eles: modernidade, gênero, diversidade cultural, globalização, políticas públicas, consumo, moda, esportes, lazer, feminismo, contracultura, música, arte e literatura. Cada revista constrói seu *locus*, ou seja, existem aquelas que fazem uma abordagem mais geral e ampla, como tivemos com as revistas *Cruzeiro*, *Isto É*, *Veja*, *Senhor*, *Realidade*. Outras dedicam-se aos esportes, caso da *Placar*. Temos também aquelas dedicadas aos homens: *Playboy*, *Penthouse*, *Ele & Ela*, *Flairplay*, *Status*. Uma pluralidade

de revistas, a partir dos anos 1960, invade o mercado editorial brasileiro. Não seria diferente no Rio Grande do Sul, assim como em Pelotas. Embora a publicação nos estados e municípios fosse menor, ela existia. Em todas elas, o leitor passa a representar um potencial consumidor. Os editores buscam ocupar nichos de consumo e encontrar o melhor modelo editorial capaz de atrair esse público leitor, ávido de notícias e novidades. Estamos no alvorecer da penetração dos meios audiovisuais; ainda assim, o impresso tinha muita força. A grande questão que se impunha aos editores não era lançar uma revista, mas como mantê-la. Para tanto, o papel dos anunciantes passa a ser crucial. Para Maria Celeste Mira, ao compararmos a produção editorial das revistas com outros meios de comunicação, havia uma linha divisória entre as massas leitoras, balizadas pelo gênero, classe social e gerações. Há uma longa trajetória de publicação de revistas em Pelotas, do raio do século XX até os anos de 1960, e daí até os dias atuais. Esses primeiros impressos, como a *Ilustração Pelotense* (1919), seguiam os modelos de suas congêneres, tais como as cariocas *Revista da Semana* (1900), *O Malho* (1902), *Kosmos* (1904), *Fon-Fon* (1907), *Careta* (1913), ou suas primas de Porto Alegre: *Kodak* (1912), *A Máscara* (1918), ou ainda as de Rio Grande: *Tudo* (1919) e *A Semana Elegante* (1919). A leitura e o acesso a essas revistas eram parte dos hábitos de uma pequena elite culta e rica, cujos filhos adquiriam na Corte ou fora do país uma educação mais esmerada. As classes mais populares, aos poucos, irão con-

quistando seus espaços, particularmente após a Revolução de 30, com o processo cada vez maior de urbanização, desenvolvimento tecnológico e acesso a contratos de trabalho, além das políticas públicas voltadas para o processo de alfabetização e obrigatoriedade da escola. Esse novo contexto impacta e forma novas classes de leitores. A partir dos anos de 1960, de acordo com Renato Ortiz (1988), em diversos setores culturais, grandes transformações atingem o incipiente mercado editorial brasileiro. Em 1970, o Brasil torna-se o sexto mercado fonográfico do mundo e o sétimo em publicidade. Torna-se um dos dez maiores produtores de livros do mundo; entre 1969 e 1972, a produção dobra, saltando de 68 milhões de exemplares por ano para 135 milhões. Na indústria de revistas, ocorre algo similar, dobrando sua produção entre 1960 e 1975, ao saltar de 104 para 202 milhões de exemplares. Nesse sentido, as revistas, no entender de Seguin des Hons (1985), desempenham um papel significativo na história da cultura brasileira. Do mesmo modo que a imprensa internacional, as revistas brasileiras têm sido ainda mais sensíveis às mudanças de mentalidades e movimentos culturais do que os diários. Não que suas transformações possam ser consideradas um simples reflexo de mudanças nas formas de sentir e pensar, mas sim porque estes últimos agiam mais rapidamente, mais radicalmente, nas revistas do que nos jornais diários. Para o autor, temos três gerações de revistas no Brasil. A primeira geração corresponde ao interstício da I e II Grande Guerra; são revistas elitistas e de informação geral,

caso da *Fon-Fon*, *Revista da Semana*, *Ilustração Brasileira*. A segunda geração floresce entre 1945 e finais da década de 60. Essa geração constitui-se de um sistema bem definido, repousando na trilogia: foto-revista de atualidades, revista geral de cultura e imprensa do coração. Como exemplo, temos *O Cruzeiro* e *Manchete*. A última geração de revistas brasileiras surgiu no final da década de 1960. Ela também é composta por uma trilogia, dessa vez reunindo revistas de notícias, revistas femininas e revistas masculinas. Como modelos, podemos citar: *Realidade*, *Visão*, *Veja*, *Cláudia*, *Desfile*, *Manequim*, *Carícia*, *Nova*, *Placar*, *Quatro Rodas*, *Playboy*, *Ele & Ela*, *Status*, *Flairplay*. Em Pelotas, com as marcas e paradigmas das primeiras revistas publicadas no Brasil, assim como aquelas aqui editadas: *Ilustração Pelotense* (1919); *Atualidades* (1926); *Quinzena Ilustrada* (1928); *Pelotas Filatélica* (1932); *Revista do Sul* (1936), revista quinzenal publicada pela Globo de Pelotas; *A Principal* (1939). Uma plêiade de outras seguem seus rastros: *Resenha Esportiva Pelotense* (1948); *Revista Odisseia* (anos 1940); *Princesa do Sul: Apontamentos histórico-reminiscente, comemorativo, estatístico de Pelotas* (1944/1952), sob a direção de Euclides Franco de Castro; *Vida Pelotense* (1948); *Revista dos Esportes* (1949); *Cine Revista* (1943); *Cooperativista: Órgão da Cooperativa de Ensino Instituto Dr. Jorge Salis Goulart* (1949). Nos anos 1950, outros periódicos invadem a cena pelotense, caso, por exemplo: *O Expositor* (1950); *O Quero-Quero* (1952). A revista *Ponto de Vista* (1957/58) contou com 5 números,

com direção de Augusto Schlee e redator-chefe Aldyr Garcia Schlee. Em seu primeiro número, em novembro de 1957, apresentou o seu cartão de visita: “Este é o nosso Ponto de Vista, que será principalmente vosso, ou seja, uma revista de Pelotas para Pelotas. E para todo o Brasil. Nosso Ponto de Vista não tem cor política”. Na década de 1960, aparece a *Vitrine* (1967), voltada principalmente para o público feminino. Em 1968, surge o *Menestrel*, inicialmente bimestral, tendo como diretor Nelson Nobre Magalhães e como centralidade o viés literário. Até 1988, tinha essa denominação; em 1989, passa a denominar-se *Pelotas Memória*. Teve diversos formatos; os primeiros exemplares assemelham-se muito aos pequenos jornais, mas editados em máquinas de xerox. Em seus diversos anos de circulação, valorizava sobretudo a memória e a história de Pelotas, reproduzindo muitas vezes textos de historiadores do passado, como João Simões Lopes Neto, Alberto Coelho da Cunha e Euclides Franco de Castro. A fotografia ocupava uma centralidade, procurando reproduzir fotos do passado. Nos anos 1970, surge *Extremo Sul* (Revista Mensal de Informação) (1979/1980), tendo como diretor-chefe Raul Quevedo. Com boa qualidade gráfica, contava com um grupo qualificado de escritores, entre outros: Newton Peter, Heloísa Assumpção, Manoel Magalhães e Raul Rodri. Em seu primeiro número, escrevia: “Bandeirantes modernos, manejamos a pena ao invés do arcabuz mortífero. Fazemos o garimpo das ideias, pesquisamos a cultura em busca da grandeza pessoal e valor moral de nos-

sos antepassados”. Nos anos 1990, em 1991, temos a *Revista da UCPEL*, publicação semestral sob a responsabilidade de Francisco Paulo de A. Lobo e Wallney Joelmir Hammes. Em 1994, é lançada *Pelotas Magazine*, Editora 7, tendo como diretora executiva Daniela Brauner. Com tiragem de 5.000 exemplares, contava com boa apresentação gráfica. No ano de 1997, aparece a revista *Thema*, publicação da Escola Técnica Federal de Pelotas, sendo responsável Edelbert Krüger. Em 1999, temos *Pelotas em Revista*, editada pela Central de Comunicação, com coordenação geral de Jorge L. Ferraz. Impressa na Gráfica da UFPEL, entre diversos objetivos, buscava estimular o desenvolvimento de Pelotas e região. No ano 2000, entra em cena *Pelotas Zona Sul*, tendo como diretora administrativa Maria de Lourdes Araújo Barbosa. Em julho de 2007, aparece a *South Place*, publicação da Plural 3 Comunicação Integrada, tendo como diretora Betina Barreras. A maior parte dessas publicações teve vida efêmera; poucas conseguiram manter periodicidade – a maioria não ultrapassa cinco números. Mesmo assim, diversas outras vão sendo lançadas. Podemos nominar: *Arte & Cultura*; *Revista Evidência*; *Revista Beneficência Portuguesa*; *Revista Vida* (mensal, com seu primeiro exemplar em novembro de 2009, mais de 137 edições publicadas e ainda em funcionamento); *Jornal Vip*; *Estilo Sul*; *Projeção*; *Revista Tanto*; *Revista DP* (Diário Popular). Também temos revistas em formato jornal, caso de: *Les Nouvelles Maison Anglaise* (inglês & francês); *Matéria-Prima*; *Folha do Instituto João Simões Lopes Neto*; *e-cult: mídia ativa*;

Painel Pelotense; Atuação; Folha das Artes; Saladeiro; O Theatreiro; O Pelotense; Sociedade Anônima; Atento; O Troco; Caderno Cultural; Posteiro; Caderno Q; Jornal Noite & Cia; Trilhas do Sul; Atenas do Sul. Além da *Bem-me-Quer*, que, além de Pelotas, envolvia outros municípios do interior.

Eduardo Arriada

Referências:

MIRA, Maria Celeste. O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SEGUIN DES HONS, André. *Le Brésil: presse et histoire. 1930-1985*. Paris: L'Harmattan, 1985.

Revolta Farroupilha. A Revolta dos Farrapos (1835-1845) foi uma das principais guerras civis da história do Brasil e, ao lado de outras rebeliões, marcou o período regencial. Ela foi liderada por um grupo de estancieiros, negociantes e proprietários do Rio Grande do Sul que reivindicava maior autonomia política e administrativa para as províncias do Império, contra o centralismo da Corte e uma política econômica e tarifária que favorecesse os pecuaristas e charqueadores em detrimento dos produtores rurais platinos. As pautas econômicas dos rebeldes tocavam diretamente nos interesses dos charqueadores, que buscavam baratear seu produto no mercado interno, exigindo a diminuição das taxas sobre o sal importado e a elevação das tarifas sobre o charque estrangeiro.

Inclusive, um desses charqueadores de Pelotas ocupou papel central durante a revolta. Domingos José de Almeida, que esteve preso pelos legalistas no início do conflito, posteriormente tornou-se ministro da Fazenda da República Rio-Grandense e um dos líderes mais influentes do movimento. A posição estratégica e a proximidade com o porto de Rio Grande colocaram Pelotas como um dos alvos iniciais dos rebeldes, e a cidade caiu nas mãos dos farroupilhas mais de uma vez. Um dos episódios militares mais conhecidos foi o embate que opôs farroupilhas e legalistas em 7 de abril de 1836. Na ocasião, o sobrado da esquina da atual rua Félix da Cunha com a Praça Cel. Pedro Osório (prédio conhecido como Casa da Banha) serviu de refúgio dos imperiais contra um batalhão de 500 soldados liderados pelo general Lima e Silva. Ao fim do cerco, os legalistas não resistiram e caíram prisioneiros dos farroupilhas. Outras escaramuças, como a do Passo dos Negros, em junho do mesmo ano, também marcaram a história da guerra no município. Como muitos charqueadores e proprietários rio-grandenses eram legalistas, Pelotas apresentou importante resistência aos rebeldes, a ponto de Domingos José de Almeida acusá-la de uma “digna colônia de retrógrados”. A imprensa da Corte imperial denunciava os ataques sofridos pelos legalistas pelotenses e o saque de suas propriedades. Domingos de Castro Antiqueira e João Simões Lopes foram dois exemplos de charqueadores que tiveram seus bens saqueados pelos rebeldes. Contudo, não apenas os bens de raiz e os ani-

mais foram atingidos, como também os trabalhadores cativos desses e de outros proprietários. Parte dos escravizados de alguns charqueadores foi recrutada para o corpo de lanceiros negros. Por outro lado, os legalistas pelotenses também reagiam, auxiliando o Império na contraofensiva. Domingos Antqueira forneceu duas peças de artilharia munidas dos necessários pertences que ficavam em sua estância. Em março de 1836, os imperiais buscaram mais duas artilharias das nove que se encontravam localizadas numa das charqueadas dos irmãos Rodrigues Barcellos. O estancieiro e charqueador João da Silva Tavares, descrito pelo próprio presidente da província como o “campeão da legalidade”, defendeu ferozmente a monarquia. O charqueador Alexandre Vieira da Cunha, juntamente com seus parentes, recrutou aliados para combater os farrapos. Mas um dos que mais se empenhou na defesa da legalidade foi o comerciante João Francisco Vieira Braga, futuro Conde de Piratini. Ele próprio declarou que influenciou diversas pessoas a ficarem ao lado da ordem imperial, reunindo gente armada, prontificando peças de artilharia e fazendo, segundo ele, todos os esforços a seu alcance. No entanto, obrigado pelas circunstâncias, emigrou para o Rio de Janeiro, deixando seu patrimônio à mercê dos farroupilhas. Assim como Vieira Braga, muitos pelotenses emigraram. A cidade ficou por meses com seus negócios e serviços públicos paralisados. As charqueadas cessaram o abate de animais e a Câmara Municipal suspendeu seus trabalhos, mantendo-se fechada de fe-

vereiro de 1836 até abril de 1844. Nesse contexto, o caso de exílio mais interessante, e que mostra como Pelotas estava inserida em uma rede mercantil e política mais ampla, envolveu aqueles que partiram para o Uruguai. Passados alguns meses do início da guerra, pelo menos seis charqueadores deixaram suas propriedades e partiram para Montevideu com seus trabalhadores cativos, onde foram recebidos por comerciantes uruguaios que os ajudaram a se estabelecer com seus negócios naquela cidade. Eles ergueram novas charqueadas no local, colocaram sua escravaria para trabalhar nesses estabelecimentos e ali permaneceram até 1842, quando o Uruguai deu início ao processo de abolição da escravidão. Fugindo novamente, esses proprietários retornaram para Pelotas com parte de suas escravarias, provocando grande crítica da imprensa uruguaia. Ao contrário do que se pensa, a guerra não uniu todos os rio-grandenses contra o Império. Ao longo do conflito, a província viu-se dividida entre os que aderiram ao movimento e os que se mantiveram contrários ao mesmo. Terminada a Revolta, o Imperador D. Pedro II visitou a província e, no início de fevereiro de 1846, esteve em Pelotas. Tratava-se da primeira viagem do jovem Imperador ao Rio Grande do Sul. Na ocasião, publicou um decreto agraciando com comendas honoríficas e outros títulos dezenas de pelotenses que apoiaram a monarquia na guerra contra os farroupilhas. Eram charqueadores, negociantes e proprietários que, juntamente com suas famílias, foram reconhecidos como leais ao

Império do Brasil. Essa era uma forma de compensação por suas perdas materiais, mas também uma maneira de conferir às mesmas pessoas um *status* e prestígio social muito valorizado na época.

Jonas Moreira Vargas

Referências:

LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: UFPel, 1993.

VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas (século XIX)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VARGAS, Jonas M. *Escravidão e tráfico ilegal na Fronteira Sul do Brasil: o caso dos charqueadores rio-grandenses, dos saladeiristas uruguaios e de suas redes mercantis (c. 1830-1850). Esboços: histórias em contextos globais*, v. 29, n. 54, p. 211-236, 2023.

Rodoviária. Com 8.340 m² de área construída em um extenso terreno de quase dez hectares, o Terminal Rodoviário de Pelotas, que recebeu o nome de Jadir Andara Rodrigues, irmão do então prefeito, está localizado na Avenida Presidente João Belchior Marques Goulart. O prédio foi projetado pelo arquiteto Gonzalo Figueroa e inaugurado de forma simbólica em 1982; entretanto, o início de suas atividades ocorreu apenas dois anos após a cerimônia de abertura. A construção des-

se novo terminal e seu funcionamento foram cercados de diversos conflitos, especialmente em relação à tramitação do projeto que pretendia sua privatização. O debate se estendeu na Câmara de Vereadores: o projeto foi anunciado inicialmente pelo prefeito Irajá Rodrigues e confirmado posteriormente por seu sucessor, Pedro Machado Filho. No Legislativo, a oposição criticava a construção devido à falta de recursos, inclusive para a conclusão da obra. A mídia local destacava que, na cidade, a maioria da população se opunha à venda, clamando por outras alternativas para resolver o problema das dívidas do município. No final de 1982, a Câmara de Vereadores de Pelotas chegou a autorizar a transferência do projeto para a iniciativa privada, por meio da Lei n.º 2.749, de 1º de dezembro de 1982. A retórica utilizada girava em torno da possibilidade de conclusão das obras, abertura do local para início das atividades e pagamento do funcionalismo público; contudo, a prefeitura não efetuou a comercialização. A urgência para início das atividades no novo espaço também se relacionava à antiga localização, na rua Deodoro, número 569, esquina com a Lobo da Costa, que não comportava mais a movimentação existente para os deslocamentos dos cidadãos e os inúmeros ônibus que ali aportavam. De todo modo, a falta de recursos do município ampliou o período de obras e postergou a conclusão do novo prédio, a ponto de gerar incerteza sobre o que seria feito com a construção inacabada. Em 1983, o cargo de chefe do Executivo municipal competia a Bernardo José de Souza, que apresentou o projeto de lei

de modificação do contrato social da Empresa de Turismo (ETURPEL), com o intuito de que a companhia assumisse a administração e exploração dos serviços do Terminal Rodoviário. Feito o pedido de concessão ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Estado (DAER), foi concedida à ETURPEL a exploração dos serviços da Estação Rodoviária, que em 1987 se tornou a Empresa Municipal do Terminal Rodoviário de Pelotas (ETERPEL), empresa pública municipal que administra até os dias atuais o Terminal Rodoviário pelotense. O início das atividades, em 18 de abril de 1984, ocorreu às pressas e com parte da estrutura improvisada, havendo ainda alguns problemas estruturais que foram resolvidos décadas após o início do funcionamento. Em 2009, por meio de consulta popular, iniciou-se a obra de fechamento dos arcos que davam acesso ao interior do prédio, reestruturação essencial para o rigoroso inverno do sul. Quanto ao espaço externo da Estação Rodoviária de Pelotas, este foi ganhando forma ao longo do tempo, com áreas voltadas ao contato com a natureza, bem como espaços de lazer. Entre os anos de 1989 e 1992, alguns animais, antes habitantes da praça Júlio de Castilhos, foram realocados por determinação do IBAMA para as águas pertencentes ao território do Terminal Rodoviário. Somente em 2012 foi proposta a retirada dos animais silvestres para o Núcleo de Reabilitação da Fauna Silvestre da Universidade Federal de Pelotas, diante da constatação de maus-tratos. Ainda em 1995, em ato simbólico com a cidade coirmã japonesa Suzu, algumas mudas de cerejeiras e

camélias foram plantadas no local, com a finalidade de construir um espaço que representasse a irmandade entre as cidades; porém, em 2008, o espaço foi alterado e removido para outro ponto da cidade, na Avenida República do Líbano. Já no ano seguinte, em junho de 2009, por meio do Decreto Legislativo n.º 487, foi atribuído o nome de Governador Leonel Brizola à praça situada em frente ao Terminal Rodoviário. No ano de 2020, com a pandemia da SARS-CoV-2, houve a redução de pelo menos 90% do número de passageiros, e o atendimento e a venda de passagens no piso superior foram deslocados para o térreo, o que garantiu uma redução nos custos básicos. Contudo, atualmente o andar permanece fechado e o funcionamento se mantém integralmente no primeiro piso. Ainda não se fez necessária a retomada dos serviços no pavimento superior, primeiro por gerar mais despesas e talvez por não ser necessária uma rodoviária tão grande para uma cidade do interior.

Gabrielle Garcia Gotuzzo
Isadora Cavada da Silva

Referências:

CAPELARI, Ana Lucia; RODRIGUES, Ana Carolina; SCHIMANSKI, Silvana. Evidências empíricas de relações entre cidades-irmãs internacionais: a Praça Jardim de Suzu. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 31., 2022, Pelotas. *Anais* [...]. Pelotas, 2022.

DUARTE, Ivan. *Proposição n.º 158, Pelotas, de 10 de janeiro de 2012*. Remoção dos animais silvestres em cativeiro na Rodoviária de Pelotas. Disponível em: <https://sapl.pelotas.rs.leg.br/materia/1043>. Acesso em: 8 fev. 2025. IBGE. *Nova Estação Rodoviária*: Pelotas, RS. Disponível em: <https://>

biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=445789. Acesso em: 4 jan. 2025.

PELOTAS. *Decreto Legislativo n.º 487, de 05 de junho de 2009*. Dá o nome de Governador Leonel Brizola à Praça situada em frente ao Terminal Rodoviário. Disponível em: <https://sapl.pelotas.rs.leg.br/norma/433>. Acesso em: 8 fev. 2025.

RODOVIÁRIA PELOTAS. *Histórico*. ETERPEL. Disponível em: <http://www.rodoviariapelotas.com.br/institucional/historico>. Acesso em: 5 fev. 2025.

Fontes:

Jornal *Diário Popular* (1982–1994); *Diário da Manhã* (1982–1987); *Jornal do Comércio* (2020); Acervo IHGPEL e BPP.

Ss



Castelo Dr. Augusto Simões Lopes. Fonte: *ResearchGate*. Imagem disponível na Internet.

Simões Lopes. As terras onde foi erguido o bairro Simões Lopes, localizadas à margem direita do Arroio Santa Bárbara, pertenciam inicialmente ao charqueador José Vieira Vianna, que também operava uma olaria e uma fábrica de sebo. Após sua morte, as terras passaram para a Viúva Vianna & Filhos, depois para Manoel Marques das Neves Lobo e, em seguida, para o Visconde da Graça (João Simões Lopes), sendo posteriormente herdadas pela família Simões Lopes e seus descendentes. Em 1910, Augusto Simões Lopes resolveu lotear essas terras próximas à estação ferroviária, tornando-se assim o fundador do intitulado bairro “Dr. Augus-

to Simões Lopes”, também conhecido como “Villa da Graça”. O projeto de loteamento de 1914 abrangia cerca de 80 quadras, cada uma subdividida em 20 lotes de 10 x 40 metros, de modo que as quadras possuíam dimensões de 100 x 80 metros, totalizando 1.600 lotes. As primeiras moradias foram construídas em 1914, totalizando quatorze habitações populares. Entre elas, havia casas geminadas de tipologia porta-e-janela e chalés com implantação centralizada no lote, permitindo recuo ajardinado e estrutura independente. Entre as décadas de 1910 e 1920, as habitações foram consideradas bem estruturadas, oferecendo boas condições higiênicas, certo

nível de conforto e aluguéis acessíveis. As primeiras moradias foram dispostas em sequência ao longo da Avenida Brasil, via principal do bairro, ocupada por trabalhadores, dando origem a uma vila operária que se expandiu ao longo do prolongamento da avenida. Em 1916, mais dez casas foram erguidas em uma rua perpendicular à via principal. Essas moradias tinham uma testada de quatro metros e eram organizadas em sequência, contando com cinco cômodos, incluindo dormitórios tipo alcova e, quando havia, um banheiro externo. O bairro, em seu projeto, possui ligação com o futebol, abrigando o estádio original do Grêmio Esportivo Brasil, com muro alinhado à Avenida Brasil, estendendo-se para o oeste, onde ficava o campo do antigo Sport Club Rio Branco. Os terrenos desses estádios foram doados por Augusto, que presidiu o G. E. Brasil de 1917 a 1920. Mais tarde, o estádio do Brasil passou a ser utilizado pelo Clube Atlético Bancário e, com o fim desse clube, o local passou a ser utilizado para atividades comunitárias. Além das residências e do estádio, foram erguidas duas praças e duas casas, uma delas destinada ao proprietário. O prolongamento da avenida arborizada (Avenida Brasil), com cerca de 800 metros, foi planejado para receber chalés independentes com jardins. A intenção do proprietário foi atrair um público que construísse moradias no mesmo padrão das suas, o que, no entanto, não se concretizou. Mesmo com investimentos em infraestrutura, como instalações elétricas, praças e a idealização de uma linha de bondes que não foi realizada, a área despertou o in-

teresse de moradores, destacando-se na época como um pequeno parcelamento voltado para a classe trabalhadora. A imponente residência de Augusto Simões Lopes sobressai como o principal palacete do bairro. Sua construção teve início em 1920, com projeto do arquiteto alemão Fernando Rulmman, sendo inaugurada em 1922. O palacete contava com excelente iluminação elétrica e foi cenário de numerosas festas noturnas, onde a elite pelotense se reunia em um ambiente festivo, aproveitando seus terraços e jardins. Do topo da escadaria de acesso, seu proprietário frequentemente discursava com entusiasmo para a população de Pelotas. A residência permaneceu sob os cuidados da família até o final da década de 1970. Entre as razões para a dificuldade de expansão do loteamento, estão as características físicas e espaciais do terreno, que possui orientação norte-sul e está localizado na parte oeste da cidade, dentro do perímetro delimitado pela ferrovia, o rio São Gonçalo e a lagoa do Fragata. Esses fatores não atraíram investidores; a proximidade com a ferrovia, juntamente com o acesso complicado, provavelmente não foi levada em consideração pelo proprietário, resultando em frustração após o loteamento ser erguido. A localização da área, isolada do restante da cidade pela via férrea, provavelmente foi o que fez com que o chamado “magnífico bairro” se transformasse, com o tempo, em um subúrbio de moradias de baixa renda. Do projeto original de 1914, apenas a Avenida Brasil e algumas ruas perpendiculares foram construídas.

Renan Rosso Bicca

Referências:

ALMEIDA, Guilherme Pinto de. Simões Lopes, um augusto bairro. In: *Dia do Patrimônio - Pelotas, RS - Territórios Daqui: Identidades e Pertencimento* - 18, 19 e 20 de agosto de 2017 [Revista]. Pelotas: Secretaria Municipal de Cultura, 2017. p. 17-19.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Protomodernismo em Pelotas*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2005. SCHLEE, Andrey. *Fernando Rulmann e o seu projeto para Pelotas*. X EHTA, out. 2006.

SCHLEE, Andrey. *O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40*. 1993. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

Sindicato da Alimentação. O

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Pelotas foi fundado em 26 de maio de 1974, pela fusão dos seguintes sindicatos: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Panificação, Confeitarias, Biscoitos, Massas Alimentícias e Produtos de Cacau e Balas de Pelotas; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, da Torrefação e Moagem de Café e Fumo de Pelotas; e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Trigo, Milho, Mandioca e Arroz e Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas. Originalmente, sua base territorial limitava-se ao município de Pelotas. Com a emancipação de Capão do Leão, em 1982, e do Morro Redondo, em 1988, os trabalhadores desses municípios permaneceram vinculados ao Sindicato. Em 1993, a base territorial foi estendida para os municípios de Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, Arroio Gran-

de, Pedro Osório, Cerrito e Jaguarão. Também nesse ano, o nome foi alterado para Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas da Alimentação de Pelotas. O primeiro presidente do Sindicato foi Gilberto Vetromile, em cuja gestão teve início a construção da sede própria, à rua Almirante Barroso, 3124, concluída em 1979. Na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, em São Bernardo do Campo, São Paulo, dois dirigentes do Sindicato se fizeram presentes: José Mário Schiavon e Mário Medeiros Filho. Essa participação deu-se à revelia da direção, cuja maioria era contrária à criação da CUT. Em 1986, com a mudança de direção, o Sindicato filiou-se à CUT. Em 1998, adquiriu uma área de cinco hectares na Colônia Santa Maria, às margens do Arroio Pelotas, para a implantação de um camping para uso dos associados. Ainda no final da década de 1990, o Sindicato atuou no movimento de democratização da comunicação, cujo foco era a busca pela autorização legal para rádios comunitárias. Como consequência, em 2021 surgiu a Rádio-Com, da qual o Sindicato foi um dos fundadores e é mantenedor. A partir de 2019, passou a abrigar em sua sede a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas. No início da pandemia de Covid-19, criou-se o grupo Nós por Nós, que produz semanalmente refeições para moradores de rua, utilizando as instalações do Sindicato – grupo que continuou atuando após o fim da pandemia. Na enchente de 2024, o Sindicato foi sede do Movimento Solidariedade Pelotas, composto por 29 entidades do movimento social

da cidade, que produziu mais de vinte mil refeições para os desabrigados, além de coletar roupas, colchões e atuar nos abrigos de animais domésticos. Em 2025, inaugurou uma subsede em uma sala comercial no centro da cidade, para facilitar o acesso dos trabalhadores, que buscam informações sobre direitos e atendimento jurídico. Além da busca por melhores salários, o Sindicato mantém atuação permanente junto às indústrias quanto às condições de saúde e segurança dos trabalhadores, realizando sistematicamente visitas de fiscalização nas empresas. Também participa das mobilizações dos demais movimentos sociais, buscando afirmar-se sempre como um sindicato classista.

Lair de Mattos

Referências:

SINDICATO DA ALIMENTAÇÃO PELOTAS. Página no Facebook. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/sindicato.da.alimentacao.pelotas?mibextid=qi2Omg&rdid=SstCa2A37QYTuoTX&share_url=https%3A%2F%2Fwww.facebook.com%2Fshare%2F1DPc8fNrgr%2F%3Fmibextid%3Dqi2Omg#. Acesso em: 11 abr. 2025.

Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região. Fundado em 12 de agosto de 1933, em reunião ocorrida no Clube Caixeiral, com a presença de funcionários das sucursais de bancos estabelecidos no município de Pelotas, o Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região tem sua origem no contexto dos anos iniciais da Era Vargas (1930-1945). Em sua fase denominada Governo Provisório (1930-1934),

o presidente Getúlio Vargas buscou implementar uma política trabalhista que, por um lado, estabeleceu inéditas leis de proteção aos trabalhadores; por outro, impunha rígido controle sobre as organizações de trabalhadores, as quais deveriam estar subordinadas ao Estado. Exemplo categórico dessa política foi o Decreto-Lei 19.770, de 1931, no qual o governo federal passou a regular a sindicalização dos trabalhadores no país. Em seus anos iniciais, o sindicato procurou atuar segundo os interesses de seus associados, dentro dos limites estabelecidos pelo Estado – limites esses hipertrofiados com a implantação da ditadura estadonovista entre 1937 e 1945. O período entre a ditadura do Estado Novo e o golpe que instaurou a Ditadura Militar (1964-1985) foi marcado por um regime democrático posto à prova diversas vezes, pressionado externamente pelos ventos da Guerra Fria e, internamente, pelos interesses divergentes entre um projeto nacional, trabalhista e popular, e os interesses de setores liberais da burguesia nacional atrelados ao capital externo. Em 1946, após a queda do regime autoritário, o artigo 159 da Carta Constitucional declarava ser livre “a associação sindical e profissional”, conferindo certa autonomia aos sindicatos, que se tornaram força atuante na política nacional. Nesse período, marcado por perdas salariais em decorrência dos altos índices de inflação e desfrutando de maior liberdade de atuação, inúmeras greves bancárias foram organizadas no país, tendo o Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região como articulador local. Destaque para os movimentos

grevistas de 1953 e 1962 – este último, ocasião em que a categoria bancária pleiteava aumento geral de 70%, entre outras reivindicações, e, após seis dias de paralisação, obteve aumento geral de 60%, entre outras conquistas. O Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região também esteve presente nas manifestações contrárias ao golpe civil-militar de 1964. O jornal *Diário Popular*, de 2 de abril de 1964, noticiou a deflagração de uma greve geral em apoio ao governo de João Goulart e a organização de piquetes em diversos locais da cidade. Com a consolidação do golpe e a implantação da Ditadura Militar (1964-1985), teve início um longo período de intervenções estatais nas entidades sindicais (456 somente no primeiro ano do regime) e de cerceamento das liberdades democráticas. A atuação do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região durante tal período passou a girar em torno de questões assistenciais, como atendimento odontológico e jurídico. As poucas atas disponíveis no acervo do sindicato, relativas ao período, trazem poucas informações sobre mobilizações e articulações em torno de greves ou reivindicações; via de regra, discutiam-se propostas da classe patronal, chegando-se a um acordo. Com o fim da Ditadura Militar, no contexto da redemocratização, da Nova República e da ascensão de novas forças políticas, o Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região passou, em 1988, por uma mudança significativa, com a vitória de uma chapa de oposição que rompeu com a tendência que esteve à frente do sindicato durante os anos anteriores, de postura marcadamente assistencialista.

A partir de então, o sindicato intensificou sua presença não só em relação às questões referentes à categoria bancária, mas também em momentos importantes da política nacional, como no movimento Fora Collor, que reivindicava o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, quando, por iniciativa do sindicato, foi instalado um telão na praça Coronel Pedro Osório para que a população pudesse acompanhar a votação que levou à cassação do então presidente. Outra importante contribuição do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região, juntamente com outros sindicatos da cidade, foi a fundação da Associação Cultural Rádio Comunidade FM, popularmente conhecida como RádioCom. Fundada em 12 de junho de 2001, após dois anos de experimentações, a rádio tornou-se um importante veículo local de informação sobre questões sindicais, do universo dos trabalhadores, das lutas populares e da cultura local. As principais questões enfrentadas pelo sindicato no século XXI, segundo levantamento realizado no próprio veículo de informes da categoria, o jornal *O Troco*, giram em torno do assédio moral realizado pelas chefias nas agências bancárias, do cumprimento de metas consideradas abusivas, de ataques a direitos históricos, do acúmulo de funções e da denúncia dos lucros extorsivos dos bancos em detrimento dos salários dos trabalhadores.

Danilo de Vasconcellos Ferreira

Referências:

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 2 abr. 1964. Acervo disponível na Bibliotheca Pública de Pelotas. FERREIRA, Danilo de Vasconcellos; MENEZES, Eduardo. *Sindicato dos*

Bancários de Pelotas e Região, 80 anos, 1933-2013. Pelotas: Instituto Mario Alves, 2013.

KAREPOVS, Dainis (Coord.). *A história dos bancários: lutas e conquistas, 1923-1933*. São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, 1994.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Cristiane Freitas da. *Um breve estudo sobre o Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região: 1989-1998*. 2000. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2000.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PELOTAS E REGIÃO. *Atas do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região*. Acervo do Sindicato, [s.d.].

Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas.

O Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas foi fundado em 1989, mas sua história de luta é muito mais antiga. Antes de sua oficialização, após a Constituição de 1988, já existia como Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas, desde 1978. Sua fundadora principal foi a mulher negra, trabalhadora doméstica e sindicalista Iolanda Prestes da Rosa. O sindicato está localizado na “Casa do Trabalhador”, no centro de Pelotas, onde também funcionam outros sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). É importante entender essa luta no contexto nacional: a data de referência para todas as associações e sindicatos de trabalhadores domésti-

cos no Brasil é a fundação, em 1936, da primeira associação do gênero no país, em Santos, São Paulo. Essa iniciativa foi liderada por Laudelina de Campos Melo, mulher negra, militante política e trabalhadora doméstica, que também participou do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Frente Negra Brasileira (FNB), atuando além do trabalho de base na sua categoria. No cenário regional e nacional, uma das principais referências na luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas é Ernestina dos Santos Pereira. Mulher negra, aposentada e sindicalista há mais de 35 anos, ela atua na base do Sindicato de Pelotas e tem contribuído com pesquisas e materiais que destacam a importância dessa luta histórica. Sua trajetória reforça que o emprego doméstico e suas precariedades existem em todo o mundo, especialmente em países com diásporas africanas, que tiveram processos de colonização e escravidão. Dentro desse universo de histórias e registros, Ernestina relata que, em 2022, cerca de 1.200 trabalhadoras domésticas estavam sindicalizadas em Pelotas. No entanto, o atendimento jurídico oferecido pelo sindicato três vezes por semana atende a um número muito maior de pessoas. Ela comenta também que, no Brasil, apenas cerca de 30% das trabalhadoras domésticas têm sua carteira de trabalho assinada, garantindo seus direitos, mostrando que, embora a luta por direitos seja centenária, na prática a conquista de garantias ainda avança lentamente. Em termos de legislação trabalhista, a Lei 5.859, publicada em 1972, foi um marco importante ao reconhecer o trabalho doméstico como

atividade profissional, estabelecendo a obrigatoriedade de assinatura na carteira de trabalho dessas profissionais e trazendo outras conquistas relevantes, sendo considerada o primeiro passo na luta pela garantia de direitos dessas trabalhadoras. Mais recentemente, houve a tramitação e o debate público em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Domésticas, aprovada em 2013 e regulamentada em 2015, que estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre trabalhadores domésticos e outras categorias, incluindo salário-maternidade, auxílio-doença, seguro-desemprego e FGTS. No entanto, Ernestina comenta que ainda há desigualdades, especialmente no que diz respeito às diaristas, que muitas vezes ficam desassistidas, reforçando que ainda há muito a avançar para que as trabalhadoras domésticas possam ter uma vida digna, com segurança e respeito.

*Ernestina dos Santos Pereira
Caroline Cardoso da Silva*

Referências:

BONEZ, Mateus Cordenonsi; BRITES, Jurema Gorski. O trabalho de cuidado no sindicato das trabalhadoras domésticas de Pelotas, RS. Século XXI: *Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 854-875, 30 jul. 2020. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2236672537558>. Acesso em: 15 dez. 2022.

PEREIRA, Ernestina dos Santos. Vice-presidente do Sindicato das Domésticas – CUT. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva. Realizada na Casa do Trabalhador, Pelotas, 15 dez. 2022.

Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecidos Pelotense.

O Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecidos Pelotense se originou em 1912, ligado à Caixa de Socorros da Fiação e Tecidos de Pelotas. Situado não muito distante da própria Fiação e Tecidos, na rua Santa Cruz, atendia a toda a categoria de fiação e tecelagem. A direção, controlada pelo patronato, caracterizava-se por um paternalismo que garantia algum apoio financeiro às operárias e operários em troca da disciplina destes no trabalho, configurando, assim, um sindicato corporativista. Analisando o livro de registro dos sócios, chega-se ao número de 888 trabalhadores registrados, dos quais 760 pertenciam ao quadro funcional da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e o restante advinha, principalmente, da Laneira Brasileira S.A. No caso da Fiação e Tecidos, o número de mulheres associadas superava em muito o de homens, repetindo as proporções da ocupação na fábrica: dos 760 associados, 497 eram mulheres e apenas 263 homens. O livro de registros de sócios inicia a organização dos dados das trabalhadoras e trabalhadores em 23 de outubro de 1946, sendo todos da Fiação e Tecidos Pelotense. O número de mulheres sindicalizadas, entretanto, não se refletia na liderança do movimento sindical, ocupada majoritariamente pelos homens. Embora as atas do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecidos revelem diatribuições masculinas, a participação das trabalhadoras era constante. Na eleição de 1965, por exemplo, dos 29 votantes, 24 eram mulheres. Através do estudo das atas, também é possível conhecer

as pautas de luta dessas trabalhadoras, que iam desde propostas de aumentos salariais até condições de trabalho enfrentadas no cotidiano. Há registros de operárias se posicionando nas assembleias contra o fechamento das janelas durante os turnos e reclamando da obrigatoriedade de trabalhar com três máquinas simultaneamente, argumentando que o aumento do serviço excedia sua resistência física. Com relação à primeira demanda, sustentavam que o calor e a poeira tornavam o ambiente insalubre, “de tal forma insuportável que poucas operárias podem resistir” (Ata n. 29, 10 de novembro de 1957, p. 45). Os debates eram orientados pelos consultores jurídicos do sindicato, primeiramente o advogado Antônio Ferreira Martins e depois Clóvis Rusomanno, que conquistaram algumas vitórias significativas para os associados através da Justiça do Trabalho. Na década de 1960, enquanto as discussões passaram a se centrar mais no gerenciamento dos recursos sindicais, inclusive com o tombamento dos bens do sindicato, as mulheres parecem, aos poucos, desaparecer das assembleias. As pautas, até então voltadas às questões cotidianas, foram substituídas por assuntos de assistencialismo, como aumento de salários para médicos e dentistas do sindicato, e pela ordem burocrática de aprovação de contas, sucessões da diretoria ou substituição de membros do conselho. O contexto político de cerceamento da liberdade e controle social que marcou a década no Brasil explica, inclusive, a ausência progressiva dos advogados nas assembleias no final dos anos 1960. Mesmo assim, a atuação do

sindicato, embora engessada naquele contexto histórico, foi essencial para conceber possibilidades de ação para a categoria. O estudo das atas do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas demonstra que ele foi um instrumento de luta e mobilização da classe operária têxtil pelotense, amplamente utilizado também pelas operárias.

Taiane Mendes Taborda

Referências:

ATA ASSEMBLEIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECIDOS. Pelotas: Arquivo do NDH-UFPEL, 1947-1973.

REGISTRO DE SÓCIOS DO SINDICATO DE EMPREGADOS DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE PELOTAS. Pelotas, 1946.

TABORDA, Taiane Mendes. “*Pano pra manga*”: experiências de luta, classe e gênero no cotidiano das trabalhadoras da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (1943-1974). 2023. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

SIMP. O Sindicato dos Municípios de Pelotas foi criado em 7 de dezembro de 1988, resultante da transformação da Associação dos Municípios de Pelotas (AMP), fundada em 20 de setembro de 1954, como associação dos servidores do município. O SIMP consolidou-se como entidade sindical em Pelotas poucos meses após a promulgação da Constituição Federal de 1988, período de transição do regime militar para a democracia, marcado, entre outros espec-

tos, pela autonomia e liberdade sindical. O SIMP representa os servidores municipais da administração direta (magistério, saúde, segurança, transporte, trânsito, assistência social), bem como da administração indireta, compreendendo autarquias e empresas públicas municipais. Nas décadas seguintes à sua criação, o SIMP constituiu-se como porta-voz efetivo das reivindicações da categoria, lutando por melhores condições econômicas e sociais de trabalho e organizando paralisações e greves no serviço público municipal.

Eisler Cavada

Referências:

SIMP. Página na Internet. Disponível em: <https://simpelotas.com.br/site/>. Acesso em: 24 out. 2025.

STIMMEP. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Pelotas foi fundado na década de 1940. Datada de 29 de março de 1943, a Carta Sindical foi assinada pelo então Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio do governo de Getúlio Vargas, Alexandre Marcondes Machado Filho. O sindicato representa os trabalhadores do setor metal-mecânico, de material elétrico e de máquinas agrícolas na cidade de Pelotas. Desde sua fundação, teve atuação marcante no cenário sindical local. Na década de 1980, com o fim da ditadura civil-militar e a transição para o regime democrático, marcada pelo ativismo sindical, organizou os trabalhadores do setor, como mecânicos, torneiros, soldadores, reparadores de veículos,

montadores de máquinas, silos e implementos agrícolas, promovendo greves e paralisações. Na década de 1990, marcada pela precarização e flexibilização das relações de trabalho, atuou fortemente nas negociações coletivas em defesa dos trabalhadores do setor, conquistando importantes avanços para essa categoria profissional.

Eisler Cavada

Referências:

CASA DO TRABALHADOR PELOTAS. Página no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/casadotrabalhadordepelotas/>. Acesso em: 24 out. 2025.

Sopapo. O sopapo é um gênero específico de tambor, especialmente presente na região sul do Rio Grande do Sul. Há disputa acerca do primeiro espaço ocupado pelo instrumento no estado: Rio Grande, Pelotas ou Porto Alegre. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional indica o sopapo como parte da contribuição de africanos escravizados da região das Charqueadas, em Pelotas, no século XIX. De qualquer forma, o sopapo não é uma invenção local, mas uma recriação da tradição da percussão africana. Nesse sentido, Richard Serraria aponta uma possível relação mais próxima com o tambor *yakupapa* da etnia angolana *gangue-las*. Assim, o sopapo seria uma prática presente em muitos lugares, mas que se desenvolve de maneira específica em cada um deles. Para o Griô Dilermando Freitas, o tambor de sopapo representa, ao mesmo tempo, um saber construir o instrumento e uma manifestação da “resistência do negro que acontecia e

ainda acontece muito através da música”. Com um metro de altura e 51 cm de diâmetro, o instrumento tinha a base esculpida, originalmente, em tronco de árvore, e utilizava o couro de animais, cavalo ou, preferencialmente, gado, para cobrir a parte superior. Com o passar do tempo, essa produção foi sendo alterada para facilitar o feitiço, o uso e o afinamento. Segundo o IPHAN, os registros de presença do tambor de sopapo são mais difundidos “a partir da década de 1940 com a inserção dele em escolas de samba”. No entanto, no fim do século XX, com a “carioquização” do Carnaval gaúcho, o sopapo foi substituído pelo surdo de terceira e ficou quase extinto, havendo um resgate da tradição a partir dos anos 2000. O Griô Dilermando Freitas e o músico Giba-Giba são dois dos responsáveis por manter viva a tradição em Pelotas. Em 2021, o tambor de sopapo se tornou Patrimônio Imaterial da cidade por meio da Lei 9615/21.

Jéssica Camargo Trisch

Referências:

- CERQUEIRA, Fábio Vergara. Patrimônio cultural, escola, cidadania e desenvolvimento sustentável. *Diálogos*, v. 9, n. 1, p. 91-109, 2005.
- COGOY, Carlos. SOPAPO: Linha do tempo da conquista do tambor como patrimônio. Disponível em: <https://diariodamanhapedelotas.com.br/site/sopapo-linha-do-tempo-da-conquista-do-tambor-como-patrimonio/>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- FREITAS, Dilermando. Depoimento de Griô Dilermando Freitas. Entrevistadores: Laís Bittencourt e João Plácido. Pelotas, 2018, meio digital (61 minutos). Entrevista concedida aos alunos da disciplina de Educação Patrimonial. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Tambor de Sopapo - Resgate Histórico da Cultura Negra do Extremo Sul*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/995/>. Acesso em: 2 nov. 2018.
- LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1993.
- MAIA, Mario de Souza. O sopapo e o cabobu: a invenção de uma tradição percussiva no extremo sul do Brasil. In: CONGRESSO ANPPOM, 15., 2005, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Disponível em: http://antigo.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2005/sessao24/mario_maia.pdf. Acesso em: 30 out. 2018.
- O GRANDE TAMBOR. Gustavo Turck e Sergio Valentim. Porto Alegre: Coletivo Catarsee, 2012. Meio digital. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xIL6H-fq4ZTw>. Acesso em: 2 nov. 2018.
- SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Tambor Sopapo se tornará patrimônio imaterial de Pelotas*. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/tambor-sopapo-se-tornara-patrimonio-imaterial-de-pelotas>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- SERRARIA, Richard. *Por uma pedagogia do sopapo*. Disponível em: <http://coletivocatarsee.com.br/2013/02/08/por-uma-pedagogia-do-sopapo/#more-3414>. Acesso em: 3 nov. 2018.

Sport Club Juvenil. Diante do caráter excludente das principais associações recreativas pelotenses do período pós-abolição, os negros precisaram criar seus próprios clubes (Loner, 1999). Nesse contexto, em 13 de maio de 1908, exatos 20 anos após a abolição, operários negros fundaram o clube de futebol Sport Club Juvenil. Mais antigo clube negro de futebol da cidade de Pelotas/RS, o Juvenil atuou por mais de três décadas e participou da fundação, em 1919, da Liga de Futebol José do Patrocínio, composta somente por clubes negros de futebol, competição na qual o clube sagrou-se campeão nas edições de 1921, 1925 e 1926. A agremiação também se destacou pela participação feminina, tendo inclusive eleito “diretorias de senhoras” ao longo da década de 1920 para atuar em conjunto com a diretoria geral. Em 1927, o presidente do clube era Joaquim Rollo Sobrinho, uma das doze lideranças negras pelotenses da década de 1930 (Silva, 2011). O clube também oportunizou outras formas de sociabilidade à população negra pelotense, em especial através da realização de bailes, amplamente divulgados pelo jornal de imprensa negra A Alvorada. O S. C. Juvenil estabeleceu ainda uma rede de relações com clubes negros de futebol de outras cidades do Rio Grande do Sul, recebendo em Pelotas o Niterói F. B. C, da cidade de Bagé/RS, para a realização de jogos amistosos e confraternizações, e, em 1922, tendo um jogador do clube, João de Araújo Bastos (Bastinhos), contratado pelo S. C. Bento Gonçalves, clube negro da cidade de Porto Alegre/RS (Santos, 2018). Ao longo da década de 1930, as

barreiras raciais outrora existentes no futebol pelotense foram amainando, e o clube disputou a série B da cidade, em 1933, e torneios organizados pela Frente Sindicalista Pelotense em 1934.

Christian Ferreira Mackedanz

Referências:

ALVES, Eliseu de Mello. *O futebol em Pelotas*. Pelotas: Livraria Mundial, 1984. LONER, Beatriz Ana. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MACKEDANZ, Christian Ferreira. *Racismo “nas quatro linhas”: os negros e as ligas de futebol em Pelotas (1901-1930)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

MACKEDANZ, Christian Ferreira; SILVA, Daniel Vidinha da; RIGO, Luiz Carlos. *Liga de Futebol José do Patrocínio (1919-1936): um símbolo de resistência ao preconceito racial no futebol pelotense*. *Projeto História*, São Paulo, v. 70, p. 235-260, jan.-abr. 2021.

RIGO, Luiz Carlos. *Memórias de um Futebol de Fronteira*. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2004.

SANTOS, José Antônio dos. *Liga da Canela Preta: a história do negro no futebol*. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2018.

SILVA, Fernanda Oliveira. da. *Associativismo negro em Pelotas no pós-abolição: membros dos clubes sociais negros, articulistas do A Alvorada e militantes da Frente Negra Pelotense (1933-1937)*. In: *V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre, 2011.

Tt



Teatro Sete de Abril. Fonte: Acervo NDH-UFPel

Teatro. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela efervescência cultural. Pelotas, ao longo da década de 1960, vivenciou um intenso movimento artístico-cultural, que teve como propulsor o teatro, seguido pelo cinema. Nesse período, formaram-se diversos grupos teatrais amadores que ocupavam o espaço deixado vazio pelas companhias nacionais, sendo integrados principalmente por estudantes secundários e universitários, coordenados por pro-

fessores. O entusiasmo que envolvia os participantes do movimento teatral local levou à fundação, em 1962, da Sociedade de Teatro de Pelotas (STEP), entidade privada que se tornou a organizadora das atividades teatrais na cidade. Era com seu apoio, salvo raras exceções, que os grupos locais levavam ao público suas montagens. A STEP também patrocinou os Festivais de Teatro, que deram a Pelotas destaque nacional e internacional, sendo responsável pelo

aumento de temporadas de companhias profissionais na cidade. Assim, é possível dividir o movimento teatral pelotense, nas décadas de 1950 e 1960, em duas fases: a primeira, marcada pela proliferação de grupos teatrais amadores, que ocupavam o espaço deixado vazio pelas companhias nacionais; e a segunda, iniciada com a fundação da STEP em 1962, caracterizada pela centralização do movimento e promoção de grandes eventos, como os Festivais de Teatro de Pelotas, além do aumento de temporadas de companhias profissionais. Nas primeiras edições, os festivais contaram majoritariamente com grupos pelotenses, mas, com a projeção conquistada ao longo do tempo, cresceu o número de companhias vindas de outras cidades, incluindo grupos da Argentina e do Uruguai. Diante da qualidade dos espetáculos apresentados por essas companhias e da intensificação da censura, tornou-se difícil para os amadores locais concorrerem, desestimulando sua participação. O movimento teatral não se caracterizou pela estabilidade. A cidade tinha, e ainda tem, apenas um grupo com carreira duradoura, o “Teatro Escola de Pelotas”, fundado em 1914, que permanece atuante atualmente. Durante a década de 1960, embora tenham se formado mais de uma dezena de grupos, a maioria teve duração efêmera, muitas vezes limitada à participação em um único festival realizado na cidade. Os grupos locais seguiam duas tendências: ou optavam pela escolha de textos de autores considerados clássicos, como Tennessee Williams, Jean-Paul Sartre e Eugene O’Neill, ou encenavam peças focadas na

crítica à sociedade, seus comportamentos e costumes, como foi o caso do Teatro Experimental do Jornalismo, fundado em 1968 pelo Diretório Acadêmico João Simões Lopes, da Escola de Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas. A partir da década de 1970, como reflexo da centralização da censura, tornou-se cada vez menor o número de peças encenadas por grupos pelotenses, que acabaram se desarticulando ou se limitaram a realizar atividades alternativas, como a organização de oficinas de teatro. Apesar de não encenarem peças e se posicionarem abertamente contra o regime militar, esses grupos também foram vítimas da censura. Enquanto esperavam a liberação de textos, alguns grupos de Pelotas se desarticularam, e outros, percebendo a situação, nem sequer tentavam montar espetáculos. Essa situação mudou no final da década de 1970 e início da década de 1980, com a chamada “abertura política”.

Vanessa Volcão Oliveira

Referências:

- BERG, Creuza de Oliveira. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: EdUFSCar, 2002.
- GARCIA, Milandre. *Ou vocês mudam ou acabam: teatro e censura na Ditadura Militar (1964-1985)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- HEssel, Lothar. *Teatro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- OLIVEIRA, Vanessa Volcão. *Há uma bomba no teatro: um estudo sobre o movimento teatral em Pelotas e Porto Alegre em tempo de Estado de Exceção (1964-1975)*. 2010.

Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

PRATES, Helena Zanella. *Do Corpo Cênico ao Teatro Escola: um grupo encena 90 anos de história*. Pelotas: EDUCAT, 2005.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e Militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Teatro Escola de Pelotas (TEP).

O TEP fez sua estreia em 1914, no Teatro Sete de Abril. Sua fundação foi inspirada pelo Corpo Cênico da Liga Operária Católica, de Rio Grande, que se apresentou em Pelotas, em 1912, a convite do diretor da Sociedade União Pelotense, Padre Clemente Rehm. A partir de então, surgiu o interesse de fundar em Pelotas um grupo teatral amador, ligado à Igreja. Integrantes dessa sociedade abraçaram a ideia e criou-se o Corpo Cênico da União Pelotense, com o objetivo principal de produzir peças amadoras e beneficentes, utilizando para divulgação de seus trabalhos, por exemplo, panfletos. Com a extinção, em 1930, da Sociedade União Pelotense, o grupo passou a chamar-se Corpo Cênico do Apostolado dos Homens da Catedral, mantendo-se ligado à Igreja Católica. Os locais utilizados para apresentação eram o Teatro Sete de Abril e o auditório do Colégio Gonzaga. Os textos eram geralmente de autores nacionais, e seus integrantes eram professores, estudantes e pessoas religiosas. Devido ao vínculo com a Igreja, as mulheres não enfrentavam preconceito da sociedade por participarem do grupo. Em 1946, mudou seu nome e transformou-se no Teatro Escola de Pelotas, for-

ma como é chamado atualmente. Nesse período, o Teatro Escola de Pelotas sofreu forte influência de Renato Vianna, que, em 1934, inaugurou um movimento teatral propondo uma reforma nos grupos teatrais brasileiros, sugerindo um teatro modelo de educação e formação social, em que os atores teriam aulas não apenas de técnicas corporais, mas também das regras de civilidade. Além da mudança de nome, o grupo se desvinculou da Igreja, acarretando o afastamento de muitas moças que nele atuavam, vítimas do preconceito, que, apesar de tudo, resistiu por muito tempo. Na década de 1950, o grupo sofreu um declínio, sua produção diminuiu e, entre 1958 e 1962, não levou nenhum espetáculo aos palcos. Sua volta deveu-se ao chamado Movimento Renovador, vivenciado por Pelotas desde 1960, caracterizado pelo aumento da atividade teatral, com a fundação de diversos grupos amadores, demonstrando o interesse revigorado da sociedade local pelo teatro. A produção do grupo, desde sua volta, esteve restrita ao trabalho de Luiz Carlos Correa da Silva e alguns outros participantes, sem, no entanto, uma organização sólida como no passado. Frente a isso, em 1965, as atividades foram assumidas por um grupo de universitários. Junto à reestruturação vieram inovações técnicas e teóricas. A partir de 1968, com o AI-5 e o fortalecimento da censura e da repressão, tornou-se cada vez mais difícil fazer teatro, de modo que o TEP, na década de 1970, diante das condições do país, esteve longe dos palcos. O movimento teatral pelotense passou, a partir do AI-5, por uma fase de crescente estagnação

da produção. Essa situação só foi revertida no final da década de 1970 e início da década de 1980, com a chamada “abertura política”. Em 1987, o TEP absorveu o Desilab, fato que impulsionou a produção e estabeleceu vínculos com uma instituição educacional. O Desilab foi um grupo fundado em 1974, ligado à Escola Técnica Federal de Pelotas, sob a liderança do ator José de Abreu e da atriz Nara Keiserman, sendo fundamental para a retomada da atividade teatral em Pelotas a partir da década de 1980. Em 1992, o Teatro Escola tornou-se independente, sendo a primeira escola de teatro de Pelotas e oferecendo inúmeros cursos.

Vanessa Volcão Oliveira

Referências:

GARCIA, Milandre. *Ou vocês mudam ou acabam: teatro e censura na Ditadura Militar* (1964-1985). 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

HESSEL, Lothar. *Teatro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

OLIVEIRA, Vanessa Volcão. *Há uma bomba no teatro: um estudo sobre o movimento teatral em Pelotas e Porto Alegre em tempo de Estado de Exceção* (1964–1975). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PRATES, Helena Zanella. *Do Corpo Cênico ao Teatro Escola: um grupo encena 90 anos de história*. Pelotas: EDUCAT, 2005.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e Militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Teatro na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Na década de 1960, na Faculdade de Odontologia de Pelotas, que, na época, ainda era vinculada à Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) de Porto Alegre, passou a acontecer anualmente a Semana Acadêmica Odontológica (SAO), idealizada pelo professor José Luis Sacco da Nova Cruz, pelotense formado cirurgião-dentista em Porto Alegre. Ele retornou a Pelotas em 1961, quando começou a trabalhar como professor contratado na disciplina de Fisiologia, na Faculdade de Odontologia, tendo depois feito concurso para Livre Docente e ministrado aulas também na Faculdade de Medicina e no Campus Capão do Leão. O evento por ele idealizado, além de contar com apresentações de trabalhos científicos e conferências, possuía um Departamento Artístico, com a finalidade de promover atividades voltadas para as artes, nas quais os próprios alunos e professores se apresentavam nos festivais noturnos que aconteciam durante toda a semana acadêmica. Na ocasião, os participantes tocavam violão, cantavam, faziam sa-raus de poesia, mostras de fotografias, entre outras atividades, com o objetivo de tornar mais leve a rotina de estudos e práticas clínicas por meio de vivências artísticas. O evento passou a se chamar “Odontoarte” e era dirigido pelo professor Nova Cruz. Em 1967, ele escreveu e dirigiu sua primeira encenação teatral, apresentada na Semana Acadêmica, no mês de setembro daquele ano, intitulada “Odontoarte estuda a Balaiada”. Fizeram parte do elenco dessa primeira peça, entre outras pessoas, a professo-

ra Iria Duarte, a aluna Aldiva Lúcio e o aluno, à época, Alcebíades Barbosa. Segundo consta no prospecto da referida peça, o professor Nova Cruz pensava que: “O teatro é uma forma de expressão das criações da mente. Todo o homem precisa dizer aos que o rodeiam o turbilhão imaginativo que lhe vai na alma e, para isso, usa a expressão artística. A pintura, a música, o teatro e todas as formas de arte, quando puras, são meios que o homem usa para comunicar-se com o próximo”. Por pensar dessa forma, ele continuou produzindo arte e, em anos posteriores, passou a comprar os direitos autorais das peças que não tinha escrito, adaptando-as para serem encenadas pelo grupo que passou a ser conhecido como Grupo JL Nova Cruz, o qual não era permanente, já que alunos do elenco se formavam e, por vezes, nem havia apresentações teatrais por falta de participantes. O professor costumava reunir todo o grupo que ia trabalhar nas encenações teatrais em um porão de sua casa, onde ficavam vários dias ensaiando até as cenas ficarem perfeitas. Também aconteciam ensaios na sala 54 da faculdade, mesmo local onde ocorriam as encenações durante as Semanas Acadêmicas, sempre com grande público. Devido ao sucesso do grupo de teatro do professor Nova Cruz, suas peças, além de serem reproduzidas mais de uma vez pela demanda do público, também foram encenadas no Teatro Guarany, no Colégio Gonzaga, no Conservatório de Música e até fora da cidade, em São Lourenço do Sul, Jaguarão e Rio Grande. Entre outras peças que dirigiu, destacam-se: “O reencontro” (1969); “Está lá fora o inspetor” (1971), traduzi-

da e adaptada do original “*An Inspector Calls*”, de J.B. Priestley; “*Equus*” (1977, escrita em 1973 por Peter Shaffer), apresentada na Faculdade de Medicina (Leiga), com elenco também dessa faculdade; e “A figueira do inferno” (1978). As peças só foram retomadas em 1982, com “B...em cadeira de Rodas”, e, ainda nesse ano, desvincularam-se da Odonto, passando a ser apresentadas somente na Faculdade de Medicina, que contava com melhor estrutura, incluindo anfiteatro, luzes e som da boate da Leiga cedidos para as apresentações. Continuavam sob a direção do professor Nova Cruz, com parte do elenco formada por estudantes e profissionais da Odontologia e da Medicina. Assim, em outubro de 1982, durante a Semana do Médico, foi apresentada na Leiga a peça “A festa dos eleitos”, encenada originalmente em 1971 como “Está lá fora o inspetor”. No ano de 1983, os participantes já eram conhecidos como Grupo de Teatro Universitário da Medicina e encenaram “Santo Inquérito”, peça de Dias Gomes, que havia sido estreada por Regina Duarte em 1970. A artista, inclusive, veio a Pelotas assistir à apresentação, pois havia sido especialmente convidada pelo professor Nova Cruz. Mais de 3.000 pessoas assistiram à encenação. Em 1984, foi apresentada a última peça sob a direção do professor, “Panorama visto da ponte”, e, em seguida, as apresentações teatrais na Leiga se encerraram, devido ao falecimento do professor, apaixonado pela arte, em 1986. Durante os anos de duração do grupo de teatro do professor Nova Cruz, diversos estudantes e profissionais dos cursos de Odontologia e Medicina da UFPel participaram, entre eles o próprio

professor, que, além de dirigir, também atuava, Ângela Pachon, Aldiva Lúcio, Iria Machado Pureza Duarte, Alcebíades Barbosa, José Carlos Maciel da Silva, Eurico Coelho Sacco, Marisa Post, Jorge Hammes, Paulo Jeovane Figueiredo, Iná Santos, Luís Antônio Benvegnú, dentre outros. Festivais de teatro ligados a outras entidades e, inclusive, vinculados à UFPel, como o Núcleo de Teatro da UFPel, criado em 1995, organizado pela professora Fabiane Tejada da Silveira e formado por alunos e professores do Instituto de Letras e Artes, continuaram acontecendo na cidade, enriquecendo a arte pelotense.

Elisiane Medeiros Chaves
Luís Rubira

Referências:

MANUSCRITO “A Balaíada”. 1967. Acervo: Memorial da Faculdade de Odontologia da UFPel. PRATES, Helena; RUBIRA, Luís. Pelotas no palco: uma cidade encena 100 anos de história. *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*, v. 2, 2014.

PROSPECTO da peça “Odontoarte estuda a Balaíada”. 1967. Acervo: Luís Eduardo Rilling da Nova Cruz. SILVEIRA, Fabiane Tejada da; SILVA, Ursula Rosa da. *Memória do Teatro da UFPel/RS*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, UFPel, 2006.

SILVA, Francisca Alves da. *Teatro de Pelotas: um patrimônio adormecido*. 2006. Monografia (Especialização em Patrimônio Cultural: Conservação de artefatos) – Programa de Pós-Graduação em Artes, 2006.

Fontes orais:

Ângela Maria Pachon Elias; Iria Guimarães Machado Pureza Duarte; José Carlos Maciel da Silva; Márcia Bueno Pinto; Luís Eduardo Rilling da Nova Cruz.

Televisão. Foi nos anos 1970 que Pelotas passou a contar com uma emissora própria, dedicada à produção local, transformando o panorama comunicacional e ampliando os horizontes da informação e do entretenimento. Desde sua implantação, o meio televisivo em Pelotas desempenha papel relevante na formação da opinião pública, na divulgação cultural e na cobertura jornalística regional. A inauguração da TV Tuiuti, em 5 de julho de 1972, durante os festejos da “Semana de Pelotas”, que marcou o aniversário da cidade, foi um momento emblemático não apenas para o município, mas para toda a região sul do Rio Grande do Sul. O evento simbolizou a chegada definitiva da televisão local, reforçando a integração da cidade e da região com o restante do estado e do país. A emissora iniciou suas operações com equipamentos provisórios, uma vez que parte do material originalmente destinado a Pelotas foi destruída no incêndio ocorrido na TV Gaúcha, em Porto Alegre, poucos dias antes. Apesar das dificuldades, a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) manteve suas metas e garantiu o início das transmissões no canal 4, com sede na Rua 15 de Novembro, no centro da cidade. A cerimônia de inauguração foi coordenada por Maurício Sirotsky Sobrinho, fundador e presidente do Grupo RBS, e por Jayme Sirotsky. O evento contou com a presença de autoridades estaduais e municipais, incluindo o governador Euclides Triches, que desembarcou na cidade para inaugurar também o Aeroporto Internacional Bartolomeu de Gusmão. No discurso de inauguração, o governador Triches

destacou a importância estratégica da implantação de uma emissora de televisão na região sul, sublinhando seu papel como ferramenta de integração. Ele ressaltou o impacto das comunicações no desenvolvimento regional e nacional, mencionando avanços tecnológicos da época, como a fase experimental da Discagem Direta à Distância (DDD), que permitiria o contato direto de Pelotas com diversas cidades gaúchas e outros estados. A programação inicial da TV Tuiuti incluiu a transmissão externa do desfile das delegações do Campeonato Brasileiro Infantojuvenil de Tênis. Ainda como parte das comemorações pelo aniversário de Pelotas, no dia 15 de julho, foi ao ar um programa de entrevistas com o presidente da Associação Comercial, Manoel Marques da Fonseca Júnior; o presidente do Centro das Indústrias, Carlos Alberto Brod; o chefe do Departamento de Relações Públicas da Prefeitura Municipal, Jorge Ivan Gertum; e o diretor da OAC Publicidade, Hamilton Pinho. O programa abordou aspectos da transformação econômica que Pelotas vivia na época. Além disso, foi lançada a campanha “Pelotas Minha Cidade”, que contava com um audiovisual exibido na emissora. Desde o início, a TV Tuiuti destacou-se por sua articulação com a realidade local, abordando temas regionais e estimulando o engajamento social, o que lhe garantiu rápida receptividade entre a população. Em pouco tempo, a emissora passou a cobrir 23 municípios da região sul do estado, incluindo Rio Grande, São José do Norte, Canguçu, Jaguarão, Arroio Grande, Pinheiro Machado, Herval, Santa Vitória do Palmar e Pedro Osó-

rio. Em 1978, expandiu seu sinal com a instalação de repetidoras em Canguçu e Jaguarão. No ano seguinte, em 1979, a emissora adotou o nome RBS TV Pelotas, consolidando-se como uma das principais afiliadas da Rede Globo no interior do Rio Grande do Sul. Com o passar dos anos, investiu fortemente no jornalismo local, destacando-se especialmente pela produção de dois blocos locais do Jornal do Almoço. Outro marco importante foi a transferência da sede para a Rua Hipólito José da Costa, no bairro Areal, onde modernizou e expandiu suas operações. Outra emissora relevante da cidade é a antiga TV Nativa, cuja história teve início em 9 de novembro de 2004, inicialmente como afiliada do SBT. A TV Nativa rapidamente se destacou ao lançar programas locais como Nativa Esportes, Jornal da Nativa, Nativa 12 Horas e Jornal da Campanha. Com uma trajetória marcada por múltiplas afiliações, a emissora teve momentos de grande atuação jornalística, mas enfrentou dificuldades estruturais e institucionais, desativando seu departamento de jornalismo em 2014. A TV Pampa Sul, integrante da Rede Pampa, é outra presença relevante na história televisiva pelotense. Criada em 1º de novembro de 1987, como afiliada da Rede Manchete, passou pelo SBT e pela Rede Record até se fixar na Rede TV!. Durante sua trajetória, produziu telejornais como Pampa Meio-Dia e Pampa Boa Noite, embora nos últimos anos tenha deixado de produzir programação local. O cenário televisivo de Pelotas também inclui iniciativas comunitárias e acadêmicas, como a TVC Pelotas, canal comunitário que opera

com conteúdo próprio e acolhe produções independentes, funcionando como espaço alternativo à comunicação tradicional, e a TV UCPel, canal universitário da Universidade Católica de Pelotas, que deixou de operar em 2018 e era feito majoritariamente por alunos do curso de Comunicação Social. Mais recentemente, a JTRTV, canal web vinculado ao Jornal Tradição Regional, ampliou o leque de iniciativas televisivas locais, atuando principalmente via internet e cobrindo eventos, eleições e temas cotidianos, reforçando o jornalismo regional por meio de vídeos curtos e objetivos. A TV Câmara de Pelotas, por sua vez, representa o esforço do poder legislativo municipal de se aproximar do cidadão, operando com sinal aberto após um processo que envolveu concessão federal, readequações técnicas e normatização interna. A história da televisão em Pelotas reflete as transformações tecnológicas, institucionais e culturais que moldaram a comunicação no Brasil nas últimas décadas.

Silvana de Araújo Moreira

Referências:

- DIÁRIO POPULAR. *Chegou a hora e a vez da zona sul*. Pelotas, 6 jul. 1972, p. 2.
- DIÁRIO POPULAR. *Rede Brasil Sul enfatiza que metas serão mantidas*. Pelotas, 18 jun. 1972, p. 4.
- DIÁRIO POPULAR. *Triches inaugura aeroporto internacional e TV*. Pelotas, 6 jul. 1972, p. 12.
- DIÁRIO POPULAR. *TV Tuiuti mostrará aspectos da transformação de Pelotas*. Pelotas, 15 jul. 1972, p. 8.
- JORNAL TRADIÇÃO. *JTRTV: Jornal Tradição Regional lança novo canal de comunicação*. Pelotas, 23 out. 2020. Disponível em: <https://www.jornaltradicao.com.br/regiao/geral/jtrtv-jornal-tradicao-regional-lanca-novo-canal-de-comunicacao/>. Acesso em: 21 fev. 2025.
- JORNAL TRADIÇÃO. *TV Câmara de Pelotas terá sinal aberto*. Pelotas, 8 nov. 2019. Disponível em: <https://www.jornaltradicao.com.br/pelotas/geral/tv-camara-de-pelotas-tera-sinal-aberto/>. Acesso em: 21 fev. 2025.
- SULBRTV. *TV Nativa de Pelotas desativa jornalismo*. Pelotas, 15 fev. 2014. Disponível em: <http://www.sulbrtv.com/2014/02/tv-nativa-de-pelotas-desativa-jornalismo.html>. Acesso em: 21 fev. 2025.

Terceiro Loteamento. A região conhecida como Terceiro Loteamento compreende os terrenos situados entre a avenida Bento Gonçalves, ao sul; a rua Gonçalves Chaves, a leste, com seus terrenos fazendo limite com o arroio Pepino e a avenida Domingos de Almeida; a rua Pinto Martins, ao norte; e as ruas Marcílio Dias, Antônio dos Anjos e Professor Araújo, a oeste. Atualmente, grande parte desses terrenos integra a Área Especial de Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC) Zona Norte, definida pelo III Plano Diretor de Pelotas de 2008. O Plano estabelece ainda outras áreas de interesse na região, caracterizadas como FEICs (Focos de Especial Interesse Cultural): FEIC Avenida Bento Gonçalves e Parque Dom Antônio Zattera, FEIC Patrimônio do Século XX, FEIC Igreja da Luz, FEIC COHABPEL e FEIC Antigos Engenhos. Esses conjuntos são representativos das diferentes formas de ocupação da região em temporalidades distintas. Uma das primeiras ocupações no local foi a cons-

trução da capela da Luz, edificada em 1823 em terreno elevado na atual rua Gonçalves Chaves, próximo ao arroio Pepino. A antiga capela possuía 70 palmos (15,40 metros) de comprimento, do altar à porta, e 24 palmos (5,28 metros) de largura. No terreno aos fundos da capela foi delimitada a área do cemitério, formada por um quadrado de 40 braças (88 metros), murado por todos os lados, para servir de jazigo aos mortos, onde foram construídas as catacumbas. A imagem de Nossa Senhora da Luz, oriunda da cidade do Porto, em Portugal, foi abençoada em 1824. A definição das ruas e quarteirões nesse período ainda era incipiente, com chácaras ocupando muitos desses terrenos. O traçado das ruas, a partir da avenida Bento Gonçalves (antigo Passeio Público), ocorreu a partir de 1858, quando a Câmara de Vereadores indicou a abertura de três ruas no sentido leste-oeste, denominadas 25 de Março (atual Doutor Amarante), São Gonçalo (atual Padre Felício) e da Luz (atual Rafael Pinto Bandeira). Foram definidas ainda as ruas Bella (atual Antônio dos Anjos) e Nogueira (atual Pinto Martins) no mesmo sentido leste-oeste. As ruas já existentes no sentido norte-sul foram estendidas até o novo limite, mantendo a mesma retícula regular já definida. No final do século XIX, o traçado dessas ruas ainda não estava totalmente consolidado, com muitos trechos interrompidos e sem continuidade. Nessa época, a região possuía uma série de curtumes e olarias, que estavam vinculados à produção saladeiril. A região possui quarteirões alongados, com lotes amplos se comparados aos trechos mais antigos

da cidade. Nos limites leste e oeste, a malha viária conforma dois largos arborizados: o Largo Antônio Gomes da Silva, junto à Igreja da Luz, e o Largo Verneti. Além destes, a praça da Caixa d'Água (na rua Andrade Neves) e o Parque Dom Antônio Zattera configuram dois espaços livres arborizados. A região possui duas toponímias, ou seja, lugares cujo nome deriva da forma do traçado urbano: a Boca do Lobo, na junção da rua Gonçalves Chaves com a avenida Domingos de Almeida, e a Curva da Morte, no limite norte da área, junto à praça Capitão Nestor Corbiniano de Andrade. O traçado das ruas foi interrompido, na maioria das vezes, para contemplar espaços de maiores dimensões, como é o caso da rua Félix da Cunha, no estádio do Sport Club Pelotas, e da Quinze de Novembro, no Parque Dom Antônio Zattera e no Clube Brilhante. As edificações mais antigas foram construídas junto ao alinhamento predial, com as fachadas definindo o limite entre o espaço público e o privado; já as edificações das primeiras décadas do século XX começaram a apresentar afastamentos das divisas dos lotes e recuos de ajardinamento, configurando uma paisagem com diferentes camadas e linguagens arquitetônicas sobrepostas. Essa particularidade pode ser observada em um trecho do FEIC Patrimônio do Século XX. A ocupação neste local surgiu a partir da instalação, em 1864, da Fábrica F. C. Lang & Cia., às margens do arroio Pepino. A fábrica produzia sabões e velas de sebo a partir dos subprodutos derivados das charqueadas. Além da edificação fabril, foram construídas no local a residência

de Frederico Carlos Lang (1898, já demolida), as *Villas* Laura (1925), Georgina (1926) e Margarida, bem como mais três residências datadas do período entre 1948 e 1951. Persistem na região essas diferentes camadas e temporalidades, formando ambiências urbanas únicas. Essa característica pode ser observada ainda no conjunto formado por uma residência de linguagem luso-brasileira, remanescente de uma antiga chácara, ao lado de uma *Villa* do século XX (antiga residência Weimar), localizadas no cruzamento das ruas General Osório e Antônio dos Anjos. Outro remanescente é o conjunto localizado na rua Santa Tecla, esquina com Doutor Amarante, formado por uma *Villa*, um edifício multifamiliar de dois pavimentos e um conjunto de casas de corredor central, interrompidas na esquina por um edifício de uso misto de dois pavimentos. Apesar de ter sido construído ao longo dos anos, a unidade que possibilita a leitura do conjunto é a ornamentação urbana em painéis de azulejaria emoldurados nas fachadas. A diversidade na região ocorre também em relação ao uso das construções que foram edificadas ao longo do tempo. Os remanescentes dos espaços fabris podem ser encontrados na antiga Fábrica Lang (atual Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul) e no Engenho da Luz de Beneficiar Arroz (na esquina das ruas Padre Anchieta e Antônio dos Anjos). A região contemplou ainda o projeto de uma fábrica de vidros, datado de 1947, denominada VidroLuz, que ficava localizada na esquina das ruas Edmundo Berchon (atual

Gonçalves Chaves) e Nossa Senhora da Luz (atual Rafael Pinto Bandeira). Além do Engenho da Luz, o local possui uma série de galpões remanescentes, junto ao limite oeste da área, alguns datados da década de 1940-1950. Muitos desses galpões estavam vinculados ao beneficiamento da produção arrozeira na região. Atualmente, possuem diretrizes de intervenção estabelecidas no III Plano Diretor de Pelotas, por meio do FEIC Antigos Engenhos. O local contempla ainda uma série de edificações institucionais, públicas e privadas, voltadas a atividades religiosas (Igreja da Luz e Igreja Evangélica Alemã), assistenciais (Asylo de Mendigos e Albergue Noturno Pelotense), esportivas (Esporte Clube Pelotas, Clube Brilhante e Paulista Futebol Clube), educativas, hospitalares e de lazer. A Igreja da Luz ocupa um lote de conformação diferenciada, provavelmente em função da época de sua implantação no local, resultado de diversas temporalidades que se sobrepujaram ao longo do tempo. Após a instalação da primeira capela e de seu cemitério, foi construída uma nova capela no final do século XIX, voltada para a rua Anchieta, atribuída a Caetano Casaretto (reformada internamente em 1947). A Casa Canônica foi edificada em 1933 (atualmente Casa Santo Antônio). A Igreja atual foi idealizada no final da década de 1960, projetada pelo arquiteto Plínio Oliveira Almeida, em função do aumento do número de fiéis. A atual Casa Paroquial data de 1978. O projeto de construção da Igreja Evangélica Alemã, localizada na esquina das ruas Doutor Amarante e Quinze de Novembro, é de agosto de 1927. A

Casa Paroquial, localizada ao lado, foi finalizada um ano depois. O Asylo de Mendigos (1892) localiza-se em frente ao Parque Dom Antônio Zattera. A ampliação e reforma da fachada são de autoria de Caetano Casaretto (1928). O Albergue Noturno Pelotense Adolfo Fetter, localizado na rua Padre Felício, foi fundado em junho de 1957. As atividades de lazer e esportivas foram implantadas ao longo dos anos na região. Os cinemas Avenida (1927) e Tabajara (1963) ainda persistem, desocupados ou com novos usos. As atividades esportivas foram implementadas em espaços como o Sport Clube Pelotas (1908), a sede atual do Clube Brilhante (década de 1950-1960) e o Paulista Futebol Clube (cujo ginásio foi inaugurado em 1976). As atividades educacionais surgiram nas primeiras décadas do século XX, com a implantação da Escola João Affonso (1927), da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Vicente de Paulo (1935), do Instituto de Educação Assis Brasil (cuja construção data de 1942), do Instituto Pão dos Pobres/Escola Nossa Senhora da Luz e da Escola Estadual Joaquim Ferreira de Mello (fundada em 1944). Foram instalados na região o Hospital Universitário São Francisco de Paula, o Hospital Miguel Piltcher e o Complexo Hospitalar Clinicamp. O Sítio do Terceiro Loteamento persiste no tempo com suas diferentes camadas, temporalidades e linguagens arquitetônicas, possibilitando a leitura de uma parte da história da cidade de Pelotas. Por suas particularidades, está sujeito a transformações que, muitas vezes, apagam essa trajetória e seus remanescentes, eliminando algu-

mas edificações bastante significativas e representativas do patrimônio cultural edificado pelotense.

Aline Montagna da Silveira
Ana Lúcia Costa de Oliveira

Referências:

MAGALHÃES, Mário Osório. *Os passeios da cidade antiga*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1994.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de; SCHLEE, Andrey Rosenthal. *100 Imagens da Arquitetura Pelotense*. Pelotas: Pallotti, 1998.

TOMAZ, Lourenço Kallil; SILVEIRA, Aline Montagna da. Patrimônio cultural e desenvolvimento urbano: estudo sobre o caso do Complexo Lang, Pelotas/RS. In: ICOMOS Brasil; ICOMOS/LAC. 4º Simpósio ICOMOS Brasil/1º Simpósio Científico ICOMOS/LAC, 2020, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: [s. n.], 2020.

Três Vendas. O Bairro Três Vendas procede do fluxo comercial propiciado pela Tablada, espaço destinado à comercialização de gado. Além disso, a estrada do Monte Bonito unia a cidade à zona colonial, bifurcando-se mais ao norte em direção a Porto Alegre. Por tratar-se de um próspero centro comercial, diversas vendas (armazéns comerciais especializados na venda de produtos diversos) funcionavam nessa zona da cidade; na esquina da Avenida Fernando Osório com a estrada da Barbu da, havia três vendas, pequenos armazéns que atendiam a um público cada vez maior. Em antiga crônica “Pelotas de Antanho: a tablada e charqueadas”, Zeferino Costa relatava: “O local era o de Três Vendas, assim chamado por se

defrontar, na encruzilhada das estradas, os 3 armazéns que disputavam a preferência dos tropeiros. No dia em que as tropas vinham à feira, era obrigatório o almoço no ‘Jacob Alemão’ (Jacob Brod) e no Santos (corruptela do velho francês Toussaint)”. Os bairros são partes de uma cidade, configurações, particularidades, espaços de um todo maior. Surgem pelo próprio crescimento da cidade. Em parte, as criações dos bairros visam, acima de tudo, facilitar e dinamizar o desenvolvimento da urbe. Ao longo dos anos, o crescimento da zona norte, tendo o Bairro Três Vendas como eixo central, desdobra-se em núcleos menores: Terras Altas, Santa Terezinha, Pestano, Cohab Tablada. Talvez, entre os diversos bairros de Pelotas, ele apresente a maior diversidade, com espaços marginalizados convivendo com espaços de luxo. Da prosperidade econômica e do alto padrão de construções arquitetônicas, em partes da Avenida Fernando Osório e D. Joaquim, à miserabilidade, pobreza e falta de infraestrutura no Pestano e na Cohab Lindóia. Um microuniverso distinto, peculiar, multifacetado, transita pelas grandes artérias, seja a Fernando Osório, D. Joaquim ou República do Líbano. A exemplo de outros bairros, suas limitações e espaços não são facilmente perceptíveis. Outros nichos compõem esse aglomerado, dependendo de qual olhar: geográfico, histórico, urbanístico e/ou social. Nas primeiras décadas do século XX, surgem nesse bairro diversas entidades, caso, por exemplo, do Jockey Clube de Pelotas, estabelecido no Fragata em 1877, mas que, a partir de 1930, passa a ter funcionalidade na Várzea

da Tablada, onde, entre outros eventos como o “Derby”, ficou mundialmente conhecido o “Grande Prêmio Princesa do Sul”. Temos ainda a Associação Rural de Pelotas; o Aeroclube de Pelotas, hoje Aeroporto Internacional João Simões Lopes Neto. A partir dos anos 60, surgem e expandem-se Sanga Funda, Vila Princesa, nas Terras Altas, estruturam-se pequenos frigoríficos, surgem atividades empresariais: engenhos de arroz, indústria conserveira, madeiras, empresas de transporte, de ensino (Ginásio Vocacional Três Vendas, Jacob Brod, Francisco Caruccio, Fernando Osório, Seminário São Francisco de Paula). Nos anos finais da década de 1970 e início dos 1980, a maior parte das autoridades municipais volta-se para os problemas dos bairros, entre eles transporte, segurança, habitação, espaços de convívio e construção de habitações adequadas. Para minimizar certas dificuldades, foram elaborados planos de readequação da grande artéria do Bairro Três Vendas, no caso, a Avenida Fernando Osório. Investimentos pesados, como duplicação, asfaltamento, melhoria da sinalização e instalação de quebra-molas, buscam tornar o trânsito mais rápido, organizado e seguro. Nos anos 1990, a área urbana de Pelotas se ampliou, passando a contar com uma população em torno de 250 mil pessoas, e o Bairro Três Vendas se consolidou como um dos mais dinâmicos. Tendo a Avenida Fernando Osório como eixo central das atividades comerciais, nela, estão estabelecidas as principais revendas de automóveis de Pelotas, caso de: Savarauto Toyota, Chevrolet Uvel, Jeep Felice, Mitsubishi, Renault, Fiat,

Nissan. Nesse bairro, diversas casas comerciais e bancárias atendem uma clientela diversificada e ampla, tendo agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Banrisul e do Sicredi; quanto às casas comerciais, salientam-se: Stock Center, Havan, Supermercado Perboni, Macroatacado Krolow, Ferragem Lorenzetti, Macroatacado Treichel. Do ponto de vista educacional, destacam-se o Colégio Mário Quintana e a Faculdade Anhanguera. O bairro apresenta uma predominância de comunidades luteranas, evidenciada pela presença de instituições religiosas como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) Comunidade Martim Lutero, situada na Avenida Fernando Osório, a qual tem uma longa história, iniciando suas atividades em 1914 e mantendo seu vínculo de fé e social com a comunidade até os dias de hoje. De forma similar, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) Comunidade Evangélica Luterana Cristo Redentor, localizada na Avenida Assis Brasil, também desempenha um papel central na vida dos moradores. Ambas as comunidades refletem a forte herança luterana da região, marcada pela imigração alemã, que deixou traços profundos na cultura local. Apesar dessa predominância luterana, a diversidade religiosa é evidente, com comunidades católicas e evangélicas neopentecostais presentes em várias partes do bairro, contribuindo para um mosaico cultural e religioso que enriquece a vida comunitária. No entanto, na região central, especialmente ao longo da Avenida Fernando Osório, a influência luterana é mais perceptível, evidenciando os la-

ços históricos e culturais deixados pelos imigrantes. A presença de pontos religiosos, educacionais e econômicos faz o Bairro Três Vendas diverso, com seu crescimento, tradição e modernidade sendo desenvolvidos continuamente. Embora possamos apontar, descrever e até mesmo elogiar muitas das medidas tomadas pelas autoridades públicas relativas ao desenvolvimento e à organização administrativa das municipalidades, não esqueçamos certas advertências tecidas por Benjamin (2006), ao apontar o desconforto frente à voracidade da sociedade industrial, na qual os homens deixam de ser a finalidade última, ocupando seu lugar a mercadoria. Ruas, grandes avenidas, construções de moradias, redes de esgoto, cobranças de impostos, conjuntos habitacionais, tudo, até o policiamento, tem como objetivo desenvolver as relações de produção dentro de uma ordem capitalista. Também Georg Simmel (1983) lia a cidade (e seus bairros) com suas lógicas próprias, seus espaços construídos (indústrias, comércio, áreas de lazer, moradia, fruição etc.), muitas vezes criativos, outras destrutivos, outras ainda excludentes, bairros valorizados economicamente e habitados em suas principais ruas e avenidas por uma elite, enquanto, periféricamente ou mais afastadas, residem as camadas mais humildes. Para Bresciani (1998, p. 247), “o drama urbano tem duas faces, e com certeza a mais bárbara constitui a da negação de condições humanas mínimas para a população pobre, desempregada e mesmo para parte da formalmente inserida no mercado de trabalho”. A convivência quotidiana com camelôs, mo-

radores em situação de rua, poluição, trânsito, violência, estresse e falta de infraestrutura torna muitas vezes a vida difícil para os habitantes dos bairros.

Milena Santos Gonçalves
Eduardo Arriada

Referências:

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marco Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

COSTA, Zeferino. Pelotas de Antanho: a tablada e charqueadas – A sua gente. In: *Diário Popular*, Pelotas, 16 nov. 1949.

SIMMEL. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

TURF. Empresa de transporte coletivo com sede na Av. Duque de Caxias n.º 997, no bairro Fragata, a Transportes Urbanos e Rurais Fragata Ltda. tem suas origens em 20 de agosto de 1959, quando um consórcio de 25 condutores particulares de passageiros reuniu-se para formar a empresa, dividida em 23 cotas igualitárias. Esse grupo, em 1971, foi reduzido a 11 empresários, que dividiam 11 cotas igualitárias da empresa. Na década de 1950, o transporte coletivo em Pelotas era realizado de forma rudimentar e, no bairro Fragata, era comum que donos de ônibus colocassem seus veículos para executarem esse serviço e, por vezes, disputassem passageiros ao longo do trajeto. Em 25 de janeiro de 1973, a empresa foi inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), contando como a data

oficial de sua criação. Ao longo de seus 57 anos de atividades, operou sobretudo com linhas de ônibus no Fragata e alguns fretamentos pontuais sob demanda, sendo responsável pelo deslocamento de moradores do bairro mais populoso da cidade, ao operar linhas na avenida principal (a Duque de Caxias) e outras que conduziam ao interior do bairro (como as linhas Guabiroba, Gotuzzo, Passo do Salso e Frontino Vieira, por exemplo), além de um itinerário que perpassava o Fragata e parte do bairro Três Vendas, chegando ao loteamento Sítio Floresta. Em novembro de 2015, o modelo de transporte público concedido pela Prefeitura Municipal sofreu alterações em decorrência de um processo licitatório, no qual o grupo vencedor foi o Consórcio de Transporte Coletivo de Pelotas (CTCP), formado pelas empresas Viação Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria, Santa Rosa, Laranjal e Santa Silvana, todas já atuantes em diferentes áreas da cidade. A TURF não integrou o grupo e, por consequência, perdeu o direito de operar as linhas de transporte coletivo urbano em Pelotas a partir de 19 de janeiro de 2016, quando o CTCP entrou em operação. Somado a isso, o fato de a empresa possuir dívidas vultosas fez com que ela decretasse falência em 31 de julho de 2016. Além das dívidas já contraídas durante a operação, a massa falida da empresa passou a suportar as dívidas trabalhistas de mais de 200 empregados que foram demitidos. Com a venda da frota e algumas tentativas de venda da sede, parte desse saldo para com os trabalhadores foi negociado. No momento de encerramento do CNPJ,

em 16 de agosto de 2024, o número de sócios era de 18 pessoas. Em 2025, o acervo documental da massa falida da empresa foi transferido para a Universidade Federal de Pelotas, sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, o que garantiu sua preservação e a possibilidade de a comunidade ter acesso às informações constantes nos documentos da TURF, tanto para fins de pesquisa quanto de garantia de direitos.

Paulo Koschier

Referências:

CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS. Disponível em: <http://cnpj.info/Transportes-Urbanos-e-Rurais-Fragata-Turf>. Acesso em: 23 maio 2025.

DIÁRIO DA MANHÃ. Edição de 13 jul. 2017. Disponível em: <https://diariodamanhapelotas.com.br/site/bens-da-turf-em-leilao-publico/>. Acesso em: 22 maio 2025.

Uu



Universidade Federal de Pelotas, Campus ANGLO. Fonte: Coordenação de Comunicação Social da UFPel.

UCPel. A Universidade Católica de Pelotas (também conhecida na cidade como “Católica”), mantida pela Associação Pelotense de Assistência e Cultura, surgiu em uma década de criação de novas universidades no Estado, como a precursora da UFPel, a Universidade Rural do Sul (1960), a Universidade de Passo Fundo (1968), a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1969) e a Universidade de Caxias do Sul (1967), por exemplo. A UCPel foi fundada pelo bispo Dom Antônio Zattera, no ano de 1960, por meio do Decreto-Lei n. 49.088, de 7 de outubro do mesmo ano,

assinado pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek. Sua instalação oficial se deu ainda naquele mês, no dia 22. Antes de sua criação, já havia um curso de Ciências Econômicas na cidade, que funcionava desde o ano de 1937, no interior do Colégio Gonzaga, e uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a qual começou a ser articulada no ano de 1951. Um marco para a nova instituição que se criava foi a fundação do curso de Medicina, que começou a funcionar em 1963, mesmo ano da Faculdade de Medicina conhecida como Leiga (atual FAMED-UFPel). Essa

graduação foi articulada pelo médico Franklin Olivé Leite e seu anúncio foi comemorado por um aluno da primeira turma, Tomaz Pizarro, no ano de 2022, que disse que a notícia foi celebrada pelo Bispo como um presente para a cidade. No início, os alunos da Medicina da Católica atuavam na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, mas, a partir de 1976, houve o controle acionário, por parte da UCPel, da Sociedade Hospital de Clínicas de Pelotas Dr. Francisco Simões S/A, fundada em 1958, que passou a se chamar, primeiro, Hospital de Clínicas da Universidade Católica de Pelotas e, depois, a partir de 1996, Hospital Universitário São Francisco de Paula, nome que continua até hoje. Em 2007, houve a aquisição do antigo Hospital Olivé Leite, que atualmente abriga o Campus da Saúde, área que tem se fortalecido com o passar do tempo, e a locação do prédio do Colégio Santa Margarida, que já não funcionava mais. Atualmente, os cursos presenciais da UCPel são: Arquitetura e Urbanismo, Banco de Dados, Direito, Enfermagem, Farmácia, Filosofia, Fisioterapia, Medicina, Odontologia, Psicologia e Teologia. Já os cursos de educação a distância são em maior número: Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Biomedicina, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Estética e Cosmética, Gestão Comercial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Jornalismo, Marketing, Pedagogia, Processos Gerenciais, Publicidade e Propaganda e Serviço Social. A instituição também oferece cursos de especialização, mestrado e doutorado, além de programas de residências mé-

dicas e residência multiprofissional.. A personalidade jurídica da Católica é de entidade privada, filantrópica e comunitária, o que permite o acesso a recursos federais, como, por exemplo, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 2001. Assim, no ano de 2014 e entre 2018 e 2024, a universidade recebeu aproximadamente 12 milhões de reais em recursos federais, a partir de financiamentos de alunos de graduação. Também por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI), a UCPel acessa recursos federais. Os dados obtidos no portal do MEC estão organizados por anos, e a última informação disponível é de 2020, quando a universidade foi contemplada com 295 bolsas.

*Lorena Almeida Gill
Paulo Koschier*

Referências:

- BIBLIOTECA IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=445779>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- DADOS ABERTOS MEC. Disponível em: <https://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- EMEC MEC. Consulta cadastro de IES. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhes-ies/d96957f-455f6405d14c6542552b0f6eb/MTg=>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- JORNAL TRADIÇÃO. *Medicina da UCPel celebra seis décadas com apresentação de novos investimentos*. Disponível em: <https://www.jornaltradicao.com.br/pelotas/geral/medicina-da-ucpel-celebra-seis-decadas-com-apresentacao-de-novos-investimentos/>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. *Despesas – Favorecido*. Disponível em: ht-

[tps://portaldatransparencia.gov.br/despesas/favorecido?faseDespesa=3&favorecido=1320248&ordenarPor=data&direcao=desc](https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/favorecido?faseDespesa=3&favorecido=1320248&ordenarPor=data&direcao=desc). Acesso em: 28 mar. 2025. UCPel. *Sobre a universidade*. Disponível em: <https://ucpel.edu.br/sobre#:~:text=Criada%20em%207%20de%20outubro,nasceu%20e%20se%20mant%C3%A9m%20comunit%C3%A1ria>. Acesso em: 28 mar. 2025.

UFPel. “A Universidade Federal de Pelotas foi criada pelo Decreto-Lei nº 750, de 8 de março de 1969. Resultou da transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, da anexação de áreas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Pelotas e da agregação de unidades particulares de ensino superior também já existentes na cidade” (Loner, 1999, p. 29). As unidades citadas acima foram: Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária e Faculdade de Ciências Domésticas (oriundas da Universidade Federal Rural); Faculdade de Direito, Faculdade de Odontologia, Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), Instituto de Sociologia e Política (ISP) e Estação Experimental da Palma (unidades da UFRGS); e as instituições particulares, Conservatório de Música de Pelotas, Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões e Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (IPESSE) (Loner, 1999). A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) apresenta como sua missão “proporcionar formação pessoal e profissional, sócio referenciada, construindo criticamente e difundindo conhecimentos universais que garantam o acesso à ciência e à cul-

tura, com respeito à diversidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática e orientada pela perspectiva da inclusão e da sustentabilidade socioambiental” (UFPel, 2023). Desde sua criação, a UFPel experimentou notável crescimento em diferentes campos: seus espaços físicos, sua estrutura administrativa, o número de cursos de graduação e pós-graduação, o acesso a pesquisas de vulto nacional e internacional, o número de alunos matriculados e graduados (pós-graduados) são exemplos da expansão verificada, sobretudo a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007). Essa expansão foi particularmente significativa entre 2008 e 2013, quando a universidade aumentou em 121,9% o número de alunos, 80,4% o número de cursos, 41,6% o quantitativo de docentes e 7,4% o de servidores técnico-administrativos. Administrativamente, a Universidade se organiza em torno de 22 unidades acadêmicas (Centros: Artes, Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos, Ciências Sócio-Organizacionais, Desenvolvimento Tecnológico, Engenharias, Integração do Mercosul, Letras e Comunicação; Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia; Faculdades: Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Educação, Enfermagem, Medicina, Meteorologia, Nutrição, Odontologia, Veterinária; Institutos: Biologia, Ciências Humanas, Física e Matemática e Filosofia, Sociologia e Política), Reitoria, quatro conselhos (Conselho Universitário, Coorde-

nadoria do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, Diretoria da Fundação e Planejamento), sete Pró-Reitorias (Ensino, Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Equidade, Extensão e Cultura, Gestão de Pessoas, Pesquisa e Pós-Graduação e Administração e Planejamento) e cinco superintendências (Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, Campus Capão do Leão, Infraestrutura, Inovação e Desenvolvimento Institucional, Orçamento e Gestão de Recursos). Do ponto de vista da formação acadêmica, a UFPel oferece 212 cursos de graduação (24 licenciaturas, 69 bacharelados, 7 tecnólogos, 1 área básica de ingresso e 111 cursos na modalidade a distância), pós-graduações *lato sensu*, sendo 27 especializações, 14 residências médicas, 2 residências profissionais, uma residência multiprofissional em saúde e um *Master in Business Administration* (MBA), e pós-graduações *stricto sensu*, 47 mestrados e 33 doutorados. Sua estrutura de pessoal conta com 1.506 docentes (a maioria com pós-graduação *stricto sensu* – 1.376 são doutores, 93 mestres), 1.228 servidores técnico-administrativos (169 doutores, 349 mestres, 460 especialistas, 127 graduados e 123 com educação básica) e um conjunto variável de servidores terceirizados. Esses profissionais atendem 18.052 discentes matriculados no segundo semestre letivo de 2024: 14.401 alunos de graduação, 1.254 alunos de mestrado acadêmico, 151 alunos de mestrado profissional, 1.445 alunos de doutorado e 801 alunos de pós-graduação *lato sensu*. Do total de alunos da graduação, 1.077 estão na modalidade a distância. As formas de ingresso para a

pós-graduação incluem avaliação por provas, títulos, projetos de pesquisa, memoriais e entrevistas, em sistemas nos quais as cotas são estipuladas a partir do número de vagas. Já para a graduação, 80% das vagas são preenchidas a partir do Sistema de Seleção Unificada (SISU), com 50% destinadas a estudantes de escolas públicas. Os demais 20% são preenchidos pelo Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE), sendo 90% desse quantitativo destinado a estudantes de escolas públicas. Paralelamente, a universidade adota outras formas de ingresso, como o vestibular para os cursos de Educação a Distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o processo seletivo específico para indígenas e quilombolas, existente desde 2015, e editais semestrais para o preenchimento de vagas remanescentes, que contemplam: transferência, reopção, reingresso, portador(a) de diploma de curso superior e aproveitamento de estudos. O ingresso na graduação também respeita os critérios da Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, reservando vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, candidatos quilombolas e candidatos com deficiência. A intenção da UFPel é formar profissionais capazes de “utilizar critérios científicos para a análise e solução de problemas, tanto de caráter concreto com impacto social, quanto problemas de cunho abstrato/teórico dando suporte à produção de novos conhecimentos em sua área de atuação” (Projeto Pedagógico Institucional – PPI). Do ponto de vista orçamentário, a UFPel registrou em 2023 R\$ 967.922.597,15 empenhados, dos quais

apenas 0,9% foram destinados a investimentos (o restante dos recursos foi para manutenção e despesas obrigatórias, como pessoal e seguridade social). Esse alto valor demonstra a importância do impacto da UFPel para a economia local, especialmente quando se observa que a maior parte dos recursos vai para pagamento de pessoal, que reside em sua maioria em Pelotas e, portanto, gasta seus proventos na cidade e região. O patrimônio líquido da universidade, em 2023, era de 1,1 bilhão de reais, a maior parte registrada em 45 bens imóveis. Três grandes gargalos em termos patrimoniais são a falta de um hospital universitário e de uma casa do estudante próprios e a necessidade de aluguel de espaço para a unidade acadêmica ICH, denominada Campus II, a qual abriga outras estruturas universitárias. O aluguel mensal da casa do estudante em 2023 era de R\$ 111.423,00 e o do chamado Campus II (ICH) era de R\$ 126.357,79. O hospital universitário, desde 2014, está sob responsabilidade da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e uma sede própria vem sendo construída nos últimos anos. Ainda sob o aspecto da inserção regional e seus impactos para a economia e demais aspectos sociais na metade sul do Estado, a UFPel é responsável por significativa parcela dos atendimentos em saúde, contando com hospital universitário, unidades básicas de saúde, ambulatórios médicos e multiprofissionais, atendimento em especialidades de alta complexidade (como oncológicas), atendimento médico-veterinário e atendimento odontológico. Do ponto de vista das pesquisas acadêmicas e exten-

são, a universidade interage com a região fomentando projetos na área de cultura e inovação, tendo, por exemplo, pesquisas que atualizam boas práticas na agricultura, saúde e meio ambiente. Em 2023, tais projetos captaram 29,77 milhões de reais em recursos externos ao orçamento da UFPel, com destaque para o projeto “EPICOVID 2.0: Inquérito nacional para avaliação da real dimensão da pandemia de COVID-19 no Brasil”, com 7,7 milhões disponíveis. Para execução desses projetos, a UFPel conta com o apoio da Fundação Delfim Mendes Silveira, que gerencia um montante de R\$ 172.671.459,59 em fevereiro de 2024 (em 110 projetos, sendo o “Unidade EMBRAPPI Inova Agro UFPel: tecnologias para a agricultura e agroindústria” o projeto com o maior montante de recursos – 43 milhões de reais). Na última década, outras duas fundações de apoio à universidade deixaram de atuar: a Fundação Simon Bolívar e a Fundação de Apoio Universitário. Com as mudanças de paradigma propostas para a educação no século XXI, temas como inclusão, promoção da diversidade, assistência estudantil, fomento à permanência, ações afirmativas e internacionalização são frequentes nos documentos atuais da UFPel e nas ações em busca da consecução desses conceitos. O terceiro maior orçamento executado em 2023, excetuando-se pessoal, foi o da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (responsável pela assistência e várias políticas de permanência), com R\$ 18.942.498,92 – em 2012 esse valor era de 5,1 milhões. Pesquisas das últimas décadas na universidade têm gerado resultados em nível mundial, como os casos dos trabalhos

realizados na Faculdade de Medicina (Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia), que alteraram parâmetros internacionais quanto à alimentação de recém-nascidos e das curvas de crescimento para avaliar o desenvolvimento físico e emocional dessas crianças. A UFPel é responsável, conjuntamente com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pela criação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Em 2005, as duas universidades e o Ministério da Educação firmaram convênio que resultou na criação da UNIPAMPA em 2008 e sua estruturação nos anos seguintes. A Universidade Federal do Pampa fez parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Governo Federal, e tem se consolidado como fundamental para o desenvolvimento econômico, cultural e científico da região e do país.

Paulo Koschier

Referências:

FUNDAÇÕES UFPEL. Fundação Delfim Mendes Silveira. Disponível em: <https://fundacoesufpel.com.br/fdms/projetos-em-andamento/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

LONER, Beatriz Ana. UFPel: um breve histórico. In: MAGALHÃES, Mário Osório. *UFPel: 30 anos*. Pelotas: Editora Universitária, 1999.

UFPEL. Comissão de Residência Multiprofissional. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/coremu/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

UFPEL. Cursos. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/cursos>. Acesso em: 06 fev. 2025.

UFPEL. Portal Institucional. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

UFPEL. Projeto Pedagógico Institucional. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/9932>. Acesso em: 06 fev. 2025.

UFPEL. Relatórios de Gestão (2012, 2013, 2023). Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/relatorios/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

UFPEL. Sistema Cobalto. Disponível em: <https://cobalto.ufpel.edu.br/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

Uruguaios. Uruguaios, Castelhanos, Orientais (*Orientales*) ou Yoruguas são algumas das denominações atribuídas aos cidadãos oriundos da República Oriental do Uruguai. O país possui uma superfície territorial de 176.215 km², é limitado ao Norte pelo Sul do Brasil e a Oeste pelo rio Uruguai, do qual herdou o nome e que faz divisa com a República Argentina, e a Leste é banhado pelo Oceano Atlântico. O país platino tem uma população estimada em aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, sendo que a maioria está concentrada na capital Montevidéu. A proximidade geográfica sempre favoreceu um fluxo contínuo de imigrantes dessa nacionalidade para a cidade de Pelotas ao longo do tempo. No entanto, essa imigração se fez notar em maior número sempre que o país vizinho passou por alguma crise política ou econômica. Exemplo disso foram as décadas de 1840 e 1850, quando o Uruguai foi palco de uma Guerra Civil com desdobramentos internacionais, a chamada Guerra Grande (1839-1852). Buscando escapar do conflito e/ou obter melhores condições de vida, alguns desses imigrantes encontraram trabalho nas charqueadas de Pelotas por possuírem experiência na

atividade em “saladeros” de Montevideo. Desde então, foram sendo formadas redes de apoio entre familiares e conhecidos que amparavam conterrâneos em suas incursões pelo Brasil. Pelotas é o maior centro urbano que muitos deles encontram antes de chegar a Porto Alegre, fica a meio caminho da capital gaúcha e é relativamente barato retornar ao país de origem caso a empreitada não seja bem-sucedida. Por isso, sua população sempre foi variável, alguns adotando a cidade por um período de “adaptação” ou de passagem, enquanto outros se fixaram. Um segundo momento de migração para Pelotas ocorreu no início do século XX. Bonfanti (2008) elenca alguns fatores que motivaram a saída de *orientales* para outros países nessa ocasião, destacando, entre eles, as transformações que ocorreram no país, em especial no meio rural, como os cercamentos dos campos, que provocaram desemprego tecnológico, e a ausência de uma estrutura econômica que integrasse a agricultura e a pecuária, somadas às frequentes guerras civis do período. Gill (2007), investigando a procedência dos vitimados pela tuberculose em Pelotas, no mesmo período, observou a existência de uma considerável colônia de uruguaios na cidade, sugerindo que a migração dessa nacionalidade estava mais destinada à zona urbana. Esse contingente de imigrantes era, em sua maioria, formado por pessoas humildes, que desempenharam diversas atividades em pequenas fábricas manufatureiras ou atuando na prestação de serviços, não sendo citados em atividades comerciais ou como donos de estabelecimentos, estando mais as-

sociados aos grupos de trabalhadores de baixa renda, que, na maioria das vezes, habitavam cortiços e possuíam precárias condições de saneamento básico (Loner *et al.*, 2017). Um terceiro momento pode ser apontado como o ocorrido entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, culminando com o golpe de Estado de 1973, quando o país enfrentou um dos regimes mais autoritários e repressores do continente. De acordo com os dados do Comitê dos Direitos Humanos da ONU, o país possuía a mais alta proporção de prisioneiros políticos do mundo. Diante das frequentes violações aos direitos civis, do fechamento do Estado democrático e da consolidação do regime autoritário, muitos uruguaios viram-se obrigados a sair de sua terra natal. Esse fluxo migratório não foi interrompido com a retomada da democracia em meados dos anos 1980. Com a reabertura democrática, a nova orientação política optou por reformas de caráter neoliberal, exigindo do país adaptações que terminaram por afetar diversos setores da sociedade, sendo assim a estagnação econômica passou a ser o novo fator de impulsão de seus cidadãos para fora do país. Ana Gonzáles (2006) apresenta números mais atualizados que dão conta de uma verdadeira diáspora. A pesquisadora revela que, entre 1968 e 2002, 15,52% da população estimada em 2004 deixaram o país, totalizando um universo que gira em torno de meio milhão de pessoas. Estas duas últimas levas do final do século passado trouxeram outro tipo de mão de obra, mais qualificada, técnica, com participação significativa na formação de alguns cur-

sos de nível superior na cidade de Pelotas e na vizinha Rio Grande. Segundo Magalhães (2000), a Rua Uruguai, batizada assim pela Câmara Municipal no século passado, foi uma justa homenagem à presença constante de cidadãos uruguaios na cidade de Pelotas “porque o país vizinho contribuiu sempre, e de forma significativa, para a formação comunitária local” (p.94). Vindos por diferentes motivos e em diferentes momentos, os uruguaios deixaram marcas observáveis em vários estabelecimentos da cidade, como *par-rillas*, pizzarias e padarias, além de outras atividades comerciais que batizam com nomes alusivos ao país de origem. A maioria era gente simples, trabalhadores que buscaram do lado de cá a sua justa medida de paz.

Ariel Salvador Roja Fagundez

Referências:

- BONFANTI, Daniele. Población y Territorio: familia, migración y urbanización. In: FREGA, Ana et al. *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: EBO, 2008.
- FAGUNDEZ, Ariel Salvador Roja. *Ni de acá, ni de allá: memória e identidade de filhos de uruguaios residentes em Pelotas/RS*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.
- GILL, Lorena Almeida. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Porto Alegre: EDUCAT, 2007.
- GONZÁLEZ, Ana Maria Sosa. *Identidad/es en diáspora, identidad/es en construcción: inmigración uruguaya en Porto Alegre*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- LONER, Beatriz; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório. Rojas, Ariel. Verbete Uruguaios. In: *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Editora da UFPel, 2017.
- MAGALHÃES, Mario Osório. *Os passeios da cidade antiga: guia histórico das ruas de Pelotas*. 2. ed. Pelotas: Armazém Literário, 2000.
- URUGUAY. Instituto Nacional de Estadística. Disponível em: <http://www.ine.gub.uy/socio-demograficos/pobhogyviv2008.asp>. Acesso em: 31 jul. 2025.

Vv

Várzea. A zona da Várzea foi historicamente um espaço de concentração da população operária, sobretudo nos primeiros 70 anos do século XX. A ocupação da área teve início com a consolidação do porto da cidade de Pelotas, às margens do canal São Gonçalo, na década de 1830. As obras de desobstrução do leito do canal, iniciadas em 1869 e finalizadas em 1875, impulsionaram a expansão urbana em direção ao porto e à zona da Várzea. A inauguração da linha de bondes de tração animal, em 1873, ligando a Praça do Porto (Praça Domingos Rodrigues) à praça central da cidade (Praça Coronel Pedro Osório), favoreceu a conexão com o centro. Além disso, a ligação entre o Porto e a Estação Férrea, inaugurada em 1905, facilitou o transporte e o escoamento de cargas. No início do século XX, a ocupação da região da Várzea foi impulsionada com a construção da Igreja do Porto (iniciada na década de 1910), do Mercado Regional do Porto e da Escola Municipal Carlos Laquintinie (ambos em 1922), além do alargamento e calçamento de algumas vias. Com as melhorias na estrutura portuária, que permitiram a recepção de navios de maior calado, a zona do Porto e da Várzea atraiu empresas de grande porte que empregaram um número significativo de operários, como a Cervejaria Sul Riograndense (posteriormente Cervejaria Brahma), a Companhia Fiação e

Tecidos Pelotense, o Moinho Pelotense e o Frigorífico Anglo, além de diversas outras pequenas fábricas e oficinas. A concentração fabril nessa região contribuiu para a ocupação das zonas sul e leste da cidade por famílias operárias. A expansão dessas áreas foi estimulada por legislação municipal que concedia isenção de impostos para a construção de habitações populares, incentivando proprietários de terrenos a construir vilas e conjuntos de casas geminadas e em fita, com fins de aluguel. Atualmente, a zona da Várzea não está oficialmente reconhecida como bairro ou região administrativa. Hoje, o antigo espaço de características fabris faz parte das regiões São Gonçalo e Centro, conforme a atual distribuição administrativa das zonas urbanas de Pelotas, abrangendo as microrregiões Baixada, Porto, Fátima, Ambrósio Perret e Balsa. A Universidade Federal de Pelotas adquiriu, desde o início dos anos 2000, diversos imóveis na região do Porto e da Várzea, sobretudo prédios industriais, e vem revitalizando-os para uso educacional e/ou administrativo. É o caso do complexo do Frigorífico Anglo, onde hoje funcionam a Reitoria e a maioria das Pró-Reitorias, além de algumas unidades acadêmicas (Centro de Ciências Sócio-Organizacionais, Centro de Desenvolvimento Tecnológico, Centro de Letras e Comunicação, Faculdade de Enfermagem, Faculdade de Nutrição,

Instituto de Ciências Humanas – curso de Economia – e Instituto de Física e Matemática – cursos de Matemática Noturno e EAD). A antiga Cervejaria Sul Riograndense (doada pela Prefeitura Municipal à UFPel) também faz parte do patrimônio atual da instituição, e lá está instalado o Núcleo de Editora e Livraria da UFPel e o Espaço de Arte Popular Encontro de Saberes. Já no entorno da Praça Domingos Rodrigues e do porto da cidade, a instituição adquiriu o prédio da antiga fábrica Cotada, onde hoje funciona parte do Centro de Engenharias e alguns prédios residenciais em seu entorno, além de ter recebido em doação o prédio da antiga Alfândega, que abriga instalações do Centro de Engenharias.

Cíntia Vieira Essinger

Referências:

ESSINGER, Cíntia Vieira. *Entre a fábrica e a rua: a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário*. Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953-1974). Pelotas: Editora e Gráfica Universitária PREC – UFPel, 2009. v. 300, 214 p.

VEGA – J. Alves Veríssimo Indústria Comércio e Importação. Nos anos de 1950, Pelotas era marcada por uma forte industrialização, só ficando atrás de Porto Alegre, capital do Estado. A maioria das fábricas se relacionava ao ramo da alimentação, mantendo a tradição nessa área, advinda da grande concentração de charqueadas no município. Na década de 1970, foi criado o Distrito Industrial, que fica às margens das rodovias BR-116, BR-392 e BR-471, o qual con-

seguiu abarcar um maior número de empresas, que passaram a contar com acessos mais adequados aos trabalhadores e trabalhadoras, em termos de transportes públicos, bem como facilidades para receber matérias-primas e escoar a produção. A fábrica paulista VEGA, como ficou conhecida, iniciou suas atividades em Pelotas, no ano de 1964, na região da Cascata, na localidade chamada Ponte Cordeiro de Farias, mas, em 1973, se estabeleceu no Distrito Industrial, juntamente com a chamada Companhia Industrial de Conservas Alimentícias (CICASUL), também paulista, cuja data de abertura foi 1971. Segundo Bach (2017), apenas três fábricas do ramo conserveiro se fixaram no Distrito Industrial: CICASUL (1971), VEGA (1973) e CANTARELLI (1975), em seu início. Para o mesmo autor, foi na década anterior, nos anos de 1960, que especialmente as conservas de pêssego da cidade começaram a ficar mais conhecidas no centro do país, fazendo com que Pelotas passasse a ser conhecida como a capital do pêssego e a cidade do doce. As fábricas que se instalaram no Distrito Industrial fizeram uso de equipamentos com maior tecnologia, investiram na qualificação de seu pessoal e no alto padrão de qualidade de seus produtos, além de fazer anúncios em diferentes meios de comunicação, locais, regionais e nacionais. Ao mesmo tempo, envolveram-se em grandes litígios trabalhistas, já que a VEGA, por exemplo, foi uma das mais demandadas na Justiça do Trabalho, conforme se pode ver no acervo existente no Núcleo de Documentação Histórica, no qual a fábrica consta com 1.102 processos tra-

balhistas. Após seu fechamento, parte do parque industrial da VEGA foi adquirida pela Prefeitura Municipal de Pelotas, com o intuito de criar no local o Shopping do Doce de Pelotas.

Lorena Almeida Gill

Referência:

BACH, Alcir. *Patrimônio agroindustrial: inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990)*. 2017. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2017/05/TESE_ALCIR_NEI_BACH_OUT2017_opt-V.1.pdf. Acesso em: 11 fev. 2015.

KOSCHIER, Paulo. Guia do Arquivo da Justiça do Trabalho de Pelotas. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 11, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-222.2019.e67117>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Veganismo. Ativismo de libertação animal que se caracteriza pela adesão a produtos e serviços que não dependam, em sua base de produção e consumo, do sacrifício e da exploração animal. Associado ao fortalecimento da ideologia vegetariana, o termo veganismo e o princípio da filosofia vegana de libertação animal surgiram na década de 1940, no Reino Unido. As práticas alimentares veganas preveem a seleção e o consumo de alimentos que não apresentam derivados de carnes, ovos, laticínios, mel ou qualquer outro alimento de origem animal. Contudo, os aspectos políticos associados ao consumo são considerados para além das práticas

alimentares, incluindo também análises em torno de vestimentas, produtos e produções científicas, entre outras. Com o propósito de abolir o sofrimento dos animais, ocorre cotidianamente a seletividade de marcas, produtos, serviços e estabelecimentos comerciais. Os adeptos desse estilo de vida consideram que toda forma de consumo deve ser praticada sem exploração animal e, na medida do possível, causando o menor impacto ambiental e social. O princípio básico da igualdade, no qual se embasa o ativismo vegano, não diz respeito ao tratamento igual ou idêntico; refere-se à consideração igual. A consideração igual aos diferentes seres pode conduzir às necessidades, tratamentos e direitos específicos. O princípio da igualdade é levar em consideração os interesses dos seres, sejam eles humanos ou não humanos. As aspirações em torno da exclusão de todas as formas de exploração e crueldade contra os animais podem ser estendidas às demais espécies humanas e/ou não humanas. Desta forma, emergem discussões sobre a ética animal relacionadas às particularidades de distintos grupos sociais por meio de interseccionalidades nas práticas alimentares e de consumo, associadas à justiça ambiental, justiça social, saúde humana, localização geográfica, religiosidade, etnia, gênero, entre outras temáticas. Essas interseccionalidades associadas ao ativismo vegano tornam evidentes as complexidades de práticas cotidianas sem exploração animal e, com isso, a necessidade de considerar diferentes perspectivas e realidades sociais ao discutir as questões éticas relacionadas, sobretudo, à alimentação.

Há o reconhecimento de que as práticas alimentares estão ligadas às escolhas individuais, bem como a fatores sociais, culturais e econômicos. Em Pelotas, os debates sobre ética animal nas práticas alimentares e de consumo veganas são realizados por meio de eventos abertos à comunidade. Em geral, os estudantes e egressos universitários fomentam esse estilo de vida, seja por meio da adesão a essas predileções alimentares, participações em eventos ou empreendimentos locais. Em especial, o comércio local sem exploração ou sacrifício dos seres não humanos é disseminado nos eventos organizados por ativistas veganos realizados na Praça Coronel Pedro Osório e nos estabelecimentos comerciais veganos, ou ainda associados às atividades culturais itinerantes, tais como Feira de Artesanato na Rua, Sofá na Rua, entre outras. Os ativistas veganos potencializam suas ações e práticas nas redes sociais. Esses espaços promovem trocas de receitas, marcas, produtos, estabelecimentos comerciais e a socialização de informações relacionadas à causa animal. Os restaurantes veganos locais, a saber: Avena Mercado Vegano, Libre Restaurante e Café Vegano, Paraíso Vegano: Saúde no Garfo, realizam o preparo de carnes veganas artesanais – produzidas manualmente – por adeptos ao estilo de vida vegano. Os locais para aquisição dos ingredientes para o preparo artesanal da carne vegetal, à medida do possível, priorizam as feiras orgânicas da agricultura familiar, feiras convencionais e os mercados locais, em detrimento das redes de supermercados. Com relação às aquisições de produtos orgânicos, destacam-se a

Feira Agroecológica Arpasul, realizada na Avenida Duque de Caxias, Avenida Dom Joaquim, Avenida Bento Gonçalves, Largo do Mercado Público Central, a Cooperativa Sul Ecológica e a Bem da Terra: economia justa e solidária. Esse tipo de produção artesanal engendra práticas de consumo alternativas, pois promove ruptura com as marcas especializadas na fabricação da carne vegetal industrializada. Os estabelecimentos comerciais também disponibilizam comidas e carnes industrializadas veganas. Essa diversidade acerca das combinações alimentares veganas é um destaque na cidade de Pelotas.

Lidiane Hirdes

Referências:

- ADAMS, Carol. *A política sexual da carne: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina*. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.
- FELIPE, Sônia. Ética na alimentação: o fim da inocência. In: Conferência proferida no Encontro Temático da Sociedade Vegetariana Brasileira, 16 e 17 de agosto de 2008.
- HIRDES, Lidiane. *O caderninho de receitas está nas nuvens: um estudo on e offline sobre práticas alimentares veganas*. 2016.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) – Departamento de Antropologia e Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.
- HIRDES, Lidiane. *Eu faço carne vegetal, mas não sou açougueiro: uma etnografia sobre produção e circulação de alimentos associados ao estilo de vida vegano*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

HIRDES, Lidiane. *Carne vegetal industrializada: (re)invenção de sentidos, memórias e práticas alimentares veganas*. 2024. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024. SINGER, Peter. *Libertação animal*. São Paulo: Lugano, 2004.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Vegetarianismo. A concepção de cuidado com os recursos naturais emerge na modernidade, gerando inquietações sobre a noção de domínio humano em relação aos seres não humanos. Analisando a trajetória do tema no Reino Unido, por volta de 1800, teve início o entendimento de que a natureza deveria ser dominada, mas não completamente suprimida. Tal percepção estava relacionada às insatisfações com o avanço industrial e urbano da civilização humana e, consequentemente, conjecturava o despertar de sensibilidades acerca da natureza e demais espécies. A preocupação com os sofrimentos dos animais veio à luz, e, ao invés de continuarem destruindo as florestas e derrubando árvores, um número cada vez maior de pessoas passava a plantar árvores e cultivar flores para pura satisfação emocional. Os hábitos alimentares de alguns ingleses dos séculos XV, XVI e XVII já eliminavam o consumo de carne de suas dietas, pois acreditavam ser errado matar animais. Alguns cientistas do século XVII defendiam que a anatomia humana, mais especificamente os dentes e o intestino, não era

adequada ao consumo de carne. Endossado por esses argumentos acerca dos males à saúde causados pela ingestão de carne, o vegetarianismo eclodiu entre as pessoas cultas da sociedade inglesa. No início do século XVIII, já estavam pautados os argumentos que embasam o vegetarianismo na modernidade, sobretudo acerca do sacrifício e morte de animais em prol de necessidades humanas. A expressão vegetarianismo somente se tornou mundialmente conhecida após a criação da Sociedade Vegetariana da Inglaterra, em 1847. Esse debate se estendeu para a contemporaneidade com o fortalecimento da ideologia vegetariana. No Estado do Rio Grande do Sul, o debate sobre o vegetarianismo foi mais intenso, especialmente nas primeiras décadas do século XX, quando os positivistas estiveram no poder e preconizaram o não consumo de carne animal, tendo em vista uma possível melhor saúde aos humanos e o prolongamento de suas vidas. A preocupação com os próprios animais estava em um segundo plano. O termo “vegetariano” se subdivide em: ovo-lacto-vegetarianos, que consomem ovos e laticínios, mas não carne; lacto-vegetarianos, que consomem laticínios, mas não ovos e carnes; ovo-vegetarianos, que comem ovos, mas não laticínios e carnes; veganos, que não comem carnes, laticínios e ovos; vegetarianos macrobióticos, que vivem de grãos integrais, vegetais marinhos e do solo, leguminosas e missô (uma pasta altamente proteica feita de grãos e soja fermentados); higienistas naturalistas, que comem alimentos vegetais, combinam alimentos e praticam jejuns periódicos;

crudívoros, que comem apenas alimentos crus de origem vegetal; frugívoros, que consomem frutas, nozes, sementes e certos vegetais; e semivegetarianos, que incluem pequenas porções de peixe e/ou frango em sua dieta. Na cidade de Pelotas, percebe-se a presença de grupos que compartilham as práticas alimentares vegetarianas em suas diversas combinações. Como fortalecimento identitário desses grupos, desde 2007, os adeptos ao estilo de vida vegetariano se apoiam nas redes sociais para disseminar práticas alimentares, receitas, cursos de culinária, eventos, restaurantes e feiras locais. Entre os restaurantes especializados em comida vegetariana, destaca-se a Cooperativa Teia Ecológica, fundada em 2000, localizada na Praça Coronel Pedro Osório, no Centro Histórico de Pelotas. A crescente adesão às práticas alimentares vegetarianas impulsiona o surgimento de pequenos estabelecimentos comerciais e a reelaboração de opções sem carne nos cardápios dos restaurantes tradicionais da cidade, com receitas adaptadas do churrasco e do carreteiro de charque de origem animal ao sojasco ou carreteiro à base de vegetais ou proteínas texturizadas de soja que apresentam os sabores de carne, picanha, charque, frango, bacon ou calabresa, para acompanhar as ressignificações alimentares vegetarianas motivadas pelas pautas animalistas e ambientalistas na cidade de Pelotas.

Lidiane Hirdes

Referências:

- HIRDES, Lidiane. *Eu faço carne vegetal, mas não sou açougueiro*: uma etnografia sobre produção e circulação de alimentos associados ao estilo de vida vegano. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.
- HIRDES, Lidiane. *Carne vegetal industrializada: (re)invenção de sentidos, memórias e práticas alimentares veganas*. 2024. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.
- SINGER, Peter. *Libertação animal*. São Paulo: Lugano, 2004.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Villas.** As *villas* são residências burguesas edificadas na primeira metade do século XX. Essas construções se popularizaram no país no início do século passado. Assim como em outras cidades brasileiras, em Pelotas, as edificações remanescentes foram encontradas às margens do limite urbano da época em que foram concebidas, pois nessas regiões eram encontrados mais facilmente terrenos amplos para a construção dessas casas em meio a jardins. Algumas dessas *villas* tinham, em sua fachada principal, a inscrição com o nome da senhora da família, gesto que servia como forma de homenagem à esposa do proprietário. No limite sul da malha urbana da época, identificam-se alguns exemplares nas proximidades da rua Benjamin Constant e seus arredores, como, por exemplo, a *Villa Santa Eulália*, situada no fim da rua XV de Novembro, na região do bairro Porto. Ao norte da cidade, a *Villa Laura* e a

Villa Georgina foram edificadas para familiares de Carlos Lang, proprietário da Fábrica Lang de Sabão e Velas, que se localizava nas proximidades. A *Villa Augusta*, no bairro Fragata, também foi construída para um industrial da cidade, desta vez, Carlos Ritter, imigrante alemão e proprietário da Cervejaria Ritter. Na direção leste, já em zona rural para a época, identificou-se, dentro dos limites da chácara da Baronesa, a *Villa Stella*, construída para homenagear Stella Farias, esposa de um dos descendentes da família Antunes Maciel. Da mesma forma, a oeste do limite urbano, identificam-se a *Villa Elza* e a *Villa Josephina*, na atual avenida 25 de Julho, e a *Villa Sybilla*, na Av. Duque de Caxias, essas últimas três edificações de porte mais modesto, localizadas em estradas rurais que ligavam a cidade à colônia. Além dos nomes mencionados, em Pelotas, foram identificadas a *Villa Cecy*, a *Villa Izabel*, a *Villa Josefina*, a *Villa Noêmia*, a *Villa Santa*, entre tantas outras *villas* que, embora não exibissem nomes em suas fachadas, preservavam as características próprias dessa arquitetura. Frequentemente, os exemplares pelotenses apresentam as portas de acesso principal situadas sob alpendres, além de telhados com diferentes formatos. No alto das fachadas, sob a cobertura, observam-se ornamentações geométricas e/ou letreiros com os referidos nomes. A atmosfera bucólica era contemplada pela presença de floreiras, sacadas ou pequenos terraços que se comunicavam com as áreas externas, além de revestimentos que fingiam ser pedras adossadas às paredes ou muros, característica que também harmoni-

zava com os elementos decorativos da edificação principal. A ornamentação externa inclui frisos e molduras ao redor das esquadrias, assim como mãos francesas decorativas que sustentam os beirais do telhado, elementos característicos dessas residências. O estudo dos projetos arquitetônicos aprovados na Intendência Municipal de Pelotas evidenciou que essas edificações atendiam às exigências das legislações construtivas da época, incorporando a iluminação e ventilação naturais em todos os ambientes. Possuíam armários embutidos e elementos para aquecimento, como lareiras ou sistema de aquecedor central com radiadores. Além disso, as residências passaram a incorporar, em seu núcleo, as recentes infraestruturas de energia elétrica, água encanada e sistema de esgoto. A modificação dos meios de transporte, com o surgimento dos automóveis, trouxe a necessidade da construção de espaços para abrigar veículos. Geralmente dispostas no fundo dos terrenos, existem pequenas edificações destinadas às garagens, em alguns casos, concomitantemente aos estábulos. O estudo da disposição interna dos ambientes das *villas* pelotenses revelou uma definida setorização entre os espaços destinados ao uso social, de serviço e íntimo. Nos ambientes sociais, identificaram-se cômodos destinados às proprietárias e aos proprietários da residência: “sala de música”, “saletas” e, em alguns casos, “sala de costuras” eram associados ao uso feminino, enquanto “gabinetes” e “escritórios” eram previstos para o uso masculino. Além disso, observam-se “quartos de criada”, “quarto de crianças” e “sala de en-

gomar” destinados às trabalhadoras e, para os trabalhadores, o “quarto de chofer”, elementos que evidenciam a separação por gênero, raça e classe, refletindo os hábitos e costumes da sociedade burguesa de Pelotas à época. Os interiores possuíam revestimentos de pisos formando tapetes de ladrilhos hidráulicos, paredes com aplicação de escaíolas, forros trabalhados em madeira e/ou estuque, vitrais geometrizados e/ou temáticos, entre outros elementos decorativos. Alguns anos mais tarde, em escala menor e de forma mais simplificada, ocorre a difusão das Casas de Catálogo, que representam uma popularização das *Villas*. É importante ressaltar que, apesar da sua relevância para a história da arquitetura e da cidade, poucos exemplares são contemplados com instrumentos de proteção legal – inventários ou tombamentos. Muitos desses remanescentes têm sofrido com intensas descaracterizações ou simplesmente o desaparecimento sistemático. Esse foi o caso, por exem-

plo, do pórtico da “*Villa Mozart*”, localizada na avenida São Francisco de Paula, demolido em 2023 – quase cem anos após sua construção, em 1925. Esse elemento constituía a única referência a um nome masculino identificada nos estudos até o momento, embora esse seja outro assunto.

Franciele Fraga Pereira
Louise Prado Alfonso
Aline Montagna da Silveira

Referências:

PEREIRA, Franciele Fraga. *A arquitetura feminina: o cotidiano e os ambientes residenciais nas Villas e Casas de Catálogo em Pelotas-RS*. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/9266>. Acesso em: 7 abr. 2022.

PEREIRA, Franciele Fraga; ALFONSO, Louise Prado; SILVEIRA, Aline Montagna da. Histórias das casas das avós: lembranças e materialidades nas *Villas* e Casas de Catálogo em Pelotas, RS, Brasil. *Paranoá*, Brasília, v. 17, p. e53593, 2024.

| ÍNDICE DE VERBETES |

A

Administração, 15
ADUFPel, 18
Aeroporto, 19
Agapê, 20
Agricultura familiar, 22
Agroecologia, 23
Anglo, 25
Areal, 26
Arquitetura, 28
Artes Plásticas (pós-1960), 35
Assentamento da Palma (Assentamento 24 de Novembro), 39
ASUFPel, 41

B

Balsa, 44
Bento Freitas, 47
Benzedura, 48
Boca do Lobo, 20
Bom Jesus, 52
Brahma, 54
Bra-Pel, 55

C

Calçadão, 58
Câmara Municipal, 61
Cárceres, 64
Carnaval, 67
Casa do Trabalhador, 68
Casa Verde, 70
CEFET-RS, 71
Cemitérios, 74
Centro, 77

Centro Agropecuário da Palma, 79
Centro de Reabilitação de Pelotas (CERENEPE), 81
Centro Universitário do Senac, 82
Chalet's, 83
Charqueadas, 85
Charqueadores, 87
CICASUL, 90
Cidade-irmã, 91
Clubes, 93
COHABPEL, 94
Colégio Alemão, 96
Colégio Israelita, 97
Comércio Popular, 98
Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, 99
Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG) – Campus Pelotas – Visconde da Graça, 101
Conjunto Habitacional Fernando Osório (COHAB Pestano), 103
Conjunto Habitacional Guabiroba, 106
Conjunto Habitacional Lindóia, 108
Coral UFPel, 111
Cortiços, 112
Cosulã, 113
Cotada, 114
Covid-19, 116
CPERS/Sindicato – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação, 118
Cruz Vermelha, 120
Cursos Noturnos de Instrução Primária da Bibliotheca Pública Pelotense, 121

E

Economia, 125
Educação, 127
Emancipações, 130
Enchentes, 133
Escariola, 135
Escola Alfredo Dub, 137
Escola Normal Regional Imaculada Conceição, 139
Escola Primária Rural Santo Antônio, 145
Escola Superior de Educação Física, 146
Escolas Italianas, 144
Espiritismo, 146
Esporte Clube Fiação e Tecidos, 149
Evolução Urbana, 151

F

Fábrica Laneira Brasileira, 154
Fábrica Schramm, 156
Faculdade Atlântico Sul, 158
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, 159
Faculdade de Ciências Domésticas, 160
Faculdade de Educação, 163
Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia, 165
Faculdade de Engenharia Agrícola, 166
Faculdade de Medicina (Leiga) da UFPel, 168
Faculdade de Nutrição, 169
Faculdade de Odontologia, 170
Faculdade de Veterinária, 175
Feiras, 176
Feira do Livro, 176
Fenadoce, 178
Ferrovia, 180
Fotografia, 181
Fragata, 184
Fundação Educacional Rural Cristã Rachel Mello, 185

G

Galerias Comerciais, 189
Gazeta Pelotense, 191
O Golpe de 1964 e a ditadura empresarial-militar em Pelotas, 194
Golpe empresarial-militar na UFPel, 199
Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP), 202

H

Hotéis, 206

I

Instituto de Ciências Humanas (ICH), 210
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP), 213
IFSul, 213
Imigrantes (O fluxo dos recomeços), 216
Imprensa Ilustrada, 217
Imprensa recente, 220
Indígenas, 222
Indústria arrozeira, 223
Infância e escravidão, 225
Internato A Minha Casa Rural, 227
Irmãs Missionárias do Jesus Crucificado, 229

J

Jockey Club de Pelotas, 231
Jornal A Palavra, 233
Jornal Folha da Princesa, 233
Jornal O Pescador, 235

L

Ladrilho Hidráulico, 238
Laranjal, 240
Lideranças políticas (governador, deputado, senador), 241
Lideranças Políticas femininas no Rio Grande do Sul e em Pelotas, 245

Liga de Futebol José do Patrocínio, 248
Linheira, 249
Literatura Pelotense (1960/2025), 250
Livrarias: uma história, 258

M

Mestres Griô, 264
Moinho Pelotense, 267
Movimento Estudantil, 268
Movimento LGBTQIAPN+, 272
Movimento Republicano, 275
Mulheres artistas em Pelotas (1), 278
Mulheres artistas em Pelotas (2), 282
Museus, 287
Música (1960 à atualidade), 288

N

Navegantes, 292
Nicolau Fico, 294
Noite Pelotense (1960-1990), 295
Noite Pelotense (1990-2024), 298

P

Parlamentares Pelotenses (1951-2022), 301
Parteiras, 304
Patrimônio Cultural de Pelotas, 306
Patrimônio Industrial de Pelotas, 311
Pescadores artesanais, 314
População, 316
Porto, 318
Praça Coronel Pedro Osório, 323

Q

Quilombos, 326

R

Rádio, 329
Religiões de matriz africana, 331
Revistas, 334

Revolta Farroupilha, 337
Rodoviária, 339

S

Simões Lopes, 342
Sindicato da Alimentação, 344
Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região, 345
Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas, 347
Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecidos Pelotense, 348
SIMP, 349
STIMMMEP, 350
Sopapo, 350
Sport Club Juvenil, 352

T

Teatro, 353
Teatro Escola de Pelotas (TEP), 355
Teatro na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 356
Televisão, 358
Terceiro Loteamento, 360
Três Vendas, 363
TURE, 366

U

UCPel, 368
UFPel, 370
Uruguaios, 373

V

Várzea, 376
VEGA - J. Alves Veríssimo Indústria Comércio e Importação, 377
Veganismo, 278
Vegetarianismo, 380
Villas, 381

| COLABORADORES |

Colaboraram para a edição do segundo volume do *Dicionário de História de Pelotas* as(os) seguintes professoras(es) e pesquisadoras(es):

Adriana Duarte Leon. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do IFSul.

Adriano Luis Heck Simon. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor do curso de Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Alcy dos Santos Moraes. Formado em História Natural pela UCPel. Professor de QUÍMICA, Biologia e programas de Saúde no IFSul.

Alessandra Gasparotto. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Curso de História e da Pós-Graduação em História da UFPel.

Alessandra da Rosa de Los Santos. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

Alice da Conceição Teixeira. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel.

Aline Montagna da Silveira. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

Aline Nunes da Cunha Medeiros. Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Técnica em Assuntos Educacionais da UFPel.

Álvaro Augusto de Borba Barreto. Doutor em História pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da UFPel.

Amílcar Alexandre Oliveira da Rosa. Mestre em História pela UFPel. Servidor público do Estado do Rio Grande do Sul.

Ana Clara Correa Henning. Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Faculdade de Direito da UFPel.

Ana Cláudia Dias. Jornalista e repórter de Cultura do jornal *A Hora do Sul*.

Ana Lúcia Costa de Oliveira. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

Ana María Sosa González. Doutora em História pela PUCRS. Professora Visitante Estrangeira no Programa de Pós-Graduação em História da UFPel.

Anderson Pires Aires. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

Andréia Orsato. Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul).

Andreina Hardtke Corpes. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela UFPel.

Andrey Rosenthal Schlee. Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Diretor de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN.

Antonio Soukef Junior. Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Professor visitante do Programa de Pós-graduação de Arquitetura da UFPel.

Ariane Regina Bueno da Cunha. Mestranda no Programa de Pós-graduação em História pela UFPel.

Ariel Salvador Roja Fagundez. Doutor em Educação pela UFPel, professor do IFSul.

Aristeu Elisandro Machado Lopes. Doutor em História pela UFRGS. Professor do Curso de História e do programa de pós-graduação em História da UFPel.

Beatriz Franco do Vale. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política pela UFPel.

Bruna Bergamaschi Tavares. Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS.

Bruno Pereira Nunes. Doutor em Epidemiologia pela UFPel, Professor Associado da Universidade de Illinois Urbana-Champaign, Estados Unidos.

Brunno Melo Molina. Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

Caiuá Cardoso Al-Alam. Doutor em História pela PUCRS. Professor do Curso de História da UNIPAMPA.

Camila Irigonhe Ramos. Doutora em Enfermagem pela UFPel. Professora do Curso de Medicina da UFPel.

Camila Martins Braga. Mestre em História pelo PPGH da UFPel. Professora da rede privada de ensino de Pelotas.

Carina Farias Ferreira. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFPel.

Carina Pardi Ustárroz. Mestranda no Curso de Gestão e Planejamento em Turismo na Universidade de Aveiro (UA).

Carla Rodrigues Gastaud. Doutora em Educação pela UFRGS. Professora no Departamento de Museologia, Conservação e Restauro da UFPel.

Carlos Alberto Oliveira da Silva. Doutorando em Educação pela UFPel. Professor de Regência e Canto Coral no curso de Música da UFPel.

Carmem Vera Roig. Arquiteta e Urbanista, Secretária de Cultura de Pelotas.

Caroline Braga Michel. Doutora em Educação pela UFPel. Professora do Instituto de Educação da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG).

Caroline Cardoso da Silva. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel.

Clarissa Figueiró Ferreira. Doutora em Música (Etnomusicologia) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Cláudia Cardoso Goularte. Mestre em Ciências Sociais e Antropologia pela UFPel.

Cristhianny Bento Barreiro. Doutora em Educação pela PUCRS. Professora do IFSul.

Cristiane Dittgen Miritz. Mestre em Memória Social e Patrimônio Social pela UFPel. Técnica-administrativa na UFPel.

Cintia Vieira Essinger. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel. Arquiteta e Urbanista na UFPel, coordenadora de desenvolvimento do Plano Diretor.

Christian Ferreira Mackedanz. Doutor em Educação Física pela UFPel. Técnico Administrativo em Educação na Pró-Reitoria de Ensino pela UFPel.

Dalila Müller. Doutora em História pela UNISINOS. Professora do Curso de Turismo da UFPel.

Daniele Baltz da Fonseca. Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel. Professora no Departamento de Museologia, Conservação e Restauro da UFPel.

Danilo de Vasconcellos Ferreira. Doutorando em História pela UFPel. Professor do IFSul.

Darlan De Mamann Marchi. Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel.

Débora Clasen de Paula. Doutora em História pela UFRGS. Professora do Curso de História da UNIPAMPA.

Denise Petrucci Gigante. Doutora em Epidemiologia pela UFPel. Professora Aposentada do Curso de Nutrição da UFPel.

Dione Dutra Lihtnov. Doutor em Educação pela UFPel. Professor de Geografia do IFSul.

Eduarda Borges da Silva. Doutora em História pela UFRGS. Professora na rede pública e privada de ensino.

Eduardo Arriada. Doutor em Educação pela PUCRS. Professor da Faculdade de Educação da UFPel.

Eisler Rosa Cavada. Mestre em Ciências Sociais pela UFPel. Professor da Faculdade Anhanguera.

Elaine da Silveira Leite. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Curso de Ciências Sociais da UFPel.

Eliane Teresinha Peres. Doutora em Educação pela UFMG. Professora aposentada da Faculdade de Educação da UFPel.

Elisiane Medeiros Chaves. Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História da UFPel.

Elomar Callegaro Tambara. Doutor em Educação, pela UFRGS. Professor aposentado da Faculdade de Educação da UFPel.

Ernestina dos Santos Pereira. Diretora de Formação do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas e integrante do Conselho Fiscal da FENATRAD.

Esmeralda Canhada de Góz Faria. Pós-graduada em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global, Diretora de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Pelotas.

Felipe da Silva Martins. Doutor em Educação pela UFPel. Professor no Centro de Artes da UFPel.

Fernanda Oliveira da Silva. Doutora em História pela UFRGS. Professora do Curso de História da UFRGS.

Fernando Cezar Ripe da Cruz. Doutor em Educação pela UFPel. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel.

Flávio Luís Barbosa Nunes. Professor e ex-Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul).

Franciele Fraga Pereira. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFPel.

Francisca Ferreira Michelin. Doutora em História pela PUCRS. Professora do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro da UFPel

Francisca Mesquita Jesus. Doutoranda em História da UFPel.

Frederico Ferreira Mendes. Graduado em Educação Física, Diretor de História e Documentação do Esporte Clube Pelotas.

Gabrielle Garcia Gotuzzo. Acadêmica do curso de História da UFPel.

Gabrielle Nogueira Oliveira. Graduada em História pela UFPel.

Giancarla Salamoni. Doutora em Geografia pela UNESP. Professora aposentada da UFPel.

Guilherme Pinto de Almeida. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFPel. Responsável pelo projeto “Porto Memória”, junto à Associação OTROPORTO Indústria Criativa.

Inácio Crochemore Silva. Doutor em Epidemiologia pela UFPel. Professor da Escola Superior de Educação Física da UFPel.

Isadora Cavada da Silva. Acadêmica do curso de História da UFPel.

Jair Jonko Araujo. Doutor em Educação pela UFPel Professor do IFSul.

Jaqueline Thies da Cruz Koschier. Doutora em Educação pela UFPel, Professora do IFSul.

Jairo Sanguiné Júnior. Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Diretor da revista digital 3Sinais, no Rio de Janeiro.

Jéssica Camargo Trisch. Graduada em História pela UFPel.

Jéssica Rodrigues Bandeira Peres. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel.

Jonas Moreira Vargas. Doutor em História pela UFRGS. Professor do Curso de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFPel.

Jordana Alves Pieper. Mestre em História pela UFPel, Professora na rede privada de ensino.

Jorge Luis Sosa Pérez. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

José Leonel da Luz Antunez. Pós-Graduado em nível de Especialização em Ginástica Escolar, Professor aposentado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, CAVG.

José Ricardo Resende Júnior. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UFPel.

Josuan Ávila da Conceição. Doutor em Geografia pela UFRGS. Professor do IFSul.

Kauane dos Santos Brisolara. Acadêmica do curso de História da UFPel.

Lair de Mattos. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas da Alimentação de Pelotas e Região.

Lidiane da Silva Hirdes. Doutora em Antropologia pela UFPel. Professora e Coordenadora da Pós-Graduação na Faculdade Senac Pelotas.

Lisiane Beltrão Pereira. Mestre em História, da UFPel. Técnica do Núcleo Pedagógico da Universidade de Cruz Alta e Procuradora Educacional Institucional da Instituição.

Lisiane Sias Manke. Doutora em Educação pela UFPel. Professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel.

Lóren Cantiliano Ximendes. Acadêmica do Curso de História da UFPel

Lorena Almeida Gill. Doutora em História pela PUCRS. Professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel. Coordenadora do NDH/UFPel.

Lóri Nelson Nogueira Dias. Graduado em Comunicação Social, Especialista em História do Rio Grande do Sul pela FURG. Ator e Diretor na empresa Cia. Teatro do Sol.

Louise Prado Alfonso. Doutora em Arqueologia pela USP. Professora no Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel.

Luis Eduardo Xavier Rubira. Doutor em Filosofia pela USP. Professor do Departamento de Filosofia na UFPel

Luísa de Azevedo dos Santos. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFPel. Professora substituta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

Luiz Carlos dos Santos Vaz. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel. Jornalista aposentado da Coordenadoria de Comunicação Social da UFPel..

Luiz Henrique Schuch. Professor aposentado do Curso de Veterinária na UFPel, ex-diretor da Unidade e ex-vice-reitor da UFPel.

Marcelo Freitas Gil. Doutor em Educação pela UFPel. Professor do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Cooperativismo do IFSul.

Mário Gayer do Amaral. Graduado em História pela UFPel. Escritor e Pesquisador.

Mario Maia. Doutor em Música, pela UFRG. Professor aposentado da UFPel.

Magda de Abreu Vicente. Doutora em Educação pela UFPel. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da FURG.

Margarete Oleiro Marques. Mestre em Educação Física pela UFPel. Técnica-administrativa da UFPel.

Maria Angela Peter da Fonseca. Doutora em Educação pela UFPel. Pesquisadora do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação da UFPel.

Milena Santos Gonçalves. Acadêmica do curso de Pedagogia da UFPel.

Mozart Matheus de Andrade Carvalho. Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação da UFRGS.

Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski. Mestre em História pela UFPel. Técnica-administrativa da UFPel.

Natália Garcia Pinto. Doutora em História pela UFRGS. Professora Formadora do Curso de Licenciatura em História UFPel/UAB.

Natasha Dias Castelli. Mestre em História pela UNISINOS. Técnica-administrativa da UFPel.

Neuza Regina das Neves Janke. Mestre em História pela PUCRS. Professora de História aposentada da Prefeitura de Pelotas e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Nirce Saffer Medvedovski. Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela USP. Professora da UFPel.

Noris Mara Pacheco Martins Leal. Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel. Professora da UFPel.

Paula Neumann Novack. Doutora em Geografia pela Universidad Católica de Chile. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Paulo Luiz Crizel Koschier. Mestre em Administração Pública pela UFPel. Técnico-administrativo do NDH/UFPel.

Paulo Roberto Rodrigues Soares. Doutor em Geografia pela Universitat de Barcelona, Espanha. Professor do Departamento de Geografia da UFRGS.

Pedro Rodrigues Curi Hallal. Doutor em Epidemiologia pela UFPel. Ex-Reitor da UFPel, Professor Titular da Universidade de Illinois Urbana-Champaign, Estados Unidos.

Rafael Guedes Milheira. Doutor em Arqueologia pela USP. Professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel.

Rafael Matos Tavares. Mestrando em Política Social e Direitos Humanos pela UCPel. Graduado em Agronomia pela UFPel.

Rafael Santos da Rosa. Mestre em Educação pela UFPel. Acadêmico do curso de Publicidade e Propaganda da UCPel.

Renan Rosso Bicca. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFPel. Professor do IFSul.

Renata Brião de Castro. Doutora em Educação pela UFPel. Pesquisadora de pós-doutorado no Centro di Documentazione e Ricerca sulla Storia del libro scolastico e della letteratura per l'infanzia (CESCO).

Renata Menasche. Doutora em Antropologia Social pela UFRGS. Professora Aposentada do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel.

Renato da Silva Della Vechia. Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Professor da FURG.

Roberto Heiden. Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel. Professor do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro da UFPel.

Roger Amaral Scheridon de Moraes. Graduado em Português/Inglês e Literaturas pela UCPel e Língua Espanhola e Literaturas pela UFPel.

Sebastião Peres. Doutor em Educação pela UFMG. Diretor do Instituto de Ciências Humanas da UFPel.

Sidney Gonçalves Vieira. Doutor em Geografia pela UNESP. Professor do Curso de Geografia da UFPel.

Silvana de Araújo Moreira. Doutora em História pela UFPel. Jornalista no setor de Comunicação Social da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Silvana Schimanski. Doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do curso de Relações Internacionais da UFPel.

Simone Pinho de Oliveira. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel.

Suellen de Medeiros Cortes. Mestre em História pela UFPel. Professora na rede privada de ensino.

Taiane Mendes Taborda. Doutora em História pela UFPel. Professora na rede privada de ensino.

Tiago Buchert Radmann. Doutorando em Política Social pela UCPel. Diretor de Faculdade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – RS.

Tiago Perinazzo Cassol. Mestre em História pela UFPel. Professor na rede pública de ensino.

Vanessa Volcão Oliveira. Mestre em História pela PUCRS. Professora na rede pública de ensino.

Vinicius Pereira de Oliveira. Doutor em História pela UFRGS. Professor do IFSul.





COOPERATIVA SUCES E DOS PRODUTORES DE LÃS, L.TDA.

LAS

COUROS